



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia**



Josimar dos Reis de Souza

**QUALIDADE DE VIDA À LUZ DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
CONTEMPORÂNEA: análise a partir de indicadores municipais, intraurbanos
e das relações estabelecidas na Região Geográfica Imediata de Araxá, MG**

**Uberlândia (MG)
Novembro/2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Josimar dos Reis de Souza

**QUALIDADE DE VIDA À LUZ DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO
CONTEMPORÂNEA: análise a partir de indicadores municipais, intraurbanos
e das relações estabelecidas na Região Geográfica Imediata de Araxá, MG**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território.

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural.

Orientadora: Dra. Beatriz Ribeiro Soares.

Uberlândia (MG)
Novembro/2020



Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S729
2020

Souza, Josimar dos Reis de, 1988-
Qualidade de Vida à luz do processo de Urbanização
Contemporânea [recurso eletrônico] : análise a partir de
indicadores municipais, intraurbanos e das relações
estabelecidas na Região Geográfica Imediata de Araxá, MG
/ Josimar dos Reis de Souza. - 2020.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.755>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Soares, Beatriz Ribeiro, 1952-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091





UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado, Número 205, PPGGEO				
Data:	19 de novembro de 2020	Hora de início:	13h:30m	Hora de encerramento:	18h:00m
Matrícula do Discente:	11613GEO008				
Nome do Discente:	Josimar dos Reis de Souza				
Título do Trabalho:	QUALIDADE DE VIDA À LUZ DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE A PARTIR DE INDICADORES MUNICIPAIS, INTRAURBANOS E DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE ARAXÁ, MG				
Área de concentração:	GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO				
Linha de pesquisa:	ANÁLISE, PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala [Google Meet], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: William Rodrigues Ferreira - IG-UFU; Vitor Ribeiro Filho - IG-UFU; Anete Marília Pereira - UNIMONTES-MG; Fernando Luiz de Araújo Sobrinho - UNB-DF e Beatriz Ribeiro Soares - IG-UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Beatriz Ribeiro Soares - IG-UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa. Em função da Pandemia (COVID-19) os membros da Banca participaram da Defesa via Google Meet.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado com Louvor.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Anete Marília Pereira, Usuário Externo**, em 19/11/2020, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Luiz Araujo Sobrinho, Usuário Externo**, em 19/11/2020, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Ribeiro Soares, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/11/2020, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Ribeiro Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/11/2020, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Rodrigues Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/11/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2394142** e o código CRC **0E0990C1**.



“Dedico essa tese e toda a minha trajetória acadêmica a minha mãe Joana Darc de Souza que foi a grande responsável por eu ter chegado até aqui. Foram anos de sacrifícios para ver o filho formado e hoje só posso agradecer por Deus ter presenteado minha vida com esse ser de luz tão especial”

#Gratidão



Agradeço primeiramente a Deus, autor de todas as coisas e promotor do meu destino. Me recordo como se fosse hoje quando decidi me mudar para Uberlândia para estudar e entre dias de medo e insegurança a seguinte palavra do Senhor me amparou: *“Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam”* (Coríntios 2:9). Hoje sei que onde estou é onde ele quis que eu estivesse. [#ExultadoSeja](#)

Agradeço e dedico essa tese a minha mãe Joana Darc, que como a santa que originou seu nome também foi guerreira e é graças a todo seu esforço que hoje estou aqui. Sei quantas noites virou trabalhando para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Hoje só consigo ser grato por ela ter sonhado os meus sonhos comigo e prometer que tudo que fez por mim será recompensado. Para sempre: *“Te amo e te admiro mãe.”* [#AmorIncondicional](#)

Ao meu pai Dalmir e minhas irmãs Gislene e Gisele pelo apoio dado ao longo de todos esses anos. A nossa família ter permanecido unida diante de todas as adversidades que já enfrentamos é sinal de amor. Assim: *“obrigado por isso.”* [#FamiliaUnida](#)

A minha orientadora, professora, tutora, amiga e segunda mãe Beatriz por sempre ter acreditado em mim e me incentivado. Dela levo todo o aprendizado desses onze anos de parceria acadêmica, mas principalmente sua humanidade, solidariedade e alegria de vida dessa mulher que sempre foi à frente do seu tempo. Nunca vou cansar de repetir: *“um dia quero ser como você!”* [#SegundaMãe](#)

Aos membros da banca professores Fernando, Vitor e William, que acompanharam boa parte da minha trajetória acadêmica; e a professora Anete, que não conheço pessoalmente mas admiro desde que a vi em uma banca de doutorado. Digo apenas: *“o exemplo de vida de vocês me fez professor.”* [#ProfessoresComOrgulho](#)

Aos meus amigos e companheiros de vida hoje espalhados pelo Brasil e pelo mundo que perto ou distantes sempre foram presentes na minha vida e são por si só são um presente para mim. Também aos amigos e colegas do CEFET-MG, como também a própria instituição, pelo apoio dado ao longo dos últimos anos. [#Amizade](#)

[#Obrigado](#)



O presente estudo teve como objetivo analisar a qualidade de vida na Região Geográfica Imediata (RGI) de Araxá, Minas Gerais, à luz do processo de Urbanização Contemporânea vivenciado no Brasil e no Mundo, utilizando indicadores a partir de três escalas – municipal, intraurbana e das relações estabelecidas entre os municípios/cidades, de forma a compreender como a análise em nível regional pode contribuir com um retrato mais completo das condições de vida e dos níveis de acesso das diferentes camadas da população aos aspectos relacionados tanto às necessidades básicas, como também àqueles relacionados às satisfações e aspirações individuais relacionadas, sobretudo, ao consumo. A pesquisa se motivou pelo entendimento de que a análise da qualidade de vida através do uso de indicadores municipais e intraurbanos é de suma importância para o reconhecimento da realidade vivenciada e para a identificação das disparidades existentes dentro de um mesmo ambiente urbano. Mas para além disso, no contexto da Urbanização Contemporânea, às cidades assumiram diferentes papéis, sobretudo em nível regional, cujas funções exercidas pelos centros urbanos de maior porte levaram a consolidação de fluxos cotidianos oriundos de outras cidades/municípios, tanto por necessidades básicas, como também por motivações associadas aos interesses individuais relacionados a busca pela realização das aspirações pessoais concatenadas ao bem-estar, sendo que em ambas as situações às necessidades de deslocamento que por si só são geradoras de aspectos que permeiam a qualidade de vida. Deste modo, considerou-se que no contexto evidenciado se tornou primordial analisar também às relações de dependência estabelecidas em nível regional. As três escalas analisadas consideraram indicadores das dimensões de saneamento, habitação, renda, assistência social, saúde e educação, além das relações estabelecidas pela estruturação da rede médico-hospitalar pública e privada, a localização das instituições de ensino técnico e superior, configuração do setor de comércio e serviços e os fluxos relacionados ao consumo-lazer. Os caminhos metodológicos perfizeram as etapas de pesquisa bibliográfica, levantamento e tabulação de dados, pesquisa documental, pesquisa de campo, aplicação de questionário, realização de entrevistas, produção de mapas e criação de figuras, quadros e tabelas. Os resultados da pesquisa foram estruturados em quatro capítulos, cujas principais análises evidenciaram a situação das diferentes camadas da população e às áreas das cidades que necessitam de maior atenção por parte da gestão pública; as principais dificuldades enfrentadas pela parcela da população que necessita realizar deslocamentos por motivos diversos relacionados à saúde, educação e comércio/serviços; as possíveis soluções para melhorar as condições desses deslocamentos; a configuração regional e os níveis de acesso às atividades de consumo-lazer e o papel que as cidades têm assumido nessa dinâmica contemporânea.

Palavras-Chave: Qualidade de Vida. Urbanização Contemporânea. Indicadores. Região Geográfica Imediata de Araxá.



The present study aimed to analyze the quality of life in the Immediate Geographic Region (RGI) of Araxá, Minas Gerais, in the light of the process of Contemporary Urbanization experienced in Brazil and in the World, using indicators from three scales – municipal, intra-urban and relations established between the municipalities/cities, in order to understand how the analysis at the regional level can contribute with a more complete picture of the living conditions and the levels of access of the different layers of the population to aspects related to both basic needs, as well as those related to individual satisfactions and aspirations related, above all, to consumption. The research was motivated by the understanding that the analysis of the quality of life through the use of municipal and intra-urban indicators is of paramount importance for the recognition of the reality experienced and for the identification of the existing disparities within the same urban environment. But in addition, in the context of Contemporary Urbanization, cities took on different roles, especially at the regional level, whose functions carried out by larger urban centers led to the consolidation of daily flows from other cities/municipalities, both for basic needs, also due to motivations associated with individual interests related to the search for the realization of personal aspirations linked to well-being, and in both situations the needs for displacement that alone generate aspects that permeate quality of life. Thus, it was considered that in the context evidenced, it became essential to also analyze the dependency relations established at the regional level. The three scales analyzed considered indicators of the dimensions of sanitation, housing, income, social assistance, health and education, in addition to the relationships established by the structuring of the public and private medical-hospital network, the location of technical and higher education institutions, configuration of the sector trade and services and flows related to leisure-consumption. The methodological paths perfected the stages of bibliographic research, data collection and tabulation, documentary research, field research, questionnaire application, conducting interviews, producing maps and creating figures, tables and tables. The results of the research were structured in four chapters, whose main analyzes showed the situation of the different layers of the population and the areas of the cities that need more attention by the public management; the main difficulties faced by the portion of the population that needs to travel for various reasons related to health, education and trade/services; the possible solutions to improve the conditions of these displacements; the regional configuration and the levels of access to consumption-leisure activities and the role that cities have assumed in this contemporary dynamic.

Key words: Quality of Life. Contemporary Urbanization. Indicators. Immediate Geographic Region of Araxá.



El presente estudio tuvo como objetivo analizar la calidad de vida en la Región Geográfica Inmediata (RGI) de Araxá, Minas Gerais, a la luz del proceso de Urbanización Contemporánea vivido en Brasil y en el Mundo, utilizando indicadores en tres escalas: municipal, intraurbana y de las relaciones que se establecen entre los municipios/ciudades, con el fin de comprender cómo el análisis a nivel regional puede contribuir con un panorama más completo de las condiciones de vida y los niveles de acceso de los diferentes estratos de la población a aspectos relacionados tanto con las necesidades básicas, como las relacionadas con las satisfacciones y aspiraciones individuales relacionadas, sobre todo, con el consumo. La investigación estuvo motivada por el entendimiento de que el análisis de la calidad de vida mediante el uso de indicadores municipales e intraurbanos es de suma importancia para el reconocimiento de la realidad vivida y para la identificación de las disparidades existentes dentro de un mismo entorno urbano. Pero, en el contexto de la Urbanización Contemporánea, las ciudades asumieron diferentes roles, especialmente a nivel regional, cuyas funciones llevadas a cabo por grandes núcleos urbanos llevaron a la consolidación de flujos diarios desde otras ciudades/municipios, tanto para necesidades básicas como también por motivaciones asociadas a intereses individuales relacionados con la búsqueda de la realización de aspiraciones personales vinculadas al bienestar, y en ambas situaciones las necesidades de desplazamiento que por sí solas generan aspectos que permean la calidad de vida. Así, se consideró que, en el contexto evidenciado, se hizo imprescindible analizar también las relaciones de dependencia establecidas a nivel regional. Las tres escalas analizadas consideraron indicadores de las dimensiones de saneamiento, vivienda, ingresos, asistencia social, salud y educación, además de las relaciones que establece la estructuración de la red médico-hospitalaria pública y privada, la ubicación de las instituciones de educación técnica y superior, configuración del sector comercio y servicios y flujos relacionados con el ocio-consumo. Los recorridos metodológicos perfeccionaron las etapas de investigación bibliográfica, recolección y tabulación de datos, investigación documental, investigación de campo, aplicación de cuestionarios, realización de entrevistas, elaboración de mapas y elaboración de figuras, tablas y tablas. Los resultados de la investigación se estructuraron en cuatro capítulos, cuyos principales análisis mostraron la situación de los diferentes estratos de la población y las áreas de las ciudades que necesitan mayor atención por parte de la gestión pública; las principales dificultades que enfrenta la porción de la población que necesita viajar por diversas razones relacionadas con la salud, la educación y el comercio/servicios; las posibles soluciones para mejorar las condiciones de estos desplazamientos; la configuración regional y los niveles de acceso a las actividades de consumo-ocio y el papel que han asumido las ciudades en esta dinámica contemporánea.

Palabras clave: Calidad de Vida. Urbanización Contemporánea. Indicadores. Región Geográfica Inmediata de Araxá.



		Páginas
Figura 1	Periodização do fenômeno de urbanização recente	43
Figura 2	Paisagem urbana pós-industrial no séc. XIX	47
Figura 3	Contraste entre o rural e o urbano no séc. XVIII	47
Figura 4	Condições de vida dos operários fabris no séc. XVIII	47
Figura 5	Operários ingleses no séc. XIX	47
Figura 6	Projeto de B. Haussmann para a reforma de Paris	48
Figura 7	Vista aérea de Paris e sua rede viária em formato dendrítico	48
Figura 8	Avenida Champs Élysées (Paris)	49
Figura 9	Calçada da avenida Champs Élysées (Paris)	49
Figura 10	Projeto de expansão de Barcelona	49
Figura 11	Vista aérea de Barcelona	49
Figura 12	Vista dos edifícios de Barcelona	49
Figura 13	Via pública de Barcelona	49
Figura 14	Rede viária Judge H. Pregerson, em Los Angeles	50
Figura 15	Avenida Sheikh Zayed (Dubai)	50
Figura 16	Propagandas das facilidades para a casa no início do século XX - geladeiras	51
Figura 17	Propagandas das facilidades para a casa no início do século XX - televisores	51
Figura 18	Propagandas das facilidades para a casa no início do século XX - lavadoras	51
Figura 19	Características do <i>American Way of Life</i> , relacionadas ao consumo e lazer	51
Figura 20	Imagem noturna de satélite com os pontos de luminosidade no mundo	55
Figura 21	Localização dos aviões no mundo em agosto de 2019	56
Figura 22	Malha ferroviária mundial	56
Figura 23	Cabos submarinos de fibra óptica no mundo	56
Figura 24	Densidade de acessos à <i>internet</i> no mundo	56
Figura 25	Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias no mundo	57
Figura 26	Principais polos tecnológicos no mundo	58
Figura 27	Manifestação no Cairo (Egito) em 2010	59
Figura 28	Manifestante no Iraque em 2019	59
Figura 29	Manifestações no Brasil em 2013	59
Figura 30	Manifestações no Brasil em 2013	59
Figura 31	Condomínio fechado Palmeira Jumeirah (Dubai)	62
Figura 32	Entrada de um condomínio fechado na zona sul de Uberlândia (Brasil)	62
Figura 33	Corredor do Dubai Mall	63
Figura 34	Corredor do Uberlândia Shopping	63
Figura 35	Pista de esqui no Dubai Mall	63
Figura 36	Pista de esqui no Center Shopping Uberlândia	63



Figura 37	Zona Portuária de Barcelona (Espanha)	64
Figura 38	Zona Portuária de Barcelona (Espanha)	64
Figura 39	Parque das Nações, em Lisboa (Portugal)	64
Figura 40	Parque das Nações, em Lisboa (Portugal)	64
Figura 41	Puerto Madero (Buenos Aires)	65
Figura 42	Puerto Madero (Buenos Aires)	65
Figura 43	Las Condes (Santiago do Chile)	65
Figura 44	Las Condes (Santiago do Chile)	65
Figura 45	Nova biblioteca de Alexandria (Egito)	66
Figura 46	Nova biblioteca de Alexandria (Egito)	66
Figura 47	Novo museu egípcio (Cairo)	66
Figura 48	Novo aeroporto nacional do Egito (Cairo)	66
Figura 49	<i>Skyline</i> de Abu Dhabi	67
Figura 50	Jardins do Palácio Presidencial, em Abu Dhabi	67
Figura 51	Museu do Louvre de Abu Dhabi	67
Figura 52	Mesquita Branca em Abu Dhabi	67
Figura 53	Parque Olímpico (Rio de Janeiro)	68
Figura 54	Vista aérea do Parque Olímpico (Rio de Janeiro)	68
Figura 55	Museu do Amanhã (Rio de Janeiro)	68
Figura 56	Painel etnias (Rio de Janeiro)	68
Figura 57	VLT no Porto Maravilha (Rio de Janeiro)	68
Figura 58	Logo das Olimpíadas de Verão Rio 2016	68
Figura 59	Burj Khalifa (Dubai)	70
Figura 60	Vista do andar 148 do Burj Khalifa (Dubai)	70
Figura 61	<i>Skyline</i> de Dubai (Emirados Árabes Unidos)	70
Figura 62	Dubai Marina (Dubai)	70
Figura 63	Hotel Burj Al Arab (Dubai)	70
Figura 64	Museu do Futuro (Dubai)	70
Figura 65	Centro de convenções para a Expo Dubai 2020	70
Figura 66	Logo da Expo Dubai 2020	70
Figura 67	Centro financeiro de Shenzhen (China)	71
Figura 68	Brasil: Densidade demográfica em 2010	79
Figura 69	Brasil: distribuição populacional por unidades da Federação em 2019	82
Figura 70	Brasil: distribuição da população por unidades da Federação em 2019	83
Figura 71	Brasil: distribuição da população urbana em 2019	85
Figura 72	Aspectos da Urbanização Contemporânea no Brasil	89
Figura 73	Fluxos entre as principais cidades do mundo globalizado	90
Figura 74	Conceitos relacionados a problemas no urbano	96



Figura 75	Dimensões de análise dos problemas no urbano	107
Figura 76	Subitens das dimensões que envolvem os problemas no urbano	108
Figura 77	Área central do Cairo (Egito)	109
Figura 78	Canais do Nilo no Cairo (Egito)	109
Figura 79	Periferia do Cairo (Egito)	109
Figura 80	Dimensões de análise da qualidade de vida	113
Figura 81	Localização das cidades que compõem a RPMS	116
Figura 82	Estratégias de intervenção, áreas de intervenção e grupo-alvo da RPMS	118
Figura 83	<i>Folder</i> de divulgação do INSP-México	121
Figura 84	Dimensões de análise do IMRS	123
Figura 85	Área de trabalho do IMRS na <i>internet</i>	125
Figura 86	Dimensões e pesos do IQVU-BH	127
Figura 87	Plataforma digital do IQVU-BH: índices de saúde e educação no ano de 2016	128
Figura 88	Carte de la Terre Ferme, du Peru, du Bresil de 1732	132
Figura 89	Estrada dos Goiases ligando a Capitania de São Paulo a Capitania de Goiás	134
Figura 90	Aldeamentos ao longo da estrada dos Goiases	136
Figura 91	Localização da Confederação Quilombola do Campo Grande	137
Figura 92	Conflitos relacionados a resistência quilombola e dos índios Kayapós	139
Figura 93	Área de utilização dos bebedouros de Araxá e Patrocínio	142
Figura 94	Com. de Paracatu (MG): localização Julgados Desemboque e S. D. do Araxá	144
Figura 95	Município de Araxá em 1831	145
Figura 96	Município de Araxá em 1831	147
Figura 97	Configuração municipal em 1836	149
Figura 98	Configuração municipal em 1840	150
Figura 99	Configuração municipal em 1866	152
Figura 100	Configuração municipal em 1870	153
Figura 101	Configuração municipal em 1876	155
Figura 102	Configuração municipal em 1923	156
Figura 103	Configuração municipal em 1938	158
Figura 104	Configuração municipal em 1995 (atual)	160
Figura 105	Minas Gerais: localização da Região Geográfica Imediata de Araxá	167
Figura 106	RGI de Araxá: população residente 1872 a 2019	174
Figura 107	RGI de Araxá: taxa de urbanização	177
Figura 108	RGI de Araxá: estimativa populacional 2019	178
Figura 109	RGI de Araxá: pirâmides etárias de 2000 e 2010	179
Figura 110	RGI de Araxá: razão de dependência e PEA 2000 e 2010	181
Figura 111	RGI de Araxá: índice envelhecimento	182
Figura 112	RGI de Araxá: PIB Municipal 1970 a 2010	184



Figura 113	RGI de Araxá: PIB Municipal por setor 1970 a 2010	185
Figura 114	RGI de Araxá: PIB Municipal por setor 2017	187
Figura 115	RGI de Araxá: PIB Municipal 2017	190
Figura 116	RGI de Araxá: Emprego no setor formal por ramo da economia em 2018	192
Figura 117	RGI de Araxá: evolução da área colhida e área de pastagem 1975 a 2017	195
Figura 118	RGI de Araxá: imagens de satélite de Perdizes e Ibiá e notícias da sua produção	198
Figura 119	RGI de Araxá: produção de grãos 1975 a 2017	200
Figura 120	RGI de Araxá: grãos produzidos em 2017	201
Figura 121	RGI de Araxá: dados da produção de café de 1975 a 2017	203
Figura 122	RGI de Araxá: pecuária 1975 a 2017	204
Figura 123	RGI de Araxá: leite 1975 a 2017	206
Figura 124	RGI de Araxá: agroindústria e principais empresas	208
Figura 125	RGI de Araxá: CBMM	212
Figura 126	RGI de Araxá: Mosaic Fertilizantes em Araxá e Tapira	214
Figura 127	RGI de Araxá: arrecadação CFEM 2012 a 2018	215
Figura 128	RGI de Araxá: malha ferroviária	217
Figura 129	RGI de Araxá: corredores logísticos	218
Figura 130	RGI de Araxá: infraestrutura ferrovia	219
Figura 131	RGI de Araxá: malha rodoviária	221
Figura 132	RGI de Araxá: armazenamento de grãos	222
Figura 133	RGI de Araxá: infraestrutura - rodovias e empresas	223
Figura 134	RGI de Araxá: aeroportos e aeródromos	224
Figura 135	Aeroporto de Araxá: movimentação passageiros e cargas	225
Figura 136	RGI de Araxá: linhas de transmissão de energia	226
Figura 137	RGI de Araxá: rede de dutos	227
Figura 138	RGI de Araxá: rede de fibra óptica	228
Figura 139	Complexo Hidrotermal do Barreiro em Araxá	231
Figura 140	Museu Dona Beja	232
Figura 141	Fonte Dona Beja	232
Figura 142	Cachoeiras da Argenita (Ibiá)	234
Figura 143	Cachoeira dos Bandeirantes (Tapira)	234
Figura 144	RGI Araxá: porcentagem da população atendida por abastecimento de água	238
Figura 145	RGI Araxá: porcentagem da população da área urbana com abastecimento de água	240
Figura 146	RGI Araxá: porcentagem da população com esgotamento sanitário adequado	243
Figura 147	RGI Araxá: população da área urbana com esgotamento sanitário adequado	244
Figura 148	RGI Araxá: porcentagem logradouros com presença de esgoto a céu aberto	244
Figura 149	Araxá: córrego com presença de esgoto a céu aberto	246
Figura 150	Ibiá: córrego com presença de esgoto a céu aberto	246



Figura 151	Santa Rosa da Serra: córrego com presença de esgoto a céu aberto	246
Figura 152	Tapira: córrego com presença de esgoto a céu aberto	246
Figura 153	RGI Araxá: porcentagem da população em domicílios atendidos por coleta de lixo	249
Figura 154	RGI Araxá: população da área urbana em domicílios com coleta direta de lixo	250
Figura 155	RGI Araxá: porcentagem domicílios localizados em logradouros acúmulo de lixo	250
Figura 156	Araxá: terreno com grande quantidade de lixo acumulado	252
Figura 157	Campos Altos: lixo acumulado em terreno	252
Figura 158	Ibiá: lixo acumulado em terreno baldio	252
Figura 159	Perdizes: lixo acumulado em área de expansão urbana	252
Figura 160	Pratinha: lixo acúmulo em área de conjunto habitacional	252
Figura 161	Santa Rosa da Serra: lixo acumulado em praça pública	252
Figura 162	RGI Araxá: porcentagem de domicílios improvisados em 2010	255
Figura 163	Araxá: domicílio improvisado do tipo barraco	256
Figura 164	Ibiá: domicílio improvisado no bairro Maroquinha	256
Figura 165	Tapira: domicílios improvisados com baixo padrão de construção	256
Figura 166	RGI Araxá: porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais pobres	260
Figura 167	RGI Araxá: porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais ricos	260
Figura 168	RGI Araxá: porcentagem de domicílios sem rendimento <i>per capita</i> em 2010	262
Figura 169	RGI Araxá: domicílios com rendimento <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo	262
Figura 170	Araxá: conjunto habitacional Pão-de-Açúcar	265
Figura 171	Araxá: rua sem pavimentação no bairro Bom Jesus	265
Figura 172	Campos Altos: rua no bairro Boa Esperança	265
Figura 173	Ibiá: domicílio no bairro Maroca	265
Figura 174	Ibiá: conjunto habitacional Risoleta Neves	265
Figura 175	Figura 175 – Perdizes: domicílio improvisado no setor nordeste da cidade	265
Figura 176	Perdizes: conjunto habitacional no setor nordeste da cidade	265
Figura 177	Tapira: conjunto habitacional construído em 2002	265
Figura 178	Santa Rosa da Serra: domicílio no setor sul da cidade	265
Figura 179	Pratinha: domicílio no setor norte da cidade	265
Figura 180	RGI Araxá: porcentagem de domicílios com renda <i>per capita</i> entre 1 e 2 salários	267
Figura 181	RGI Araxá: porcentagem de domicílios com renda <i>per capita</i> entre 2 e 5 salários	267
Figura 182	RGI Araxá: porcentagem de domicílios com renda <i>per capita</i> entre 5 e 10 salários	269
Figura 183	RGI Araxá: porcentagem de domicílios com renda <i>per capita</i> acima de 10 salários	269
Figura 184	Araxá: domicílio com alto padrão de construção	271
Figura 185	Campos Altos: domicílio com alto padrão de construção	271
Figura 186	Ibiá: domicílio com alto padrão de construção	271
Figura 187	Pedrinópolis: domicílio com alto padrão de construção	271
Figura 188	Perdizes: domicílio com alto padrão de construção	271



Figura 189	Pratinha: domicílio com médio padrão de construção	271
Figura 190	Santa Rosa da Serra: domicílio com médio padrão de construção	271
Figura 191	Tapira: domicílios com médio padrão de construção	271
Figura 192	Araxá: condomínio horizontal fechado no setor noroeste	273
Figura 193	Araxá: condomínio horizontal fechado no setor sul	273
Figura 194	Ibiá: condomínio horizontal fechado em construção no bairro Solar	273
Figura 195	Araxá: condomínio vertical 'Casa Blanca' na área central	273
Figura 196	Araxá: condomínio vertical 'Manhattan' no setor centro-sul	273
Figura 197	Araxá: condomínio vertical em construção no setor centro-sul	273
Figura 198	RGI Araxá: porcentagem da população em situação de extrema pobreza	275
Figura 199	RGI Araxá: porcentagem da população pobre ou vulnerável a pobreza	275
Figura 200	RGI Araxá: porcentagem da cobertura do Bolsa Família	277
Figura 201	RGI Araxá: número de idosos atendidos pelo PBC	279
Figura 202	RGI Araxá: número de deficientes atendidos pelo PBC	279
Figura 203	Araxá: Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	285
Figura 204	Araxá: Policlínica especializada no atendimento à criança	285
Figura 205	Campos Altos: PSF com maior cobertura da área urbana	285
Figura 206	Ibiá: PSF com maior cobertura da área urbana	285
Figura 207	Perdizes: PSF com maior cobertura da área urbana	285
Figura 208	Pratinha: PSF com maior cobertura da área urbana	285
Figura 209	RGI Araxá: população atendida pela Estratégia de Saúde da Família	287
Figura 210	RGI Araxá: população coberta por planos privados de saúde	287
Figura 211	RGI Araxá: óbitos por causas mal definidas	289
Figura 212	RGI Araxá: internações por condições sensíveis à atenção básica	289
Figura 213	RGI Araxá: internações por doenças de veiculação hídrica	291
Figura 214	RGI Araxá: internações por doenças relacionadas ao saneamento inadequado	291
Figura 215	Araxá: Centro Municipal de Educação Dom Pixote	296
Figura 216	Araxá: Colégio Dom Bosco	296
Figura 217	Campos Altos: Centro Municipal de Educação Olavo L. Silva	296
Figura 218	Ibiá: Escola Estadual São José	296
Figura 219	Ibiá: Colégio Nova Dimensão	296
Figura 220	Pedrinópolis: Escola Estadual Prof. Leão C. Almeida	296
Figura 221	Perdizes: Escola Estadual João Balkar	296
Figura 222	Pratinha: Centro Municipal de Educação Neuza O. Reis	296
Figura 223	Santa Rosa da Serra: Escola Municipal Coronel Sebastião F. Boa	296
Figura 224	Tapira: Escola Municipal Alvina A. Rezende	296
Figura 225	RGI Araxá: taxa de alfabetização em nível municipal	298
Figura 226	RGI Araxá: taxa de alfabetização em nível intraurbano	299



Figura 227	RGI Araxá: população maior de 18 anos com ensino fundamental completo	301
Figura 228	RGI Araxá: população maior de 18 anos com ensino médio completo	301
Figura 229	RGI Araxá: população maior de 25 anos com ensino superior completo	301
Figura 230	RGI Araxá: frequência líquida no ensino fundamental	304
Figura 231	RGI Araxá: frequência líquida no ensino médio	304
Figura 232	RGI Araxá: fluxos existentes entre Araxá e outras cidades em 2018	312
Figura 233	RGI Araxá: fluxos existentes entre as cidades	313
Figura 234	Santa Casa de Araxá	320
Figura 235	Hospital Casa do Caminho em Araxá	320
Figura 236	Santa Casa de Campos Altos	320
Figura 237	Santa Casa de Ibiá	320
Figura 238	Santa Casa Perdizes	320
Figura 239	Santa Casa de Santa Juliana	320
Figura 240	Hospital Unimed Araxá	322
Figura 241	Hospital Dom Bosco	322
Figura 242	Clínica em Araxá especializada em cardio	322
Figura 243	Clínica em Araxá com várias especialidades	322
Figura 244	Clínica em Perdizes com várias especialidades	322
Figura 245	Clínica em Ibiá com várias especialidades	322
Figura 246	RGI de Araxá: pessoal ocupado na saúde	326
Figura 247	RGI de Araxá: proporção entre habitantes a quantidade de clínicos gerais	328
Figura 248	RGI de Araxá: proporção entre habitantes a médicos especialistas	329
Figura 249	RGI de Araxá: proporção entre habitantes a enfermeiros	329
Figura 250	RGI de Araxá: proporção entre habitantes a auxiliares/técnicos em enfermagem	330
Figura 251	RGI Araxá: fluxos de baixa, média e alta complexidade na saúde em 2018	331
Figura 252	RGI de Araxá: resposta acerca do atendimento público de baixa complexidade	335
Figura 253	RGI de Araxá: resposta acerca do atendimento privado de baixa complexidade	336
Figura 254	RGI de Araxá: resposta acerca dos destinos em casos de baixa complexidade	337
Figura 255	RGI de Araxá: resposta acerca do atendimento público de média/alta complexidade	338
Figura 256	RGI de Araxá: resposta acerca do atendimento privado de média/alta complexidade	338
Figura 257	RGI de Araxá: resposta acerca dos destinos em casos de média e alta complexidade	339
Figura 258	RGI de Araxá: resposta acerca das dificuldades enfrentadas por motivo de saúde	340
Figura 259	RGI de Araxá: resposta acerca das alternativas de saúde	344
Figura 260	UNIARAXÁ: campus São Geraldo	356
Figura 261	UNIARAXÁ: polo Ibiá	356
Figura 262	CEFET-MG: campus Araxá	356
Figura 263	UNIUBE: polo Araxá	356
Figura 264	UNIFRAN: polo Araxá	356



Figura 265	UNOPAR: polo Araxá	356
Figura 266	IFTM: polo Ibiá	356
Figura 267	SENAI: unidade Araxá	356
Figura 268	SENAC: unidade Araxá	356
Figura 269	Centro de Formação Profissional Julio Dário	356
Figura 270	RGI de Araxá: fluxos do ensino superior em 2018	360
Figura 271	RGI de Araxá: incidência de resposta acerca de deslocamento por estudo	362
Figura 272	RGI de Araxá: incidência de resposta acerca de fixar residência por estudo	363
Figura 273	RGI de Araxá: incidência acerca das cidades que são destino de educação	365
Figura 274	RGI de Araxá: incidência das cidades que são destino de residência por educação	365
Figura 275	RGI de Araxá: incidência acerca das dificuldades enfrentadas por educação	367
Figura 276	RGI de Araxá: incidência de resposta acerca das alternativas por educação	370
Figura 277	RGI Araxá: fluxos relacionados ao comércio e serviços em 2018	378
Figura 278	Araxá: “calçadão” na área central	381
Figura 279	Araxá: avenida Imbiara	381
Figura 280	Araxá: Concessionárias Chevrolet, Fiat, Honda	381
Figura 281	Araxá: Mart Minas atacadista	381
Figura 282	Campos Altos: centro comercial	381
Figura 283	Ibiá: avenida José Cambraia	381
Figura 284	Ibiá: centro comercial	381
Figura 285	Ibiá: rede Zema	381
Figura 286	Pedrinópolis: principal rua comercial	381
Figura 287	Perdizes: rua comercial	381
Figura 288	Perdizes: Comercial Perdigueira	381
Figura 289	Pratinha: principais comércios/serviços	381
Figura 290	Santa Rosa da Serra: principais comércios/serviços	381
Figura 291	Tapira: principais comércios/serviços	381
Figura 292	Araxá: Boulevard Garden	384
Figura 293	Araxá: cinema no Boulevard Garden	384
Figura 294	Araxá: <i>fast food</i> no Boulevard Garden	384
Figura 295	Araxá: Pátio Imbiara Center	384
Figura 296	Araxá: Chateaubriand restaurante	384
Figura 297	Araxá: Casa noturna com shows ao vivo	384
Figura 298	Ibiá: Santi Cozinha Italiana	384
Figura 299	Perdizes: barbearia e hamburgueria artesanal	384
Figura 300	Araxá: rede social do restaurante Manu Forneria	384
Figura 301	Araxá: rede social do Café Docê Scotch Bar	384
Figura 302	Ibiá: rede social do restaurante Santi Cozinha Italiana	384



Figura 303	RGI de Araxá: incidência de resposta acerca de deslocamento por consumo	387
Figura 304	RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do destino relacionado ao consumo	388
Figura 305	RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do consumo relacionado ao lazer	389
Figura 306	RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do destino de consumo-lazer	390
Figura 307	RGI de Araxá: motivos que geraram deslocamentos relacionados ao consumo	391
Figura 308	RGI de Araxá: motivos que geraram deslocamentos ao consumo-lazer	394
Figura 309	Araxá: revitalização área central e teatro municipal	397
Figura 310	Araxá: teatro municipal	397
Figura 311	Araxá: parque municipal do Cristo	397
Figura 312	Araxá: área interna do parque municipal do Cristo	397
Figura 313	Araxá: Encontro Nacional de Carros Antigos	397
Figura 314	Araxá: Festival Internacional do Queijo	397



		Páginas
Tabela 1	Brasil: população total, população urbana e taxa de urbanização entre 1872 e 2010	78
Tabela 2	Brasil: população por região do país em 1960 e 2010	80
Tabela 3	Sudeste: população por unidade da Federação em 1960 e 2010	81
Tabela 4	Brasil: cidades com mais de um milhão de habitantes em 2019	83
Tabela 5	Brasil: cidades com 500 mil a 1 milhão de habitantes em 2019	84
Tabela 6	Minas Gerais: distribuição do PIB – 1960 a 1980	171
Tabela 7	Minas Gerais: população total, população urbana e taxa de urbanização	171
Tabela 8	Minas Gerais: cidades com mais 100 mil habitantes	172
Tabela 9	RGI de Araxá: população residente 1872 a 2019	173
Tabela 10	RGI de Araxá: população urbana e rural 1872 a 2010	175
Tabela 11	RGI de Araxá: taxa de urbanização 1940 a 2010	175
Tabela 12	RGI de Araxá: dados migração entre 2005 e 2010	178
Tabela 13	RGI de Araxá: natalidade, mortalidade e expectativa de vida 2000 e 2010	180
Tabela 14	RGI de Araxá: razão de dependência e PEA 2000 e 2010	181
Tabela 15	RGI de Araxá: índice de envelhecimento 2000 e 2010	182
Tabela 16	RGI de Araxá: PIB Municipal 2017	187
Tabela 17	RGI de Araxá: Emprego no setor formal em 2018	192
Tabela 18	RGI Araxá: equipamentos públicos e privados de saúde	283
Tabela 19	RGI Araxá: equipamentos públicos e privados de educação	295
Tabela 20	Micro da saúde de Araxá: rede hospitalar pública em 2018	319
Tabela 21	Micro da saúde de Araxá: leitos rede hospitalar pública em 2020	323
Tabela 22	RGI de Araxá: pessoal ocupado na saúde	325
Tabela 23	RGI de Araxá: resolubilidade de atenção secundária em 2018	333
Tabela 24	RGI de Araxá: resolubilidade de atenção terciária em 2018	333
Tabela 25	RGI de Araxá: origem e destino dos atendimentos de saúde em 2019	334
Tabela 26	RGI de Araxá: cursos por instituições de ensino superior e técnico	358
Tabela 27	RGI de Araxá: quantidade de estudantes que se deslocam por motivo de estudo	359



		Páginas
Quadro 1	Indicadores do IMRS	124
Quadro 2	Triângulo Mineiro (MG): primeiros aldeamentos e situação administrativa em 2020	136
Quadro 3	RGI de Araxá: principais atividades por ramo da economia 2017	187
Quadro 4	Festivais e Eventos de Araxá	233
Quadro 5	RGI Araxá: indicadores de saneamento e habitação que necessitam de melhoria	258
Quadro 6	RGI Araxá: indicadores de renda e assistência social que necessitam de melhoria	281
Quadro 7	RGI Araxá: indicadores de saúde que necessitam de melhoria	293
Quadro 8	RGI Araxá: indicadores de educação que necessitam de melhoria	306
Quadro 9	RGI Araxá: hierarquia urbana a partir dos fluxos existentes em 2018	311
Quadro 10	RGI Araxá: especialidades médicas	324
Quadro 11	RGI de Araxá: instituições de ensino superior públicas e privadas	353
Quadro 12	RGI de Araxá: principais instituições de ensino técnico públicas e privadas	353
Quadro 13	RGI de Araxá: principais tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços	380



AEPA	Associação dos Estudantes do Planalto de Araxá
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CFEM	Compensação Financeira de Recursos Minerais
CBMM	Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia
EFOM	Estrada de Ferro Oeste de Minas
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FCA	Ferrovias Centro Atlântica
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FCCB	Fundação Cultural Calmon Barreto
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSMPM	Instituto Nacional de Saúde Pública do México
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Plano Diretor de Regionalização da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNP	Plano Nacional de Desenvolvimento
REGIC	Região de Influência de Cidades
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RGI	Região Geográfica Imediata
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos



	Páginas
Introdução	24
Capítulo I Urbanização e qualidade de vida: os desafios na contemporaneidade	37
1.1 Aspectos da urbanização mundial	38
1.1.1 <i>A urbanização no contexto da Revolução Industrial</i>	44
1.1.2 <i>A urbanização na era informacional</i>	52
1.2 Aspectos da Urbanização no Brasil	72
1.2.1 <i>O processo de urbanização no Brasil</i>	72
1.2.2 <i>Urbanização brasileira na Sociedade em Rede</i>	86
1.3 Questões urbanas na contemporaneidade	94
1.3.1 <i>Diferentes abordagens conceituais</i>	95
1.3.2 <i>Os desafios relacionados aos problemas urbanos</i>	103
1.4 Qualidade de vida: concepção, dimensões e indicadores	110
1.4.1 <i>Possibilidades de análise da qualidade de vida</i>	113
1.4.2 <i>Os estudos de indicadores e sua contribuição para a análise da qualidade de vida</i>	115
Capítulo II Do papel histórico de Araxá às dinâmicas recentes em sua RGI	130
2.1 A formação territorial de Araxá e região	131
2.1.1 <i>Da resistência Kayapó e quilombola à colonização luso-brasileira e migração geralista</i>	132
2.1.2 <i>O significado central do município de Araxá na formação territorial do TM/AP</i>	145
2.2 A Região Geográfica Imediata de Araxá: características e dinâmicas recentes	162
2.2.1 <i>A Região Geográfica Imediata de Araxá</i>	162
2.2.2 <i>Urbanização e Dinâmica Demográfica</i>	169
2.2.3 <i>Dinâmica Socioeconômica</i>	183
2.2.3.1 <i>O complexo Agropecuário e a Agroindústria</i>	193
2.2.3.2 <i>O Complexo Industrial Mineroquímico de Araxá – Tapira</i>	211
2.4 As redes de infraestrutura	216
2.5 Turismo e Cultura	230



Capítulo III	Qualidade de Vida a partir de indicadores municipais e intraurbanos	235
3.1	O saneamento e as condições de habitação	237
3.2	Renda e assistência social	259
3.3	As condições de saúde	282
3.4	Os níveis de Educação	294
Capítulo IV	Qualidade de Vida a partir das relações estabelecidas na RGI de Araxá	308
4.1	As relações estabelecidas pela Saúde	316
4.1.1	<i>A configuração regional da saúde pública e privada</i>	317
4.1.2	<i>Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pela saúde</i>	332
4.2	As relações estabelecidas pela Educação	351
4.2.1	<i>A configuração do ensino superior/técnico público e privado</i>	352
4.2.2	<i>Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pela educação</i>	361
4.3	As relações estabelecidas pelo consumo	375
4.3.1	<i>A configuração das atividades comerciais e dos serviços</i>	379
4.3.2	<i>Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pelo consumo</i>	386
	“Para não concluir”: considerações e possibilidades de pesquisa	402
	Referências	408
	Anexo 1	423
	Anexo 2	424



Introdução

“A cidade é uma realidade única, e como tal deve ser analisada desta forma quando possível.”

Ribeiro (2008, p. 89)

O século XX foi marcado por profundas mudanças na sociedade, sobretudo, pela transição migratória do campo para as cidades ocorrida em nível mundial. Ademais, os processos advindos da revolução tecnológica, pós década de 1970, mudaram as formas de viver nas cidades e também de viver às cidades. O resultado desses acontecimentos foi a consolidação das áreas urbanas do século XXI. Destarte, com o advento da globalização e o estabelecimento da sociedade em rede (CASTELLS, 1999) houve a difusão de novas formas de habitar e se relacionar na cidade, em concomitância com os espaços urbanos já existentes, criando-se assim um modo de vida urbano pautado nas relações de toda ordem marcadas pelos fluxos de informação, comunicação, pelas novas tecnologias, pelas redes diversas (inclusive às sociais), entre tantos outros aspectos da contemporaneidade. Esse entrelaçamento do ontem, do hoje e porque não dizer do amanhã, resultado da compartimentação dos eventos históricos nas cidades



e dos acontecimentos acelerados do tempo presente, é o que entendemos nesse estudo como Urbanização Contemporânea.

Acerca das transformações ocorridas no nível intraurbano, temos que no processo recente de crescimento das cidades os espaços urbanos foram ocupados de maneira desigual, no qual um aspecto marcante da Urbanização Contemporânea se intensificou – o crescimento vertiginoso das desigualdades socioespaciais (ALVES, 2013). Temos que tal fenômeno levou, guardadas as devidas proporções, a uma configuração urbana similar nas cidades do século XXI, na qual áreas urbanas mais dotadas de infraestrutura e mais adequadas à ocupação humana foram, em sua maior parte, destinadas a população com maior poder aquisitivo e os espaços menos adequados e até mesmo impróprios à moradia foram ocupados pelas parcelas da população com menor renda. Tal configuração do espaço urbano produziu grandes desigualdades e conflitos sociais. Esse cenário comumente encontrado no mundo, sobretudo em países que experimentaram um processo de industrialização tardio – países periféricos, tem em si uma série de problemas urbanos relacionados, principalmente, às questões sociais, econômicas e ambientais, que a nosso ver impactam sobremaneira os níveis de vida da população.

Além da problemática urbana apontada relacionada às desigualdades socioespaciais no espaço intraurbano, temos que o fenômeno da urbanização recente transformou também às relações estabelecidas entre os habitantes e suas respectivas áreas urbanas e mais, também modificou às conexões estabelecidas no espaço geográfico em seus diferentes níveis – tanto regional, como nacional e mundial. Assim o processo de Urbanização Contemporânea moldou também características inerentes aos fluxos, na qual destacamos àquelas relacionadas a demanda cada vez maior pela satisfação pessoal e/ou coletiva, que parte desde as necessidades mais básicas até a busca pela satisfação das aspirações e desejos dos mais diversos, que a nosso ver possui estreita relação com o consumo. Desse modo, a população, dentro dos aspectos de vida que possam vir a limitar tal tendência (como os níveis de renda por exemplo), busca satisfazer nas cidades suas necessidades e sonhos, fato que pode ser evidenciado no fluxo constante de pessoas entre cidades (e entre municípios e cidades) para consumir e/ou utilizar serviços, ambos relacionados em parte às necessidades básicas mas também relacionados ao consumo enquanto lazer e satisfação pessoal.



A configuração estabelecida a partir da integração hierárquica entre cidades formou o que hoje conhecemos como redes urbano-regionais (CORRÊA, 2015), nas quais a população residente em cidades menores se tornou parcial ou totalmente dependente de estruturas existentes em cidades maiores, relacionadas principalmente aos serviços públicos, como saúde e educação superior por exemplo, mas também a estruturas existentes nessas cidades relacionadas ao comércio, aos serviços privados e demais funções assumidas pelos polos regionais. Assim, inferimos que a intensidade atual dos fluxos estabelecidos no território, motivados pela função assumida pelas cidades dentro de determinada rede urbano-regional, é uma característica marcante que diferencia a urbanização recente das etapas anteriores da história, configuração essa que impacta diretamente no cotidiano dos habitantes tanto das cidades como também daqueles que vivem no campo mas que dependem delas. Essa conjunção, a nosso ver, possui influência direta com os níveis de vida da população, principalmente porque nem todos os indivíduos possuem as mesmas condições de acesso ao consumo, ao comércio e aos serviços em nível regional, fato relacionado sobretudo, aos níveis de renda e às desigualdades existentes.

Em relação ao Brasil, temos que a partir da metade do século XX, o processo de urbanização se acelerou levando grande contingente populacional para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. O resultado direto desse processo foi o crescimento acelerado das áreas urbanas seguindo a tendência elencada anteriormente relacionada às desigualdades sociais. As alterações ocorridas nas décadas seguintes conduziram ao contexto atual de grandes diferenças socioeconômicas e de níveis de vida em um mesmo ambiente urbano, com parte significativa da população vivendo em condições precárias, inclusive com parcela de habitantes vivendo ainda sem acesso aos serviços mais básicos. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), no Brasil cerca de 28% da população vivia no referido ano em áreas urbanas inadequadas à moradia. A complexidade dessa realidade das cidades brasileiras, com graves problemas ambientais, conflitos de uso do solo, injustiça social, ausência de serviços básicos, necessidades de deslocamento para suprir necessidades diversas e demais questões relacionadas aos discrepantes níveis de vida verificados entre as diferentes camadas da população, nos apontam a necessidade de se buscar soluções que auxiliem e propiciem a melhoria da qualidade de vida, sobretudo dos mais vulneráveis. Ademais, a configuração urbano-regional brasileira, que seguiu a tendência apontada anteriormente de consolidação de polos regionais, faz com que os habitantes tenham que se deslocar



cotidianamente por motivos diversos, desde os mais básicos como tratamento de enfermidades, cursar faculdade, acessar comércios e serviços inexistentes em suas cidades, entre outros, o que impacta diretamente na forma com que os indivíduos se sintam em relação ao seu bem-estar e, conseqüentemente, em relação a sua qualidade de vida.

O panorama apresentado nos aponta a problemática existente no processo de Urbanização Contemporânea brasileiro, relacionado às desigualdades socioespaciais claramente evidentes nas paisagens urbanas, sobretudo das maiores cidades, e relacionado também a crescente interdependência entre cidades, na qual camadas da população não possuem o mesmo nível de acesso aos serviços básicos, tanto públicos como privados, e além disso ainda encontram limitações para a satisfação de suas aspirações pessoais, fato diretamente atrelado às próprias desigualdades socioespaciais existentes. Tal quadro evidencia a necessidade de um esforço cada vez maior por parte das diferentes esferas da sociedade – tanto pública como privada, na busca por intervir sobre as condições de vida de forma a conquistar uma redução das vulnerabilidades e por conseqüência um desenvolvimento de forma integrada nas cidades (WESTPHAL, 2000).

Na busca pela construção de instrumentos que auxiliem a melhoria das condições de vida nas últimas décadas têm se intensificado pesquisas sobre as cidades, com foco na proposição de melhoria dos níveis de vida da população, no qual destacamos nesse estudo a importância dos trabalhos dedicados a qualidade de vida. Esses projetos têm como foco a realização de transformações positivas nas cidades, a partir da discussão e proposição de soluções para os problemas urbanos, utilizando para isso importantes ferramentas, com destaque para o uso de indicadores (NAHAS, 2002). Em suma temos que a qualidade de vida pode ser entendida como expressão que indica as condições de vida da população, envolvendo diferentes dimensões podendo ser analisada a partir do bem-estar físico, mental, psicológico, emocional; também pelos relacionamentos sociais, pelas condições sociais de saúde, educação, meio ambiente, entre outros (OMS, 2002). Comumente os estudos de qualidade de vida têm utilizado variáveis e indicadores que são importantes na busca por ferramentas que auxiliem a gestão pública na tomada de decisões. Nesse sentido têm-se desenvolvido projetos no Brasil e no mundo, nos quais a análise estatística tem sido utilizada. Estudos realizados pela OMS, ONU, União Europeia, Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IRMS), entre outros, são exemplos dessa busca por sistema de indicadores que contribuíam com a melhoria do nível de vida da população (LIMA, 2013).



Por entendermos os impactos positivos e a importância das pesquisas relacionadas a qualidade de vida através do uso de indicadores, propusemos na primeira etapa desse estudo a análise de indicadores intraurbanos e municipais dos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata (RGI) de Araxá, Minas Gerais, de forma a identificar a evolução (positiva e/ou negativa) dos aspectos que permeiam às necessidades mais básicas da população ao longo de determinado recorte temporal, como também identificar áreas urbanas que requerem maior atenção por parte dos gestores públicos. Ademais, considerando que as características da Urbanização Contemporânea, sobretudo àquelas relacionadas aos fluxos estabelecidos em nível regional, são também geradoras de diferentes níveis de vida, devido às discrepâncias existentes tanto no acesso às necessidades básicas como também na realização das aspirações e desejos individuais, buscamos analisar também os aspectos da qualidade de vida a partir das relações estabelecidas entre os municípios/cidades¹ da RGI, de forma a identificar às dificuldades enfrentadas pela parcela da população que necessita se deslocar para utilizar tanto serviços essenciais, como saúde e educação, como também averiguar as motivações dos deslocamentos relacionados a busca pela realização das aspirações pessoais relacionadas, sobretudo, ao consumo-lazer².

Afirmamos portanto, através do estudo ora apresentado, que a análise da qualidade de vida através do uso de indicadores municipais e intraurbanos é de suma importância para o reconhecimento da realidade vivenciada pelas diferentes parcelas da população. Entendemos que a identificação das disparidades existentes dentro de um mesmo ambiente urbano possibilita a correção de distorções socioespaciais existentes, desde que sejam implementadas políticas públicas, obras de infraestrutura e ações diversas por parte dos poderes público e também através de parcerias público-privadas. Defendemos, à vista disso, que a análise de indicadores é significativa fonte de informação principalmente para os gestores públicos. Destarte, no contexto da Urbanização Contemporânea, as cidades assumiram diferentes papéis, sobretudo em nível regional, cujas funções exercidas pelos centros urbanos de maior porte levaram a consolidação de fluxos cotidianos oriundos de outras cidades/municípios. Tais relações estabelecidas têm ocorrido tanto por necessidades básicas, como saúde, educação e serviços imprescindíveis, como também por motivações associadas aos interesses individuais de busca

¹ O uso do termo municípios/cidades serviu para designar os deslocamentos existentes entre cidades mas também se refere aos deslocamentos oriundos de famílias que vivem nas zonas rurais com destino às cidades da RGI.

² O termo consumo-lazer se refere as atividades comerciais e de serviços voltadas para a recreação e lazer.



pela satisfação das aspirações concatenadas ao sentimento de bem-estar. Entendemos que tais necessidades de deslocamento que por sí só são geradoras de aspectos que permeiam a qualidade de vida. Deste modo, defendemos que no contexto evidenciado se torna primordial que os estudos de qualidade de vida considerem também em sua análise as relações de dependência estabelecidas em nível regional, acrescentando aos recortes de análise tradicionalmente utilizados – municipal e intraurbano, o estudo das relações estabelecidas entre municípios/cidades, de forma a identificar as formas com que as diferentes camadas da população têm acesso (e/ou falta de acesso) as estruturas relacionadas as necessidades básicas, como também as de comércio, serviços e consumo-lazer. À vista disso, temos como hipótese a indagação de que às relações estabelecidas a partir das funções assumidas pelas cidades na rede urbano-regional são geradoras de situações que se relacionam com os níveis de vida da população. Assim, considerar os fluxos existentes, suas motivações diversas (necessidades básicas, aspirações pessoais, bem-estar, etc.) e às limitações existentes, se torna necessário para a construção de análises de qualidade de vida que melhor retratem a realidade contemporânea.

No que cerne os objetivos deste estudo, temos que o *Objetivo Geral* foi analisar a qualidade de vida na Região Geográfica Imediata de Araxá (MG) à luz do processo de Urbanização Contemporânea, através do uso de indicadores a partir de três escalas – municipal, intraurbana e das relações estabelecidas entre os municípios/cidades, de forma a compreender como esse estudo, que considera também o nível regional, pode contribuir com um retrato mais completo das condições de vida e dos níveis de acesso das diferentes camadas da população aos aspectos relacionados tanto às necessidades básicas, como também àqueles relacionados a busca pelas satisfações das aspirações individuais. Para cumprir com tal objetivo perfazemos os seguintes *Objetivos Específicos*:

(i) Compreender como se deu o processo de Urbanização Contemporânea, seus principais aspectos e características, assim como a forma com que às transformações ocorridas em nível mundial e no Brasil, relacionadas sobretudo às dinâmicas da sociedade em rede, definiram novos padrões e comportamento no urbano;

(ii) Reconhecer de que maneira o processo de urbanização recente foi responsável pelo crescimento, em tamanho e complexidade, dos problemas urbanos e das desigualdades socioespaciais no Brasil, assim como de que forma os estudos de qualidade de vida podem contribuir na busca por soluções para tais problemas;



(iii) Caracterizar o recorte espacial escolhido de forma a entender como seus processos de formação socioespacial, fragmentação territorial, urbanização e suas principais dinâmicas recentes levaram a configuração atual dos municípios e das áreas urbanas da RGI;

(iv) Destacar a importância da análise da qualidade de vida para a identificação de áreas das cidades com maior incidência de vulnerabilidades, assim como as discrepâncias socioeconômicas existentes, através do uso de indicadores municipais e intraurbanos relacionados às dimensões saúde, educação, saneamento, renda e assistência social;

(v) Analisar, a partir das relações estabelecidas entre os municípios/cidades da RGI, como às funções assumidas por determinadas cidades no contexto regional influenciam na qualidade de vida de seus próprios habitantes e de parcela da população que necessita se deslocar devido às necessidades básicas relacionadas a configuração pública e privada das redes médico-hospitalar e de educação nos níveis técnico e superior;

(vi) Compreender como os aspectos da Urbanização Contemporânea relacionados aos novos padrões e comportamentos no urbano, sobretudo àqueles referentes às relações de consumo estimuladas pela configuração regional dos setores de comércio e serviços, como também motivados pelo consumo-lazer, influenciam e/ou limitam, a partir dos diferentes níveis de acesso, os deslocamentos entre os municípios/cidades, de forma a entender como parcela da população busca satisfazer dentro da RGI seus desejos e aspirações.

Para a realização desse estudo escolhemos como recorte espacial a RGI de Araxá, fruto da nova proposta de regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de divisão regional em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017). Entendemos que essa proposta de divisão regional é um avanço nas pesquisas regionais, pois leva em consideração a dinâmica interurbana recente, sobretudo, por considerar aspectos da hierarquia urbana. Entendemos também ser o recorte mais adequado para nossa análise, visto que em sua composição levou em consideração os “deslocamentos da população em busca de bens, prestação de serviços e trabalho” (IBGE, 2017, p. 4), o que tem total relação com parte dos objetivos propostos. A RGI de Araxá é composta por oito municípios, a saber: Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira. Se encontra localizada na porção oeste do estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (TM/AP) e faz parte da Região Intermediária de Uberaba, junto as RGI's de Frutal, Iturama e Uberaba.



Justificamos a escolha da RGI de Araxá devido sua história e importância no contexto histórico regional do oeste de Minas Gerais. Araxá, principal município do recorte escolhido, surgiu como um dos primeiros arraiais da região no século XVIII e se consolidou como primeiro município da área que hoje conhecemos como mesorregião do TM/AP, sendo que no século XIX o município de São Domingos de Araxá englobava toda a atual área dos 67 municípios que atualmente formam essa mesorregião, além de nove municípios das mesorregiões do Noroeste de Minas e Central Mineira (SANTOS, 2018). Trata-se, portanto, de área “berço” do processo de fragmentação territorial e constituição dos demais municípios do oeste de Minas Gerais, importância histórica que perdura até os dias atuais. Além do contexto histórico, escolhemos esse recorte por se tratar de polo econômico e turístico, sendo o primeiro relacionado a mineração e agropecuária (sede de importantes empresas de mineração e agroindústrias); e o segundo pela existência de águas termais (Complexo Hidrotermal do Barreiro³) e por atividades relacionadas ao ecoturismo, por se encontrar em área de borda do Parque Nacional da Serra da Canastra. Ademais, a RGI de Araxá foi escolhida por se tratar de região de origem do autor desse estudo, natural de Ibiá, e que experenciou situações em sua vida e família relacionadas às necessidades de se deslocar para outras cidades da região por motivos de saúde, educação e consumo-lazer, experiências essas que motivaram essa pesquisa. Atualmente o autor é professor no Departamento de Formação Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Minas Gerais (CEFET-MG), campus Araxá, sendo esse um outro fator que o motivou a estudar a região em que vive e trabalha.

Para a construção metodológica dessa pesquisa nos pautamos na análise da produção do espaço urbano proposta por Corrêa (2015), que leva em consideração duas escalas conceituais – rede urbana regional e espaço intraurbano. Para o autor a rede urbana se trata de um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si e que devido a essa configuração a análise do espaço intraurbano sem considerar às dinâmicas regionais, a depender dos objetivos, deve ser evitada. Além das duas escalas informadas consideramos também a escala municipal para compor a etapa de análise de indicadores, visto que por se tratar da menor escala da federação para distribuição de recursos, definida pela constituição brasileira (BRASIL, 1988), parte dos dados oficiais necessários para cumprir com os objetivos dessa pesquisa são disponibilizados pelas instituições oficiais de pesquisa apenas em nível municipal.

³ Devido à importância histórica e regional da Estância Hidromineral do Barreiro ela foi escolhida como destaque no rodapé e também como foto de capa. As fotografias são de autoria própria e foram tiradas no ano de 2018.



Os caminhos metodológicos que foram utilizados nesse estudo constam em detalhe a seguir conjuntamente com a apresentação dos quatro capítulos que compõem a tese:

No capítulo I, intitulado “Urbanização e qualidade de vida: os desafios na contemporaneidade”, buscamos responder os objetivos específicos i e ii dessa pesquisa através de uma discussão teórico-conceitual dos aspectos e características que permeiam o processo de Urbanização Contemporânea e sua relação com os estudos de qualidade de vida. Para isso discutimos acerca dos principais aspectos da urbanização mundial a partir da periodização do fenômeno da urbanização recente proposto por Alves (2013), com destaque para os processos que ocorreram após a revolução industrial até o fenômeno recente da urbanização na era da informação, sendo de extrema importância para nossa análise as contribuições de Santos (1996), Castells (1999) e Harvey (2006), além de outros estudiosos apontados ao longo do texto. Também buscamos compreender os principais aspectos da Urbanização Contemporânea no Brasil através da análise do processo de urbanização recente e das características no contexto da sociedade em rede, na qual recorreremos principalmente as contribuições de Singer (1972), Oliveira (1982), Santos (1993), Santos (1996), Castells (1999), Oliven (2010), Alves (2013) e a das séries históricas dos censos demográficos IBGE.

A partir do retrato exposto da urbanização brasileira discorreremos acerca da questão urbana pautada pelas desigualdades socioespaciais. Para isso inter-relacionamos as principais abordagens conceituais explicitadas por Fava (1984), Rocha (1999), Lalonde *et al.* (2011) e Vasconcelos (2013) que apontaram para os principais desafios contemporâneos relacionados aos problemas no urbano em suas diferentes dimensões. A partir disso, buscamos reconhecer a importância da análise da qualidade de vida e de que forma os estudos de indicadores podem contribuir na solução dos problemas existentes nas cidades. Para isso debatemos tanto a concepção, como também as dimensões e indicadores possíveis de análise através da revisão na literatura internacional e nacional, com destaque para os estudos de Lynch (1960), Jacobs (1961), Farquhar (1995), Buss (2000), Michalos *et al.* (2000), Westphal (2000), Schmidt *et al.* (2005), Vitte (2009), Nahas (2009) e Lima (2013); além de apresentarmos também exemplos de estudos de indicadores de qualidade de vida que são destaque no Brasil e no mundo devido as suas contribuições na melhoria dos níveis de vida nas cidades em que foram implementados.

Os caminhos metodológicos percorridos no capítulo I se basearam principalmente em uma ampla pesquisa bibliográfica, na qual mencionamos no parágrafo anterior os principais



autores utilizados. Além disso realizamos levantamento de dados em *sites* oficiais, com destaque para as séries históricas dos censos demográficos do IBGE. Tais dados foram tabulados e apresentados em forma tabelas e gráficos que foram produzidos utilizando o pacote *Office 365*. De forma a dar identidade visual e maior didática nas discussões realizadas no capítulo realizamos a criação de figuras compostas principalmente por fluxogramas produzidos no *software Draw.io*. Realizamos também a produção de mapas utilizando técnicas de geoprocessamento com o uso do *software Arcmap 10.6.1*. Ademais, utilizamos fotografias de autoria própria tiradas durante viagens por nós realizadas tanto no Brasil como no exterior, além de fotografias e figuras de fontes diversas disponibilizadas na *internet*, que acrescentaram visualmente às discussões e análises realizadas.

No capítulo II, intitulado “Do papel histórico de Araxá às dinâmicas recentes em sua Região Geográfica Imediata”, buscamos responder o objetivo específico iii ao realizarmos uma caracterização detalhada de diferentes conteúdos presentes na RGI. Para isso debatemos inicialmente os processos que permearam a formação socioespacial da área de estudo tendo como base principal os estudos desenvolvidos por Lourenço (2005), Lourenço (2007), Rosa (2013) e Santos (2018); e também o processo de fragmentação territorial e formação dos municípios, com base nos estudos realizados por Oliveira (2013) e Santos (2018). Acerca das dinâmicas recentes analisamos dados, séries históricas e estudos realizados por diferentes pesquisadores que possibilitaram a construção do retrato atual da RGI relacionada ao seu processo de urbanização, dinâmica demográfica, dinâmica socioeconômica, suas principais redes de infraestrutura e atividades relacionadas ao turismo e cultura.

Para o capítulo II além de pesquisa bibliográfica em publicações de autores que estudaram a região e em documentos oficiais de órgãos de pesquisa, de levantamento de dados e de séries históricas, tabulação de dados, construção de tabelas e gráficos, produção de mapas, realizamos também pesquisa documental no acervo municipal da Fundação Cultural Calmon Barreto, em Araxá, de forma a identificar documentos pertinentes a análise histórica da região. Ademais, realizamos a primeira etapa da pesquisa de campo durante o mês de dezembro de 2019 nos oito municípios da RGI, na qual capturamos paisagens que julgamos ser importantes para essa etapa da pesquisa, cujas fotografias de autoria própria constam ao longo do capítulo.

No capítulo III, intitulado “Qualidade de Vida a partir de indicadores municipais e intraurbanos”, buscamos responder ao objetivo específico iv através da análise das necessidades



mais básicas da população relacionadas às dimensões saúde, educação, saneamento, renda e assistência social. Tal análise propiciou o reconhecimento das áreas das cidades e/ou situações dos municípios que requer maior atenção da gestão pública e estratégias mais eficazes que levem ao desenvolvimento integrado de toda a população. Ademais, os resultados apresentados reiteraram a afirmação por nós apontada da importância desses estudos para a construção de melhores níveis de qualidade de vida.

Os caminhos metodológicos do capítulo III perfizeram inicialmente a escolha das dimensões de análise, que foram definidas primeiramente por entendermos serem as principais relacionadas às necessidades básicas da população, mas também devido a limitação de dados disponibilizados pelos órgãos oficiais, nos quais as dimensões escolhidas foram aquelas que apresentaram dados disponibilizados tanto em nível intraurbano como também em nível municipal, a exceção de alguns dos indicadores que mesmo tendo dados disponíveis apenas em um dos níveis foram utilizados por serem essenciais a nossa análise. Após escolhidos os indicadores⁴ de cada das dimensões analisadas foi realizada exportação e tabulação dos dados a partir de duas fontes principais, a saber: censos demográficos do IBGE e a plataforma do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro (FJP). Os dados do IBGE propiciaram a análise da qualidade de vida na escala intraurbana, tendo como recorte espacial os setores censitários urbanos e o recorte temporal o último censo realizado em 2010. Já os dados do IMRS foram escolhidos por possibilitarem uma análise na escala municipal com dados mais recentes que o censo, tendo com recorte espacial os limites municipais e recorte temporal os anos de 2000, 2010 e 2018, sendo os dois primeiros escolhidos por serem os mesmos anos dos últimos censos demográficos e o último referente aos dados mais atuais disponibilizados na plataforma. Após a tabulação de dados realizamos a transformação dos valores reais em indicadores através do *software Excel 365* (transformação dos valores reais em porcentagens), de forma a analisarmos a proporção de domicílios ou habitantes atendidos por determinado indicador dentro do recorte espacial analisado. Para facilitar a análise dos indicadores produzimos mapas utilizando o *software Arcmap 10.6.1*, que propiciaram a análise e evolução dos níveis de qualidade de vida nos municípios da RGI e as diferenças e discrepâncias existentes nas áreas urbanas. Como forma de verificar a atual situação das cidades em relação aos dados apontados pelo censo de 2010, visto que nossa pesquisa foi realizada às

⁴ Os detalhes e justificativas da escolha dos indicadores foram indicados no decorrer do capítulo III.



vésperas do lançamento de um novo censo demográfico – Censo de 2021 (IBGE, 2020), realizamos no mês de julho de 2020 pesquisa de campo de forma a identificarmos *in loco* a evolução positiva e/ou negativa dos indicadores analisados. Assim, percorremos todas as áreas urbanas e confrontamos os dados apresentados nos mapas com a paisagem por nós interpretada. Para ajudar na nossa análise fizemos coleta fotográfica na qual parte dessas fotografias de autoria própria se encontram também ao longo do capítulo. Ademais, utilizamos dados das prefeituras, notícias de jornais, documentos de órgãos oficiais para nos auxiliar na interpretação dos indicadores e da realidade por nós identificadas durante o campo.

Por fim o capítulo IV, intitulado “Qualidade de Vida a partir das relações estabelecidas na RGI de Araxá” teve como foco responder os objetivos específicos v e vi. Para isso inicialmente realizamos um debate acerca do processo de Urbanização Contemporânea relacionado aos fluxos e as funções assumidas pelas cidades no contexto regional, no qual utilizamos, sobretudo, os resultados apresentados pelo IBGE na pesquisa da Região de Influência de Cidades (REGIC, 2018), cuja última edição foi lançada recentemente. Realizamos também a análise da qualidade de vida a partir das relações estabelecidas em três dimensões – saúde, educação e consumo⁵, com vistas a identificar os problemas enfrentados pela parcela da população que realiza deslocamentos por necessidades básicas e também para entender como parte da população busca satisfazer dentro da RGI seus desejos e aspirações relacionados a estruturação regional da rede de comércio e serviços e do consumo-lazer.

No referido capítulo para o desenvolvimento da análise proposta além de pesquisa bibliográfica realizamos também o levantamento e tabulação de dados oriundos de instituições oficiais, com destaque para o Plano Diretor de Regionalização da Saúde (PDRS) de Minas Gerais (2019), as séries históricas do Ministério da Saúde e do IBGE, dados do Ministério da Educação (2020), da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais (2018), entre outros. Para auxiliar na análise desses dados foram produzidos mapas, tabelas e gráficos. Assim como no capítulo anterior utilizamos fotografias de autoria própria produzidas durante a pesquisa de campo realizada em julho de 2020, para evidenciar elementos pertinentes a nossa análise. Também utilizamos fotografias extraídas da *internet*, para retratar elementos que infelizmente não puderam ser capturados durante a atividade de campo em virtude da pandemia em curso no referido ano. Ademais, como forma de identificar a visão dos habitantes acerca das relações

⁵ A escolha das dimensões e dados utilizados foram apresentadas ao longo do capítulo IV.



estabelecidas entre municípios/cidades oriundas das necessidades básicas e também pelas aspirações relacionadas ao consumo, aplicamos questionário *online* (Anexo I) durante os meses de agosto e setembro de 2020, composto por dezesseis questões fechadas e quatro abertas⁶, utilizando aplicativo *Survey Monkey*. Foram aplicados 698 questionários em todos os municípios da RGI subdivididos da seguinte forma: 147 em Araxá, 112 em Campos Altos, 221 em Ibiá, 36 em Pedrinópolis, 76 em Perdizes, 31 em Pratinha, 29 em Santa Rosa da Serra e 46 em Tapira. O total de questionários correspondeu a uma amostra de 0,4% da população total da RGI. De acordo com as orientações do aplicativo utilizadas relacionadas ao cálculo do número de respondentes necessários para análise, o universo alcançado nessa pesquisa nos possibilitou uma margem de erro de +/- 3 pontos percentuais (SURVEY MONKEY, 2020).

Devido a pandemia do COVID-19 realizamos parte da pesquisa utilizando recursos *online*, em que o universo de respondentes foi alcançado no questionário através de várias estratégias, nas quais destacamos a utilização das redes sociais como principal instrumento de divulgação, com destaque para as publicações realizadas dentro de grupos do *Facebook* compostos por habitantes dos municípios. Também utilizamos os sistemas de rádio nos municípios de Campos Altos, Ibiá e Perdizes de forma a divulgar a pesquisa, além da nossa rede de contatos estabelecida especialmente em Araxá, Campos Altos e Ibiá⁷, como forma de alcançar o maior número possível de pessoas. Por fim, de forma a nos auxiliar na interpretação dos resultados apontados pelos respondentes realizamos entrevista *online* na forma semi estruturada (Anexo II) utilizando o *Skype*, que de acordo com Matos e Pessoa (2009) é recomendada por possibilitar aos entrevistados discorrer sobre suas experiências, a partir de um foco principal proposto pelo pesquisador. Foram realizadas entrevistas com profissionais que atuam nas áreas da saúde, educação e *marketing* e com um habitante no qual tínhamos conhecimento que se deslocava cotidianamente para realizar compras e consumir em outras cidades. Os entrevistados foram escolhidos devido sua experiência relacionada as dimensões analisadas. As respostas dos entrevistados em conjunto com as respostas das questões abertas do questionário propiciaram a construção da nossa análise que consta no referido capítulo.

⁶ A escolha das questões foram apresentadas ao longo do capítulo IV.

⁷ O questionário foi divulgado também entre amigos, familiares, alunos e colegas de trabalho.



Capítulo I

Urbanização e qualidade de vida: os desafios na contemporaneidade

“Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.”

Corrêa (1995, p. 1)

Neste capítulo, realizamos uma discussão teórico-conceitual sobre a temática *qualidade de vida* a partir do contexto da Urbanização Contemporânea e seus reflexos, sobretudo no que diz respeito a problemas no espaço urbano. Objetivamos entender o que é a Urbanização Contemporânea, como esse processo se manifesta em escala mundial e suas implicações no Brasil. Além disso, buscamos expressar os anseios da pesquisa, via apontamentos dos principais problemas inerentes às cidades, sobretudo àquelas que se encontram em países periféricos e que possuem certas similaridades. Também apresentamos uma discussão acerca da necessidade de se pensar sobre qualidade de vida e como os estudos relacionados a essa temática podem contribuir para a busca por soluções de problemas urbanos.



Cumpramos aqui que este capítulo não tem por objetivo esgotar os temas analisados, tampouco abarcar todo o conteúdo já publicado pela academia, mas direcionar o debate aos temas pertinentes e necessários à análise proposta. Assim, no transcorrer do texto, sinalizamos bibliografias e conceitos aqui utilizados para aqueles interessados em aprofundar os estudos abordados.

1.1 Aspectos da urbanização mundial

O século XXI tem sido marcado pela intensificação das redes e do fluxo de pessoas, mercadorias, energia e informação. Nesse contexto, as cidades têm assumido um papel cada vez mais central, visto que o processo de urbanização vivenciado após a Revolução Industrial preparou o terreno para a edificação e consolidação das cidades como as conhecemos hoje: locus dos aparatos necessários à reprodução do capital e, ao mesmo tempo, detentoras de complexos aspectos socioeconômicos. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2016), nas cidades, hoje, vivem 55% da população mundial. Nelas, estão localizadas relevantes empresas, indústrias, comércios, serviços, ou seja, são nos centros urbanos que os fluxos se concretizam, tornando-se nós de redes essenciais ao mercado financeiro internacional (CASTELLS, 1999). Portanto, é nas cidades que a reprodução do capital se manifesta de forma mais evidente, pois, mesmo que áreas não urbanizadas tenham papel central na economia, como, por exemplo, com o agronegócio, possuem ligações com os nós da rede materializada no espaço: as cidades.

Partimos, neste estudo, da constatação de que vivemos em um momento no qual o processo de urbanização atingiu patamares nunca vistos. O relatório *Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável* (ONU, 2016) apresenta o panorama de urbanização do mundo, mostrando que, em apenas 30 anos (entre 1976 e 2016), a população urbana saltou de 1,6 bilhão para 4 bilhões de pessoas. A perspectiva vislumbrada pelo relatório calcula que 60% das pessoas viverão em cidades até 2030, o que corresponde a mais de cinco bilhões de pessoas convivendo em áreas urbanas.

O fenômeno de urbanização ora apresentado é acompanhado por uma série de características e consequências decorrentes das transformações ocorridas no seio da sociedade contemporânea. De acordo com Zandonardi (2015), podemos destacar como características da urbanização recente a disseminação de novos centros urbanos e a expansão do tecido urbano,



principalmente em países que têm vivenciado uma urbanização acelerada, como a China, que, a cada ano, aumenta sua população citadina em cerca de 21 milhões de habitantes (ONU, 2016), e, para absorver esse contingente de pessoas, novas cidades têm sido construídas. Outra característica a ser destacada é a ampla difusão dos valores urbanos, sendo uma marca latente no modo de viver da população. Esse conjunto de características se manifesta de diferentes formas e intensidades ao redor do mundo, mas não é isento de similaridades.

Ressalta-se que, embora a urbanização amplamente conhecida seja recente, as cidades são anteriores a esse processo. Enquanto muitas áreas urbanas tenham sido fundadas, outras tantas foram completamente transformadas, como resultado dos acontecimentos posteriores à Revolução Industrial. Assim, mesmo com as transformações recentes, ainda existe, hoje, cidades nascidas há milhares de anos, com compartimentos da história visíveis na paisagem urbana, principalmente na arquitetura, onde o passado e o presente se manifestam.

Acerca do processo de urbanização recente, Oliven (2010) destacou dois períodos históricos que marcaram a importância crescente das cidades nos últimos séculos. O primeiro relaciona-se às transformações ocorridas a partir da ruptura do sistema feudal europeu e do nascimento do capitalismo, quando as cidades se tornaram importantes entrepostos comerciais. O segundo, mais recente, ocorreu a partir do final do século XVIII, fruto do processo industrial desencadeado na Inglaterra e que revolucionou o modo de produção capitalista. Acrescentamos, aqui, mais um período, conforme os estudos de Castells (1999), o qual se refere às cidades no contexto da era da informação, marcadas pelos fluxos e se constituindo como nós das redes. Temos, portanto, novas redes complexas que ligam pequenas e grandes cidades entre si e que criam contínuos urbanos verificáveis em diversas partes do mundo. Assim, as cidades construídas nos dois momentos históricos anteriormente mencionados se transformam em componentes dessa nova configuração.

A cidade, na história, é efeito dos anseios e interesses de diferentes momentos da sociedade, ao mesmo tempo em que a sociedade decorre do processo histórico de construção das cidades. Assim, na contemporaneidade, temos que a sociedade é, ao mesmo tempo, agente e produto da construção histórica das cidades e nas cidades. Para Park (1967), essa sucessão histórica relacionada às cidades e ao fenômeno de urbanização vivenciado nas últimas décadas trata-se da tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo possível do seu desejo. Acerca dessa relação entre o homem e a cidade por ele



construída, o autor explicou que “se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade, o homem reconstruiu a si mesmo” (idem, *ibidem*, p. 3).

A rapidez das transformações relacionadas às cidades, resultada de uma sobreposição de fatos históricos e acontecimentos importantes ocorridos nos últimos séculos até os dias recentes, sugere a necessidade de buscar entender ou decifrar, minimamente, aspectos da Urbanização Contemporânea. Nesse sentido, optamos por analisar o que chamamos de aspectos, pois reconhecemos a complexidade em conceituar a Urbanização Contemporânea, além de entendermos que, neste caso, a busca por conceitos poderia limitar a análise proposta. Cabe-nos, portanto, caracterizarmos alguns aspectos pertinentes das cidades contemporâneas, que, de certa maneira, reproduzem-se em diversas partes do mundo e trazem consigo problemas relacionados à qualidade de vida, foco do presente estudo.

Sechi (2006) descreveu a cidade contemporânea como um espaço da simultaneidade, composto por mescla de pessoas e diversificação de atividades econômicas. Trata-se de um lugar que nega o tempo linear e a sucessão ordenada das coisas, de acontecimentos e comportamentos que seguem a linha do progresso. É uma área que recebe, a cada momento, uma gama de novos processos e acontecimentos, os quais, somados ao longo dos séculos, compartimentam-se na paisagem. É, portanto, na cidade contemporânea onde o capital encontrou fôlego para se reproduzir, e é o espaço urbano o campo de aceleradas relações econômicas e sociais.

A aceleração crescente dos fluxos nas cidades, no contexto da era da informação, faz com que o passado e o presente se relacionem no cotidiano, o que torna a análise da Urbanização Contemporânea, de certa maneira, complexa, visto que ela pode ser entendida como sobreposição do passado recente e o momento atual, o “agora”, entrecruzando-se e apontando uma dinâmica futura, muitas vezes, incerta. Tal constatação nos traz a difícil pergunta: Qual será o futuro das cidades?! A resposta para essa indagação (se é que existe uma) só será encontrada a partir dos eventos que ocorrem/ocorrerão na contemporaneidade.

Alves (2013) corroborou esse entendimento do fenômeno de Urbanização Contemporânea, explicando que este possui em si, no mínimo, duas estruturas de cidades



sobrepostas: uma cidade que persiste e uma transformada. Ambas se referem a dois momentos de uma mesma estrutura urbana. A cidade que persiste se desenvolveu a partir do século XIX, primeiramente, na Europa e, paulatinamente, espalhou-se pelo mundo, que experimentou a industrialização, a expansão territorial acelerada, os planos racionalistas, as transformações advindas da invenção do automóvel, transporte em massa, elevador. É também caracterizada pela ascensão da burguesia. A cidade transformada, ou melhor, em constante transformação, surge da primeira e é marcada pelos sinais digitais, sendo permeada por uma complexa sociedade que, diferentemente da anterior, não mais se organiza pela relação capitalista-operário, mas experimenta os processos decorrentes da globalização da economia. Nesta, há o predomínio das redes em todas as áreas da existência humana. Portanto, entre a cidade do período industrial, que perdurou até o século XX, e a cidade do milênio – iniciada nos anos 2000 – existe as marcas das diversas e constantes transformações.

Outra característica da cidade contemporânea é a forma com que ela se relaciona com o processo de globalização econômica. Assim, à medida que os centros urbanos se tornam influentes no contexto das redes globais, eles tendem a, cada vez mais, assumir características morfológicas e paisagens visualmente semelhantes. Nesse contexto, a formação das redes em nível global, resultado dos processos elencados, ao mesmo tempo em que inclui algumas regiões e populações também exclui outras, o que torna a geografia das relações econômicas mundiais bastante complexas e variáveis ao longo do tempo.

Secchi (2006) explicou que, no contexto da Urbanização Contemporânea, a cidade não possui características idênticas em todas as partes do mundo. Entretanto, o processo de globalização e a intensificação das redes trazem consigo temas e problemas, que, em combinações diversas, são encontrados em todos os lugares e, portanto, são passíveis de reflexões gerais. Assim, independentemente do nível de inserção de determinado país nos processos relacionados à globalização, similaridades aparecerão, em maior ou menor grau, nas cidades, sobretudo aquelas relacionadas aos problemas urbanos.

Ademais, presenciamos, nas últimas décadas, uma intensidade e uma variedade de acontecimentos que culminaram no que Castells (1999) chamou de *sociedade em rede*. Esta se caracteriza pela mediação de qualquer área da vida humana por meio dos sistemas de comunicação multimídia. A repercussão desse fenômeno é perceptível na paisagem urbana, destacando-se as implicações das novas tecnologias na organização territorial e em seus usos,



especificamente os relacionados ao planejamento espacial, além do rearranjo na localização das atividades produtivas. Entretanto, essa característica recente da sociedade é acompanhada de diversas temporalidades sobrepostas, ou seja, o passado continua ativo no presente e as cidades, por consequência, continuam a se transformarem, levando em consideração aspectos das camadas históricas anteriores.

A partir do exposto, podemos inferir que os dois momentos históricos mencionados – um relacionado ao processo de industrialização e o outro referente à era da informação – em conjunto, moldaram as cidades como as conhecemos hoje. Assim, torna-se necessário entendermos as transformações ocorridas nesses centros urbanos, tanto nas cidades do período pós-industrial – intituladas por Alves (2013) como *cidades no século XX*, as quais, em conjunto com as ideias dos urbanistas, prepararam as bases das cidades como as conhecemos hoje – quanto nas contemporâneas, marcadas por transformações aceleradas relacionadas às dinâmicas informacionais e à intensidade cada vez maior de fluxos espaciais e não espaciais. Cumpre destacarmos, conforme nos explicou o autor, a importância de considerarmos a cidade não apenas como resultado das ações humanas e dos processos históricos, mas também como agente condicionador dessas transformações:

[a] cidade é expressão material e espacial de uma sociedade, por excelência o lugar da vida em contextos urbanos. Ela centraliza, concentra e possibilita a existência de diversos processos sociais que, por sua vez, a produzem e modificam. Portanto, ela não é apenas um resultado, uma consequência ou um artefato passivo em relação às atividades e seres que abriga, mas também se relaciona ativamente com os mesmos e, por isso, certas ações podem lhe ser atribuídas: ela condiciona, reforça, influencia, induz, limita, direciona, diferencia, segrega etc. (idem, *ibidem*, p. 22).

Para entendermos melhor a configuração das cidades a partir dos acontecimentos recentes, utilizamos a divisão dos períodos da urbanização recente, proposta por Alves (2013), mas com adaptações voltadas a aproximar o conteúdo da análise realizada pelo autor das necessidades deste estudo. Essa adaptação é apresentada na figura 1.

A trajetória urbana se intensificou a partir das transformações oriundas da Revolução Industrial. Alves (2013), acerca dessa etapa histórica, destaca a existência de uma *cidade tradicional* ou *barroca*, que se refere à cidade imediatamente anterior a esse período. A *cidade industrial primitiva*, alvo das transformações que ocorreram pelo aparecimento das fábricas e da máquina a vapor, foram marcadas por uma explosão demográfica e pela



deterioração do ambiente urbano. A *cidade pós-liberal* é caracterizada pelos planos moralizadores, cujo objetivo era refrear o liberalismo econômico. A *cidade moderna* localiza-se temporalmente após a Primeira Guerra Mundial, quando se multiplicaram propostas visando a ruptura com as formas urbanas tradicionais, e havia busca pela razão e liberdade. A *cidade na contemporaneidade*, por sua vez, é marcada pela irradiação das redes e pela globalização.

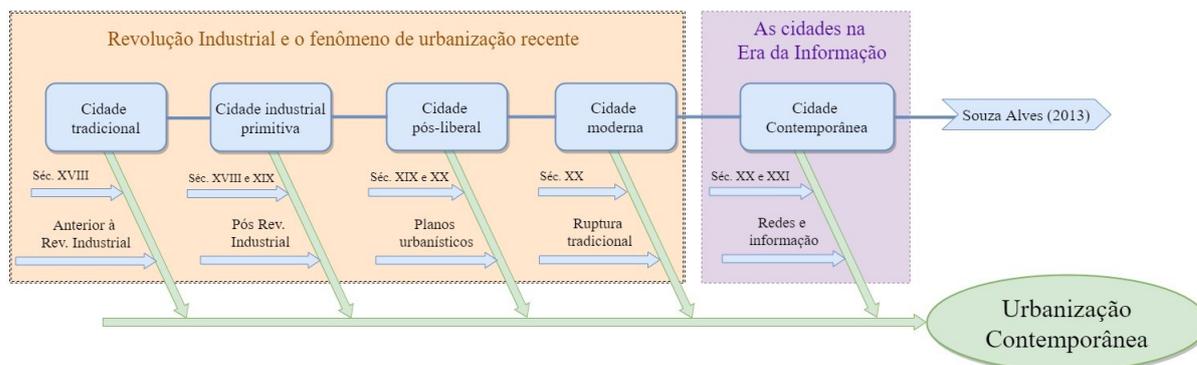


Figura 1 – Periodização do fenômeno de urbanização recente.
Fonte: Souza (2020) com base em Alves (2013).

Conforme Alves (2013, p. 35-36), três razões justificam a importância de se entender esses diferentes momentos:

1ª) a cidade contemporânea, conforme entendemos aqui, possui como substrato a própria cidade do século XX, cuja forma, estrutura social e urbanismo nasceram com a Primeira Revolução Industrial; 2ª) o fato de a Sociedade em Rede surgir no século XX também nos obriga a compreender como a cidade neste período foi estruturada, assim como suas maiores transformações, em relação aos séculos precedentes – o que nos leva novamente à industrialização e às suas consequências para as cidades: novos usos, novos equipamentos urbanos, novas escalas, surgimento do operariado, teorias urbanísticas etc.; 3ª) embora uma nova sociedade seja aqui considerada, a cidade contemporânea também apresenta-se como obra da sociedade anterior, pois não excluiu as formas preexistentes.

Ademais, conforme Secchi (2006), a cidade não se transforma imediatamente após os eventos. Ao contrário, a cidade compreende a sobreposição dos diferentes momentos, que deslizam uns sobre os outros com graus de atritos diferentes. Segundo o autor, “[a] cidade muda principalmente em consequência de movimentos mais profundos das estruturas sociais e de poder, dos imaginários e das representações, da cultura política e institucional; mudanças que obviamente estão ligadas àqueles eventos, mas de maneira indireta” (idem, ibidem, p. 24-25). A cidade na contemporaneidade é, portanto, resultado da sobreposição de eventos de ordem



estrutural e social que, em conjunto, emolduraram o processo urbano e construíram a paisagem urbana da forma como a conhecemos na atualidade.

Neste estudo, os quatro momentos históricos recentes foram agrupados em dois subitens: *A urbanização no contexto da Revolução Industrial* e *A urbanização na era informacional*. Esse agrupamento teve vistas a direcionar a análise aos acontecimentos que interessam a esta pesquisa, quais sejam entender o processo vivenciado pelas cidades após o processo de industrialização, entre os séculos XVIII e XX; e as transformações ocorridas no período ultra recente, sobretudo após o ano de 1970 – marcado pela revolução tecnológica. Não obstante, é reconhecível que, a despeito dessa divisão didática dos acontecimentos históricos, a cidade é uma só, formada por camadas sobrepostas ao longo da história.

1.1.1 A urbanização no contexto da Revolução Industrial

O processo de urbanização – e a cidade, como forma concretizada desse processo vivenciado nos últimos séculos em escala mundial – marcou tão profundamente a civilização contemporânea que se torna difícil pensar que, em outros períodos da história, as cidades não tiveram um papel tão significativo (SPOSITO, 1997). Assim, mesmo que a urbanização tenha origem em séculos antes da Revolução Industrial, as cidades de hoje são produtos cumulativos das cidades de outrora, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos. Portanto, mesmo o foco desta análise se centrando nos eventos recentes da urbanização pós-industrial, torna-se necessário reconhecermos que as cidades de hoje são retratos de uma série de acúmulos de processos históricos compartimentados no espaço geográfico.

O fato é que o fenômeno de urbanização recente foi consequência de processos desencadeados pela Revolução Industrial no século XVIII, inicialmente na Inglaterra, e que se espalhou pelo globo nos séculos seguintes. Esse fenômeno foi marcado pelo êxodo rural e por um modo de vida urbano.

Corrêa (1997) explicou que as cidades, no início da era industrial, caracterizavam-se por uma intensa centralização em função da implantação de ferrovias e estações de trem, além de uma população urbana vivendo de modo segregado, com claras distinções entre os bairros de operários, os de classe média e os dos ricos. O acelerado aumento populacional



ocasionou o surgimento de extensas periferias e um fenômeno de dispersão⁸ territorial, assim como levou ao surgimento das metrópoles e dos processos de conurbação, que produziram uma forma urbana inédita na história, marcada por novas centralidades. Tais processos, portanto, tornaram insuficiente parte significativa dos raciocínios tradicionais de organização do território urbano.

Alves (2013) argumentou que a cidade, no período imediato à industrialização, teve como motivações para o seu desenvolvimento três fontes principais: a fábrica, a mineração e a ferrovia. A extração de ferro e carvão tornaram-se essenciais para a produção industrial. A ferrovia, por sua vez, teve suma importância no transporte tanto dessas matérias-primas até as fábricas quanto dos bens produzidos até o consumidor final. As ferrovias, portanto, foram essenciais para que a mineração avançasse para áreas mais distantes das cidades, transformando, no entanto, a paisagem rural por onde passavam. As infraestruturas oriundas de sua instalação contribuíram para o crescimento dos níveis de poluição e congestionamento nas cidades industriais, além de terem gerado um aumento na densidade de fábricas e armazéns nas áreas próximas às estações. Por sua vez, esse acúmulo de edificações e estabelecimentos levou a um aglomerado de pessoas que buscavam viver próximas aos locais onde trabalhavam. Surgiram, nesses lugares, cortiços e, como resultado, níveis elevados de densidade populacional se desenvolveram, acompanhados de problemas no espaço urbano.

Munford (1988) elucidou que, além de ter trazido adversidades para as áreas urbanas, o processo de urbanização comprometeu também o ambiente natural, sendo que, quanto maior a industrialização em determinada região, maior era o seu grau de urbanização e maior ainda seus níveis de degradação ambiental. Assim, esse período foi marcado por níveis acelerados de problemas ambientais, com extinção de espécies de fauna e flora, destruição de ecossistemas, processos de erosão, desmatamento e poluição dos recursos hídricos, trazendo consigo vicissitudes socioambientais urbanas.

O adensamento das áreas próximas à indústria e a saturação do espaço urbano influenciaram também o surgimento das regiões periféricas nas cidades. Nascia, nesse momento, a periferia dos centros industriais, não planejada, segregada socialmente, sem a

⁸ No que tange ao processo de dispersão, Reis (2006) entendeu que o fenômeno resultou na formação de áreas que se estenderam por um vasto território, separadas no espaço, mas mantendo estreitos vínculos entre si, como partes de um único sistema urbano.



existência de espaços públicos e com alta densidade populacional. A intensidade das relações sociais e transformações ocorridas na cidade pós-industrial preparou o pano de fundo para a composição urbana como a conhecemos.

Benevolo (2009) afirmou que esse processo de inchaço urbano imediatamente após a Revolução Industrial não aconteceu por acaso, mas sobretudo devido à demanda de mão de obra criada pela indústria nascente e a fatores como a expulsão da população do campo associada ao incremento da produção agrícola. O resultado desse processo, como abordado por Choay (2010), foi a formação de uma massa operária vivendo de modo miserável em casebres e cortiços ao redor de fábricas.

Engels (1845), em sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, denunciou as péssimas condições de vida dos trabalhadores, tanto nas fábricas quanto no trabalho. Aspectos relacionados a violência, degradação ambiental e questões de saúde criaram um quadro urbano negativo naquele país no século XVIII, assim como na Europa e Nova Inglaterra (Estados Unidos da América - EUA) no século XIX. As figuras 2 a 5 retratam as características das cidades industriais inglesas na transição entre esses dois séculos.

Na figura 2, é possível observarmos o processo de adensamento urbano, com casas, armazéns e indústrias edificadas sem nenhuma preocupação com padrões de construção, ou seja, com crescimento desordenado em relação a saneamento, ventilação, entre outras questões relativas à saúde. É possível também visualizarmos a poluição do ar, fruto do processo de industrialização. Na figura 3, percebemos um importante contraponto do processo de urbanização no período industrial, o qual diz respeito à relação urbana e rural. Ao fundo, temos as fábricas e suas chaminés e, em primeiro plano, o cotidiano rural. A figura 4 retrata a situação dos operários no início da industrialização, vivendo amontoados em cortiços, convivendo com esgoto a céu aberto e outras mazelas da urbanização pós-industrial. Por fim, a figura 5 apresenta operários ingleses no início do século XIX em manifestação por melhores condições de trabalho.

Para além das questões de infraestrutura precária e problemas no urbano, nascentes no contexto inicial do processo de industrialização, destacamos que a Revolução Industrial desencadeou um processo de alterações na antiga ordem urbana e social. Tais alterações motivaram a consolidação de um novo sistema social, caracterizado por: (i) o surgimento de



mercados consumidores e novas organizações produtivas em várias partes do mundo; (ii) uma integração cada vez maior dos fluxos de matéria-prima, produtos industrializados e gêneros alimentícios; e (iii) um aumento progressivo de pessoas se deslocando entre cidades, metrópoles e países. Além disso, registrou-se o surgimento, ou melhor, a sistematização, em nível internacional, de alguns serviços de comunicação, como os correios e cabos de telégrafo. Somado ao exposto, mencionamos também as transformações relacionadas às artes, organizações e associações, que acompanharam as demandas da sociedade industrial.



Figura 2 – Paisagem urbana pós-industrial no séc. XIX. Fonte: Museu Britânico (2019).

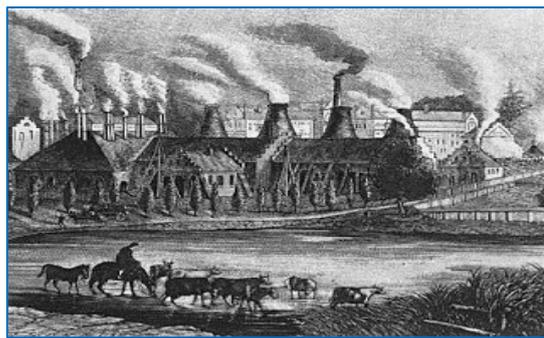


Figura 3 – Contraste entre o rural e o urbano no séc. XVIII. Fonte: Museu Britânico (2019).



Figura 4 – Condições de vida dos operários fabris no séc. XVIII. Fonte: Museu Britânico (2019).



Figura 5 – Operários ingleses no séc. XIX. Fonte: Museu Britânico (2019).

As cidades pós-industriais das décadas seguintes à Revolução Industrial, sobretudo aquelas do século XIX, vivenciaram também processos que necessitam ser apresentados. Benevolo (2009) definiu a cidade desse período como *pós-liberal*, na qual o capital operou livremente no território e as motivações econômicas gerenciaram a produção do ambiente urbano construído. Para Alves (2013), a maior expressão dessas ideias voltadas à valorização urbana foi a reforma ocorrida em Paris (figuras 6 a 9), capitaneada pelo Barão de Haussmann, e a expansão de Barcelona (figuras 10 a 13), idealizada por Ildefonso Cerda. Ideias que, de acordo com o autor, foram replicadas em colônias europeias ao redor do mundo. Essas realizações tinham objetivos comuns, alicerçados pela noção de gestão e estruturação urbana.



Nas figuras 6 e 7 podemos ver o programa de obras públicas de modernização da cidade de Paris, implementado entre os anos de 1850 e 1870. Os objetivos dessa reestruturação urbana tinham, principalmente, motivações militares, mas também visavam à melhoria da circulação e higienização da capital francesa, resultando no alargamento das vias em um padrão dendrítico. As figuras 8 e 9 mostram a avenida Champs Élysées. É possível percebermos a largura considerável da via e da calçada, o que, além de melhorar a circulação, também possibilitava visão ampla da cidade – fator importante para o controle militar. As figuras 10 e 11 apresentam o plano urbanístico de expansão da cidade de Barcelona, implementado na década de 1860. Teve por objetivo a ampliação da área urbana da cidade com a demolição das antigas muralhas e o desenho das vias no formato ortogonal, também conhecido como “tabuleiro de xadrez”. A figura 12 apresenta a visão das fachadas dos prédios, em Barcelona, com padrão de construção e altura similar dos patamares. A figura 13 apresenta exemplo de via, nessa mesma cidade, com calçadas amplas e arborização, parte integrante do plano original.

Os aspectos visualmente apresentados decorrem do liberalismo econômico difundido naquele momento da história, acompanhado das ideias iluministas, do cientificismo e das novas demandas políticas da burguesia. Tais fatores fundaram uma nova sociedade na qual as cidades se tornaram muito diferentes do substrato urbano em que nasceram. Essa nova estrutura social criou, paulatinamente, a produção e o consumo em massa, lançando as bases para o processo de globalização (ALVES, 2013).

No século XX, em nível mundial, ocorreram transformações no tecido urbano via difusão dos meios de transporte, o que contribuiu para o desenvolvimento do subúrbio moderno, sobretudo, em decorrência do automóvel. Esse fenômeno foi fundamental para a ampliação do perímetro urbano, e a dispersão urbana foi a consequência latente desse processo.



Figura 6 – Projeto de B. Haussmann para a reforma de Paris. Fonte: Biblioteca do Louvre (2019).



Figura 7 – Vista aérea de Paris e sua rede viária em formato dendrítico. Fonte: Google Earth (2018).





Figura 8 – Avenida Champs Élysées (Paris).
Fonte: Souza (2013).



Figura 9 – Calçada da avenida Champs Élysées (Paris). Fonte: Souza (2013).

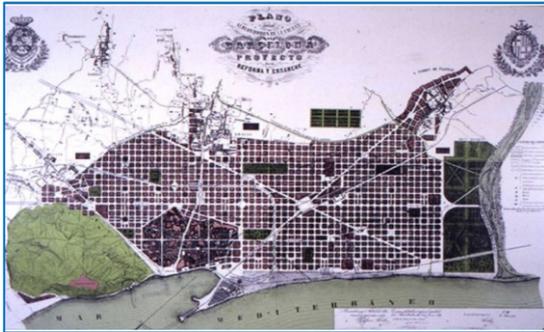


Figura 10 – Projeto de expansão de Barcelona.
Fonte: Biblioteca Nacional Espanhola (2018).



Figura 11 – Vista aérea de Barcelona.
Fonte: Biblioteca Nacional Espanhola (2018).



Figura 12 – Vista dos edifícios de Barcelona.
Fonte: Souza (2013).



Figura 13 – Via pública de Barcelona.
Fonte: Souza (2020).

Jacobs (2000) afirmou que a dependência do automóvel particular foi responsável pela destruição da escala reduzida das cidades e do senso de vizinhança – característica inicial dos subúrbios. O resultado foi a profusão de cidades ou de áreas dentro as cidades, nas quais tornou-se impossível, por exemplo, percorrer a pé o caminho de casa ao supermercado. Munford (1998), por sua vez, destacava que o automóvel não apenas estilhaçou a cidade do século XX, mas também contribuiu para outras transformações espaciais, nas quais os edifícios – antes construídos com extensas áreas de parque ao redor – foram gradativamente substituídos por construções em meio a extensas áreas de estacionamento.



O surgimento de outros tipos de transporte também marcou as cidades do século XX. A intensificação do fenômeno de dispersão urbana, acarretado pelo automóvel, fez com que, nas grandes cidades, o metrô surgisse como a alternativa mais viável de transporte público, seguido por opções como veículo leve sobre trilhos (VLT) e monotrilho. As figuras 14 e 15 exemplificam esse momento histórico das cidades no referido século e que ainda podemos visualizar na paisagem urbana atual. Na figura 14, temos o famoso cruzamento Judge Harry Pregerson, em Los Angeles (EUA). Trata-se de um emaranhado de viadutos construídos na década de 1990, com o objetivo de dar vazão ao fluxo de automóveis de uma área urbana, que, naquele momento, possuía um dos maiores índices de veículo por habitante do mundo. Já a figura 15 apresenta a avenida Sheikh Zayed, em Dubai (Emirados Árabes Unidos), construída no início dos anos 2000 e que mostra a continuidade da priorização do automóvel como meio de transporte urbano. É possível verificarmos a via larga com oito pistas de cada lado. Também podemos observar uma estação de metrô como alternativa de modo de transporte.



Figura 14 – Rede viária Judge H. Pregerson, em Los Angeles. Fonte: Prefeitura de Los Angeles (2015).



Figura 15 – Avenida Sheikh Zayed (Dubai). Fonte: Souza (2019).

O avanço do sistema de transportes e o crescente aparecimento de cidades dispersas e fragmentadas no século XX foram acompanhados por – e, ao mesmo tempo, sequelas de – novas formas de morar e de viver a e na cidade. Estamos nos referindo à emergência de um novo modo de vida urbano que se consolidou nas cidades como o conhecemos nos dias atuais, pautado, sobretudo, nas mudanças tecnológicas. Esse novo padrão de viver as cidades e consumir nelas resultou de transformações ocorridas no seio das sociedades, que podem ser retratadas por meio do *American Way of Life* – filosofia que determinava o estilo de vida americano, amplamente difundida após a Primeira Guerra Mundial, na década de 1920. Esse modo de vida possuía características relacionadas ao consumismo, à padronização social e à crença em valores democrático-liberais. As figuras 16 a 19 retratam, a partir de exemplos de



propagandas em jornais, essa nova forma de viver e consumir nas cidades do século XX, com destaque às facilidades para a casa, através da aquisição de utensílios domésticos, como refrigeradores (figura 16), televisores (figura 17) e máquinas de lavar roupas (figura 18); e ao consumo relacionado ao lazer, no qual a compra de industrializados traria satisfação às pessoas – sensação essa apreendida nos sorrisos da família representada na figura 19, em um churrasco regado a produtos industriais que vão desde alimentos a bens recreativos.

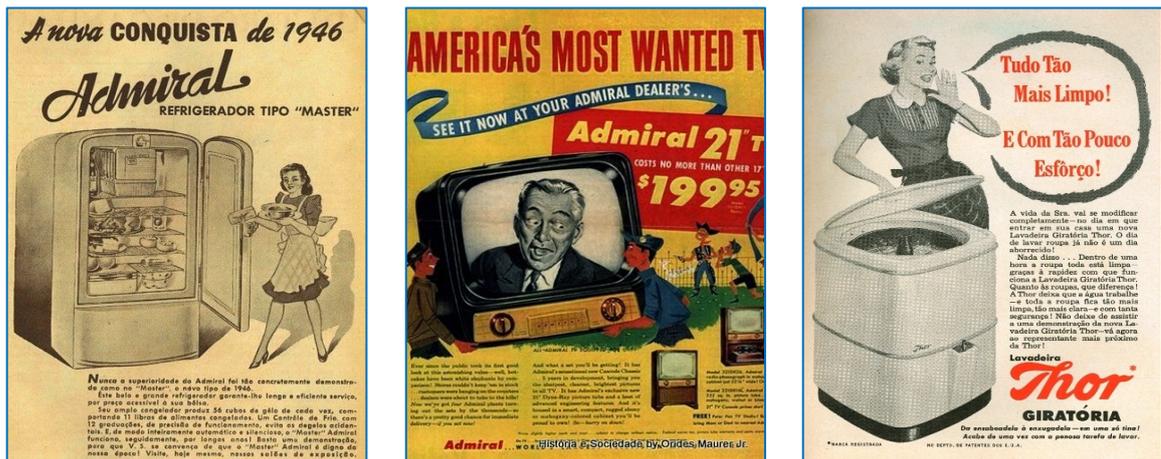


Figura 16 a 18 – Propagandas das facilidades para a casa no início do século XX.
Fonte: Museu de Nova Iorque (2019).



Figura 19 – Características do *American Way of Life*, relacionadas ao consumo e lazer.
Fonte: Museu de Nova Iorque (2019).

O resultado foi um amplo consumo de itens para a casa, além das formas de viver em bairros no subúrbio, cujas características eram parecidas com as dos atuais condomínios fechados, mas sem muros, com casas cercadas por jardins abertos, piscina, ruas sem saída etc. Esse modo de consumir nas cidades se expandiu e se transformou ainda mais, na segunda metade do século XX, com o advento da revolução tecnológica na década de 1970.



O retrato atual das cidades evidencia que o modo de vida americano dos anos 1920 e seguintes evoluiu e se consolidou, no seio do capitalismo, como a forma de reprodução do capital e da concretização das relações sociais. Na paisagem urbana contemporânea, as relações de consumo fazem parte do cotidiano das cidades e comumente presenciamos o lançamento de novos produtos que movimentam a economia e alteram o modo de viver na contemporaneidade.

As cidades no século XX, portanto, tiveram seu espaço urbano alicerçado em constantes transformações, por meio de fenômenos de dispersão e fragmentação⁹, além da intensificação dos padrões de consumo em massa. Tais processos objetivaram uma funcionalidade cada vez mais complexa com diversas centralidades, permeadas por áreas habitacionais rarefeitas. Embora tal diversidade funcional tenha sempre existido, a partir da Revolução Industrial, houve uma amplificação de sua intensidade e complexidade.

Mesmo que parte das cidades do globo seja milenar ou secular, vimos nesta subseção que foi a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, que o processo de urbanização, como o conhecemos hoje, começou a tomar forma e a se consolidar nos séculos posteriores até a presente data. Apesar de entendermos que houve uma continuidade dos processos relacionados ao crescimento urbano, alguns aspectos históricos marcaram a sociedade pós-industrial, sobretudo a urbana, no que diz respeito à revolução tecnológica, após 1970, com transformações tanto espaciais – nos padrões de infraestrutura – quanto não espaciais – no modo de vida urbano. É sobre isso que trataremos a seguir.

1.1.2 A urbanização na era informacional

“É claro que a tecnologia não determina a sociedade. [...] A tecnologia é a sociedade.”

Castells (1999, p. 43)

A segunda metade do século XX foi marcada por um processo de ruptura da sociedade, pautado na inovação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A sociedade, de maneira geral, nesse novo momento histórico, vivenciou transformações em sua infraestrutura espacial e no modo de vida urbana. Os avanços nas telecomunicações, por meio do rádio, da televisão e, principalmente, dos computadores, que permitiram às redes sociais

⁹ Salgueiro (1998) descreveu o fenômeno da fragmentação urbana como sendo a existência de enclaves que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido que as cerca.



assumirem o protagonismo na contemporaneidade, fizeram com que a cidade assumisse um protagonismo enquanto unidade básica das relações cada vez mais descentralizadas e globais (CASTELLS, 1999).

O surgimento dessas novas tecnologias, intensificado a partir da década de 1970, foi amplamente debatido por Castells, no final da década de 1990, em sua trilogia *A sociedade em rede*, sobretudo no volume 1: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. A importância da obra do autor está na proposta conceitual de que estamos passando por um período reconhecido como *capitalismo informacional*. Castells (1999) visualizava uma sociedade contemporânea composta por uma base material constituída pelas TICs, na qual, paulatinamente, a economia passava de industrial para informacional. De acordo com Alves (2013), Castells, em seu estudo, ultrapassou barreiras e analisou de forma ainda mais ampla esse processo produtivo, incluindo uma análise da estrutura social de onde surgiu a identificação de uma *sociedade em rede*. Analisar a estrutura social, pós-revolução tecnológica, a partir de uma ampla investigação, em que se considera as redes físicas e não físicas (sociedade em rede), possibilita várias reflexões acerca da comunicação, dos laços estabelecidos e da composição das instituições sociais na contemporaneidade.

O geógrafo Milton Santos, em sua obra *A natureza do espaço*, lançada em 1996, já desenvolvia esse entendimento sobre o referido momento de transformações advindas da evolução das TICs. O autor afirmou que tal momento é pautado pelo meio técnico-científico-informacional, inaugurado pela Terceira Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Científica-Informacional, que se manifestou de forma mais intensa a partir da década de 1970. Tal momento é resultância da união entre a técnica e a ciência, a qual possibilitou os avanços tecnológicos e a irradiação dos fluxos e redes pelos territórios, além de ter consolidado o processo de globalização (SANTOS, 1996).

Castells (1999) complementou que a expansão das redes informacionais e sua crescente universalização não viabilizaram apenas novos caminhos para as corporações e a globalização da economia, mas também foram responsáveis pela mediação dos processos de comunicação entre as instituições e os indivíduos, seja nas relações profissionais, nas transações econômicas, nas discussões políticas em ambiente virtual ou, simplesmente, em bate-papos do cotidiano. Assim, novas mídias e novas modalidades de comunicação têm surgido a cada dia.



Nessa nova sociedade, a informação tem sido o combustível e a *internet* o seu motor fundamental.

Para Alves (2013), as TICs, em conjunto com o incremento da eficiência dos transportes, têm permitido que a organização em rede seja predominante na estrutura social contemporânea. Essa rede pode ser entendida como um conjunto de nós interconectados – sendo o nó qualquer coisa, desde um ponto físico a uma pessoa. A função desse nó é armazenar e processar os fluxos da rede.

Cabe ressaltarmos que, do ponto de vista econômico, a inauguração do tempo das tecnologias não fez com que a indústria desaparecesse ou encolhesse. O que ocorreu foi que a sociedade em rede englobou e liberou potencialidades produtivas no que diz respeito, sobretudo, à organização da indústria em rede, à distribuição dos seus produtos e à relação entre os lugares de produção, gestão e consumo. Tal constatação pode ser comprovada ao analisarmos a composição dos países que atualmente dominam a economia global. É possível percebermos que esses países são justamente os mesmos que promoveram políticas visando à criação de condições para a absorção das inovações nos sistemas produtivos, o consumo de sua produção e, especialmente, a inovação tecnológica informacional.

Nesse contexto, emerge uma geopolítica planetária pautada na diferença entre os países que conseguiram se apropriar com maior eficiência e agilidade do desenvolvimento tecnológico em relação àqueles que não passaram por esse momento ou que têm passado por ele de maneira tardia. Tais aspectos influenciaram e continuam a influenciar diretamente o desenvolvimento econômico dos países ao redor do globo e a moldar os níveis de desenvolvimento econômico e social. O resultado dessa constatação é visível na paisagem das cidades e nas condições de vida dos habitantes. Há, portanto, um desenvolvimento desigual (que ocorreu também em outros momentos da história), visto que não são todas as partes do mundo que estão de fato inseridas nas redes e na dinâmica da economia mundial recente (CASTELLS, 1999).

Muñoz (2008) contribuiu com essa análise ao afirmar a impossibilidade de compreendermos a situação atual sem entendermos que existe dois tempos coexistindo – o tempo real e global da simultaneidade das telecomunicações e o tempo histórico, vivido singularmente em cada lugar do planeta. Assim, algumas áreas do mundo, com



desenvolvimento econômico avançado, se encontram mais inseridas nas TICs, enquanto outras possuem um desenvolvimento tardio ou incipiente.

Santos e Silveira (2001), na obra *O Brasil território e sociedade no início do século XXI*, evidenciaram que o processo ora explicitado tem como corolário os espaços luminosos e opacos. Os primeiros são aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, estando mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Portanto, em geral, são áreas de grande fluidez, com dinâmica industrial consolidada, com dinamicidade e desenvolvimento tecnológico que acompanham e se desenham no espaço de acordo com a necessidade das grandes empresas. Os segundos são aqueles onde essas características estão ausentes, ou são pouco significativas, isto é, são áreas pouco dinâmicas e com fluidez incipiente ou inexistente.

Os processos elencados por Castells (1999) e Santos e Silveira (2001) podem ser constatados ao analisarmos algumas redes e infraestruturas em nível mundial. A figura 20 nos mostra os pontos iluminados por energia elétrica no mundo a partir de imagens captadas do espaço. É possível percebermos áreas altamente iluminadas, sobretudo na Europa e nos EUA, enquanto outras, como a África, por exemplo, apresentam extensas áreas não iluminadas ou com iluminação em níveis menores em comparação a outras partes do globo. Tal análise comprova a existência de áreas mais conectadas, ou seja, mais inseridas no contexto das redes, enquanto outras participam desse processo de maneira secundária.



Figura 20 – Imagem noturna de satélite com os pontos de luminosidade no mundo. Fonte: Nasa (2000).



As figuras 21 a 24 apresentam outras dinâmicas que, com base em diferentes fluxos, contribuem para o entendimento sobre a participação desigual de regiões terrestres no processo de globalização. A primeira retrata a posição de todos os aviões no mundo na data de 20 de agosto de 2019. É perceptível verificarmos também a concentração das rotas de aviação nos EUA e na Europa se comparado com as demais regiões do globo. A figura 22 ilustra a rede ferroviária atual no mundo com densidade considerável na América do Norte (principalmente nos EUA e no Canadá), no continente europeu e em parte da Ásia. A figura 23 demonstra a infraestrutura física de cabos submarinos de fibra óptica existentes atualmente no mundo, responsável pelas conexões de *internet* em nível mundial, sendo que, quanto maior a quantidade de cabos, maior o nível dos fluxos de informação. É possível percebermos, novamente, uma concentração superior de cabos interligando os EUA, a Europa e a Ásia (destaque para Japão, Coreia do Sul, Singapura e China), demonstrando áreas do globo que, cada vez mais, consolidaram-se como polos de desenvolvimento tecnológico. A figura 24 mostra o número de acessos diários à *internet* no mundo no dia 30 de agosto de 2014. É considerável a densidade dos acessos se concentrando também no território americano e europeu.



Figura 21 – Localização dos aviões no mundo em 20 de agosto de 2019. Fonte: Flyradar (2019).

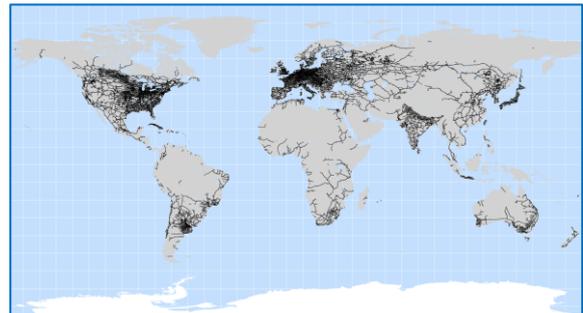


Figura 22 – Malha ferroviária mundial. Fonte: Reddit (2015).

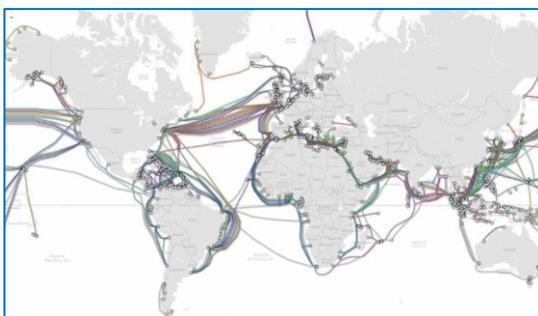


Figura 23 – Cabos submarinos de fibra óptica no mundo. Fonte: Nexo Jornal (2017).

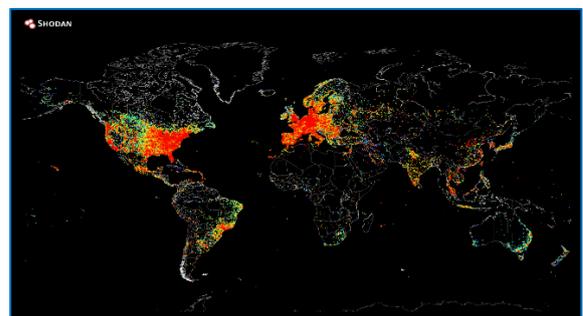


Figura 24 – Densidade de acessos à *internet* no mundo. Fonte: Revista Galileu (2014).



Constata-se que o processo de globalização abrange todo o planeta, das grandes cidades aos pequenos vilarejos e, para além deles, áreas não urbanizadas, que se encontram integradas por meio da economia, com agronegócio e turismo, por exemplo. Há de se reconhecer ainda que as localidades mais globalizadas são aquelas onde as estruturas e os fenômenos são relacionados ao processo de industrialização pioneiro e que tiveram melhores condições para se desenvolverem; condições essas que, na maioria dos casos, foram viabilizadas pelo Estado. O retrato desse processo é que, ainda hoje, os principais centros informacionais do mundo se localizam em países que foram potências econômicas na era industrial e que mantêm essa condição na era da informação (ALVES, 2013). Tais países continuam a investir maciçamente em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, sobretudo as relacionadas à informação.

A partir dos dados apresentados na figura 25, é possível percebermos que América do Norte, Europa e Ásia são responsáveis por 90% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento no mundo, financiados, principalmente, pelo setor privado. O Brasil ocupava nona posição em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) investido para este fim, com uma diferença em relação aos países que ocupam as primeiras posições: a maior parte do dinheiro vem do setor público e não da iniciativa privada.

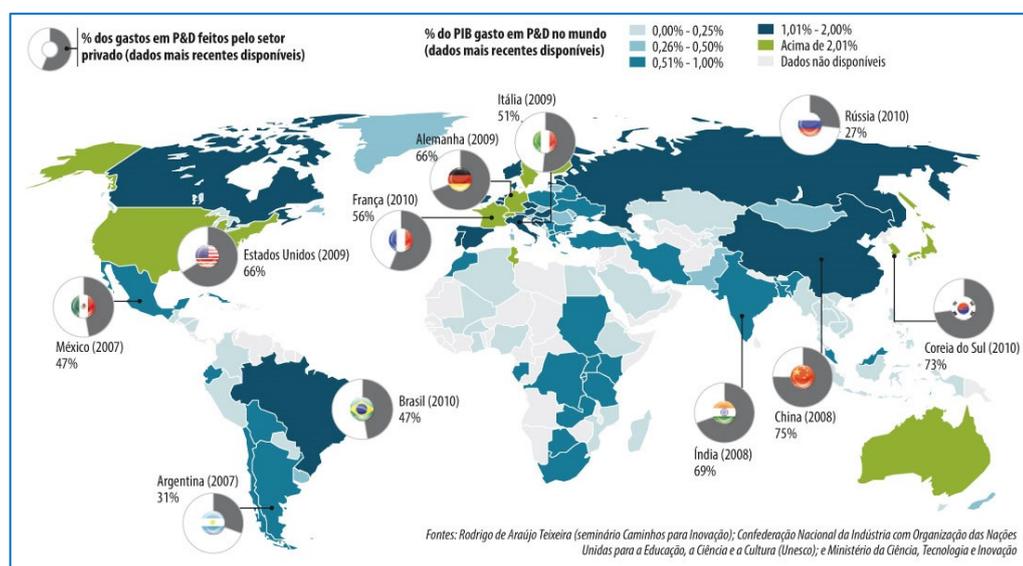


Figura 25 – Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias no mundo no ano de 2016.
Fonte: Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (2018).

Em conjunto com as potências econômicas tradicionais, surgem estados em outras áreas do globo que têm buscado se inserirem na dinâmica das redes. Estes possuem



características regionais e riquezas minerais propícias a sua introdução nas redes internacionais. Castells (2009) afirmou que certas porções do globo, devido a tais características, foram incorporadas rapidamente à economia global por meio do processo de industrialização tardia. Tais dinâmicas produziram situação heterogênea nos campos social, econômico, político e espacial. O resultado dos movimentos recentes da economia globalizada tem alteração nas relações históricas. Além disso, tem produzido um complexo e mutável quadro regional, substituindo as distinções norte e sul e passando a se expressar em função dos graus de participação dos territórios nas redes globais (ALVES, 2013).

A figura 26 apresenta os principais polos tecnológicos do mundo, na qual é possível verificarmos que características regionais, como o desenvolvimento de novas tecnologias, além das riquezas minerais, propiciaram a inserção dessas áreas nas redes internacionais. Destacamos o Vale do Silício, nos EUA, como principal polo tecnológico mundial, onde se encontram localizadas as principais empresas (Intel, Google, Apple, Facebook, Netflix, Microsoft, entre outras) relacionadas à produção de *softwares*, *hardwares* e desenvolvimento de portáteis. Na Ásia, encontram-se os polos tecnológicos de Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, Índia e Israel (Tel Aviv), relacionados a *software*, *hardware* e produção de eletrônicos; também os polos de China e Japão, os quais, além dos itens mencionados, também possuem pesquisas na área de desenvolvimento de robótica. Na América do Sul, temos o surgimento de um polo mais recente, relacionado às empresas de *start-ups* voltadas ao desenvolvimento de tecnologias para solucionar problemas do cotidiano.



Figura 26 – Principais polos tecnológicos mundiais, com destaque para os localizados na América e Ásia. Fonte: Techmundo (2018).



Ainda sobre o desenvolvimento das novas tecnologias, ocorrido no final do século XX e intensificado no século XXI, destacamos o papel que as redes sociais têm assumido na sociedade. A comunicação virtual tem possibilitado cada vez mais às pessoas debaterem e se agruparem em função de afinidades e ideias comuns, tais como convicções religiosas, de origem étnica ou de gênero, assim como debate e organização de ações políticas em diversas partes do mundo – como passeatas, protestos, greves, boicotes, abaixo-assinados e diversas outras formas de reivindicação. As redes sociais também têm cada vez mais se tornado instrumento de ações publicitárias de ordem política, muitas vezes com a utilização de *fake news* e outras estratégias de difusão de ideologias e formas de pensar a sociedade.

As figuras 27 a 30 apresentam exemplos dos usos da *internet* para mobilização social. As duas primeiras retratam o movimento conhecido como *Primavera Árabe*, que ocorreu no Oriente Médio e norte da África a partir do final de 2010, impulsionado pelas redes sociais, que desencadeou revoluções e guerras civis em vários países. Tal movimento teve repercussões em nível mundial, inclusive no Brasil, com as manifestações do movimento *Vem pra Rua* (figuras 29 e 30), ocorridas em 2013 e que culminaram em mudanças políticas importantes, fomentando, inclusive, o processo de *impeachment* da, então presidente, Dilma Rousseff.

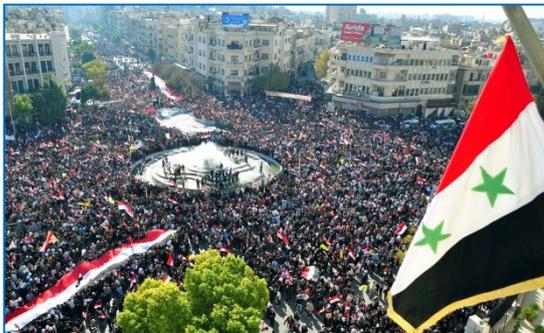


Figura 27 – Manifestação no Cairo (Egito) em 2010.
Fonte: Revista Exame (2019).



Figura 28 – Manifestante no Iraque em 2019.
Fonte: Revista Exame (2019).



Figuras 29 e 30 – Manifestações no Brasil em 2013. Fonte: Revista Exame (2019).



Acerca do fenômeno de urbanização, no contexto das redes e da era da informação, temos que as cidades de hoje são todas contemporâneas entre si – pois coexistem no espaço geográfico – mas isso não significa que estejam incluídas no mesmo contexto contemporâneo, visto que certas localidades se encontram inseridas de modo mais intenso nas redes informacionais em nível mundial. Como consequência, essas áreas tendem a ter maior acesso às tecnologias, como também se organizam segundo lógicas parecidas, fazendo com que, nelas, os aspectos caracterizadores da sociedade em rede, tanto espaciais quanto não espaciais, sejam mais visíveis se comparado com as demais áreas do globo excluídas dessa lógica ou mesmo daquelas adentradas de modo secundário na economia globalizada.

A intensidade da inserção de uma área urbana na rede regional depende do seu tamanho físico ou populacional, mas do nível em que está inserida no contexto da informação e comunicação, o qual produz, nela, características latentes do que chamamos de Urbanização Contemporânea. Ou seja, quanto maiores forem os fluxos, mais inserida a cidade estará nesse contexto.

Quando pensamos nas cidades contemporâneas, temos que ter em mente que, em maior ou menor grau, estas são integradas por meio das TICs e participam de uma infinidade de redes e fluxos que se sobrepõem entre as cidades ou mesmo dentro do espaço intraurbano. Ao olharmos para as cidades de hoje, vemos extensas áreas urbanizadas, permeadas por uma rede de transporte com uso de vários modais – automóveis, ônibus, metrô, VLT, mon trilhos, bicicletas, patinetes, entre outros. Estes têm incorporado o uso de tecnologias, como o Sistema de Posicionamento Global (GPS), por exemplo, com vistas a melhorar sua eficiência.

Muñoz (2008) afirmou que, na contemporaneidade, uma nova forma urbana tem surgido, caracterizada pelo que o autor denominou de *hibridização da concentração e da dispersão*, fruto das alterações sistêmicas da era da informação. Até meados do século XX, a sociedade ocidental teve, quanto à forma, dois tipos básicos de cidade: a compacta e a dispersa. Entretanto, a consolidação das redes e os avanços nos transportes geraram uma espécie de sobreposição das duas situações, com elementos funcionais e morfológicos característicos tanto de um centro compacto quanto de assentamentos dispersos. Assim, as cidades contemporâneas são compostas por algumas características fundamentais: nova definição de centralidade e suas funções; multiplicação de fluxos e formas de mobilidade; e novas formas de habitar a cidade.



Em se tratando das novas formas de centralidade e suas funções, no momento presente, ser central ou não é resultado do papel que a cidade exerce em determinada rede. As cidades são nós na rede urbana, tecendo papel preponderante na sociedade em rede. Tal papel independe da sua distância física ou de funções industriais específicas. Ele se dá pela intensidade das relações hierárquicas exercidas entre os nós no território (MUÑOZ, 2008). Quanto à multiplicação dos fluxos e das formas de mobilidade, Muñoz (2008) explicitou que o papel exercido pelas cidades traz consigo uma dinâmica complexa de fluxos que necessitam de redes, como a de transporte, para se relacionar. De modo geral, quanto mais avançada uma região ou cidade em determinado território, maior sua infraestrutura relacionada à mobilidade de pessoas e de transporte dos mais variados tipos possíveis. Como efeito, segundo Secchi (2006), o movimento pendular no sentido periferia-centro da cidade, típico das cidades pós-industriais, tende a desaparecer ou se tornar menos intenso, ao passo que, na cidade contemporânea, esse movimento tende a ser difuso. Em consonância com as transformações ora debatidas, temos que a urbanização recente é caracterizada por novas formas de habitar o espaço. As tecnologias de transporte alteraram radicalmente o significado das distâncias, uma vez que a qualidade dos sistemas que interligam as diferentes localidades tornou mais próximos certos pontos no território. Assim, o tempo e o custo das viagens superaram a distância física enquanto variável determinante da proximidade.

Outro aspecto da Urbanização Contemporânea que tem influenciado um novo modo de habitar o espaço está relacionado à cultura da insegurança. Em busca de se sentir protegida, parte da população procura viver em espaços de ostensivo controle e vigilância, com câmeras de circuito interno, muros, vigilantes etc., difundindo-se uma cultura de medo, justificada, sobretudo, pelo crime organizado. Assim, cada dia mais têm surgido espaços privados, como os condomínios fechados (atrelados também ao *status* social e nível de renda), além de outras áreas extremamente vigiadas, como *shoppings centers* e parques, por exemplo. As figuras 31 e 32 ilustram essa tendência de se trancar em busca de segurança, presente nas cidades do século XXI em diferentes partes do mundo. A primeira apresenta um dos condomínios fechados da ilha artificial Palmeira Jumeirah em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, construída em formato de palmeira, com o objetivo de ampliar a área litorânea do país e de servir de espaço para a construção de casas em condomínios fechados, com foco na população de alta renda. A segunda retrata uma dinâmica similar – relacionada à forma de morar em condomínios fechados



– destinada à população de alta renda e classe média, na zona sul da cidade de Uberlândia, Brasil.



Figura 31 – Condomínio fechado Palmeira Jumeirah (Dubai).
Fonte: Souza (2019).



Figura 32 – Entrada de um condomínio fechado na zona sul de Uberlândia (Brasil).
Fonte Souza (2019).

Para Alves (2013), outra característica marcante dos espaços da vida contemporânea é a consolidação de locais conhecidos como *não-lugar*. Territórios com ausência do sentimento de pertencimento, significado e/ou identidade, que se caracterizam apenas pelas relações espaciais, funcionais e imagéticas. Os *shopping centers* são exemplos claros desse processo, nos quais, guardadas as devidas proporções, se reproduzem por todo o mundo. As figuras 33 a 36 apresentam três *shopping centers*, Dubai Mall, nos Emirados Árabes Unidos, Uberlândia Shopping e Center Shopping Uberlândia, no Brasil. É possível perceber as similaridades existentes no padrão de construção e na disposição das lojas (figuras 33 e 34), bem como na existência dos mesmos equipamentos de consumo e lazer, a exemplo das pistas de esqui exibidas nas figuras 35 e 36.

Mais recentemente, no contexto da Urbanização Contemporânea, temos visto a tendência de as cidades buscarem uma visibilidade relacionada à questão estética, ou seja, uma busca por uma imagem fabricada, fazendo com que a dimensão visual da existência assuma relevância em todos os aspectos da sociedade urbana. Assim, as cidades contemporâneas, seguindo uma tendência de estetização da vida e o predomínio da imagem sobre outros aspectos, têm buscado, com estratégias de planejamento e desenho urbano, construir uma imagem positiva, visando atrair mais investimentos e empresas, como também incentivar o turismo (ALVES, 2013).

Ocorre que, na busca pela construção de uma imagem, as cidades contemporâneas passaram a ser muito semelhantes entre si, criando um tipo de urbanização globalizada, com distinções em cada contexto, mas também com presença de similaridades. Tal fenômeno foi



denominado por Muñoz (2008) como *urbanização*, o qual pode ser exemplificado a partir da análise de duas cidades distintas em continentes diferentes, como Paris e Nova Iorque. Cada cidade possui uma identidade e um padrão arquitetônico específico, calcado na sobreposição de momentos históricos, mas, em ambas, é possível identificar similaridades nas novas formas de morar, nos sistemas de transporte, além dos padrões novos de construção de edifícios. Assim, temos que o fenômeno de urbanização é o retrato da globalização disseminada pelo espaço urbano.



Figura 33 – Corredor do Dubai Mall.



Figura 34 – Corredor do Uberlândia Shopping.



Figura 35 – Pista de esqui no Dubai Mall.



Figura 36 – Pista de esqui no Center Shopping Uberlândia.

Fonte: Souza (2019).

Nessa busca pela construção de uma imagem, as cidades contemporâneas têm alavancado uma competição entre si, buscando maior visibilidade na disputa pelos investimentos internacionais e pela atração de grandes corporações, turistas e profissionais de



alta qualificação técnica. Para Harvey (2006), nas últimas décadas do século XX, foram muitas as experiências e teorias urbanistas de intervenção nas cidades, especialmente nos centros históricos e em infraestruturas que se desvalorizaram na transição do modo industrial para o informacional. E, segundo o autor (ibidem, p. 232), os investimentos nessas cidades ocorreram em dois tipos de infraestrutura: física e social. Em suas palavras:

Esse tipo de governança urbana se orienta principalmente para a criação de padrões locais de investimentos, não apenas em infraestruturas físicas, como transportes e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em infraestruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida.

Um exemplo marcante dessa tendência foi o projeto urbano de revitalização de Barcelona, motivado pelos jogos olímpicos de 1992. As intervenções realizadas na cidade serviram de base para inúmeros projetos replicados pelo mundo, com o objetivo de recuperar e valorizar áreas degradadas e abandonadas, fruto da globalização da economia e do processo de desindustrialização. As figuras 37 a 52 apresentam exemplos de propostas urbanísticas de revitalização em diferentes partes do mundo.



Figuras 37 e 38 – Zona Portuária de Barcelona (Espanha). Fonte: Souza (2012).

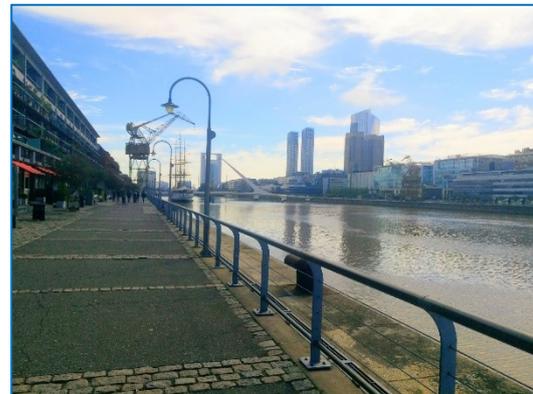


Figuras 39 e 40 – Parque das Nações, em Lisboa (Portugal). Fonte: Souza (2020).



As duas primeiras ilustram partes dos planos urbanísticos na zona portuária de Barcelona, Espanha, com vistas a preparar a cidade para as Olimpíadas de Verão de 1992. As intervenções realizadas fizeram com que uma área degradada da cidade se transformasse em uma das regiões hoteleiras mais importantes do Mediterrâneo. As figuras 39 e 40, por sua vez, exibem o Parque das Nações em Lisboa, Portugal, construído para a Expo Mundial de 1998, que teve como tema a busca por soluções inteligentes e arquitetura de ponta para as cidades. O processo de modernização transformou a antiga área industrial da cidade em um moderno parque com diversos atrativos, incluindo *shoppings*, teleférico, estação de trem, edifícios de escritório, edifícios residenciais, entre outros.

Na América do Sul, citamos como exemplo a revitalização da área portuária de Buenos Aires – Puerto Madero, na década de 1990. As figuras 41 e 42 mostram a região que, na atualidade, consolidou-se como importante polo gastronômico. As figuras 43 e 44 demonstram outro exemplo sul-americano: a revitalização da antiga área industrial de Santiago, Chile, no início dos anos 2000. Atualmente, essa área comporta a sede das principais empresas do país, além do maior edifício da América Latina – Sky Costanera, com 300 metros de altura.



Figuras 41 e 42 – Puerto Madero (Buenos Aires). Fonte: Souza (2017).



Figuras 43 e 44 – Las Condes (Santiago do Chile). Fonte: Souza (2016).



Na África, encontramos alguns exemplos de modernização da arquitetura relacionados tanto à revitalização de áreas abandonadas, quanto a empreendimentos voltados ao turismo. Um deles é a infraestrutura construída na Cidade do Cabo, África do Sul, com o objetivo de receber a Copa do Mundo de Futebol de 2010. Em outros países africanos, intervenções pontuais também têm sido realizadas com o objetivo principal de atrair o turismo. As figuras 45 e 46 expõem a cidade de Alexandria, Egito, na qual foi construída uma nova Biblioteca, inaugurada em 2002, e, desde então, tem atraído turistas para a costa mediterrânea. As figuras 47 e 48 retratam, respectivamente, outros exemplos de modernização no país: a construção do novo museu egípcio na cidade de Gize, região metropolitana do Cairo, e o novo aeroporto, inaugurado na cidade do Cairo em 2013. Essas obras tiveram por objetivo alavancar novamente o turismo no país, que sofreu decréscimo desde 2011, devido à Primavera Árabe e a constantes ataques terroristas.



Figuras 45 e 46 – Nova biblioteca de Alexandria (Egito). Fonte: Souza (2019).

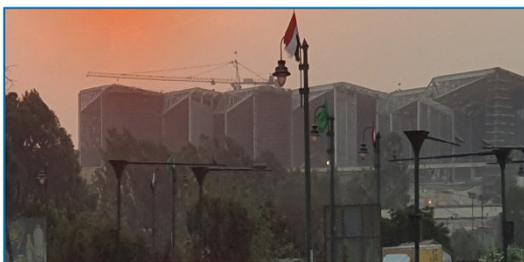


Figura 47 – Novo museu egípcio (Cairo).
Fonte: Souza (2019).



Figura 48 – Novo aeroporto nacional do Egito (Cairo). Fonte: Souza (2019).

Na Ásia, mais especificamente no Golfo Pérsico, temos acompanhado a tendência de modernização das cidades com recursos oriundos do petróleo, na qual há a presença de edifícios cada vez maiores, além de uma variedade de atrações voltadas a atrair cada vez mais turistas e empresas internacionais. Cabe ressaltarmos que essa tendência é acompanhada por



uma competição entre cidades dos diferentes países árabes. Em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, por exemplo, desde os anos 2000, inúmeras obras têm sido realizadas, em sua maior parte, voltadas às artes e à cultura, com o objetivo de atrair o turismo, além de competir tal mercado com Dubai, a maior cidade desse país.

A figura 49 apresenta o *skyline* de Abu Dhabi, com edifícios modernos; a figura 50 mostra os jardins do palácio presidencial, inaugurado na capital em 2015; e a figura 51 exibe a única filial do Museu do Louvre fora de Paris e que se encontra na cidade árabe. A figura 52, por fim, retrata a Mesquita Branca, que, apesar de possuir arquitetura inspirada em outros momentos históricos, foi inaugurada em 2007 na metrópole. Além desses exemplos, Abu Dhabi atraiu outros empreendimentos de renome mundial, como o parque de diversões da Ferrari, o parque da Warner Bros, o circuito de Fórmula 1, o campus da Universidade de Nova Iorque, o campus da Universidade de Sorbonne, entre outros.



Figura 49 – *Skyline* de Abu Dhabi.
Fonte: Souza (2019).



Figura 50 – Jardins do Palácio Presidencial, em Abu Dhabi. Fonte: Souza (2019).



Figura 51 – Museu do Louvre de Abu Dhabi.
Fonte: Souza (2019).



Figura 52 – Mesquita Branca em Abu Dhabi. Fonte: Souza (2019).

A partir do exposto e dos exemplos apresentados, verifica-se, em nível mundial, a tendência de as cidades buscarem aplicar um modelo de planejamento baseado na criação do valor simbólico em áreas antes abandonadas e a criação de novas áreas voltadas ao turismo. A diferença dessas ações de requalificação urbana em relação às anteriores, como a de Paris, por exemplo, é que os novos projetos visaram, sobretudo, incrementar o valor econômico de certas cidades utilizando a história e a cultura como elementos de atração, seguindo a tendência



mercadológica que a cultura e arte têm assumido no contexto da sociedade em rede. As estratégias amplamente empregadas no final do século XX adentraram no novo século, conforme vimos nos exemplos anteriores, por meio do uso da cultura e da implementação de infraestrutura urbana como atratividade de investimentos maciços, oriundos da expectativa de essas cidades sediarem eventos de alta visibilidade, como olimpíadas, copas do mundo de futebol, campeonatos de Fórmula 1, exposições mundiais, bienais, feiras, entre outros. Alguns exemplos desse fenômeno podem ser verificados nas cidades do Rio de Janeiro e Dubai. As figuras 53 a 58 apresentam as obras de infraestrutura realizadas no Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas do ano de 2016.



Figura 53 – Parque Olímpico (Rio de Janeiro).
Fonte: Souza (2016).



Figuras 54 – Vista aérea do Parque Olímpico (Rio de Janeiro). Fonte: Comitê Olímpico (2016).



Figura 55 – Museu do Amanhã (Rio de Janeiro).
Fonte: Souza (2016).



Figura 56 – Painel etnias (Rio de Janeiro).
Fonte: Souza (2016).



Figura 57 – VLT no Porto Maravilha (Rio de Janeiro). Fonte: Souza (2016).



Figura 58 – Logo das Olimpíadas de Verão Rio 2016. Fonte: Comitê Olímpico (2016).



As figuras 53 e 54 mostram o parque olímpico durante os Jogos Olímpicos de Verão de 2016. As figuras 55, 56 e 57 demonstram a paisagem após a revitalização da região do porto, antes abandonado e degradado, que passou a se chamar Porto Maravilha. Vários equipamentos urbanos foram construídos, como o VLT, o Museu do Amanhã, o Museu de Arte Moderna do Rio, a área de recepção dos cruzeiros marítimos, os galpões reformados para receber eventos, paisagismo, murais, entre outros elementos que transformaram a paisagem urbana. E, por fim, a figura 58 apresenta a logo do evento.

As figuras 59 a 66 exibem o exemplo mais emblemático do fenômeno da urbanização. Trata-se da cidade de Dubai, localizada nos Emirados Árabes Unidos, que, desde a década de 1990, tem investido maciçamente na construção de edifícios e obras de infraestrutura voltadas à criação da imagem de cidade mais moderna do mundo, em contraste com as tradições da cultura e religião muçulmanas. É nela em que se encontra localizado o maior edifício do mundo: Burj Khalifa, com 828 metros de altura e 163 andares. As obras de infraestrutura criadas nos últimos anos fizeram com que a cidade atraísse a Expo Mundial de 2020, seguindo a tendência de sediar grandes eventos, previamente explicitada.

As figuras 59 e 60 ostentam o Burj Khalifa. A figura 61 divulga a *skyline* de Dubai, com destaque para o referido edifício. A figura 62 mostra o bairro Dubai Marina, composto por vários edifícios com arquitetura moderna e uso de tecnologias; a 63 evidencia o hotel Burj Al Arab, o único hotel do mundo considerado sete estrelas; e a 64 revela o Museu do Futuro em construção, com inauguração prevista para 2020 durante a Expo Dubai. Por fim, as figuras 65 e 66 retratam o projeto da Expo Dubai e sua logomarca, respectivamente.

Para Vásquez (2006), o emprego cada vez maior de métodos publicitários – por meio do uso de atores famosos, enquadramentos de câmera estratégicos, edição multimídia, imagens espetaculares – é a nova lógica do modelo de gestão urbana. Castells (1999) já afirmava que o estabelecimento de imagens positivas nas cidades contemporâneas expressa a forma com que a gestão pública na sociedade em rede convertido os centros urbanos em objetos para o espetáculo e o consumo, deixando, por vezes, questões básicas à margem dos investimentos públicos.





Figura 59 – Burj Khalifa (Dubai).
Fonte: Souza (2019).



Figura 60 – Vista do andar 148 do Burj Khalifa (Dubai). Fonte: Souza (2019).



Figura 61 – Skyline de Dubai (Emirados Árabes Unidos). Fonte: Souza (2019).



Figura 62 – Dubai Marina (Dubai).
Fonte: Souza (2019).



Figura 63 – Hotel Burj Al Arab (Dubai).
Fonte: Souza (2019).



Figura 64 – Museu do Futuro (Dubai).
Fonte: Souza (2019).



Figura 65 – Centro de convenções para a Expo Dubai 2020. Fonte: Governo de Dubai (2019).



Figura 66 – Logo da Expo Dubai 2020.
Fonte: Governo de Dubai (2019).

Temos ainda de mencionar a tendência, no século XXI, do surgimento e da consolidação de cidades cuja criação tem encontrado como principal pano de fundo as novas tecnologias. Destaca-se, nesse contexto, a China, sobretudo a região do país que tem se tornando conhecida como o Vale do Silício Chinês, consolidando-se como um dos grandes polos tecnológicos do mundo. O exemplo mais emblemático desse processo é a cidade de Shenzhen



(figura 67) – localizada na Região Sul do país, próximo a Hong Kong – que, em 40 anos, transformou-se de vila de pescadores a uma das cidades mais pujantes do mundo.



Figura 67 – Centro financeiro de Shenzhen (China). Fonte: G1 (2019).

A partir dos exemplos apresentados, evidenciamos a existência de uma sobreposição de tempos no espaço, por meio da existência de duas cidades sobrepostas, uma que persiste e uma nova cidade (ALVES, 2013). A cidade que persiste é aquela ainda pautada nos moldes das cidades desenvolvidas imediatamente após a Revolução Industrial e que perduraram pelo século XIX, que experimentaram a industrialização, a expansão territorial acelerada, os primeiros avanços tecnológicos, como o elevador, o automóvel, o transporte em massa, e a ascensão da burguesia. A nova cidade, que surge da primeira, é permeada pelos sinais e imagens eletrônicos, é habitada por uma sociedade complexa que experimenta em seu cotidiano a globalização da economia, com redes e fluxos permeando todas as áreas da existência humana. Há, portanto, áreas urbanas mais e menos incluídas nas dinâmicas internacionais, com presença e ausência, respectivamente, de ramos avançados do capitalismo, com espaços urbanos ora mais especializados ora mais segregados, tanto em nível intercidades quanto dentro de um mesmo espaço urbano.

Face ao exposto, infere-se que o mundo é composto por localizações extremamente contemporâneas, como Nova Iorque ou Tóquio, por exemplo, plenas em serviços avançados, com tecnologias de ponta em todos os níveis e interligadas por densa rede de variados transportes. Por outro lado, existem localidades não industrializadas, excluídas das redes



internacionais, com condições precárias de acesso às infraestruturas de saneamento, transportes e comunicação. Ambas são contemporâneas, do ponto de vista temporal, entretanto, possuem abismos gigantescos no grau de participação na sociedade em rede. Cumpre destacarmos que vários outros aspectos compõem a Urbanização Contemporânea, que necessitariam de um estudo à parte para serem elencados e exemplificados. Buscamos aqui abordar minimamente alguns elementos desse processo, de forma a elucidar as formas urbanas, espaciais e não espaciais, que constituem a cidade na contemporaneidade, sem a pretensão de esgotar o tema.

1.2 Aspectos da Urbanização no Brasil

“Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte.”

Santos (1993, p. 95)

A partir da discussão realizada acerca do fenômeno de urbanização recente e suas consequências para a realidade das cidades em nível mundial, propomos aqui a análise do processo de urbanização contemporâneo materializado dentro da dinâmica ocorrida no território brasileiro, sobretudo após a década de 1950. Além disso, buscamos expressar parte da problemática da pesquisa, relacionada aos problemas urbanos, via apontamentos de alguns elementos que permeiam o estado da qualidade de vida em nível nacional e os desafios urbanos das cidades brasileiras no século XXI. Assim, realizamos, primeiramente, uma análise do processo de urbanização no Brasil, com foco nos fatores que motivaram tal processo e no crescimento das cidades e, posteriormente, tratamos de elencar alguns dos principais aspectos da Urbanização Contemporânea no país, no contexto da sociedade em rede.

1.2.1 O processo de urbanização no Brasil

O Brasil do século XXI se encontra entre os maiores países em população do mundo, ocupando a quinta posição, com mais de 210 milhões de habitantes. Destes, 85% vivem atualmente nas cidades, ou seja, mais de 178 milhões de pessoas (IBGE, 2018). Esse retrato brasileiro apresenta uma população majoritariamente urbana, vivendo, em sua maioria, em grandes e médias cidades, muitas delas com graves problemas sociais e ambientais, nas quais é



possível evidenciarmos amplos e complexos processos envolvendo as condições de vida dos seus moradores.

Quando pensamos no processo histórico brasileiro, é possível reconhecemos, desde o século XVI, o início da fundação de cidades na borda litorânea do país. Entretanto, as cidades fundadas nos primeiros séculos do período colonial serviram a objetivos específicos dos interesses da metrópole portuguesa. Criaram-se cidades com caráter político-administrativo, outras para servirem como bases de defesa militar, e ainda algumas surgiram em regiões voltadas ao escoamento das mercadorias. Foi o início do processo de industrialização no Brasil, no século XX, entretanto, que revolucionou e marcou de forma profunda seu processo de urbanização.

Esse processo se intensificou a partir da década de 1950, como resultado de uma série de acontecimentos que marcaram a economia nas décadas anteriores. Segundo Oliven (2010), a partir da década de 1930, a ação conjunta de vários fatores políticos, econômicos e sociais produziu transformações possibilitadas por parte do excedente financeiro, que fora criado pelas oligarquias agrárias e usado para iniciar um novo processo de industrialização, consequentemente, estimulando o crescimento das cidades. Para o autor, dois fatores foram motivadores dessa mudança de postura econômica: a crise de 1929 e seus efeitos na produção de café; e a Segunda Guerra Mundial, que culminou em novas estratégias para suprir a demanda do mercado interno, aumentada pelo vazio deixado pela interrupção do abastecimento vindo do exterior. Nas palavras do autor:

[c]om a crise de 1929, o preço do café caiu mais de 60% em dois anos e só se recuperou depois da Segunda Guerra Mundial. Entre 1929 e 1937 a produção industrial cresceu aproximadamente em 50% e no final da guerra a manufatura já era responsável por cerca de 20% do produto doméstico bruto (idem, *ibidem*, p. 61).

Singer (1972), ao analisar o processo de urbanização no Brasil, definiu a criação das leis trabalhistas como sendo o “motor” essencial ao fenômeno de urbanização. Essas leis foram amplamente debatidas entre as décadas de 1930 e 1940, sancionadas no dia primeiro de maio de 1943, por meio do Decreto-Lei nº 5.452, e fizeram com que trabalhar na cidade se tornasse mais atrativo quando comparado às condições de trabalho no campo. Segundo o autor,

[e]sta legislação, que só era aplicável às áreas urbanas, proporcionou aos assalariados das cidades um nível de vida elevado em relação ao vigente no campo. Isto funcionou como um poderoso mecanismo de atração para a massa



rural que passou a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão-de-obra (idem, *ibidem*, p. 122).

Singer mencionou ainda outros acontecimentos, entre 1930 e 1945, que contribuíram para o crescimento das cidades, entre eles: a abolição da autonomia dos entes federados (estados), com vistas à unificação do mercado interno; a diminuição do poder das oligarquias locais; a construção de rodovias ligando as principais regiões do país, fator de estímulo às migrações internas; e o declínio da taxa de mortalidade.

Oliveira (1982) corroborou essa análise de Singer, afirmando que a revolução da burguesia brasileira, a partir da década de 1930, entre outras ações, negou certas liberdades das antigas oligarquias regionais, a exemplo da retirada de certos poderes de regulação da atividade econômica, tais como legislar sobre o comércio externo e interno. Assim, no momento em que o estado brasileiro retirou das unidades da Federação a capacidade de legislar sobre certos aspectos da vida econômica, o que ele estava fazendo, na verdade, era afirmar a capacidade da burguesia industrial nascente de ter um espaço econômico nacional unificado.

Outros dois processos históricos merecem ser mencionados, pois também colaboraram para o processo de urbanização no Brasil: o governo de Juscelino Kubitschek, que, com o Plano de Metas, estimulou a infraestrutura e os investimentos em diversos setores da economia, a fim de acelerar o desenvolvimento econômico do país; e o período militar, no qual a acumulação capitalista industrial atingiu níveis mais elevados, devido a sua associação com o capital estrangeiro. Intensos investimentos no setor de energia, infraestrutura de transportes, indústria de base, educação, agricultura, pecuária foram fruto desses dois períodos, com destaque para a construção de Brasília (SOUZA, 2016). Oliveira (1982) ressaltou que, a partir dos anos de 1950, sobretudo a partir do governo Kubitschek, inaugurou-se, no Brasil, o capitalismo monopolista. Para Oliven (2010), essa associação de fatores levou as cidades a se tornarem crescentemente mais importantes, fosse como centros dinâmicos da produção ou como símbolos ideológicos de desenvolvimento.

O papel das cidades brasileiras, na segunda metade do século XX, tanto de caráter econômico quanto simbólico, pode ser percebido no discurso de Juscelino Kubitschek durante a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960:

Pesou, sobretudo, em meu ânimo, a certeza de que era chegado o momento de estabelecer o equilíbrio do País, promover o seu progresso harmônico,



prevenir o perigo de uma excessiva desigualdade no desenvolvimento das diversas regiões brasileiras, forçando o ritmo de nossa interiorização. [...] No programa de metas do meu Governo, a construção da nova Capital representou o estabelecimento de um núcleo, em torno do qual se vão processar inúmeras realizações outras, que ninguém negará fecundas em consequências benéficas para a unidade e a prosperidade do País. [...] Esta cidade, recém-nascida, já se enraizou na alma dos brasileiros; já elevou o prestígio nacional em todos os continentes; já vem sendo apontada como demonstração pujante da nossa vontade de progresso, como índice do alto grau de nossa civilização; já a envolve a certeza de uma época de maior dinamismo, de maior dedicação ao trabalho e à Pátria, despertada, enfim, para o seu irresistível destino de criação e força construtiva (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1960, p. 2).

Segundo o presidente, o projeto de construção da nova capital do país, dentro do Plano de Metas, objetivava promover o progresso econômico da nação a partir de melhorias nas infraestruturas, possibilitando o processo de interiorização do Brasil. O simbolismo da transferência da sede da nação para o coração do país, com sua arquitetura moderna, evidencia o pensamento de progresso e crescimento econômico da época, via urbanização do interior do Brasil. A partir de então, temos um cenário de transformação do Brasil que nos levou a uma sociedade cada vez mais urbanizada. Não apenas o espaço se transformou, como também a forma de viver sofreu alterações, estabelecendo uma cultura urbana, um modo de vida urbano.

Nessa mesma esteira, sobre o processo de urbanização brasileiro, Oliven (2010) abordou quatro dinâmicas atuantes no campo que influenciaram a migração para as cidades. A primeira se refere a uma incipiente penetração das relações capitalistas no campo, com a proletarianização dos camponeses e agricultores mais pobres, que se viram forçados a migrar para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. A segunda envolve a melhoria de padrões higiênicos e sanitários, tais como as vacinas e os antibióticos, que levaram à diminuição das taxas de mortalidade infantil e, conseqüentemente, ao aumento da população, a qual não foi absorvida pelas atividades do campo e migrou para as cidades. A terceira diz respeito à expansão das fronteiras agrícolas, em que pessoas atingidas pelas duas dinâmicas mencionadas migraram em busca de novas terras. Já a quarta compreende a atração que a cidade exerceu sobre as populações rurais, com a expectativa de melhores condições de vida, fato que foi fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos.

Em suma, na primeira metade do século XX, a rede urbana brasileira se apresentava ainda incipiente. A partir da década de 1950 e nas seguintes, o processo de urbanização se intensificou via dinâmica da industrialização, ocasionando o crescimento vertiginoso das



grandes cidades e a consolidação de outras no interior do país. Esse rápido processo de urbanização fez com que o Brasil, até então com características predominantemente rurais, passasse a uma dinâmica econômica pautada no modo de vida urbano e, conseqüentemente, os problemas sociais e ambientais foram também intensificados.

De acordo com Santos (1993), entre 1940 e 1980 ocorreu uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, sendo que, no início desse período, a taxa de urbanização era de apenas 26.35%, alcançando 68,86% em seu fim. Entre 1960 e 1980, a população vivendo em áreas urbanas também cresceu de forma vertiginosa: 50 milhões de pessoas deixaram o campo em busca das cidades. A partir da década de 1970, portanto, o processo de urbanização alcançou novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto se feita uma análise qualitativa. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva a uma revolução também demográfica na década de 1950, ocorreu, primeiramente, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número de núcleos urbanos e de suas respectivas populações, quando, conforme o autor, as cidades contavam com mais de 20 mil habitantes. Em seguida, ocorreu uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho médio, e, logo depois, o estágio de metropolização e de grandes cidades médias.

Assim, o processo de urbanização no Brasil foi acompanhado por grande crescimento populacional, diminuição da mortalidade, aumento da natalidade, êxodo rural, crescimento industrial, busca por melhores condições de vida nas cidades, avanços na medicina, entre outros aspectos que levaram à constituição de novos valores e um modo de vida urbano (SOUZA, 2016). Para Silva e Macêdo (2009, p. 2), foram quatro os principais fatores que caracterizaram o fenômeno de urbanização no Brasil:

[...] a) o êxodo rural, que, por sua vez, está ligado ao excedente de mão-de-obra do campo, b) a industrialização tardia e a modernização das atividades agrícolas, conjugadas à concentração de pessoas nas grandes cidades, c) o aumento do poder aquisitivo da população, favorecidos pela expansão do capital financeiro na economia, d) a inovação tecnológica e o aumento da produtividade das indústrias de bens de consumo, para suprirem as necessidades da vida urbana.

Costa (2013) argumentou que o processo de urbanização não ocorreu de forma isolada no Brasil, mas dentro de um contexto vivenciado pelas cidades sul-americanas e africanas. Os países com elevada dinâmica de crescimento econômico, como o Brasil, criaram uma nova estratificação social, na qual a classe média se edificou. Entretanto, a rápida



urbanização também potencializou o aparecimento de bairros sem quaisquer condições de vida e de habitabilidade. Ademais, Sposito (1997) afirmou que “a cidade recebeu diretamente as consequências do rápido crescimento populacional imprimido pela Revolução Industrial, e sofreu, a nível de estruturação de seu espaço interno, muitas transformações” (SPOSITO, 1997, p. 55). Transformações essas que impactaram significativamente a vida das pessoas e foram responsáveis pelas grandes mazelas ocorridas no espaço urbano desses países.

De volta ao Brasil, a série histórica dos censos demográficos do IBGE (1972-2010) apresenta informações importantes sobre a urbanização no país, como pode ser visto na tabela 1. Os dados demonstram que, entre os anos de 1872 e 2010, a taxa de urbanização saltou de 5,9% para 84,36%. Destacamos o período que compreende as décadas de 1940 e 1980, quando houve crescimento vertiginoso na porcentagem da população urbana, de 31,24% para 65,10%. Em se tratando dos números absolutos, verificamos que, no final do século XIX, a população total brasileira não passava de 10 milhões de pessoas e que, dessas, apenas um pouco mais de 580 mil viviam nas cidades. Com o passar das décadas, e com os acontecimentos mencionados anteriormente, houve intenso crescimento populacional, acompanhado pelo aumento da quantidade de pessoas vivendo nas cidades. Entre os anos de 1940 a 1980 a população urbana mais que quintuplicou. No ano de 2010, a população ultrapassou 190 milhões de pessoas, sendo que, dessas, 161 milhões, aproximadamente, viviam em cidades.

Se considerarmos a estimativa populacional do IBGE (2019), constatamos que a população brasileira em 2019 atingiu 210,2 milhões de pessoas. O relatório *Habitat* da ONU, em 2012, projetou, para 2020, uma taxa de 90% de urbanização no Brasil – números elevados, que poderão ser comparados com os do Censo Demográfico de 2020¹⁰. De todo modo, se fizermos um paralelo entre o dado da população total de 2019 e a projeção sinalizada pelo relatório, temos que, aproximadamente, 180 milhões de pessoas viveriam atualmente nas áreas urbanizadas do país. Trata-se de uma quantidade colossal de pessoas dividindo os mesmos espaços urbanos, o que apresenta a complexidade em analisar e buscar soluções para os problemas presentes no espaço urbano. Ademais, observa-se que a distribuição da população total e urbana se dá de maneira desigual entre as regiões do país, sendo que mais da metade da população brasileira vive concentrada nos grandes centros urbanos da Região Sudeste.

¹⁰ A divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2020 está prevista para meados de 2021 (IBGE, 2019).



Ano	População Total	População Urbana	Taxa de Urbanização (%)
1872	9.930.478	582.749	5,9
1890	14.333.915	976.038	6,8
1900	17.438.434	1.644.149	9,4
1920	30.635.605	3.287.448	10,7
1940	41.236.315	12.880.182	31,2
1950	51.944.397	18.782.891	36,2
1960	70.992.343	31.990.938	45,1
1970	94.508.583	50.600.000	56,0
1980	121.150.573	76.400.000	65,1
1991	146.917.459	110.875.826	75,5
2000	169.590.693	137.755.550	81,2
2010	190.755.799	160.925.792	84,4
2019*	210.147.125	-	-

Tabela 1 – Brasil: população total, população urbana e taxa de urbanização entre 1872 e 2010.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1872 a 2019). * Estimativa populacional.

A figura 68 apresenta a densidade demográfica no Brasil em 2010. Ao analisá-la, é perceptível verificarmos que as Regiões Sudeste e Sul do país são as que concentram maior número de habitantes por km². Nos estados ali localizados, todos os municípios apresentam densidade demográfica acima de um habitante por km². São Paulo se destaca nesse contexto por apresentar a maior densidade do país, com 7,3 mil habitantes por km². Em contrapartida, são as Regiões Norte e Centro-Oeste que apresentam os menores índices. Podemos destacar também a faixa litorânea, que possui densidade considerável. De acordo com o IBGE (2010), mais de 58% da população brasileira vive em tal área. É ali que estão localizadas as maiores cidades do país, bem como a maior parte das capitais das unidades da Federação.

A tabela 2 apresenta, com base na série histórica dos censos demográficos do IBGE de 1960 a 2010, um comparativo da população total e da população urbana/rural das diferentes regiões do Brasil nos extremos do referido período. Os dados demonstram que, no primeiro ano, a Região Sudeste já apresentava indícios do fenômeno de urbanização que estava ocorrendo no país, com mais de 57% de sua população vivendo nas cidades dos estados que a compõem. As demais regiões apresentavam à época taxa de urbanização relativamente próxima, variando de 34,2% no Nordeste e 37,6% no Sul. Para mais, fica evidente que, naquele mesmo ano, houve tendência de concentração populacional na Região Sudeste, visto que a população total vivendo ali correspondia a mais de 43% dos brasileiros.



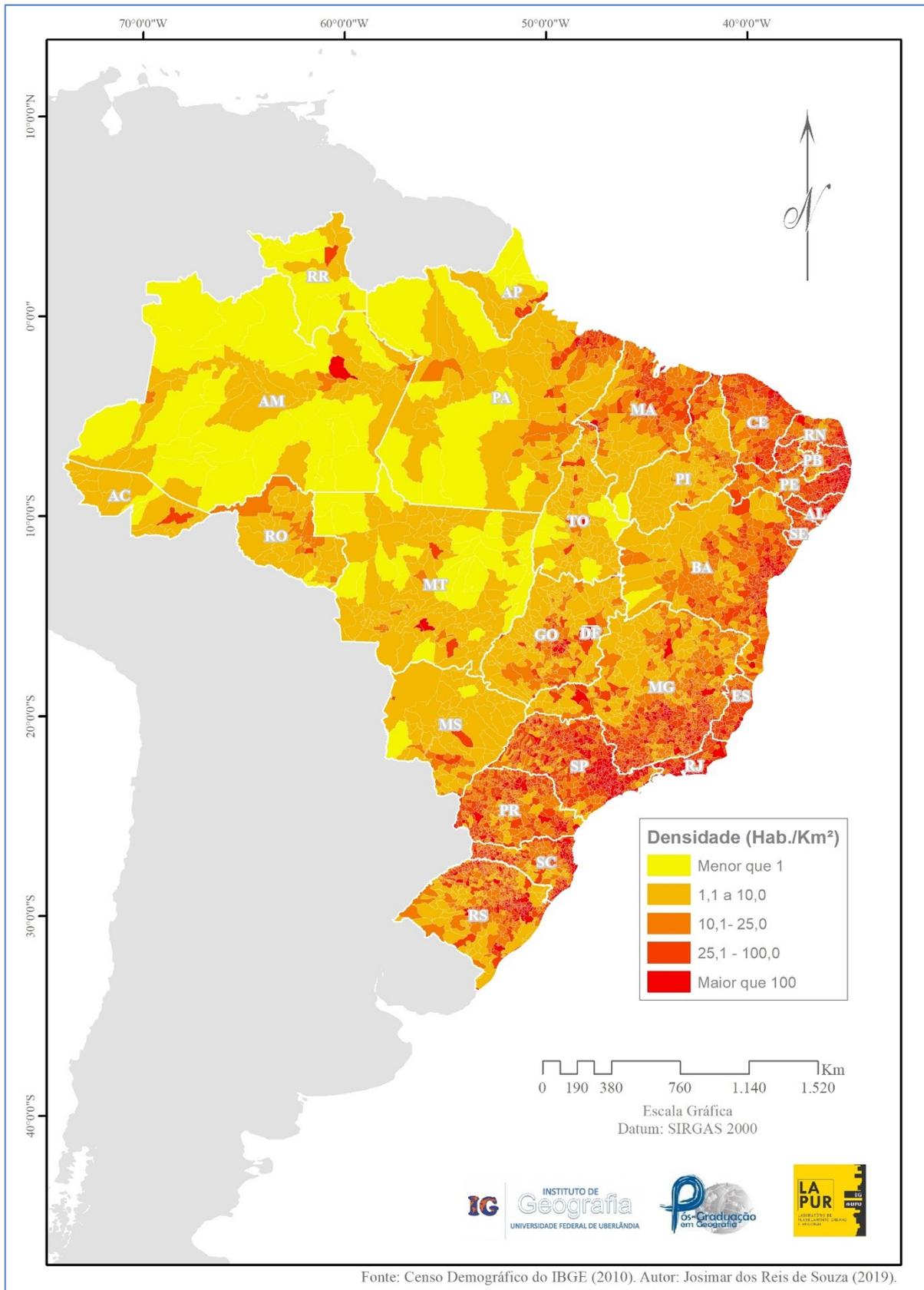


Figura 68 – Brasil: Densidade demográfica em 2010.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).



Regiões	Ano – 1960			
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Taxa Urbanização (%)
Norte	1.041.213	1.888.792	2.930.005	35,5
Nordeste	7.680.681	14.748.192	22.428.873	34,2
Centro-Oeste	995.171	1.683.209	2.678.380	37,2
Sudeste	17.818.649	13.244.329	31.062.978	57,4
Sul	4.469.103	7.423.004	11.892.107	37,6
Total	32.004.817	38.987.526	70.992.343	45,08
Regiões	Ano – 2010			
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Taxa Urbanização (%)
Norte	11.664.509	4.199.945	15.864.454	73,5
Nordeste	38.821.246	14.260.704	53.081.950	73,1
Centro-Oeste	12.482.963	1.575.131	14.058.094	88,8
Sudeste	74.696.178	5.668.232	80.364.410	92,9
Sul	23.260.896	4.125.995	27.386.891	84,9
Total	160.925.792	29.830.007	190.755.799	84,4

Tabela 2 – Brasil: população por região do país em 1960 e 2010.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1960, 2010).

No ano de 2010, podemos verificar pela tabela que o Sudeste continuou em destaque, com quase 93% de sua população vivendo nas cidades, seguido pelo Centro-Oeste, com 88,8%. A taxa de urbanização elevada deste último estava possivelmente relacionada ao processo de revolução agrícola que, durante o movimento de interiorização do país, levou ao aumento da população, ao mesmo tempo em que, devido à modernização nos processos agrícolas e à supremacia das grandes monoculturas, não estimulou a fixação das pessoas no campo. Considerando a população total por Regiões, é possível percebermos a permanência da concentração populacional em 2010, visto que o Sudeste continuou a concentrar mais de 40% dos brasileiros. As Regiões Norte e Centro-Oeste, ao contrário, se apresentavam como as regiões com menor concentração de pessoas, fato que pode ser relacionado à forte tendência à agricultura em escala, como também às áreas de proteção ambiental.

Sendo o Sudeste a região em que se localiza a Imediata de Araxá – nosso contexto de estudo – aprofundamos, na tabela 3, sua apresentação demográfica, ainda com base na série histórica dos censos demográficos do IBGE de 1960 e 2010, comparando a distribuição da população e a taxa de urbanização. É possível verificarmos que, no primeiro ano, os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo já apresentavam uma população majoritariamente urbana, com 79% e 62,8% das pessoas vivendo nas cidades, respectivamente. No segundo, ambos atingiram taxas elevadas de urbanização, com valores acima de 90%. Acerca dos estados de Minas Gerais



e Espírito Santo, cumpre destacarmos o avanço acelerado nas taxas de urbanização entre 1960 e 2010, ambos atingindo, neste último ano, taxas acima de 80%, ainda, no entanto, com uma quantidade populacional significativa no campo.

Estados	1960			
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Taxa Urbanização (%)
Espírito Santo	403.461	1.014.887	1.418.348	28,4
Minas Gerais	3.964.580	5.995.460	9.960.040	39,8
São Paulo	8.149.979	4.824.720	12.974.699	62,8
Rio de Janeiro	5.300.629	1.409.262	6.709.891	79,0
Total	17.818.649	13.244.329	31.062.978	57,4
Estados	2010			
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Taxa Urbanização (%)
Espírito Santo	2.931.472	583.480	3.514.952	83,4
Minas Gerais	16.715.216	2.882.114	19.597.330	85,3
São Paulo	39.585.251	1.676.948	41.262.199	95,9
Rio de Janeiro	15.464.239	525.690	15.989.929	96,7
Total	74.696.178	5.668.232	80.364.410	92,5

Tabela 3 – Sudeste: população por unidade da Federação em 1960 e 2010.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1960, 2010).

Levando em consideração a estimativa populacional do IBGE (2019), as figuras 69 e 70 apresentam o retrato-síntese da distribuição da população por unidades da Federação. É possível verificarmos a concentração da população brasileira na Região Sudeste, com o estado de São Paulo se destacando por uma população de mais de 45 milhões de pessoas, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro, com 21 milhões e 17 milhões, respectivamente. Em contraponto, estados do Centro-Oeste e Norte permanecem apresentando menor concentração populacional, fato que pode ser relacionado tanto ao processo de interiorização relativamente recente quanto à forma como se deu a expansão agrícola, com a priorização de extensas áreas agricultáveis.

Em relação à distribuição da população no território brasileiro, devemos ainda destacar a concentração de pessoas nas grandes e médias cidades. A tabela 4 apresenta em ordem decrescente as cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes em 2019. A estimativa do populacional do IBGE para tal ano demonstrou que as 17 maiores cidades do país (dentro o total de 5.568) concentram juntas mais de 45,7 milhões de habitantes, ou seja, um quarto da população brasileira (IBGE, 2019). Cabe destacarmos que, destas, apenas Guarulhos, Campinas e São Gonçalo não são capitais de unidades da Federação, mas possuem dinâmicas relacionadas a processos de metropolização com São Paulo e Rio de Janeiro.



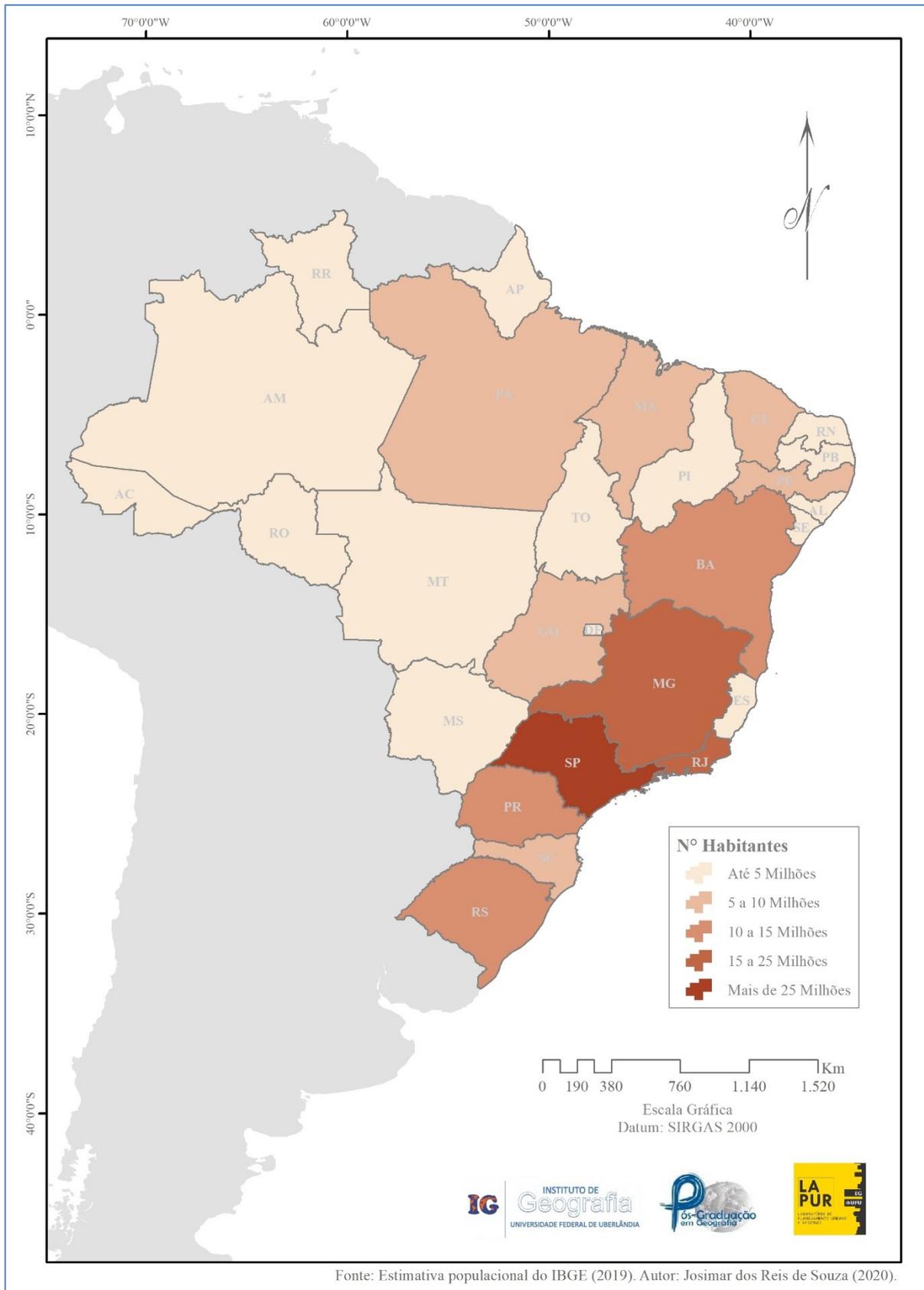


Figura 69 – Brasil: distribuição populacional por unidades da Federação em 2019.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2019).



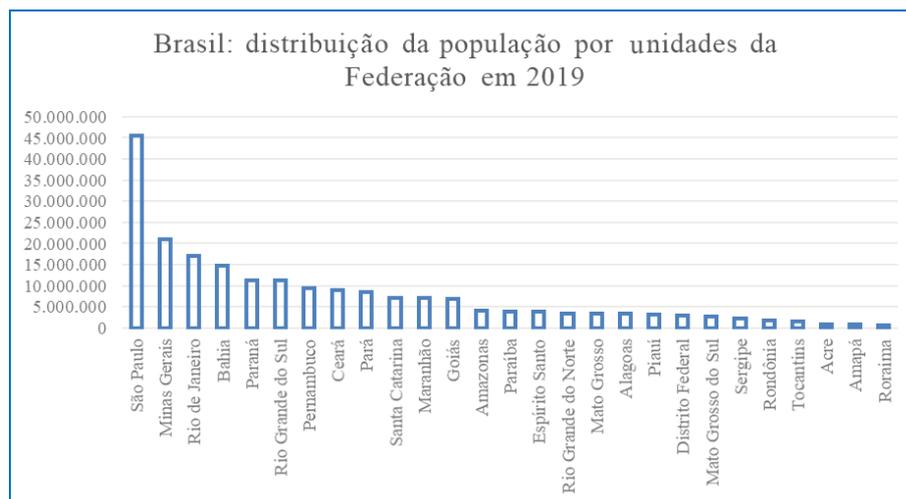


Figura 70 – Brasil: distribuição da população por unidades da Federação em 2019.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2019).

Ord.	Cidade	UF	Nº habitantes	Ord.	Cidade	UF	Nº Habitantes
1º	São Paulo	SP	12.176.866	10º	Goiânia	GO	1.495.705
2º	Rio de Janeiro	RJ	6.688.927	11º	Belém	PA	1.485.732
3º	Brasília	DF	2.974.703	12º	Porto Alegre	RS	1.479.101
4º	Salvador	BA	2.857.329	13º	Guarulhos	SP	1.365.899
5º	Fortaleza	CE	2.643.247	14º	Campinas	SP	1.194.094
6º	Belo Horizonte	MG	2.501.576	15º	São Luís	MA	1.094.667
7º	Manaus	AM	2.145.444	16º	São Gonçalo	RJ	1.077.687
8º	Curitiba	PR	1.917.185	17º	Maceió	AL	1.012.382
9º	Recife	PE	1.637.834	Total			45.748.378

Tabela 4 – Brasil: cidades com mais de um milhão de habitantes em 2019.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2019).

Ademais, é necessário destacarmos o papel das cidades médias devido ao seu dinamismo econômico, bem como ao seu papel no contexto regional. Essas cidades concentram parcela significativa da população brasileira, além dos setores econômicos e de serviços essenciais ao desenvolvimento do país, o que faz delas importantes centros econômicos dentro da dinâmica da rede urbana. Vários são os pesquisadores¹¹ que se debruçaram na análise de aspectos das cidades médias, corroborando a constatação de que estas se despontaram na história como importantes centros econômicos dentro da dinâmica da rede urbana.

A tabela 5 apresenta as cidades brasileiras que, em 2019, apresentaram população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes (IBGE, 2019). Estas possuem grande dinamismo econômico e papel de destaque regional. Destarte, afirmamos que a definição do que são

¹¹ Cf. Soares (1995), Bessa (2001), Arroyo (2006), Correa (2007), Amorim Filho (2007) e Sposito (2007).



idades médias ultrapassa a questão populacional, visto que cidades com menor quantidade populacional também podem ser consideradas como tais desde que analisadas outras variáveis.

Ord.	Cidade	UF	Hab.	Ord.	Cidade	UF	Hab.
1°	Duque Caxias	RJ	914.383	16°	Aracaju	SE	648.939
2°	Campo Grande	MS	885.711	17°	Feira de Santana	BA	609.913
3°	Natal	RN	877.640	18°	Cuiabá	MT	607.153
4°	Teresina	PI	861.442	19°	Joinville	SC	583.144
5°	S. Bernardo	SP	833.240	20°	Aparecida Goiânia	GO	565.957
6°	Nova Iguaçu	RJ	818.875	21°	Juiz de Fora	MG	564.310
7°	João Pessoa	PB	800.323	22°	Londrina	PR	563.943
8°	Santo André	SP	716.109	23°	Ananindeua	PA	525.566
9°	S. J. Campos	SP	713.943	24°	Porto Velho	RO	519.531
10°	J. Guararapes	PE	697.636	25°	Niterói	RJ	511.786
11°	Osasco	SP	696.850	26°	Belford Roxo	RJ	508.614
12°	Ribeirão Preto	SP	694.534	27°	Serra	ES	507.598
13°	Uberlândia	MG	683.247	28°	Caxias do Sul	RS	504.069
14°	Sorocaba	SP	671.186	29°	C. Goytacazes	RJ	503.424
15°	Contagem	MG	659.070	Total			19.248.136

Tabela 5 – Brasil: cidades com 500 mil a 1 milhão de habitantes em 2019.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2019).

É possível percebermos que as cidades destacadas na tabela correspondem a 29 áreas urbanas, que, juntas, concentram mais de 19 milhões de pessoas, ou seja, 9,2 % da população brasileira. Se considerarmos todas as cidades com mais de 500 mil habitantes no país (incluindo as com mais de 1 milhão de pessoas), temos que 46 cidades concentram 31,2% da população do país. Destas, vinte e uma estão localizadas na Região Sudeste, reafirmando a concentração populacional e os diferentes níveis de urbanização no Brasil.

Em suma, as projeções do IBGE para 2019 apresentam que mais da metade da população do Brasil (cerca de 57%) vive em apenas 5,7% das cidades brasileiras, isso corresponde a mais de 118,9 milhões de pessoas vivendo em 317 municípios com mais de 100 mil habitantes. Por outro lado, a maior parte das cidades brasileiras (68,4%) possui até 20 mil habitantes e abriga apenas 15,4% da população do país, ou seja, 32,1 milhões de pessoas (IBGE, 2019). Esses resultados reforçam, ao mesmo tempo, um elevado nível de urbanização em diferentes escalas/tamanhos de cidades, bem como diferenciados e complexos contextos urbanos, e, por consequência, distintas dinâmicas socioeconômicas e níveis díspares de problemas urbanos sociais e ambientais. O retrato dessa distribuição desigual é apresentado na figura 71.



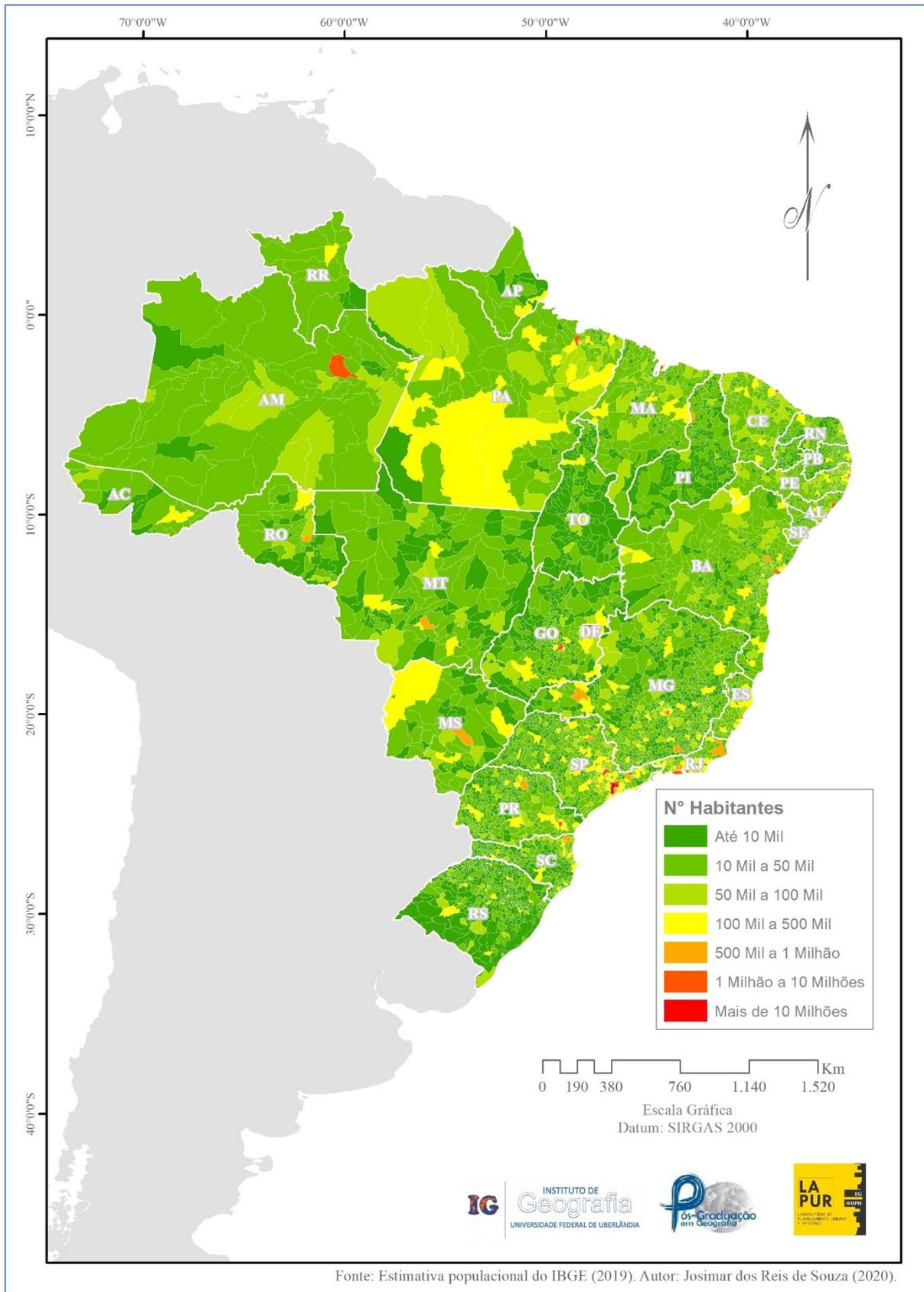


Figura 71 – Brasil: distribuição da população urbana em 2019.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2019).



A partir da figura, percebemos o predomínio de municípios com população inferior a 50 mil pessoas em todas as unidades da Federação, sendo que parte deles concentra população inferior a 10 mil habitantes, o que indica a predominância de pequenas cidades em todo o território nacional. Os municípios com população entre 100 e 500 mil, correspondentes às cidades médias, localizam-se em regiões específicas do território, servindo como pontos hierárquicos superiores, que polarizam as demais cidades da sua rede urbana regional (IBGE, 2007). As populações municipais superiores a 500 mil habitantes se concentram na Região Centro-Sul do país e nas capitais das unidades da Federação, seguindo a lógica da pujança econômica concentrada em pontos do território (SANTOS, 1993).

Temos, portanto, um retrato desigual da distribuição da população no país, o que é evidenciado na constituição das cidades e, por consequência, na promulgação de leis de criação de cidades com pequena quantidade populacional. Essas cidades, por sua vez, em muitos casos, possuem problemas de sustentabilidade financeira, os quais são repassados a sua população na precariedade de serviços essenciais, tais como saúde, educação e assistência social.

1.2.2 Urbanização brasileira na Sociedade em Rede

O processo de urbanização brasileiro culminou nas cidades do século XXI como as conhecemos na contemporaneidade, sendo decorrência de acontecimentos desencadeados nos níveis econômico e social, nos quais a elite brasileira e o discurso nacionalista e modernizador, de meados do século XX, impulsionou o estabelecimento de uma nova lógica econômica – pautada na industrialização – e territorial, a partir da busca pela integração nacional. Os acontecimentos das décadas seguintes, dentro do contexto do surgimento das TICs e das novas lógicas econômicas do advento da globalização, levaram a um crescimento do setor econômico terciário, no qual o processo de urbanização passou a ter forte vinculação com o comércio e os serviços. Santos (1993), acerca desse processo, afirmou que, a partir da segunda metade do século XX, foi possível constatar um fenômeno de urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território. Nas palavras do autor:

[...] a partir dos anos de 1930 o Estado lançou mão de políticas que permitiram o desenvolvimento industrial nacional e o estabelecimento do mercado interno. Quanto à produção industrial, o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960 pode ser encarado como um momento de transição, quando a produção industrial nacional e o mercado doméstico ainda estavam em consolidação e operavam de modo bastante restrito, especialmente à região



paulista; a produção agrícola para exportação ainda era a fonte principal da acumulação brasileira e o país era extremamente dependente da importação de bens de produção. Essa situação, embora mudando lentamente, predominou até o governo militar, cujas políticas aceleraram o processo de industrialização, fortalecendo o mercado doméstico e contribuindo para a formação de uma rede urbana integrada em escala nacional e, posteriormente, global (idem, *ibidem*, p. 86).

A conjunção de fatores de ordem econômica e social, aliada à revolução tecnológica, ocorridas no Brasil e no mundo, levaram o processo de urbanização brasileiro a um novo patamar, seguindo a tendência global, com as cidades do século XXI desempenhando cada vez mais papel de destaque dentro dos fluxos e das redes nos territórios. É acerca desses aspectos da Urbanização Contemporânea no território brasileiro que trataremos a seguir. Cumpre destacarmos que não temos a pretensão de esgotar o tema, até mesmo porque a complexidade do processo oferece material para a realização de uma pesquisa inteira sobre essa temática. Entretanto, buscaremos mencionar os principais aspectos relativos às cidades na contemporaneidade, com vistas a clarear o caminho para a construção da pesquisa aqui desenvolvida.

Para Castells (1999), a participação das diversas áreas do território brasileiro nos processos relacionados ao fenômeno da globalização levou à inclusão de várias regiões nas redes internacionais, seja pela instalação de infraestruturas de comunicação e transportes, ou pelo crescimento de ocupações e atividades altamente dependentes da informação e do trabalho científico, além da utilização cada vez maior de produtos com valor intelectual e científico altamente agregado, como, por exemplo, o uso de sementes geneticamente modificadas, permitindo à agroindústria brasileira atingir patamares nunca antes vistos. Santos (1996) mencionou que a difusão do meio técnico-científico-informacional não aconteceu no Brasil de maneira igual, visto que essas características se manifestaram, sobretudo, nas regiões polarizadoras do país; mas ressaltou que, em graus variados, tais aspectos ocorreram em todas as regiões, inclusive na Região Amazônica e no Semiárido Nordeste.

Portanto, no contexto da sociedade em rede, existe regiões brasileiras mais e menos incluídas nas dinâmicas internacionais, ora gerando a presença, ora, a ausência de aspectos do capitalismo avançado. O resultado desse processo para as cidades brasileiras é a produção cada vez mais acentuada – sobretudo nas áreas mais inseridas na dinâmica internacional – de espaços urbanos mais segregados e especializados. Em contrapartida, nos espaços menos imersos nessa



lógica internacional, há a ocorrência de regiões menos dinâmicas e pouco diferenciadas internamente. Ademais, quanto maior o grau de inclusão de uma região nas redes econômicas internacionais, mais ela se relaciona com o ambiente externo e menos com os espaços próximos a ela fisicamente. O efeito desses aspectos pode ser evidenciado principalmente nas regiões metropolitanas brasileiras, nas quais coexistem no seu interior tanto regiões altamente incluídas e autosssegadas quanto regiões totalmente desconectadas dos circuitos econômicos dominantes. Estas últimas são, na maioria das vezes, lócus da segregação e das mazelas de ordem econômica, social, ambiental e cultural (CASTELLS, 1999; SANTOS, 1996).

Alves (2013), ao analisar o processo de urbanização brasileiro, elencou ao menos dez características da urbanização contemporânea no país, relacionadas, sobretudo, à dinâmica de sociedade em rede. Essas características estão representadas na figura 72 e são aqui debatidas, a partir dos estudos realizados pelo autor, com foco na problemática urbana e nos aspectos da qualidade de vida.

1º Consolidação de São Paulo como centro de gestão e domínio sobre o restante do território.

Os desdobramentos do processo nacional de urbanização, industrialização e de informatização brasileiro levaram à consolidação de uma polarização da Região Paulista em relação às demais do território nacional, uma vez que, na contemporaneidade, as grandes sedes de gestão e domínio, relacionadas aos fluxos de capitais, bancos e multinacionais, encontram-se localizadas na cidade de São Paulo. Alves (2013) explicou que isso ocorreu a despeito do relativo processo de desindustrialização, visto que, mesmo a função produtiva tendo buscado uma descentralização em nível nacional, as atividades de gestão da produção, as relacionadas ao mercado financeiro e os ramos de tecnologias mais avançadas se concentram fortemente na região metropolitana da cidade. Santos (1996) afirmou que o pioneirismo industrial dessa região e medidas adotadas pelo estado permitiram que São Paulo se tornasse o centro mais incluído nas novas relações informacionais de produção. Se observarmos as sedes das principais empresas e bancos, veremos que elas se localizam na referida região metropolitana.

2º A crescente complementaridade entre regiões mais integradas e o surgimento de outras fortes centralidades no Brasil.

Ao analisarmos estudos de centralidade, como a REGIC (IBGE, 2018), podemos observar que, em escala nacional, São Paulo apresenta fortes relações de hierarquia com o



restante do Brasil. Em conjunto com essa relação, podemos verificar também a coexistência de outras centralidades no país, viabilizadas, sobretudo, pelos sistemas de informação e comunicação. Alves (2013) identificou, no território nacional, a existência de uma região fortemente integrada (São Paulo), onde o terciário é altamente desenvolvido e há uma participação mais intensa nas redes econômicas globais. Mas, em conjunto com essa metrópole global, surgem, em uma segunda posição, outras áreas do Brasil, como a região metropolitana do Rio de Janeiro, seguida por Curitiba e Porto Alegre, que participam das redes em nível global, ainda que em patamares diferentes.



Figura 72 – Aspectos da Urbanização Contemporânea no Brasil.
Fonte: Souza (2020) com base em Alves (2013).



A figura 73 apresenta os resultados de um relatório feito pela Rede de Pesquisa sobre Globalização e Cidades do Mundo (GAWC – sigla em inglês para *Globalization and World Cities Research Network*), cujo objetivo foi de analisar as relações existentes entre diferentes cidades do mundo no contexto da globalização. É possível percebermos, a partir da figura, maiores níveis de relações entre as principais cidades globais (Nova Iorque, Londres e Tóquio), mas também a relação entre outras localidades. As da América do Sul, incluindo as brasileiras, aparecem na parte inferior da figura. Podemos notar que São Paulo assume um nível superior na hierarquia regional, seguida por Buenos Aires. Aparecem também, no estudo, em patamar inferior, as cidades brasileiras Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília e Salvador.

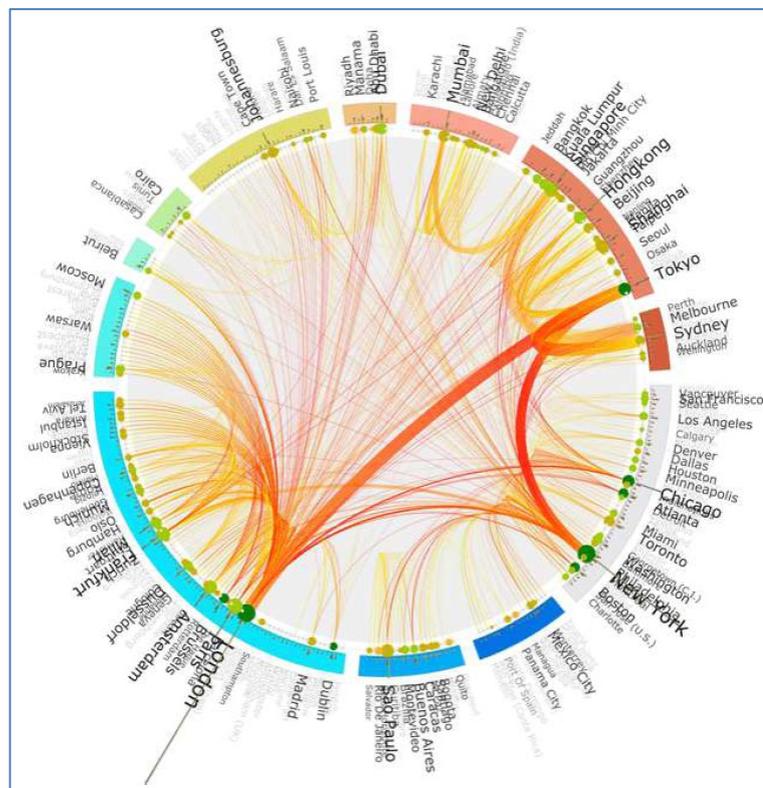


Figura 73 – Fluxos entre as principais cidades do mundo globalizado. Fonte: GAWC (2012).

3º *O aprofundamento da divisão territorial do trabalho, criando uma situação de complementaridade entre os territórios.*

Essa dinâmica, que marca a contemporaneidade, ocorre tanto entre as cidades quanto entre as modernas regiões rurais do país. Para Alves (2013), uma das consequências desse processo é o crescimento cada vez maior de interdependência e complementaridade, oriundas da integração das regiões nas redes econômicas. Assim, quanto mais inclusa a cidade estiver nos processos econômicos contemporâneos, mais ela se diferenciará das demais, mesmo



em núcleos urbanos do mesmo tamanho e independentemente do seu porte – grandes, médias e pequenas cidades. Portanto, a fluidez (física e informacional) do território tende a produzir uma alta integração na rede urbana e, por consequência, uma alta diferenciação e interdependência entre os nós das redes. Exemplos dessa constatação podem ser verificados em todo o território nacional, na consolidação de cidades mais voltadas à agropecuária e agroindústria, outras com dinâmicas associadas às demais atividades industriais, além de cidades mais relacionadas a comércio e serviços.

4º Integração e intensificação cada vez maior dos fluxos, com maior circulação de informações, mercadorias e pessoas.

Essa tendência surge como implicação da anteriormente mencionada, pautada na interdependência. A consequência é uma circulação crescente de informações, mercadorias e pessoas, tanto entre a cidade e o campo quanto dentre cidades e entre regiões. Alves (2013) explicou que esse processo funciona de uma forma retroalimentar, visto que o incremento de novos movimentos faz com que haja uma divisão do trabalho ainda maior, enquanto esta, por sua vez, implica uma maior intensificação dos fluxos.

5º Consolidação de uma crise urbana generalizada, com deterioração dos sistemas naturais e outros aspectos da vida humana.

Devido ao nosso interesse em analisar as questões que permeiam a qualidade de vida nas cidades atualmente, para nós, este caracteriza-se o principal aspecto da Urbanização Contemporânea no contexto brasileiro. Conforme Maricano (1996), houve, de um lado, um intenso crescimento econômico nas últimas décadas, mas que, de outro, este fora acompanhado por um processo de urbanização com crescimento da desigualdade, o que resultou em uma gigantesca concentração espacial da pobreza. Castells (1999) corroborou essa análise, explicitando que a inserção do Brasil nas redes econômicas e na dinâmica globalizada levou à produção de uma forte crise urbana, caracterizada pela já mencionada concentração espacial da pobreza, além da constituição de favelas, segregação socioespacial, especulação imobiliária e dispersão urbana.

Alves (2013) chamou a atenção para o fato de que, embora tais problemáticas urbanas não fossem novas, os processos de Urbanização Contemporânea intensificaram os desajustes internos no seio da sociedade brasileira. Esses processos produziram no Brasil dois



países: um incluído e um excluído, sendo que, diferentemente das outras divisões ocorridas na história – como dicotomias entre Norte e Sul ou litoral e interior – esses dois “Brasis” se encontram presentes em todo o território nacional, com populações incluídas e excluídas presentes em cada região e em cada cidade.

São vários os exemplos de cidades com intensos processos de segregação socioespacial e conseqüentemente com inúmeros e complexos problemas no urbano. Nas maiores – São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo – tais aspectos tendem a ser piores, mas, como previamente mencionado, a problemática urbana contemporânea pode ser verificada em todas as cidades brasileiras, resguardadas as proporções, com processos de periferização ocorrentes, sobretudo, nas médias cidades, onde se proliferam as ocupações urbanas e se intensifica o processo de exclusão social.

6º A transformação de regiões agrícolas em localizações de intenso consumo produtivo.

Conjuntamente com as transformações ocorridas nas cidades pelas dinâmicas envolvendo a revolução tecnológica e a consolidação das redes, houve profundas transformações no Brasil rural, no qual, em várias regiões, mesmo fora das cidades, é possível perceber a manifestação de um intenso modo de vida urbano. Alves (2013) mencionou que, nas regiões agrícolas de produção avançada, é praticamente nulo o número de pessoas ainda vivendo no campo e praticando a subsistência.

7º A especialização e a atuação de cidades menores em outras funções, fornecendo produtos e profissionais à produção avançada.

Na contemporaneidade, independentemente do tamanho ou porte populacional, as cidades têm assumido diferentes papéis dentro da lógica das redes estabelecidas no território. Nesse contexto, as cidades pequenas têm assumido novas funções, tais como estoque de capital, equipamentos, mão de obra, sementes e implementos para as atividades agropecuárias avançadas. Além disso, tais localidades têm fornecido produtos e profissionais necessários à reprodução do capital no campo. Em contrapartida, a inserção das menores cidades na dinâmica econômica globalizada fez com que, em muitas delas, os problemas no urbano se intensificassem, diminuindo, assim, os níveis de qualidade de vida de sua população.



8º Predomínio dos fluxos migratórios para as cidades médias, além da sua especialização na formação de mão de obra informacional.

A tendência relacionada às cidades médias mostra que, nas últimas décadas, houve o predomínio de fluxos migratórios para elas, principalmente de populações que migraram para trabalhar nas atividades industriais e/ou agrícolas. Além disso, tais cidades, de maneira geral, têm se especializado na formação de uma mão de obra informacional para ser absorvida nas próprias cidades e nas grandes regiões metropolitanas. Essas mudanças foram viabilizadas pela crescente especialização produtiva, mencionada acima, na qual as indústrias migraram dos grandes centros do país para novas regiões, levadas, principalmente, pelos benefícios encontrados fora das grandes regiões, tais como incentivos fiscais e mão de obra mais barata.

9º Tendência a uma complexidade morfológica e funcional cada vez maior em regiões com maior infraestrutura informacional.

Tal tendência ocorre devido à intensidade com que algumas regiões no território nacional continuam a ser equipadas, sobretudo, com infraestruturas informacionais. Essas áreas tendem a se constituírem como nós das principais redes econômicas presentes no Brasil. Alves (2013) citou, como exemplo desse processo, a Região Paulista e seu entorno imediato, que engloba parte de Minas Gerais e Região Sul, que se consolidou como o grande centro econômico, produtivo e consumidor do país.

10º Progressiva interiorização do território, embora ainda persista a concentração litorânea e na Região Centro-Sul.

Temos, então, que uma característica marcante da Urbanização Contemporânea é o processo de interiorização do território, intensificado no século XX e que continua a ocorrer no século XXI. O exemplo mais evidente desse processo na contemporaneidade é a fronteira agrícola, que, paulatinamente, tem avançado em áreas anteriormente de vegetação natural. Também podemos exemplificar o surgimento e crescimento acelerado de cidades em áreas de mineração, que levam ao deslocamento de considerável contingente populacional.

A partir da análise dos aspectos da Urbanização Contemporânea no Brasil, podemos inferir que as novas dinâmicas econômicas (relacionadas às redes no território) envolvendo as cidades e que aquelas concernentes às áreas rurais trazem consigo complexas consequências para a realidade social brasileira. O retrato desse processo mostra regiões do país ora inseridas,



ora não, nas dinâmicas econômicas, o que traz benefícios e malefícios à vida da população. Na análise das cidades brasileiras do século XXI, independentemente do seu tamanho, função ou região em que se encontre, as áreas urbanas têm apresentado problemas de toda ordem: *déficit* habitacional, segregação socioespacial, desigualdades na distribuição de renda, má qualidade dos serviços e das infraestruturas, degradação ambiental, violência urbana, entre outros.

Constatamos, portanto, que o território brasileiro participa da lógica das redes internacionais, mas de uma forma incompleta (ALVES, 2013). A modernização econômica e produtiva, apresentada nas últimas décadas, por um lado, possibilitou a multiplicação da capacidade de geração de riquezas, mas, por outro, trouxe um aumento significativo da pobreza generalizada, tanto na cidade quanto no campo. Assim, as novas tecnologias trouxeram experiências positivas às cidades (melhoria da mobilidade, novas possibilidades dos meios de comunicação, entre outros), mas, ao mesmo tempo, foram responsáveis pela intensificação dos processos de segregação e dispersão urbana.

A partir dos aspectos da Urbanização Contemporânea em nível mundial e no Brasil, aqui retratados, podemos evidenciar que as compartimentações históricas que alicerçaram e construíram as cidades da contemporaneidade, atreladas ao crescimento populacional, trouxeram consigo problemas no urbano de toda ordem. No caso brasileiro, as características que marcaram tal processo, bem como as novas dinâmicas emergentes, retratam um país desigual, com disparidades regionais variadas e com diferentes níveis de acesso das cidades às redes, tanto em nível nacional quanto mundial. Como resultado, para os indivíduos e a sociedade, temos realidades sociais discrepantes, seja nas cidades ou entre cidades e regiões.

1.3 Questões urbanas na contemporaneidade

“Não há espaços homogêneos, sobretudo na escala das cidades.”

Vasconcelos (2013, p. 8)

Entendemos, neste trabalho, como problemas urbanos tudo que envolve a escala das cidades e tem consequências para a vida das pessoas, ou seja, que influencia nos níveis de qualidade de vida. Assim, investigar os desafios existentes no ambiente urbano envolve o entendimento de uma série de conceitos e temas. Conhecê-los auxiliou na análise da temática aqui realizada. Alguns exemplos, dentro do debate da questão urbana, são temas como *desigualdade e segregação socioespaciais, pobreza, privação, exclusão social, qualidade de*



vida, equidade, promoção da saúde, entre tantos outros. Para Souza (2016), a busca pelo (re)conhecimento e debate acerca desses conceitos é importante não apenas para poder visualizar o panorama contemporâneo do espaço urbano, marcado pela segregação social, mas também para auxiliar e nortear a implementação de políticas voltadas à melhoria da qualidade de vida da população.

1.3.1 Diferentes abordagens conceituais

Dentro da perspectiva de análise das questões urbanas, é possível verificarmos a existência de diferentes concepções, mas que têm em comum a tentativa de buscar respostas aos problemas existentes nas cidades. Vasconcelos (2013) apresentou algumas, buscando relacioná-las e diferenciá-las, dentre elas, destacamos: diferenciação socioespacial, justaposição, dispersão, fragmentação, autossegregação, gentrificação, marginalização, periferação etc. O autor explicou, ainda, que

[a]lgumas noções são frequentemente criadas para descrever uma situação socioespacial específica a uma época ou a um lugar e que elas perdem precisão quando são empregadas em contextos diferentes. Elas se tornam então polissêmicas, dificultando a compreensão dos fenômenos urbanos. Estes, por sua vez, são de grande complexidade e necessitam da elaboração de novas noções e conceitos que correspondam a essas realidades diferentes, que são também resultado das lutas pela vida e pelo espaço nas cidades, lutas realizadas pelos diversos grupos econômicos, sociais, raciais, religiosos e outros. A utilização de conceitos e noções, tais como segregação, periferação, entre outros, aparece como uma palavra de ordem, ou como uma maneira de denunciar as desigualdades sociais, mas com perda do rigor e da precisão necessária para ser um instrumento analítico que ajuda no avanço do conhecimento da realidade urbana (idem, ibidem, p. 33).

Isso significa dizer que o surgimento escalonar de novas noções para entender o urbano são, sobretudo, formas de se buscar divulgar, escancarar, denunciar as desigualdades existentes nesse espaço. A figura 74 apresenta algumas dessas conceituações, agrupadas por Souza (2016), as quais foram surgindo ao longo do século XX na busca pela compreensão das transformações que ocorriam nas cidades. Algumas delas são amplamente conhecidas (*desigualdade socioespacial, pobreza urbana e exclusão social*), mas há também novas formulações, a exemplo de *qualidade de vida e gentrificação*, que têm surgido e que anunciam uma problemática urbana crescente e complexa. O desenvolvimento de novos conceitos busca acompanhar as novas formas de reprodução do capitalismo. Citamos, a título de ilustração, a



uberização¹², que se refere à questão do subemprego, cada vez maior em tempos de aplicativos de empresas como Uber, Uber Eats e Ifood.

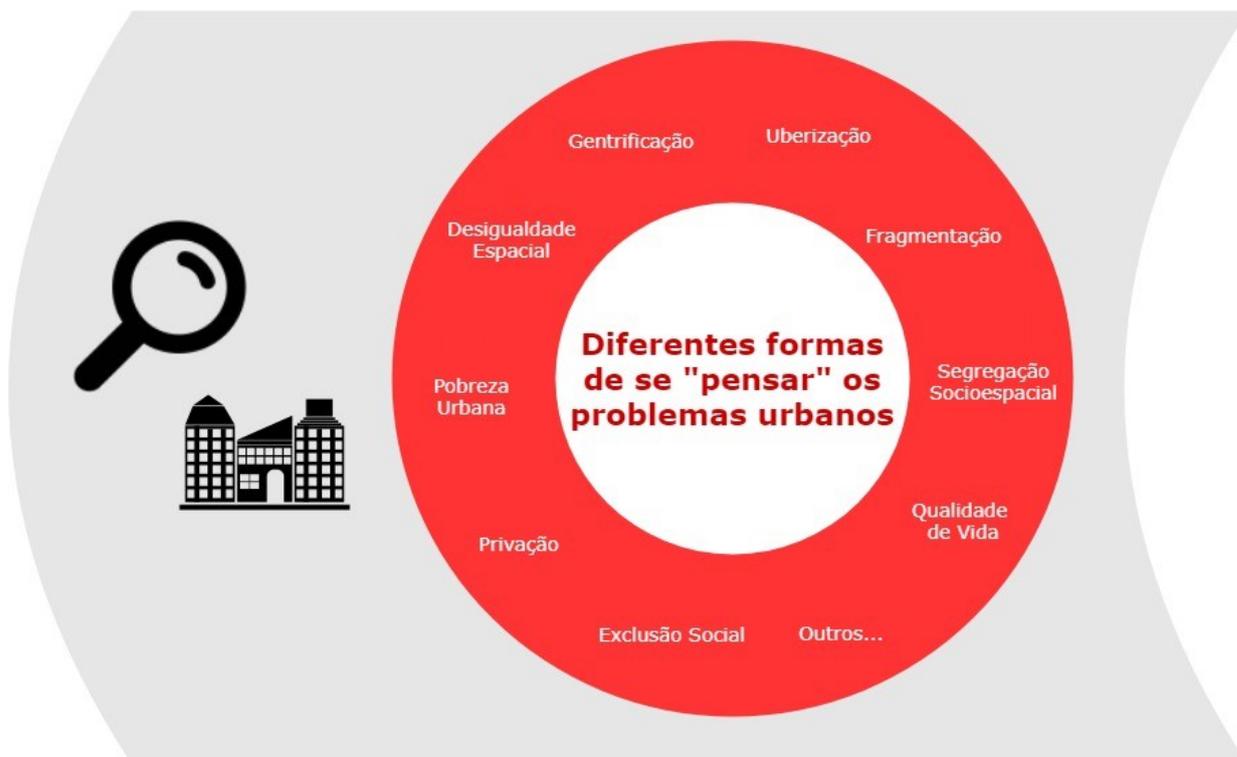


Figura 74 – Conceitos relacionados a problemas no urbano.
Fonte: Souza (2020) com base em Souza (2016).

Como forma de auxiliar no entendimento do conceito de *qualidade de vida*, e, mais do que isso, buscar diferenciá-lo dentre aqueles que têm sido discutidos na atualidade, trataremos de apresentar algumas concepções que têm permeado as discussões urbanas atuais. Optamos por eleger aquelas que, no nosso entendimento, auxiliariam na busca por respostas relacionadas ao tema deste estudo. São elas: *pobreza*, *privação*, *desigualdade socioespacial*, *exclusão social* e *segregação*.

A ONU (2010), em seu *Informe sobre o desenvolvimento humano*, explicou que a pobreza pode ser entendida como a negação do acesso às estruturas elementares do desenvolvimento humano, como moradia adequada, saneamento básico, ter o que comer e onde dormir etc. Portanto, este conceito está relacionado à parcela da população que não tem acesso ao mínimo de condições necessárias à sobrevivência. De acordo com Reed e Sheng (1997), a pobreza pode ser entendida, também, a partir de uma perspectiva sociopolítica: a história

¹² Sobre o tema, cf. Teixeira *et al.* (2016), Fontes (2017) e Venco (2018).



construiu e determinou a diferenciação entre os grupos sociais, o que fez com que uma parcela da população se tornasse privada dos meios que viabilizassem níveis adequados de bem-estar social. Para Crespo e Gurovitz (2002), no entanto, conceituar pobreza é algo extremamente complexo, pois, para averiguar esse fenômeno, faz-se necessário, quase sempre, o emprego de juízo de valor, seja em termos relativos ou absolutos. Ademais, sua análise pode ocorrer tanto do ponto de vista econômico quanto incorporando aspectos não necessariamente fora do campo da economia. Pode também ser contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sociopolítica da sociedade. Portanto, conceituar pobreza de maneira fechada ou acabada seria um erro, considerando a sua complexidade e as diferentes vertentes de análise.

O fato é que grande parte da população mundial vive em situação de pobreza (ROCHA, 1999). A persistência dos elevados níveis está relacionada diretamente à baixa renda, principalmente, nos países mais pobres, que não conseguem garantir o mínimo indispensável para a sobrevivência de todos os indivíduos. Contudo, alguns países, mesmo com renda média nacional elevada, continuam a apresentar níveis de pobreza elevados, resultantes de uma má distribuição de renda, alicerçados em evidentes desigualdades sociais regionais. Portanto, mesmo em países com alto desenvolvimento econômico, níveis altos de pobreza podem existir, caso não haja equidade na distribuição de renda (MACHADO, *et al.*, 2009).

Segundo Fava (1984, p. 4),

[a] pobreza pode ser analisada sob duas concepções: a concepção absoluta, em que o indivíduo não dispõe requisitos mínimos considerados necessários a uma sobrevivência digna; e a concepção relativa, em que os indivíduos são considerados pobres quando estão em situação inferior em relação à situação média da sociedade.

Ambas concepções apresentadas pelo autor e reforçadas por Machado (2009) demonstram a complexidade do conceito de *pobreza*, que, de um lado, é entendida como relacionada à parte da população que vive abaixo da linha da pobreza (na miséria), sem condições mínimas de sobrevivência; e, por outro, à parcela da população que se encontra abaixo da média de renda dos habitantes de um país. Esta última é a forma de mensurar pobreza nos EUA, por exemplo, mas é uma concepção menos usual na academia, visto que, se analisado comparativamente, uma pessoa poderia ser considerada pobre nos países desenvolvidos e rica nos não desenvolvidos. Tradicionalmente, portanto, a pobreza tem sido considerada como a falta de



uma renda mínima necessária para satisfazer as necessidades humanas básicas (MASTERS; WICKSTROM, 2004).

Outro conceito importante – frequentemente utilizado por estudiosos e jornalistas – é o de *privação*. De acordo com Yitzhaki (1979), este surgiu como tema importante, a partir da década de 1960, dentro da literatura que debatia a questão da pobreza. Hallerod (1996) definiu privação como um estado indesejado no qual as pessoas são incapazes de ter acesso a bens e serviços. Nesse contexto, é necessário destacarmos que essa incapacidade mencionada pelo autor não deve ser entendida como uma vontade ou ação particular, mas como efeito do sistema econômico, pautado na lógica capitalista, em que o acesso a bens e serviços decorre diretamente da capacidade de renda.

Lemos (2008) corroborou tal definição ao fazer uma análise inter-relacionada dos conceitos de *pobreza* e *privação*. Para o autor, o estado de pobreza é fruto das privações impostas ao sujeito. Trata-se de conflitos e contradições expressos no capitalismo moderno, nos quais a concentração de riqueza é a marca latente. Já os aspectos relacionados à privação podem ocorrer das mais variadas formas e englobar dinâmicas de diferentes ordens, tais como econômica, ambiental, urbanística e de desenvolvimento social. Nas palavras dele:

[o] estado de pobreza se constitui [...] nos resultados desses conflitos e dessas contradições, que se traduzem numa concentração ou numa privação do poder, da riqueza ou dos ativos ambientais, que se constituem nos requisitos necessários para o bem-estar das pessoas (idem, ibidem, p. 46).

O conceito de *pobreza* relacionado às questões de privação traz à tona outro conceito que busca explicar como essa relação socioeconômica se instala no espaço – trata-se da *desigualdade socioespacial*. A relação estabelecida entre tais conceitos é proporcional, visto que, quanto maiores forem os níveis de pobreza, privação e concentração de renda, maiores serão as disparidades sociais e, por consequência, os níveis de desigualdades. Estas, por sua vez, instalam-se no espaço urbano e suas transgressões são o espelho das injustiças sociais do tempo presente.

De acordo com Salgado (2013), a desigualdade socioespacial pode ser entendida como processo de diferenciação social no espaço. Refere-se ao nível de acesso diferenciado às oportunidades (renda, emprego, consumo, serviços, entre outros) dentro de um mesmo sistema econômico e que pode gerar distinção, estigma, vulnerabilidades, exclusão social, tanto no nível



individual quanto no coletivo. A desigualdade pode ocorrer em várias escalas e dimensões: entre regiões, entre estados, entre bairros e etc. O autor (2013, s.n.) explicou ainda como esta questão tornou-se um mal necessário, servindo positivamente aos propósitos do capitalismo:

A diferenciação social é necessária na medida em que resulta funcional ao sistema econômico capitalista. Dessa forma, existem processos de diferenciação entre grupos sociais, produzindo classes ou estratos, onde as capacidades e oportunidades determinam a mobilidade social ascendente ou descendente de um indivíduo. [...] O conceito de desigualdade social tem se tornado de vital importância para compreender os processos de mudança histórico-sociais contemporâneos, assim como para entender a ação dos estados junto aos diversos fenômenos de privação e vulnerabilidade social; mas é também uma ferramenta para delinear as políticas públicas, assim como os perfis e alcances dos Estados de Bem-estar.

Para Vasconcelos *et al.* (2013), as desigualdades sociais se refletem no espaço ou, muitas vezes, são escondidas e latentes em países que apresentaram desenvolvimento econômico tardio. Assim, no momento presente, a sociedade brasileira tem se consolidado como uma das mais desiguais do mundo, e o retrato disso são as cidades, nas quais é possível identificarmos, independentemente do seu tamanho, áreas de grande convergência de renda distantes – ou mesmo lado a lado – de áreas de extrema pobreza. Conforme o autor, entretanto, essas desigualdades socioespaciais não se restringem às cidades localizadas em países pobres ou em desenvolvimento:

[e]m cidades de países pobres, [...] existe bairros burgueses que contrastam com a pobreza do conjunto da cidade, cujas favelas atingem até a orla marítima. Nas sociedades afluentes nas quais o papel do Estado é mais atuante, as desigualdades espaciais diminuem, mas não desaparecem (idem, *ibidem*, p. 18-19).

Há, assim, similaridades entre cidades dos países não desenvolvidos, ao passo que, naqueles considerados mais desenvolvidos, essas desigualdades podem ter sido amenizadas, mas não desapareceram por completo. Tal fato pode ser comprovado em momentos de crise econômica, quando há o crescimento do desemprego e do endividamento das famílias, mesmo em regiões consideradas mais ricas e desenvolvidas, como os EUA e a Europa. Em suma, “as desigualdades se refletem no espaço urbano e suas formas se diferem em função de um contexto específico no qual estão inseridas. Assim, elas ocorrem de formas diferentes no mundo” (VASCONCELOS *et al.*, 2013, p. 20).



Harvey (2004) afirmou que a análise dos processos envolvendo as desigualdades em qualquer lugar do globo ou em qualquer escala revela uma série de efeitos e processos que produzem diferentes visões geográficas, nas formas políticas ou culturais, do modo e dos padrões de vida, do uso dos recursos e das relações com o ambiente. Assim, os níveis de desigualdade (também de pobreza e privação) dependem do contexto no qual estão inseridos, ou seja, examinar um país no contexto da América Latina, difere do estudo dos países da África ou Ásia; e diverge ainda mais da investigação se comparado a países desenvolvidos. Ademais, a pesquisa relacionada à desigualdade socioespacial deve levar em consideração a escala, uma vez que observar essa desigualdade em um bairro ou em uma rua é diferente de fazê-lo em uma cidade.

Os processos decorrentes das desigualdades apresentam ainda a necessidade de debatermos um conceito que tem sido muito utilizado na atualidade, o de *exclusão social*. De acordo com Burchardt (1999), esse conceito é relativamente recente, tendo sido formulado na década de 1970 e muito utilizado nos estudos que envolvem os processos urbanos e suas desigualdades socioespaciais. Vasconcelos (2013), por sua vez, destacou que a origem da palavra *exclusão* vem de *excluídos*: pessoas rejeitadas no contexto social em que estão inseridas, podendo ser uma rejeição física ou geográfica. A noção de exclusão tem origem na França e se relaciona à configuração do espaço social “de dentro” e “de fora”. Para o autor, um exemplo disso é o fato de os pobres terem sido excluídos das áreas centrais das cidades francesas, valorizadas devido ao seu caráter histórico e comercial. Essa exclusão levou à formação de uma periferia composta por residências de operários pobres. Atualmente, na França e em outros países europeus, os excluídos habitam, sobretudo, os grandes conjuntos habitacionais periféricos.

A partir desse exemplo, podemos identificar, no Brasil, diversos casos semelhantes, como as ideias higienistas no Rio de Janeiro do século XIX, as quais levaram à expulsão das pessoas das áreas centrais para a periferia. Também podemos mencionar situações recentes de exclusão social em espaços compartilhados, como o caso da favela de Paraisópolis, em São Paulo, separada de bairros de alta renda por muros.

Apesar da sua ampla utilização, o termo *exclusão* tem comumente recebido críticas por parte de alguns estudiosos do urbano, como Martins (2009), devido ao entendimento de que, mesmo que parte da população esteja à margem da sociedade, não se encontra fora dela,



ou seja, excluída dos processos vigentes. Entretanto, é um conceito importante que não pode ser negligenciado, visto que as metodologias recentes, que usam modelos para a análise da exclusão social urbana – a exemplo dos estudos realizados, em São Paulo, por Genovez (2002) e por Nahas *et al.* (2002), em Belo Horizonte – têm apresentado importantes análises e novos dados para o entendimento das desigualdades no espaço urbano.

Melazzo (2006) afirmou que a exclusão social pode ser entendida como processo que envolve os impactos negativos das desigualdades sociais; é, também, elemento que possibilita conhecer as matrizes excludentes e como são produzidas, propiciando a análise dos diversos graus de pobreza. Além disso, conforme o autor, oportuniza a qualificação do olhar a respeito da realidade das desigualdades sociais, e, sobretudo, mobiliza à ação, seja por parte do estado ou da própria sociedade.

Para Fairclough (2000), o conceito de *exclusão social* se relaciona diretamente com o nível de renda do indivíduo ou da família, mas vai além disso. Trata-se, também, das perspectivas e das redes de oportunidade de vida que o sujeito tem perante o sistema econômico e a sociedade. Configura-se, portanto, uma condição muito prejudicial para os indivíduos que não possuem renda ou cuja renda é incapaz de proporcionar padrões mínimos de qualidade de vida. Para o autor, é prejudicial de tal maneira que interfere, inclusive, na autoestima. Portanto, conforme o autor, “é corrosivo para a sociedade como um todo” (idem, *ibidem*, p. 6).

Labonde *et al.* (2011) explicou que tal conceito abrange, em si, outros (pobreza, privação e desigualdades), que, em conjunto, descrevem os processos pelos quais parte da população é cerceada de participar das atividades sociais e econômicas em sua máxima potência. Há, portanto, a necessidade de se formular esforços para teorizar, criar modelos e medir a intensidade desses processos.

Quando nos deparamos com estudos ou reportagens acerca da temática *exclusão social*, quase instantaneamente surge também o termo *inclusão social*. Na verdade, são ideias que caminham juntas, pois a inclusão é a resposta imediata para a solução dos problemas de exclusão ocorrentes na sociedade. Vasconcelos (2013) esclareceu que a inclusão seria, na verdade, o processo oposto à exclusão, podendo se dar de forma visível ou invisível nas formas espaciais. Um exemplo desta última forma seria a implementação de políticas públicas visando ao acesso dos habitantes de determinada região periférica às áreas centrais da cidade – isto



apenas com melhoria da eficiência do transporte. Não haveria, portanto, uma mudança espacial, mas uma mudança de postura por parte da gestão pública. Por outro lado, um exemplo de inclusão que poderia modificar as formas espaciais seria a construção de conjuntos habitacionais aproveitando áreas urbanas antes voltadas à especulação imobiliária, como ocorreu em Curitiba, onde os conjuntos habitacionais de pequenas dimensões foram inseridos em bairros de renda mais elevada (idem, ibidem).

Por fim, cabe relacionarmos os conceitos mencionados com o de *segregação*. Ainda de acordo com o autor, este trata-se de um dos mais discutidos na literatura das ciências sociais, vez que a palavra tem em sua origem e significado relação com o processo de cercamento. A sua utilização na academia se deu por meio de textos de sociólogos da Escola de Chicago, que estudaram a cidade, então, em pleno crescimento e com população formada por imigrantes. Posteriormente, o conceito foi transferido para outras realidades e novos adjetivos foram sendo adicionados, como, por exemplo, o acréscimo da questão social no espaço: *segregação socioespacial*. Essa junção teve a intenção de analisar e denunciar as desigualdades ocorrentes nas cidades europeias e latino-americanas.

Lojkin (1981) definiu segregação como o resultado e a manifestação da renda fundiária urbana. Configura-se um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, sendo que estes são determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho. No mundo, é possível evidenciarmos esses processos, independentemente da dimensão da cidade ou posição hierárquica que ela ocupa em uma região. Portanto, é uma realidade inerente à Urbanização Contemporânea. Botelho (2005) complementou que a segregação socioespacial é cada vez mais uma realidade presente na sociedade atual. Esta se dá por meio do processo de valorização imobiliária, mas também da fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano. Assim, segundo o autor, “os habitantes das cidades não somente são expulsos das suas áreas mais valorizadas, mas sim da própria cidade” (BOTELHO, 2005, p. 13). Tal processo é perverso e, de acordo com Santos (2000), precisa ser denunciado e combatido.

A partir do exposto, podemos perceber e reconhecer o papel de cada uma das vertentes de análise aqui apresentadas, tanto nos seus aspectos positivos quanto em suas limitações investigativas. Em maior ou menor grau, observamos que as tentativas de se entender



os complexos problemas no urbano são importantes para a ciência e para o desenvolvimento do conhecimento.

1.3.2 Os desafios relacionados aos problemas urbanos

“O desenvolvimento do capitalismo [...] repercutiu sobre o espaço, causando impactos sobre as cidades, gerando uma série de problemas que nós entendemos como problemas no urbano, por considerarmos que não são causados pela cidade, mas que decorrem da forma como o modo de produção capitalista se desenvolveu.”

Sposito (1997, p. 70)

Vimos, até aqui, que o processo de urbanização fez com que espaços anteriormente rurais se tornassem centros urbanos, muitos destes com considerável concentração populacional e com problemas urbanos de ordem complexa. De acordo com Mendonça (2004), esse acelerado fenômeno trouxe consigo uma série de novos e complexos problemas para a gestão do espaço urbano, destacando-se aqueles de ordem social e ambiental, particularmente em países com condições socioeconômicas problemáticas. Lefebvre (2001, p. 16) elucidou, no entanto, que tais problemas, além de estarem associados ao processo de urbanização, também relacionam-se ao de industrialização, sendo estes aspectos inseparáveis e, ao mesmo tempo, conflitantes: “Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial.” Tal choque gerou, no mundo, problemas complexos, oriundos das transformações no espaço urbano e na forma de viver na cidade.

O que é possível verificarmos, ao nos deslocarmos pelas cidades de diferentes países, sobretudo naqueles menos desenvolvidos, é a desigualdade estampada, que, de acordo com Ribeiro e Albuquerque (2015), é o que marca a história da urbanização nos países periféricos. Conforme o autor, é perceptível identificarmos a centralidade e concentração de riquezas, por um lado e, por outro, morfologias que revelam a plena exploração das pessoas nas cidades. A ONU (2019, s.n.) reafirma essa questão, ao frisar que

[o] mundo atual continua profundamente injusto — a vida e as perspectivas de um recém-nascido em um país ou em um domicílio pobre são radicalmente diferentes daquelas das crianças mais ricas. Em todas as sociedades, formas duradouras de desigualdade persistem, enquanto lacunas se abrem em novos aspectos da vida. [...] Essas desigualdades terão consequências para a vida toda, particularmente devido às rápidas mudanças tecnológicas, que provavelmente impactarão o mercado de trabalho.



Se considerarmos as afirmações de Ribeiro (2015) e da ONU (2019) e as relacionarmos à crise econômica vivenciada em nível global na última década, constataremos que o aumento nos níveis de desemprego e informalidade, atrelado às constantes crises (principalmente financeira e política) impulsionaram os problemas urbanos, os quais têm piorado e, por consequência, afetado negativamente a qualidade de vida de parte da população. Torna-se necessário entender, portanto, que os problemas urbanos não ocorrem de forma isolada do mundo, mas dentro do contexto globalizado. As consequências das mudanças econômicas, em nível mundial, foram intensas transformações na estruturação do espaço interno das cidades. Além disso, o uso da terra urbana como mercadoria levou à ocupação das melhores áreas pelas famílias com maior poder aquisitivo e o surgimento das periferias.

Cabe ressaltarmos que a disputa por interesses econômicos, típica do sistema capitalista, faz com que áreas mais valorizadas da cidade e com população de maior poder aquisitivo sejam priorizadas. Nesse sentido, as áreas mais pobres são abandonadas, os fenômenos de privação e pobreza são intensificados e as condições de saúde e qualidade de vida da população em um mesmo espaço intraurbano tornam-se muito diferentes. Carlos (2015, p. 17) acerca da reprodução do capital imobiliário, afirma que

[...] a produção do espaço urbano revela, do ponto de vista da produção espacial (como movimento da acumulação), dois momentos: a) o espaço produzido se torna mercadoria que se assenta na expansão da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza, articulando-se à necessidade da habitação e da construção morfológica da cidade; b) momento de sua reprodução: em que, se desprezar o primeiro momento, o circuito de realização do capital no movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro redefine o sentido do espaço que assume também a condição de produto imobiliário – matéria-prima da valorização do capital em potencial.

Portanto, é a questão imobiliária que rege a eleição de áreas das cidades voltadas à reprodução do capital, sendo que, comumente, essas áreas são as que recebem mais investimentos públicos. Ademais, esse processo faz com que, cada vez mais, as pessoas que estão fora dessa dinâmica do capital sejam levadas a fixar moradia nas periferias, em condições, muitas vezes, degradantes. Nessa esteira, Sposito (1997) explicou que, nas cidades brasileiras, o governa busca implementar políticas públicas e ações de investimento em bens e serviços de uso coletivo nas áreas onde se encontram os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo ou em locais que poderão se valorizar com a incorporação desses investimentos e,



posteriormente, serem ocupados por essa mesma parcela da população. Assim, as periferias da cidade, com população de baixa renda, são, paulatinamente, abandonadas.

Carlos (2015) corroborou essa análise ao afirmar que, na contemporaneidade, a lógica das políticas urbanas tem aprofundado a segregação socioespacial por meio de investimentos constantes para a consolidação de infraestrutura voltada à valorização diferenciada de partes da cidade. Para Villaça (2001), o mais conhecido padrão de segregação é o *centro x periferia*. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda é subequipada e ocupada predominantemente pelos excluídos. A partir das afirmações de ambos os autores, podemos evidenciar que a lógica do capital irá sempre buscar beneficiar algumas áreas das cidades em detrimento de outras que são cada vez mais abandonadas pelo poder público.

Para Grazia e Queiroz (2001), apesar de as periferias das cidades carecerem de condições necessárias à vida, elas se tornaram acessíveis aos assentamentos de população de baixa renda, que ocuparam esses espaços e que, mesmo vivendo em condições degradantes, passaram a desempenhar papel na estrutura econômica e social das áreas urbanizadas. Para os autores, um fator agravante dos níveis de qualidade de vida nessas áreas “[...] é a sua localização, frequentemente em áreas sujeitas a perigos naturais, como enchentes e deslizamentos, e a perigos tecnológicos, como contaminações e explosões, constituindo-se em risco para sua população” (idem, ibidem, p. 91).

Face ao exposto, fica claro que as políticas públicas e intervenções na infraestrutura direcionadas às áreas do intraurbano com populações de maior poder aquisitivo contribuem para o aumento das desigualdades sociais. Buscar estratégias que possam superar tal problemática é de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida. A solução dos complexos processos que envolvem o urbano, no entanto, dependem dos interesses dos atores sociais, sobretudo dos planejadores e das elites que residem e são proprietárias de extensas áreas do espaço urbano. Não se trata, portanto, de uma tarefa fácil a proposição de soluções para os problemas que assolam parte significativa das cidades do mundo. A cidade e, por consequência, seus problemas urbanos são complexos e compostos por diferentes sujeitos, interesses. Nesse jogo de interesses e luta de forças, fica claro que, no modelo vigente, sempre o desejo pelo capital irá se sobrepor às necessidades da população. Entretanto, faz-se necessária



a busca constante por alternativas de minimizar os problemas urbanos e, assim, melhorar os níveis de qualidade de vida nas cidades.

A grande concentração populacional em um mesmo espaço urbano, como no caso das grandes metrópoles mundiais, traz à tona a difícil tarefa dos governos municipais (também estaduais e federal) em buscar estratégias de superação dos problemas urbanos. Mesmo nas médias e pequenas cidades, a complexidade urbana faz com que existam problemas relacionados à falta de condições de vida adequadas à população. Trata-se, portanto, do grande paradigma urbano da sociedade atual: solucionar os problemas existentes de forma que a população tenha acesso a melhores condições de vida.

Os problemas urbanos, são, portanto, complexos e variados. Ao olharmos para as cidades brasileiras, pelo menos em sua maioria, é possível identificarmos diversas adversidades, tais como: falta de coleta de lixo, problemas relacionados a água e esgoto, ruas estreitas para a circulação, poluição de toda ordem, moradias apertadas, ausência de espaços voltados ao lazer, *déficit* habitacional, processo de favelização, segregação espacial, ausência de mobilidade e de infraestruturas urbanas, violência, entre outros. Esse conjunto de problemas interfere nas condições de vida, sobretudo no que se refere à saúde.

Buscando minimamente ilustrar a complexidade da questão urbana, a figura 75 apresenta as três principais dimensões que envolvem os problemas urbanos, de acordo com o *Manual de urbanismo* (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2013), a saber: *humana*, *urbanística* e *ambiental*. Mais à frente, a figura 76 apresenta um diagrama com os subitens que compõem cada uma dessas dimensões.

A dimensão humana é aquela que diz respeito aos problemas urbanos relacionados aos sujeitos que compõem a cidade. Nessa dimensão estão contidos problemas de ordem demográfica, social, cultural, econômica, política e administrativa. Os problemas relacionados à questão demográfica podem ser: superpopulação, crescimento acelerado, esvaziamento, entre outros. Acerca da questão social, temos o isolamento social, a violência urbana e a desigualdade social. No fator cultural, citamos a falta de acesso à cultura, de senso de comunidade e de identidade com o lugar. No econômico, podemos evidenciar a pobreza (falta de recursos), desigualdade econômica e baixa eficiência da infraestrutura pública. Sobre os fatores políticos, mencionamos a falta da participação popular de representatividade política, bem como o



descrédito para com a política. Por fim, concernente ao fator administrativo, temos o orçamento mal aplicado, insuficiente ou mal distribuído, a falta de transparência e a corrupção.

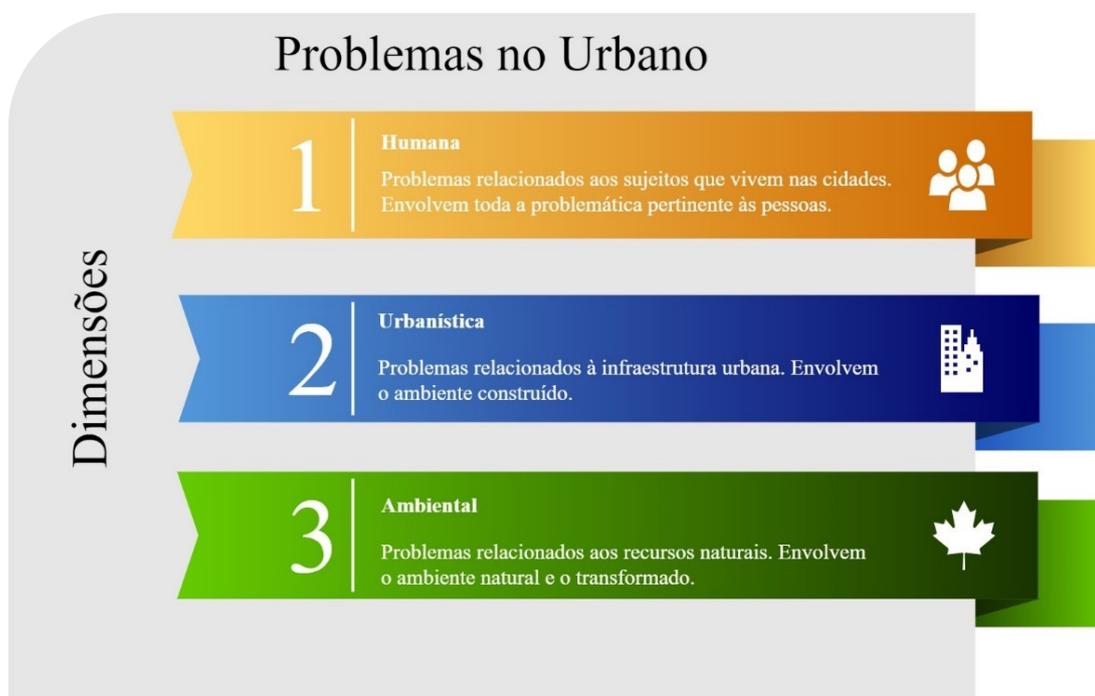


Figura 75 – Dimensões de análise dos problemas no urbano.
Fonte: Souza (2020) com base em Ministério das Cidades (2013).

Quanto à dimensão urbanística, os problemas urbanos podem ser de ordem espacial, arquitetônica e de circulação. Em se tratando da primeira, temos que o crescimento desordenado do perímetro urbano – a partir de ocupações, favelas, bairros sem infraestrutura e bairros bem estruturados distantes do centro – apresenta-se um preocupante entrave à melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, há o agravante de ocupações em áreas impróprias, vazios urbanos, lotes ociosos, especulação imobiliária, *déficit* habitacional, degradação urbana, inundação, alagamento, ilhas de calor etc. Acerca dos problemas relacionados à questão arquitetônica, podemos elencar as inadequações, a falta de acessibilidade e de estética. Por fim, a questão relacionada à circulação é evidenciada pelas longas distâncias, baixa densidade de ligações, qualidade das vias, mobilidade, sendo esta última relacionada à dependência de transporte motorizado, à lentidão do trânsito, ao traçado inadequado para a circulação e à falta de ligação entre os bairros.



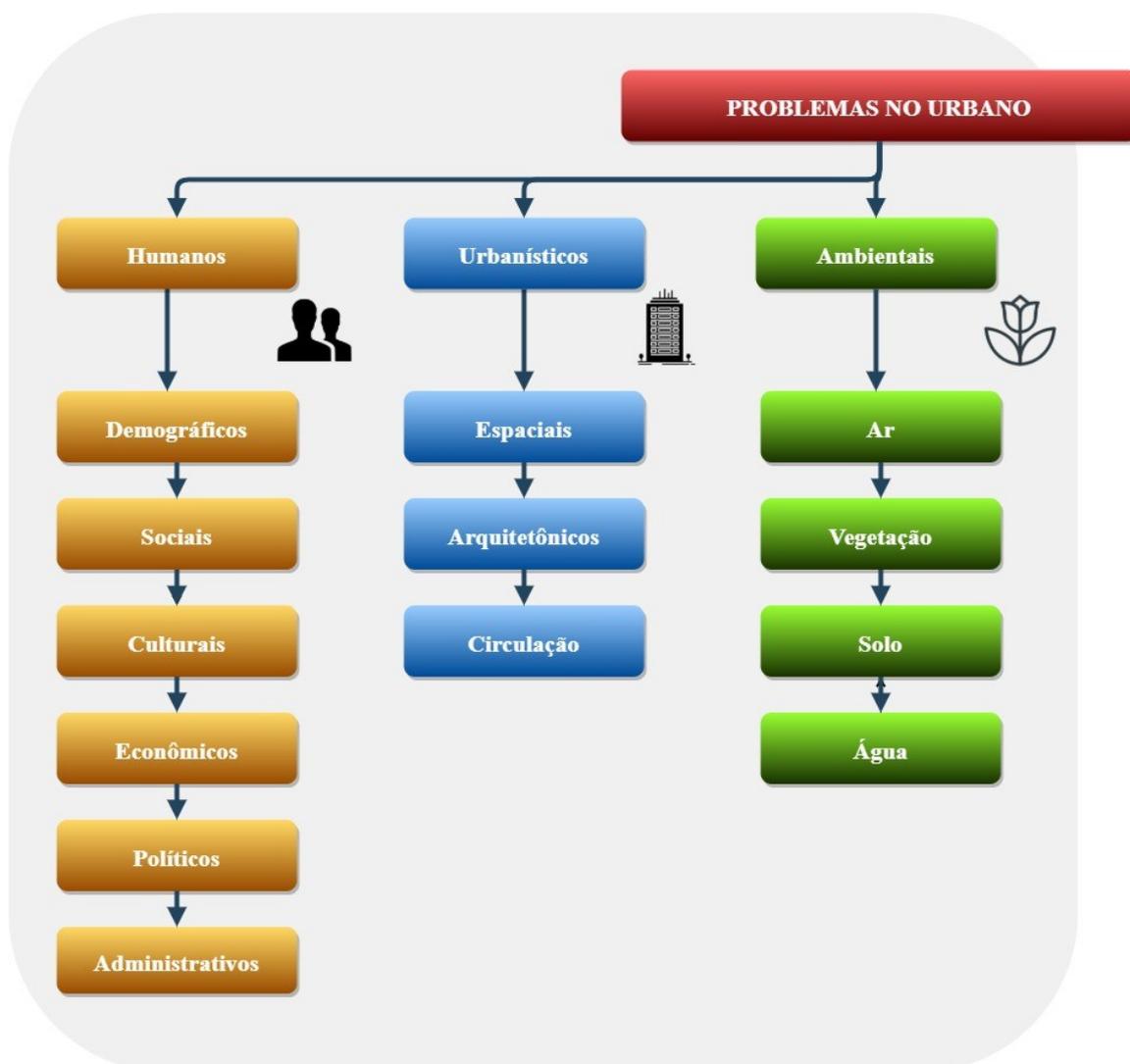


Figura 76 – Subitens das dimensões que envolvem os problemas no urbano.

Fonte: Souza (2020) com base em Ministério das Cidades (2013).

Sobre a dimensão ambiental nas cidades, existem fatores que contribuem para a piora da qualidade de vida; são eles: ar, vegetação, solo e água. Ademais, podemos elencar inúmeras situações que são agravantes: ilha de calor, poluição sonora, visual e do ar, desmatamento, desarborização, impermeabilização do solo, deslizamentos de terra, poluição e contaminação do solo, degradação dos cursos hídricos, poluição da água, esgotos não tratados, contaminação agrícola, lixo, entulho, canalização mal dimensionada etc.

Como é possível percebermos, há uma grande quantidade de fatores que influenciam os problemas no urbano. Para cada um deles, existe questões a serem resolvidas com vista à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nas cidades dos países periféricos, esses problemas tendem a ser maiores e complexos, mas, mesmo em cidades de países desenvolvidos,



esses fenômenos podem ser encontrados. Bauman (2009) afirmou que as cidades no mundo se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização, sendo que, nos vários países que experimentaram o processo de urbanização via industrialização tardia, problemas de ordem social e ambiental são encontrados, sobretudo, nas metrópoles.

As figuras 77 a 79 mostram alguns problemas no urbano em uma das maiores metrópoles do mundo: Cairo, Egito. Todavia, em maior ou menor escala, tais problemáticas podem ser verificadas também nas grandes, médias e pequenas cidades dos países periféricos. A figura 77 apresenta a região central do Cairo, que possui alto nível de densidade de habitantes, com casas e prédios ocupados pela população de baixa renda. De acordo com dados da ONU (2019), cerca de 23 milhões de pessoas vivem na região metropolitana da cidade, sendo que 80% vivem em condições precárias. As figuras 78 e 79 mostram a periferia do Cairo, com destaque para o acúmulo de lixo em um dos canais do Rio Nilo. Também pode ser visto o padrão das construções, além dos arruamentos em terra. Essa é a paisagem característica do Cairo, visível na maior parte da área urbana.

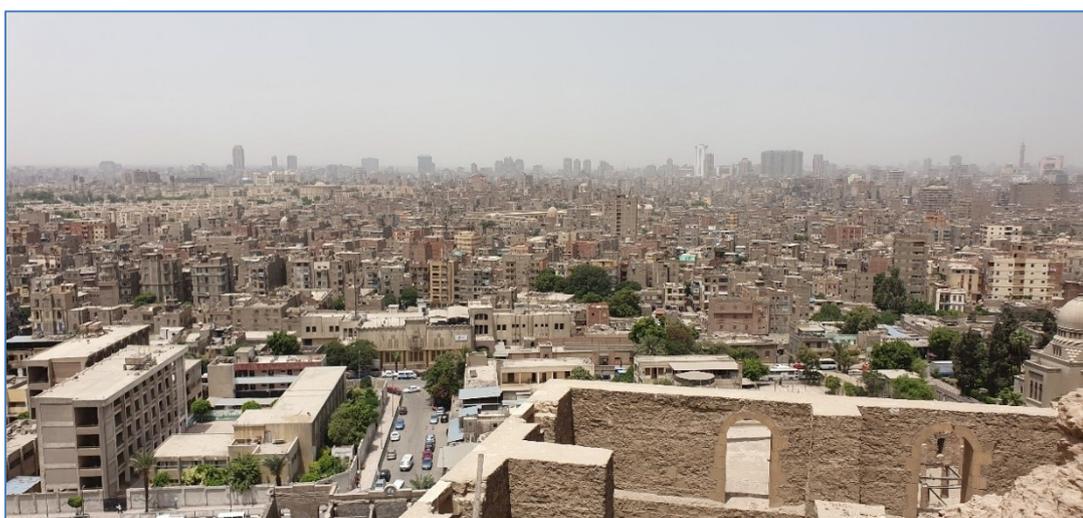


Figura 77 – Área central do Cairo (Egito). Fonte: Souza (2019).



Figura 78 – Canais do Nilo no Cairo (Egito).
Fonte: Souza (2019).



Figura 79 – Periferia do Cairo (Egito).
Fonte: Souza (2019).



Podemos depreender que a Urbanização Contemporânea trouxe consigo problemas urbanos de todas as ordens imagináveis, sendo muitos os desafios urbanos para as cidades, na contemporaneidade, relacionados à busca pela melhoria da qualidade de vida da população. É sobre a necessidade de se pensar em maneiras de melhorar as condições de vida, via análise da qualidade de vida, suas dimensões e indicadores, que nos debruçaremos a seguir.

1.4 Qualidade de vida: concepção, dimensões e indicadores

Ao longo das últimas décadas, foram sendo desenvolvidos temas e conceitos que buscam a compreensão dos problemas sociais, sobretudo daqueles advindos do processo de urbanização. Nesse universo, destacamos a perspectiva de análise a partir da abordagem sobre *qualidade de vida*. Entendemos que a temática possui papel preponderante em relação às demais, pois analisa não apenas aspectos negativos dos problemas urbanos, mas possibilita, também, reconhecer aspectos positivos, a exemplo das partes do espaço urbano com bons indicadores sociais, ambientais, culturais etc. Assim, analisar a qualidade de vida em áreas urbanas possibilita indicar áreas da cidade que necessitam de maior atenção por parte dos gestores públicos, além de permitir avaliar positivamente aspectos que têm conseguido atender a população de forma eficiente e eficaz. Trata-se, portanto, de importante ferramenta para a proposição, o acompanhamento e a implementação de políticas públicas.

Alves (2013) explicou que, na metade do século XX, diversos estudos foram realizados na intenção de compreender as transformações que estavam ocorrendo nas cidades. Obras como *A imagem da cidade*, de Kevin Lynch (1960) e *Morte e vida de grandes cidades*, de Jane Jacobs (1961), abriram novos caminhos na pesquisa sobre o espaço e a subjetividade, e sobre as influências do ambiente construído nas relações sociais, nos comportamentos e no indivíduo. Nesse contexto, na busca por compreender o significado da *qualidade de vida*, a literatura registra a inserção dessa temática nos estudos econômicos da década de 1950, com o economista John Galbraith. Nas décadas seguintes, o termo se difundiu para diversas áreas do conhecimento, tais como ciências políticas, saúde, educação, geografia, sociologia, entre outras.

Pereira *et al.* (2012) afirmou que, devido à complexidade e utilização em diversas áreas de estudo, existe uma falta de consenso conceitual em relação ao termo *qualidade de vida*. Farquhar (1995) indicou que as definições para o termo na literatura especializada se apresentam de maneira global e sempre enfatizando a satisfação geral com a vida. Ademais, a



forma como é abordada e os indicadores adotados estão diretamente relacionados aos interesses científicos e/ou políticos de cada estudo e área de investigação, além das limitações decorrentes das possibilidades de operacionalização e avaliação.

Dependendo da área de interesse, a qualidade de vida é estudada como sinônimo de *saúde* (MICHALOS *et al.*, 2000; SCHMIDT *et al.*, 2005), *felicidade e satisfação pessoal* (RENEWICK; BROWN, 1996), *condições de vida* (BUSS, 2000) e *estilo de vida* (NAHAS, 2003). Para Pereira *et al.* (2012), nos estudos de qualidade de vida, sempre aparecem indicadores para embasar as análises, desde *renda* até *satisfação pessoal*. Pela gama de aspectos mencionados, essa temática se apresenta como de difícil compreensão e, por isso, necessita de delimitações que possibilitem estudos científicos, seja nos processos metodológicos ou na escolha das variáveis de investigação. Nahas (2003, p. 13), acerca da subjetividade desse tema, aponta ainda que

[o] conceito de qualidade de vida é diferente de pessoa para pessoa e tende a mudar ao longo da vida de cada um. Existe, porém, consenso em torno da ideia de que são múltiplos os fatores que determinam a qualidade de vida de pessoas e comunidades. A combinação desses fatores que moldam e diferenciam o cotidiano do ser humano resulta numa rede de fenômenos e situações que, abstratamente, pode ser chamada de qualidade de vida.

De maneira geral, o conceito de *qualidade de vida* pode ser entendido como uma expressão das condições de vida da população, o que pode envolver diferentes dimensões e análises. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) defendeu que, entre essas dimensões, cabe à análise levar em consideração o bem-estar físico, mental, psicológico e emocional da população em questão, além das condições sociais de saúde, educação, meio ambiente, entre outros. Além disso, a instituição ainda explicou que,

[d]e acordo com este conceito, as metas político-econômicas e sociais não deveriam ser perspectivadas tanto em termos de crescimento econômico quantitativo e de crescimento material do nível de vida, mas sim de melhoria em termos qualitativos das condições de vida dos homens. Isso só seria possível através de um melhor desenvolvimento de infraestrutura social, ligado à supressão das disparidades, tanto regionais como sociais, à defesa e conservação do meio ambiente, etc. (idem, *ibidem*, p. 2).

A *Carta de Ottawa*, decorrente da *Primeira conferência internacional sobre a promoção da saúde*, de 1986, apresentou preocupação com a qualidade de vida no mundo. Nesta, foi constatado que a qualidade de vida se relaciona às condições de vida em todos os



extratos – sociais, psicológicos, de justiça social e relacionados à equidade. Assim, a melhoria na qualidade de vida da população será gradativamente alcançada conforme esforços forem feitos para promover melhores condições de vida a todos.

Nahas (2002) discorreu que, para o alcance de bons resultados de qualidade de vida, torna-se necessário (re)conhecer os níveis de vida que a cidade oferece a seus habitantes. Isso é possível a partir da análise das dimensões setoriais (transporte, educação, lazer, cultura etc.) e espaciais (acessibilidade). Essa análise deve ser realizada por meio de indicadores que, mensurados e especializados, são vistos como parte de um sistema holístico para monitorar o progresso das cidades. Nas palavras do autor:

[a] qualidade de vida urbana inclui a avaliação da equidade na distribuição e acesso da população a bens de cidadania. Estes bens podem ser considerados essenciais à satisfação das necessidades básicas de uma sociedade num dado momento; também a qualidade ambiental e a sustentabilidade do desenvolvimento humano, nas quais se pode considerar a dimensão sociodemográfica, do ambiente físico e da acessibilidade; e por fim a participação da população para a mensuração da dimensão subjetiva (idem, *ibidem*, p. 33).

De acordo com Bravo e Vera (1993), a qualidade de vida é um conceito polissêmico, ou seja, possui mais de um significado. A sua definição mais abrangente aponta para o grau de bem-estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população. Vitte (2009) contribuiu com essa definição ao afirmar que “algumas necessidades humanas se transformam com o tempo, mas as necessidades básicas, ou fundamentais, são as mesmas em todas as culturas e em qualquer período histórico, porque são afeitas à condição humana” (VITTE, 2009, p. 91). Tais considerações apontam duas necessidades imediatas: (i) a busca por estratégias para a melhoria dos níveis de vida da população e (ii) o desenvolvimento de políticas para a construção de ambientes urbanos mais saudáveis.

Segundo Nussbaum (1993), a ideia de qualidade de vida é de fundamental importância para a avaliação econômica e social, bem como para as políticas públicas, a legislação social e os programas comunitários. Por esse motivo, esse conceito tem se difundido cada vez mais no mundo e tem se tornado palavra de ordem no cotidiano das pessoas – fato que pode ser comprovado no uso cotidiano do termo *qualidade de vida* em quase todos os assuntos relacionados à dimensão humana. Entretanto, conforme frisado por Merege (2001), a qualidade de vida pode ser avaliada como semelhante à liberdade, visto que ninguém pode defini-la ou



entendê-la como um todo. Assim, existe um desafio posto de analisar esse tema, evitando os conflitos de valor e seguindo escolhas políticas e éticas.

1.4.1 Possibilidades de análise da qualidade de vida

Na análise da qualidade de vida, é possível relacionarmos diferentes dimensões do espaço urbano, conforme mostra a figura 80 a partir de informações do Ministério das Cidades (2013). Entre essas dimensões, destacamos aquelas que, em países como o Brasil, são mais evidentes, independentemente do porte populacional das cidades, sempre afetadas, em maior ou menor grau, pelas desigualdades socioespaciais. Temas como *habitação, saúde, educação, cultura, justiça social, violência/segurança*, entre outros, trazem consigo a extrema urgência da busca pela superação dos desafios urbanos e pela melhoria da qualidade de vida.



Figura 80 – Dimensões de análise da qualidade de vida.
Fonte: Souza (2020) com base em Ministério das Cidades (2013).

Para cada dimensão, a depender das necessidades da análise, é possível relacionarmos uma série de indicadores que, em conjunto, auxiliam na investigação. A importância da utilização de indicadores foi evidenciada a partir da consolidação da *Agenda*



21¹³, que tem como um dos seus objetivos a consolidação de um sistema de indicadores e índices que apoie o poder público nas decisões relacionadas às políticas de gestão ambiental e de melhoria da qualidade de vida da população (ONU, 1992). Assim, a busca por parâmetros e indicadores que possibilitem a mensuração e análise dos patamares de vida da população nas áreas urbanas é de fundamental importância, visto que o seu resultado auxilia na identificação de áreas que necessitam de especial atenção do poder público e, por consequência, pode gerar estratégias mais eficazes para a consolidação de políticas públicas que minimizem as desigualdades socioespaciais.

Souza e Soares (2014, p. 7) reforçaram a importância do uso de sistemas de indicadores, os quais, para eles, possuem dois papéis:

[...] o de mostrar se as intervenções das ações do planejamento urbano em determinados espaços urbanos proporcionaram a melhoria da qualidade de vida e diminuição da exclusão social (efetividade ou não da política implementada); e o papel de apresentar espacialmente aos gestores áreas do espaço urbano que necessitam de Políticas Públicas voltadas à solução da carência dos serviços e ações básicas de desenvolvimento social.

Para Lima (2013), o uso de variáveis e indicadores, assim como sua análise integrada na constituição de índices, é de fundamental importância, pois possibilita o manuseio de ferramentas que auxiliam na gestão pública e tomada de decisões. Nesse sentido, tem-se desenvolvido, em nível mundial, projetos que utilizam indicadores para a análise da qualidade de vida urbana. Para o autor, estudos realizados pela OMS, ONU, União Europeia, entre outros, são exemplos mundiais da busca pela consolidação de sistemas de indicadores que contribuam para a melhoria da qualidade de vida. No Brasil, conforme Nahas (2009, p. 127), sobretudo nas grandes cidades, tais sistemas também são utilizados em diversos estudos:

[p]ara as grandes cidades brasileiras, desenvolveram-se indicadores que, agregados em índices, destinam-se a mensurar as desigualdades socioespaciais existentes no interior da cidade. Partindo de escopos conceituais diferenciados, todos apresentam em comum o fato de que seus indicadores estão georreferenciados em unidades espaciais intraurbanas previamente definidas, tais como bairros ou distritos administrativos. Em outras palavras, nessas experiências, a unidade espacial para o cálculo dos indicadores (e respectivos índices) não é mais o município como um todo, mas, sim, sub-regiões no seu interior.

¹³ A *Agenda 21* foi resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992. É um instrumento de planejamento que visou promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento para a construção de sociedades mais sustentáveis (ONU, 1992).



A busca pela qualidade de vida, portanto, tem se tornado cada vez mais importante dentro do rol de estudos voltados às soluções dos problemas no urbano. Assim, para além de debater e definir, neste trabalho, qualidade de vida, é necessário conhecermos um pouco mais dos estudos nacionais e internacionais em que indicadores tenham sido utilizados, a fim de propor políticas públicas mais eficazes. A seguir, analisamos quatro pesquisas - duas realizadas no exterior e duas no Brasil, escolhidas devido ao reconhecimento de sua importância na temática *qualidade de vida*.

1.4.2 Os estudos de indicadores e sua contribuição para a análise da qualidade de vida – exemplos no Brasil e no exterior

Atualmente, governo e sociedade civil têm centrado suas discussões nos problemas urbanos, embora, por vezes, de maneira não integrada. No planejamento urbano, questões sociais, econômicas, ambientais e de desenvolvimento sustentável têm sido tratadas separadamente ou com pouca inter-relação, aumentando a possibilidade de falhas ou de melhorias apenas parciais do espaço urbano. Essas questões se apresentam como entrave no desenvolvimento de políticas eficazes, sendo necessária a busca por análises que propiciem uma maior integração dos dados disponíveis e possibilitem resultados mais aproximados à realidade. Somente com a visão integrada da realidade urbana e disponibilização de instrumentos eficazes para a gestão, serão possíveis políticas públicas que verdadeiramente contemplem as necessidades da população (SOUZA, 2016).

Apresentaremos dois exemplos de estudos, em nível mundial, que utilizam indicadores de qualidade de vida na perspectiva da construção de ambientes urbanos mais saudáveis e que têm contribuído para a realização da presente pesquisa. São eles: estudos da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS), promovidos pelo governo de Portugal; e *Instrumentos para mensuração da saúde no México*, do Instituto Nacional de Saúde Pública do México (INSP-México). As investigações da RPMS partem de uma perspectiva de saúde do indivíduo e fazem análises tanto em nível interurbano quanto intraurbano, e aquelas desenvolvidas pelo INSP-México departem da realidade de um país da América Latina.

Analisaremos, também, dois exemplos de estudos, em nível nacional, relacionados à qualidade de vida. Entre as pesquisas brasileiras que utilizam indicadores, duas têm se destacado nos últimos anos, sobretudo, pela sua utilização da gestão pública para fins de



distribuição de recursos e para a implementação de políticas públicas, a saber: o *Índice Mineiro de Responsabilidade Social* (IMRS), da Fundação João Pinheiro; e o *Índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte* (IQVU-BH), criado pela parceria entre a Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (PUC Minas) e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Cumpre destacarmos que analisar a forma com que foram desenvolvidas essas investigações foi de fundamental importância para a pesquisa que aqui realizamos, especialmente no que diz respeito à escolha de dimensões, variáveis e indicadores a serem utilizados.

a) A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS)

A RPMS é uma associação fundada em 1997 que, atualmente, integra 57 cidades portuguesas, inclusive as localizadas nas ilhas de Açores e Madeira. Essa rede tem a missão de apoiar a divulgação, a implementação e o desenvolvimento do projeto *Cidades Saudáveis*, por meio da promoção da saúde como prioridade na agenda das decisões políticas. Trata-se, portanto, de uma instituição vinculada às prefeituras dos municípios portugueses, além de ser oficialmente parceira da OMS – fator que tem feito com que esse movimento em forma de rede obtenha reconhecimento em nível mundial. A figura 81 apresenta a logomarca e a localização das cidades que compõem a rede.



Figura 81 – Localização das cidades que compõem a RPMS. Fonte: RPMS (2019).

Conforme relatório da RPMS (2019), as ações da rede voltadas à melhoria dos níveis de vida da população são pautadas em duas linhas orientadoras. A primeira visa a apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis a favorecerem a obtenção de ganhos em saúde. A segunda visa a promover e intensificar a cooperação e a comunicação entre os



municípios que integram a Rede e entre as redes nacionais participantes no projeto *Cidades Saudáveis* da OMS.

A escolha da RPMS como um dos exemplos internacionais parte de seu reconhecimento em nível mundial, bem como por ter entre seus projetos análises comparativas entre as cidades e também em nível intraurbano. Além disso, muitos de seus projetos foram implementados nos últimos anos via políticas públicas, com avaliações positivas no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida da população portuguesa.

O movimento *Cidades Saudáveis* – base da RPMS – surgiu em 1978 no Canadá, quando o governo da cidade de Toronto publicou o relatório *A saúde pública nos anos 1980*, defendendo a ideia da implementação de políticas de saúde pública para que Toronto se tornasse a cidade mais saudável da América do Norte (MENDES, 2000). Em suma, a cidade saudável é aquela que está continuamente criando e desenvolvendo seus ambientes físico e social, baseada no planejamento urbano, com foco na saúde e expandindo recursos comunitários que permitam às pessoas apoiarem-se mutuamente nas várias dimensões de sua vida e no desenvolvimento do seu potencial máximo (GOLDSTEIN; KICHBUSCH, 1996).

De acordo com a RPMS (2019), esse movimento surgiu da constatação de que a saúde das pessoas que vivem nas cidades é fortemente influenciada por suas condições de vida e de trabalho, pelo ambiente físico e socioeconômico e pela qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde. Em termos estruturais, no que diz respeito à Europa, o projeto *Cidades Saudáveis* consubstancia-se na Rede Europeia de Cidades Saudáveis da OMS e na rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis. A Rede Europeia de Cidades Saudáveis é constituída por cidades de vários países da Região Europeia, nomeadas após um processo de candidatura que envolve a resposta a um conjunto de critérios de designação e de elegibilidade, definidos pela OMS. A RPMS se organiza por meio de seu estatuto, com a realização de assembleias, grupos técnicos e conselhos.

Dentre os mais de cem projetos concluídos e dezenas em andamento que a rede possui, compreendendo desde intervenções pontuais em áreas das cidades a projetos em nível municipal,¹⁴ selecionamos o estudo desenvolvido por Louro *et al.* (2017) para ser aqui

¹⁴ Para mais informações sobre os projetos da RPMS, consultar o endereço: <http://redemunicipiossaudaveis.com>.



apresentado. Este mostra resultados de alguns dos projetos da rede, com foco na utilização de indicadores, para a implementação de políticas públicas em cinco dos dezoito municípios da região metropolitana de Lisboa: Amadora, Loures, Odivelas, Oeiras e Seixal.

As estratégias da pesquisa, suas áreas de intervenção e seu grupo-alvo são apresentados na figura 82. Na perspectiva das Cidades Saudáveis, as intervenções realizadas abarcam três momentos: a prevenção, a minimização e a resposta. Como áreas de intervenção, podemos mencionar: equidade no acesso à saúde, inclusão social, educação para a saúde, espaço público e mobilidade urbana. Os grupos-alvo se concentram nos idosos, que é a maior parte da população portuguesa, além de crianças e jovens, pessoas com mobilidade reduzida, população carente, grupos de risco, portadores de necessidade especiais, e população em geral.

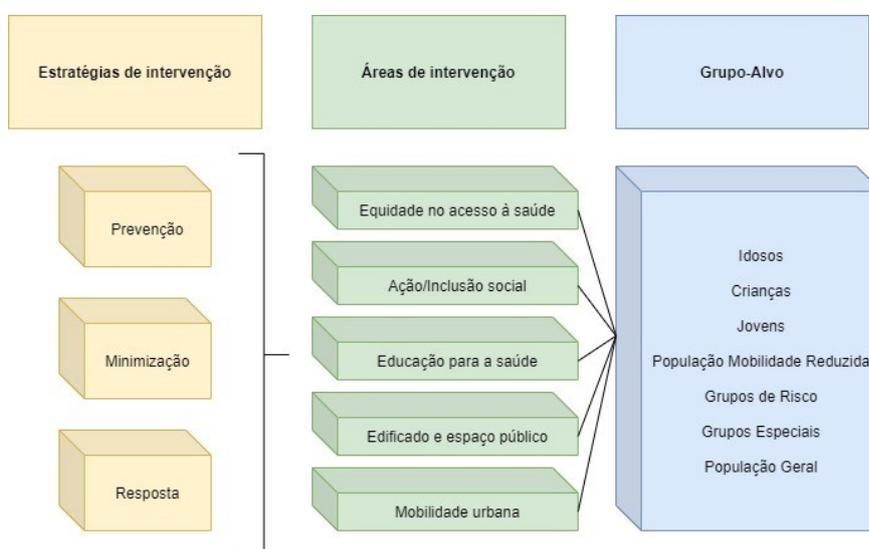


Figura 82 – Estratégias de intervenção, áreas de intervenção e grupo-alvo da RPMS.
Fonte: Souza (2020) com base em Louro *et al.* (2017).

As áreas de intervenção correspondem às variáveis de análise na perspectiva das Cidades Saudáveis, sendo que, para cada uma delas, existem vários indicadores envolvidos. Destacamos, a seguir, três dessas variáveis, por sua relação com as dimensões escolhidas para a análise de qualidade de vida na Imediata de Araxá, previamente apresentadas na introdução deste trabalho. São elas: equidade no acesso à saúde, mobilidade urbana e educação para a saúde.

Acerca da *equidade no acesso à saúde*, os indicadores usados nos estudos da RPMS envolvem desde a análise da infraestrutura dos equipamentos de saúde até os dados relacionados ao meio ambiente, como qualidade da água e do ar. Em suma, busca analisar



indicadores para a proposição de iniciativas que visem aproximar os cuidados de saúde da população, quer pela deslocação dos serviços e dos técnicos até as comunidades mais carentes, quer por via do transporte da população, equipamentos de saúde ou outros, por meio de serviços de transporte adaptados a pessoas com necessidades especiais ou transporte personalizado (LOURO *et al.*, 2017). Frente a análise desses indicadores, foram realizadas intervenções públicas voltadas à melhoria do acesso à saúde, a saber: projeto *Saúde sobre rodas*, que tratou da aquisição de unidades de atendimento móvel em Seixal, voltadas à prestação de cuidados primários à população mais carente; projeto *Sistema telefónico de assistência permanente*, implantado na cidade de Amadora, com atendimento 24 horas a situações de urgência e emergência; e projeto *Cuidar e mimar*, executado na cidade de Loures, com vistas à melhoria da prestação de serviços relacionados aos cuidados maternos.

Sobre a variável *mobilidade urbana*, os estudos e projetos da RPMS têm se concentrado, principalmente, na acessibilidade voltada à população idosa crescente em Portugal, mas também a projetos direcionados à segurança rodoviária. Os indicadores analisados vão desde a distância das residências onde se concentram idosos dos serviços de equipamentos públicos (de saúde, assistência social, entre outros) até a quantidade de acidentes de trânsito. As análises realizadas em pontos da região metropolitana de Lisboa tiveram como resposta alguns projetos: o *Autocarro 21*, na cidade de Seixal, que tratou de transporte de crianças em áreas carentes; e o *Segurança rodoviária*, no mesmo local, orientado à educação no trânsito. Outras intervenções públicas também foram realizadas de forma a melhorar o sistema de transporte urbano.

Em relação à variável *educação para a saúde*, a análise de indicadores relacionados aos dados das doenças mais comuns trouxe a proposição de projetos voltados à prevenção e minimização dos problemas de saúde. As políticas públicas implementadas focaram nos diferentes níveis da população, desde crianças até adultos. O projeto *Crescer em harmonia corpo e mente*, na cidade de Loures, teve como objetivo educar crianças e adolescentes acerca da busca por estilos de vida mais saudáveis, por meio da prática de esportes e alimentação balanceada. Já o programa *Educação para a saúde*, em Odivelas, teve o foco direcionado à sensibilização do público-alvo com relação ao consumo de drogas, à educação sexual etc. Vários foram os projetos dirigidos também à higiene, atividade física (voltada aos idosos) e melhoria do sono.



A partir da análise dos projetos da RPMS apresentados acima, foi possível percebermos o seu foco no indivíduo, com a implementação de políticas públicas orientadas à educação sobre diferentes aspectos da saúde. Assim, notamos que a investigação da qualidade de vida na perspectiva das Cidades Saudáveis busca, primeiramente, estratégias para a prevenção e o bem-estar da população, via saúde do indivíduo.

b) Instrumentos para mensuração da saúde no México

Como forma de elucidar a utilização de indicadores para estudos relacionados à qualidade de vida em países latino-americanos, elegemos apresentar os instrumentos de mensuração do estado da saúde empregados pelo INSP-México, devido à importância de seus estudos, dentre aqueles que fazem uso de indicadores, na América Latina. O INSP-México é uma instituição acadêmica ligada ao governo mexicano, criada em 1989, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde pública no país. Atualmente, desenvolve pesquisas voltadas a epidemiologia, saúde reprodutiva e ambiental, controle de vetores e enfermidades infecciosas, nutrição, avaliação de programa referente à melhoria da saúde, além da elaboração de pesquisas nacionais. Para a instituição, duas situações coexistentes revelam a importância da saúde pública, justificando estudos e investimentos nessa área:

[e]m primeiro lugar, reconhecer o efeito da saúde para a expectativa de vida da população; em segunda lugar, buscar melhorias na saúde como resposta à sociedade por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de saúde e dos serviços (INSP-MÉXICO, 2019, s.n., tradução nossa).¹⁵

A figura 83 apresenta o *folder* de divulgação do instituto. Nele, é possível visualizarmos sua logomarca, que representa a construção de estratégias voltadas à saúde. Também visualizamos onde se encontram suas três sedes (Cidade do México, Morelos e Chiapas), além de sua missão: “gerar e difundir conhecimento como um bem público”.

Os estudos desenvolvidos pelo INSP-México contribuem para a busca por equidade social e o pleno direito à proteção da saúde, por meio da geração e difusão de conhecimento, da formação de recursos humanos e da geração de investigações voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas. Para isso, nas últimas décadas, o instituto realizou dezenas de pesquisas

¹⁵ No original: *En primer lugar, el reconocimiento del efecto que la salud tiene en la expectativa de vida de la población; en segundo lugar, la información sobre la respuesta de la sociedad a través de los sistemas de salud y a la demanda de servicios.*



relacionadas às seguintes linhas de investigação: prevenção e controle do câncer; obesidade, diabetes e enfermidades cardiovasculares; prevenção e controle de vetores; saúde ambiental; prevenção de lesões relacionadas à violência; saúde sexual e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; proteção social; avaliação de programas e políticas de saúde, vacinas, sistemas de informação da saúde, entre outras. Explicitaremos aqui duas dessas pesquisas, as quais contribuiram para a escolha dos indicadores utilizados neste trabalho. São elas: saúde ambiental e produção de sistemas de informação da saúde.



Figura 83 – Folder de divulgação do INSP-México. Fonte: INSP-México (2019).

Acerca de *saúde ambiental*, o INSP-México (2019) afirma que a saúde humana depende de uma grande variedade de fatores – entre eles, indicadores relacionados ao meio ambiente. Assim, há a necessidade de se buscar, cada vez mais, um melhor entendimento acerca dos problemas e efeitos do meio ambiente na saúde, assim como desenvolver projetos que beneficiem a população, sobretudo aquela mais vulnerável. A realidade da saúde no México e na América Latina enfrenta riscos de enfermidade, tanto pela falta de serviços eficazes quanto pela poluição e contaminação. Além disso, podemos evidenciar eventos externos – como o aquecimento global – que tendem a tornar os riscos à saúde cada vez mais evidentes.

Por essa razão, o instituto tem desenvolvido projetos voltados à saúde ambiental, a exemplo de um que se propõe a analisar a poluição e contaminação do ar e da água, utilizando equipamentos e parâmetros que possibilitem identificar vulnerabilidades em diferentes cidades do México. Também existem projetos direcionados à educação ambiental por meio de uma análise ecossistêmica do espaço, cuja atuação se dá nas escolas das três cidades em que se



localizam o INSP-México. Além desses trabalhos, o instituto desenvolveu um programa de gestão ambiental que oferece certificação às empresas e instituições que o aderirem, com focalização nas seguintes áreas: uso racional e eficiente da água; uso racional e eficiente da energia elétrica; controle e manejo integral de resíduos sólidos; e controle e manejo de resíduos perigosos.

Outro enfoque das pesquisas do INSP-México foi a criação de um esquema de informação da saúde, com vistas à construção de aparatos voltados à melhoria desse direito universal. Assim, a informação nessa área é fundamental para a tomada de decisão em todos os níveis do sistema nacional de saúde. Os resultados dessa investigação tem propiciado a avaliação do desempenho dos serviços de saúde, a integração da informação proveniente de diversas fontes para facilitar a análise dos determinantes sociais da saúde, a vinculação de registros administrativos dos pacientes, a análise sistemática dos indicadores de saúde para a avaliação do estado da saúde da população, seus determinantes e o desempenho da saúde pública, bem como a análise espacial e temporal da informação em saúde e o desenvolvimento de sistemas pautados no geoprocessamento. Além dos aspectos relacionados, destacamos também a produção de tabelas, gráficos e mapas voltados à difusão e transparência da informação relacionada à saúde.

A análise das pesquisas e dos projetos realizados pelo instituto possibilitou-nos evidenciar alguns aspectos que aproximam e que diferem a realidade dos estudos de indicadores no contexto da América Latina e no da RPMS. Enquanto os estudos desta última são voltados à saúde dos indivíduos, visto que muitas pesquisas focalizam a melhoria da qualidade de vida da população cada vez mais envelhecida, as análises dos indicadores de saúde feitas pelo INSP-México têm buscado respostas para os problemas de saúde em maior escala, os quais, de certa forma, são similares nos países de economia periférica, tanto na América Latina quanto em outras partes do mundo. Esse fato aproxima tal estudo da realidade da presente pesquisa, cujo recorte espacial se encontra em um país com características socioeconômicas similares às do México.

c) O Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)

O IMRS se trata de importante ferramenta de gestão pública do estado de Minas Gerais. Foi criado por meio da lei estadual nº 15.011 de 15 de janeiro de 2004, pelo governo



do estado, na qual atribuiu-se à Fundação João Pinheiro (FJP) – órgão de pesquisa ligada ao governo estadual – a responsabilidade por sua construção e gestão. De acordo com a FJP (2019), o IMRS foi criado a partir da concepção de que a responsabilidade social da gestão pública estadual se realiza na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população a assistência social, educação, serviços de saúde, emprego, alimentação de qualidade, segurança pública, habitação, saneamento, transporte e lazer.

Para a construção e o gerenciamento do IMRS, a FJP têm, desde 2004, realizado a implementação de uma base de dados voltada a retratar as diferentes dimensões analisadas. O resultado desse projeto foi a reunião de mais de 700 indicadores, do ano de 2000 a 2019, que se encontravam de forma dispersa em diversos órgãos e instituições. De acordo com a FJP (2019), a aglutinação de informações em uma única base favoreceu sua utilização pelo setor público e pela sociedade, visto que a ampla divulgação e utilização dessa base tem promovido melhorias à gestão pública. Dentre o amplo número de indicadores levantados pela FJP, quarenta e quatro são utilizados para compor um índice sintético. Na metodologia proposta pelo IMRS, tais indicadores devem retratar três aspectos fundamentais: a situação, o esforço da política pública para efetuar melhorias à situação posta e as características gerais da gestão municipal. As dimensões avaliadas pelo IMRS constam na figura 84.

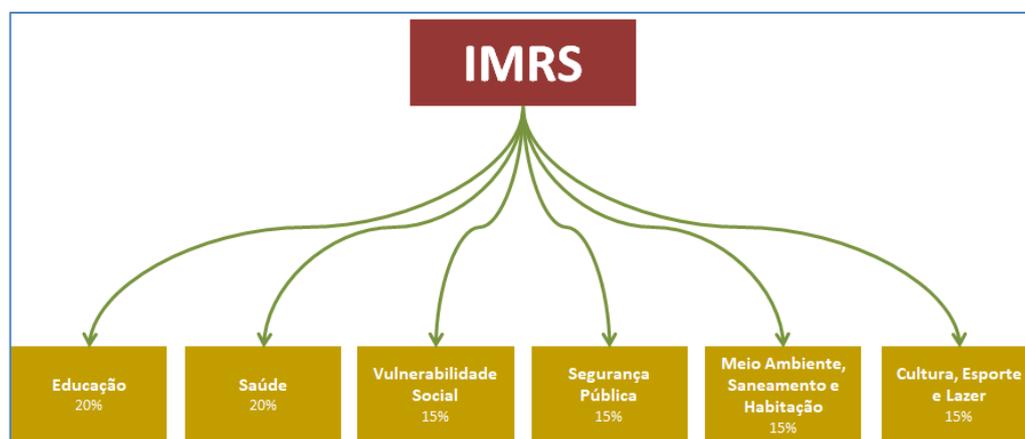


Figura 84 – Dimensões de análise do IMRS. Fonte: FJP (2019).

Conforme apresentado na figura, seis são as dimensões analisadas: educação; saúde; vulnerabilidade social; segurança pública; meio ambiente, saneamento e habitação; e cultura, esporte e lazer. Pela metodologia do IMRS, tais dimensões apresentam o resultado da média ponderada entre os indicadores analisados, sendo que cada uma das variáveis tem um



peso específico na composição do índice. De acordo com a FJP (2018), essa metodologia de cálculo sofreu alterações ao longo do tempo, como reflexo da melhoria na base de dados, da introdução de novas dimensões, da mudança nas prioridades dos programas de governo, além do fato de metas estabelecidas terem sido cumpridas. Os indicadores utilizados pelo IMRS constam no quadro 1.

DIMENSÕES	INDICADORES	
	Nome	Unidade
Saúde	Taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis	por 100 mil hab.
	Taxa de mortalidade por câncer de colo de útero na população feminina	por 100 mil hab.
	Cobertura vacinal de Pentavalente em menores de 1 ano	%
	Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal	%
	Estimativa da proporção da população atendida pela Estratégia de Saúde da Família	%
	Proporção de óbitos por causas mal definidas	%
	Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção primária	%
Educação	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo	%
	Índice de Qualidade Geral da Educação	
	Taxa de Distorção Idade-Série_EFAF	%
	Taxa de Distorção Idade-Série_EM	%
	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação do docente EI	%
	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação docente EFAI	%
	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação docente EFAF	%
	Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação docente EM	%
Segurança Pública	Taxa de ocorrências de homicídios dolosos (instituições de segurança pública)	por 100mil hab
	Taxa de crimes violentos contra o patrimônio	por 100mil hab
	Habitantes por policial civil ou militar	%
Vulnerabilidade	Percentual da População no Cadastro Único	%
	Percentual da população pobre e extremamente pobre	%
	Percentual de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Bolsa Família	%
	Percentual de pessoas em idade produtiva (18 a 64 anos) e sem ocupação	%
	Percentual de pessoas que não sabem ler e escrever	%
	Percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade pelas condições de saneamento	%
	Taxa de emprego no setor formal	%
	Indicador de Desenvolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social	
Indicador de Desenvolvimento de Centros de Referência da Assistência Social (IDCRAS)		
Saneamento e Meio Ambiente	Percentual da população atendida com serviço de abastecimento de água (rede)	%
	Percentual da população atendida com serviço de esgotamento sanitário (rede)	%
	Percentual de esgoto tratado	%
	Percentual da população atendida com coleta direta de lixo	%
	Disposição final do lixo coletado	
	Existência de Plano e Política de saneamento e de resíduos sólidos	
Cultura, Esporte e Lazer	Esforço orçamentário em habitação, saneamento e meio ambiente	%
	Existência de biblioteca	sim ou não
	Pluralidade de equipamentos culturais exceto biblioteca	sim ou não
	Existência de banda de música	sim ou não
	Pluralidade de grupos artísticos	baixa, média ou alta
	Gestão e preservação do patrimônio cultural	%
	Pontuação pela participação em programas governamentais de esporte	%
Percentual de alunos em escolas com quadra de esporte	%	

Quadro 1 – Indicadores do IMRS.
Fonte: FJP (2018).



Conforme o quadro 1, o IMRS possui uma variedade significativa de indicadores que, em conjunto, compõem as dimensões analisadas. Estado, municípios e sociedade em geral têm acesso a eles por meio de uma plataforma digital,¹⁶ na qual, conforme apresentado na figura 85, é possível visualizarmos os indicadores municipais a partir de diferentes recortes espaciais (estado, mesorregiões, microrregiões, etc.), bem como gerarmos gráficos e mapas.



Figura 85 – Área de trabalho do IMRS na *internet*. Fonte: FJP (2019).

O IMRS possibilita uma gama de informações a órgãos públicos e instituições de pesquisa. Informativos da FJP (2018) têm apresentado os resultados práticos do IMRS para a gestão pública do estado e dos municípios de Minas Gerais, inclusive para repasse de recursos públicos às cidades que apresentam discrepâncias em relação às médias estaduais. Trata-se, portanto, de importante ferramenta de gestão pública, que possibilita, por meio do banco de dados alimentado anualmente, a busca por estratégias de melhoria da qualidade de vida da população mineira.

¹⁶ Disponível no <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>. Último acesso em: março de 2020.



d) *Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH)*

O IQVU-BH se trata de um instrumento de gestão pública, criado na década de 1990, a partir da parceria entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e a PUC Minas, com a finalidade de auxiliar a prefeitura na busca por estratégias de intervenção pública em sua área urbana. Os resultados obtidos pelo IQVU-BH e sua utilização pela PMBH o consolidaram como o principal instrumento de gestão intraurbana do país, dentre os que utilizam indicadores. Isso porque os resultados do índice são utilizados para a distribuição dos recursos do orçamento participativo, fato que faz com que seja de fundamental importância conhecemo-lo, visto que a proposição de estudo que busque por novas metodologias deve sempre levar em consideração a sua implementação.

O IQVU-BH foi pensado a partir do *Plano Diretor de Belo Horizonte* (Lei 7.165 de 27 de agosto de 1996), que previu, em seu capítulo III (*Diretrizes de monitoramento da política urbana*), a criação de um índice de qualidade de vida municipal. A concretização do índice se deu a partir da união dos esforços de pesquisadores da PUC Minas e dos técnicos e gestores da Secretaria Municipal de Planejamento da PMBH. Conforme a prefeitura,

[o] IQVU-BH possui três características básicas: i) avalia a quantidade e a qualidade da oferta de bens e serviços públicos e privados no espaço intraurbano; si) é composto por indicadores passíveis de atualização em um curto intervalo de tempo (anuais ou bienais); e sei) é calculado a partir de informações provenientes dos próprios órgãos municipais e dos prestadores de serviços públicos (PMBH, 2015, s.n.).

Composto por 38 indicadores¹⁷, o IQVU-BH tem por objetivo mensurar os diferentes níveis de qualidade de vida no tecido urbano. As variáveis utilizadas em sua composição são: abastecimento, cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura, meio ambiente, saúde, serviços urbanos e segurança urbana. Essas variáveis são analisadas a partir de *Unidades de planejamento* (UPs), que são os recortes espaciais intraurbanos utilizados pela PMBH para a distribuição de recursos. Nas palavras da prefeitura:

[p]ara cálculo e divulgação dos resultados do IQVU-BH foi adotado como base territorial o conjunto das Unidades de Planejamento (UP). As UPs foram criadas pela PBH no âmbito da elaboração do Plano Diretor da Cidade na década de 1990 e permitiram a desagregação das nove regiões administrativas municipais, criadas na década de 1980, em unidades menores, visando dar

¹⁷ Para ver mais sobre esses indicadores, verificar o endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/iqvurbana>. Último acesso em: dezembro de 2019.



suporte às estratégias de descentralização das atividades e dos serviços (PMBH, 2016, p. 10).

As dimensões do índice são avaliadas com base em pesos, ou seja, na hierarquização dos níveis de importância, conforme figura 86. Tais pesos são definidos a partir de consulta à população, em reuniões com associações de bairros e realização de audiências públicas. É, portanto, uma ferramenta que leva em consideração a participação popular.

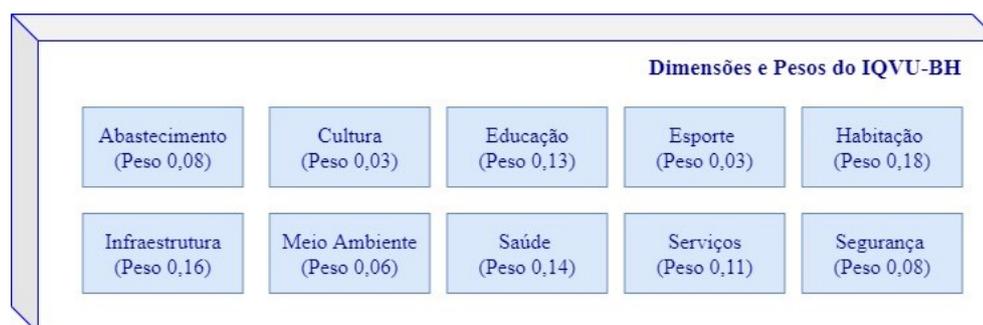


Figura 86 – Dimensões e pesos do IQVU-BH.
Fonte: Souza (2020) com base em PMBH (2016).

Nahas (2002) explicou que a utilização do resultado do IQVU-BH, no ano de 2000, para a distribuição dos recursos da PMBH entre as UPs representou a validação política e institucional desse instrumento para subsidiar a formulação de políticas de promoção da equidade. Além disso, também significou o reconhecimento da metodologia enquanto critério válido para o dimensionamento dos níveis de qualidade de vida na cidade de Belo Horizonte, sendo as UPs, a partir de então, definidas como unidades espaciais de referência para o orçamento participativo. Segundo a mesma autora (2009), tal metodologia contribuiu, ainda, para que outros municípios brasileiros também desenvolvessem sistemas de indicadores e composição de índices.

A análise desses indicadores possibilita a visualização dos diferentes níveis de vida da área urbana de Belo Horizonte. Os dados são atualizados anualmente, de forma a direcionar esforços à melhoria de cada região com base nas principais vulnerabilidades encontradas. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que, de fato, tem sido utilizada pelos gestores públicos na proposição e implementação de políticas públicas. Assim como o IMRS, o IQVU-BH também possui plataforma *online*, facilitando o acesso da população e de pesquisadores.

Essa plataforma possibilita a visualização dos resultados a partir de três elementos: tabela, gráfico e mapa com as classes de análise. O exemplo retratado na figura 87 apresenta os



resultados do índice de saúde e educação no ano de 2016. A metodologia padroniza os dados de zero a um, sendo que, quanto maior esse número, melhor é o resultado do indicador analisado. A partir dos dados, vemos que os indicadores de saúde variaram de 0,287 (UPs em vermelho) a 0,884 (UPs em azul), com os melhores níveis de saúde se concentrando nas UPs da região centro-sul da cidade. Os indicadores de educação, por sua vez, apresentaram variação entre 0,016 a 0,956, com a maioria das UPs apresentando resultados positivos.

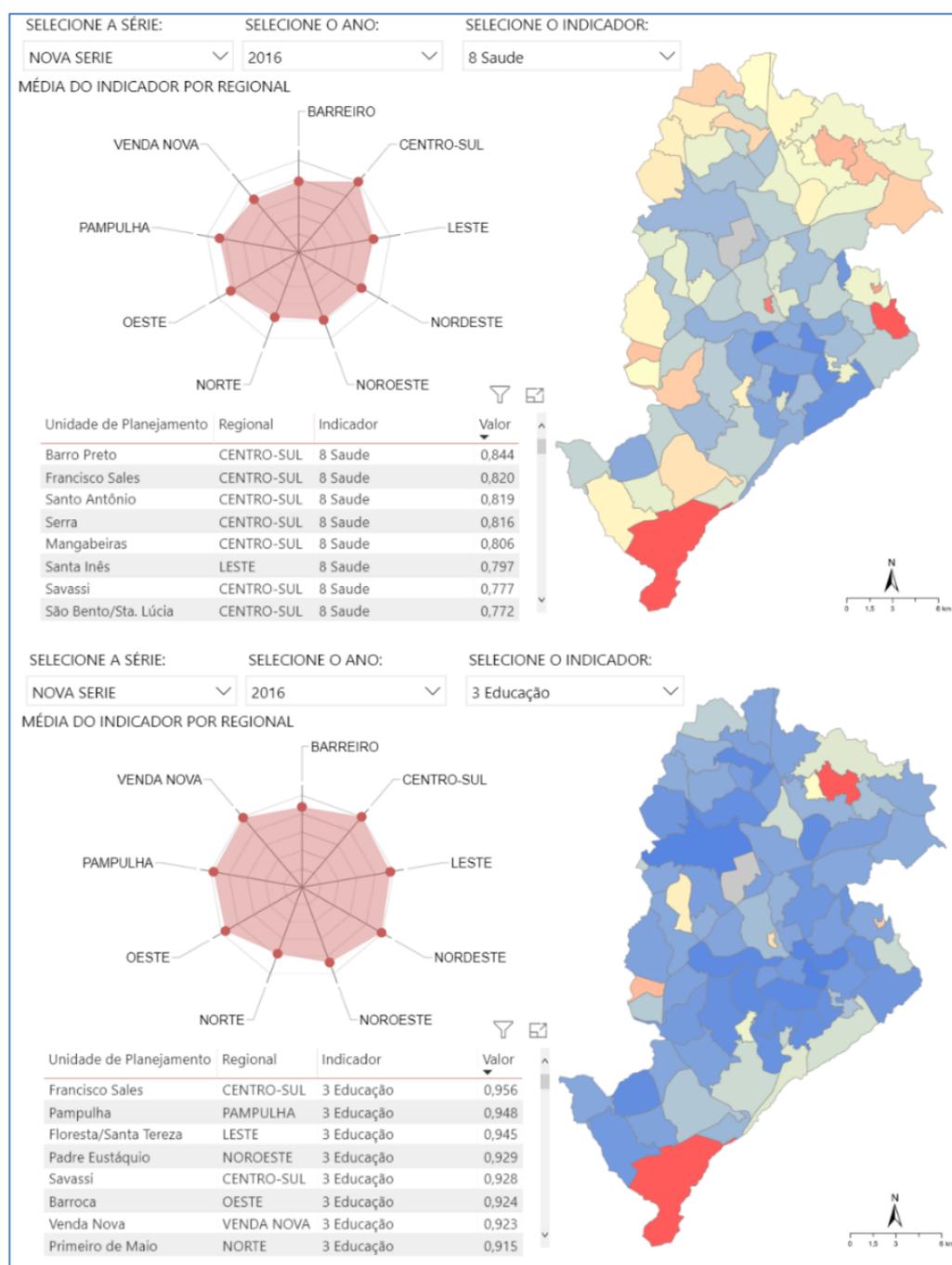


Figura 87 – Plataforma digital do IQVU-BH: índices de saúde e educação no ano de 2016. Fonte: PMBH (2016).



Temos, portanto, que a análise de indicadores do IQVU-BH possibilita a visualização, de maneira didática, dos diferentes níveis de vida da área urbana de Belo Horizonte. Os dados são atualizados anualmente, possibilitando o direcionamento dos esforços visando à melhoria de cada UP a partir das principais vulnerabilidades encontradas. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que, de fato, tem sido utilizada pelos gestores públicos na implementação de políticas públicas.

Destacamos como diferencial do IQVU-BH a sua metodologia, que leva em consideração a opinião da população para a definição dos pesos de cada uma das variáveis. Isso é importante pois orienta o poder público na implementação de ações que, de fato, possam satisfazer os anseios dos habitantes. No caso de Belo Horizonte, percebemos que as pessoas, em geral, elegeram como temas prioritários *habitação, infraestrutura, saúde e educação*, respectivamente. Cabe ressaltarmos também outra característica do IQVU-BH que o diferencia dos demais estudos analisados nesta pesquisa: o fato de fazer a análise em nível intraurbano. Entendemos que a análise entre municípios é importante, mas conhecer a realidade das áreas urbanas é de fundamental importância, pois é no intraurbano que as desigualdades se manifestam de forma mais evidente.

Em síntese, ao final deste capítulo, percebemos que o processo de urbanização brasileiro – derivado do fenômeno da Urbanização Contemporânea – e os problemas urbanos dele oriundos nos apresenta um panorama complexo, com necessidades de toda ordem (saúde, educação, renda, emprego, assistência social, segurança, entre outros), o qual necessita urgentemente de estratégias para a melhoria das condições de vida da população. Nesse contexto, os estudos relacionados a qualidade de vida, como os apresentados nesta última subseção, têm se tornado importantes instrumentos de gestão pública; e seus exemplos, internacionais e nacionais, norteiam a implementação de políticas públicas mais eficazes. É na busca por contribuir com novas possibilidades de análise da qualidade de vida que propomos o estudo ora apresentado.



Capítulo II

Do papel histórico de Araxá às dinâmicas recentes em sua Região Geográfica Imediata

“O povoado ainda vivo mais antigo do oeste mineiro é Araxá.”

(ROSA, 2013, p. 241)

Nos estudos urbano-regionais, torna-se necessário, entendermos o papel histórico que as cidades desempenharam na história, como também, o processo e contexto de formação territorial da região na qual estão inseridas. É a partir do “olhar” para o passado, que identificamos os acontecimentos que levaram as cidades-regiões a se tornarem o que são hoje. Por isso, afirmamos que, para se compreender o fenômeno da Urbanização Contemporânea, devemos analisar, também, os processos históricos. É na história que identificamos os atores de transformação do espaço geográfico. Trata-se, portanto, não apenas de tecer um roteiro histórico, mas sim, de construir a base de análise necessária a essa pesquisa.

Ademais, entender também as dinâmicas recentes é de suma importância para a compreensão dos processos existentes na Região Geográfica Intermediária de Araxá, seja em nível intraurbano, como também, interurbano - tanto entre os municípios que compõem a



região, como também as relações estabelecidas entre essa região e suas circunvizinhas. Assim, dados demográficos, econômicos, de infraestrutura, entre outros, auxiliam no (re)conhecimento da área estudada, sobretudo, da forma que se encontra inserida no contexto das redes, como também como esses dados influenciam nos níveis de qualidade de vida da população.

2.1 A formação territorial de Araxá e região

Araxá, por sua importância histórica para formação territorial do TM/AP, tem papel singular na história do oeste de Minas Gerais. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958), a posição geográfica das terras onde originalmente habitavam os índios Araxás, como também, as águas salitrosas existentes na região, foram fatores primários para a atração dos colonizadores. Sucessivas foram as investidas dos desbravadores, no início do século XVII, para se conseguir controle desse território, primeiramente contra os índios que ali habitavam e posteriormente, contra os quilombos. Foi no ano de 1766, que uma expedição, comandada por Campo Inácio Correia de Pamplona¹⁸ a mando do Governo de Minas Gerais, conseguiu derrotar a “tenaz resistência que o índio opunha ao invasor” (IBGE, 1958, p. 75). Inicialmente, a colonização se deu, por meio de São João Del Rei, através do pastoreio e atividades agrícolas nas vertentes próximas às águas minerais.

Lourenço (2005) aponta que a região nasceu paulista¹⁹, no ano de 1725, quando então era apenas lugar de passagem, através da Estrada do Anhanguera, rumo às minas goianas. Posteriormente, tornou-se parte da então criada Capitania de Goiás²⁰, em 1748, permanecendo como corredor para o tráfego de tropas para São Paulo por quase um século, quando se integrou a Capitania de Minas Gerais, em 1816.

Os primeiros mapas cartográficos que apresentam detalhes sobre a organização interna do território brasileiro mostram a região de Araxá como sendo um espaço em branco (sem ocupação conhecida) existente em meio ao entroncamento dos dois principais afluentes do Rio Paraná – os rios Grande e Paranaíba. A primeira obra a mencionar o uso do território foi

¹⁸ Bandeirante português, nascido nos Açores, foi responsável por expedições que levaram ao extermínio de várias aldeias indígenas e refúgios de escravos na região do atual TM/AP. É também conhecido por ter sido um dos delatores de Tiradentes e demais companheiros durante a Inconfidência Mineira (IBGE, 1958).

¹⁹ Pertenceu a Capitania de São Paulo de Minas de Ouro até 1748 (IBGE, 1958).

²⁰ Na grafia da época Capitania de Goyaz (IBGE, 1958).



Tordesilhas e o estabelecimento das capitanias e demais unidades administrativas subsequentes, houve uma sobreposição de limites territoriais, de ótica colonizadora, à uma organização territorial preestabelecida, formada por várias territorialidades, de vários povos e nações que tinham seu próprio sistema de ocupação (SANTOS, 2018). Esses povos indígenas foram, paulatinamente, destruídos e o território ocupado pela colonização luso-brasileira.

O início da incursão luso-brasileira no território do atual TM/AP se deu através da expedição sertanista de Bartolomeu Bueno da Silva²², o Anhanguera, no ano de 1722, que atravessou a região e levou a descoberta das minas de ouro de Goiás. Nos anos posteriores, durante a década de 1730, surgiram os primeiros arraiais de ouro goianos, e os sertanistas paulistas abriram um caminho régio (figura 89) ligando São Paulo ao sertão goiano – a Estrada dos Goiazes, conhecida também como Estrada do Anhanguera (LOURENÇO, 2007).

A partir da segunda metade do século XVIII ocorreram, concomitantemente, as duas primeiras experiências de ocupação luso-brasileira. A primeira relacionada a criação de aldeamentos²³ ao longo da estrada que ligava Goiás a São Paulo e a segunda, com dinâmica distinta, relacionada à migração geralista²⁴ da região mineradora central de Minas Gerais, que assentou milhares de roceiros e criadores de gado na região (LOURENÇO, 2007).

No final do século XVIII e início do XIX, famílias de migrantes vindos das regiões central e sul da Capitania de Minas Gerais, conhecidos como geralistas, começaram a se estabelecer como fazendeiros, sitiantes e agregados na área situada entre os rios Paranaíba e Grande. Expulsos pelo crescimento demográfico e esgotamento dos solos das comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, famílias de roceiros e criadores de gado eram atraídas inicialmente pelas fontes de águas salitrosas, adequadas para o gado, próximas à Picada de Goiás (Estrada que ligava os principais núcleos mineiros a Goiás, passando pelo oeste da Capitania) (Idem, *Ibidem*, p. 76).

Ocorre que essa ocupação luso-brasileira não se deu de maneira tranquila, mas sim foi marcada inicialmente por conflitos constantes entre os colonizadores e a população

²² Nascido na colônia, foi explorador e sertanista bandeirante (IBGE, 1958).

²³ Os aldeamentos se trata de núcleos de ocupação indígena instituídos pelo colonizador. Essa forma de ocupação foi uma criação colonial que teve sua primeira experiência no Planalto de Piratininga, de 1553 em diante. Liderada pelos jesuítas, consiste na criação de núcleos de população ameríndia sedentarizada, de forma compulsória ou cooptada pela catequese, que a partir de então passa a ser tutelada pelo colonizador (LOURENÇO, 2005).

²⁴ Termo utilizado para designar os migrantes provenientes das gerais, região mineradora da Capitania de Minas Gerais (IBGE, 1958).



originária da região – os povos indígenas e, posteriormente, entre a capitania de Minas Gerais e os quilombos (OLIVEIRA, 2013). Lourenço (2005), acerca desses acontecimentos, aponta, que houve uma transição de um “Cerrado indígena” para um “Cerrado geralista”, que ocorreu de forma radical e violenta, entre duas distintas espacialidades, a primeira que consistia num espaço milenar, ocupado por uma economia horticultora e aldeã, também com atividades de caça e pesca; e outra correspondendo a uma economia agrícola e pecuarista, que utilizava intensamente dos recursos naturais do Cerrado.

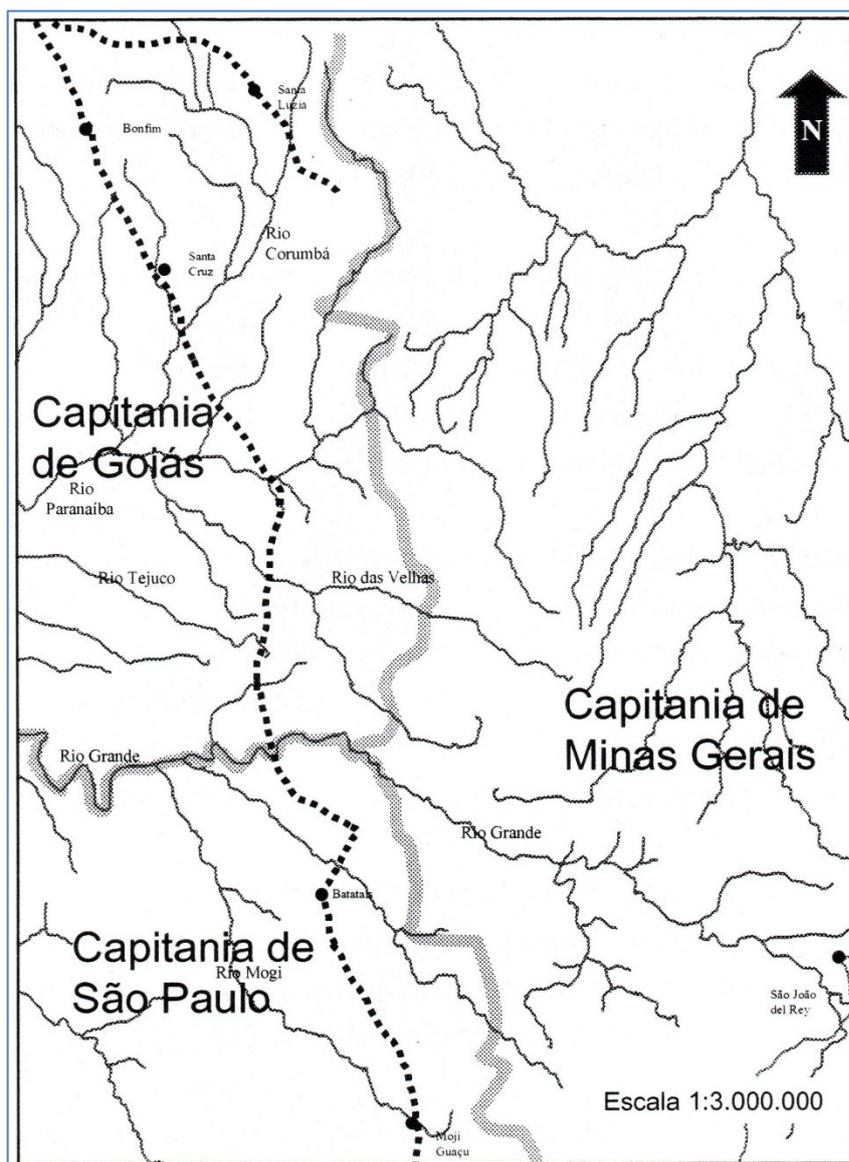


Figura 89 – Estrada dos Goiaes ligando a Capitania de São Paulo a Capitania de Goiás. Fonte: Lourenço (2005).

Para Santos (2018), a expansão da atividade mineradora na Capitania de Goiás fez com que a região do TM/AP assumisse papel de espaço de circulação, ao ligar, por meio da



Estrada do Anhanguera, às minas de ouro goianas ao litoral. Entretanto, essa região assumiu também outro papel no sistema colonial durante o ciclo do ouro – de região de movimentos e ações de resistências. Para a autora:

[n]a formação territorial de Araxá fica evidente a existência e persistência de dinâmicas dos movimentos de resistência de comunidades de matriz indígena - como os Kayapós do Sul – e de matriz africana – como os quilombos da Confederação Quilombola do Campo Grande (Idem, *Ibidem*, p. 36).

Entre as décadas de 1740 e 1780 vários foram os conflitos entre os colonizadores e os povos indígenas que habitavam a região. Os sertanistas Antônio Pires de Campos²⁵ e, seu sucessor, João Godoy Pinto da Silveira²⁶, a serviço do governo de Goiás, travaram sucessivas guerras contra os índios Kayapós (GIRALDIN, 1997). Nesse período foram fundados dois aldeamentos indígenas no trecho da Estrada do Anhanguera entre os rios Grande e Paranaíba, um em Santana do Rio das Velhas (atual município de Indianópolis) e outro em Rio das Pedras (atual município de Cascalho Rico). Nesses aldeamentos foram fixadas populações indígenas de outras regiões, como os Bororos de Cuiabá e os Xacriabás do nordeste goiano. Lourenço (2005) aponta que ao longo do caminho régio, foram reservadas três léguas²⁷ de largo para que pudessem ser utilizadas pelos aldeados. Nessa faixa de terra, ao longo do tempo, foram surgindo outros aldeamentos, destacados dos originais, por determinação do governo da Capitania de Goiás, como também pelo crescimento demográfico e esgotamento dos solos.

A figura 90 e quadro 2 apresentam os aldeamentos criados ao longo da Estrada do Anhanguera entre 1750 e 1816 (ano em que a região passa a fazer parte a Capitania de Minas Gerais). O objetivo da criação e disposição dos aldeamentos ao longo dessa estrada era de promover a sua segurança, ou seja, utilizava-se povos indígenas de diferentes matrizes eram utilizados para combater uns aos outros (MORI, 2017).

O governo de Minas Gerais, buscando estabelecer relações com as minas goianas e retirar o ouro goiano da influência, exclusiva, de São Paulo (que até então possuía o único caminho de ligação dessas minas com o litoral – a Estrada do Anhanguera) e dos

²⁵ Bandeirante nascido na colônia. Foi responsável pela captura de índios e sua venda como escravos (IBGE, 1958).

²⁶ Bandeirante nascido na colônia. Descobridor de importantes minas de ouro em Goiás durante a captura de indígenas (IBGE, 1958).

²⁷ Cada légua corresponde a cerca de dois quilômetros (IBGE, 1958).



contrabandistas, pondo-o diretamente sobre o controle e fiscalização instalada em Minas Gerais, seguindo ordem régia, iniciou a abertura, em 1736, de um caminho ligando as minas goianas a São João Del Rei e Vila Rica, conhecida como Picada de Goiás (LOURENÇO, 2005).

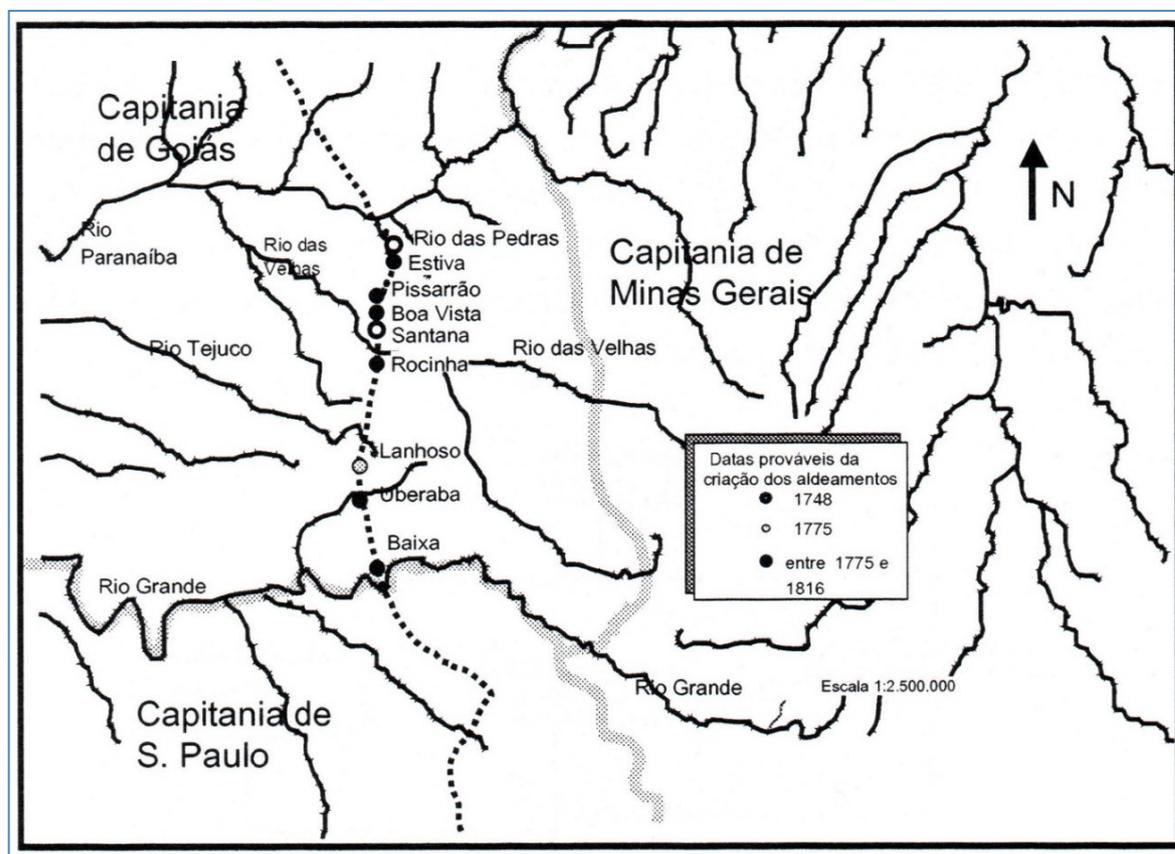


Figura 90 – Aldeamentos ao longo da estrada dos Goiaeses. Fonte: Lourenço (2005).

Nome do aldeamento	Provável ano ou período de criação	Situação atual	Nome atual e situação administrativa	Ano de criação da condição atual
Baixa	1776-1816	Existente	Baixa: distrito de Uberaba (MG)	1953
Boa Vista	1776-1816	Extinto	-	-
Estiva	1776-1816	Extinto	-	-
Lanhoso	1775	Extinto	-	-
Piçarrão	1776-1816	Extinto	-	-
Rio das Pedras	1748	Existente	Cascalho Rico (MG): sede de município	1948
Rocinha	1776-1816	Existente	Tapuirama: distrito de Uberlândia (MG)	1943
Santana do Rio das Velhas	1748	Existente	Indianópolis (MG): sede de município	1938
Uberaba	1776-1816	Existente	Uberaba (MG): sede de município	1836

Quadro 2 – Triângulo Mineiro (MG): primeiros aldeamentos e situação administrativa em 2020. Fonte: Barbosa (1995), Lourenço (2005), IBGE (1958, 1959a, 1959b). Adapt.: Souza (2020) com base em Oliveira (2013).



No processo de abertura de novos caminhos de circulação entre as capitanias de Minas Geras e Goiás, um empecilho punha a prova os desejos da coroa – a existência de um conjunto de quilombos na região denominados de quilombos de Campo Grande. A solução dos entraves por parte do governo colonial teve como resultado conflitos e choques entre colonizadores e os quilombolas, fato que tornou a guerra contra os quilombos uma das prioridades do governo da capitania de Minas Gerais de 1746 em diante (LOURENÇO, 2005).

A figura 91 apresenta a localização das áreas ocupadas por quilombos, que em conjunto formavam a Confederação Quilombola de Campo Grande. É possível perceber a extensa área de ocupação quilombola, como também, o traçado da picada de Goiás que viria a atravessar as terras quilombolas.

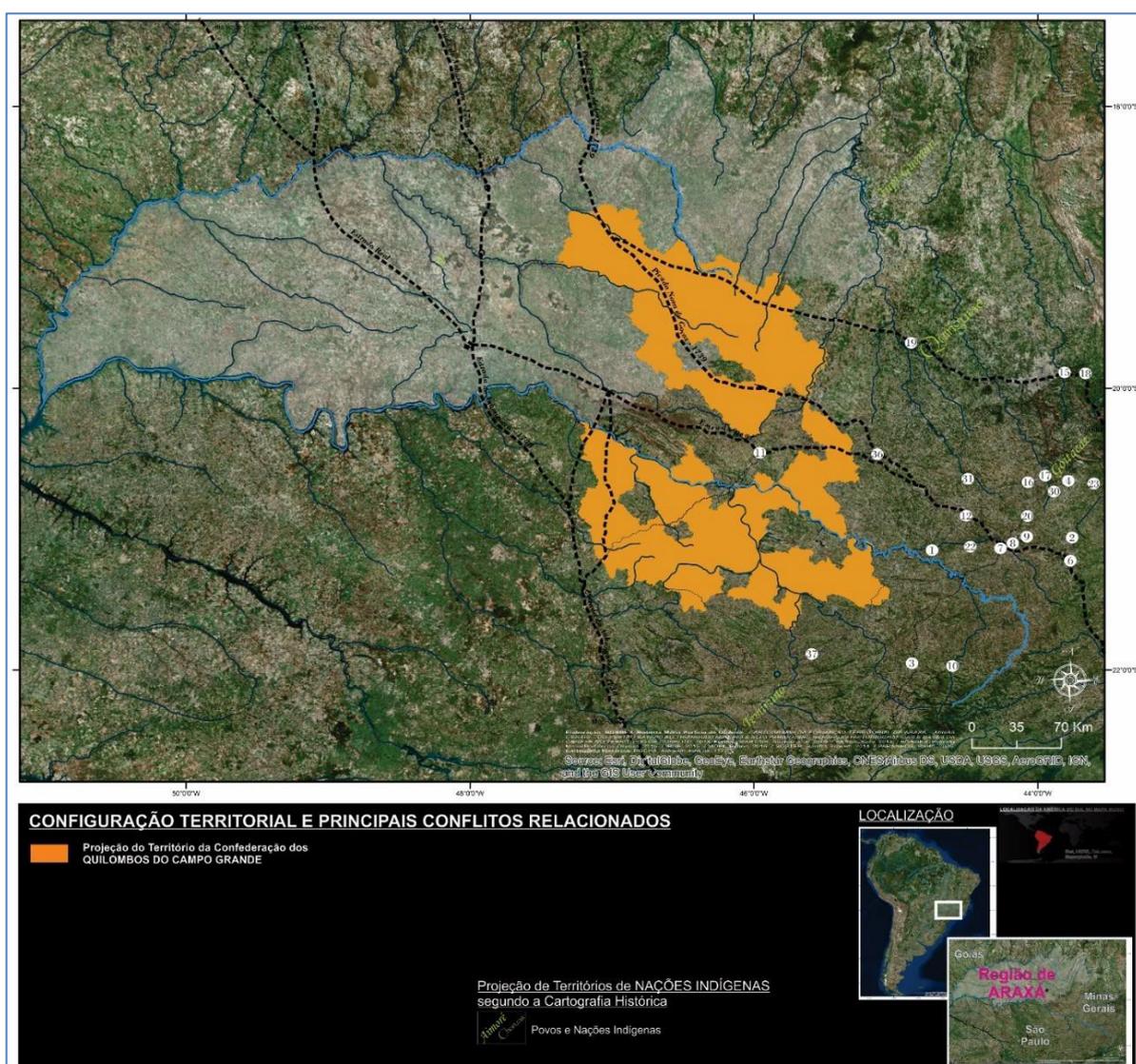


Figura 91 – Localização da Confederação Quilombola do Campo Grande. Fonte: Santos (2018).



Em se tratando da organização dos núcleos quilombolas que compunham Campo Grande, Martins (2008) aponta que a maioria deles eram apenas povoados de negros alforriados e fugitivos da escravidão, e que na medida dos interesses do governo, buscando evitar conflitos, essas povoações eram deixadas em paz. Entretanto, ao passo que as áreas que esses quilombos ocupavam se tornaram de interesse da colônia, tais povoações foram exterminadas, os negros fugidos devolvidos aos seus senhores, os libertos negociados e seus algozes se apossaram dos seus pertences, de suas mulheres e crianças.

No ano de 1767, o governo da capitania de Minas Gerais organizou uma incursão contra os quilombolas, que destruiu por completo as últimas áreas em resistência – a expedição de Ignácio Corrêa Pamplona, que exterminou os quilombos de Pium-i, Bambuí e Ambrósio, sendo esse último o maior deles (localizado no atual município de Ibiá) (LOURENÇO, 2005). Através de pesquisa em documentos históricos, Martins (2008) aponta que na Confederação Quilombola do Campo Grande, entre 1758 e 1760, habitavam entre 15 e 20 mil pessoas, dessas mais de 93% foram mortas durante a guerra de Campo Grande.

Em meio a resistência quilombola o governo de Minas Gerais também teve que combater outros conflitos relacionados a resistência dos índios Kayapós. Documentos históricos apontam que as incursões guerreiras dos Kayapós do Sul na região ou começaram em meio a guerra do Campo Grande (1741-1760) ou passaram a ser registradas em meio a esse período (MORI, 2015).

Sob o olhar dos colonizadores, os Kayapós do Sul eram vistos como um povo bravo, feroz, guerreiro, um impeditivo à ocupação do território. Por esse motivo esses povos desde o início da colonização do interior do país, sobretudo na região de Goiás, sofreram fortes combates da administração colonial e foram dizimados com o processo de ocupação. Entretanto, a resistência foi extrema, por meio de ataques a barcos, a comboios, a lavouras; além de interromperem o tráfego nas estradas, atacarem os viajantes, as fazendas e também os arraiais. Eram, por isso, empecilho aos objetivos da colônia de estabelecer fluxo de mercadorias da capitania de Goiás para a capitania de Minas Gerais e São Paulo (COELHO; BICALHO, 2016).

Mori (2017) aponta que após severo ataque dos Kayapós ao aldeamento dos Araxás, que ocasionou a destruição completa dessa etnia, o governo da capitania de Goiás desencadeou



incursão contra esses povos, que levou a sua total destruição. Com a dizimação de milhares de quilombolas e indígenas a coroa conseguiu, finalmente, estabelecer o controle da região.

A figura 92 apresenta os conflitos na região que levaram ao extermínio dos quilombos existentes, como também aqueles relacionados a resistência indígena. A grande guerra dos Quilombo do Campo Grande, com ataques ocorridos desde 1741 a 1760 e também, os conflitos relacionados a resistência dos Kayapós aparecem registrados.

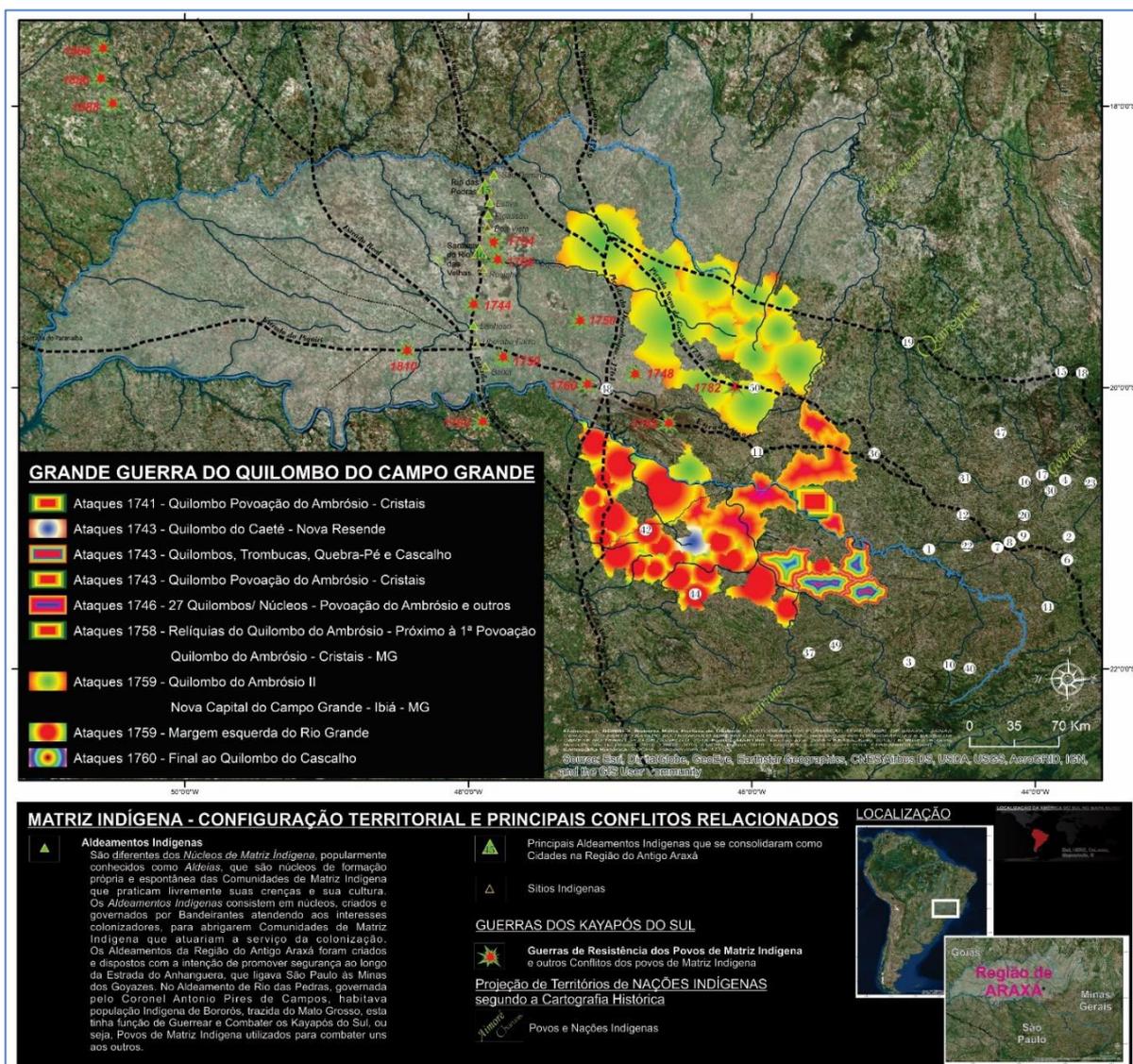


Figura 92 – Conflitos relacionados a resistência quilombola e dos índios Kayapós. Fonte: Santos (2018).

Após exterminados os quilombolas e os povos indígenas, o governo colonial estabeleceu em definitivo seu controle e a capitania de Minas Gerais efetivou seu objetivo – a Picada de Goiás. Durante a incursão da capitania de Minas Gerais para a abertura dessa nova



rota de escoamento do ouro das Minas goianas, em meio aos conflitos mencionados anteriormente, novas jazidas foram descobertas na região Desemboque, o que orientou a abertura de outras picadas, como a picada do Desemboque em 1770 e a picada Nova de Goiás, 1779. Essas tornaram cada vez mais acessível a circulação na região e o seu acesso ao mercado do Rio de Janeiro (BESSA, 2013).

A descoberta de jazidas, e por consequência o crescimento do comércio e também do contrabando, no Arraial do Desemboque, em 1770, trouxeram crescimento e prosperidade para essa região. Tal processo fez com que Desemboque se tornasse a primeira cabeça de Julgado²⁸ da região, em 1766. De acordo com Lourenço (2007), a região continha intenso movimento, sendo que em 1775 já contava com 195 casas e aproximadamente 1,3 mil habitantes. Ao passo que esse fluxo aumentava, o Arraial se desenvolvia e ganhava importância no Sertão da Farinha Podre, por ser importante ligação do litoral com as minas da Capitania de Goiás, em meio aos aldeamentos, sítios indígenas e conflitos quilombolas e indígenas.

Nas décadas seguintes o Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque floresceu, porém à medida que se aproximaram as últimas décadas do século XVIII, já era perceptível sinais da decadência das lavras auríferas. O esgotamento da mineração trouxe o esvaziamento da área e a perda gradativa de sua importância. Para Lourenço (2005), outro fator determinante para o declínio de Desemboque foi a decisão da coroa de anexar o Julgado à capitania de Minas Gerais, em 1816, fato que gerou grande revés na sua economia que, em parte, fundamentava-se no contrabando. “O Arraial perderia sua posição privilegiada de principal entreposto [...], onde o tráfico clandestino de gêneros ocorria não só a partir de Minas como também de São Paulo. [...] De 1816 em diante, entrou em decadência irreversível” (LOURENÇO, 2005, p. 121).

O Arraial que tudo suportou a Guerra dos Kayapós do Sul, a Guerra do Campo Grande, teve Cadeia própria e Milícia, se fortaleceu tornando-se Vila e Cabeça de Julgado, depois de anos de existência pontual em um espaço de circulação, sucumbiu ao declínio da mineração. A sucumbência do Desemboque foi acontecendo à medida que o núcleo urbano, surgido com a demarcação da sesmaria do Barreiro e derivado da pecuária foi se fortalecendo com o crescimento das atividades de criação na região, a Freguesia de São Domingos

²⁸ Denominava-se Julgado ao núcleo de povoamento que dispusesse de um juiz de fora — isto é, nomeado pelo capitão-general da Capitania; ou ordinário — isto é, escolhido pelos eleitores locais (IBGE, 1958).



do Araxá, que surgiu no território do Desemboque se tornou cabeça do Julgado de Araxá, Vila e Cidade. (SANTOS, 2018, p. 18).

Ao passo que Desemboque perdia sua importância, o Arraial de São Domingos do Araxá, emergiu como centro político e mercantil da região do atual TM/AP, pautado no poder dos coronéis pecuaristas e as águas salitrosas existentes na região, capazes de servir de bebedouro para o gado (OLIVEIRA, 2013). A difusão da informação, a partir da década de 1770, que existiam fontes naturais de água salgada no interior da Capitania de Goiás, atraiu intensa migração geralista, sobretudo, de criadores de gado e roceiros sem-terra, fazendo crescer as atividades relacionadas a agropecuária, e por consequência, o desenvolvimento do Arraial.

No início do século XIX, Araxá tornou-se um importante núcleo regional, graças às águas salitrosas do bebedouro do Barreiro, que transformaram aquela localidade em lugar de internada para as boiadas trazidas de todas as partes de Goiás, com destino ao Rio de Janeiro (ESCHWEGE, 1996 *apud* LOURENÇO, 2005, p. 77).

Vasconcelos (1999) aponta que próximo as áreas de bebedouros foi erguida a capela a capela de São Domingos do Araxá, transformada em paróquia em 1804. O Arraial surgia como um núcleo que, graças aos bebedouros salitrosos, passou a polarizar a atividade de pecuária extensiva, que então avançava rapidamente pelo oeste da Capitania de Minas Gerais (LOURENÇO, 2010). Eschwege (1996), assinala que outros bebedouros também foram sendo descobertos na região, e deram origem da mesma forma que em Araxá, ao Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio. Ademais, surgiram dois arraiais, São Pedro de Alcântara (atual município de Ibiá) e Pouso Alegre do Carababela, como locais onde fixaram criadores de gado que utilizavam os bebedouros de Araxá e Patrocínio. A figura 93 apresenta a configuração da área de águas salitrosas.

O crescimento de Araxá, relacionado as águas salitrosas, conjuntamente com o declínio da mineração em Desemboque, fez com que o Arraial fosse elevado a Freguesia²⁹, em 1791, e a Julgado em 1811, desmembrando-se do antigo Julgado do Desemboque. Assim, conforme explicita Guimarães (2010), no início do século XIX, a área do atual Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se encontrava dividida em dois - o Julgado do Desemboque, abrangendo a porção oeste, em franca desarticulação econômica; e o Julgado de Araxá,

²⁹ Era a menor divisão administrativa existente no Brasil colônia. Uma Freguesia era subordinada a uma Vila, mas com certos poderes, centrados na igreja, através da criação de paróquias (IBGE, 1958).



abrangendo a porção leste, onde a pecuária ganhava força, com o núcleo urbano de Araxá se consolidando como centro político e mercantil de todo o TM/AP. Assim, “o Triângulo Mineiro já nascia segregado em duas áreas com dinâmicas distintas, a porção oeste mais ligada a Estrada de São Paulo e a porção leste integrada na rota mineira de ligação ao Rio de Janeiro” (GUIMARÃES, 2010, p. 7).

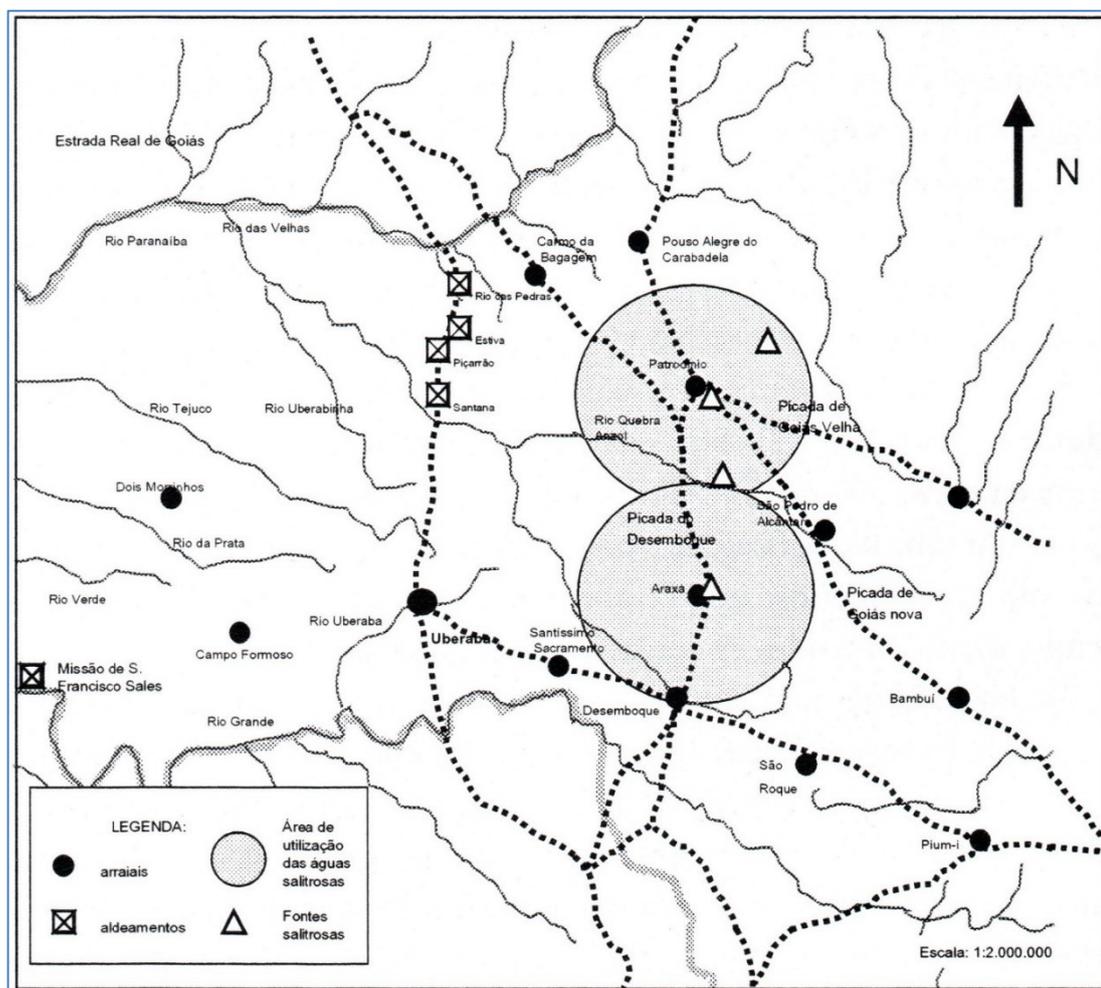


Figura 93 – Área de utilização dos bebedouros de Araxá e Patrocínio. Fonte: Lourenço (2005).

No ano de 1815, os moradores de Araxá redigiram documento dirigido aos senhores Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade e Luiz Diogo Lobo da Silva³⁰. Nesse, os moradores requeriam ao governo colonial que a região, naquele momento pertencente a Capitania de Goiás, fosse incorporada a recém-criada Comarca de Paracatu, ou mesmo à comarca do Rio das Mortes, ambas pertencentes a Capitania de Minas Gerais. Entre os motivos

³⁰ O Conde de Bobadela foi um militar português, parte da nobreza, que fazia parte da administração da colônia. Gomes Freire de Andrade foi general português, responsável pela segurança da colônia. Luiz Diogo Lobo da Silva foi administrador colonial português e governador da Capitania de Pernambuco (IBGE, 1958).



para essa solicitação estava a menor distância entre o então Julgado de Araxá e essas Comarcas e também as melhores condições das estradas mineiras (LUZ, 2016). Lourenço (2007) aponta que além desses motivos, a existência de cobrança de taxas para os criadores de gado, que usavam as águas salitrosas de Araxá, para ingressarem com seus rebanhos na Capitania de Minas Gerais, foi outro fator motivador da solicitação.

Em 4 de abril de 1816, em resposta a solicitação, a Coroa determinou a transferência dos termos dos Julgados do Araxá (entre os rios Paraíba e das Velhas) e Desemboque (entre os rios das Velhas e Grande), da Capitania de Goiás para a Capitania de Minas Gerais (ESCHWEGE, 1996). A razão alegada, que consta no alvará de desanexação para a transferência, era a grande distância entre aquele território e a capital da Capitania de Goiás. Lourenço (2005) aponta como outro motivo provável da decisão régia favorável aos interesses do Julgado de Araxá, tenha sido a maior capacidade de Minas de promover a colonização do extremo oeste mineiro, se comparada com Goiás. Essa Capitania possuía grande excedente demográfico na sua região central, que já havia começado, a mais de 70 anos, um processo migratório nas áreas de fronteiras. A intensidade do povoamento, nos anos seguintes à anexação, mostra que Araxá tornara-se o núcleo a partir do qual se organizava o processo de colonização do sertão entre o rio das Velhas e o Paranaíba.

A figura 94 apresenta a configuração dos Julgados do Araxá e do Desemboque em 1816, após sua transferência para a Capitania de Minas Gerais. Ambos foram membrados a Comarca de Paracatu, que passou a abarcar todo o noroeste e oeste da capitania de Minas Gerais.

A dinâmica pujante do Julgado de Araxá fez com que seu núcleo urbano se tornasse Vila³¹, através de decreto de 13 de outubro de 1831, se desmembrando do município de Paracatu, com seu município absorvendo, além da área do seu antigo Julgado, também toda a área do antigo Julgado do Desemboque. Assim, passou a abarcar quase extensa área entre os rios Grande e Paranaíba, com aproximadamente 105,3 mil km² (ROSA, 2011; OLIVEIRA; 2013; SANTOS, 2018).

³¹ Divisão administrativa do período colonial na qual o núcleo urbano intermediário, com características econômicas pujantes, se tornava a sede de determinada área territorial – município (IBGE, 1958).



Oliveira (2013) aponta que apesar da criação de 32 arraiais na região até 1860, apenas Araxá, surge como Vila com autonomia administrativa. “A criação do município de Araxá somente na terceira década do século XIX aponta para a existência de um interstício de quase um século entre o surgimento dos primeiros aglomerados e a criação do primeiro município” (OLIVEIRA, 2013, p. 62).

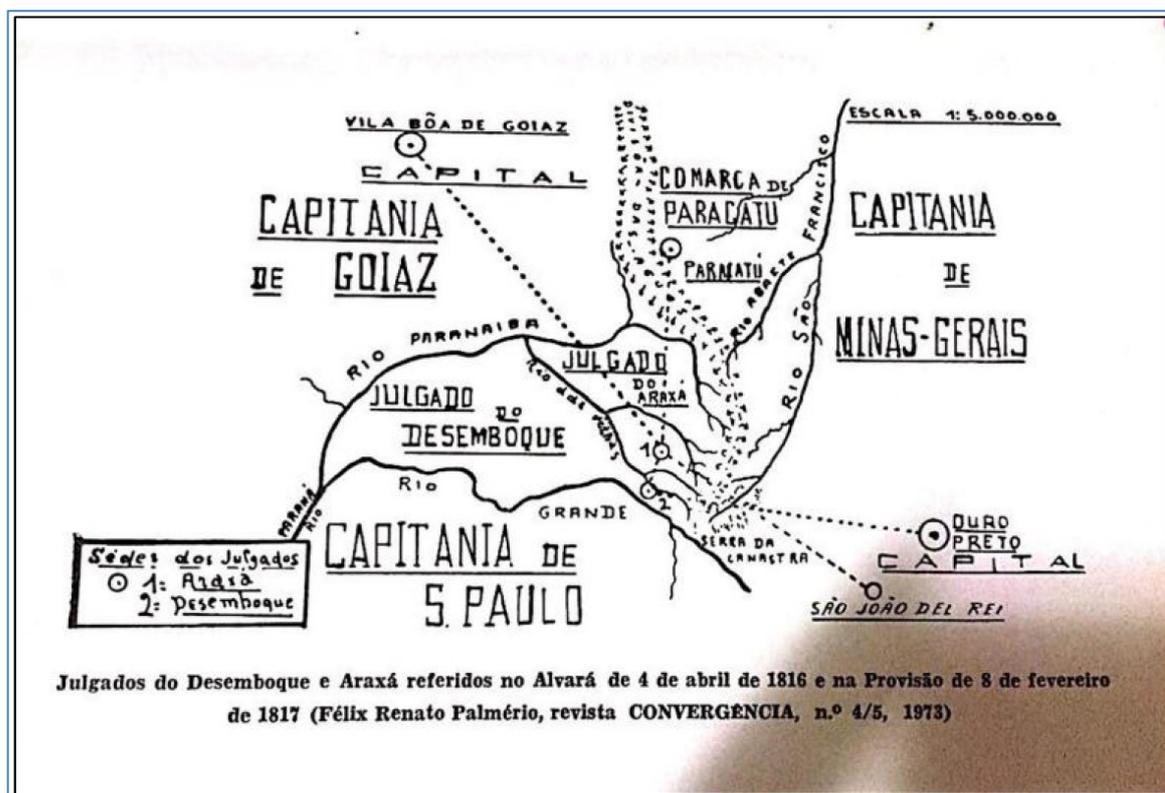


Figura 94 – Comarca de Paracatu do Príncipe (MG): localização do Julgado do Desemboque e do Julgado de São Domingos do Araxá (1816). Fonte: Palmerio (1973).

Lourenço (2007) aponta que nas décadas seguintes do século XIX, o município de Araxá se consolidou como rede de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, sendo o gado bovino o principal artigo exportado da região. Entretanto, entre as décadas de 1850 e 1860, houve importantes mudanças na dinâmica do comércio de bovinos na região. Com o desenvolvimento da pecuária no Sul de Minas, em especial na bacia do Alto Rio Grande, surgiram novas rotas para o comércio de gado. Os comerciantes de gado do sul e da região de Uberaba se associaram para estabelecer uma nova rota na compra e venda de gado no oeste mineiro, sem a necessidade dos intermediários de Formiga, Oliveira e São João Del Rei. Com essa nova rota, paulatinamente, a antiga rota de comércio, via Araxá, foi perdendo sua centralidade, sendo que, “Araxá, talvez, [tenha sido] o núcleo que mais tenha sofrido com o



federação, como Sergipe e Alagoas, e também maior que muitos países, como Portugal, Emirados Árabes Unidos, entre outros. Para Rosa (2011), Araxá foi o primeiro núcleo urbano que vingou (durante o processo de colonização e ocupação primária) e permaneceu, possuindo assim, importância histórica na formação territorial dos demais municípios da mesorregião do TM/AP e de parte dos municípios das mesorregiões Noroeste de Minas e Central Mineira.

A perda da centralidade econômica de Araxá, da década de 1830 e seguintes, em prol de Uberaba, principalmente, atrelado às decisões políticas de interesse da colônia, e posteriormente, do império e república, levaram a criação de novos municípios e a fragmentação dos territórios a partir de 1836, originando, até a presente data, 76 municípios, todos no estado de Minas Gerais. Além dos 67 municípios da mesorregião TM/AP, também se emanciparam os municípios de Presidente Olegário, São Gonçalo do Abaeté, Lagamar, Lagoa Grande e Varjão de Minas, no Noroeste de Minas; e Abaeté, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras e Cedro do Abaeté, na Central Mineira.

Cigolini (2009) *apud* Oliveira (2013), aponta que o surgimento de novos municípios no Brasil, tanto no período colonial (de 1500 a 1822), como também no imperial (1822 a 1889), foi resultado de uma dinâmica de criação de municipalidades submetida a duas lógicas de ocupação do espaço. De um lado, a fragmentação territorial oriunda da necessidade de organização social e econômica do espaço ocupado, e de outro lado, a fragmentação territorial como resultado das ações geopolíticas de consolidação do domínio do território. Acrescenta-se a esses dois fatores o poder das elites locais e a lógica dos interesses econômicos das localidades como outro fator preponderante para o processo.

Realizamos aqui a análise do processo de fragmentação territorial ocorrida a partir do antigo município de Araxá, a partir dos estudos realizados por Oliveira (2013) e Santos (2018), com vistas a entender a sucessão de acontecimentos que levaram a consolidação da mesorregião do TM/AP como é hoje, e também para demonstrar o papel central que Araxá teve, enquanto município matriz, nesse processo.

A figura 96 apresenta a configuração do antigo município de Araxá em 1831.



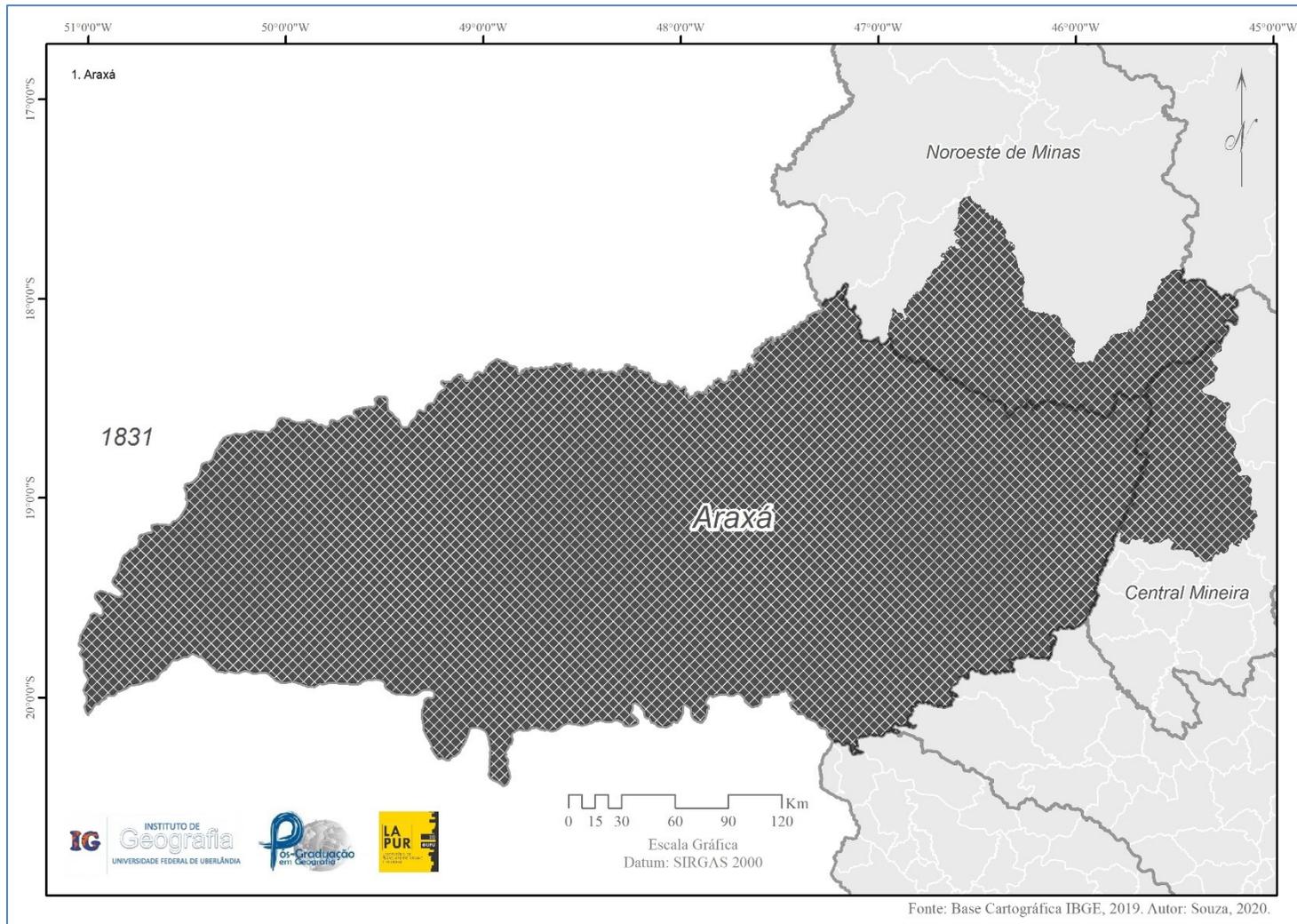


Figura 96 – Município de Araxá em 1831. Fonte: Souza (2020) com base em Santos (2018).



Guimarães (1990) *apud* Oliveira (2013), aponta que apesar da importância na circulação de mercadorias, e como fonte de água salitrosa, a Vila de São Domingo dos Araxás não conseguiu se consolidar como centro de polarização econômica regional, visto que esse núcleo urbano estava subordinado a forças políticas e econômicas advindas dos latifundiários. Aos primeiros sinais de concorrência com outras áreas do município, a sua sede perdeu a dominância central urbana e comercial. Em suma, três foram os fatores responsáveis pela perda de centralidade social e econômica do núcleo urbano de Araxá: o desenvolvimento comercial de Uberaba, as lutas políticas internas em Araxá, e o crescimento econômico da região de Bagagem (atual Estrela do Sul), devido a extração de diamantes.

Em suma, “A crise araxaense potencializou a ascensão de Uberaba (MG) (na época Santo Antônio de Uberaba, distrito de Araxá) no cenário político e econômico da região, transformando-a no principal centro urbano” (OLIVEIRA, 2013, p. 78). De acordo com Brandão (1989) o distrito de Uberaba, já em 1830, tinha cerca de 6 mil habitantes. A construção do porto da Ponte Alta, que possibilitou a navegação fluvial pelo rio Grande se constituiu um dos principais alicerces para a hegemonia comercial de Uberaba, sobretudo, pelo sal que chegava a Uberaba através das barcas e era distribuído por todo o interior de Minas Gerais e Goiás.

O crescimento econômico de Uberaba, fez com que em 1820 fosse criado o Arraial da Farinha Podre, posteriormente, elevado à Freguesia de Santo Antônio do Uberaba e distrito de São Domingos do Araxá. A dinâmica pujante e superação econômica, em relação a sua sede, fez com 1836 Uberaba se tornasse Vila, através da Lei Provincial nº 668, de 22 de fevereiro de 1836, se separando oficialmente de Araxá, como segundo município do TM/AP (OLIVEIRA, 2013).

No mesmo contexto do declínio da centralidade de Araxá e ascensão de Uberaba, o Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio (atual município de Patrocínio), com papel econômico significativo, relacionado também as águas salitrosas e a pecuária, é elevado a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio, se emancipando do município de Araxá em 1840, através da Lei Provincial nº 171, de 23 de março de 1840 (OLIVEIRA, 2013).

As figuras 97 e 98 apresentam a configuração municipal da região em 1836 e 1840, respectivamente.



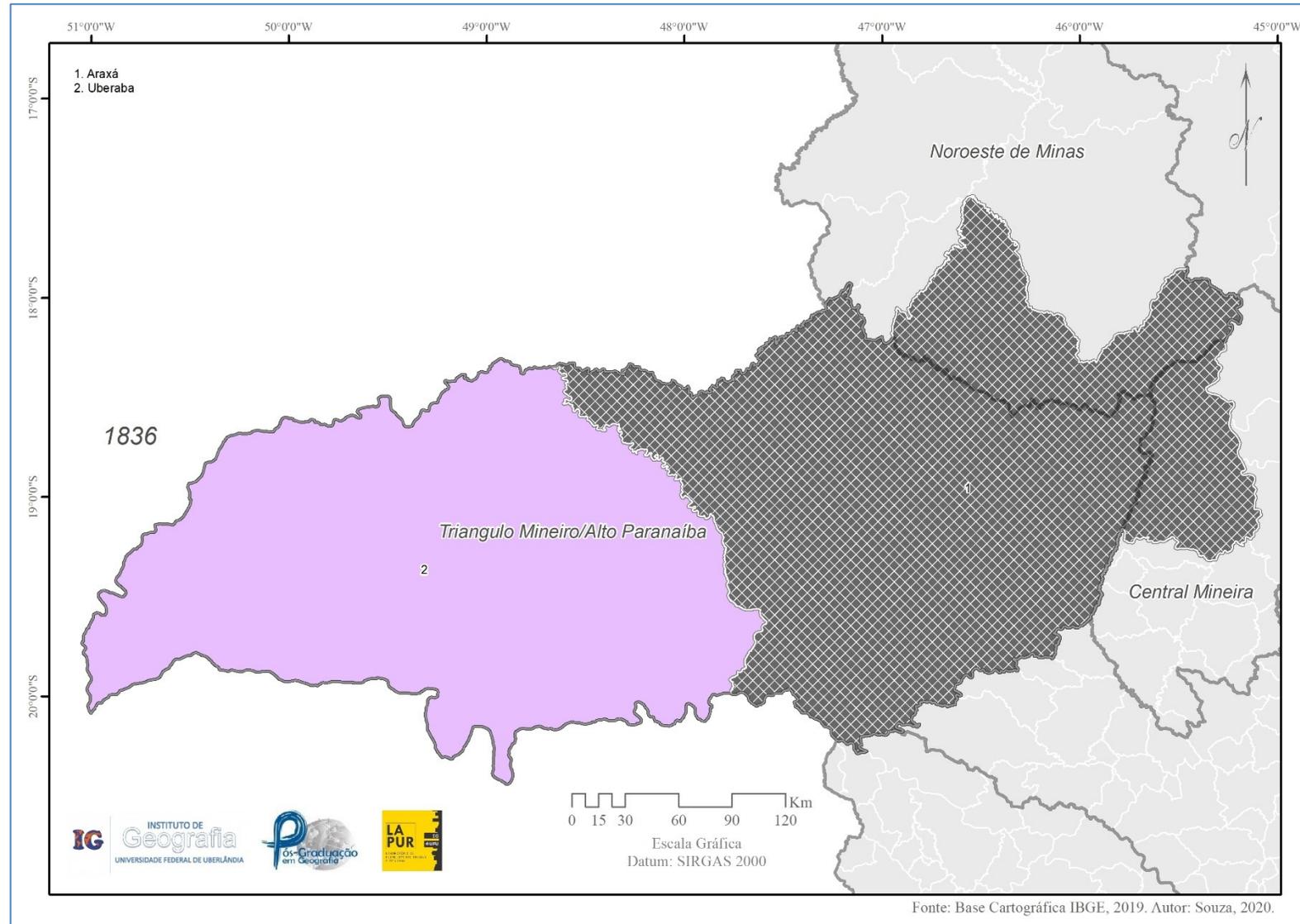


Figura 97 – Configuração municipal em 1836. Fonte: Souza (2020) com base em Oliveira (2013) e Santos (2018).



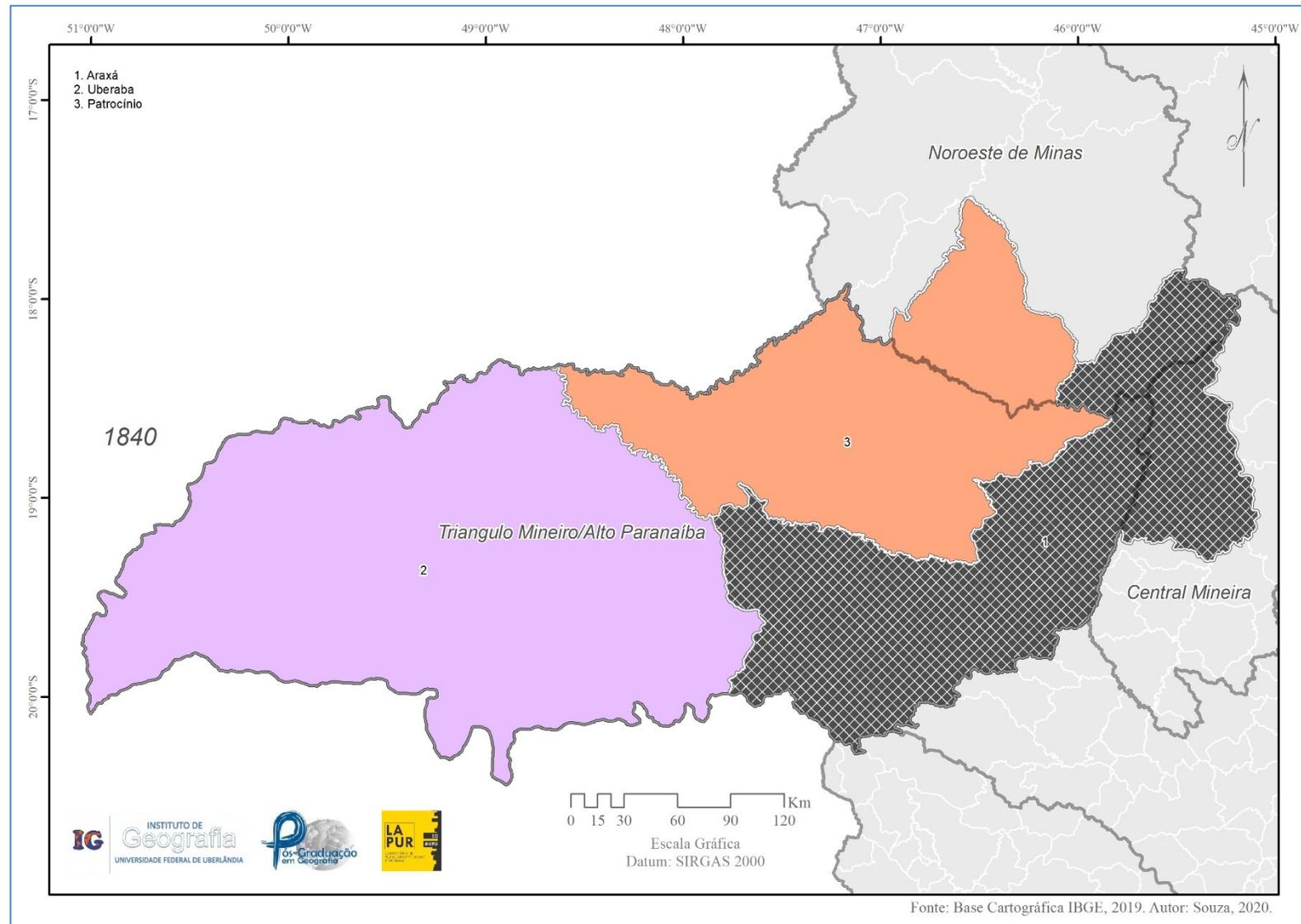


Figura 98 – Configuração municipal em 1840. Fonte: Souza (2020) com base em Oliveira (2013) e Santos (2018).



Entre 1840 e 1866 ocorreu a formação de mais três municípios, emancipados dos municípios de Uberaba e Patrocínio. Nesse período a configuração territorial do município de Araxá permanece a mesma, como pode ser verificado na figura 99.

A emancipação do município Prata, se deu em 1854, através da Lei Provincial nº 668, de 27 de abril de 1854, que o desmembrou do município de Uberaba. O município de Estrela do Sul se emancipou do município de Patrocínio dois anos depois, em 1856, via Lei Provincial nº 777, de 30 de maio de 1856. Por sua vez, Patos de Minas foi emancipado, também de Patrocínio, através da Lei Provincial nº 1291, de 30 de outubro de 1866.

De acordo com Oliveira (2013), a emancipação dos municípios de Prata, Estrela do Sul e Patos de Minas, nesse período, decorreu de arraiais surgidos no período das primeiras tentativas de ocupação luso-brasileira na região do Triângulo Mineiro, que seguindo a lógica de outros municípios, se emanciparam a partir da busca pela consolidação das suas elites locais.

No ano de 1870 surgiram mais três municípios, sendo um deles desmembrado do território do município de Araxá – Sacramento, criado através da Lei Provincial nº 1.637, de 13 de setembro de 1870.

A Vila do Santíssimo Sacramento, atual Sacramento, teve sua emancipação conquistada a partir da articulação das suas elites locais, principalmente formada por fazendeiros oriundos do período da migração geralista, que se estabeleceram na região. O crescimento da economia relacionada a pecuária e, principalmente, a mineração, fizeram com que essa área se tornasse zona de atração de pessoas, e consequentemente de crescente comércio, fato que levou a sua separação territorial do município de Araxá (IBGE, 1958).

Além de Sacramento, os municípios de Monte Alegre de Minas e Abaeté são criados. O primeiro, emancipado do município de Prata através da Lei provincial nº 1.664, de 16 de setembro de 1870; e o segundo, emancipado do município de Patrocínio, via Lei Provincial nº 1635, de 15 de setembro de 1870.

A figura 100 apresenta a configuração territorial dos municípios em 1870.



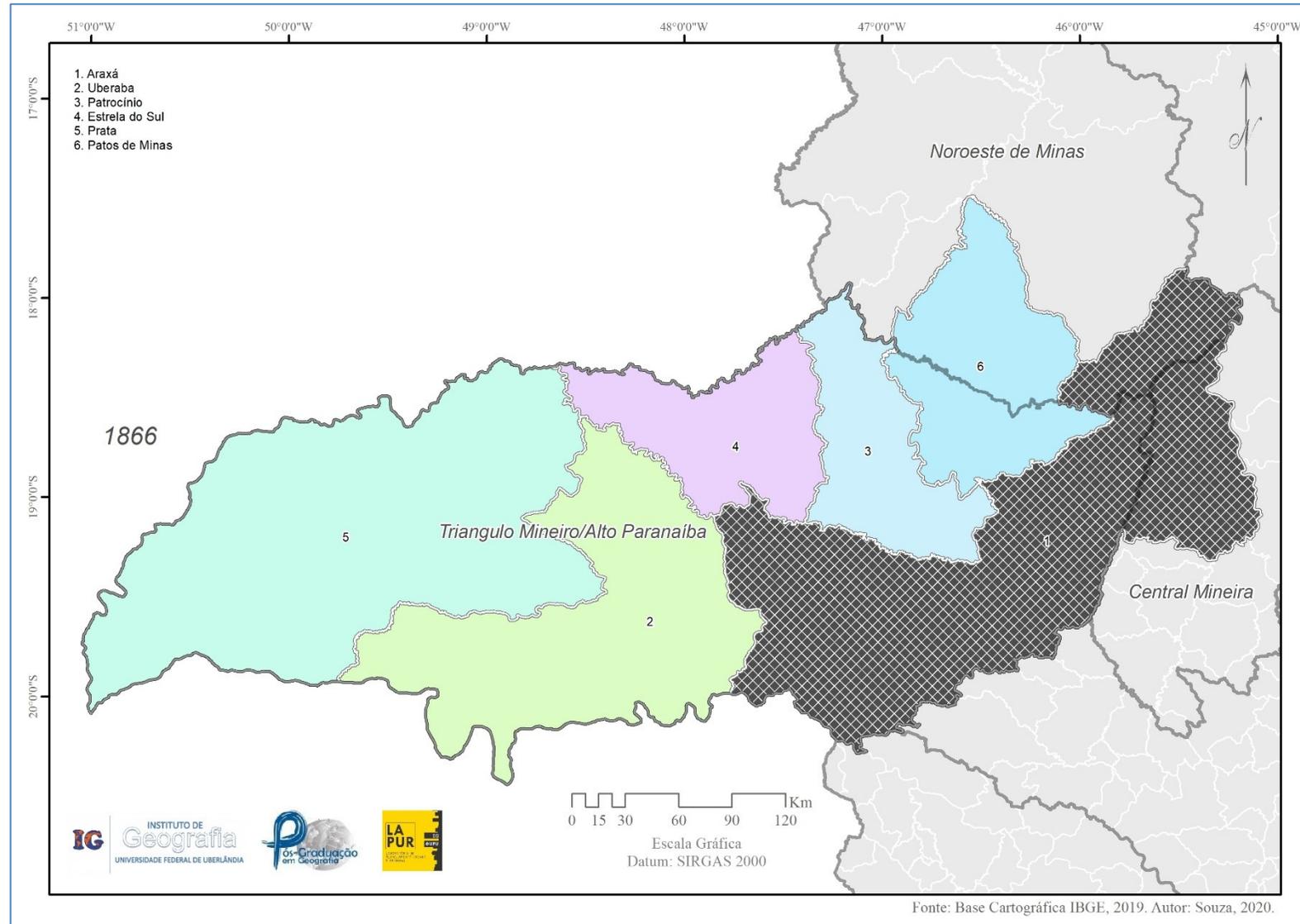


Figura 99 – Configuração municipal em 1866. Fonte: Souza (2020) com base em Oliveira (2013) e Santos (2018).



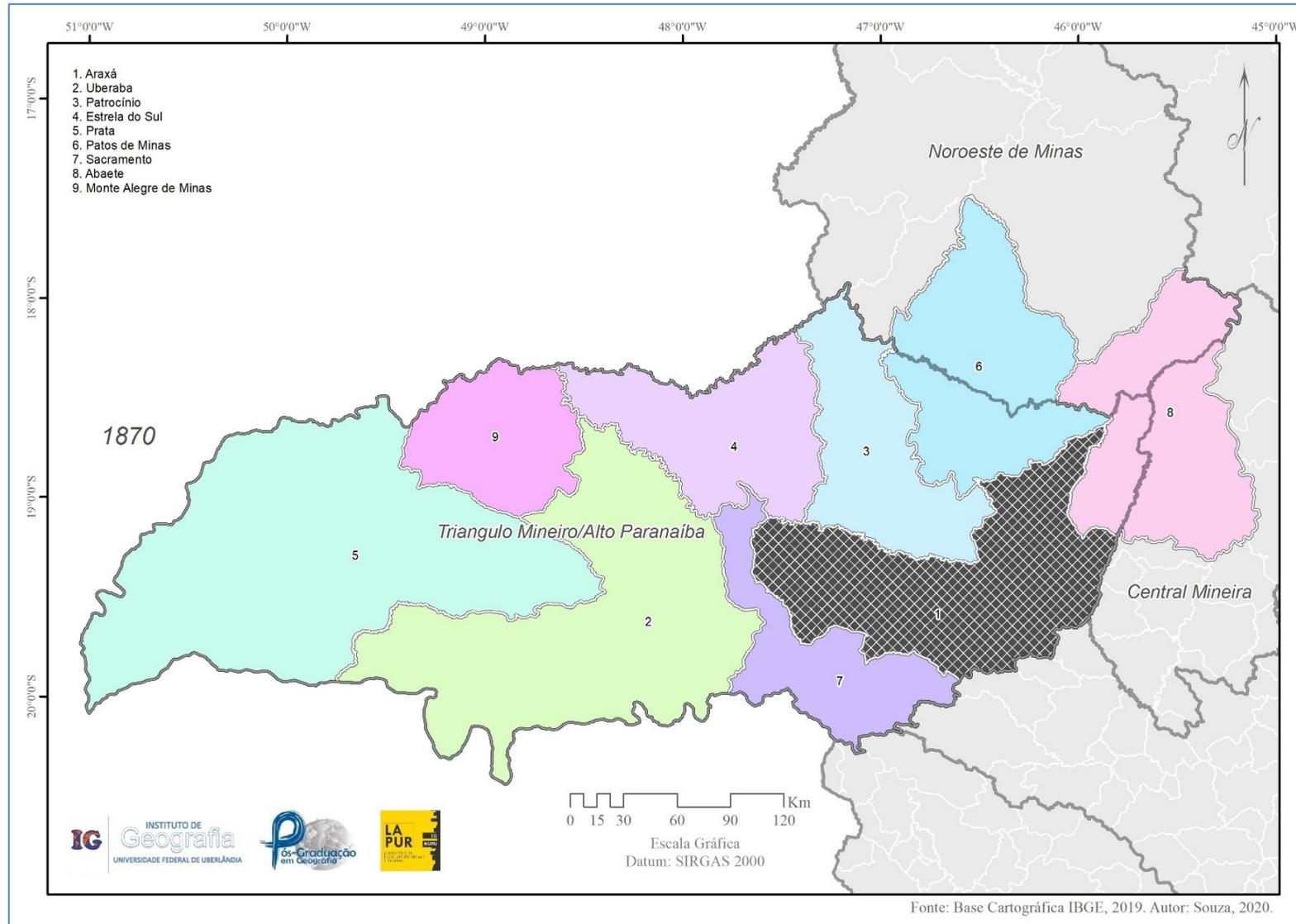


Figura 100 – Configuração municipal em 1870. Fonte: Souza (2020) com base em Oliveira (2013) e Santos (2018).



No ano de 1876 é criado o município de Carmo do Paranaíba, sendo desmembrado do território do município de Araxá, através da Lei Provincial nº 2.306, de 11 de julho de 1876. De acordo com Oliveira (2013) o surgimento do Arraial, chamado Nossa Senhora do Carmo, tem relação com a construção da Picada de Goiás. Nessa área houve a fixação de migrantes generalistas, que se dedicaram principalmente a agricultura de subsistência e a pecuária. O desenvolvimento econômico, atrelado a essas atividades, levaram a emancipação do município, se desmembrando do território de Araxá (IBGE, 1958). A figura 101 apresenta a configuração da área em 1876.

De 1876 a 1914 foram emancipados oito municípios, sendo que a configuração territorial de Araxá permaneceu a mesma. Oliveira (2013) destaca que o contexto da criação desses municípios se inserem num processo de mudanças na estrutura administrativa em nível nacional – período de transição do império para a república, através de projetos de integração nacional e dos planos nacionais de desenvolvimento. Assim, paulatinamente a região foi sendo inserida, de forma permanente, no círculo econômico e produtivo brasileiro.

Em 1882 são criados os municípios de Araguari e Monte Carmelo, ambos fragmentados do antigo território de Estrela do Sul, através da Lei Provincial nº 2.996, de 19 de outubro de 1882 e Lei Provincial nº 2.972, de 06 de outubro de 1882, respectivamente. Em 1885 se emancipa de Uberaba o município de Frutal, através da Lei Provincial nº 3.325, de 05 de outubro de 1885. No ano de 1888 é criado o município de Uberlândia, também se desmembrando de Uberaba, através da Lei Provincial nº 3.643, de 31 de agosto de 1888. Em 1901 o município de Ituiutaba é desmembrado do município de Prata, pela Lei Estadual nº 319, de 16 de setembro de 1901.

Em 1911 são criados os municípios de Conquista e Tupaciguara, ambos pela Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, sendo desmembrados de Sacramento e Monte Alegre de Minas, respectivamente. Em 1914 é emancipado São Gotardo, do antigo território de Carmo do Paranaíba, através da Lei Estadual nº 622, de 18 de setembro de 1914.

Em 1923 são emancipados mais quatro municípios, sendo um deles desmembrado do território de Araxá – Ibiá, através da Lei Estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923. A figura 102 apresenta a configuração dos municípios em 1923.



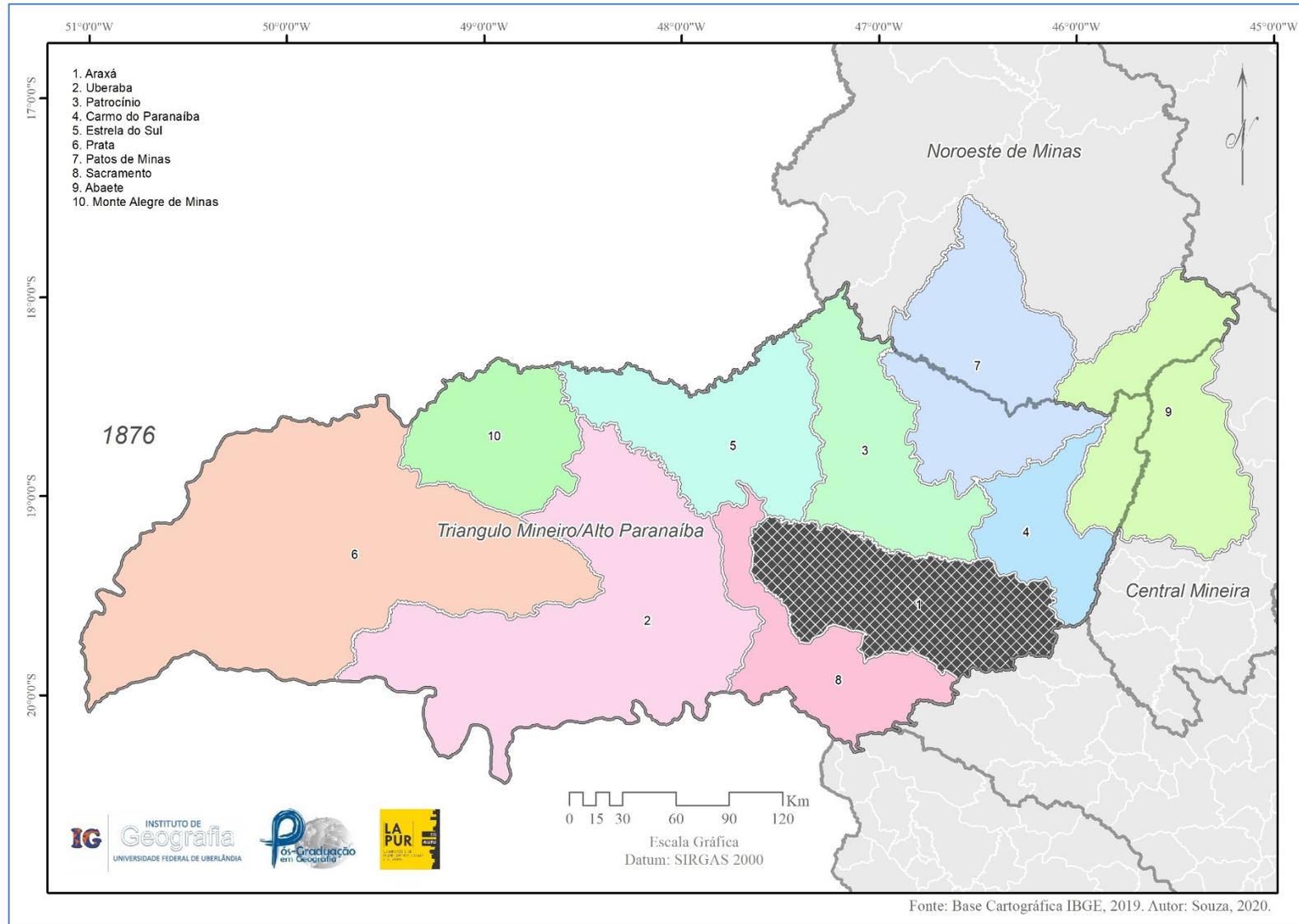


Figura 101 – Configuração municipal em 1876. Fonte: Souza (2020) com base em Oliveira (2013) e Santos (2018).



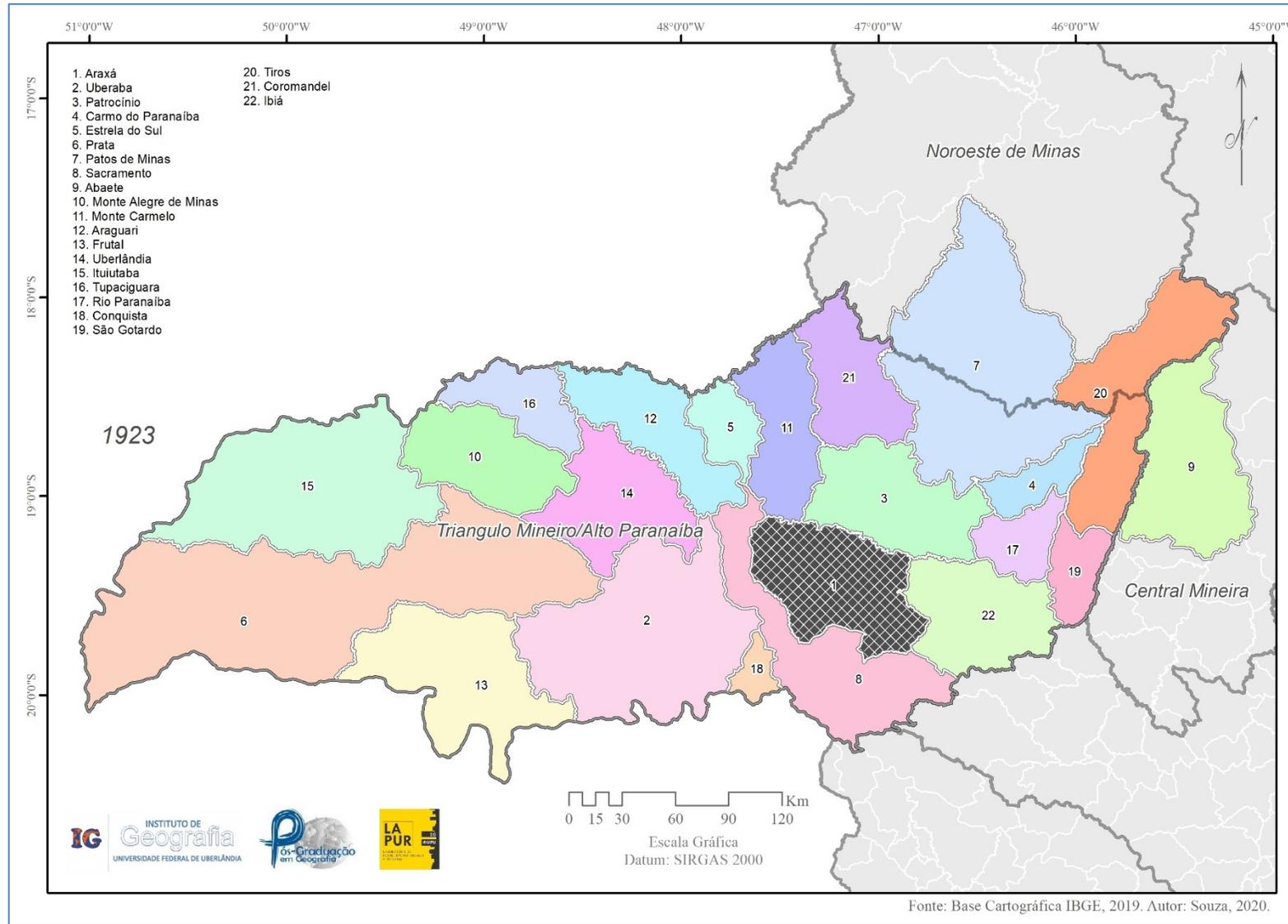


Figura 102 – Configuração municipal em 1923. Fonte: Souza (2020) com base em Oliveira (2013) e Santos (2018).



O município de Ibiá teve sua origem estabelecido em torno de um pouso de tropeiros, às margens do Rio Misericórdia, um dos principais afluentes do rio das Velhas (Rio Araguari), no caminho que ligava o Rio de Janeiro a Goiás, através da Picada de Goiás. A importância dessa área levou a fixação do Arraial de São Pedro de Alcântara. O crescimento econômico relacionado as rotas salineiras, como local de criação de gado, assim como o crescimento da produção agrícola levaram as elites locais conquistarem a sua emancipação do território de Araxá em 1923 (IBGE, 1958). Além de Ibiá outros três municípios foram também criados através da mesma lei em 1923 – Coromandel, Tiros e Rio Paranaíba, emancipados de Patrocínio, Abaeté e Carmo do Paranaíba, respectivamente.

No ano de 1938 são criados mais oito municípios, sendo dois deles emancipados de Araxá – Perdizes e Santa Juliana, ambos criados através da Lei Estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938. A figura 103 apresenta a configuração dos municípios em 1938. O Arraial Nossa Senhora da Conceição (atual município de Perdizes) e o Arraial de Dores de Santa Juliana (atual município de Santa Juliana) tiveram suas origens relacionadas inicialmente como ponto de descanso de bandeirantes, devido à existência de um ribeirão. Posteriormente, o processo de migração geralista, com a instalação de fazendas para a criação de gado, impulsionaram a economia da área, elevando os arraiais a distritos e, posteriormente, a vilas, se emancipando assim de Araxá em 1938 (IBGE, 1958).

Outros seis municípios foram também criados em 1938, através da mesma lei. São eles: Campina Verde (emancipada do município de Prata), Campo Florido (emancipado de Uberaba), Conceição das Alagoas (emancipado de Uberaba), Indianópolis (emancipado de Araguari), Nova Ponte (emancipado de Sacramento) e Presidente Olegário (emancipado de Patos de Minas).

Para Cigolini (2009) *apud* Oliveira (2013) a criação de número considerável de municípios a partir da década 1930, teve relação com a Era Vargas, que na busca por fortalecer o estado nacional, utilizou os processos emancipatórios para desarticular as políticas locais existentes, até então pautadas na República Velha. Assim, a criação de novos municípios buscavam, sobretudo, a desarticulação do poder das oligarquias e coronéis, que tinham como seu reduto de poder, a comunidade local.



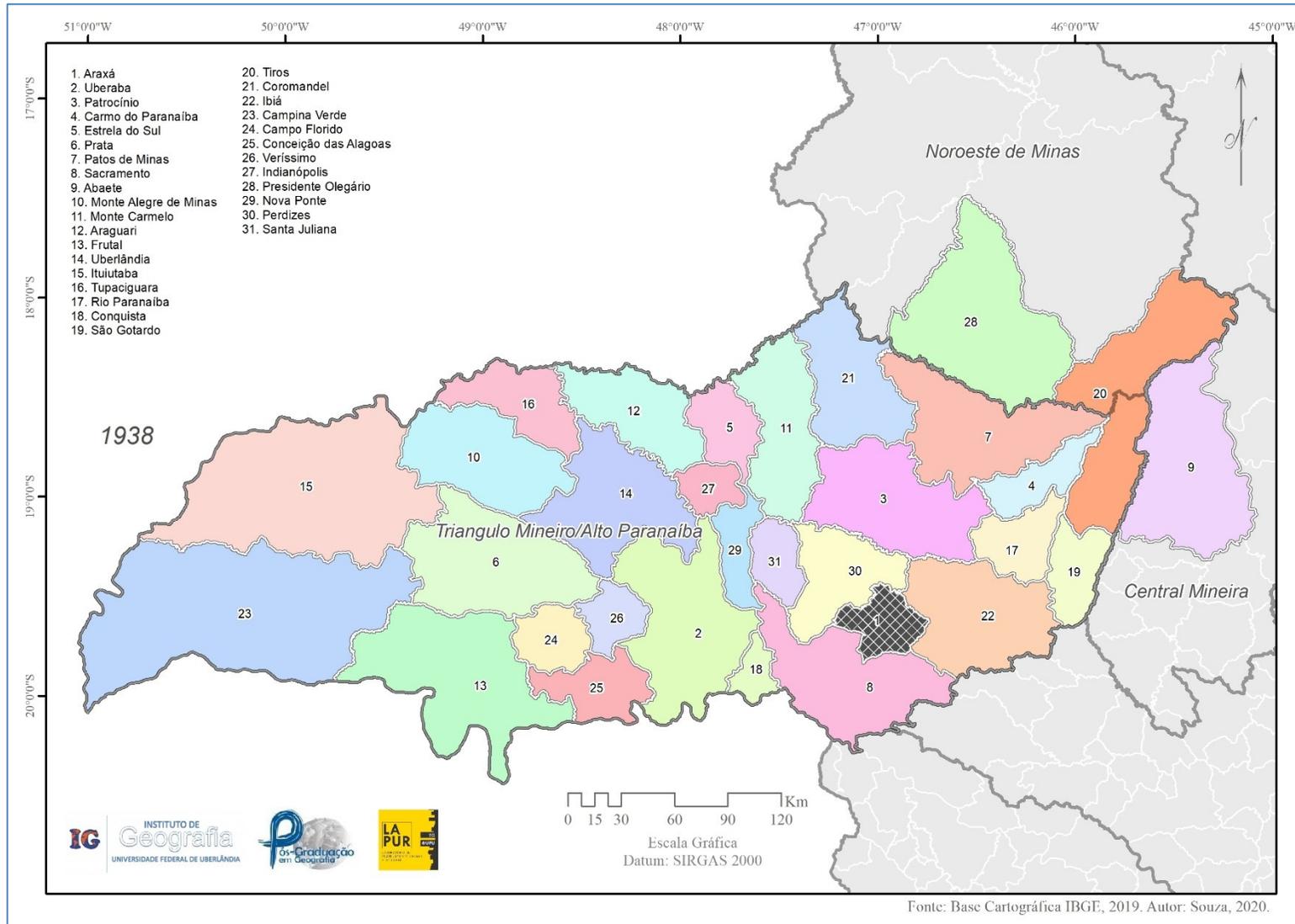


Figura 103 – Configuração municipal em 1938. Fonte: Souza (2020) com base em Oliveira (2013) e Santos (2018).



A partir da fragmentação territorial municipal de 1938 o município de Araxá passou a ter a configuração como a conhecemos hoje. Entretanto, nas décadas seguintes, as demais áreas do antigo território de Araxá, passaram ainda por intenso processo de fragmentação.

Entre 1943 e 1995 foram criados ainda outros 45 municípios advindos do território original de Araxá, mas sem relação direta com a configuração atual do referido município. O resultado desse processo de fragmentação territorial (configuração recente da divisão municipal da área analisada) é apresentado na figura 104. Em 1943 foram criados os municípios de Campos Altos (emancipado de Ibiá), São Gonçalo do Abaeté (emancipado de Tiros) e Morada Nova de Minas (emancipada de Abaeté), através da Lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943. Em 1948 foram criados os municípios de Abadia dos Doutorados (emancipado de Coromandel), Canápolis (emancipado de Monte Alegre de Minas), Cascalho Rico (emancipado de Estrela do Sul), Comendador Gomes (emancipado de Frutal), Itapagipe (emancipado de Frutal), Iturama (emancipado de Campina Verde), Pratinha (emancipado de Ibiá) e Santa Vitória (emancipado de Ituiutaba). Esses municípios foram criados através da Lei Estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948. Em 1953 a Lei Municipal nº 1.039, de 12 dezembro de 1953 criou mais seis municípios - Água Comprida (emancipado de Uberaba), Capinópolis (emancipado de Ituiutaba), Centralina (emancipado de Canápolis), Matutina (emancipado de São Gotardo), Pirajuba (emancipado de Conceição das Alagoas) e Serra do Salitre (emancipado de Patrocínio).

Em 1962 foram emancipados 21 municípios, através da Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. São eles: Arapuá (emancipado de Rio Paranaíba), Biquinhas (emancipado de Morada Nova de Minas), Cachoeira Doutorada (emancipado de Capinópolis), Cedro do Abaeté (emancipado de Abaeté), Cruzeiro da Fortaleza (emancipado de Patrocínio), Douradoquara (emancipado de Monte Carmelo), Fronteira (emancipado de Frutal), Grupiara (emancipado de Estrela do Sul), Guimarânia (emancipado de Patos de Minas), Gurinhatã (emancipado de Ituiutaba), Ipiaçu (emancipado de Ituiutaba), Iraí de Minas (emancipado de Monte Carmelo), Lagamar (emancipado de Presidente Olegário), Lagoa Formosa (emancipado de Patos de Minas), Paineiras (emancipado de Abaeté), Pedrinópolis (emancipado de Santa Juliana), Planura (emancipado de Frutal), Romaria (emancipado de Monte Carmelo), Santa Rosa da Serra (emancipado de São Gotardo), São Francisco Sales (emancipado de Campina Verde) e Tapira (emancipado de Sacramento).



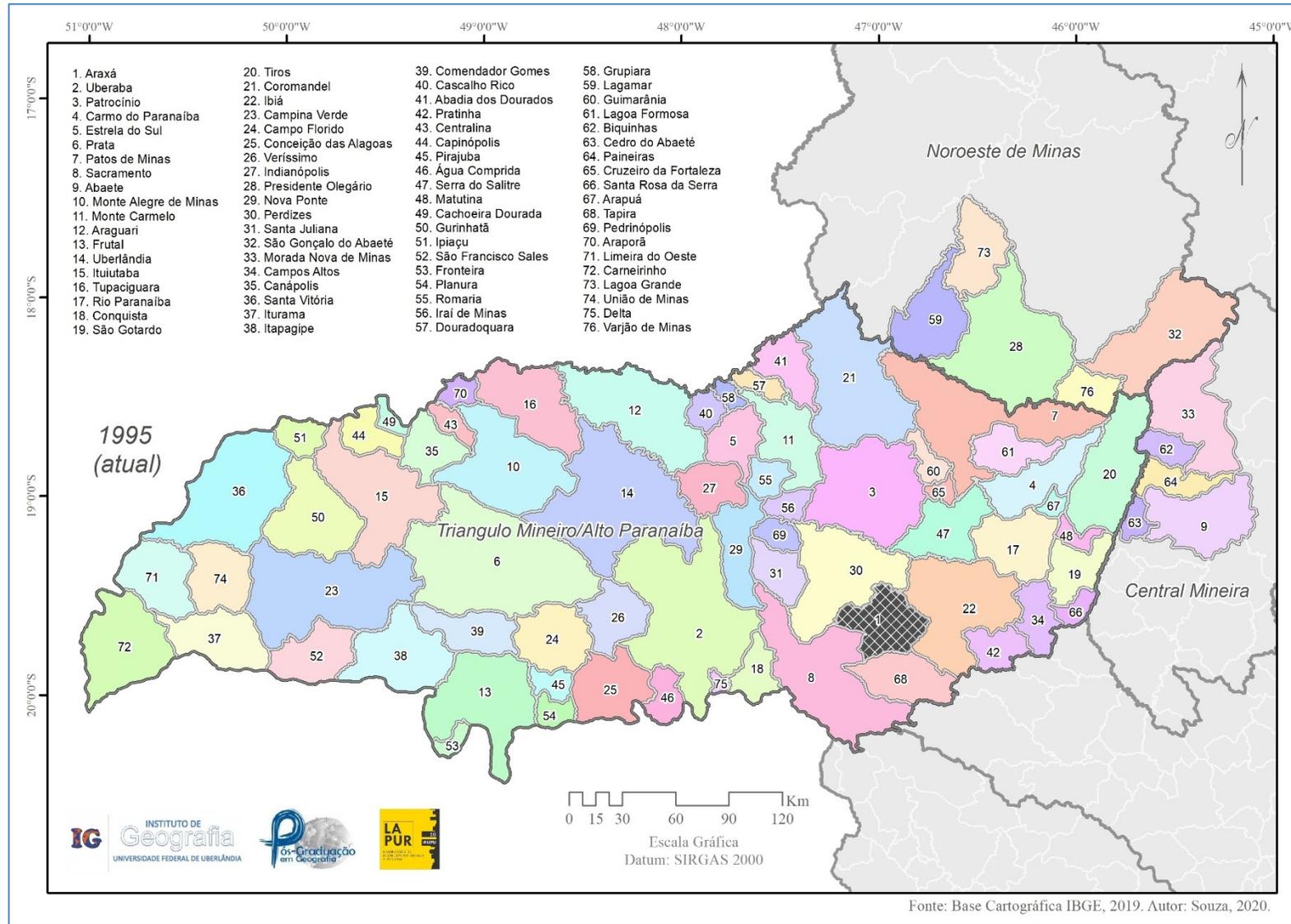


Figura 104 – Configuração municipal em 1995 (atual). Fonte: Souza (2020) com base em Oliveira (2013) e Santos (2018).



Acerca do elevado número de municípios criados entre as décadas de 1940 e 1960, Santos (1987), aponta que foram resultado da Constituição de 1946, que trouxe maior autonomia aos municípios:

[a] eclosão da Segunda Guerra Mundial e o engajamento posterior do país no conflito, ao lado dos aliados, em nome justamente da liberdade, arrastou o Brasil ao movimento de redemocratização. A queda de Vargas e a convocação de uma assembleia nacional constituinte desembocam na Carta Magna de 1946, uma lei maior já em busca da modernidade, restauradora dos direitos dos Estados e amplificadora das prerrogativas municipais, agora amparadas por uma maior generosidade fiscal, com a redistribuição equitativa entre todos os municípios de uma parcela da arrecadação federal do imposto sobre a renda. É a esse estímulo que se deve a criação de centenas de novos municípios em todo o território nacional. Era, também, um novo pacto territorial, fortalecedor da vida local, e que iria durar cerca de dezoito anos (Idem, *Ibidem*, p. 101-102).

Oliveira (2013) aponta que durante o período militar, de 1964 a 1985, não ocorreu processo de emancipação de municípios na área do antigo território do município de Araxá, fato justificado pela centralização de poder no estado nacional em detrimento dos poderes locais e regionais. Já a partir de 1985, com a Nova República e a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, os municípios passaram a ter maior autonomia, não podendo sofrer intervenções diretas da união e dos estados.

Apenas na década de 1990 foram criadas novas municipalidades na área analisada. No ano de 1992 foram criados, através da Lei Estadual nº 10.704, de 27 de abril de 1992, os municípios de Araporã (emancipado de Tupaciguara), Carneirinho (emancipado de Iturama), Lagoa Grande (emancipada de Presidente Olegário) e Limeira do Oeste (emancipado de Iturama).

Em 1995 a região originalmente território de Araxá sofreu sua última alteração, com a criação dos municípios de Delta (emancipado de Uberaba), União de Minas (emancipado de Iturama) e Varjão de Minas (emancipado de São Gonçalo do Abaeté), ambos através da Lei Estadual nº 12.030, de 21 de dezembro de 1995.

Os acontecimentos históricos ocorridos de 1831, quando o município de Araxá foi instituído, até 1995, data do último processo de fragmentação territorial verificado, levaram a atual configuração municipal do TM/AP, como também de parte das mesorregiões Noroeste de



Minas e Central Mineira. Esse processo foi resultado, por um lado, da perda da importância de Araxá, frente a outros centros econômicos nascentes que se consolidaram e conquistaram sua emancipação, e por outro lado, devido às políticas de estado que se alteraram ao longo da história – República Velha, Era Vargas, Período Militar e Nova República.

Apesar da perda em total de área, Araxá ao longo da história, e sobretudo, ao longo dos dois últimos séculos, se consolidou como importante centro econômico da mesorregião do TM/AP, principalmente pelas atividades ligadas a mineração e serviços. Ademais, se consolidou também, como um dos principais polos turísticos e culturais do estado de Minas Gerais, seja pelo papel simbólico da figura de Dona Beja, pela Estância Hidromineral do Barreiro, como também, pelos festivais de alcance nacional e internacional. Tais características fazem com que Araxá exerça papel polarizador em relação aos demais municípios da sua área de influência – a Região Geográfica Imediata de Araxá.

2.2 A Região Geográfica Imediata de Araxá: características e dinâmicas recentes

O papel histórico de Araxá consolidou sua área de influência imediata – Região Geográfica Imediata de Araxá, definida pelo IBGE em 2017. Assim, para além dos aspectos e importância apresentados no subitem anterior, se torna necessário também caracterizar essa região, com vistas a (re)conhecer aspectos relacionados a demografia, economia, infraestrutura, fixos, fluxos, turismo, cultura, entre outros. Esse conjunto de informações é essencial para esse estudo, visto que, é a partir da construção de um panorama das características recentes, que se tornou possível realizar a análise da qualidade de vida a partir das interações entre Araxá e sua Imediata.

2.2.1 A Região Geográfica Imediata de Araxá

Araxá, ao longo da história, exerceu papel de polo de atração de fluxo de pessoas, mercadorias etc. Sua construção histórica e as relações estabelecidas em nível regional fizeram com que se consolidasse uma hierarquia entre o núcleo urbano de Araxá e cidades/municípios circunvizinhos. Essas relações foram retratadas ao longo do tempo a partir dos grandes estudos realizados pelo IBGE.

Entre os estudos realizados pelo IBGE no século XX, pode-se destacar as divisões regionais contemplando os conceitos de zonas fisiográficas (década de 1940 e 1960),



microrregiões e mesorregiões homogêneas (com publicações em 1968 e 1976) e mesorregiões e microrregiões geográficas (1990). Ademais, no século XXI, os estudos do REGIC de 2007 e 2018 (resultados preliminares), em conjunto com o estudo dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil de 2016 apresentaram o panorama da articulação existente entre as cidades e regiões no território brasileiro.

Araxá nesses estudos sempre apresentou papel de destaque em relação aos municípios circunvizinhos, por se tratar de polo hierárquico polarizador dos diferentes elementos analisados em cada estudo. Tal fato fez com que, nos estudos do IBGE, fosse usado para identificar certo conjunto de municípios, como por exemplo, na divisão em microrregiões geográficas, onde dentro da mesorregião do TM/AP Araxá aparece como microrregião composta por 10 municípios. Na proposta de divisão mais recente do IBGE em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias, utilizadas nesse estudo, Araxá aparece como polo regional imediato.

De acordo com o IBGE, as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas se constituem como a nova divisão geográfica regional do país. Foram instituídas no ano de 2017 como forma de atualização da divisão regional brasileira até então vigente – mesorregiões e microrregiões geográficas, que estavam em vigor desde 1990. A partir dessa publicação realizada pelo IBGE, definiu-se que a nova regionalização que passaria a ser utilizada para fins de planejamento e levantamento de estimativas em nível regional.

As Regiões Geográficas Imediatas são agrupamentos de municípios que têm como principal referência a rede urbana estabelecida e que possuem um centro urbano local como base. Para essa elaboração foram levadas em consideração a conexão de cidades próximas através de relações de dependência e deslocamento da população em busca de bens, prestação de serviços e trabalho. As Regiões Geográficas Intermediárias, por sua vez, são agrupamentos das Imediatas que são articuladas através da influência de uma metrópole, capital regional ou centro urbano representativo dentro do conjunto de municípios (IBGE, 2017).

Assim, na nova proposta do IBGE a rede urbana é o principal elemento de referência. Dessa forma, as Regiões Imediatas foram pensadas a partir do papel que os centros urbanos próximos no que diz respeito a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por



serviço de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.

As Regiões Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Imediatas. Na metodologia utilizada pelo IBGE buscou-se, inicialmente, a delimitação das Intermediárias com a inclusão de metrópole e capitais regionais, previamente definidas pelo REGIC (IBGE, 2007). Em alguns casos, houve a necessidade de utilizar centros urbanos de menor dimensão, mas que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas. Assim, as Regiões Intermediárias têm o papel de organizar o território, articulando as Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. Assim, as Regiões Geográficas Imediatas correspondem às áreas que procuram centros urbanos próximos para satisfação de necessidades imediatas como emprego, saúde, educação, compras de bens de consumo e prestação de serviços públicos. Já as Regiões Geográficas Intermediárias organizam as Imediatas no território a partir de uma região que oferece serviços mais complexos como serviços médicos especializados ou grandes universidades (IBGE, 2017).

A necessidade de atualização dos recortes regionais se justifica pela constatação do expressivo aumento da diferenciação interna ocorrida no território brasileiro, como resultado das transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais ocorridas ao longo das últimas décadas. O intuito da atualização da divisão regional no Brasil em Intermediárias e Imediatas foi o de colaborar com a compreensão territorial do Brasil, dividindo-o em partes menores, mais coerentes entre si. Nesse contexto, as cidades foram consideradas pontos de partida para organizar o território e a maneira como se relacionam, o fluxo de serviços, informações, consumo e outros recursos são os fatores que pautam a divisão. A metodologia de regionalização se baseou inicialmente na identificação de cidades-polo e dos municípios a elas vinculados, sendo que dois conceitos permearam essa análise: território-rede e território-zona.

O território-rede considera que a relação de apropriação da sociedade sobre o espaço, não deve ser analisado somente pelos elementos de fixidez e estabilidade. Assim, deve incorporar também atributos relacionados ao movimento (fluxos) e as diferentes formas de mobilidade (HAESTAERT, 2004). Por sua vez, o território-zona seria aquele marcado por



fluxos e fixos distribuídos em um espaço ininterrupto e homogêneo. O maior exemplo desse território-zona seriam os arranjos populacionais, que correspondem a uma área contínua de municípios (divisão político-administrativa) que possuem elementos imóveis/fixos, são conurbados e/ou apresentam fluxos (deslocamento cotidiano para trabalho e estudo) em uma porção relativamente coesa do território.

De acordo com o IBGE (2017) o uso das duas interpretações do espaço geográfica, de forma combinada, marcam o método dessa proposta de regionalização, a diferenciando das anteriores, sobretudo, ao não focar somente na continuidade espacial, mas também considerar os fluxos (i)materiais que a atravessam. Entretanto, a análise das duas dimensões é necessária, visto que, a lógica zonal capta um sentido de organização e de uso contínuo do território, enquanto a lógica em rede valoriza a interação nela presente. Assim, enquanto as divisões regionais baseadas em áreas definem os espaços de continuidade, as divisões regionais baseadas em redes mostram polarizações estruturadas por funções e fluxos. A proposta de regionalização em Imediatas e Intermediárias o IBGE utilizou resultado de uma série de estudos realizados nas últimas décadas. Entre eles, destaca-se: Região de Influência de Cidades – REGIC (IBGE, 2007), Divisão Urbano-Regional (2013), Gestão do Território (2014) e Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (2016). Foi a partir desse esforço de entender o território brasileiro a partir da articulação entre os centros urbanos, que foi possível se pensar em uma regionalização para além da perspectiva do território-zona, concretizando às Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (IBGE, 2017).

O REGIC (IBGE, 2007), teve como objetivo a definição da hierarquia dos centros urbanos brasileiros e a delimitação das regiões de influência a eles associados. Nesse estudo Araxá foi classificada como Centro de Zona A, polarizando as cidades de Campos Altos (Centro de Zona B), Ibiá, Perdizes, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira (todos considerados Centros Locais). O nível de Centro de Zona corresponde a cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercendo papel polarizador para demandas elementares, mas com certo grau de dependência dos centros regionais, no caso Uberaba (Capital Regional C).

O estudo da Divisão Urbano-Regional (IBGE, 2013), visou fornecer uma visão do território brasileiro a partir dos fluxos articulados pela rede urbana. Foram delimitadas regiões de articulação urbana em três escalas de referência, cujos espaços são pautados numa organização em rede – Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Intermediárias de



Articulação Urbana e Regiões Imediatas de Articulação Urbana. Nesse estudo Araxá pertence a Região Ampliada de Grande Metrópole Nacional São Paulo, a Região Intermediária de Uberaba e se constitui como Região Imediata de Articulação Urbana de Araxá, composta pelos municípios de Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira.

O estudo de Gestão do Território (IBGE, 2014), teve como objetivo identificar os fluxos de gestão entre as cidades brasileiras e classificá-las em níveis de centralidade de gestão territorial, os quais são classificados em nove níveis. Para essa classificação foram usadas informações sobre a estrutura organizacional de instituições públicas consideradas essenciais (INSS, Ministério do trabalho etc.), como também a localização da sede de companhias privadas. Araxá foi classificada como nível seis. Além dela, Ibiá aparece classificada com nível oito, e as cidades de Campos Altos e Perdizes com nível nove. As demais cidades da área de estudo não foram classificadas e, portanto, não possuem níveis de centralidade suficientes para serem considerados. Na mesorregião do TM/AP aparecem ainda Uberaba e Uberlândia com nível 5 de classificação, sendo que, os níveis 1 a 3 consideraram as metrópoles nacionais e o nível 4 as demais capitais dos estados brasileiros, o que mostra a importância dessas cidades.

O estudo dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2016), constituiu um quadro de referência da urbanização no País relacionado a integração existente entre os centros urbanos. Nesse estudo Araxá e Tapira foram classificados como sendo o único arranjo populacional do TM/AP, baseado no número de pessoas que se deslocam diariamente por motivo de trabalho, que nesse caso está relacionado a mineração.

O resultado desses estudos levaram a nova divisão regional do território brasileiro em 133 Regiões Geográficas Intermediárias e 510 Regiões Geográficas Imediatas. Por sua vez, o estado de Minas Gerais teve seus 853 municípios agrupados em 13 Regiões Geográficas Intermediárias e 70 Regiões Geográficas Imediatas, sendo que dessas 3 e 9 se encontram localizadas no TM/AP, respectivamente. A Intermediária de Uberlândia é composta pelas imediatas de Uberlândia, Ituiutaba e Monte Carmelo. A intermediária de Patos de Minas pelas imediatas de Patrocínio, Patos de Minas e Unaí, sendo que as duas últimas abrangem municípios que extrapolam ao limite da mesorregião do TM/AP, incluindo municípios do noroeste do estado. A intermediária de Uberaba compreende as imediatas de Uberaba, Frutal, Iturama e Araxá. A Região Imediata de Araxá, recorte desse estudo, é apresentada na figura 105.



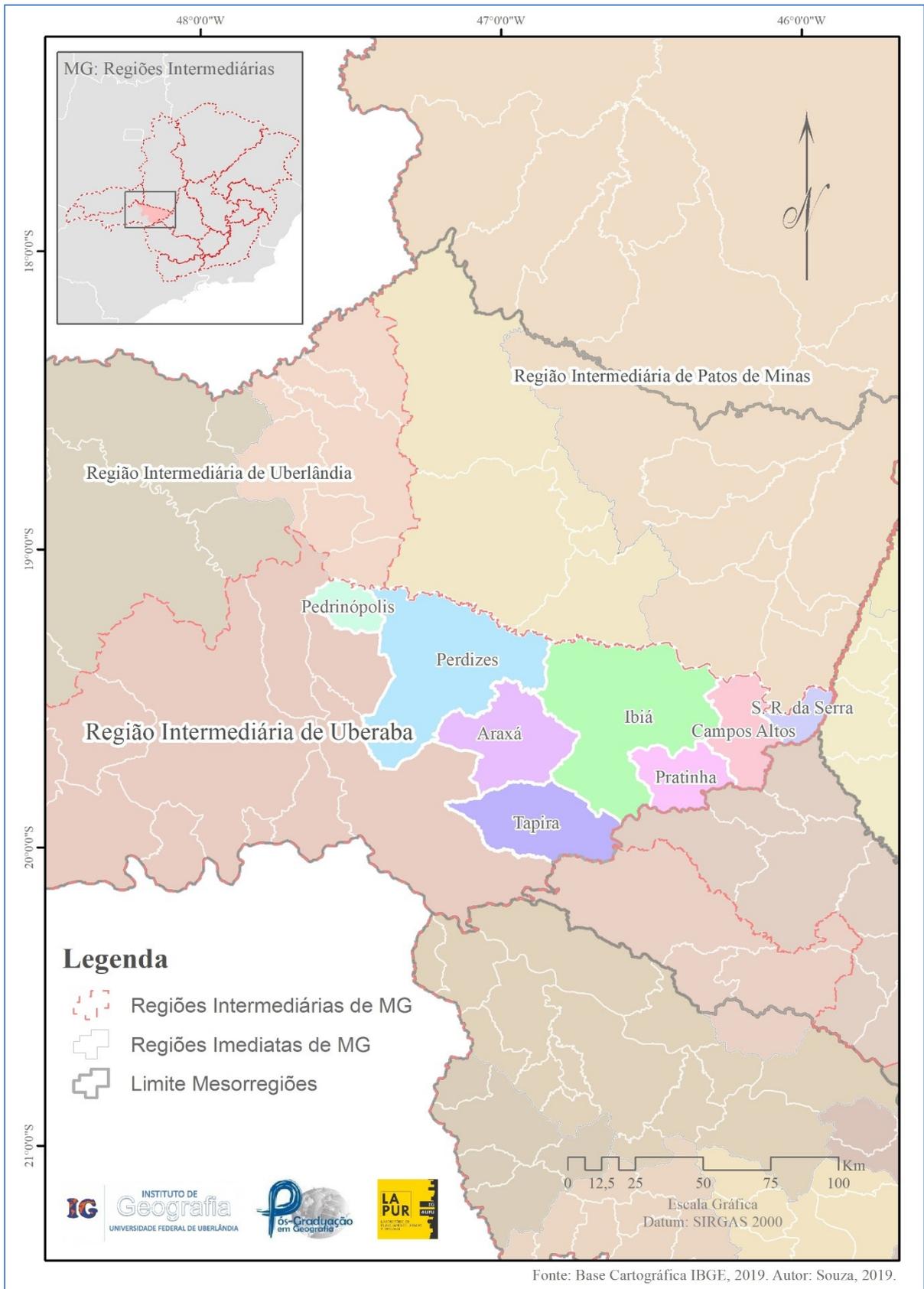


Figura 105– Minas Gerais: localização da Região Geográfica Imediata de Araxá.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2017).



A Região Geográfica Imediata de Araxá é composta por oito municípios – Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira. Se encontra localizada na porção sudeste da mesorregião do TM/AP, e compõem o alto curso do rio Paranaíba – Alto Paranaíba.

Araxá, cidade-polo da Região Geográfica Imediata, teve a criação de seu município em 1831, e possui atualmente área de 1.165 km². Ibiá, segundo município a ser criado, em 1923, a partir do desmembramento territorial de Araxá, possui área de 2.708 km². Perdizes, terceiro município criado, em 1938, também fragmentado do território de Araxá, possui área de 2.450 km². Os municípios de Campos Altos e Pratinha foram criados em 1943, desmembrados do território de Ibiá, e possuem 719 km² e 619 km², respectivamente. Os municípios de Pedrinópolis (emancipado de Santa Juliana), Santa Rosa da Serra (emancipado de São Gotardo) e Tapira (emancipado de Sacramento) foram criados em 1962 e possuem área atual de 357 km², 296 km² e 1.183 km², respectivamente.

A região se encontra localizada em área predominantemente do bioma Cerrado, com inverno seco e verão chuvoso. Devido as altitudes mais elevadas às temperaturas são de climas subtropicais de altitude (tabela de Köppen), com padrões de temperatura mais amenos se comparado com as demais áreas do TM/AP. O clima na região é orientado, ainda, pela presença da Serra da Canastra, formação morfológica com altitudes superiores a 1.500 metros.

A vegetação natural é caracterizada por espécies de arbustos e gramíneas, característicos das áreas de Cerrado, com presenças de vegetação do tipo arbórea nos fundos de vale e ao longo dos cursos de água. A rede hidrográfica é densa, de padrão dendríticos, com cursos de água perene, sendo que em parte do ano são alimentados pelas chuvas e parte do ano pelo lençol freático. A região além de alimentar os cursos de água formadores do Rio Paranaíba, um dos principais afluentes da bacia hidrográfica do Paraná, também alimenta a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que nasce na Serra da Canastra, no extremo sul da região.

Os solos da região são em sua maioria do tipo Latossolo, típico de regiões com presença de umidade. Esses solos, originalmente não propícios a agricultura, passaram por processos de correção química que permitiram sua extensa utilização agrícola. Além disso, a região contém formações rochosas com presença de uma série de elementos utilizados pela produção industrial globalizada, fator que faz com que a mineração esteja fortemente presente.



2.2.2 Urbanização e Dinâmica Demográfica

Os municípios da Região Geográfica Imediata de Araxá acompanharam a dinâmica de urbanização vivenciada pelo país e tiveram o crescimento de suas cidades impulsionado, também, por políticas estaduais implementadas a partir da década de 1950. De acordo com Matos (2016), um dos fatores que alicerçou o processo de urbanização em Minas Gerais foi a sua participação no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a partir da década de 1970, o resultado desse processo foi um expressivo crescimento demográfico e econômico.

Fernandes (2007), ao fazer um balanço da economia mineira até a implementação do PND II, aponta que Minas Gerais se caracterizava como importante supridor de insumos básicos para o desenvolvimento industrial brasileiro. A indústria até então existente era complementar à existente no eixo Rio-São Paulo. Somado a isso o seu território carecia de infraestrutura, o que constituía um entrave ao seu desenvolvimento econômico. Por reconhecer as deficiências do estado, nas décadas de 1940 a 1960 surgiram planos com o objetivo de alavancar a economia, sendo criados nesse período a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), em 1951, e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 1962, ambos de suma importância para criar as bases de infraestrutura. Entretanto, como aponta Matos (2016), foi com o II PND que o estado conseguiu resolver importantes problemas de infraestrutura e assim alavancar seu desenvolvimento industrial.

Na década de 1970, tem início um processo de diversificação do parque industrial mineiro, que possibilitou sólidas mudanças nas formas de inserção de Minas Gerais na economia nacional e internacional, deixando o estado de ser apenas um empório de recursos naturais renováveis e não-renováveis ou mero supridor de matérias-primas pouco elaboradas para as áreas mais desenvolvidas do país e do exterior. [...] Para tanto, concorreram os efeitos favoráveis da privilegiada localização geográfica do estado, sua dotação de recursos naturais, existência de infraestrutura de energia, transportes e comunicações, que constituíram excelentes vantagens locacionais para a atração industrial. [...] Do ponto de vista do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1974/1979), Minas Gerais detinha uma situação privilegiada, dadas as vantagens comparativas que oferecia para vários setores considerados estratégicos para o reordenamento do parque industrial brasileiro (FERNANDES, 2007, p. 21).

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II foram planos econômicos de iniciativa do governo federal que tinham por objetivo “colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no espaço de uma geração” (FGV, 2019, s.n.). Acerca do II PND, temos que,



[...] previa a consolidação até 1980 de uma sociedade industrial moderna e de um modelo de economia competitiva. Essa economia moderna, tendo por núcleo básico a região Centro-Sul, exigiria investimentos [...] nas áreas da indústria de base, do desenvolvimento científico e tecnológico e da infraestrutura econômica. A política de energia seria também decisiva na estratégia de desenvolvimento, sendo a preocupação básica reduzir a dependência do país em relação às fontes externas. [...] o II PND previa a integração do Brasil no mercado mundial graças à conquista de mercados externos, sobretudo para produtos manufaturados e produtos primários não-tradicionais. Seria adotada também uma política de diversificação das fontes de fornecimento, dos mercados externos e dos investimentos estrangeiros (FGV, 2019, s.n.).

Matos (2016), aponta que o resultado para o II PND para o estado de Minas gerais foi um rápido processo de industrialização por meio de incentivos tributários e fiscais, o que atraiu número considerável de empresas. Dessa maneira, o estado se dinamizou economicamente e o desenvolvimento de sua atividade industrial resultou na multiplicação de atividades ligadas ao ramo industrial, inclusive as relacionadas a agroindústria, com elevado grau de geração de renda. Os investimentos se deram sobretudo nas áreas de siderurgia, cimento e fertilizantes, sendo esses importantes insumos da indústria crescente no estado e no país.

Muitos fatores estimularam a expansão econômica mineira nos últimos 25 anos, destacando-se, o fato de que foi o estado que mais se beneficiou do processo de desconcentração ocorrido a partir de São Paulo. As condições criadas pelo estado, em termos de promoção de incentivos aos investimentos e à melhoria da infraestrutura, bem como o fato de contar com extensas reservas minerais, contaram a favor de um crescimento da economia mineira, nesses últimos anos, acima da média nacional” (Idem, *Ibidem*, p. 7).

Há ainda que mencionar a expansão da fronteira agrícola no estado, que desde meados de 1970 fez com que a participação de Minas Gerais crescesse no cenário da produção agropecuária brasileira, com destaque para o oeste do estado, especialmente para o TM/AP (FRANÇA, 2007). Para Costa da Silva *et al.* (2012) os ganhos de produtividade relacionados a agricultura e pecuária foi resultado do uso mais intenso de novas tecnologias no meio rural, como também do aumento dos níveis de capacitação e profissionalização e do incremento de pesquisas voltadas para desenvolvimento de novas formas de produzir. Essa nova configuração da economia mineira consolidou o estado como um dos maiores produtores agropecuários do país, com tendência de concentração dessa produção na porção oeste do estado.

A tabela 6 aponta o crescimento do papel dos diferentes setores da economia, mostrando que os investimentos realizados pelos planos de desenvolvimento em Minas Gerais,



sobretudo o II PND, resultaram em incremento considerável do papel da indústria, saltando de 17,6% do PIB do estado em 1960 para 30,3% em 1980.

Setor	1960	1970	1980
Agricultura	30,9	23,2	16,2
Industria	17,6	20,7	30,3
Construção Civil	3,5	4,2	9
Comércio e Serviços	48	51,9	44,5

Tabela 6 – Minas Gerais: distribuição do PIB – 1960 a 1980. Fonte: Souza (2020) com base em FJP (2019).

O reflexo do pujante processo de desenvolvimento econômico no estado foi acompanhado pelo fenômeno de urbanização e conseqüentemente crescimento das cidades. A tabela 7 apresenta o crescimento da população de Minas Gerais, tendo como base os censos demográficos realizados pelo IBGE entre 1872 e 2010. Os dados apontam que em 1872, ano do primeiro censo realizado pelo IBGE, a população de Minas Gerais era de cerca de 2 milhões de pessoas. Nas décadas seguintes é possível verificar um crescimento acelerado da quantidade de pessoas, acompanhando a tendência nacional de crescimento populacional, sendo que em 1950 a população alcançou quase 8 milhões de habitantes, ou seja, a população total se quadruplicou em apenas oito décadas.

Ano	População Total	População Urbana	Taxa de Urbanização (%)
1872	2.039.735	s.d.	s.d.
1890	3.184.099	s.d.	s.d.
1900	3.594.471	s.d.	s.d.
1920	5.888.174	s.d.	s.d.
1940	6.763.368	s.d.	s.d.
1950	7.782.188	s.d.	s.d.
1960	9.960.040	3.964.580	39,8
1970	11.645.095	6.167.113	53,0
1980	13.651.852	9.185.088	67,3
1991	15.731.961	11.776.538	74,9
2000	17.866.402	14.651.164	82,0
2010	19.597.330	16.715.216	85,3

Tabela 7 – Minas Gerais: população total, população urbana e taxa de urbanização. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1872-2010).

A partir de 1960 o IBGE começou a contabilizar a população urbana e população rural. Temos que no ano de 1960 cerca de 40% da população vivia em áreas urbanas do estado, no ano de 1970 esse número ultrapassa a metade da população, 53%, e em 1980 alcança 67,3%,



o que demonstra a dinâmica de urbanização acompanhando o crescimento econômico do estado. As décadas seguintes marcaram a continuidade do crescimento das taxas de urbanização, sendo que em 2010 essa taxa alcançou 85,3%. Evidenciamos que esse processo não se deu de maneira igual em todo o território mineiro, com parte significativa da população se concentrando em um reduzido grupo de cidades, fato que também acompanha a tendência nacional de concentração urbana.

A tabela 8 apresenta os municípios de Minas Gerais com mais de 100 mil habitantes a partir da estimativa populacional do IBGE para o ano de 2019. Dos 853 municípios do estado apenas 32 possuem população acima de 100 mil habitantes, que juntos concentram 46% da população total. Desses seis se encontram localizados no TM/AP, incluindo Araxá que aparece em 30º lugar, fazendo dele o quinto maior município da mesorregião, e um dos principais, em tamanho populacional, do estado.

Posição	Cidade	Nº Habitantes	Posição	Cidade	Nº Habitantes
1	Belo Horizonte	2.501.576	17	Pouso Alegre	148.862
2	Uberlândia	683.247	18	Teófilo Otoni	140.235
3	Contagem	659.070	19	Barbacena	136.392
4	Juiz de Fora	564.310	20	Sabará	135.421
5	Betim	432.575	21	Varginha	134.477
6	Montes Claros	404.804	22	C. Lafaiete	127.539
7	Rib. das Neves	331.045	23	Vespasiano	125.376
8	Uberaba	330.361	24	Itabira	119.186
9	Gov. Valadares	278.685	25	Araguari	116.691
10	Ipatinga	261.344	26	Ubá	114.265
11	Sete Lagoas	237.286	27	Passos	113.998
12	Divinópolis	235.977	28	C. Fabriciano	109.405
13	Santa Luzia	218.147	29	Muriaé	108.113
14	Ibirité	179.015	30	Araxá	106.229
15	Poços de Caldas	166.111	31	Ituiutaba	104.067
16	Patos de Minas	150.833	32	Lavras	102.728

Tabela 8 – Minas Gerais: cidades com mais 100 mil hab. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2019).

Cumpra ainda elencar as perspectivas futuras das taxas de urbanização e crescimento populacional do Brasil e Minas Gerais. Dados do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU HABITAT, 2016), aponta que em 2030 a taxa de urbanização no Brasil e demais países do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) atingirá a marca de 90% enquanto o restante do continente atingirá a marca de 83% de urbanização até 2050. A



tendência de urbanização vivenciada no Brasil tende a também se manifestar no estado de Minas Gerais, pois ele apresentou taxas de urbanização superiores à média nacional, conforme apresentado anteriormente.

Acerca do crescimento populacional no Brasil e em Minas Gerais, temos que as projeções realizadas pelo IBGE (2019), apontam tendência de o crescimento populacional continuar até meados da década de 2040 e início do declínio populacional nas décadas posteriores.

Na Região Geográfica Imediata de Araxá, temos que o crescimento populacional e o fenômeno da urbanização acompanharam a tendência nacional. A tabela 9 apresenta a população total residente desde o primeiro censo demográfico do IBGE de 1872 até a divulgação mais recente – estimativa populacional de 2019.

Município	1872	1890	1910	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2019
Araxá	23.565	29.213	39.478	46.866	14.679	18.515	28.010	35.676	53.414	69.911	78.997	93.672	106.229
Ibiá	-	-	-	-	19.151	13.717	14.278	16.782	16.107	18.317	21.044	23.218	25.199
Perdizes	-	-	-	-	13.094	10.675	11.181	9.973	9.238	10.735	12.364	14.404	16.168
Campos Altos	-	-	-	-	-	5.159	9.153	8.687	10.544	11.112	12.819	14.206	15.461
Pratinha	-	-	-	-	-	4.753	4.048	3.359	2.472	2.503	2.883	3.265	3.603
Pedrinópolis	-	-	-	-	-	-	-	2.472	3.670	4.391	3.361	3.490	3.635
Sta. Rosa da Serra	-	-	-	-	-	-	-	4.957	2.757	2.867	3.114	3.224	3.350
Tapira	-	-	-	-	-	-	-	3.206	2.723	2.973	3.327	4.112	4.773
Total	23.565	29.213	39.478	46.866	46.924	52.819	66.670	85.112	100.925	122.809	136.182	159.591	178.418

Tabela 9 – RGI de Araxá: população residente 1872 a 2019.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1872-2019).

Até o ano de 1960, nota-se variações positivas e negativas na quantidade populacional, devido ao processo de fragmentação territorial e criação de novos municípios. A partir de 1970, com todos os municípios da Imediata criados, é possível perceber o aumento considerável da população em parte dos municípios, com destaque para Araxá, com taxa de crescimento de 66,7% entre 1970 e 1980, 13,1% entre 1980 e 1991, 12,9% entre 1991 e 2000, 18,5% entre 2000 e 2010, e 11,3% entre 2010 e 2019.

Os municípios de Ibiá e Campos Altos também apresentaram crescimento constante nas décadas analisadas, entretanto com taxas de crescimento menores que Araxá. Os demais municípios oscilaram entre décadas de crescimento e declínio populacional, devido a fases de desenvolvimento e retração econômica, além de possivelmente terem perdido parte a população



em prol de municípios da região com desenvolvimento mais pujante, como Uberlândia, Uberaba e Araxá.

A figura 106 auxilia na análise do crescimento populacional dos municípios da Imediata de Araxá. Destacamos Araxá, que desde 1872 apresentou crescimento populacional constante, com decréscimo populacional apenas entre as décadas de 1920 e 1940, devido a emancipação do município de Ibiá, no qual absorveu parte da população. De 1940 em diante os demais municípios apresentaram crescimento constante e Araxá saltou de uma população de 14,6 mil habitantes em 1940 para 106,2 mil habitantes em 2019 – um crescimento populacional de 727% em oito décadas. Tal processo encontra respostas na economia, como veremos no próximo subitem.

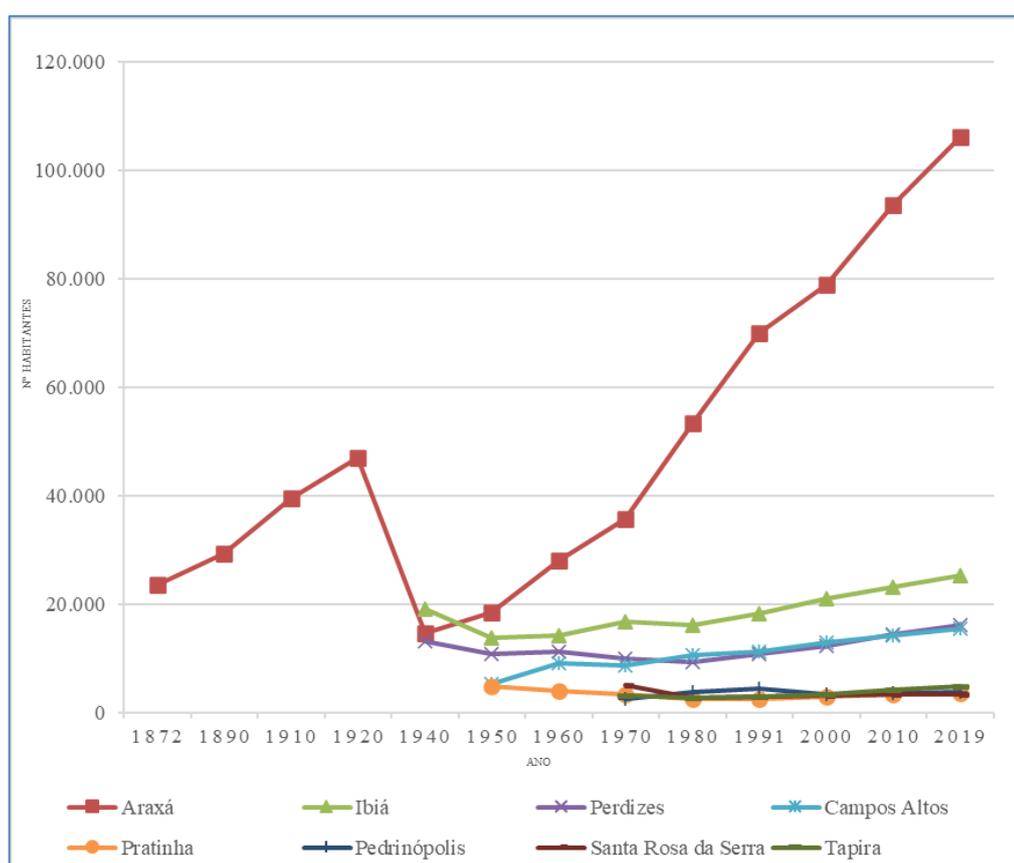


Figura 106 – RGI de Araxá: população residente 1872 a 2019.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1872-2019).

Sabemos que mudanças econômicas em nível internacional e nacional fizeram com que os municípios brasileiros participassem do fenômeno de urbanização contemporâneo, marcado pela transição da população do campo para as cidades. As tabelas 10 e 11 possibilitam a análise desse processo na área estudada.



Município	Tipo	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Araxá	Urbana	4.639	6.554	11.227	31.583	51.339	67.972	77.743	92.284
	Rural	10.040	11.961	16.783	4.093	2.075	1.939	1.254	1.388
Ibiá	Urbana	5.994	3.081	5.712	10.541	11.726	14.510	17.353	19.646
	Rural	13.157	10.636	8.566	6.241	4.381	3.807	3.691	3.572
Perdizes	Urbana	619	512	4.474	1.468	2.775	4.558	7.147	9.935
	Rural	12.475	10.163	6.707	8.505	6.463	6.177	5.217	4.469
Campos Altos	Urbana	-	1.648	3.666	6.023	8.602	9.957	11.619	12.913
	Rural	-	3.511	5.487	2.664	1.942	1.155	1.200	1.293
Pratinha	Urbana	-	868	1.619	964	1.061	1.189	1.638	1.759
	Rural	-	3.885	2.429	2.395	1.411	1.314	1.245	1.506
Pedrinópolis	Urbana	-	-	-	850	2.117	2.994	2.863	2.927
	Rural	-	-	-	1.622	1.553	1.397	498	563
Sta. Rosa da Serra	Urbana	-	-	-	1.391	1.284	1.579	1.870	1.973
	Rural	-	-	-	3.566	1.473	1.288	1.244	1.251
Tapira	Urbana	-	-	-	609	968	1.676	2.216	2.744
	Rural	-	-	-	2.597	1.755	1.297	1.111	1.368

Tabela 10 – RGI de Araxá: população urbana e rural 1872 a 2010.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1872-2010).

Município	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Araxá	31,6 %	35,4 %	40,1 %	88,5 %	96,1 %	97,2 %	98,4 %	98,5 %
Ibiá	31,3 %	22,5 %	40,0 %	62,8 %	72,8 %	79,2 %	82,5 %	84,6 %
Perdizes	4,7 %	4,8 %	40,0 %	14,7 %	30,0 %	42,5 %	57,8 %	69,0 %
Campos altos	-	31,9 %	40,1 %	69,3 %	81,6 %	89,6 %	90,6 %	90,9 %
Pratinha	-	18,3 %	40,0 %	28,7 %	42,9 %	47,5 %	56,8 %	53,9 %
Pedrinópolis	-	-	-	34,4 %	57,7 %	68,2 %	85,2 %	83,9 %
Santa Rosa da Serra	-	-	-	28,1 %	46,6 %	55,1 %	60,1 %	61,2 %
Tapira	-	-	-	19,0 %	35,5 %	56,4 %	66,6 %	66,7 %

Tabela 11 – RGI de Araxá: taxa de urbanização 1940 a 2010.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1872-2010).

Em 1940 às populações urbanas de Araxá e Ibiá apresentavam taxas significativas em relação a região e o estado, seguindo a tendência das cidades naquele momento com economia mais dinâmica. Perdizes, município naquele momento com dinâmica econômica altamente relacionada ao campo apresentou taxa de urbanização de apenas 4,7%. Até o ano de 1960 todos os municípios da Imediata de Araxá apresentavam população rural maior que a população urbana, sendo que nessa data todos apresentavam taxa de urbanização de cerca de 40%. Tal fato evidência a tendência geral de urbanização do território brasileiro.

A partir de 1970, com o desenvolvimento dos PND II e o processo de modernização agrícola mencionados anteriormente, a dinâmica urbana se alterou, atraindo cada vez mais



parcela da população do campo para as cidades. Nas cidades analisadas é possível constatar um salto na urbanização, com destaque para Araxá, com crescimento da taxa de 40,1% para 88,5%, orientado pela busca de empregos devido a chegada de indústrias, como também, pelo papel crescente do comércio e serviços. Também Campos Altos e Ibiá, apresentaram taxa de urbanização considerável nessa década, com 69,6% e 62,8%, respectivamente. No caso dessas cidades a dinâmica dos processos de desenvolvimento agrícola foram os responsáveis pela atração de pessoas para as cidades.

O aumento na taxa de urbanização continuou a ocorrer em todos os municípios nas décadas seguintes, sempre com Araxá apresentando as maiores taxas, que já na década de 1980 era superior a 96% e atingiu 98,5% em 2010. Campos Altos atingiu taxa de urbanização superior a 90% apenas nos anos 2000, acompanhados por Ibiá e Pedrinópolis com taxas de urbanização superiores a 80% também alcançadas apenas em 2000. Os demais municípios além de apresentarem uma dinâmica de urbanização mais lenta, possuem ainda taxas de urbanização menores que a média estadual e nacional – abaixo de 70% em 2010. Destacamos nesse contexto, o município de Pratinha, no qual a taxa de urbanização ultrapassou a marca de 50% apenas no ano de 2000, fato relacionado a forte presença de um sistema de produção agrícola familiar.

A figura 107 nos auxilia na análise comparativa da constante do crescimento das taxas de urbanização entre os municípios da Imediata de Araxá. Até a década de 1960 os dados apresentados correspondem aos municípios já existentes de Araxá, Campos Altos, Ibiá, Perdizes e Pratinha. Nota-se que a dinâmica do gráfico demonstra que nas décadas de 1940 e 1950 à exceção de Perdizes, os demais municípios apresentaram uma constante similar de crescimento da população urbana. Na década de 1960 todos os municípios apresentaram taxa de urbanização similar – cerca de 40%, com destaque para Perdizes que teve incremento de população urbana que aconteceu de maneira acelerada. Na década de 19670 as cidades de Araxá, Campos Altos e Ibiá tiveram um processo de urbanização mais acelerado em relação as demais cidades. De 1980 a 2010 a tendência crescimento das taxas de urbanização se tornou uma constante em todos os municípios, com destaque para Perdizes e Tapira que em 1980 apresentavam taxas de urbanização inferiores em relação aos demais municípios, mas que tiveram crescimento considerável no número de habitantes nas cidades. Por outro lado, Pratinha ao longo das décadas analisadas apresentou menores taxas de urbanização, sendo em 2010 o município com menor taxa de urbanização entre os analisados.



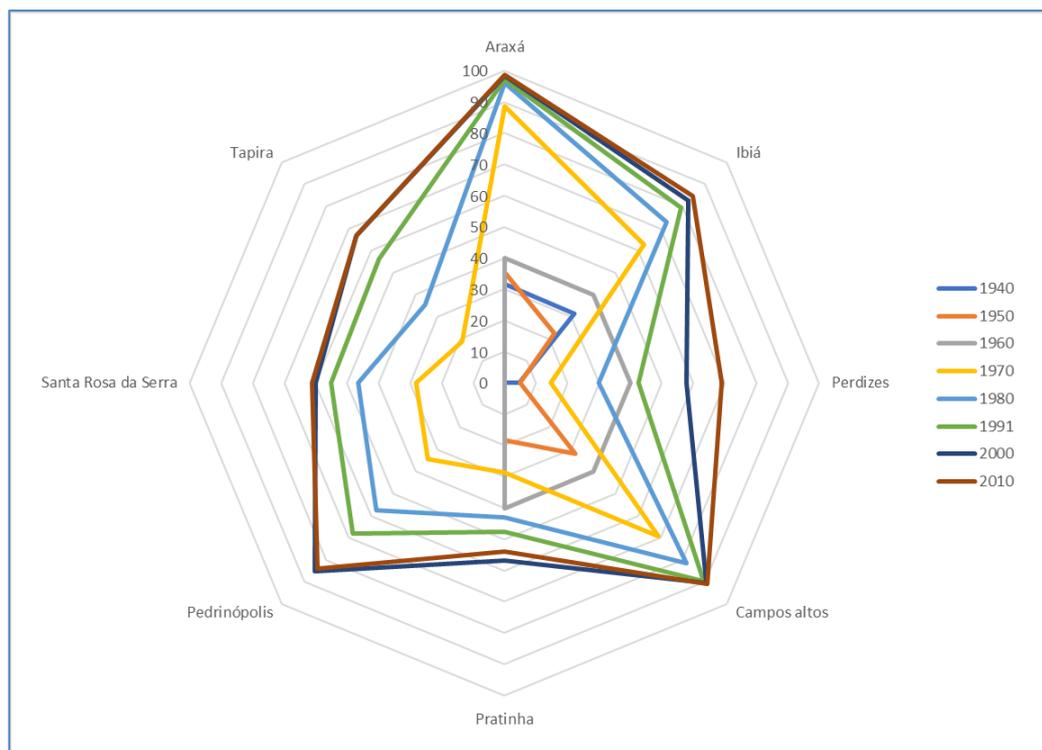


Figura 107 – RGI de Araxá: taxa de urbanização. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).

Além das taxas de crescimento e urbanização apresentados, o Censo de 2010 do IBGE coletou dados referentes a dinâmica migratória ocorrida na primeira década do século corrente. Essa taxa corresponde ao número de pessoas que moravam em outros municípios do país na pesquisa anterior (contagem da população de 2005), e que na data do censo se encontravam residindo ou não nas cidades da Imediata de Araxá. Através da tabela 12 podemos evidenciar que entre 2005 e 2010 apenas dois municípios apresentaram taxa líquida migratória positiva – Perdizes, com 11,04% e Pedrinópolis com 1,76%. Esse resultado possivelmente está atrelado a dinâmica agrícola desses dois municípios, que atraem mão-de-obra para trabalhar no campo. Os demais municípios da Imediata de Araxá apresentaram taxas negativas, ou seja, mais pessoas saíram para viver em outros lugares do que chegaram a esses municípios, inclusive no caso de Araxá, que apresentou taxa negativa de -1,04%. Tal dinâmica possivelmente está relacionada a fatores de atratividade de outros municípios da região, como Uberlândia e Uberaba, que continuam a absorver contingentes populacionais da região, sobretudo, como mão-de-obra no setor de comércio e serviços. Entretanto, é necessário evidenciar que Araxá, Campos Altos e Ibiá, mesmo apresentando taxa negativa, receberam número considerável de imigrantes, acima de mil pessoas, fator que demonstra que a dinâmica econômica nessas cidades é um fator de atração migratória.



Município	Taxa líquida migratória	Nº Emigrantes	Nº Imigrantes
Araxá	-1,04 %	5664	4918
Campos Altos	-0,52 %	1405	1344
Ibiá	-0,68 %	1448	1346
Pedrinópolis	1,76 %	298	351
Perdizes	11,04 %	1127	1889
Pratinha	-2,54 %	233	164
Sta. Rosa da Serra	-4,99 %	326	255
Tapira	-0,79 %	299	261

Tabela 12 – RGI de Araxá: dados migração entre 2005 e 2010.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2005; 2010).

O crescimento populacional e o crescimento das cidades verificado nas últimas décadas trouxeram a atual composição demográfica dos municípios estudados. A figura 108 apresenta os dados desse retrato na Imediata de Araxá. Em 2019 população estimada da Imediata de Araxá foi de 178.418 habitantes, sendo que desses 59,5% vivem em Araxá e outros 26,2% vivem nos municípios de Ibiá, Perdizes e Campos Altos. Em se tratando da população urbana temos que no ano analisado 161.389 pessoas viviam nas cidades, o que corresponde a 90,5% da população. Dessas, 64,8% viviam em Araxá, 13,2% em Ibiá, 8,7% em Campos Altos e 6,9% em Perdizes.

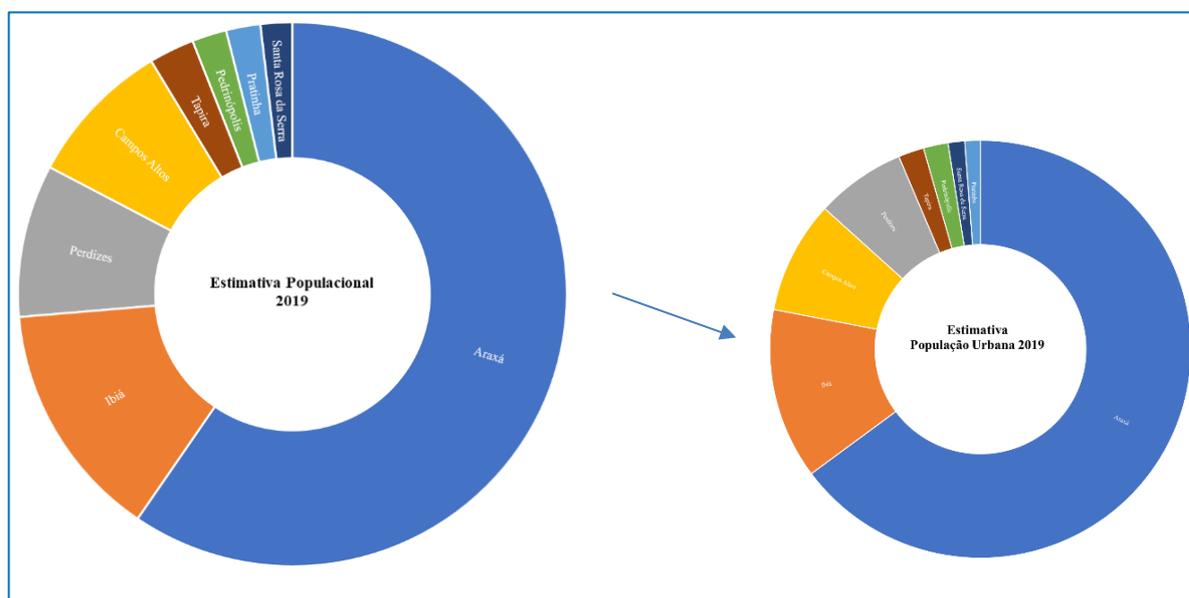


Figura 108 – RGI de Araxá: estimativa populacional 2019.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2019).

Em se tratando do perfil demográfico da população dos municípios da Imediata de Araxá a figura 109 apresenta a sua composição etária dos anos de 2000 e 2010.



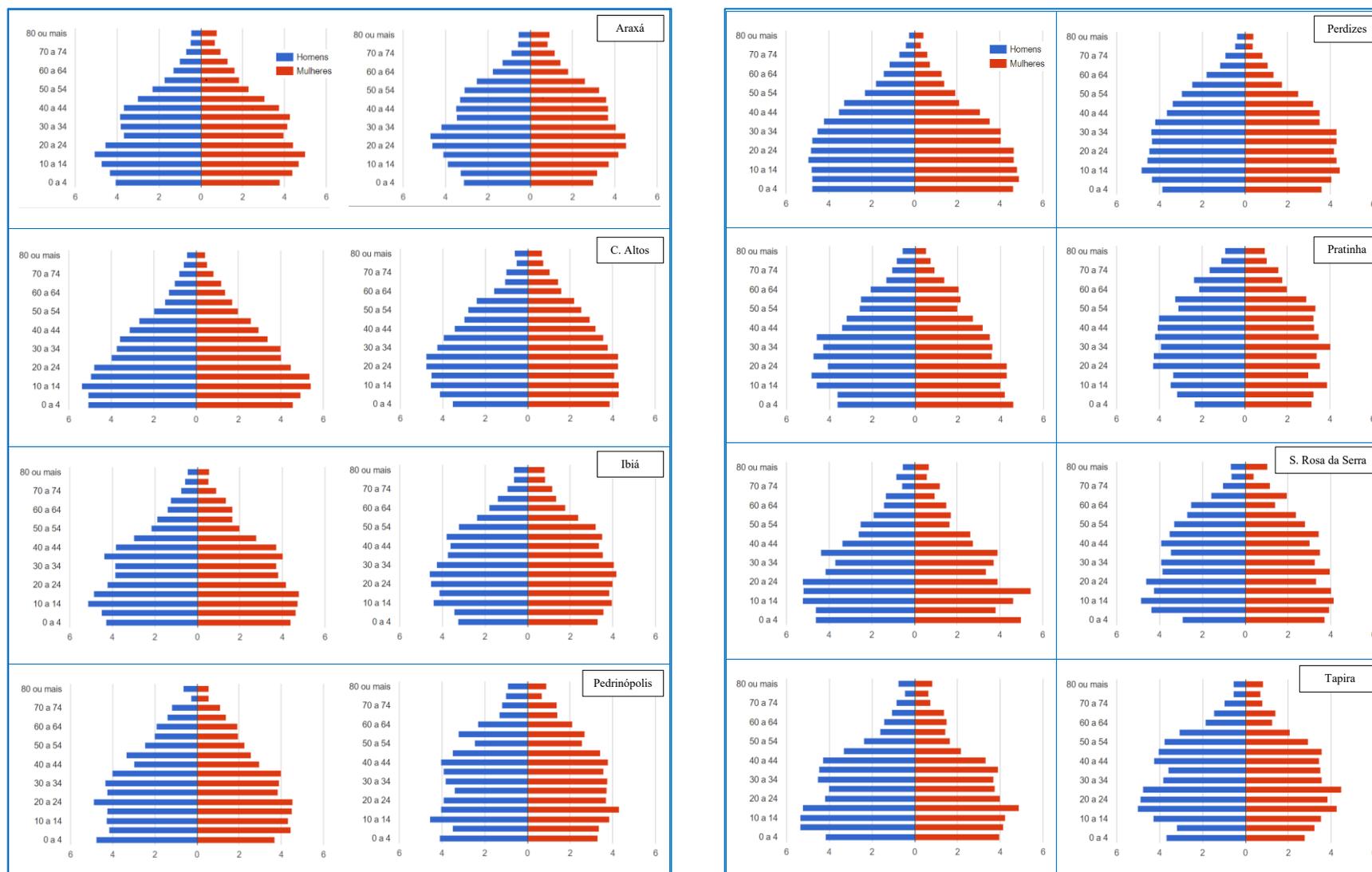


Figura 109 – RGI de Araxá: pirâmides etárias de 2000 e 2010. Adapt.: Souza (2020) com base em IBGE (2000; 2010).



Duas informações relevantes são apresentadas na comparação das pirâmides etárias de 2000 e 2010 dos municípios da Imediata de Araxá. A primeira corresponde a sua base, na qual é evidente a diminuição da população de 0 a 14 anos, o que demonstra que em todos os municípios têm ocorrido decréscimo no número de nascimentos – diminuição da taxa de natalidade³². Por outro lado, o seu topo apresenta tendência de alargamento, o que corresponde a um número cada vez maior de idosos (60 anos ou mais), ou seja, aumento da expectativa de vida. Ambas as mudanças na estrutura etária da população acompanham a tendência nacional caracterizada por uma fase de transição demográfica na qual as projeções apontam que no futuro, paulatinamente, o número de idosos corresponderão a uma parcela maior da população. Tal fenômeno traz consigo importantes questões a serem consideradas no desenho das políticas públicas, visto que, as alterações na segmentação etária sinaliza demandas diferenciadas nos serviços de educação, saúde, assistência social, entre outros.

A tabela 13 apresentam dados que reafirmam a fase de transição demográfica experimentada pelos municípios analisados. A queda nas taxas de natalidade acompanhadas também de queda na taxa de mortalidade³³ entre os anos de 2000 e 2010 tiveram como resultado o aumento expressivo da expectativa de vida da população. Tal fenômeno tem como respostas, também, a queda na taxa de fecundidade³⁴ e a melhoria das condições de saúde experimentados pelo país nas últimas décadas – acesso a saúde, qualidade da saúde, saneamento básico, entre outros.

Município	Ano 2000			Ano 2010		
	Esperança de vida ao nascer	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade	Esperança de vida ao nascer	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade
Araxá	71,2	17,6	8,4	76,5	13,2	8,0
Campos Altos	74,6	20,0	6,1	76,6	14,9	4,1
Ibiá	72,5	18,4	6,8	77,6	17,32	6,6
Pedrinópolis	72,9	11,6	9,3	76,3	9,5	8,5
Perdizes	72,9	14,6	6,0	77,8	10,0	5,7
Pratinha	74,6	12,8	7,8	77,2	10,8	5,7
Sta. Rosa da Serra	72,7	14,0	5,4	77,0	11,1	4,6
Tapira	73,3	18,5	5,7	75,8	14,2	4,0

Tabela 13 – RGI de Araxá: natalidade, mortalidade e expectativa de vida 2000 e 2010.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2000; 2010).

³² A taxa de natalidade corresponde ao número de nascidos vivos por mil habitantes (IBGE, 2010).

³³ A taxa de mortalidade corresponde ao número mortes por mil habitantes (IBGE, 2010).

³⁴ A taxa de fecundidade corresponde ao número de filhos por mulher (IBGE, 2010).



A transição demográfica, ora apresentada, tem impacto direto em vários setores – saúde, educação, economia etc. Tais impactos estão relacionados ao equilíbrio econômico e familiar, sobretudo no que diz respeito a razão da dependência³⁵ e a População Economicamente Ativa (PEA)³⁶, conforme apresentados na tabela 14 e figura 110.

Município	Razão de dependência (2000)	Razão de dependência (2010)	Proporção PEA (2000)	Proporção PEA (2010)
Araxá	38,6 %	39,5 %	61,4 %	60,1 %
Campos Altos	43,6 %	47,1 %	56,4 %	52,9 %
Ibiá	41,1 %	42,3 %	58,9 %	57,7 %
Pedrinópolis	38,4 %	46,1 %	61,6 %	53,9 %
Perdizes	38,0 %	44,9 %	62,0 %	55,1 %
Pratinha	37,0 %	45,0 %	63,0 %	55,0 %
Sta. R. Serra	39,7 %	47,5 %	60,3 %	52,5 %
Tapira	41,2 %	39,5 %	58,8 %	60,5 %

Tabela 14 – RGI de Araxá: razão de dependência e PEA 2000 e 2010.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2000; 2010).

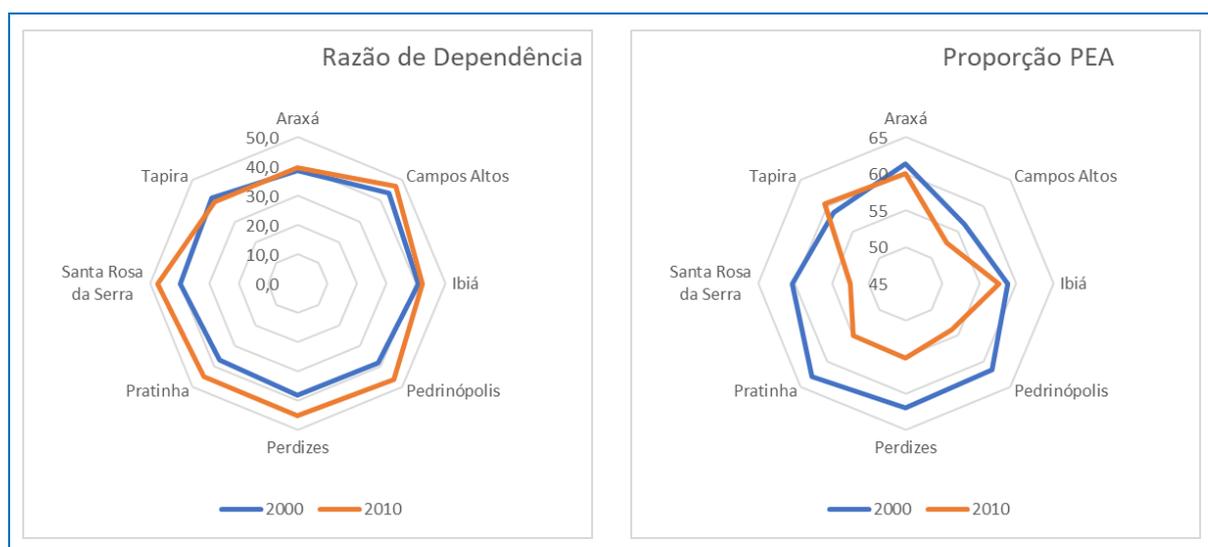


Figura 110 – RGI de Araxá: razão de dependência e PEA 2000 e 2010.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2000; 2010).

É possível verificar que entre 2000 e 2010 houve aumento na razão de dependência nos municípios analisados, com exceção de Tapira, que apresentou decréscimo de 1,7%. Esse crescimento se deu, sobretudo, pelo aumento no número de idosos, conforme verificamos nas

³⁵ A razão de dependência corresponde a proporção da população menor de 15 anos e maior de 65 anos em relação a população considerada ativa (IBGE, 2010).

³⁶ A População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil corresponde a parcela da população entre 15 e 64 anos que seja apta ao mercado de trabalho (IBGE, 2010).



pirâmides etárias. Em contraponto, é notável a diminuição da PEA entre os anos analisados, também com exceção de Tapira. A diminuição da PEA está relacionada ao declínio na quantidade de crianças e jovens verificados na pirâmide etária, pois são esses a massa de reposição da PEA. No caso de Tapira, o incremento da PEA no período analisado, e consequente queda da razão de dependência, pode ser explicado pelo número maior de crianças entre 5 e 14 anos no ano de 2000, em relação aos demais municípios, que em 2010 passaram a compor a sua PEA.

A tendência nacional de decréscimo da PEA e aumento da razão de dependência traz à tona necessidades cada vez maiores relacionadas a implementação de políticas sociais e investimentos em setores estratégicos à saúde da população, além de acrescentar um peso cada vez maior ao setor de seguridade social. A tabela 15 e figura 111 corroboram com essa análise, ao apresentarem a evolução do índice de envelhecimento³⁷ entre 2000 e 2010.

Município	Índice de envelhecimento (2000)	Índice de envelhecimento (2010)
Araxá	29,6 %	39,4 %
Campos Altos	23,8 %	29,6 %
Ibiá	28,4 %	36,4 %
Pedrinópolis	34,6 %	39,0 %
Perdizes	20,1 %	23,1 %
Pratinha	38,1 %	61,6 %
Santa Rosa da Serra	31,1 %	32,2 %
Tapira	30,7 %	37,9 %

Tabela 15 – RGI de Araxá: índice de envelhecimento 2000 e 2010.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2000; 2010).

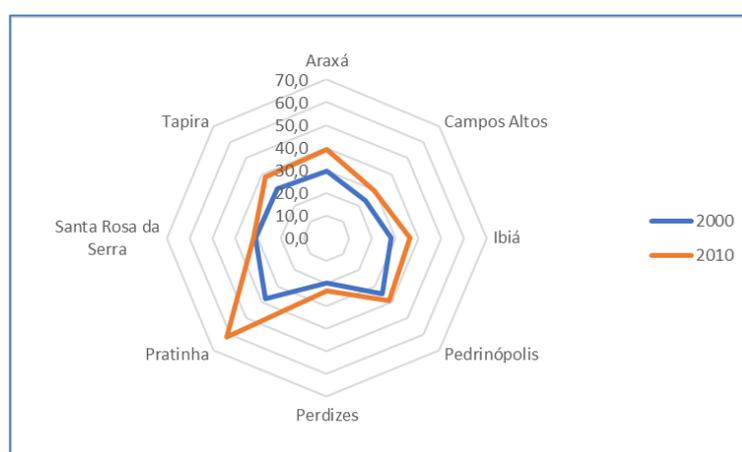


Figura 111 – RGI de Araxá: índice envelhecimento. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2000; 2010).

³⁷ O índice de envelhecimento corresponde ao número de pessoas maiores de 60 anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade (IBGE, 2010).



Ao compararmos os anos de 2000 e 2010 percebemos o aumento considerável nos valores referentes ao índice de envelhecimento em todos os municípios analisados, com destaque para Pratinha, com taxa superior a 23%. No caso de Pratinha o aumento do índice de envelhecimento pode estar relacionado a taxa de emigração, na qual parte da população, predominantemente mais jovem, deixou o município em busca de trabalho nos municípios de maior dinâmica econômica; como também ao incremento no número de idosos perceptível na evolução da sua pirâmide etária.

Apesar do aumento do índice de envelhecimento verificado entre 2000 e 2010, os valores na maior parte dos municípios se apresentaram abaixo da média nacional, de 44,8%. Essa diferença, entre a média nacional e dos municípios está relacionada a distribuição desigual dos grupos de idosos, crianças e jovens no país, sendo que, o primeiro grupo se concentra na região sul do país (região com maior expectativa de vida), e o segundo se concentra nas regiões norte e nordeste (com maiores taxas de natalidade e fecundidade). As projeções futuras apontam, em nível nacional, que o índice de envelhecimento brasileiro alcance valores superiores a 60% em 2030 (IBGE, 2010). Tal constatação aponta para uma dinâmica de envelhecimento da população, fator de impacto para diversos setores, entre eles a economia.

2.2.3 Dinâmica Socioeconômica

Temos que o desenvolvimento econômico na área de abrangência dos municípios da Imediata de Araxá se alicerçou inicialmente a partir da pecuária e comércio, no século XIX, relacionado a sua configuração como rota de passagem entre as Capitânicas de Minas Gerais e Goiás, como também, a instalação de rotas salineiras e criadouros de gado, devido às águas salitrosas de Araxá. Tal configuração permaneceu até meados do século XX, quando ocorreram transformações na base econômica. Entre os fatores motivadores dessas transformações podemos destacar: a descoberta de tecnologias que possibilitaram a correção dos solos do Cerrado e a implementação de planos de desenvolvimento da agricultura; o processo de industrialização vivenciado em nível nacional e estadual, implementados através do PND e outras ações das diferentes esferas de poder; o projeto de interiorização do país, com a construção de Brasília, de rodovias e outros equipamentos de infraestrutura; o fenômeno de urbanização e conseqüentemente aumento no setor do comércio e serviços; além da descoberta e utilização das jazidas minerais, que transformaram a dinâmica econômica. Esse conjunto de acontecimentos e ações alteraram a economia da região do TM/AP e, em maior ou menor grau,



a depender das características de cada um dos municípios estudados, modificou também a estrutura econômica da Imediata de Araxá.

O desenvolvimento econômico da Imediata de Araxá pode ser verificado a partir da evolução do seu Produto Interno Bruto (PIB)³⁸ e o PIB por setores da economia, conforme apresentados na figura 112 e figura 113, respectivamente³⁹.

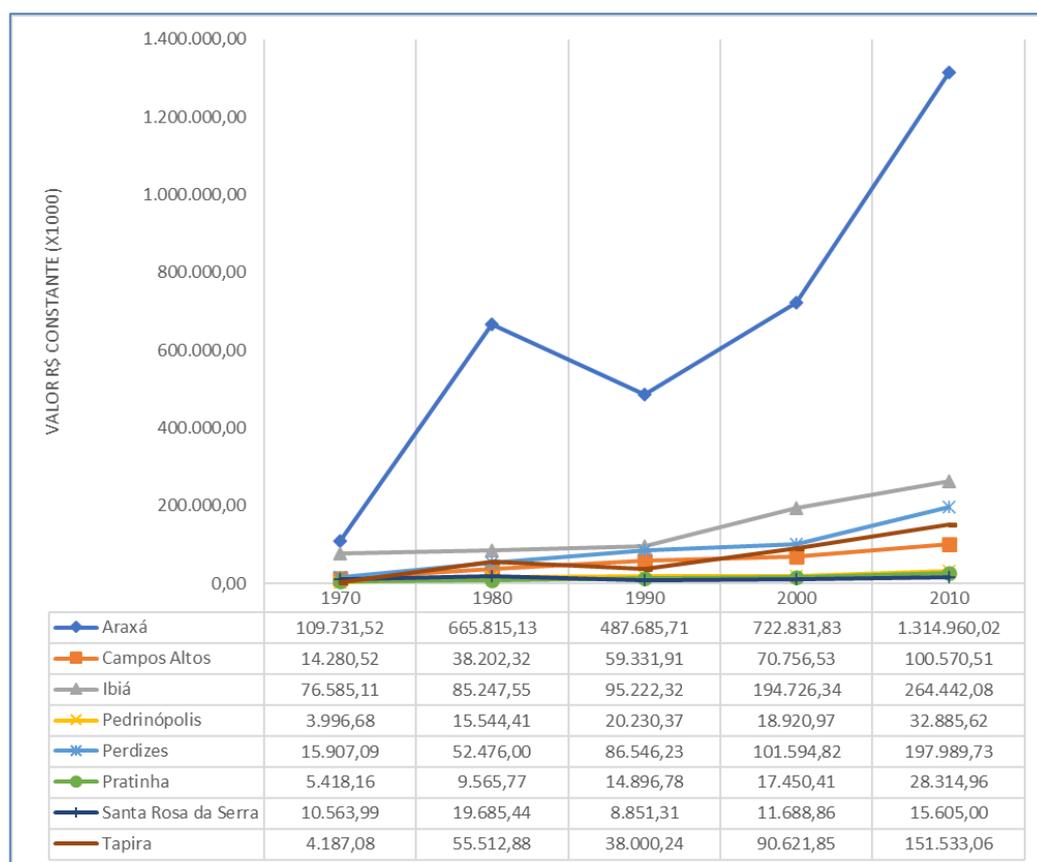


Figura 112 – RGI de Araxá: PIB Municipal 1970 a 2010.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1970-2010).

Os dados do PIB por município apontam que na em 1970 Araxá já se destacava no cenário regional, com PIB superior a 109 milhões de reais, oriundo em maior parte do setor industrial que já se consolidava, sobretudo, aquele oriundo da extração e transformação mineral, relacionado as grandes reservas de nióbio descobertas na região na década de 1960. Ademais, o município de Ibiá também se destacava nesse momento, com PIB superior a 76 milhões de reais. Entretanto, com dinâmica relacionada ao setor agropecuário, sobretudo, à pecuária, que

³⁸ O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a soma dos produtos, bens e serviços produzidos ao longo do ano.

³⁹ Os dados apresentados são baseados no valor corrente dos anos 2000 para fins de comparação.



era destinada a produção de matéria-prima para a agroindústria do leite instalada no município também na década de 1960. Fato que fez com que esse município possuísse também o segundo maior PIB industrial da Imediata de Araxá. Os demais municípios, com economia pautada na agropecuária, obtiveram PIB variando entre 3 e 15 milhões de reais.



Figura 113 – RGI de Araxá: PIB Municipal por setor 1970 a 2010.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1970-2010).



Em 1980 Araxá apresentava PIB superior a 665 milhões de reais, sendo que 80% correspondia ao setor industrial, no qual a extração mineral cresceu de maneira considerável, com o aumento da extração de nióbio (mineral cada vez mais utilizado pelas novas descobertas tecnológicas e indústria de ponta) e também a descoberta de jazidas de fosfato. Tapira foi outro município que também se beneficiou da mineração do fosfato, com salto do PIB de 4 milhões de reais em 1970 para 55 milhões de reais em 1980, com 60% provenientes da indústria de extração e transformação mineral. Os demais municípios apresentaram crescimento do PIB, sobretudo, do setor agropecuário, com o implemento cada vez maior de tecnologias de correção dos solos, como também de maquinários e defensivos agrícolas. Entre esses destacamos Perdizes, que entre os municípios analisados foi o que apresentou maior desenvolvimento do setor agropecuário, com PIB que passou de 15 milhões para 52 milhões de reais. Ademais, Ibiá continuou com seu papel de destaque, com PIB superior a 85 milhões de reais, sendo 70% do PIB proveniente do setor agropecuário.

Em 1990 é possível verificar menor crescimento, como também decréscimo em alguns casos, do PIB nos municípios analisados, fato pode ser explicado pela crise econômica e retração da produção industrial, experimentada em nível mundial nas décadas de 1980 e parte da década de 1990. Nota-se um decréscimo do PIB de Araxá e Tapira, de 26,7% e 31,5%, respectivamente. A retração nesses municípios está relacionada a queda nas vendas da produção mineral, devido a diminuição das exportações ocorridas nesse período. Os demais municípios continuaram a apresentar perfil econômico relacionado a agropecuária, com destaque para Ibiá, Campos Altos e Perdizes, sendo que, os dois primeiros apresentaram também PIB industrial considerável, relacionado à agroindústria, e o último apresentou o maior crescimento econômico entre 1980 e 1999, superior a 39%, pautado sobretudo nas novas tecnologias de plantio e irrigação.

Nos anos 2000 e 2010 todos os municípios continuaram a apresentar crescimento do PIB, sendo Araxá o principal deles, com valores superiores a 1,2 bilhão de reais em 2010, oriundos sobretudo, do crescimento constante da indústria da mineração, além de Ibiá, Perdizes e Campos Altos desempenhando dinâmica agropecuária de destaque. Entretanto, importantes transformações podem ser notadas no PIB por setor a partir de 2000, com impressionante crescimento verificado no setor do comércio e serviços em todos os municípios. Tal fato está relacionado ao ciclo de crescimento experimentado pelo Brasil, no final dos anos de 1990, com



diminuição do desemprego, e consequente aumento da renda familiar e fortalecimento do mercado consumidor interno.

Os dados mais recentes do PIB municipal, PIB por setor da economia, e principais atividades por ramos da economia, do ano 2017, são apresentados na tabela 16, figura 114 e quadro 3.

Município (2017)	PIB Municipal (R\$ x mil)	Indústria (R\$ x mil)	Serviços (R\$ x mil)	Agropecuária (R\$ x mil)	PIB per Capita
Araxá	5.141.111	1.664.275	2.142.955	89.071	49.299,60
Campos Altos	325.402	15.548	109.706	117.923	21.147,86
Ibiá	920.285	193.120	323.649	207.597	36.664,73
Pedrinópolis	106.912	4.339	40.649	31.735	29.115,40
Perdizes	601.624	40.153	154.874	297.703	37.778,59
Pratinha	94.327	4.235	23.598	39.461	26.429,45
Santa Rosa da Serra	54.784	2.865	13.458	18.399	16.179,50
Tapira	681.293	410.394	124.155	52.944	146.514,59

Tabela 16 – RGI de Araxá: PIB Municipal em 2017. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2017).

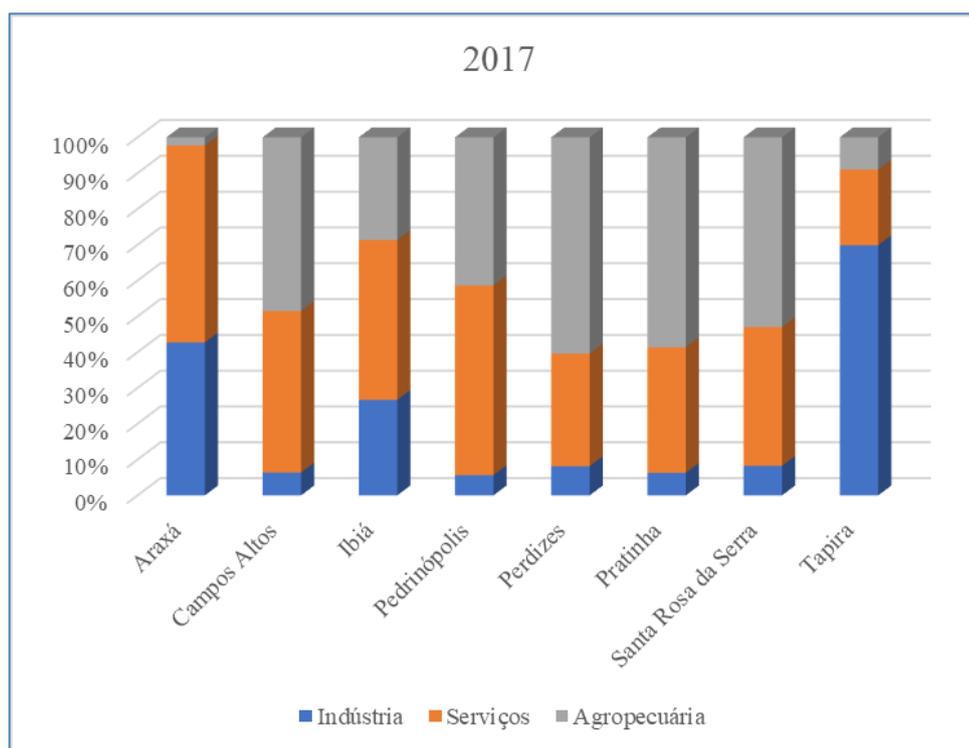


Figura 114 – RGI de Araxá: PIB Municipal por setor 2017.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2017).

Temos que em 2017 o PIB municipal de Araxá ultrapassou a 5,1 bilhões de reais, sendo o 18º maior PIB do estado de Minas Gerais. Esse resultado se deu, sobretudo, devido ao



crescimento do setor da indústria relacionado principalmente a mineração (na qual o município tem o 16º maior PIB industrial do estado), como também sua consolidação como importante polo de oferta de comércio e serviços cada vez mais especializados, correspondendo naquele ano a 60% do PIB total, com destaque para o setor de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, que foi a atividade com terceiro maior valor adicionado bruto.

Município	Atividade com maior valor adicionado bruto	Atividade com segundo maior valor adicionado bruto	Atividade com terceiro maior valor adicionado bruto
Araxá	Demais serviços	Indústrias de transformação	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
Campos Altos	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social ⁴⁰
Ibiá	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Indústrias de transformação
Pedrinópolis	Demais serviços	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
Perdizes	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
Pratinha	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Demais serviços
Santa Rosa da Serra	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita	Demais serviços
Tapira	Indústrias extrativas	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social

Quadro 3 – RGI de Araxá: principais atividades por ramo da economia 2017.

Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2017).

O município de Ibiá apresentou o segundo maior PIB municipal, superior a 960 milhões de reais, correspondendo ao 93º maior do estado, com destaque para o crescimento da importância do setor de comércio e serviços, responsável por cerca de 40% do PIB total, ultrapassando o setor agropecuário, tradicional base econômica do município. Entretanto, esse setor continua sendo importante atividade, na qual o PIB agropecuário correspondeu ao 21º

⁴⁰ As atividades de administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social correspondem aos recursos utilizados pelo município através de impostos e repasses de recursos do Estado e da União (IBGE, 2017).



maior de Minas Gerais. Além disso a indústria de transformação continuou a ser setor com importante participação na economia do município.

Tapira apresentou o terceiro maior PIB municipal, de 682,2 milhões de reais, ocupando a 118º posição no estado, permanecendo como único município, entre os analisados, com a indústria responsável por mais de 50% do PIB. A indústria de extração mineral, relacionada as reservas de fosfato existentes, fez de Tapira o 59º PIB industrial do estado, posição superior a muitos municípios com maior número de habitantes.

Perdizes apresentou o quarto maior PIB municipal, com valores superiores a 601 milhões de reais, ocupando a 128º posição no estado. Diferentemente da maior parte dos municípios analisados, Perdizes, em conjunto com Pratinha, foram os únicos no qual o setor agropecuário correspondeu a mais de 50% do PIB. Tal fator se deve ao desenvolvimento e consolidação de Perdizes como o principal produtor agropecuário entre os analisados, com PIB agropecuário de 297,7 milhões de reais, quase 100 milhões de reais a mais que Ibiá, que historicamente tinha a maior produção agropecuária da Imediata de Araxá. Tal desenvolvimento fez com que Perdizes fosse o único a figurar entre os dez maiores PIB agropecuários de Minas Gerais, na nona posição.

Campos Altos apresentou PIB superior a 325 milhões de reais, sendo o 203º maior do estado. A atividade econômica principal do município continuou a ser a agropecuária com destaque para a produção de café, produto altamente rentável devido as características físicas do município – altitude elevada e relevo acidentado, que conferiu ao município o 49º maior PIB agropecuário do estado.

Pedrinópolis obteve PIB de 106,9 milhões de reais, 449º posição no estado, sendo o único município com dinâmica parecida com Araxá, no que diz respeito ao setor de comércio e serviços corresponder a mais de 50% do PIB total. Tal configuração se deve sobretudo, a baixa dinâmica agropecuária verificada no município, se comparado com os demais analisados.

Pratinha e Santa Rosa da Serra apresentaram os menores PIB entre os analisados, de 94 ,3 e 54,7 milhões de reais, respectivamente. Tal resultado colocou ambos nas posições 487º e 636º em relação ao estado. Ambos apresentaram dinâmica econômica pautada no setor



agropecuário, correspondendo a mais de 50% do PIB total, mas com valores muito menores se comparados aos municípios de economia agropecuária mais pujante – Perdizes e Ibiá.

A figura 115 apresenta a proporção do PIB total e por setores da economia dos municípios da Imediata de Araxá. Temos que o PIB total da Região Geográfica Imediata de Araxá alcançou em 2017 valores superiores a 7,95 bilhões de reais, sendo uma das regiões mais ricas do TM/AP. É possível perceber o peso que Araxá exerce em relação ao PIB total, correspondendo a 64,8%. Outros três municípios possuem participação significativa, Ibiá, Tapira e Perdizes, com 11,6%, 8,6% e 7,6%, respectivamente.

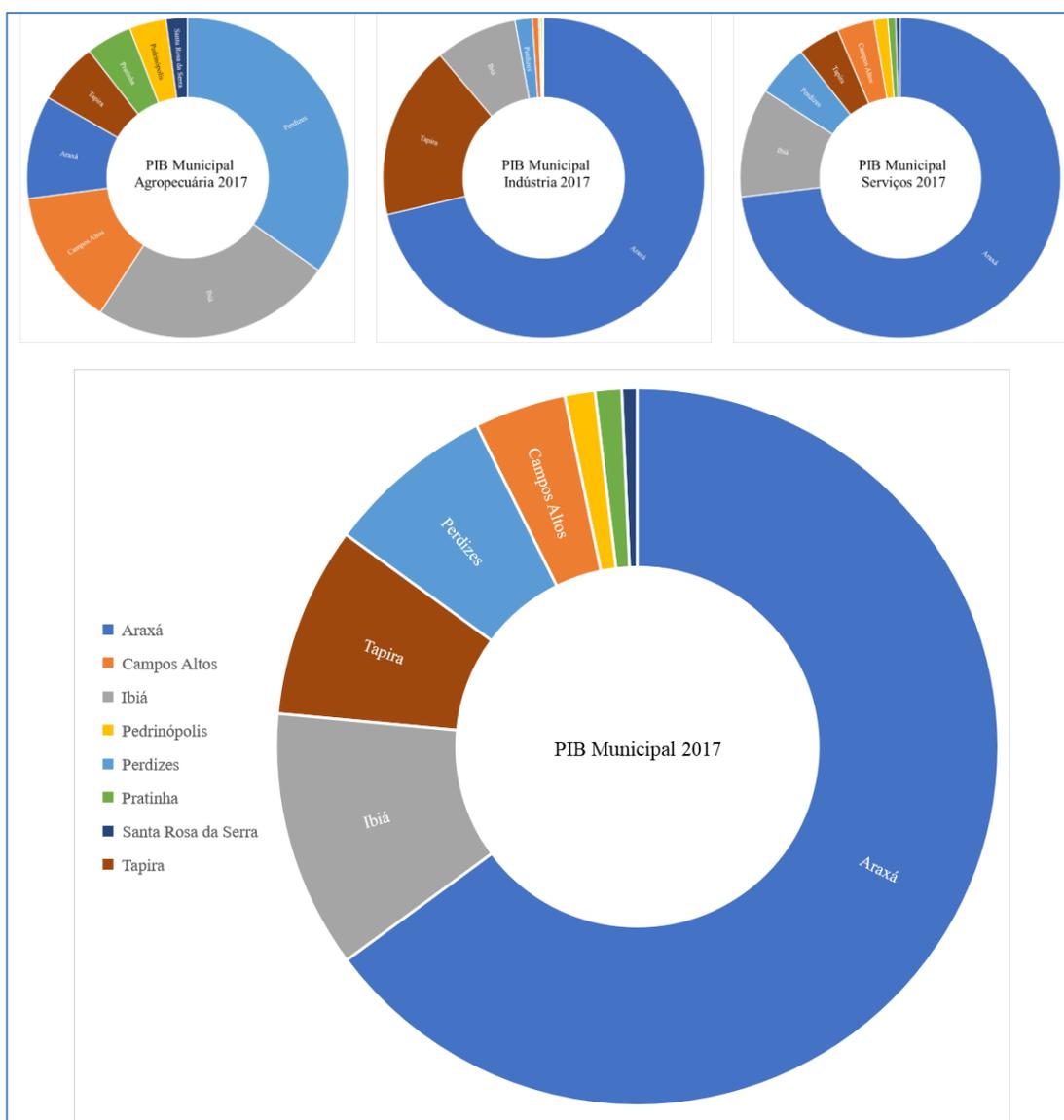


Figura 115 – RGI de Araxá: PIB Municipal 2017.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2017).



Em se tratando do setor de comércio e serviços, principal fonte do PIB da região, temos Araxá com principal município, participando com 73% do total. Cabe destacar também Ibiá, com a segunda maior participação de 11%. Os demais municípios, em conjunto, correspondem a apenas 16% do total.

No setor industrial, Araxá e Tapira apresentaram a maior participação, com 71,3% e 17,3%, respectivamente, o que demonstra que a dinâmica industrial da Imediata de Araxá está pautada, sobretudo, na indústria de extração e transformação mineral. Ademais, Ibiá, participou do PIB industrial com 8,3%, mas com outro ramo da indústria – o da agroindústria leiteira. Os demais municípios participam com apenas 3,1%, o que demonstra uma industrialização ainda incipiente.

O setor agropecuário aponta uma dinâmica diferenciada em sua composição, visto que nele Araxá não possui papel principal, se destacando Perdizes e Ibiá, que são os únicos municípios com PIB agropecuário superior a 200 milhões de reais, e participam com 34,8% e 24,3% do total. Trata-se de municípios com tradição no setor e que se consolidaram entre os principais produtores agropecuários da região do TM/AP e do estado de Minas Gerais.

Ainda em relação a análise das riquezas produzidas por município, o PIB *per capita*⁴¹ do ano de 2017 aponta que Tapira foi o município que apresentou maior resultado, superior a 146,5 mil reais, o que corresponde ao sexto maior do estado de Minas Gerais. Em seguida aparece Araxá, com valor superior a 49,2 mil reais, ocupando a 33ª posição no estado. Os municípios de Perdizes e Ibiá apresentaram valores semelhantes, 37,7 e 36,7 mil reais, respectivamente. Pedrinópolis, Pratinha e Campos altos apresentaram valores entre 20 e 30 mil reais e Santa rosa da Serra foi o município que apresentou o menor valor – 16,1 mil reais. O resultado aponta o peso da atividade econômica em relação ao porte populacional, com destaque para Tapira que devido ao pequeno contingente populacional e intensa atividade econômica relacionada a mineração apareceu como maior PIB *per capita*. Por outro lado, Araxá, mesmo com maior quantitativo de habitantes, teve o segundo maior PIB *per capita*, que está relacionado ao elevado desempenho econômico, que assim como Tapira também está relacionado a mineração.

⁴¹ O PIB *per capita* corresponde ao valor do PIB total dividido pelo número de habitantes (IBGE, 2017).



A dinâmica econômica dos municípios tem total relação com a composição do emprego e renda. A tabela 17 e a figura 116 apresentam a configuração do emprego no setor formal por ramo da economia em 2018. Temos que Tapira foi o município que apresentou maior taxa de emprego no setor formal⁴², com 79,6%, seguido por Perdizes, com 55,3%, e Araxá, com 50,2%. Os demais municípios apresentaram taxa variando entre 35%, e 21%. As discrepâncias encontradas, de acesso ao emprego formal, demonstram parte da dinâmica das empresas existentes nos municípios estudados. Se por um lado, temos taxas elevadas em municípios como Araxá e Tapira, o que demonstra o porte e capacidade das empresas instaladas, por outro percebemos que parte da PEA se encontram na informalidade, o que traz repercussões para os níveis de renda da população, como pode ser percebido na média salarial. Temos que, os municípios com participação na economia e conseqüentemente maior número de empregados no setor formal, são aqueles que apresentam também as maiores médias salariais.

Município	Empregados setor formal	Salário médio	Taxa de emprego formal
Araxá	28.149	2,8	50,25
Campos Altos	2.311	1,8	28,91
Ibiá	4.767	2,1	35,05
Pedrinópolis	688	1,9	35,43
Perdizes	4.558	2,0	55,36
Pratinha	481	1,9	25,14
Santa Rosa da Serra	376	1,7	21,15
Tapira	1.953	3,9	79,65

Tabela 17 – RGI de Araxá: Emprego no setor formal em 2018.

Fonte: Souza (2020) com base em MTE (2018).

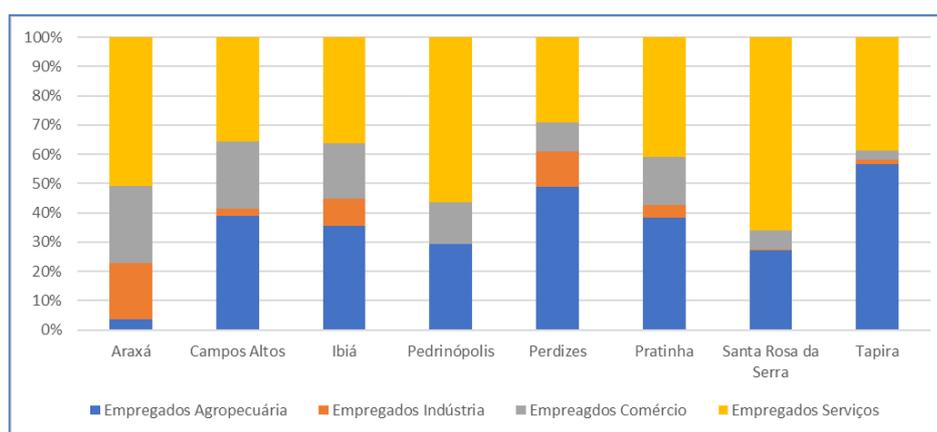


Figura 116 – RGI de Araxá: Emprego no setor formal por ramo da economia em 2018.

Fonte: Souza (2020) com base em MTE (2018).

⁴² A taxa de emprego no setor formal corresponde a proporção da PEA com registro profissional no Ministério do Trabalho (MTE, 2018).



Em se tratando da composição do emprego formal por setor temos que a maior parte se encontra nas atividades de serviços e comércio, com destaque para Araxá, com quase 80% dos formais trabalhando nesse setor. A agropecuária é o segundo setor com mais empregos formais, com destaque para Tapira e Perdizes, com mais de 50% da população formal ocupada nesse setor. Em relação ao setor industrial temos Araxá, Ibiá e Perdizes apresentando o maior número de empregados no setor formal.

2.2.3.1 O complexo Agropecuário e a Agroindústria

O setor agropecuário representa importante fonte econômica do país, com destaque para a sua região central localizada no bioma Cerrado, na qual os municípios estudados se encontram localizados. A revolução nas técnicas agrícolas, via melhoramento dos solos, utilização de insumos agrícolas (adubos, agrotóxicos etc.) e utilização de máquinas e equipamentos, fez com que a paisagem rural se alterasse paulatinamente a partir das décadas de 1960/1970. Ao longo dessas décadas, e seguintes, ações da União e dos estados produziram sobre o território projetos inovadores, através de programas como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO), que visaram tornar o Cerrado economicamente produtivo, através da implementação de uma agricultura empresarial em áreas até então usadas para uma agropecuária de subsistência (PÊSSOA; INOCÊNCIO, 2014).

Em Minas Gerais o desenvolvimento econômico das áreas de Cerrado se deu através do Programa de Crédito Integrado dos Cerrados (PCI), criado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em 1971. Tal projeto foi responsável pelo financiamento da produção agrícola de áreas nas mesorregiões do TM/AP, Noroeste e Central.

O PCI baseava-se nas transformações das atividades agrícolas em empresas rurais. A grosso modo constituía-se em linhas de crédito e foi concebido para articular-se ao programa federal chamado Corredores de Exportação vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. O programa (PCI) era grandioso em todos os aspectos. Com uma área total programada de 151.900 km² a região do Alto Paranaíba ficou com aproximados 34.900 km², a terceira maior entre as regiões contempladas pelo programa (FARIA, 2011, p. 85).

No Alto Paranaíba o PCI funcionou a partir do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), que foi responsável pela desapropriação inicial de mais de 60 mil



hectares contínuos, localizado entre os municípios de Campos Altos, Ibiá, Rio Paranaíba e São Gotardo. Nas décadas seguintes tal projeto foi ampliado, abrangendo também os municípios de Perdizes e Pedrinópolis.

França (1984) aponta que o PADAP trouxe investimentos volumosos para a região, com investimentos na ordem de 200 milhões de dólares, utilizados na ampliação da infraestrutura – construção de estradas, linhas de transmissão elétrica, centros de armazenagem; como também em incentivos por meio de crédito para a compra de equipamentos e insumos agrícolas. Além disso, o programa, pautado no uso de tecnologias, realizou também investimentos voltados para o planejamento agrário, através da sistematização de dados e fotografias aéreas (aerofotogrametria), que possibilitaram analisar o potencial do uso da terra e as melhores opções de manejo e correção dos solos (SALIM, 1986).

O PADAP foi responsável pela implantação das culturas de soja, arroz, trigo, café, milho, entre outros, que se tornaram os municípios do Alto Paranaíba destaque, em nível regional, na produção desses produtos, nos quais Perdizes e Ibiá assumiram condição de maiores produtores, figurando entre os maiores PIB agropecuário do estado de Minas Gerais, na 9º e 21º posição, respectivamente (IBGE, 2017). A intensidade da produção estabelecida na região e sua interlocução com as demais regiões do país e com o setor agroexportador, estabeleceram no Alto Paranaíba (em conjunto com o Triângulo Mineiro), o principal Complexo Agropecuário do estado de Minas Gerais.

O aumento das áreas agricultáveis a partir da década de 1970 e, por consequência, a diminuição das áreas de pastagem podem ser verificados a partir da figura 117a, resultado censos agropecuários do IBGE. Em relação a área colhida, que é reflexo direto da área plantada, podemos notar o crescimento ocorrido na Imediata de Araxá, sobretudo, nos municípios de Perdizes e Ibiá, sendo que de 1975 a 2017 a área colhida de Perdizes praticamente dobrou, passando de 42,5 mil hectares para 82,7 mil hectares, correspondendo ao município com maior área colhida entre os analisados. O município de Ibiá, por sua vez, passou de uma área colhida de 12,9 mil hectares para 65,2 mil hectares, o que correspondeu a um aumento de área superior a 500%, fato que faz desse o município com maior crescimento proporcional de área no período analisado. Ademais, os municípios de Araxá, Campos Altos e Pedrinópolis, guardadas as proporções de área municipal, tiveram crescimento considerável de área colhida. Por outro lado, os municípios de Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira, apresentaram pouco crescimento da



área colhida. Tal fato tem relação com a área total desses municípios, como também com as características físicas do relevo.

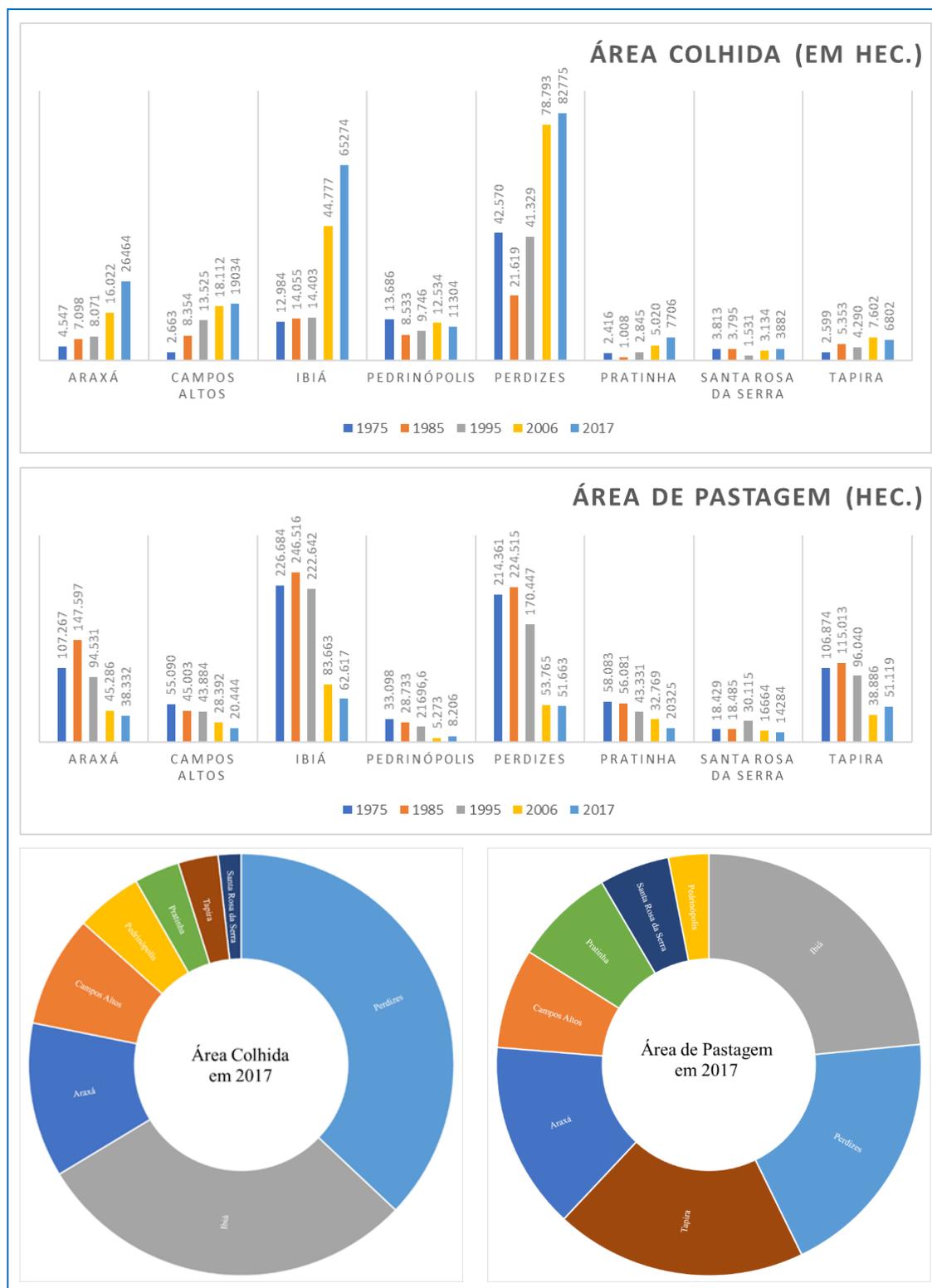


Figura 117a – RGI de Araxá: evolução da área colhida e área de pastagem 1975 a 2017.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1975-2017).



Temos que ao nível que o setor agrícola foi se desenvolvendo, áreas antes destinadas a pastagem foram sendo substituídas por monoculturas. O resultado desse processo também pode ser verificado na figura 117, no qual os municípios analisados apresentaram intensa diminuição no número de hectares, com destaque para Ibiá e Perdizes, que na década de 1970 tinham mais de 200 mil hectares cada e em 2017 apresentaram 62,6 mil e 51,6 mil hectares, respectivamente. Entretanto, em 2017 ambos apresentaram ainda a maior proporção de hectares de pastagem, representando juntos 42,8% da área total de pastagem da Imediata de Araxá. O desenvolvimento agrícola verificado pode se evidenciado também pela ampliação no número de equipamentos, como tratores, conforme a figura 117b.

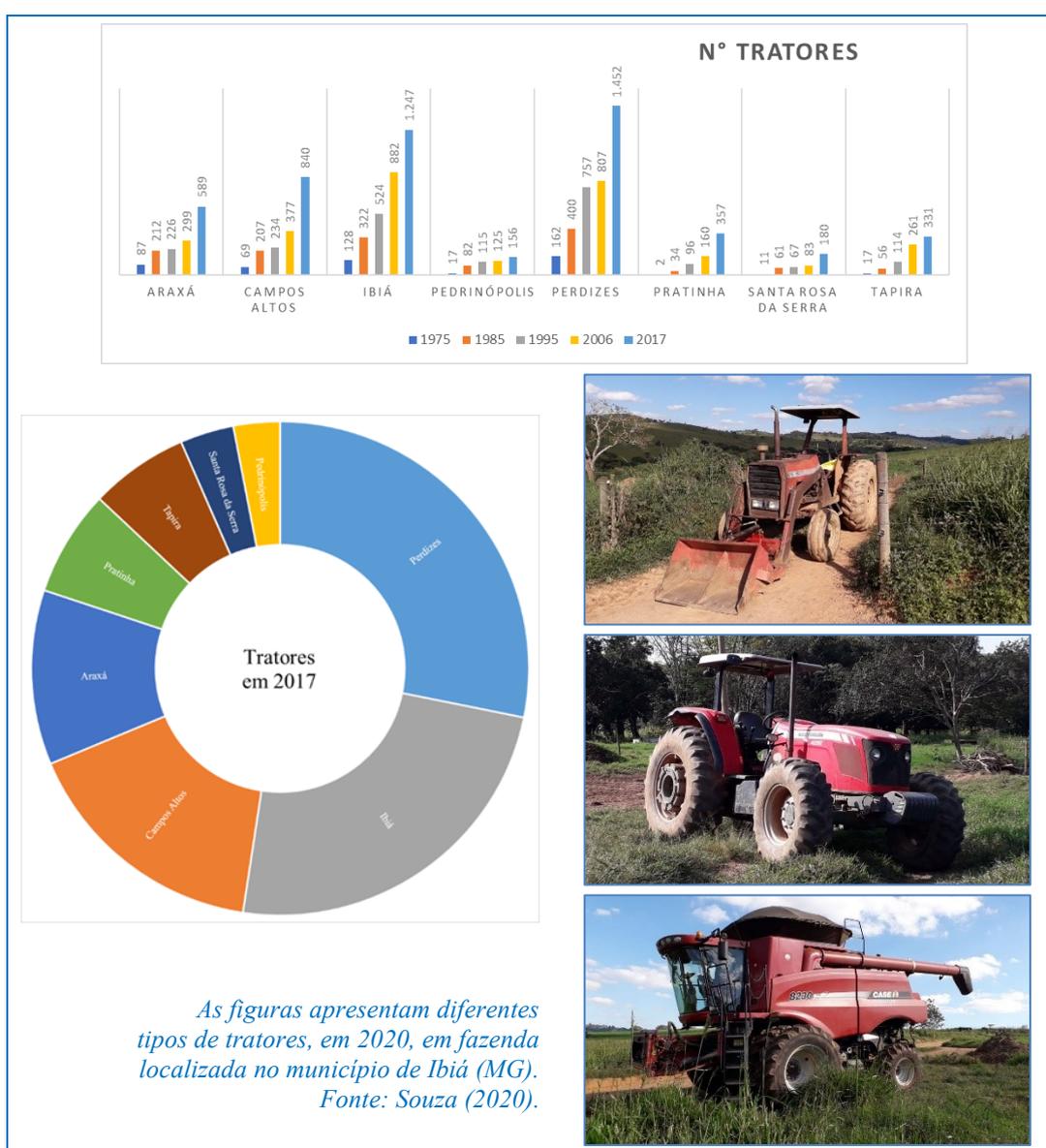


Figura 117b – RGI de Araxá: crescimento no número de tratores 1975 a 2017.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1975-2017).



Os tratores são utilizados para diversas atividades, desde pequenos reparos em estradas até o preparo do solo para o plantio, como também para a colheita. A partir dos dados é possível notar o crescimento no número de tratores em todos os municípios, com destaque para Perdizes e Ibiá, com 1.452 e 1.247 equipamentos em 2017, o que corresponde a mais da metade do número de tratores da Imediata de Araxá. O crescimento considerável desses equipamentos, com preços que podem variar de 40 mil a mais de 2 milhões de reais (valores informados pelo proprietário dos tratores que constam na figura 117), a depender do tipo de trator, demonstra o crescimento dos investimentos no setor agropecuário.

Os dados do PIB agropecuário e de área colhida apresentados, mostram que os municípios de Perdizes e Ibiá são aqueles com maior dinamismo no campo. Esse cenário é evidenciado pela frequência com que ambos são citados em pesquisas e *rankings* acerca da produção agrícola e da pecuária no TM/AP e estado de Minas Gerais. A composição física favorável do relevo, os solos existentes e a presença de recursos hídricos, atrelados ao tamanho considerável desses municípios e às políticas econômicas implementadas, estão entre os fatores que propiciaram tal desenvolvimento. A figura 118 explicita parte dessas considerações.

A partir das imagens de satélites de recorte de área próxima as zonas urbanas de Perdizes e Ibiá, podemos notar a presença de um sistema de agropecuária extensiva de grandes proporções e com uniformidade pelo território (exceto em áreas de relevo dissecado próximo aos cursos hídricos). Perdizes, por se encontrar sobre área de chapada apresentam relevo propício a irrigação pelo sistema de pivô central – representados pelos formatos circulares na imagem. Ibiá, por sua vez, por se localizar nas áreas mais elevadas da bacia hidrográfica do rio Paranaíba, possui um padrão hídrico dendrítico. Devido a essa configuração da paisagem as áreas destinadas a agricultura são fragmentadas, ocupando as áreas mais planas e sendo irrigadas pelos cursos hídricos próximos a elas.

A visibilidade de Perdizes e Ibiá pode ser representada na frequência com que os veículos de notícias divulgam os seus resultados positivos. Na figura 118 são apresentados também dois exemplos de notícias veiculadas destacam a produção agrícola nesses municípios – o site do G1, com notícia de 2014, mostrando que Perdizes que apresenta um dos maiores PIB agropecuários do estado e do país; e o Jornal Estado de Minas, edição de 2017, que aponta Ibiá como o maior produtor de trigo do estado de Minas Gerais, além de Perdizes na terceira posição.



Perdizes



Ibiá





PIB de Perdizes fica com 3º lugar no ranking do agronegócio de MG

Arrecadação foi de quase R\$460 milhões. Diversidade de cultivos contribui para o valor.

Perdizes ficou entre as 16 cidades do país com o maior PIB do agronegócio, com destaque para a pecuária e produção de grãos. posição, arrecadando quase R\$ 460 milhões.

Em âmbito estadual, o município alcançou a 3ª Um dos fatores que contribuíram para o desempenho do município foi a diversidade de produtos cultivados. "Cerca de 85% do PIB vem do agronegócio e isso representa muito na geração de emprego na cidade", informou o vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Valdemir Rabelo de Rezende.



Cresce o cultivo de trigo nas fazendas de Minas Gerais

Cultivo do grão, em boa parte importado pelo Brasil, ganha novas áreas nas fazendas de Minas Gerais, que ocupa o quarto lugar no ranking nacional. Safra cresce 5,2% neste ano.

Dados relativos a 2015 indicam que a produção mineira alcançou 235,8 mil toneladas, representando 3,9% da oferta brasileira, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Alto Paranaíba é a principal região produtora do estado, respondendo por 43,39% da produção mineira. Essa porcentagem corresponde a 102.303 toneladas por ano.

Na segunda posição, está o Sul de Minas, com 24,31% da produção (57.319 toneladas), seguido da Região Central, fornecedora de 19,77% da produção (46.600 toneladas).

Já em relação aos municípios **Ibiá** está na liderança da cultura, com 25.554 toneladas. Na sequência estão Rio Paranaíba, 21.885 toneladas; e **Perdizes** 21.111 toneladas, ambas no Alto Paranaíba. Na quarta posição aparece Três Corações, também no sul-mineiro, com 21 mil toneladas, e Madre de Deus de Minas, na porção central do estado, detém 11.620 toneladas.

Figura 118 – RGI de Araxá: imagens de satélite de Perdizes e Ibiá e notícias da sua produção agrícola.
 Fonte: Souza (2020) com base em Google Earth (2020), G1 (2014) e Estado de Minas (2017).



Entre os vários produtos produzidos pelo setor agrícola da Imediata de Araxá, selecionamos cinco para análise, por apresentarem os maiores volumes de produção, como também por serem importantes produtos de exportação – a produção de grãos. Cumpre ressaltar que outros produtos, como tubérculos (batata, cenoura etc.), frutas (morango, maracujá etc.) e cana-de-açúcar, também possuem matriz produtora de destaque nesses municípios. As figuras 119 e 120 apresentam a evolução da produção dos grãos de feijão, milho, soja e trigo a partir dos censos agropecuários de 1975 a 2017.

Temos que o feijão, um dos principais alimentos da base alimentar brasileira, teve evolução positiva na sua produção, com destaque para Ibiá, maior produtor, com colheita superior a 8,6 mil toneladas em 2017, produção quatro vezes maior que Araxá, segundo maior produtor de feijão entre os analisados. A produção desse grão em Ibiá correspondeu a 55% da produção total da Imediata de Araxá. Nota-se, entretanto, uma diminuição da produção se comparado a 2006, nos municípios de Ibiá, Perdizes e Pedrinópolis. Esse fato está diretamente relacionado a substituição do plantio de feijão pela produção de cana-de-açúcar nesses municípios, para alimentar as usinas de álcool e açúcar instaladas em Ibiá e Santa Juliana.

Em se tratando da produção de milho temos Ibiá e Perdizes como os principais produtores. Constatamos um crescimento expressivo em ambos os municípios que tinham produção ao redor de 5 mil toneladas em 1975 e que em 2017 colheram 187 mil e 146 mil toneladas, respectivamente. Tal produção colocou ambos os municípios entre os principais produtores do grão no estado de Minas Gerais, na quarta e quinta posição. Juntos corresponderam a 66% da produção de milho da Imediata de Araxá.

A soja é outro importante grão produzido, com destaque também para Ibiá e Perdizes, com a produção superior a 136 mil e 114 mil toneladas, respectivamente. Os demais municípios apresentaram produção menor se comparada a eles, mas com quantidade produzida considerável. A produção de soja de Ibiá e Perdizes, em 2017, correspondeu a 77% do total.

Em relação ao trigo, verificamos sua produção ganhou força em 2010, seguindo tendência regional, com Ibiá se figurando como o principal produtor do estado de Minas Gerais, com 11,8 mil toneladas colhidas em 2017, o que correspondeu a 10% do total da produção do estado. Ademais, Perdizes se figura também entre os principais, ocupando a terceira posição.





Figura 119 – RGI de Araxá: produção de grãos 1975 a 2017.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1975-2017).





Figura 120 – RGI de Araxá: grãos produzidos em 2017. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2017).



Além da produção agrícola capitaneada pelos municípios de Perdizes e Ibiá, na Imediata de Araxá se encontra também um dos principais produtores de café do país – Campos Altos. A posição geográfica das suas terras, nas áreas de altitude mais elevada do Alto Paranaíba, atrelados as condições climáticas, fazem com que em suas terras seja produzido um dos principais cafés especiais do mundo – o Café Campos Altos Coffee Export. Informações sobre a produção de café em Campos Altos são apresentados na figura 121.

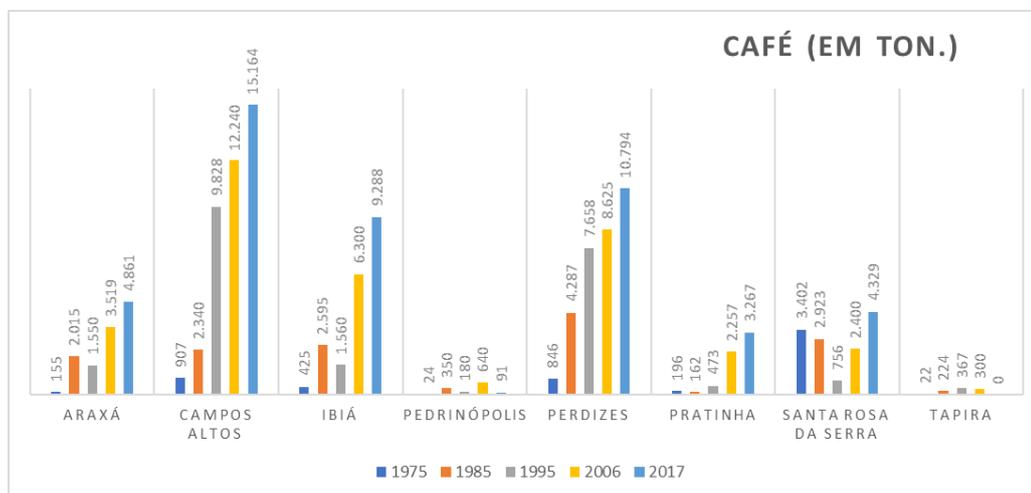
A partir da imagem de satélite de quadrante próximo a área urbana de Campos Altos é possível perceber as características do relevo, com maior oscilação de altitude, na qual os cafezais são plantados seguindo essa diferenciação do relevo – seguindo sua hipsometria. De acordo com a Associação de Cafeicultores de Campos Altos (ACCA, 2019), o relevo e clima do município, aliado a técnicas de plantio, colheita e secagem e armazenamento fazem com que o café produzido em Campos Altos se figure como um dos principais cafés padrão especial do tipo exportação, comercializado em mais de 20 países.

Além do selo Café Campos Altos *Coffee Export*, outros produtores de café de Campos Altos são também destaque em prêmios nacionais e internacionais, conforme pode ser exemplificado pelo prêmio nacional de melhor café de 2014, apresentado na figura, no qual o terceiro lugar ficou café produzido no município. O produtor ganhador do prêmio aponta que a cultura do café, diferente da produção de outros grãos, é uma arte que necessita de cuidado rigoroso. Existe a posição correta de cortar o café, o tempo de exposição ao sol, entre outros, que fazem com que o grão possua sabor único (G1, 2014). Constatamos, em visita realizada a Campos Altos e a áreas de cultivo de café, que existe uma paixão pela tradição do cultivo de café e um sentimento de pertencimento por parte da população em geral.

Acerca do crescimento da produção de café, temos que em 1975 o município de Santa Rosa da Serra era o que apresentava maior colheita, com 3,4 mil toneladas, acompanhado por Campos Altos, com 907 toneladas. A melhoria das técnicas de plantio fizeram com que Campos Altos desse um salto nas décadas seguintes, acompanhado por Perdizes e Ibiá, sendo em 2017, o maior produtor da Imediata de Araxá, com 15,1 mil toneladas, o que corresponde a 31,7% do total produzido. Perdizes e Ibiá, são o segundo e terceiro maior produtor, com 10,7 mil e 9,2 mil toneladas, respectivamente. Entretanto, o café produzido por esses municípios, devido ao seu padrão de qualidade tipo médio, tem destinação o mercado interno.



Campos Altos



TRIÂNGULO MINEIRO TV INTEGRACÃO

01/04/2014 20h17 - Atualizado em 01/04/2014 20h17

Produtor de café de Campos Altos é considerado o terceiro melhor do país

Certificado é do Prêmio Ernesto Ily de Qualidade do Café para Espresso. Essa foi a quinta vez que o produtor fica entre os premiados.

Do G1 Triângulo Mineiro

[FACEBOOK](#) [TWITTER](#) [G+](#) [PINTEREST](#)

O produtor de café Clovis Carvalho, de **Campos Altos**, no Alto Paranaíba, ficou em terceiro lugar como melhor produtor do país e o melhor do cerrado no 23º Prêmio Ernesto Ily de Qualidade do Café para Espresso, realizado no dia 14 de março em São Paulo. Essa foi a quinta vez que o produtor de 80 anos, sendo 63 deles dedicados ao café, ficou entre os premiados.

Produtor exibiu orgulhoso os dois certificados (Foto: Reprodução/TV Integração)

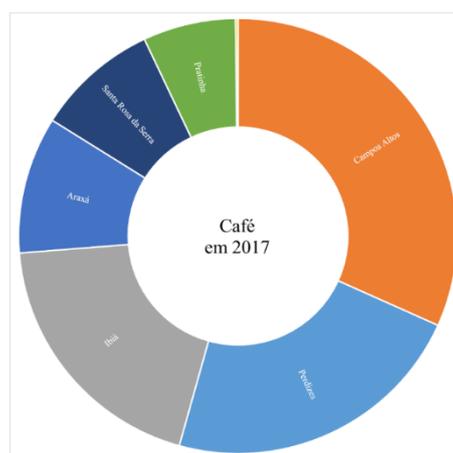


Figura 121 – RGI de Araxá: dados da produção de café de 1975 a 2017.
 Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1975-2017, Google Earth (2020) e G1 (2014).



Além do crescimento agrícola, temos que parte do PIB agropecuário da Imediata de Araxá tem a pecuária como importante elemento de sua composição, com municípios se destacando no cenário regional, pela extensa produção de bovinos (para corte e produção de leite), galináceos e suínos. Essa evolução da produção pecuária é apresentado na figura 122.

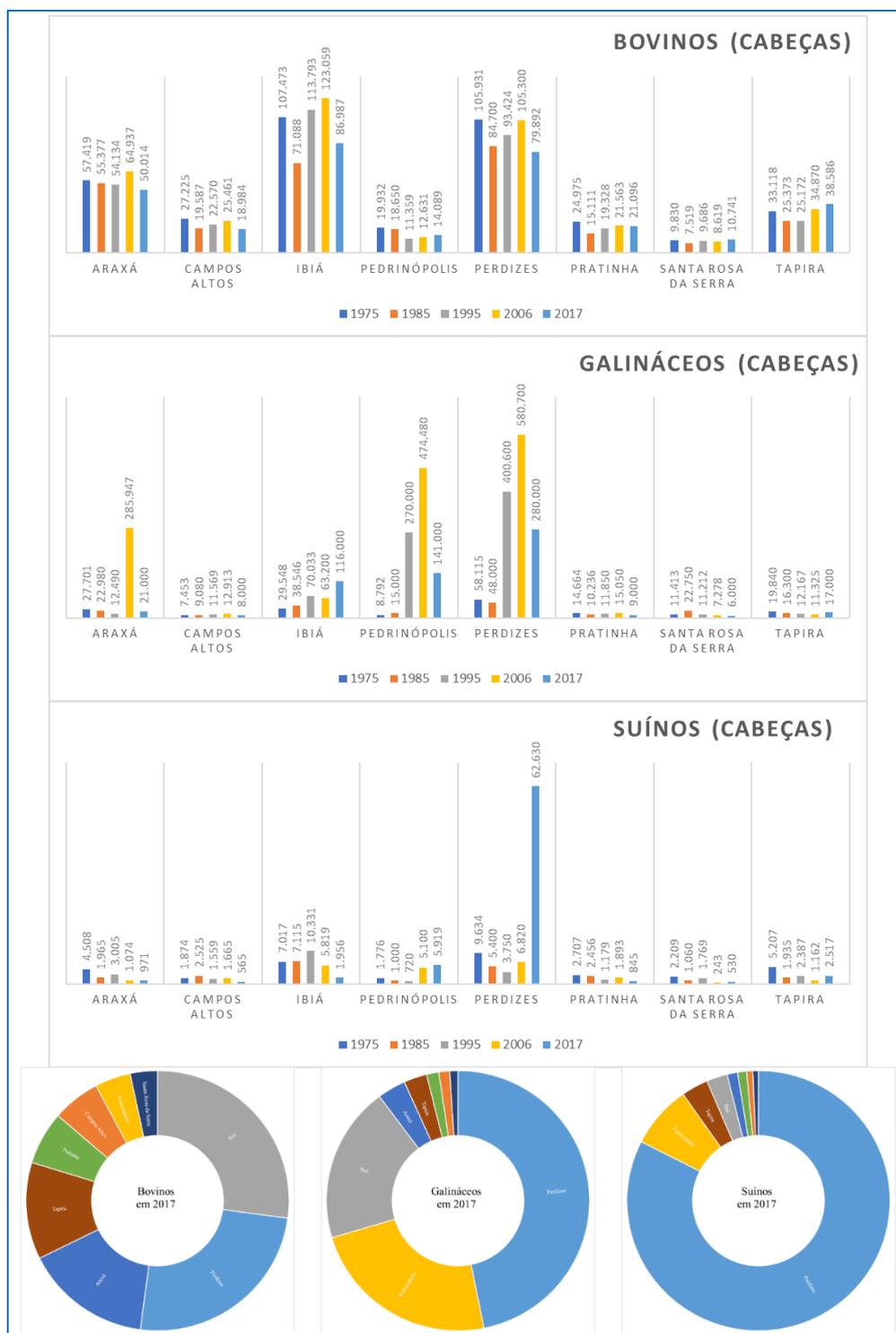


Figura 122 – RGI de Araxá: pecuária 1975 a 2017. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1975-2017).



Acerca da produção de bovinos, historicamente os municípios da Imediata de Araxá se desenvolveram a partir da pecuária de leite. Além disso, a criação de gado para corte para exportação, cresceu de maneira considerável nas últimas décadas. Desde 1975 Ibiá e Perdizes permaneceram sempre como os maiores produtores, atingindo em 2006 seu maior número, com 123 mil e 106 mil cabeças de gado, respectivamente. Nota-se, entretanto, um decréscimo na quantidade de cabeças entre 2006 e 2017 em quase todos os municípios, com exceção de Tapira. Tal queda tem como explicação na tendência de uma diminuição do número de produtores de leite na região, que devido aos aspectos positivos das terras para a produção agrícola, tem substituído áreas de pastagem pela agricultura de grãos. Além disso, o aumento da produtividade de leite por cabeça, devido a melhorias genéticas, na alimentação, entre outros, foram fatores com que contribuíram para a redução verificada. Em 2017 pecuária bovina de Ibiá e Perdizes corresponderam a 52% do total, acompanhadas também por Araxá e Tapira, com quantidade considerável de cabeças, correspondendo a 15% e 12% do total.

A pecuária de galináceos, destinados ao corte e também a produção de ovos, na Imediata de Araxá se concentrou no período analisado em Pedrinópolis e Perdizes, sendo sua maior produção ocorreu no ano de 2006, no qual Araxá também participou de forma considerável. Entretanto é possível verificar que, da mesma forma que a pecuária de bovinos, a pecuária de galináceos também diminuiu entre 2006 e 2017, devido ao fechamento e transferência dos criadouros para outros municípios (IBGE, 2017). Entretanto, mesmo com a queda verificada, temos que os municípios de Perdizes e Pedrinópolis ainda são grandes produtores, com 280 mil e 141 mil cabeças, respectivamente. Em relação ao total Perdizes é responsável por 46,8% e Pedrinópolis por 23,5% da pecuária de galináceos. Elencamos ainda que Ibiá passou a participar de forma mais intensa do mercado de galináceos, sendo o único que apresentou crescimento entre 2006 e 2017, atingindo nesse último ano a marca de 116 mil cabeças, o que correspondeu a 19,3% do total.

Em relação a pecuária de suínos, voltada para o corte, podemos verificar que até 2006 os municípios da Imediata de Araxá apresentavam quantidade abaixo de 11 mil cabeças, tendo Ibiá como principal produtor, com 10,3 mil suínos, acompanhado por Perdizes e Pedrinópolis, com 6,8 mil e 5,9 mil cabeças, respectivamente. Entretanto, nota-se em 2017, um salto de Perdizes, em relação aos demais municípios, com 62,6 mil cabeças, quantidade onze vezes maior que o segundo produtor Pedrinópolis, com 5,9 mil cabeças. Tal resultado faz de



Perdizes responsável por 82% da produção total de suínos da Imediata de Araxá. Tal crescimento está relacionado a abertura de novas empresas do setor no município (IBGE, 2017).

Os municípios da Imediata de Araxá, compõem ainda, em conjunto com outros municípios do Alto Paranaíba, importante região de produção de leite, sendo considerada a maior bacia leiteira do estado de Minas Gerais (PESSOA, 1995). Essa produção tem como destinação a produção de queijos, como também, abastecer a agroindústria de derivados. A figura 123 apresenta a evolução dessa produção.

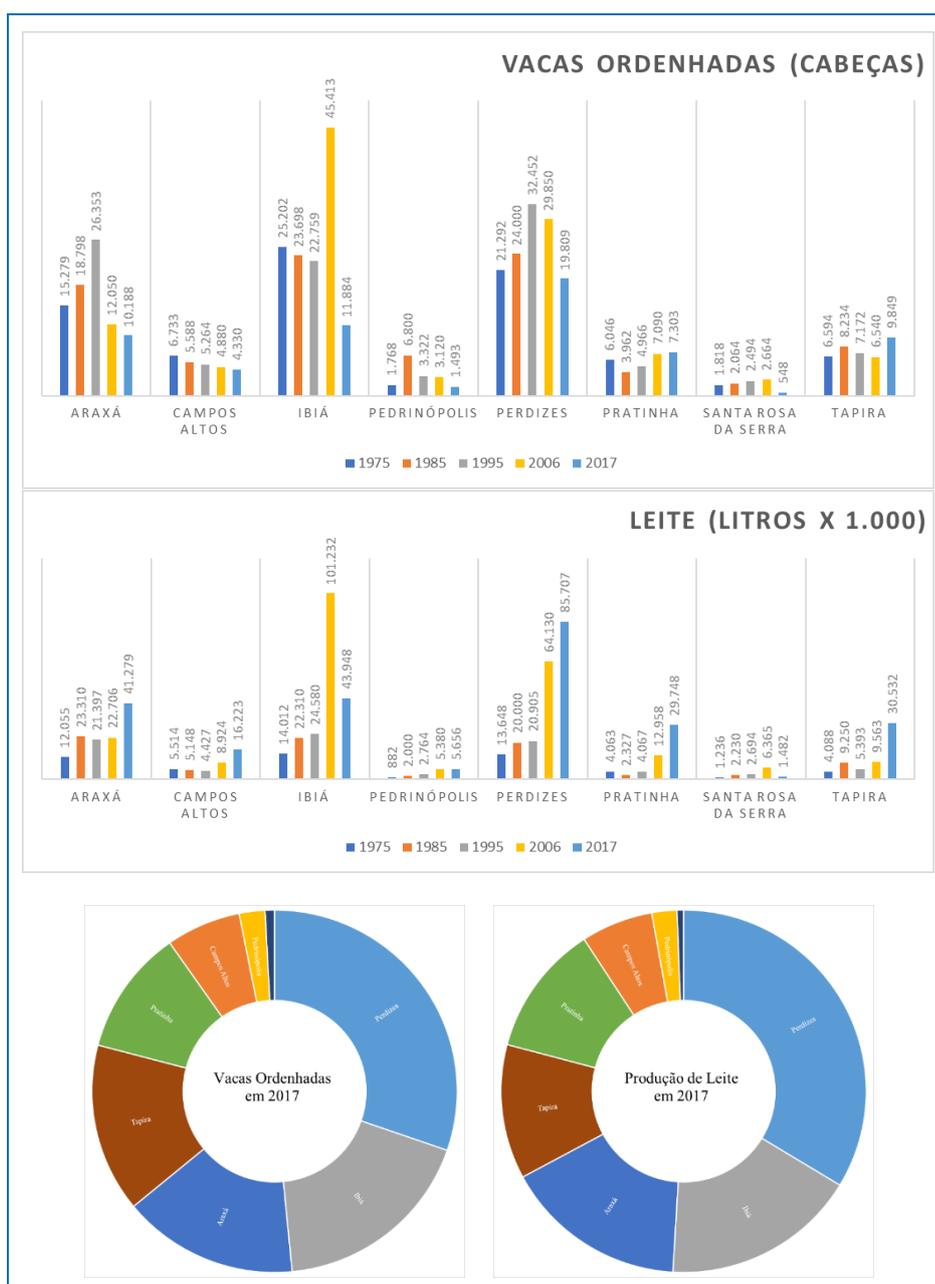


Figura 123 – RGI de Araxá: leite 1975 a 2017. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (1975-2017).



Temos que desde a década de 1970 os municípios da Imediata de Araxá já figuravam como importantes produtores de leite, com destaque para Ibiá, Perdizes e Araxá. O crescimento da indústria de derivados do leite na região, fizeram com que nas décadas seguintes ocorresse aumento da produção, com pequenas oscilações negativas verificadas entre 1975 a 1995. Os dados de 1995 e 2006 apontam dois importantes processos ocorrendo na região – de um lado uma queda no número de cabeças de vacas ordenhadas em Perdizes e Araxá e do outro grande aumento no número de cabeças no município de Ibiá, passando de 22,7 mil para 45,4 mil vacas ordenhadas, sendo naquele ano o maior produtor de leite do estado de Minas Gerais. Já em 2017 verificamos um decréscimo no número de vacas ordenhadas, principalmente nos três municípios com maior pecuária leiteira. Entretanto, ao analisarmos a produção de leite podemos perceber um fato inverso – o aumento da produtividade de leite nos municípios de Perdizes e Araxá. Tal fato nos mostra que mesmo com a diminuição no número de cabeças ordenhadas, houve ganho de produtividade, devido a técnicas de melhoria genética e na alimentação. Mesmo Ibiá, que teve queda de 78,3% no número de cabeças entre 2006 e 2017, teve perda de produção de leite de 43,4%, ou seja, um ganho de produtividade por vaca ordenhada. As mudanças ocorridas entre os dois últimos períodos analisados fizeram com que em 2017 Perdizes se consolidasse como o maior produtor de leite da região, superando a marca de 85,7 milhões de litros, o que corresponde a 33,6% do total produzido pela Imediata de Araxá, superando, duas vezes, Ibiá, culturalmente considerada a capital do leite. Entretanto, mesmo com a perda da produtividade apresentada por esse município, a sua importância continua visto que é nele que se encontram localizadas as principais empresas de matriz leiteira do país.

A importância da pecuária leiteira para a região tem relação direta com outro ramo de grande importância econômica para os municípios – a agroindústria. O leite é a matéria prima da principal indústria do ramo de alimentos da Imediata de Araxá – a fábrica da Nestlé, localizada no município de Ibiá. Essa planta produtiva é responsável pela compra da maior parte do leite produzido de Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira. Ademais, a presença os laticínios em vários municípios do TM/AP, entre eles Araxá e Ibiá, são responsáveis pela absorção de parte da produção dos municípios citados, além da quase totalidade da produção de leite de Perdizes e Pedrinópolis.

A figura 124 apresenta a infraestrutura do setor agroindustrial e principais empresas dos três municípios que têm maior participação entre os analisados – Ibiá, Araxá e Perdizes.





Distrito Industrial de Ibiá (MG).



Planta industrial da Nestlé Ibiá.



Nestlé Ibiá.



Laticínio União Total Ltda.



Laticínio União Total.



Distrito Industrial de Araxá (MG).



Fábrica da Bem Brasil Araxá.



Bem Brasil Araxá.



Laticínio Dona Beja Araxá.



Laticínio Dona Beja Araxá.



Distrito Industrial de Perdizes (MG).



Fábrica da Bem Brasil Perdizes.



Fábrica da Bem Brasil Perdizes.



Fábrica da DM Brasil Perdizes.



DM Brasil Perdizes.

Figura 124 – RGI de Araxá: agroindústria e principais empresas. Fonte: Souza (2020) com base em Google Earth (2020), Nestlé (2020), Bem Brasil (2020), Laticínio União (2020) e DM Brasil (2020).



Em Ibiá, a agroindústria está alicerçada na produção de leite. E nesse município que se encontra localizada a unidade da Nestlé, maior fábrica de produção de leite em pó Ninho da América Latina. A empresa se instalou no município em 1964 modificando a estrutura agropecuária da região, alterando os modos de produzir e de armazenar, que passaram a seguir uma lógica de produção oriunda de capital internacional. Com a chegada da empresa, e o suporte ao produtor por ela dado, as fazendas passaram a utilizar equipamentos (ordenhas, tanques de resfriamento etc.) e seguir normas de higiene rigorosas, inaugurando na região a pecuária moderna. A “Assistência Nestlé aos Produtores do Leite”, setor criado pela empresa para dar suporte a produção, dispunha de veterinários, zootecnistas, engenheiros agrônomos, entre outros profissionais, que passaram a orientar os produtores, o que possibilitou o aumento da produtividade de leite na região (FARIA, 2011).

A implantação da Nestlé Ibiá trouxe dinamismo econômico para Ibiá e região, pois para sua instalação obras de infraestrutura de importância regional foram realizadas, tais como, a instalação de unidade da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) no município, que possibilitou a melhoria do abastecimento de energia elétrica que até então era produzida em uma pequena central hidrelétrica com capacidade apenas para o abastecimento local; a chegada do asfaltamento da BR-262 até o município, principal rodovia de ligação com a capital do estado; e a implantação do sistema de tratamento e abastecimento de água. Além disso a empresa investiu na reforma e ampliação das escolas e melhoria do sistema de saúde, visando atender os seus empregados. Ademais, a criação de empregos e aumento do poder de consumo, fizeram com que na cidade fossem instaladas importantes estabelecimentos de comércio e serviços, como a concessionária e oficina da Chevrolet, além de lojas de produtos de primeira necessidade (FERREIRA, 2002).

Atualmente a Nestlé Ibiá é a maior indústria alimentícia do Alto Paranaíba, além da maior compradora individual de leite do Brasil. Anualmente são transformados cerca de 2 bilhões de litros de leite, oriundos de mais de 15 municípios do TM/AP. Parte da produção de leite em pó é voltada para o mercado nacional, além da exportação para países da América Latina (NESTLÉ BRASIL, 2020).

Além da produção de leite em pó, Ibiá conta ainda com a produção de outros diversos produtos do leite, via empresas familiares, como também fabricados pelo Laticínio União Total LTDA, segunda maior empresa de alimentos do município, especializada em



produção de queijos especiais para a exportação, premiados internacionalmente (LATICÍNIO UNIÃO, 2020).

A dinâmica agroindustrial de Araxá e Perdizes apresentam similaridades com Ibiá, devido a sua extensa produção de leite, que além de parte ter também como destino a fábrica da Nestlé de Ibiá, é utilizada para a produção de queijos e derivados por laticínios. A principal empresa desse setor é o Laticínio Dona Beja, localizado no distrito industrial de Araxá. Nele são produzidos vários tipos de queijo, requeijão, creme de leite, manteiga, além de doces a base de leite, que são conhecidos e comercializados em nível nacional. A empresa tem capacidade de processamento diário de 40 mil litros de leite. (LATICÍNIO DONA BEJA, 2020). Ademais, indústria pujante do leite na Imediata de Araxá tem como aparato uma série de outras empresas de suporte dessa produção através da fabricação de máquinas e equipamentos. Entre elas destacamos a unidade da DM Brasil – Tanques de Refrigeração, localizada no município de Perdizes, responsável pela fabricação de tanques resfriadores de leite, ordenhas, entre outros equipamentos utilizados pelos produtores de leite (DM BRASIL, 2020).

Para além da pecuária leiteira Araxá e Perdizes possuem, também, duas plantas industriais, uma em cada município, da maior indústria de beneficiamento e transformação de batata do país – a Bem Brasil Alimentos. A unidade de Araxá foi inaugurada em 2006, com investimento inicial de 50 milhões de reais e atualmente emprega mais de 300 funcionários. A unidade de Perdizes foi inaugurada em 2017, com investimento para sua construção na ordem de 200 milhões de reais e conta com mais de 1 mil funcionários. As duas unidades da empresa, juntas, são responsáveis pela produção de 250 mil toneladas por ano de batata fritas congeladas, o que corresponde a metade do mercado nacional (BEM BRASIL, 2020).

Apesar das principais indústrias de alimentos estarem relacionadas a pecuária leiteira e produção de batata, conforme explicitamos, outras empresas do ramo agroindustrial também participam da economia e desenvolvimento econômico da Imediata de Araxá. Entre elas podemos destacar a indústria de beneficiamento de grãos, como arroz e feijão, de produção de vários tipos de farinha, como as de milho, mandioca e trigo, além da produção de doces e geleias. Além disso há também empresas de extração de madeira, frigoríficos, entre outros.



2.2.3.2 O Complexo Industrial Mineroquímico de Araxá - Tapira

O setor industrial da Região Geográfica Imediata de Araxá, tem em sua composição também um importante ramo econômico – da indústria de extração e transformação mineral. Nessa região se encontra a maior reserva, em exploração, de nióbio do mundo, localizada em Araxá. Ademais, há o maior polo de produção de fosfato do país, com plantas industriais nos municípios de Araxá e Tapira, que em conjunto formam o Complexo Industrial Mineroquímico de Araxá-Tapira, um dos mais importantes do país.

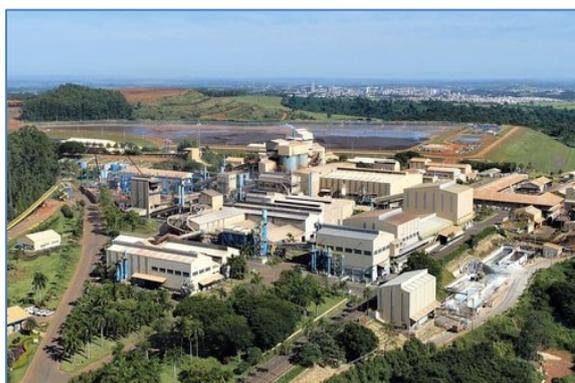
No final do século XIX, o metal nióbio, extraído do pirocloro, começou a ser utilizado nos filamentos de lâmpadas. As descobertas das potencialidades do seu uso nas décadas posteriores, como supercondutor e um dos metais mais resistentes a corrosão, fez com que passasse a ser utilizado em diversos tipos de produção, tais como, ligas de aço, uso nas indústrias aeroespacial, automobilística e naval, na construção civil, na produção de equipamentos para a medicina, entre outros. Os seus usos, na produção de tecnologia de ponta, fizeram com que o nióbio se tornasse um dos principais minerais, em valor agregado.

No Brasil, em 1960, foi descoberta a primeira grande reserva de nióbio do planeta, localizada em Araxá, transformando o cenário de oferta, preços e disponibilidade para os mercados nacional e internacional. Com a descoberta foi criada a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que diferentemente da maior parte das empresas de mineração do país, além de extrair o mineral, passou a transformar em ligas de alto valor agregado. As ligas de nióbio são vendidas atualmente por cerca de 50 mil dólares a tonelada, enquanto outros minerais, como o ferro, são vendidos por 90 dólares a tonelada, o que demonstra a importância desse produto para o mercado internacional (CBMM, 2019).

Atualmente a produção de nióbio de Araxá corresponde a 80% do total no mundo, sendo que a CBMM exporta produtos do nióbio para mais de 50 países. No ano de 2019 foram comercializados 110 mil toneladas, com receita total de 8,6 bilhões de reais. A empresa é responsável pela geração de 1.905 empregos diretos e 9.309 indiretos e uma rede de mais de 9,1 mil fornecedores. Há ainda a previsão de investimentos na ordem de 5 bilhões de reais até 2025 com o objetivo de dobrar a capacidade instalada (CBMM, 2019). A figura 125 apresenta a infraestrutura da planta industrial da CBMM, localizada ao sul da área urbana de Araxá, próximo Estância Hidromineral do Barreiro.



CBMM Araxá



Planta industrial CBMM Araxá.



Liga ferrosiôbio.



Mina de extração.



Equipamentos.

Figura 125 – RGI de Araxá: CBMM. Fonte: Souza (2020) com base em Google Earth (2020); CBMM (2019).



Outro mineral presente da Imediata de Araxá, de grande importância para a produção de fertilizantes agrícolas, é o fosfato. As reservas de rochas fosfáticas existentes em Araxá e Tapira, fazem desses municípios, em conjunto, o maior polo produtor do país.

Em 1925 foi constatada a presença de apatita, matriz do fosfato, na região de Araxá. Em 1965, confirmada a viabilidade econômica de extração do mineral, a Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), detentora dos direitos minerários na região, passou a extrair a rocha como fosfato natural em Araxá e Tapira, mas sem nenhum processo de concentração. Visando o acréscimo de valor agregado, foi criada em 1972 a Arafertil, que passou a realizar a lavra, o beneficiamento da rocha fosfática e a fabricação de fertilizantes. No ano de 1978 foi inaugurado o Complexo Mineroquímico de Araxá - Tapira, o que possibilitou a produção de fertilizantes em grande escala. No ano de 1997 as operações foram assumidas pela multinacional Bunge, sendo logo após, em 2010, assumida pela estatal Vale, fundando a Vale Fertilizantes S.A. No ano de 2016 a maior parte das ações da empresa foi adquirida pela Mosaic Fertilizantes por 2,5 bilhões de dólares, transformando-a na maior produtora mundial de fosfatados e potássio combinados, com unidades na Austrália, Arábia Saudita, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Índia, Paraguai e Peru. O complexo existente dos municípios de Araxá e Tapira juntos são responsáveis pela produção de 27,7 milhões de toneladas de fosfato concentrado, 16,8 milhões de toneladas de fertilizantes fosfatados, além de 10,5 milhões de toneladas de potássio. As duas plantas industriais contam com 900 funcionários diretos, e 2.300 indiretos. Em 2019, apesar da paralisação das operações para readequação das barragens de rejeitos, a Mosaic Fertilizantes teve receita superior a 6 bilhões de dólares (MOSAIC, 2020).

A importância cada vez maior do fosfato para a produção agrícola estimulou um projeto recente envolvendo o Complexo Mineroquímico de Araxá e as reservas de fosfato localizadas no município de Patrocínio. Iniciado em 2016, através de parceria da Vale Fertilizantes e a VLI (Valor Logística Integrada), foi investido o valor de 1 bilhão de reais no chamado Projeto Patrocínio, que envolveu a recuperação da malha ferroviária para o transporte de cerca de 6,5 milhões de toneladas de rocha fosfática de Patrocínio para ser tratada na planta já instalada em Araxá, que passou a ser de uso compartilhado da planta mineroquímica entre Mosaic e Vale Fertilizantes.

A figura 126 apresenta a infraestrutura da Mosaic em Araxá e Tapira, como também, o Projeto Patrocínio da Vale Fertilizantes.



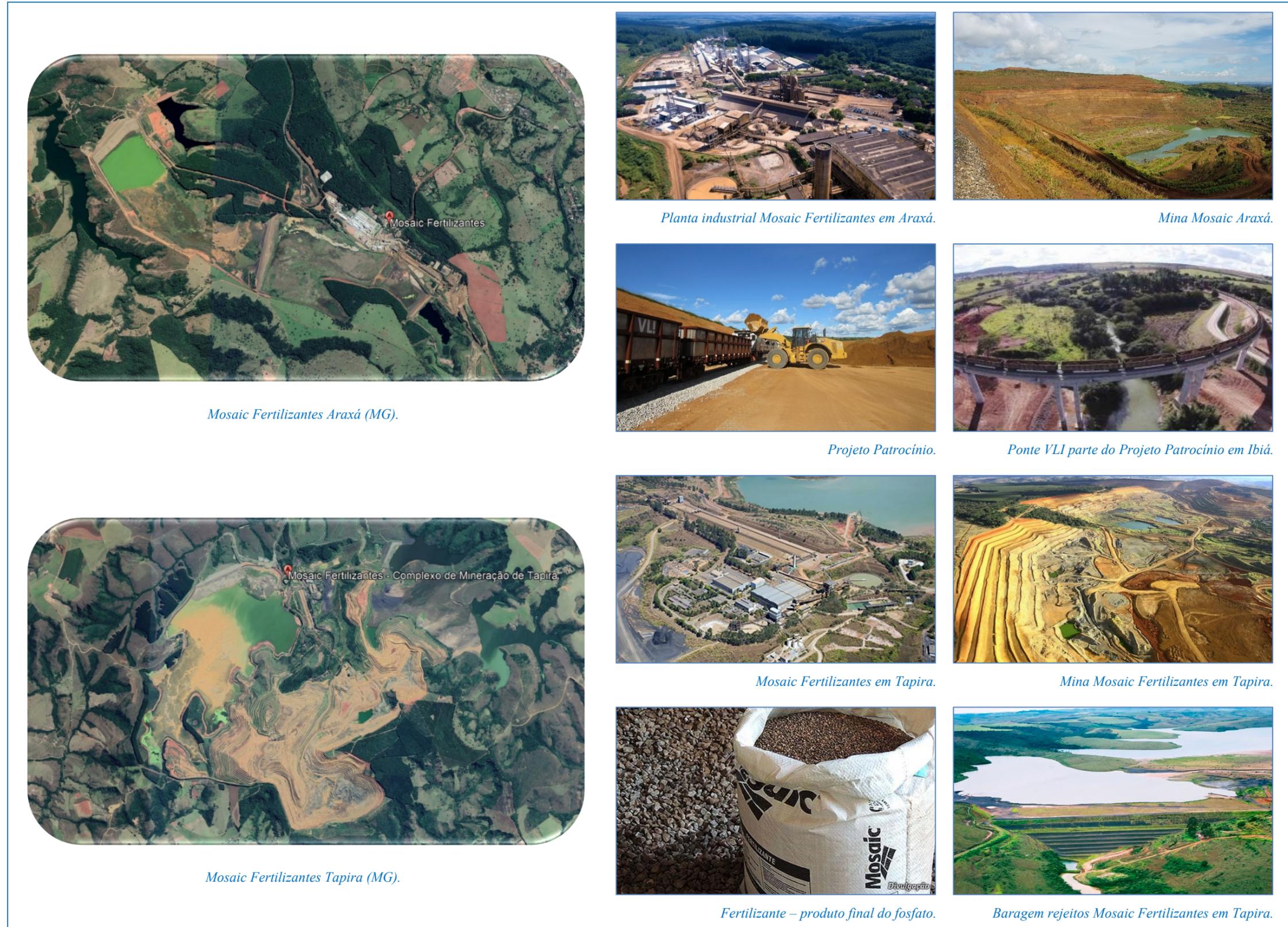


Figura 126 – RGI de Araxá: Mosaic Fertilizantes em Araxá e Tapira. Fonte: Souza (2020) com base em Google Earth (2020) e Mosaic Fertilizantes (2020).



Em conjunto, a produção mineral dos municípios de Araxá e Tapira é responsável pela maior parte do PIB industrial desses municípios, colocando-os entre os maiores do estado de Minas Gerais. Ademais, as empresas são responsáveis pelo repasse anual aos municípios da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), importante fonte de arrecadação municipal. A figura 127 apresenta a evolução do recebimento desses recursos nos municípios da Imediata de Araxá.

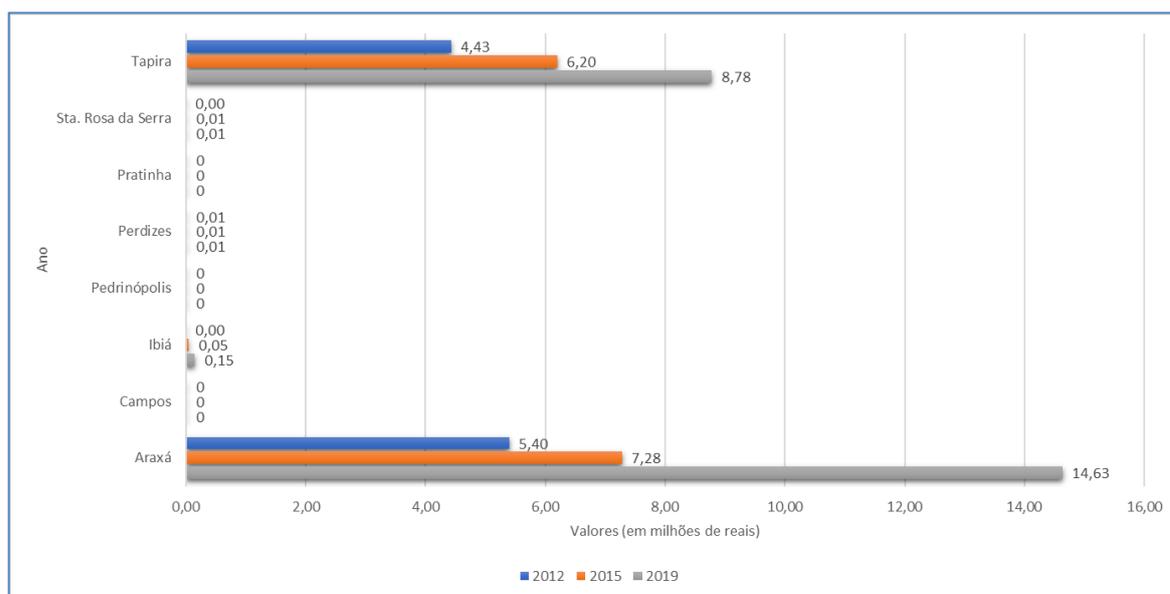


Figura 127 – RGI de Araxá: arrecadação CFEM 2012 a 2018.

Fonte: Souza (2020) com base em ANM (2018).

De acordo com dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) de 2012 a 2019 os municípios de Araxá e Tapira tiveram aumento considerável na arrecadação do CFEM, o que mostra o crescimento do setor da mineração. No ano de 2019 ambos receberam 8,7 milhões e 14,3 milhões de reais, respectivamente, que puderam ser investidos em obras de infraestrutura e melhoria dos serviços municipais. Araxá e Tapira figuraram em 2019 entre os maiores arrecadadores de CFEM do país, na 31ª posição e 39ª posição, respectivamente. Em relação ao estado de Minas Gerais, ocuparam a 18ª posição e 20ª posição.

Cabe ressaltar também, que as mineradoras instaladas nesses municípios, através de programas de incentivos fiscais e projetos, investem em vários setores. No ano de 2019 a CBMM investiu 48,7 milhões em projetos sociais do município de Araxá. Entre eles destacamos a manutenção dos salários dos funcionários do Hospital Filantrópico Casa do Caminho, o patrocínio de festivais e eventos, projetos de educação ambiental, incentivo a



educação profissionalizante, entre outros (CBMM, 2019). A Mosaic Fertilizantes, além dos projetos sociais apoiados, em 2020 anunciou a doação de 1,5 milhão de dólares para combater a pandemia do Coronavírus, parte desses valores destinados aos municípios de Araxá e Tapira (MOSAIC, 2020). Trata-se de recursos que são de forma direta ou indireta absorvidos pelos municípios, com impactos positivos à sua população.

2.4 As redes de infraestrutura

Temos que o desenvolvimento econômico da Imediata de Araxá foi acompanhado por investimentos em infraestrutura, por parte dos governos nacional e estadual, como também, oriundos de capitais privados. O resultado desse processo foi a constituição de redes de infraestrutura, que interligam o TM/AP as demais regiões do país, sendo responsáveis pela circulação de pessoas, cargas e informações, conectando os municípios dessa região às dinâmicas nacionais e internacionais. Na Imediata de Araxá verificamos a presença de infraestruturas ferroviária, rodoviária, aeroportuária, de transmissão de energia, dutos, de fibra óptica, banda larga e telefonia. Juntas, compõem uma vasta rede de infraestrutura, intensamente utilizada para a reprodução do capital, como também para satisfazer as necessidades, relacionadas aos fluxos, de sua população.

A chegada da ferrovia na Imediata de Araxá ocorreu em 1913, quando foram inauguradas três estações da Estrada de Ferro Goiás, no município de Ibiá – estação São Pedro de Alcântara, Guabiroba e Catiara. A construção dessa ferrovia fazia parte de um projeto antigo, que estava sendo negociado a mais de 30 anos, de ligar a então capital do país, Rio de Janeiro, a província de Goiás. No ano de 1920, com a falência da Estrada de Ferro Goiás, o projeto foi incorporado pela Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), que foi responsável pela construção do ramal entre Ibiá e Uberaba. No ano de 1928 o projeto foi concluído, dando início ao transporte de passageiros que durou até a década de 1980. Ao passo que o transporte de passageiros entrou em decadência, a utilização do modal ferroviário para o transporte de cargas cresceu, capitaneados pela estatal Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), que fez grandes investimentos entre 1975 e 1996, ano que foi privatizada. A partir de 1996 seu controle foi assumido pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA), subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale). Atualmente a FCA é a principal rede ferroviária do país, com 7,2 mil quilômetros de extensão, compreendendo mais de 300 municípios em sete estados do país (FCA, 2020). A figura 128 apresenta a composição da FCA na Imediata de Araxá e região.



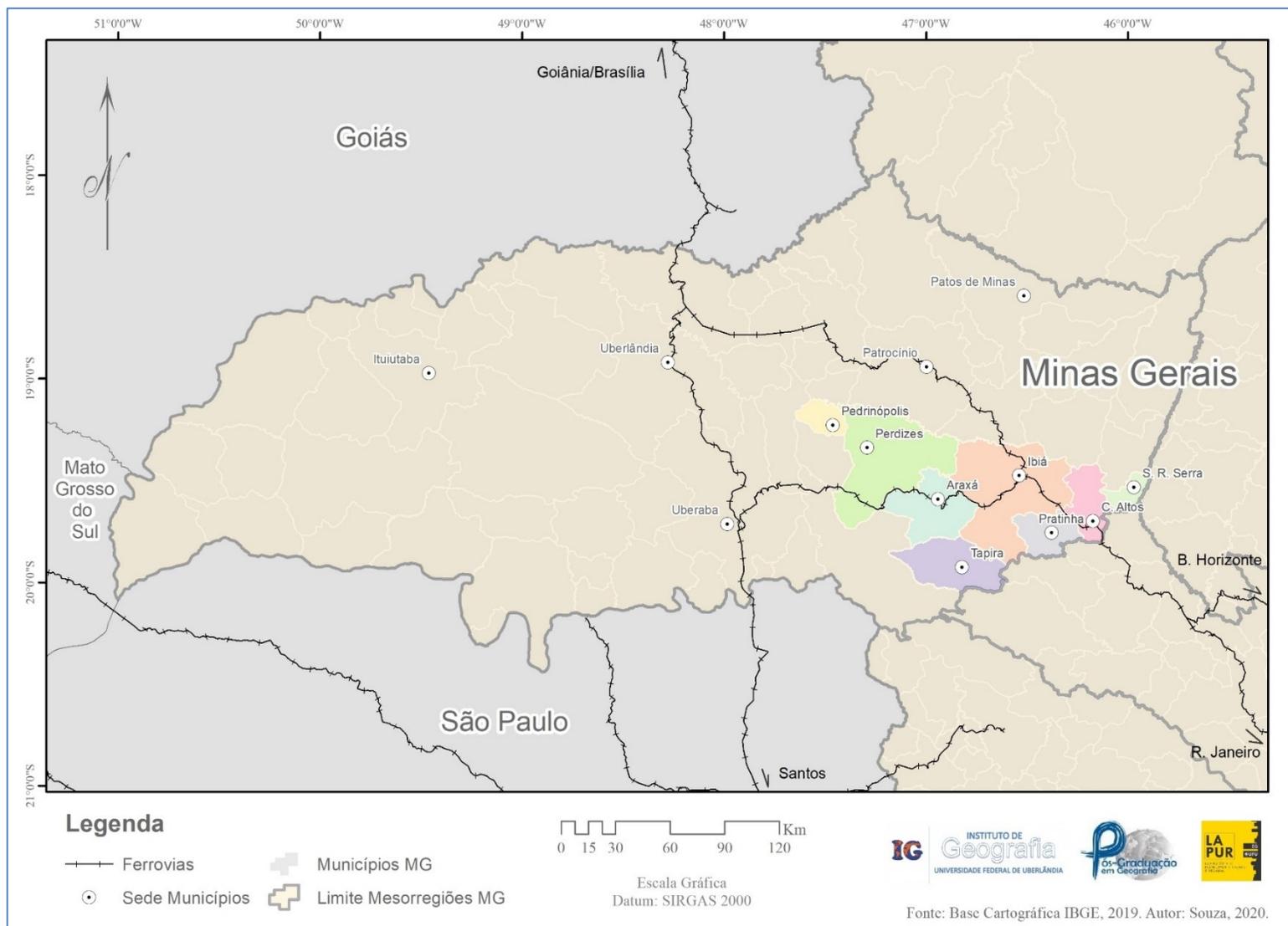


Figura 128 – RGI de Araxá: malha ferroviária. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2014).



A FCA integra os municípios de Araxá, Ibiá e Campos Altos a três corredores logísticos – Centro-Sudeste, Minas-Rio e Centro-Leste, ligando aos portos de Santos, Rio de Janeiro e Espírito Santo, respectivamente, conforme figura 129.



Figura 129 – RGI de Araxá: corredores logísticos. Fonte: VLI (2020).



Os trilhos que passam pela Imediata de Araxá são responsáveis pelo transporte de açúcar, soja, milho, fosfato, enxofre, fertilizantes, cimento e combustíveis. Em suma, a logística de cargas, via trilhos, se dá pelo transporte dos produtos através de caminhões até os terminais integradores, no qual os vagões são abastecidos e seguem viagem até os portos mencionados. Na região são três terminais integradores existentes – de Araguari, Uberlândia e Uberaba, sendo o último um dos principais e mais modernos da América Latina (FCA, 2020).

Além da possibilidade da integração da Imediata de Araxá, com o escoamento de sua produção de grãos através dos terminais integradores localizados no TM/AP, a FCA compõem o projeto recente de integração de Patrocínio e Araxá, via ramal Ibiá, para o transporte de fosfato para a fabricação de fertilizantes no Complexo Minerquímico de Araxá. Ademais, no município de Ibiá, está localizado uma das principais oficinas de manutenção de locomotivas da FCA, responsável pela geração de emprego e renda para o município.

A figura 130 apresenta as estações históricas da ferrovia em Araxá, Campos Altos e Ibiá, como também, parte da infraestrutura atual existente.

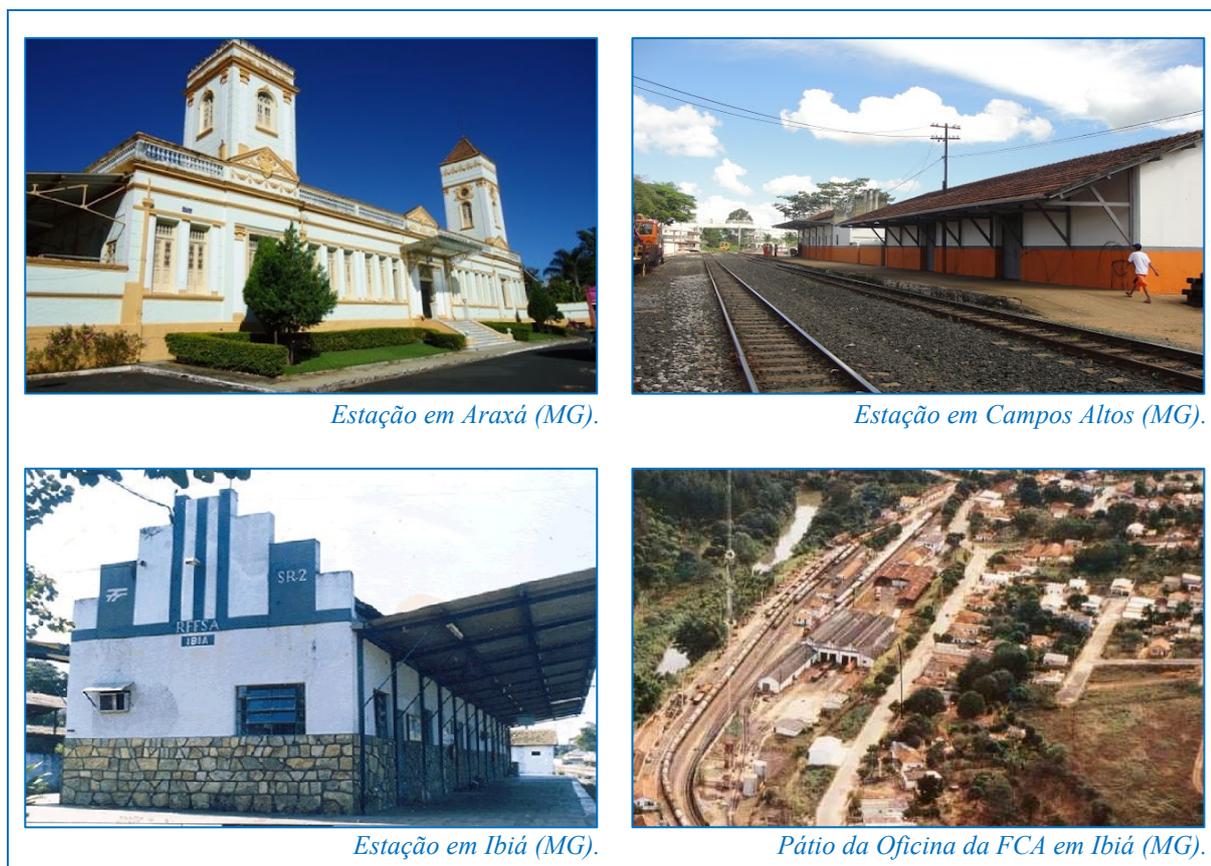


Figura 130 – RGI de Araxá: infraestrutura ferroviária. Fonte: Museu Ferroviário de Ibiá (2020).



As rodovias existentes na Imediata de Araxá, interligam os municípios a todas as regiões do país. Fazem parte de um processo histórico marcado por grandes investimentos por parte do governo federal que teve o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, seu principal momento. Os massivos investimentos públicos na construção de rodovias, atrelado ao desenvolvimento industrial no país, tornaram o modal rodoviário o principal meio de circulação de pessoas e mercadorias. A estrutura rodoviária pode ser vista na figura 131.

Os municípios da Imediata de Araxá tem como principal rodovia a BR-262, principal ligação do TM/AP com a capital do estado, que é responsável por parte considerável do escoamento de grãos e demais produtos produzidos no interior do país, ligando o interior dos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas Gerais aos portos do Espírito Santo e Santos (nesse caso em conjunto com a BR-050). A importância dessa rodovia fez com que no ano de 2013 ocorresse sua concessão a empresa Triunfo Participações, com objetivo de recuperação da infraestrutura, além da duplicação do trecho entre Uberaba e Belo Horizonte (MI, 2020). Ademais, a Imediata de Araxá tem como segunda principal rodovia a BR-452, responsável pela ligação de Pedrinópolis e Perdizes com os demais municípios da Imediata, além de ser o principal caminho desses com Uberlândia, cidade mais importante do TM/AP.

O transporte pelo modal rodoviário na região, está relacionado a outra infraestrutura – a de armazenamento de grãos (figura 132). Os armazéns existentes nos municípios do TM/AP, se conectam a partir das rodovias, que conjuntamente com a malha ferroviária, levam sua produção aos demais cantos do país. De acordo com dados do IBGE (2014), os municípios da Imediata de Araxá contam com importantes centros de armazenamento de grãos, com destaque para Ibiá, com a décima maior capacidade de armazenamento do TM/AP, superior a 9,5 mil toneladas. Os demais municípios da Imediata de Araxá possuem capacidade de armazenamento que varia de 1 mil a 5 mil toneladas.

Além da importância das rodovias para o transporte de grãos, são responsáveis também pelo escoamento dos demais bens produzidos na Imediata de Araxá, tais como, o leite e os produtos dele fabricados, demais produtos da agroindústria, produtos da mineração, como o nióbio e fertilizantes, entre outros. Ademais, em Araxá se encontra localizado importante centro de distribuição do Grupo Zema, importante empresa de eletrodomésticos e postos de combustíveis. Além de abastecer sua rede de mais de 500 lojas físicas, o centro de distribuição realiza entregas, de compras realizadas via internet, em todo o país (GRUPO ZEMA, 2020).



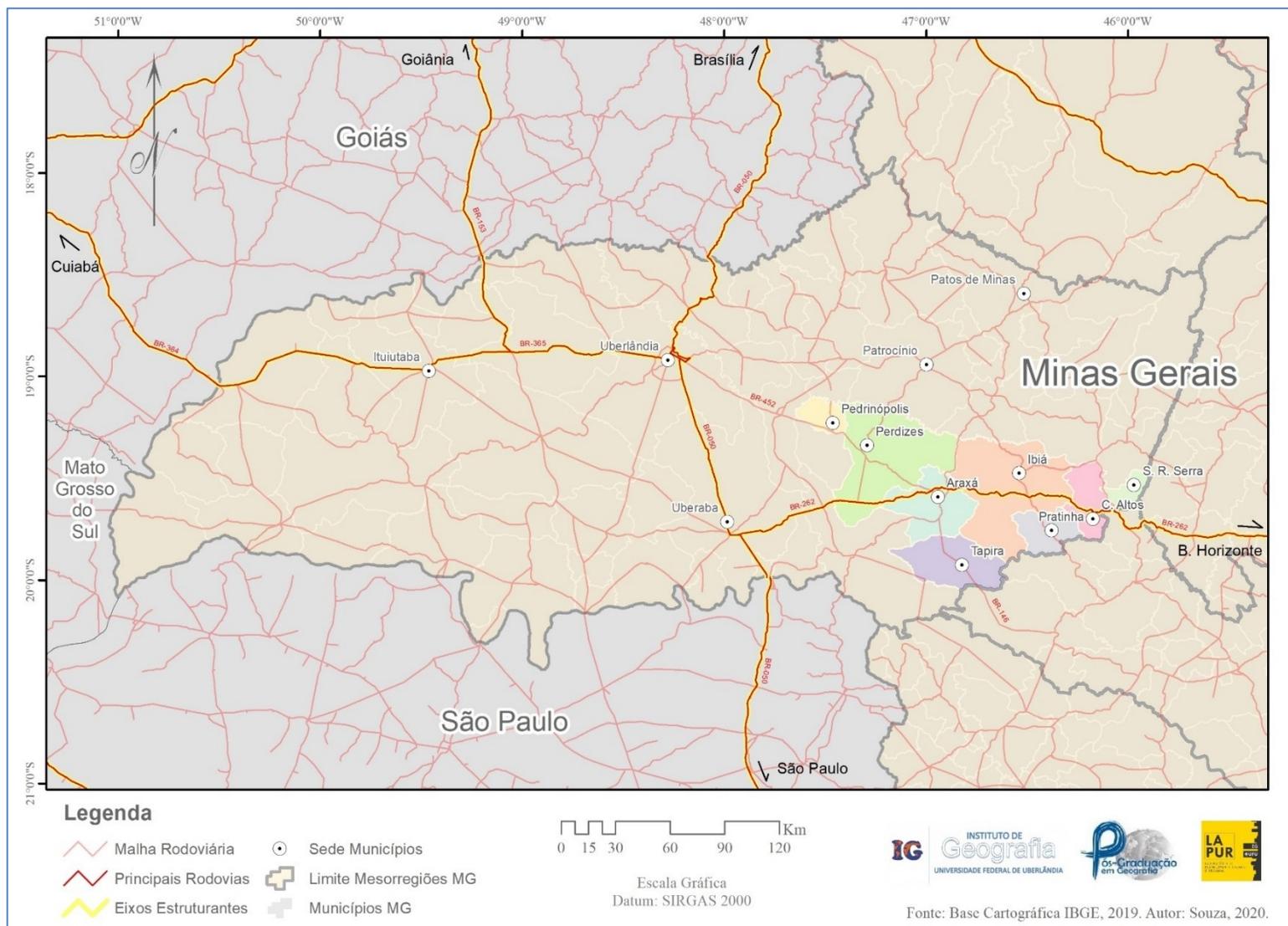


Figura 131 – RGI de Araxá: malha rodoviária. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2014).



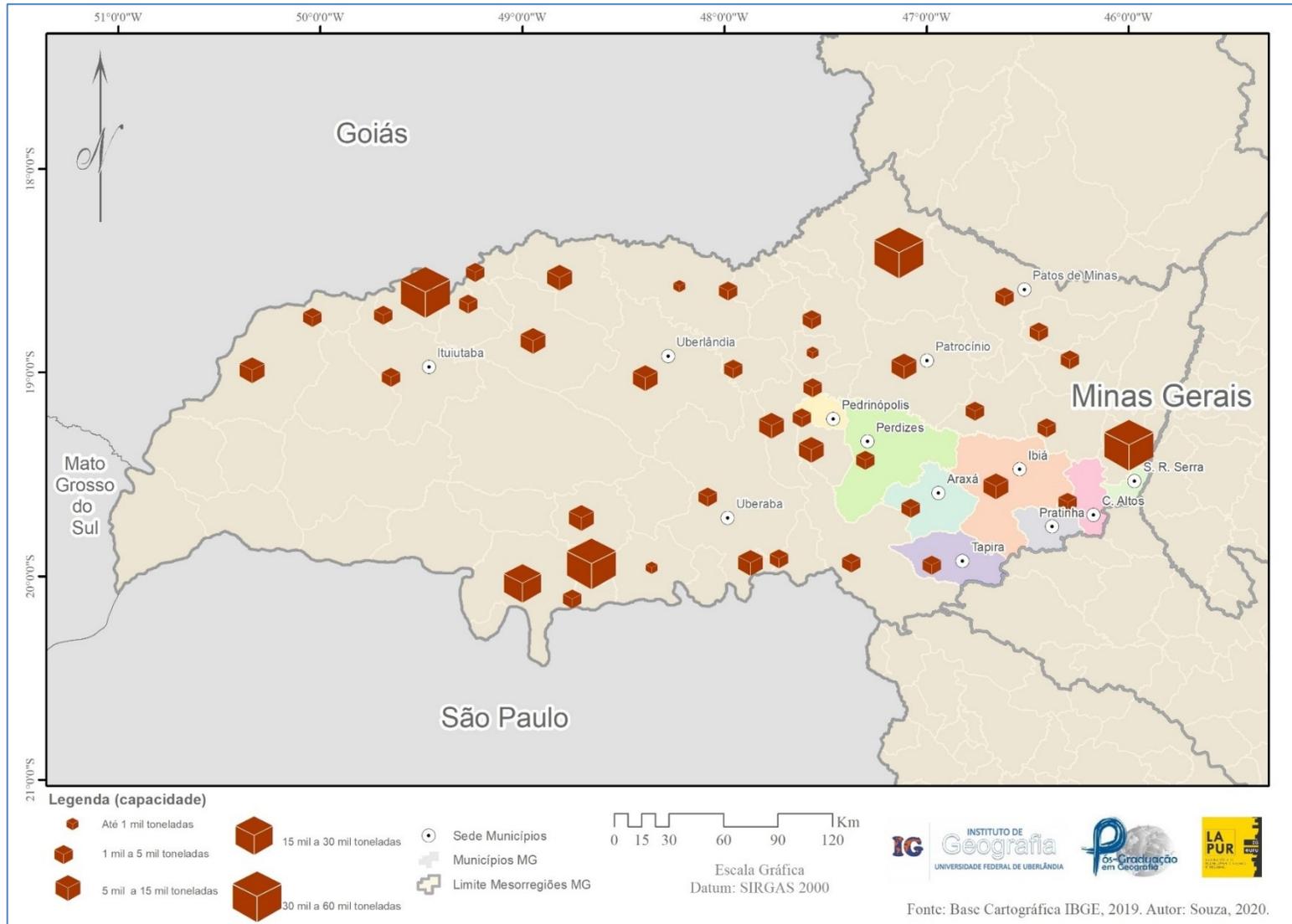


Figura 132 – RGI de Araxá: armazenamento de grãos. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2014).



A figura 133 apresenta a infraestrutura das rodovias BR-262 e BR-452, com destaque para a melhoria da infraestrutura proporcionada pela concessão, como trechos em mal estado de conservação, que demonstram que apesar da importância dessas rodovias para a região e estado, há a necessidade de melhoria das condições de circulação. Também apresenta parte da infraestrutura relacionada ao armazenamento de grãos e logística de cargas.



Figura 133 – RGI de Araxá: infraestrutura - rodovias e empresas. Fonte: Souza (2020) e Grupo Zema (2020).

Em relação a estrutura aeroportuária, a Imediata de Araxá conta com um aeroporto, que compõe uma rede de apenas três aeroportos do TM/AP que recebem voos comerciais, além de dez pistas de pouso (aeródromos), conforme pode ser verificado na figura 134.



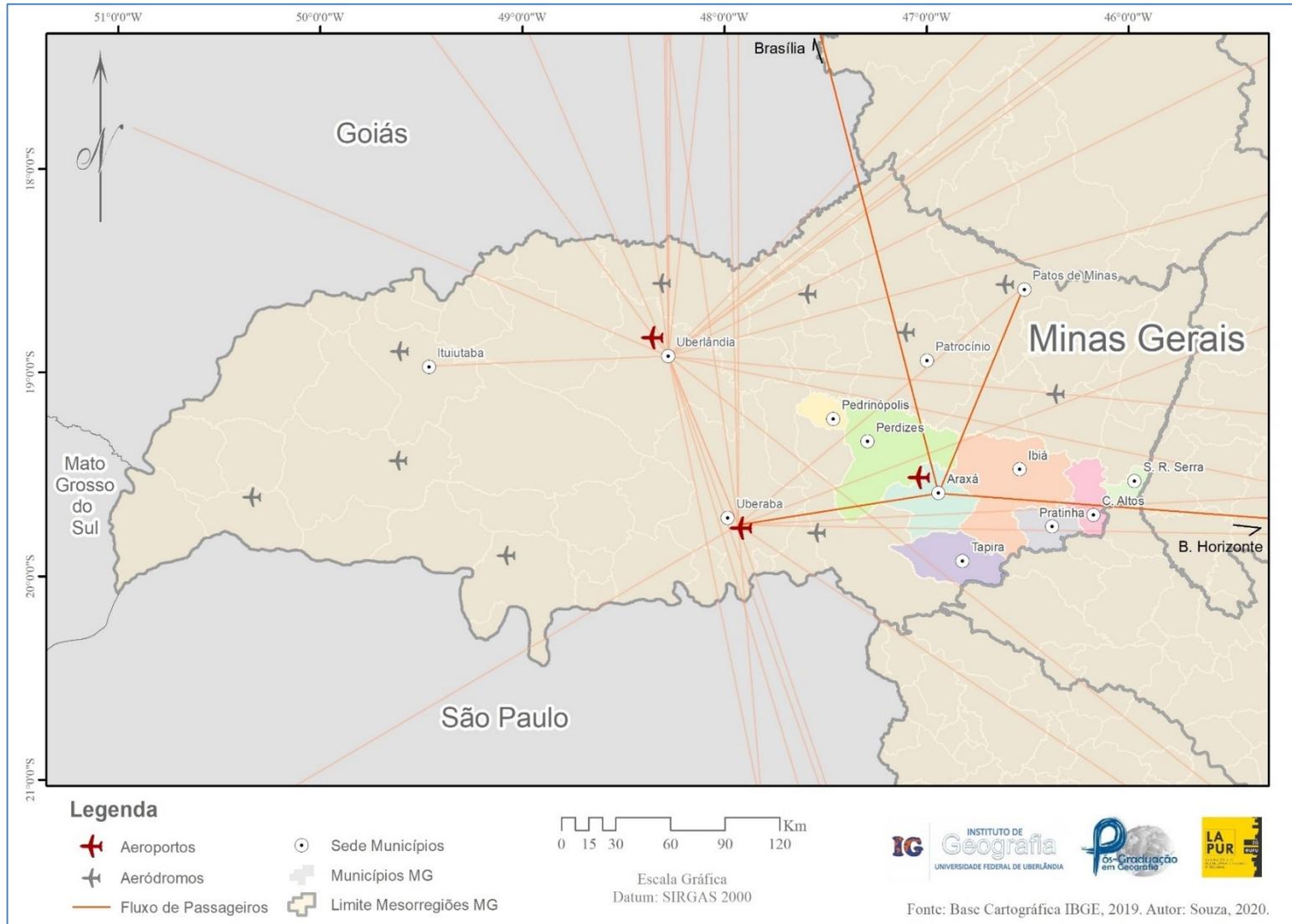


Figura 134 – RGI de Araxá: aeroportos e aeródromos. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2014).



A proximidade da Imediata de Araxá com os aeroportos de Uberlândia e Uberaba e uma maior oferta de voos partindo desses municípios, fazem com que, via rodovias, parte dos habitantes desses municípios se desloquem as duas cidades para utilização do serviço. O principal aeroporto da região, localizado em Uberlândia, movimentou em 2019 mais de 1,2 milhão de passageiros, e o segundo principal, em Uberaba, movimentou 77 mil passageiros (INFRAERO, 2019). O único aeroporto existente na Imediata de Araxá se encontra localizado em Araxá. O aeroporto Romeu Zema foi inaugurado em 1940 e tem capacidade de operação de 150 mil passageiros por ano. A Azul Linhas Aéreas é a única empresa que atualmente nele opera, com uma rota comercial, ligando Araxá as cidades de Belo Horizonte e Uberaba. Os voos acontecem duas vezes na semana (segundas e sextas), movimentando passageiros por motivos diversos, entre eles negócios e turismo. Além disso, há o fluxo de aeronaves de menor porte, principalmente jatos, com maior intensidade estabelecida com Brasília, Belo Horizonte, Patos de Minas e São Paulo. No ano de 2019 o aeroporto movimentou 2,1 mil passageiros e transportou mais de 24 toneladas de cargas. Entretanto, conforme podemos verificar na figura 135, na última década houve decréscimo significativo no transporte aeroviário, que chegou a movimentar 40 mil passageiros em 2013, devido a reorganização das rotas de voos comerciais.



Figura 135 – Aeroporto de Araxá: movimentação passageiros e cargas. Fonte: MI (2020).

Além do transporte e armazenagem, existe ainda três redes de infraestrutura física que são importantes para o desenvolvimento econômico e social da Imediata de Araxá. São elas: transmissão de energia, dutos e fibra óptica (figuras 136 a 138).



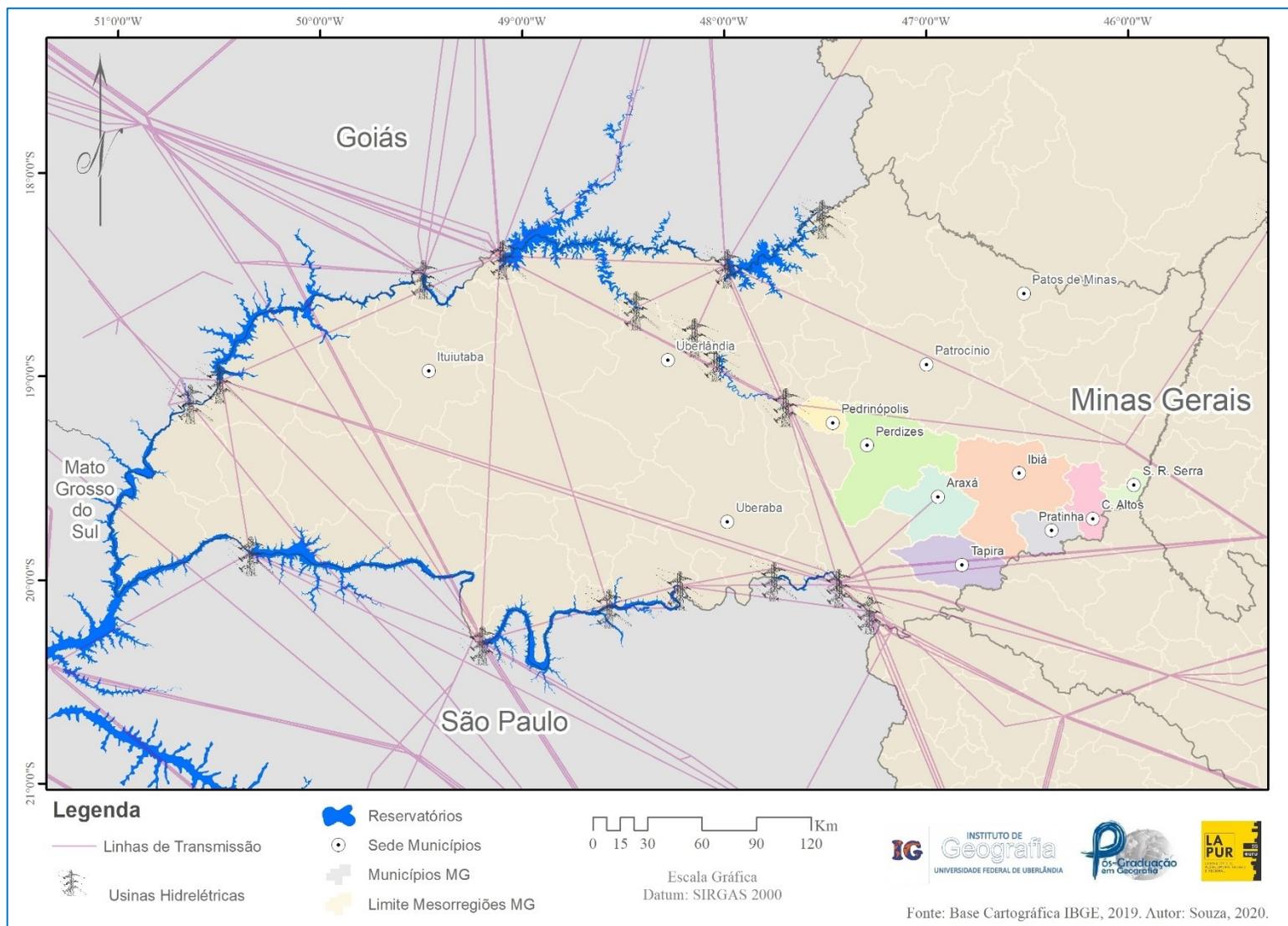


Figura 136 – RGI de Araxá: linhas de transmissão de energia. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2014).



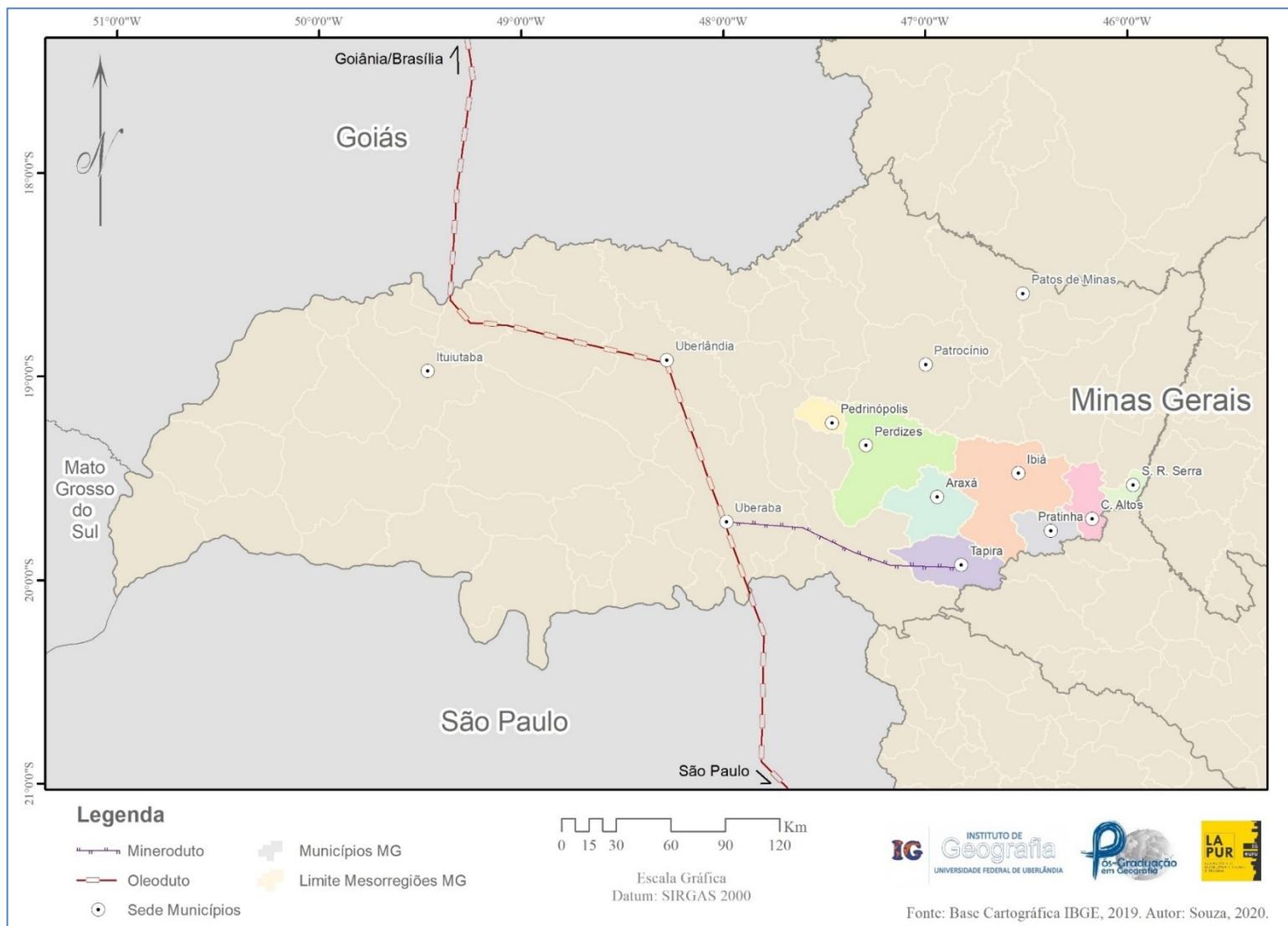


Figura 137 – RGI de Araxá: rede de dutos. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2014).



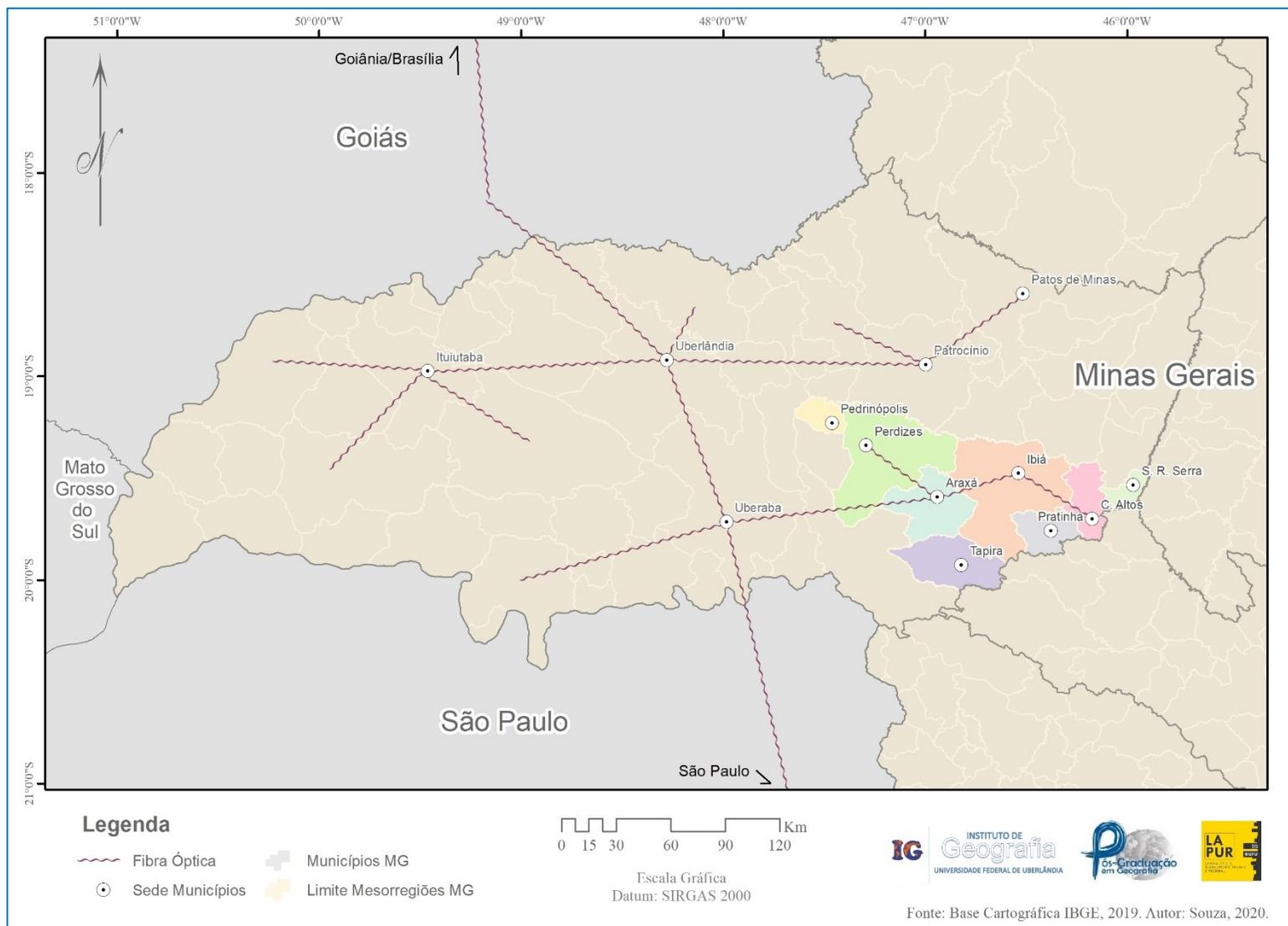


Figura 138 – RGI de Araxá: rede de fibra óptica. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2014).



A rede de transmissão de energia corresponde aquela que faz parte do Sistema Interligado Nacional (SIN) que faz parte do ONS (Operador Nacional de Sistema Elétrico). A partir da rede presente no TM/AP podemos perceber que as usinas hidrelétricas presentes nas bacias do Rio Grande e Rio Paranaíba se encontram interligadas ao sistema nacional, sendo que na Imediata de Araxá, os municípios de Araxá e Tapira são aqueles que são abastecidos diretamente do essa rede. Tal interligação se dá, sobretudo, pela necessidade de uma maior oferta de energia para o setor de mineração. Os demais municípios são abastecidos por subestações a partir de ligações secundárias com a rede nacional (CEMIG, 2020).

O município de Tapira faz parte da rede nacional de transporte de dutos. O mineroduto Tapira-Uberaba, é responsável pelo transporte de fosfato diluído em água, que diferentemente de Araxá que possui sua própria planta de transformação, necessita ser transportado por cerca de 120 km até o Complexo Industrial de Uberaba, onde o mineral é transformado em fertilizantes. De acordo com dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), no ano de 2018 foram transportados 265 milhões de toneladas de fosfato.

A Imediata de Araxá participa ainda de importante rede de telecomunicação composta por cabeadamentos de fibra óptica, que além de Araxá, chega também aos municípios de Campos Altos, Ibiá e Perdizes. Tal rede possibilita fluxo maior de informações, via internet, sendo tecnologia amplamente necessária para o desenvolvimento econômico e social e inserção das localidades na dinâmica de mercado globalizada. Atualmente essa rede se encontra instalada em municípios de maior dinamismo econômico, com presença de grandes corporações. Entretanto, investimentos do governo federal têm sido realizados, visando a ampliação dessa rede altamente estratégica para o desenvolvimento do país (IBGE, 2014). Os municípios da Imediata de Araxá são servidos também por internet via banda larga, que apesar de não permitirem grandes velocidades de navegação como a fibra óptica, conectam suas empresas e população as redes mundiais de comunicação. Dados da Anatel (2019) apontam que a velocidade média da banda larga na região de até 512 *kilobites*, com exceção de Araxá, com velocidade média de até 2 *megabites*, que em conjunto com Uberlândia e Uberaba possuem as maiores velocidades do TM/AP. Entretanto, as velocidades verificadas são pequenas, se comparadas com as de municípios do estado de São Paulo, com velocidade superior a 12 *megabites*, o que demonstra o caminho necessário a ser percorrido para o desenvolvimento dessa tecnologia no interior do país.



2.5 Turismo e Cultura

A Região Geográfica Imediata de Araxá compõem importante circuito de turismo do estado e Minas Gerais – o Circuito da Canastra. Os municípios de Araxá, Ibiá e Tapira, por se localizarem na área de borda do Parque Nacional da Serra da Canastra (área onde se encontram as nascentes do Rio São Francisco), possuem conjunto de cachoeiras e paisagens panorâmicas que cada vez mais tem despertado interesse para o turismo de natureza. Ademais, o Complexo do Barreiro em Araxá, pelas suas águas termais e pela figura histórica de Dona Beja, é considerado um dos principais destinos turísticos do interior do estado. Tal importância tem atraído cada vez mais eventos culturais, muitos deles patrocinados pelas grandes mineradoras instaladas na região, que vem consolidando Araxá como um dos polos culturais de Minas Gerais.

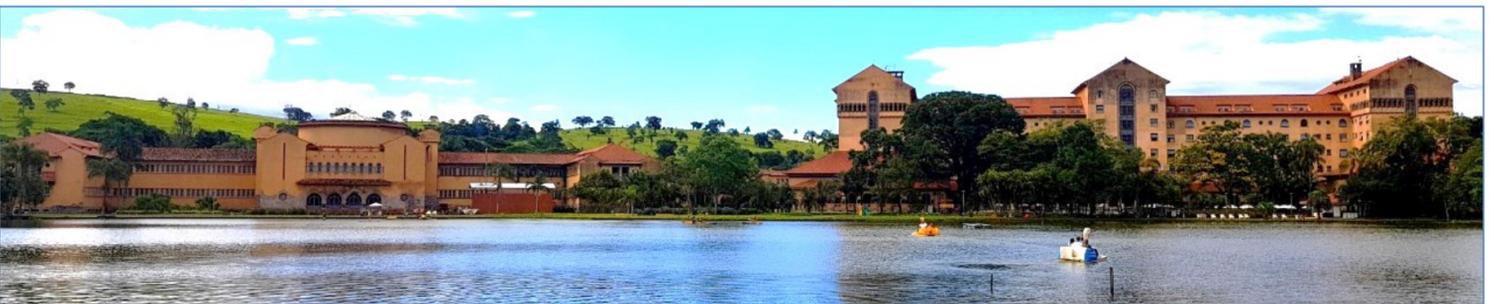
As águas salitrosas do barreiro, que serviram como fonte de desenvolvimento econômico para Araxá nos séculos XVIII e XIX, vieram a se tornar atrativo turístico e fonte de renda. A geologia da região, composta por processos relacionados a vulcanismos antigos de mais de 90 milhões de anos, fizeram com que desse solo brotassem águas com propriedades diversas, que no século XX passaram a ser usadas para banhos medicinais. No ano de 1938 foi iniciado a construção do Grande Hotel e Termas de Araxá, imponente projeto capitaneado por investimentos dos governos estadual e federal. Sua inauguração ocorreu em 1944 pelo então presidente Getúlio Vargas, se tornando importante atrativo turístico de luxo, que além do hotel e termas possuía também restaurantes, bares, cinema e cassino. Além dos dois edifícios o projeto compunha também conjunto de jardins que tiveram seu projeto paisagístico assinado por Burle Marx. O complexo funcionou até 1994, quando foi fechado para reforma com investimento de 40 milhões de reais da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG). Foi reaberto dez anos depois sob administração da Rede Tropical, importante grupo do setor hoteleiro. No ano de 2010 o grupo Tauá assumiu a administração com contrato de vigência de 15 anos (CODEMIG, 2020).

O conjunto arquitetônico do Complexo do Barreiro impressiona por reunir todo o luxo da sua época: vidros bisotados, mármore de carrada, lustres de cristal e grandes salões de baile. A maior parte desse material foi trazido da Europa, que de acordo com documentos históricos tinham como intenção tornar Araxá um dos maiores e mais luxuosos balneários do mundo (GRUPO TAUÁ, 2020). A figura 139 mostra detalhes do Complexo do Barreiro.





Imagem de satélite do Complexo do Barreiro. Destaque para as duas construções principais – hotel e termas, interligadas por corredores suspensos. Também para o lago e jardins de Bule Marx.



Vista do Complexo do Barreiro a partir do lago.



Vista do prédio do Grande Hotel de Araxá.



Vista do prédio das Termas do Araxá.



Vidraças no teto do hall de entrada das Termas de Araxá.



Hall Termas de Araxá.



Termas de Araxá.



Um dos salões de Festa do Grande Hotel de Araxá.

Figura 139 - Complexo Hidrotermal do Barreiro em Araxá. Fonte: Souza (2020) com base em Google Earth (2020) e Rede Tauá (2020).



A Estância Hidromineral do Barreiro tem sua história atrelada a importante figura mítica conhecida no Brasil e no mundo – Ana Jacinta de São José, a Dona Beja. Nascida no ano de 1800, em Formiga, foi importante influente no século XX na região de Araxá. Sua beleza ficou conhecida na região, despertando inveja das mulheres e cobiça dos homens, fato que fez com que ela juntasse fortuna e instalasse em Araxá um luxuoso bordel – Chácara do Jatobá, que atraiu homens de todas as regiões. Dona Beja faleceu em 1873, em Estrela do Sul, mas sua figura ficou eternizada na teledramaturgia através da novela sobre sua vida produzida pela Rede Manchete em 1986, na qual foi interpretada por Maitê Proença. A novela foi transmitida em mais de 20 países, fato que fez com que Dona Beja ficasse conhecida internacionalmente, o que atrai até hoje turistas a Araxá (FCCB, 2020).

As figuras 140 e 141 apresentam patrimônios culturais de Araxá relacionados a Dona Beja – o Museu Dona Beja, que funciona na casa onde ela morou; e a Fonte Dona Beja, localizada no Complexo do Barreiro, onde na época ela se banhava e a história mítica aponta que essas águas que mantinham sua beleza, fato que faz com que seus visitantes se molhem, como também, bebam sua água.



Figuras 140 e 141 – Museu Dona Beja e Fonte Dona Beja. Fonte: Souza (2020).

A importância cultural de Araxá fez com que nas últimas décadas festivais, exposições, competições, entre outros, passassem a compor o cenário do turismo de eventos do estado de Minas Gerais, muitos deles de abrangência nacional e internacional. Entre eles podemos destacar o Festival Literário de Araxá (FLIARAXÁ), com abrangência nacional, tendo no ano de 2019 recebido público de mais de 30 mil pessoas (FLIARAXÁ, 2019). Também destacamos o Encontro Nacional de Automóveis antigos, principal evento desse seguimento no país; e a Copa Internacional de Mountain Bike, que tem como Araxá um dos



seus circuitos fixos. O quadro 4 apresenta os principais festivais e eventos que acontecem na atualidade, registrados na Secretaria da Cultura de Araxá, suas respectivas edições e local em que acontecem.

Evento	Edição	Local
Festival Literário de Araxá (FliAraxá)	XI	Complexo do Barreiro
Encontro Nacional de Automóveis Antigos	XXIV	Complexo do Barreiro
Festival Internacional de Cultura e Gastronomia	X	Complexo do Barreiro
Festival Internacional do Queijo	IV	Complexo do Barreiro
Copa Internacional de Mountain bike	XVII	Complexo do Barreiro
Festival Saberes e Sabores de Araxá	VIII	Complexo do Barreiro
Festival Competitivo de Dança – Dançaraxá	XXI	Teatro Municipal
Festival de Música de Araxá	XI	Teatro Municipal
Mostra Nacional de Teatro – Mostrará	XIII	Teatro Municipal
Araxá Cine Festival	III	Teatro Municipal
Festival Instrumental de Araxá	XII	Complexo do Barreiro
Páscoa Iluminada	VIII	Complexo do Barreiro
Araxá Rodeio Show	XXXII	Parque de Exposições
Festival de Inverno	VI	Complexo do Barreiro
Festival das Estações	II	Complexo do Barreiro
Art Food Festival	III	Complexo do Barreiro
Circuito ViJazz & Blues Festival	IV	Complexo do Barreiro
Festival de Yoga de Araxá	V	Complexo do Barreiro
Rock Bocaina	VI	Serra da Bocaina
Encontro de Folias de Reis	XXII	Matriz São Domingos
Encontro de Gongadas	XXIII	Matriz São Domingos

Quadro 4 – Festivais e Eventos de Araxá. Fonte: Souza (2020) com base em FCCB (2019).

Araxá e os demais municípios da sua Imediata possuem também patrimônio cultural relacionado a sua culinária, sendo que Araxá e Ibiá compreendem região de abrangência do premiado queijo tipo Canastra. Esse queijo, produzido a mais de 200 anos, confere a região o título de Patrimônio Imaterial do Brasil. A produção de café em Campos Altos e a produção de leite em Ibiá são marcas históricas desses municípios que durante décadas os conferiram selos culturais de capital nacional do café e do leite, respectivamente, além de serem motores dos principais eventos culturais desses municípios – as festas de exposição agropecuária. Ademais, os doces de Araxá são comercializados em todo o território nacional além de exportado para países como Portugal, África do Sul, entre outros (FFCB, 2019).

O turismo de natureza e aventura é outro atrativo encontrado na região. Sua posição na área de borda da Serra da Canastra, que forma a área conhecida como Serra da Bocaina, atrai viajantes e escaladores de todo o país, que apontam a região como uma das mais favoráveis a prática desse esporte em Minas Gerais. O local chamado de Horizonte Perdido, a 30 km de Araxá, é utilizado também para prática de outros esportes, como mountain bike, rapel e voo



livre. As cachoeiras da região, como a Cachoeira da Argenita em Ibiá (figura 142), com queda de 40 metros; e Cachoeira dos Bandeirantes em Tapira (figura 143), com queda de 20 metros, são outro atrativo turístico para a população e compõem o cartão-postal desses municípios, além de fazerem parte do Circuito turístico do Parque Nacional da Serra da Canastra.



Figuras 142 e 143 – Cachoeiras da Argenita (Ibiá) e dos Bandeirantes (Tapira).
Fonte: Circuito da Canastra (2018).

O conjunto dos aspectos culturais e atrativos turísticos da Imediata de Araxá fazem com que, para além dos turistas oriundos de outras regiões do estado e do país, a população desses municípios se locomovam entre si em busca de diversão e lazer. Comumente em festivais, feiras, eventos e exposições agropecuárias, parte do público presente é de municípios circunvizinhos, fazendo desses eventos também uma forma de integração e construção de uma cultura regional.

O papel histórico exercido por Araxá na composição atual do que conhecemos como Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o processo de urbanização na sua região geográfica imediata, a dinâmica demográfica, a infraestrutura existente e as características de cultura e lazer, itens analisados nesse capítulo, apontaram para uma região consolidada no cenário nacional e altamente inserida na dinâmica do capitalismo globalizado, via o agronegócio em grande escala e a mineração, ambos voltados, sobretudo, a exportação. Tal panorama evidência, no contexto dinâmica econômica brasileira, complexos processos envolvendo os territórios dos municípios e, principalmente, sua área urbana, com impacto direto no cotidiano e nos níveis de qualidade de vida da população, pois sabemos que, nem todos participam desse dinamismo econômico da mesma forma. É buscando identificar como esses processos interferem na vida das pessoas, tanto em nível municipal e urbano como nas relações entre cidades, que analisaremos a qualidade de vida nos dois capítulos a seguir.



Capítulo III

Qualidade de Vida a partir de indicadores municipais e intraurbanos

“[...] A saúde e a educação são muito importantes para nós enquanto sociedade. Sem elas não somos nada. Só que para termos acesso à saúde e educação de qualidade precisamos ter dinheiro, porque infelizmente os prefeitos não pensam na qualidade de vida de nós, os pobres. Quando investem bem você deve desconfiar, pois sempre é em ano eleitoral. Tipo agora, veja o tanto de obra na cidade.”

(Anônimo, 2020, 40 anos, dona de casa residente em Ibiá, MG)

Conforme vimos no capítulo I as transformações ocorridas no seio da sociedade, via fenômeno da Urbanização Contemporânea, acarretaram mudanças importantes, que continuam a ser reforçadas a todo momento pelos complexos problemas urbanos, em suas variadas dimensões. A gravidade desses processos traz consigo a importante tarefa de se buscar respostas e soluções para os problemas existentes nas cidades e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida das pessoas.



Partindo do reconhecimento da importância dos estudos da qualidade de vida na busca por indicadores que auxiliem à gestão pública na tomada de decisões, que propusemos, através desse capítulo, a análise de indicadores municipais e intraurbanos na RGI de Araxá. Entendemos que antes de analisar as relações estabelecidas entre as cidades do recorte escolhido, realizada no capítulo IV, nos era necessário (re)conhecer a realidade existente, através de dados municipais e urbanos produzidos e/ou compilados por importantes instituições públicas – IBGE e Fundação João Pinheiro. Tratamos, portanto, neste capítulo de aprofundar a caracterização da área de estudo, realizada no capítulo II, mas a partir de uma perspectiva de conhecer a configuração das condições de vida do conjunto dos municípios, estabelecendo as relações e diferenças entre eles, como também averiguar as condições de vida dentro do espaço urbano. Ademais, através dos indicadores analisados buscamos averiguar relações existentes no espaço urbano que demonstram, guardadas as proporções, dinâmicas da Urbanização Contemporânea que ocorrem nas escalas mundial e nacional.

Para tal análise propusemos aqui o uso de quatro dimensões da qualidade de vida, a saber: saneamento e habitação, renda e assistência social, saúde e educação. Para cada uma delas definimos indicadores para análise. Para a análise em escala municipal utilizamos dados do IMRS dos anos de 2000, 2010 e 2018⁴³, além de dados complementares do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e das prefeituras municipais. Para a escala intraurbana utilizamos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010. Nesse caso como se trata de dados com defasagem de quase dez anos, foi realizado também pesquisa de campo de forma a averiguar a situação da qualidade de vida nas áreas urbanas, sobretudo naqueles setores censitários que apresentaram discrepância de dados, tanto positivos como negativos.

Entendemos ser importante essa etapa da pesquisa pois para se falar em qualidade de vida, no contexto da Urbanização Contemporânea, antes de mais nada devemos pensar nas mínimas condições de vida a partir do acesso à saúde e educação que estão fortemente relacionadas às condições de moradia, saneamento e níveis de renda da população. Portanto, o capítulo ora apresentado, em conjunto com os dados já apresentados no capítulo II, são, em si mesmos, resultados parciais dos níveis de qualidade de vida da RGI de Araxá, mas também são importantes produtos que serviram de base para análise da qualidade de vida a partir das relações intercidades.

⁴³ Os dados de 2018 não se encontram disponíveis para todos os indicadores analisados..



3.1 O saneamento e as condições de habitação

Quando pensamos em qualidade de vida das pessoas um dos primeiros aspectos que tomam forma é a maneira com que elas vivem, ou seja, as condições da habitação. Apesar da tendência em se pensar que a qualidade de vida perpassa a vontade individual e o que o a pessoa julga ser prioritário ou não para sua satisfação pessoal, se torna ilógico pensar que necessidades primeiras, como boas condições de habitação e saneamento, não interferem no bem-estar da população. Tal afirmação pode ser endossada pela estreita relação existente entre esses elementos com outros aspectos também analisados nesse capítulo, como por exemplo a saúde, ou seja, mesmo que o indivíduo não considerasse a habitação e saneamento como prioritários em sua vida, sua saúde possivelmente seria impactada pelas inadequações de saneamento e habitação.

Para a análise do saneamento foram escolhidos os seguintes indicadores: porcentagem da população atendida por rede de abastecimento de água; porcentagem da população atendida por rede de esgotamento sanitário; porcentagem da população em domicílios com esgotamento sanitário adequado⁴⁴; porcentagem da população em domicílios que se encontram em logradouros com esgoto a céu aberto; porcentagem da população atendida com coleta direta de lixo; e porcentagem da população em domicílios com acúmulo de lixo nos logradouros.

Para a análise das condições da habitação foi relacionado o indicador porcentagem de domicílios improvisados⁴⁵. Entretanto, demais aspectos da habitação foram analisados também dentro da dimensão renda e assistência social, visto que, a configuração dos padrões de construção e a coesão de determinado conjunto de domicílios nos permitiu identificar as desigualdades sociais presentes na paisagem urbana.

A figura 144 apresenta a evolução da porcentagem da população residente em domicílios atendidos pela rede de abastecimento de água nos anos de 2000, 2010 e 2018.

⁴⁴ O termo ‘adequado’ é aqui utilizado para se referir aos domicílios com esgotamento sanitário via rede geral ou por meio de fossa séptica. Entretanto, não necessariamente se refere ao tratamento correto do esgoto (IBGE, 2010).

⁴⁵ Os domicílios improvisados são aquelas unidades não residenciais, com dependências não destinadas exclusivamente à moradia, ou com padrão de construção inadequado, mas que na data de referência estavam ocupadas por morador (IBGE, 2010).



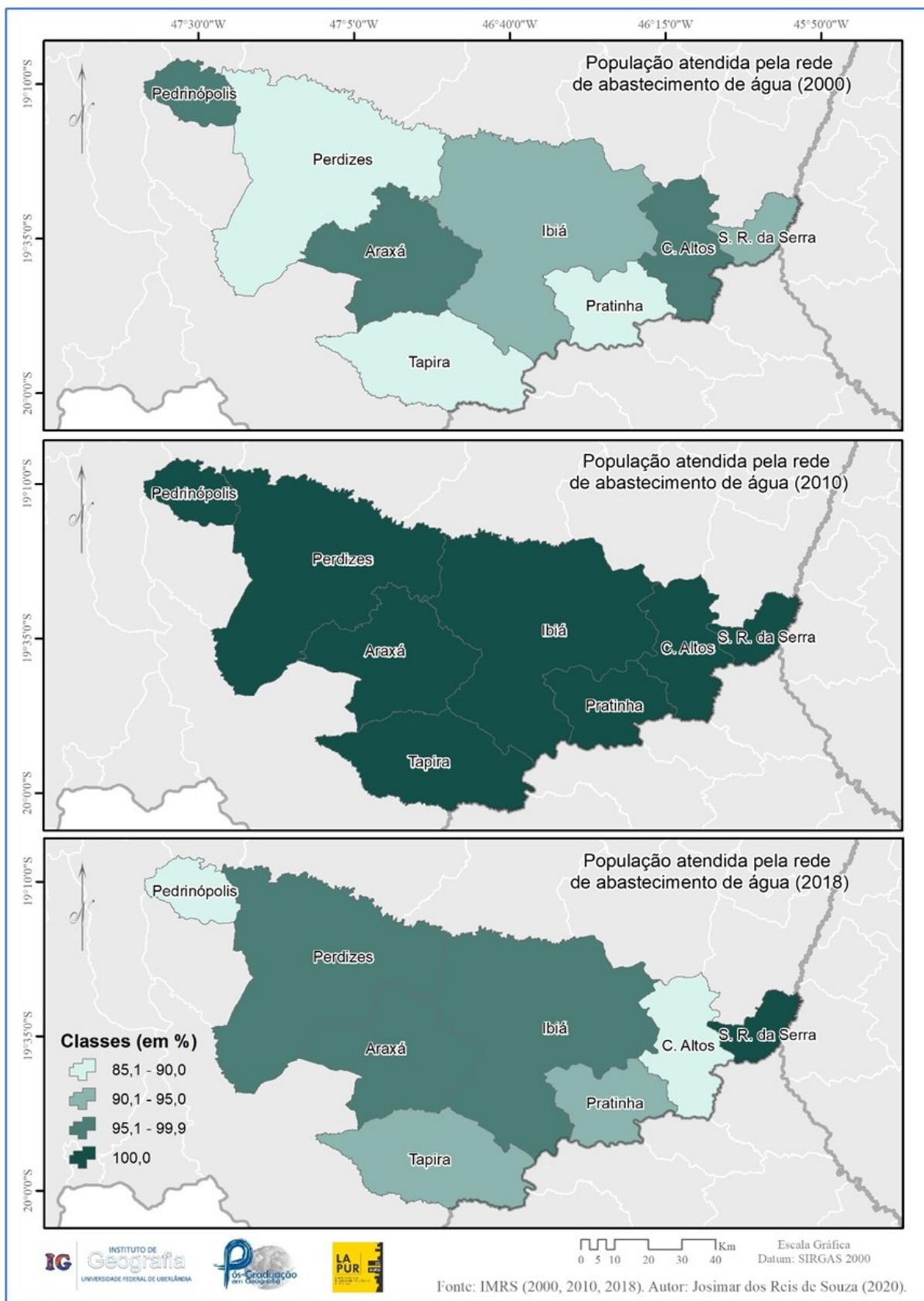


Figura 144 – RGI Araxá: porcentagem da população atendida pela rede de abastecimento de água.
Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000, 2010, 2018).



Em nível municipal temos que o indicador abastecimento de água considera não apenas os domicílios ligados a rede geral, mas também aqueles que possuem outros sistemas, como por exemplo os poços artesianos, desde que estes tenham sido construídos de forma adequada (IMRS, 2018). Trata-se de importante indicador, pois nos possibilita uma análise comparativa da evolução do abastecimento e acesso à água tratada ou em boas condições de consumo. Ademais, por ser um indicador alimentado no IMRS anualmente pelas prefeituras municipais, nos possibilita, por um lado, dados mais recentes e, por outro lado, uma análise crítica da sua veracidade, a partir da confrontação destes com os dados do censo demográfico e a realidade encontrada em campo.

No ano de 2000 todos os municípios da RGI de Araxá apresentaram taxa de abastecimento superior a 85%, mas nenhum deles atingiu a universalidade. Entre os oito municípios analisados, três apresentaram valores inferiores a 90% - Pratinha, com 88,2%; Tapira, com 89,1% e Perdizes, com 89,2%. Ibiá e Santa Rosa da Serra se posicionaram no patamar entre 90 e 95%. Os municípios de Araxá, Campos Altos e Pedrinópolis foram os que apresentaram melhor cobertura, com taxa superior a 98%, com destaque para Araxá com taxa de abastecimento de 99,6%.

Em 2010 houve avanço positivo em todos os municípios analisados, sendo que no referido ano todos atingiram a universalidade no abastecimento de água. Entre os fatores contribuidores desse resultado temos de destacar o crescente investimento por parte do governo federal dentro de um contexto de crescimento econômico do país e investimentos em obras de infraestrutura. Ademais, a lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que instituiu o marco regulatório do saneamento no país, possibilitou, através de recursos financeiros e diretrizes básicas, com que as prefeituras buscassem a melhoria desses serviços (BRASIL, 2007).

Em 2018 podemos verificar uma piora nos indicadores, à exceção de Santa Rosa da Serra que manteve a totalidade do atendimento. Destacamos a queda nos resultados nos municípios de Pedrinópolis e Campos Altos, com 87% e 88,5% de cobertura, respectivamente. Os municípios de Pratinha e Tapira se posicionaram na faixa de atendimento entre 90% e 95% e os demais municípios, apesar do decréscimo verificado, apresentaram ainda patamares elevados de abastecimento.

A figura 145 apresenta os dados do censo de 2010 relativos ao abastecimento de água via rede geral das áreas urbanas da RGI de Araxá.



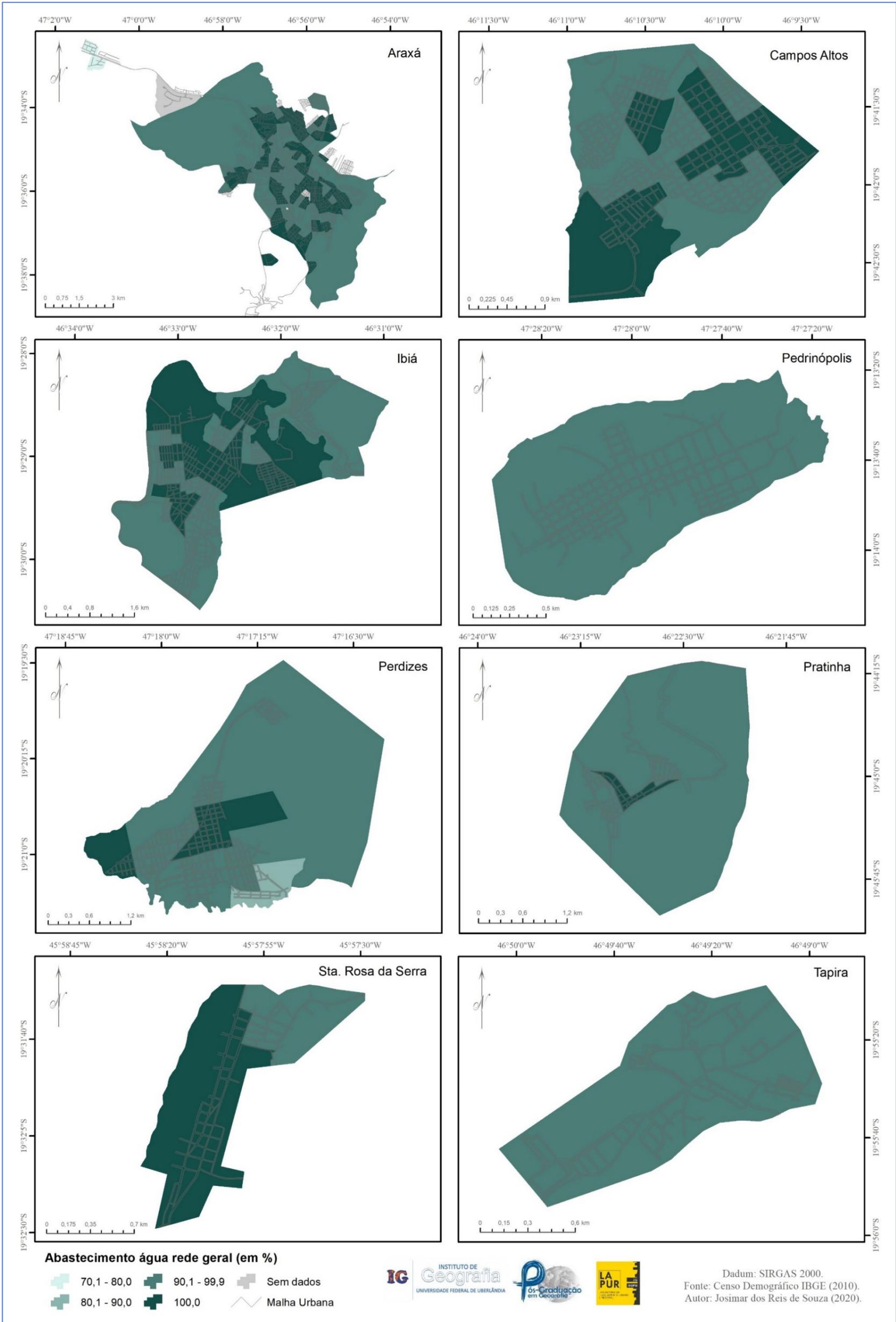


Figura 145 – RGI Araxá: porcentagem da população da área urbana atendida pela rede de abastecimento de água em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).



O censo demográfico de 2010, para a análise da situação do abastecimento considerou a população em domicílios atendidos pela rede geral (IBGE, 2010), ou seja, apenas aquelas residências que naquele ano eram servidas pelo serviço municipal de tratamento de água, desconsiderando assim outras formas de abastecimento. Tal esclarecimento é importante, visto que os dados apresentados em nível municipal, no referido ano, apresentaram a universalidade de atendimento por considerarem outras formas de abastecimento. Entre as oito cidades analisadas pudemos agrupá-las em três conjuntos, a saber: aquelas que não apresentaram diferenciações entre seus setores censitários, as que apresentam setores com abastecimento variando entre 90% e 100% e aquelas que apresentaram setores com níveis de abastecimento de água inferior a 90%.

As cidades de Pedrinópolis e Tapira apresentaram taxas de abastecimento acima de 90% em toda porção urbana, o que corresponde a um nível elevado, mas que aponta para uma pequena parcela da população desatendida por esse serviço básico. Em pesquisa de campo realizada nas cidades da RGI de Araxá, foi possível constatar que em todas elas existem domicílios que utilizam poços artesianos, além de famílias que devido a dificuldades financeiras não possuem acesso direto a água potável e que recorrem a vizinhos em uma espécie de abastecimento indireto solidário.

As cidades de Campos Altos, Ibiá, Pratinha e Santa Rosa da Serra apresentaram setores com abastecimento superior a 90%, mas também, setores com universalidade de atendimento. Em campo a paisagem urbana nos apontou que as áreas com 100% de abastecimento são oriundas de três processos principais. O primeiro está relacionado a tendência das áreas centrais da cidade, onde se localiza o comércio e uma concentração populacional mais densa, serem mais bem servidas pelos equipamentos de infraestrutura pública. O segundo está relacionado a áreas residenciais com domicílios de média e alta renda. O terceiro diz respeito a áreas de expansão urbana, composta majoritariamente por conjuntos habitacionais, que devido a legislação vigente possuem infraestrutura de abastecimento.

Duas cidades, Araxá e Perdizes, apresentaram resultados inferiores a 90%. Na primeira tal resultado pode ser explicado por dois setores urbanos, localizados na região noroeste, na saída para a BR-452, serem compostos em sua maioria por chácaras, com abastecimento realizado, sobretudo, por meio de poços artesianos. Também por um terceiro setor que corresponde ao condomínio Parque dos Pássaros, localizado, na região centro-sul, no



bairro Guilhermina Vieira Chaer. Esse condomínio, formado por cerca de quinze prédios de três pavimentos e cento e oitenta domicílios, possui rede própria de abastecimento via poço artesiano. Na segunda cidade o setor que apresenta resultado inferior a 90% corresponde a área de expansão urbana relativamente recente. Através da visita a campo foi possível constatar que os domicílios possuem acesso a rede de abastecimento de água, o que nos possibilitou inferir que na data do censo demográfico a área estava em fase de construção e a infraestrutura de abastecimento em processo de implantação.

Relacionado ao serviço de abastecimento de água temos outro importante indicador – o da população em domicílios com esgotamento sanitário adequado. Os dados municipais consideram nesse indicador os domicílios que se encontram ligados diretamente a rede de dutos de escoamento do esgoto domiciliar e também os domicílios que possuem fossas sépticas (IMRS, 2018). Já os dados do censo de 2010 se referem ao indicador como sendo composto por população em domicílios atendidos pela rede geral de esgotamento sanitário, não considerando assim, os domicílios com outros tipos de esgotamento sanitário (IBGE, 2010). As figuras 146 e 147 mostram a porcentagem da população em domicílios com esgotamento sanitário adequado, em nível municipal e intraurbano, e a figura 148 destaca áreas nas cidades que em 2010 apresentaram logradouros com existência de esgoto a céu aberto.

Os dados de 2000 demonstraram o baixo nível de acesso ao esgotamento sanitário em parte considerável dos municípios, com destaque para Perdizes, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Perdizes com resultados inferiores a 60%. Ibiá apresentou taxa de 77,3% e os municípios de Campos Altos e Pedrinópolis, 84,1% e 87,1%, respectivamente. Araxá foi o município que apresentou maior taxa, com 94,4% da população atendida.

Os dados de 2010 e 2018 apontaram uma tendência de melhora significativa do indicador em todos os municípios analisados, com destaque para o aumento naqueles municípios que apresentaram os piores resultados em 2000. Em 2018 o município de Campos Altos apresentou universalidade no serviço de esgotamento sanitário e os demais municípios apresentaram taxas variando entre 92% e 99%. A melhoria da infraestrutura e acesso ao esgotamento sanitário nos municípios se deve, sobretudo, aos mesmos aspectos relacionados na análise do abastecimento de água, fruto de investimentos públicos e do marco regulatório do saneamento básico no Brasil.



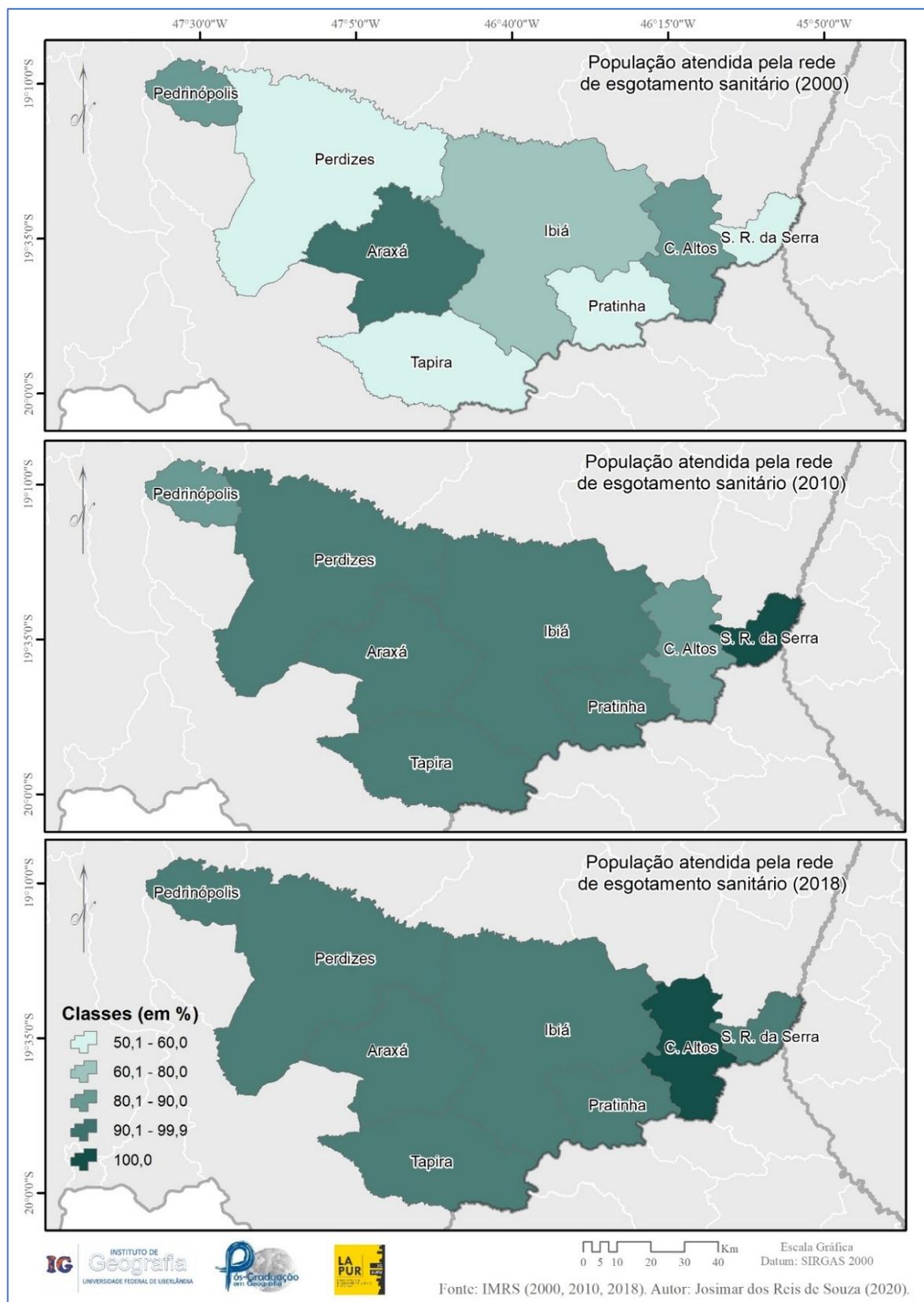


Figura 146 – RGI Araxá: porcentagem da população em domicílios com esgotamento sanitário adequado. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000, 2010, 2018).



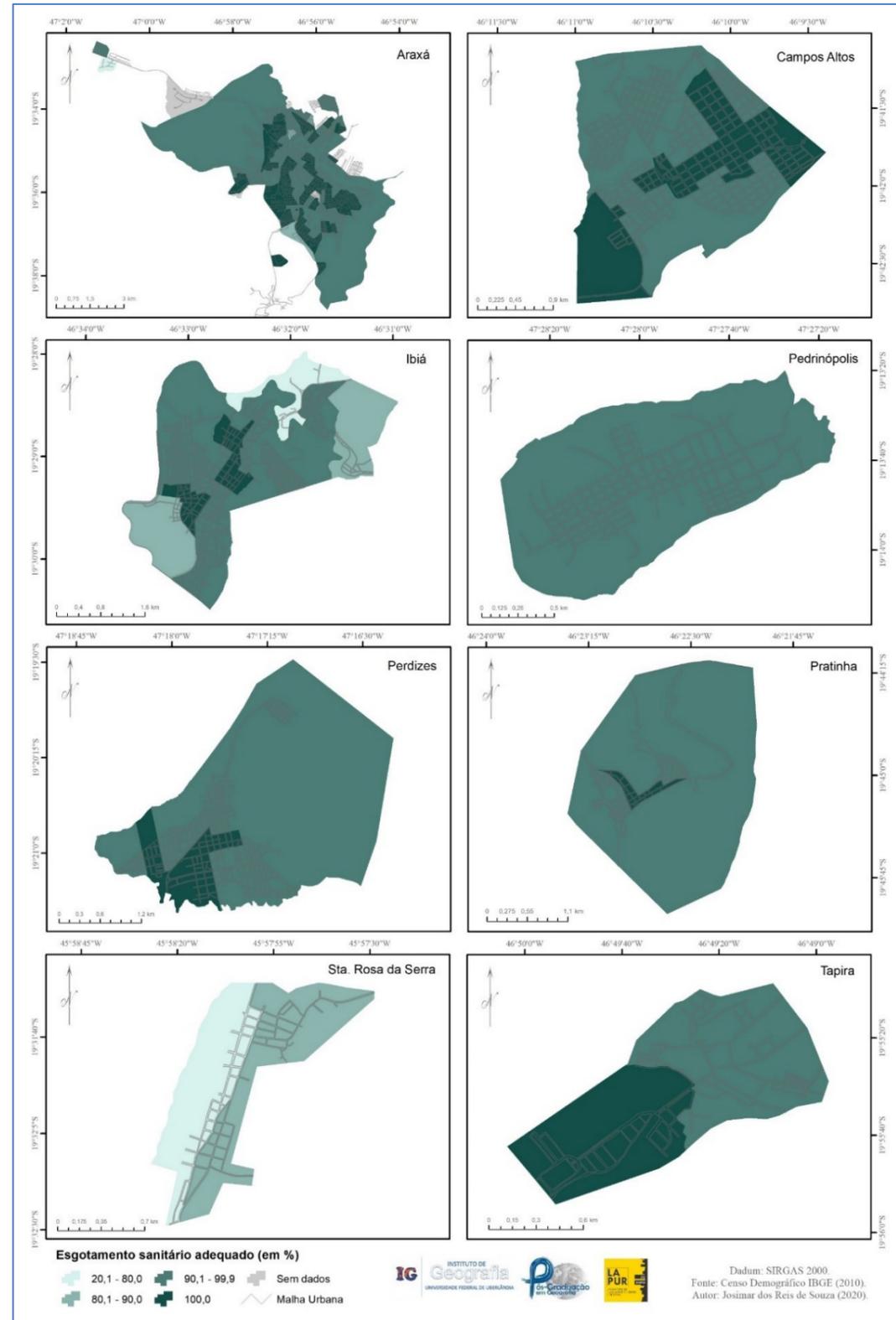


Figura 147 – RGI Araxá: porcentagem da população da área urbana em domicílios com esgotamento sanitário adequado em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).

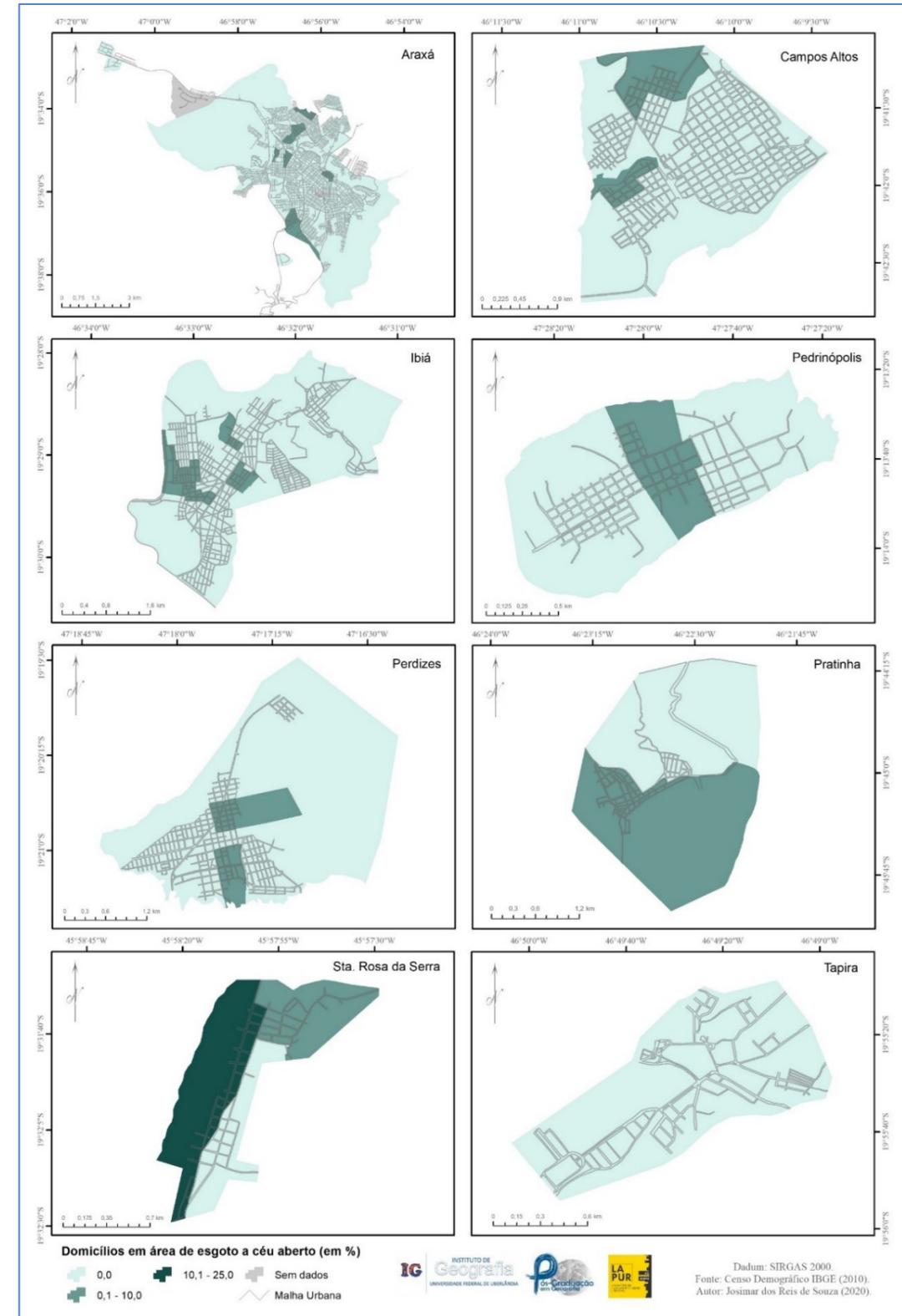


Figura 148 – RGI Araxá: porcentagem da população em domicílios localizados em logradouros com presença de esgoto a céu aberto em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).



Em relação aos níveis de acesso da população urbana a rede geral de esgotamento sanitário, temos que em 2010 (figura 147) a configuração urbana das cidades da RGI de Araxá apresentaram três tendências principais, a saber: áreas urbanas com todos os setores apresentando resultados similares, superiores a 90%; cidades com setores que variaram entre 90% e 100%, com presença de áreas com acesso universal a rede de esgotamento sanitário; e cidades com taxas inferiores a 90%.

A cidade de Pedrinópolis foi a que apresentou maior similaridade entre seus setores, com níveis elevados que variaram de 98,1 a 99,6%. As cidades de Campos Altos, Perdizes e Tapira apresentaram setores com acesso universal a rede de esgotamento sanitário e setores com taxas superiores a 95%. As cidades de Araxá, Ibiá e Santa Rosa da Serra foram as que apresentaram maior discrepância nos níveis de acesso a rede de esgoto. No caso de Araxá quatro setores urbanos apresentaram níveis inferiores a 80%, sendo que um deles corresponde a área de chácaras, mencionada anteriormente, e outros três correspondem às áreas da cidade com população de baixa renda e domicílios com baixo padrão de construção. Em Ibiá um setor, na porção norte da cidade, apresentou baixo nível, com taxa de 64,1%. Se trata de área antiga da cidade, na qual parte considerável dos domicílios tem o esgotamento sanitário via fossas. O mesmo ocorre na cidade de Santa Rosa da Serra, na qual o setor urbano com menor nível, 26,2%, corresponde a área mais antiga da cidade e com presença de pequenas fazendas/chácaras.

Cumprido destacar que entre as cidades da RGI analisada a única que possui sistema de tratamento de esgoto é Araxá. De acordo com dados do IMRS no ano de 2000 Araxá não possuía tal sistema, mas com o advento do marco regulatório do saneamento básico e dos investimentos públicos em 2010 a cidade já contava com 4,08% dos domicílios atendidos e, em 2018, essa taxa correspondia a 77,7%, o que demonstra considerável avanço. Por outro lado, cidades com porte populacional inferior a 30 mil habitantes, continuam sem acesso à infraestrutura verdadeiramente adequada, visto que, o domicílio em si pode estar servido por uma rede eficiente de esgotamento sanitário, mas o destino final inadequado dos dejetos, traz consequências negativas para o meio ambiente e para a saúde da população. Entre os problemas de um sistema de esgotamento sanitário ineficaz podemos destacar áreas das cidades da RGI de Araxá com presença de esgoto a céu aberto em 2020, conforme registro fotográfico realizado em campo, que consta nas figuras 149 a 152.





Figura 149 – Araxá: córrego com presença de esgoto a céu aberto.
Fonte: Souza (2020).



Figura 150 – Ibiá: córrego com presença de esgoto a céu aberto.
Fonte: Souza (2020).



Figura 151 – Santa Rosa da Serra: córrego com presença de esgoto a céu aberto.
Fonte: Souza (2020).



Figura 152 – Tapira: córrego com presença de esgoto a céu aberto.
Fonte: Souza (2020).



No censo demográfico de 2010 coube aos recenseadores realizar o diagnóstico dos logradouros, destacando deficiências de infraestrutura. Uma delas era a identificação de áreas da cidade com a presença de esgoto a céu aberto, que consta na figura 148. A partir da cartografia e identificação dos setores urbanos com maior incidência desse indicador, realizamos a visita a campo para verificar a situação atual. A persistência do problema foi identificada nas cidades de Araxá, Ibiá e Santa Rosa da Serra e uma piora no indicador foi verificada na cidade de Tapira, que antes apresentava a ausência do referido problema urbano. Nas demais cidades a visita a campo não identificou áreas com esgoto a céu aberto, o que aponta para uma possível melhora do indicador.

Na área urbana de Araxá, em 2010, o IBGE apontou cinco setores censitários com presença de esgoto a céu aberto. Após visita nas áreas elencas verificamos a persistência de tal problema, através do descarte dos resíduos em córregos da cidade, com destaque para o córrego parcialmente canalizado localizado ao longo da avenida João Paulo II, na altura do bairro Bom Jesus, figura 149. Trata-se de uma das áreas da cidade com concentração de população de baixa renda, popularmente conhecida como “fuxico”. No dia da visita ao local foi possível sentir forte odor e coloração marrom na água, o que conseqüentemente fez com que os domicílios localizados nas proximidades se encontrassem em sua maioria com as janelas e portas fechadas.

Em Ibiá foram identificadas duas áreas com ocorrência de esgoto a céu aberto. Uma na divisa dos bairros Nossa Senhora de Fátima e Centro (figura 150), que se trata de área antiga da cidade, que mesmo servida pela tubulação da rede de esgotamento sanitário, apresentou odor característico de dejetos. A outra área corresponde a divisa entre os bairros Maroca e Maroquinha, região historicamente marcada pelas desigualdades sociais, que até poucos anos contava com a presença de domicílios improvisados com ligações clandestinas a rede de energia e abastecimento de água.

Santa Rosa da Serra aparece no censo de 2010 como a principal cidade, entre as analisadas, com o referido problema urbano, com setor com 23,5% dos domicílios em logradouros em área com presença de esgoto a céu aberto. Em campo verificamos a existência de um córrego urbano (figura 151) que se estende por todo o setor, com dimensões medianas, com forte odor e coloração marrom e que ganhava volume ao longo de seu trajeto, devido ao recebimento de carga considerável de esgoto.



Em Tapira verificamos uma piora do indicador, visto que, em 2010 toda a cidade aparecia como não tendo em seus logradouros presença de esgoto a céu aberto. Entretanto, na visita realizada verificamos a existência de um córrego ao longo da rua Carlos Souza (figura 152), com forte odor e coloração marrom, que em alguns trechos adentrava o quintal das casas. Tal área se caracteriza pela presença de casas com baixo padrão de construção, domicílios improvisados e população de baixa renda.

Ainda acerca do saneamento, o marco legal brasileiro aponta que a coleta e correta deposição dos resíduos sólidos compõem, em conjunto com os indicadores já analisados (e a drenagem urbana), importante quadríade ambiental. As figuras 153 e 154 apresentam a porcentagem de habitantes em domicílios com coleta de lixo nos municípios e nas áreas intraurbanas da RGI de Araxá. Já a figura 155 apresenta setores censitários com domicílios em logradouros que apresentaram acúmulo de lixo em 2010. Cumpre destacar, que os indicadores municipais de coleta de lixo levam em consideração a coleta direta e indireta (IMRS, 2018), visto que as zonas rurais, em sua maioria, não possuem serviço de coleta realizada pelas prefeituras. Já os dados intraurbanos de 2010 consideram, na análise, apenas a coleta direta de lixo, realizada pelo serviço municipal (IBGE, 2010).

No ano 2000 parte dos municípios apresentaram indicador insatisfatório, sendo que o município que se apresentou mais bem servido pelo serviço de coleta de lixo foi Araxá, com 96,2%. Os municípios de Campos Altos, Ibiá e Pedrinópolis apresentaram taxas superiores a 80%, com 89,1%, 80,2% e 84,3%, respectivamente. Os municípios de Santa Rosa da Serra e Tapira tiveram taxas inferiores a 70%. Perdizes, com 53,9% e Pratinha, 54,7% foram os que apresentaram menores níveis, evidenciando uma deficiência do referido serviço municipal. Em 2010 pudemos verificar que todos os municípios apresentaram excelência no indicador analisado. Tal resultado foi fruto, sobretudo, de parte da política oriunda pós marco regulatório do saneamento.

Em 2018 verificamos decréscimo em todos os municípios, mas com dados que se mantiveram em patamares elevados, com taxa variando de 93,7% em Perdizes a 98,6% em Tapira. A diminuição no indicador possui relação com o período de expansão urbana verificado na RGI de Araxá, via construção de conjunto habitacionais e novos loteamentos em sete dos oito municípios, fato que leva a gestão pública municipal a ter de ampliar e readequar o serviço municipal de coleta de lixo.



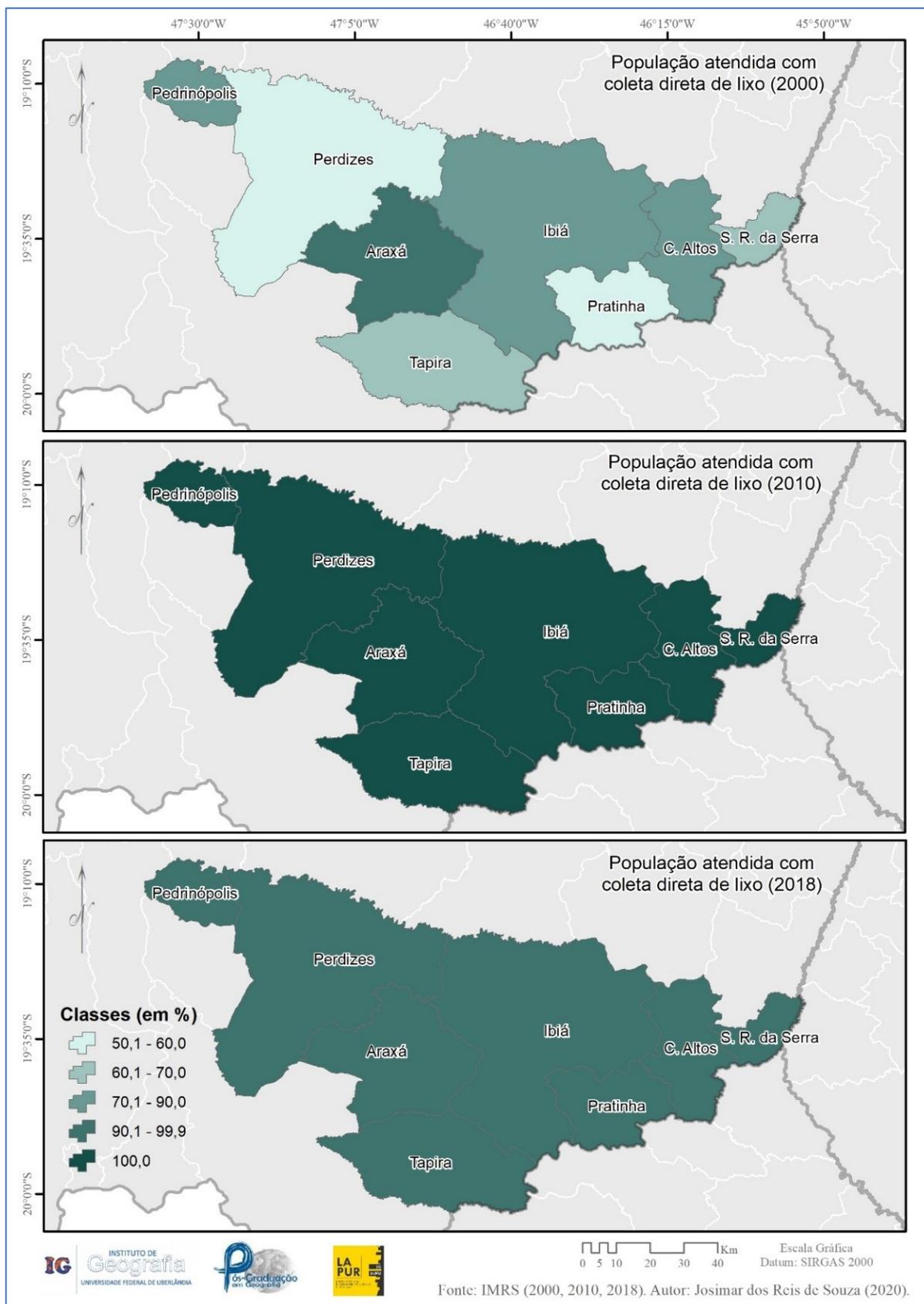


Figura 153 – RGI Araxá: porcentagem da população em domicílios atendidos por coleta de lixo.
Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000, 2010, 2018).





Figura 154 – RGI Araxá: porcentagem da população da área urbana em domicílios com coleta direta de lixo em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).

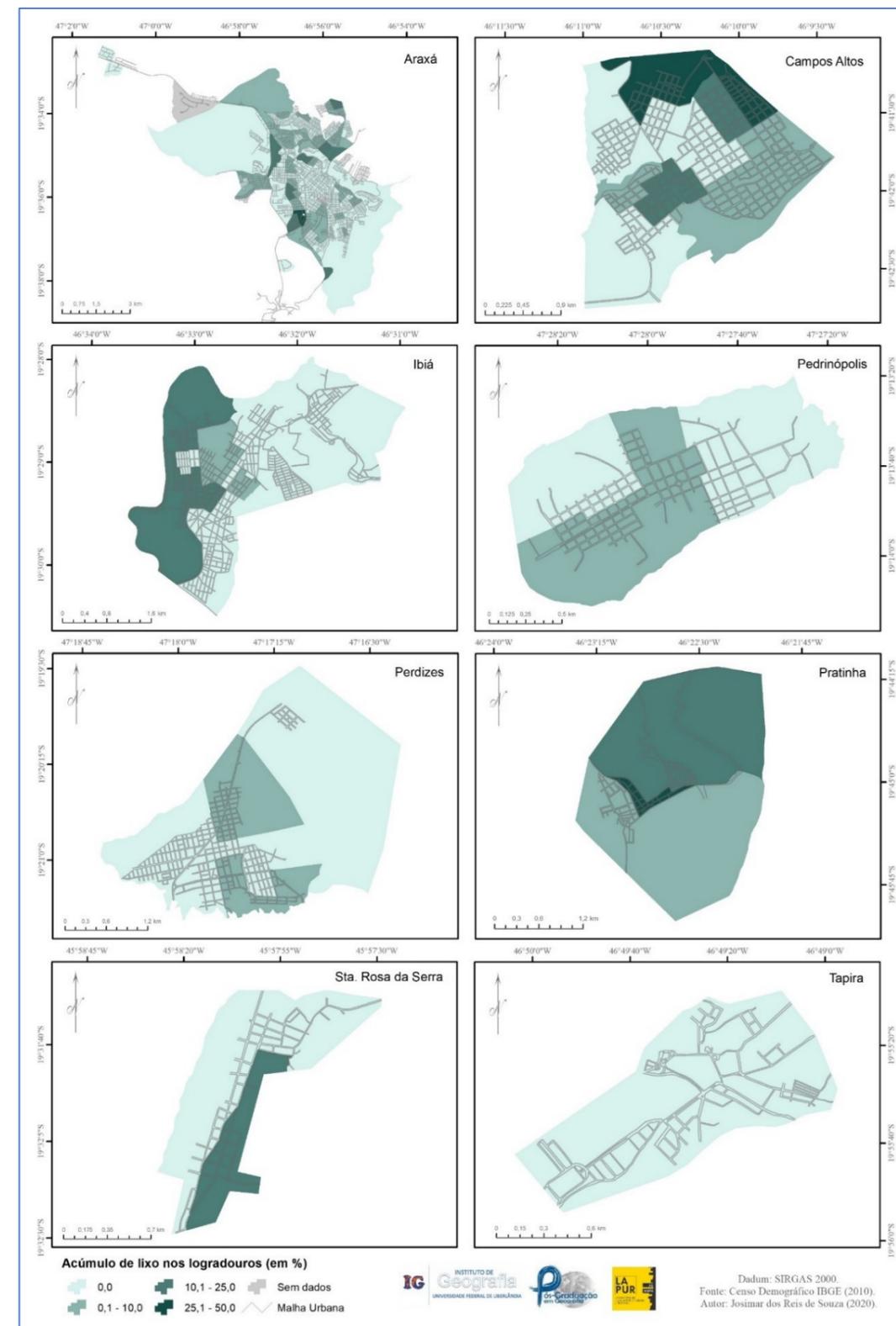


Figura 155 – RGI Araxá: porcentagem da população em domicílios localizados em logradouros acúmulo de lixo em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).



Na análise intraurbana, a partir de dados de 2010, pudemos evidenciar que pelo fato de o IBGE considerar apenas a coleta direta de lixo, não temos áreas urbanas com universalidade de acesso a esse indicador. Foi possível verificar, a partir da figura 154, que as áreas urbanas de Pedrinópolis e Santa Rosa da Serra não possuíam discrepâncias do indicador, com todos os setores variando entre 98,1% a 99,6%, portanto níveis elevados de disponibilidade do referido serviço municipal. As demais cidades apresentaram alguns setores nos quais os domicílios possuíam total acesso à coleta direta de lixo e outros com taxa acima de 90%. Entre essas Campos Altos e Perdizes foram as que apresentaram maior parte da sua malha urbana com atendimento total dos domicílios.

Apesar do indicador de maneira geral ser positivo em toda a RGI de Araxá foi possível verificar, a partir da figura 155, áreas das cidades que mesmo relativamente bem abastecidas pelo serviço municipal de coleta de lixo apresentaram, em 2010, acúmulo de lixo em logradouros, inclusive em áreas com totalidade do serviço de coleta. Para atualizar a situação apresentada no referido ano, através do campo, foi realizada visita aos setores com presença de lixo nos logradouros. As cidades que apresentaram áreas que mantiveram esse problema urbano foram Araxá, Campos Altos, Ibiá, Perdizes, Pratinha, Santa Rosa da Serra, conforme figuras 156 a 161.

Em Araxá foram visitados os setores que foram indicados em 2010 com presença do referido indicador. Nesses as taxas de habitantes em domicílios em áreas com presença de acúmulo de lixo nos logradouros variou entre 0,4% a 33,3%. Durante o campo identificamos que em parte dos setores censitários o problema foi resolvido, resultando assim, em uma melhora do indicador. Entretanto, foram identificados diferentes depósitos de lixo ilegais, sobretudo nas bordas noroeste e sudeste da cidade, com predomínio de lixo de construção civil, fato que diverge dos resultados positivos apresentados no censo de 2010. Ademais, em bairros com predomínio da população de baixa renda foi possível constatar que lotes têm sido utilizados para depósito de lixo, com destaque para o bairro Bom Jesus (figura 156).

Em Campos Altos, o campo propiciou a constatação da inversão, em relação a 2010, de áreas da cidade com acúmulo de lixo, sendo que na área que apresentou maior taxa não foram encontrados depósitos de lixo. Entretanto, na região sudeste, no bairro Boa Esperança, com predomínio de habitações com baixo padrão de construção foram identificados oito áreas com acúmulo de lixo, com destaque para depósitos de resíduos de construção civil (figura 157).





Figura 156 – Araxá: terreno com grande quantidade de lixo acumulado.
Fonte: Souza (2020).



Figura 157 – Campos Altos: lixo acumulado em terreno em área de borda da mancha urbana.
Fonte: Souza (2020).



Figura 158 – Ibiá: lixo acumulado em terreno baldio.
Fonte: Souza (2020).



Figura 159 – Perdizes: lixo acumulado em área de expansão urbana.
Fonte: Souza (2020).



Figura 160 – Pratinha: lixo acúmulo em área de conjunto habitacional.
Fonte: Souza (2020).



Figura 161 – Santa Rosa da Serra: lixo acumulado em praça pública.
Fonte: Souza (2020).



Em Ibiá o censo de 2010 apontou o setor oeste e noroeste da cidade como área com acúmulo de lixo. Se trata da área da cidade com os menores níveis de renda, saneamento e com domicílios com baixo padrão de construção. Na pesquisa de campo constatamos que essa realidade se manteve, com acúmulo de lixo nas divisas dos bairros Maroca e Maroquinha (figura 158). Entretanto, identificamos novos focos de lixo na área mais ao norte do perímetro urbano, nos bairros São Dimas e Neuza Rezende, sendo o primeiro formado por domicílios antigos e o segundo por habitações de interesse social.

Os indicadores de Perdizes apontaram para dois setores censitários com presença de lixo, sendo que essa realidade parcialmente se manteve. Na área mais ao norte da cidade, formada por conjuntos habitacionais, foram encontradas áreas com acúmulo de lixo (figura 159). Entretanto, nos setores urbanos localizados na área sul da cidade constatamos uma melhora do indicador, visto que, não foram encontradas áreas com acúmulo de lixo em logradouros.

Pratinha, diferente das demais cidades, foi a única que apresentou em 2010 acúmulo de lixo em todos os seus setores. Ademais foi uma das únicas, em conjunto com Santa Rosa da Serra, que teve a área central com maior presença do indicador. Entretanto, através do campo identificamos melhora nos setores central e sul e uma tendência de piora nos setores mais ao norte da cidade, compostos por áreas de expansão urbana com presença de conjuntos habitacionais, conforme podemos verificar na figura 160.

Na área urbana de Santa Rosa da Serra identificamos que o setor que apresentou acúmulo de lixo nos logradouros em 2010 manteve essa dinâmica, com presença de lixo em diferentes pontos, inclusive em área pública da cidade composta por praça e quadra de esportes, que conforme podemos visualizar na figura 161 se encontra degradada.

A partir da análise do indicador de acúmulo de lixo em logradouro pudemos inferir que mesmo em áreas da cidade que possuem acesso à coleta de lixo, conforme verificado anteriormente, não necessariamente a população está livre dos problemas oriundos ao lixo urbano. A constatação que na maioria das cidades a presença de lixo em logradouros se encontra nos bairros com população de baixa renda, nos aponta que de um lado há uma questão cultural e/ou de falta de consciência de que depois que o lixo se encontra fora dos domicílios isso não é mais problema das pessoas; e de outro lado, que possivelmente o esforço da gestão municipal



para a solução desse problema urbano e ineficiente, ou em alguns casos ausente. Ademais, a presença de lixos de construção civil e móveis aponta para uma possível ausência de serviços públicos de coleta desses materiais, restando a população apenas a contratação de serviços privados, como caçambas.

Cumprido destacar ainda que todos os municípios da RGI analisada possuem como deposição final de seus resíduos sólidos aterros sanitários controlados e Araxá e Ibiá possuem serviço de coleta seletiva, via cooperativas (IMRS, 2018). Tal indicação positiva auxilia na qualidade ambiental desses municípios e tem impacto direto na saúde da população.

De forma a contribuir com a análise da qualidade de vida da população, via condições da habitação⁴⁶, identificamos a necessidade de analisar um indicador que nos possibilitou visitar áreas das cidades com discrepâncias existentes no tecido urbano oriundas, sobretudo, das desigualdades sociais transcritas na paisagem. Assim, o indicador porcentagem de domicílios improvisados nos apontou áreas das cidades que possuem domicílios impróprios a moradia, tais como barracos, cômodos construídos em fundos de quintal, estabelecimentos construídos para outros fins, etc.

Entre as áreas urbanas analisadas, conforme figura 162, temos que em 2010 apenas Santa Rosa da Serra não apresentou setores censitários com domicílios improvisados. As demais áreas urbanas apresentaram taxas que variaram entre 0,1% e 2% de residências em infraestruturas impróprias a moradia.

Entretanto, apesar de se tratar de porcentagem relativamente baixa, através da pesquisa em campo, foi possível constatar parcela da população vivendo em condições precárias de habitação, como podemos verificar nas figuras 163 a 165. Destarte, apesar de termos encontrado maiores traços desse indicador em algumas cidades, constatamos a presença de domicílios improvisados em toda a RGI de Araxá, tanto nos setores elencados pelo censo de 2010, como em outros setores, sendo em sua maioria compostos por construções de cômodos nos fundos das casas, com materiais de segunda mão, que devido a questões sanitárias, de ventilação por exemplo, não são adequados a moradia.

⁴⁶ Conforme informamos na introdução desse item as condições da habitação foram analisadas também na dimensão renda (próximo item), pois são o reflexo na paisagem dos diferentes níveis de renda da população.



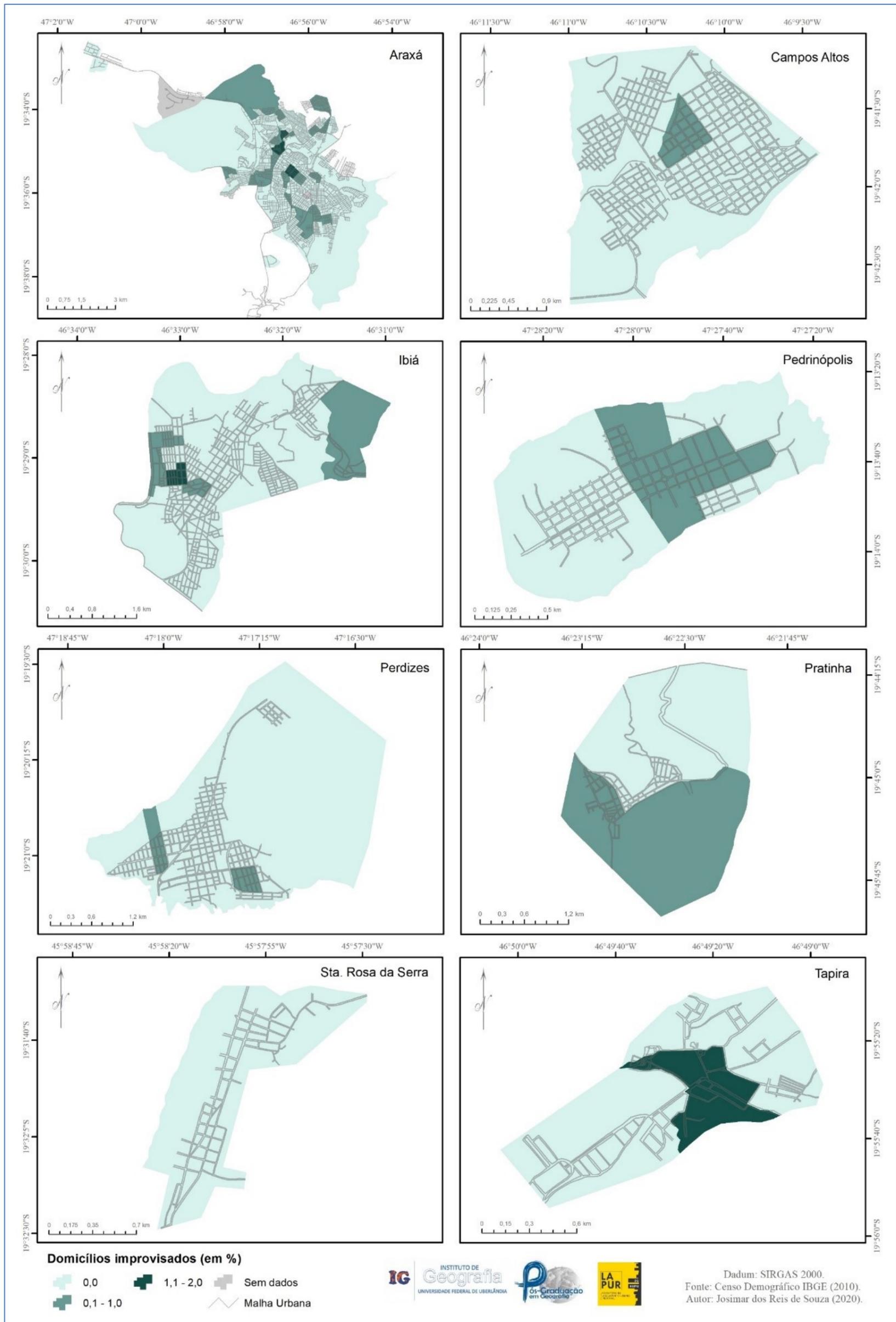


Figura 162 – RGI Araxá: porcentagem de domicílios improvisados em 2010.
Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).





Figura 163 – Araxá: domicílio improvisado do tipo barraco.
Fonte: Souza (2020).



Figura 164 – Ibiá: domicílio improvisado em área de antiga ocupação no bairro Maroquinha.
Fonte: Souza (2020).



Figura 165 – Tapira: domicílios improvisados do tipo cômodos com baixo padrão de construção.
Fonte: Souza (2020).



Em Araxá identificamos em campo uma permanência da configuração apontada no ano de 2010, com destaque para os setores no centro-norte da área urbana, localizados nos bairros Bom Jesus, Francisco Duarte, Abolição e Salomão Drumond, nos quais foi possível verificar a presença de domicílios improvisados sob a forma de cômodos com mínimos padrões de construção, além de pessoas vivendo em barracos, como pode ser exemplificado pela figura 163, uma das imagens mais chocantes durante as visitas as cidades da RGI de Araxá. Nos demais setores da cidade, apontados em 2010 com a presença desse indicador, observamos a existência de domicílios improvisados na forma de cômodos, normalmente construídos nos fundos dos quintais, sendo essa uma prática relativamente comum nas famílias de baixa renda.

Na área urbana de Ibiá identificamos duas evoluções distintas. A primeira consistiu numa melhora significativa desse indicador no setor a leste do perímetro urbano. A outra diz respeito a uma melhora parcial nos setores localizados a oeste da cidade. Nessa região se localizam dois bairros, Maroca e Maroquinha, que historicamente foram marcados por concentrar a parcela da população de baixa renda, formada majoritariamente por trabalhadores do campo. Neles foi possível visualizar a existência de domicílios improvisados (figura 164), mas com uma diferença importante. Nos últimos anos parte dessa população se deslocou para conjuntos habitacionais. A partir de esforço da gestão pública a população que vivia em situação de extrema vulnerabilidade, parte em barracos de lona, pôde ter acesso a melhores condições de moradia.

Na cidade de Tapira o setor urbano identificado com porcentagem de domicílios improvisados de 1,9% (maior resultado entre todas as cidades) foi visitado e pudemos constatar uma manutenção da realidade inscrita em 2010. Trata-se de área da cidade com um conjunto considerável de domicílios improvisados, na forma de pequenos cômodos com baixo padrão de construção e formando espécies de “puxadinhos”, conforme podemos visualizar na figura 165.

A partir da análise de indicadores de saneamento e das condições de habitação, em nível municipal e intraurbano, e da pesquisa de campo pudemos conhecer um pouco mais da realidade urbana da RGI de Araxá. Através dessa primeira análise apontamos, através do quadro 5, áreas da cidade que necessitam de maior atenção por parte do poder público e elencamos sugestões de melhorias necessárias, com o objetivo de auxiliar a gestão pública na proposição de políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida da população.



Cidade	Indicador que necessita de melhoria	Área que necessita de maior atenção	Melhorias necessárias (sugestões à gestão pública municipal)
Araxá	- Abastecimento de água - Esgotamento sanitário - Coleta de lixo - Domicílios improvisados	- Toda área urbana - Av. Rossalvo Santos e áreas do bairro Bom Jesus - Bairros Bom Jesus, Salomão Abraão e Abolição - Bairros B. Jesus, F. Duarte, Abolição e S. Drumont	- Acesso universal a água potável e análise qualidade da água poços artesianos - Eliminação do esgoto a céu aberto e tratamento universal do esgoto sanitário - Eliminação de áreas com acúmulo de lixo, coleta universal de lixo e coleta seletiva - Ações de assistência social aos habitantes em estado de vulnerabilidade social
Campos Altos	- Abastecimento de água - Esgotamento sanitário - Coleta de lixo - Domicílios improvisados	- Toda área urbana - Toda área urbana - Bairro Boa Esperança e setor noroeste - Setor noroeste	- Acesso universal a água potável e análise qualidade da água poços artesianos - Tratamento de esgoto - Eliminação de áreas com acúmulo de lixo, coleta universal de lixo e coleta seletiva - Ações de assistência social aos habitantes em estado de vulnerabilidade social
Ibiá	- Abastecimento de água - Esgotamento sanitário - Coleta de lixo - Domicílios improvisados	- Toda área urbana - Bairros São Dimas e Nossa Senhora de Fátima - Bairros Maroca e Maroquinha - Bairros Maroca e Maroquinha	- Acesso universal a água potável e análise qualidade da água poços artesianos - Eliminação de fossas antigas, do esgoto a céu aberto e tratamento de esgoto - Eliminação de áreas com acúmulo de lixo, coleta universal de lixo e coleta seletiva - Ações de assistência social aos habitantes em estado de vulnerabilidade social
Pedrinópolis	- Abastecimento de água - Esgotamento sanitário - Coleta de lixo - Domicílios improvisados	- Toda área urbana - Toda área urbana - Toda área urbana - Área urbana mais antiga	- Acesso universal a água potável e análise qualidade da água poços artesianos - Tratamento de esgoto - Coleta universal de lixo e implantação de coleta seletiva - Ações de assistência social aos habitantes em estado de vulnerabilidade social
Perdizes	- Abastecimento de água - Esgotamento sanitário - Coleta de lixo - Domicílios improvisados	- Toda área urbana - Toda área urbana - Conjuntos habitacionais no setor norte - Setor oeste	- Acesso universal a água potável e análise qualidade da água poços artesianos - Tratamento de esgoto - Eliminação de áreas com acúmulo de lixo, coleta universal de lixo e coleta seletiva - Ações de assistência social aos habitantes em estado de vulnerabilidade social
Pratinha	- Abastecimento de água - Esgotamento sanitário - Coleta de lixo - Domicílios improvisados	- Toda área urbana - Toda área urbana - Conjuntos habitacionais no setor norte - Setor sul	- Acesso universal a água potável e análise qualidade da água poços artesianos - Tratamento de esgoto - Eliminação de áreas com acúmulo de lixo, coleta universal de lixo e coleta seletiva - Ações de assistência social aos habitantes em estado de vulnerabilidade social
Sta. R. da Serra	- Abastecimento de água - Esgotamento sanitário - Coleta de lixo - Domicílios improvisados	- Toda área urbana - Rua Antônio B. Ferreira e adjacentes - Rua Antônio B. Ferreira e adjacentes - Toda área urbana	- Acesso universal a água potável e análise qualidade da água poços artesianos - Eliminação de fossas antigas, do esgoto a céu aberto e tratamento de esgoto - Eliminação de áreas com acúmulo de lixo, coleta universal de lixo e coleta seletiva - Ações de assistência social aos habitantes em estado de vulnerabilidade social
Tapira	- Abastecimento de água - Esgotamento sanitário - Coleta de lixo - Domicílios improvisados	- Toda área urbana - Rua Carlos M. de Sousa - Toda área urbana - Setor centro-norte	- Acesso universal a água potável e análise qualidade da água poços artesianos - Eliminação do esgoto a céu aberto - Coleta universal de lixo e implantação de coleta seletiva - Ações de assistência social aos habitantes em estado de vulnerabilidade social

Quadro 5 – RGI Araxá: indicadores de saneamento e habitação que necessitam de melhoria em 2020.
Fonte: Souza (2020).



3.2 Renda e assistência social

Dentre os aspectos que dimensionam os níveis de qualidade de vida da população, o acesso à renda e a assistência social se despontam como dois dos principais aspectos, seja na busca pelas satisfações pessoais relacionadas, sobretudo, ao consumo, como também por se tratar de constante definidora das condições de habitação, do acesso à saúde (privada) e também à educação (sobretudo ao ensino superior). Em suma, em um país marcado por profundas desigualdades sociais como o Brasil, no qual os serviços de qualidade se encontram, em sua maioria, na iniciativa privada, analisar as condições de acesso das famílias a eles, via aspectos da renda e assistência social, se torna necessário. Ademais, conhecer como essas desigualdades se figuram no tecido urbano nos ajuda a entender também as disparidades sociais encontradas em um mesmo solo urbano.

Para a análise da renda foram escolhidos os seguintes indicadores: renda apropriada pelos 20% mais pobres; renda apropriada pelos 20% mais ricos; domicílios sem rendimento *per capita*; domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo; domicílios com renda *per capita* entre 1 e 2 salários-mínimos; domicílios com renda *per capita* entre 2 e 5 salários-mínimos; domicílios com renda *per capita* entre 5 e 10 salários-mínimos; e domicílios com renda *per capita* maior que 10 salários-mínimos.

Para a análise da assistência social foram selecionados os indicadores: pessoas em situação de pobreza extrema; pessoas pobres ou vulneráveis a pobreza e cobertura do programa bolsa família. Além disso utilizamos também dados acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à deficientes e idosos.

As figuras 166 e 167 apresentam os resultados, em nível municipal, da diferença existente entre a renda apropriada pela parcela da população 20% mais pobres e a renda apropriada pela parcela 20% mais rica. Ambas as análises são amplamente utilizadas por organizações internacionais e nacionais para mensurar a distribuição de renda. Dados do IBGE (2018) apontam que no Brasil os 20% mais ricos ganham, em média, 18 vezes mais que os 20% mais pobres. Por se tratar de uma média, temos que considerar ainda que uma parcela ainda menor da sociedade, detentora de privilégios fiscais, possui renda ainda superior, quadro que coloca o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo e com complexos problemas sociais.



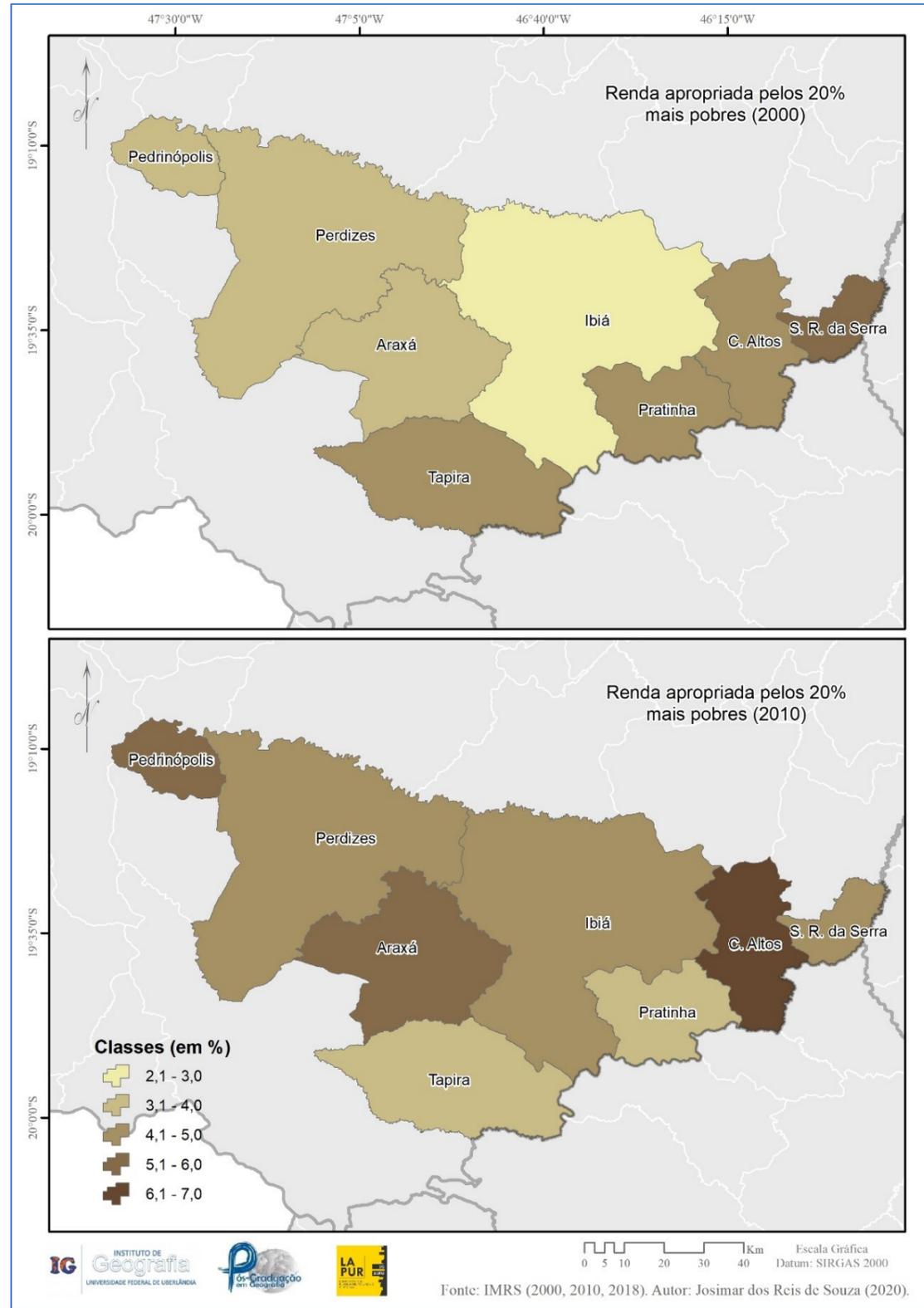


Figura 166 – RGI Araxá: porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais pobres. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000, 2010).

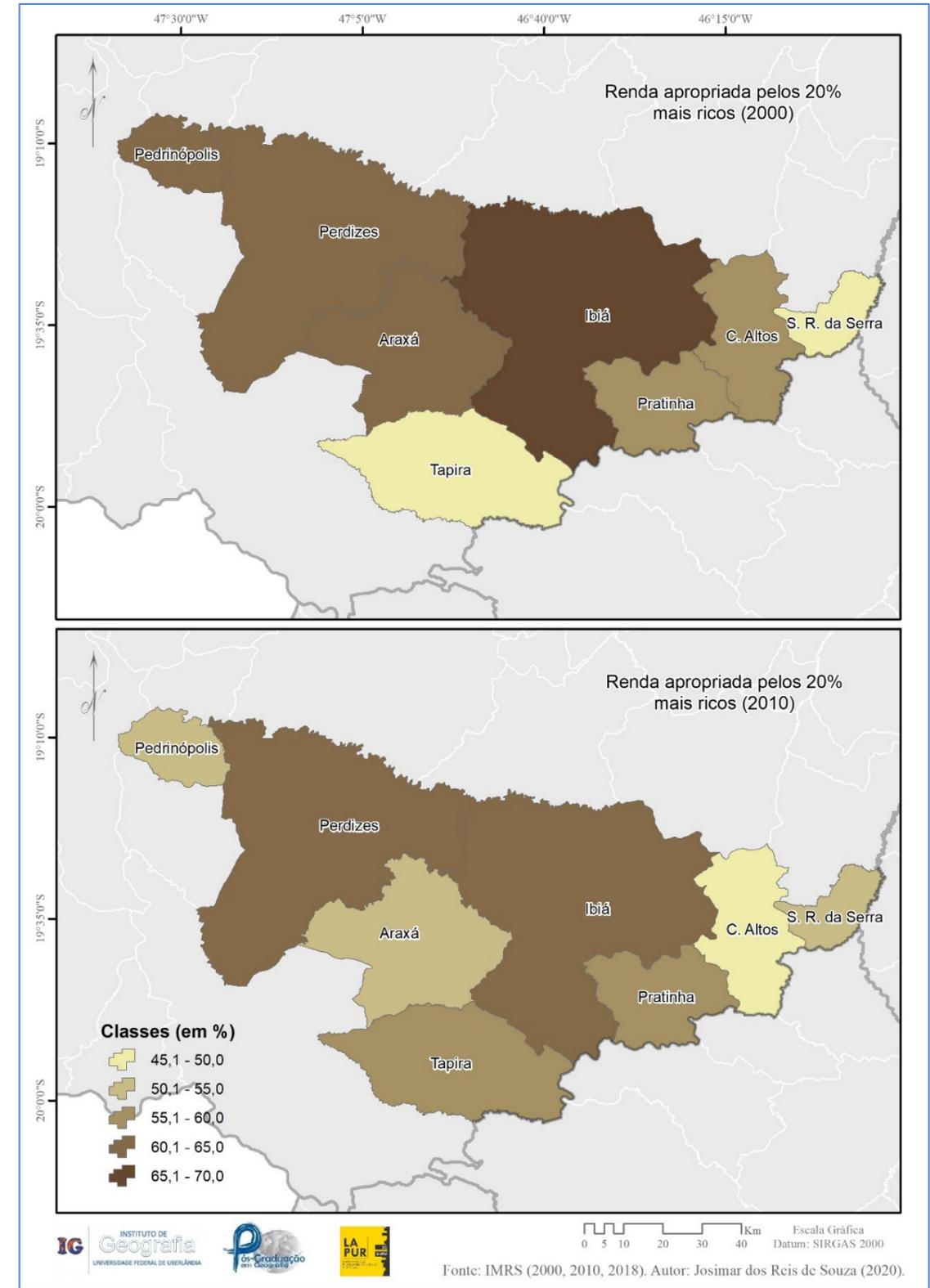


Figura 167 – RGI Araxá: porcentagem da renda apropriada pelos 20% mais ricos. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000, 2010).



Temos que em 2000 o município de Santa Rosa da Serra foi o que apresentou a maior taxa de renda apropriada pelos 20% mais pobres, com 5,6% da renda total obtida pelos habitantes. Campos Altos, Pratinha e Tapira apontaram taxa entre 4% e 5%, enquanto Araxá Pedrinópolis e Perdizes tiveram resultados entre 3% e 4%. Ibiá foi o município que apresentou o menor nível de apropriação de renda pelos mais pobres, com apenas 2,9%. Comparando os dados desse ano com os de 2010, pudemos verificar que, à exceção de Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira, os demais municípios da RGI de Araxá apresentaram evolução positiva, mesmo que pequena, na distribuição de renda. Nesse ano Campos Altos foi o que apresentou maior taxa, 6,4%, seguido por Araxá e Pedrinópolis, com taxas entre 5% e 6%, e Ibiá, Santa Rosa da Serra e Perdizes, com taxa entre 4% e 5%. Pratinha e Tapira figuraram entre as cidades com menor acesso à renda total pelos mais pobres, com taxa 3,8% e 3,3%, respectivamente.

A melhora no acesso à renda pelos mais pobres entre 2000 e 2010 tem relação com três aspectos principais. O primeiro diz respeito a criação do programa bolsa família, em 2003, que levou parcela da população que se encontrava em situação de extrema pobreza a ter acesso a uma renda mínima para sua sobrevivência. O segundo está relacionado ao aumento anual do salário-mínimo acima da inflação, o que levou a um ganho real para a população. O terceiro se relaciona ao período de crescimento vivenciado pelo país nessa década, com altos investimentos em obras de infraestrutura, que fez com que as taxas de desemprego caíssem e uma maior parcela da população economicamente ativa conseguisse emprego formal.

Por outro lado, o indicador de renda apropriada pelos 20% mais ricos demonstra uma tendência de permanência da concentração da riqueza nos municípios da RGI de Araxá, o que segue naturalmente uma tendência nacional, como também dos países periféricos. Tanto os dados de 2000 como de 2010 apontam para uma concentração de renda pelos 20% mais ricos, salvo exceções, superior a 50%. Verificamos no primeiro ano que Ibiá foi o município com maior concentração de renda entre os mais ricos, com taxa de 60,1%, aspecto importante pois esse é o mesmo município que apresentou a apropriação mais baixa entre os 20% mais pobres no referido ano. Os municípios de Araxá, Pedrinópolis e Perdizes se situaram entre a taxa de 55% e 60%, enquanto Campos Altos e Pratinha entre 50% e 55%. Santa Rosa da Serra e Tapira foram os que tiveram taxa inferior a 50%, com 45,6% e 49,9% respectivamente. Em 2010 o quadro de concentração de renda se manteve, com Ibiá e Perdizes apresentando maior concentração, superior a 60% e apenas Campos Altos com concentração inferior a 50%.



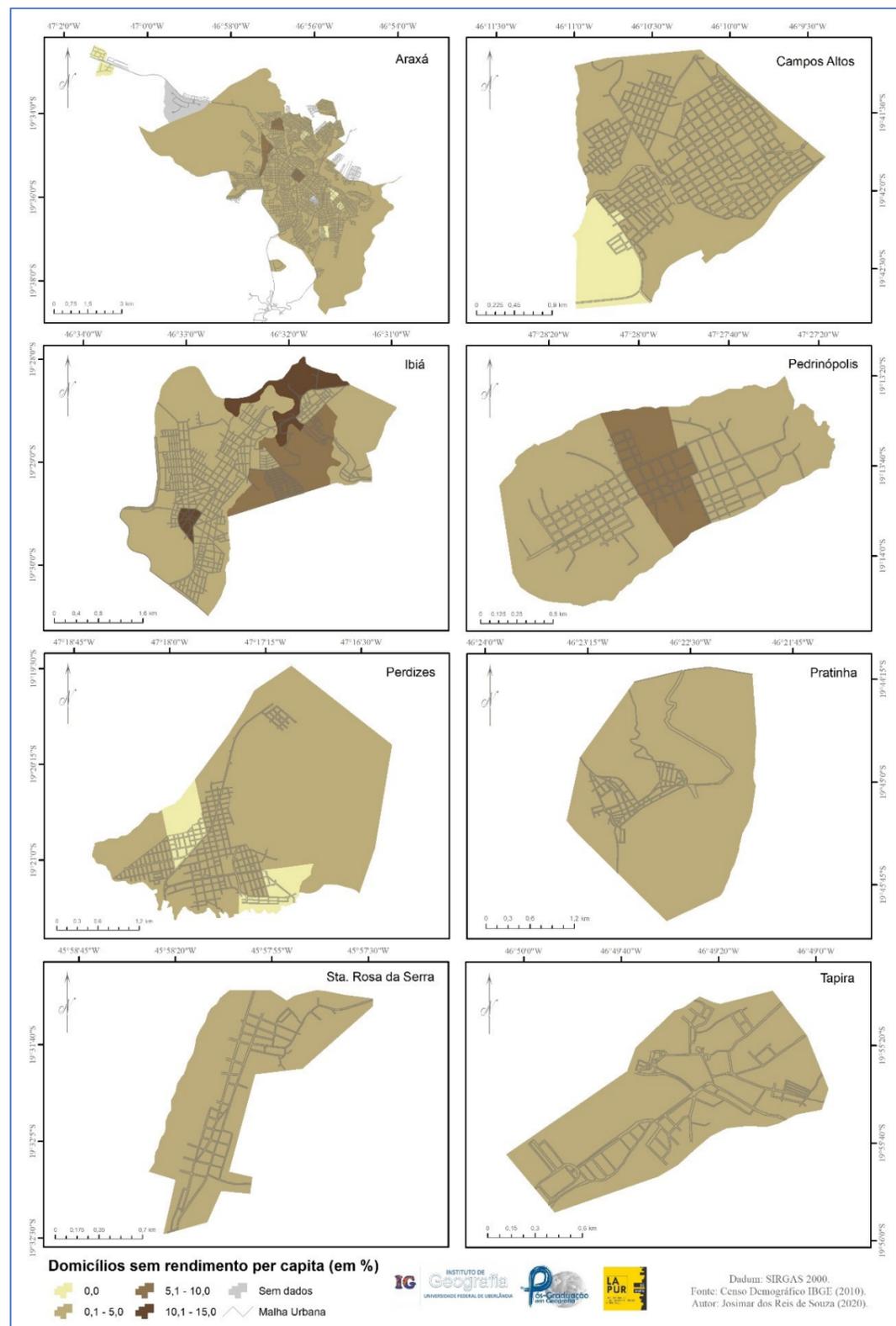


Figura 168 – RGI Araxá: porcentagem de domicílios sem rendimento *per capita* em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).

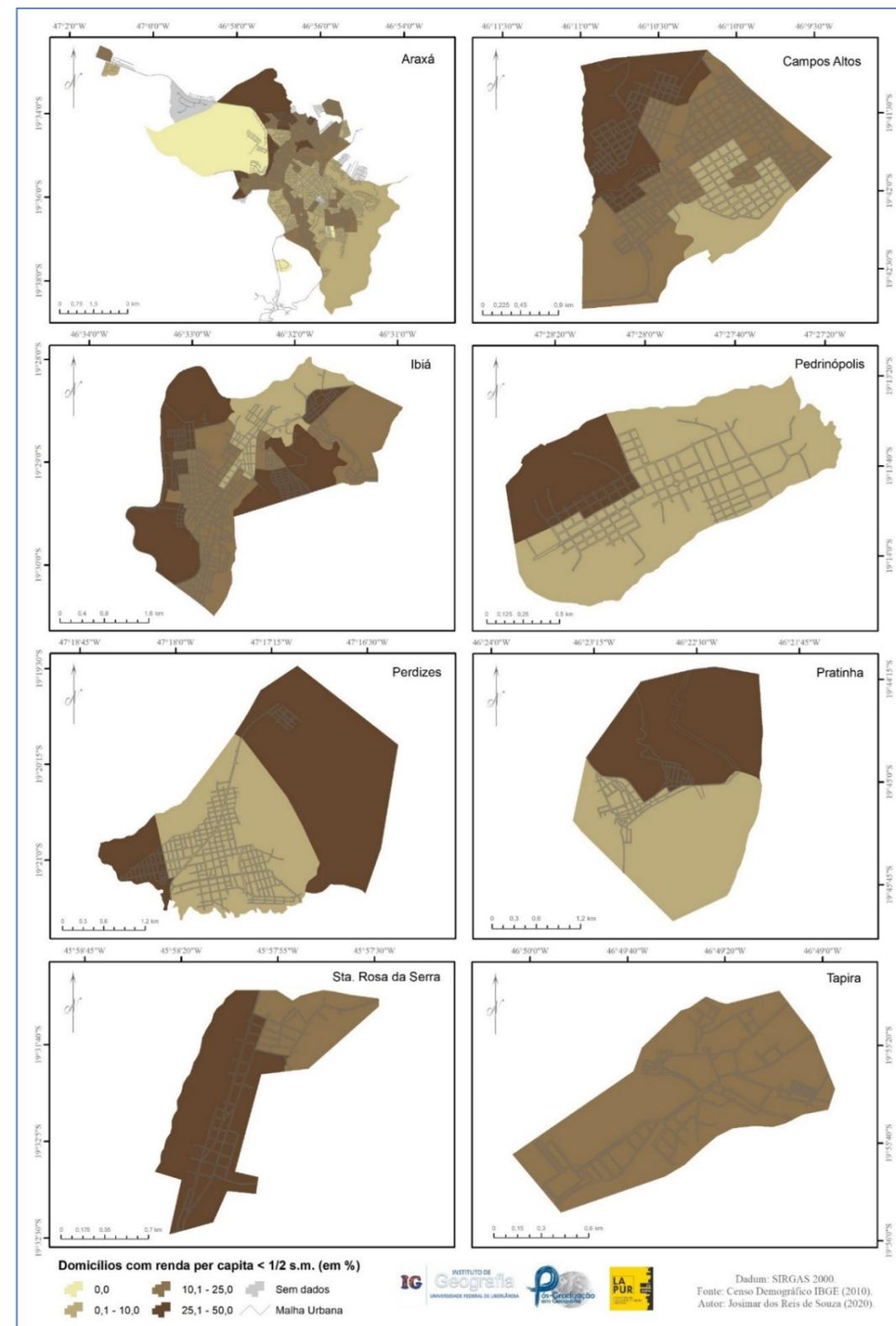


Figura 169 – RGI Araxá: porcentagem de domicílios com rendimento *per capita* inferior a meio salário-mínimo em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).



Acerca da distribuição de renda nas áreas urbanas da RGI de Araxá o censo de 2010 nos possibilitou a análise da distribuição da renda *per capita* domiciliar, por setores censitários, a partir de diferentes faixas de renda. Tal indicador foi importante para nos apontar as disparidades de renda, e conseqüentemente sociais, existentes no interior das cidades. Assim, as figuras 168 e 169, apresentam a renda *per capita* domiciliar dos dois extratos mais vulneráveis da população, a sem renda e com renda *per capita* extremamente baixa.

Em relação a distribuição da população sem renda, temos, em 2010, que apenas Araxá, Campos Altos e Perdizes apresentaram setores censitários com ausência dessa faixa da população. Tal informação é muito importante porque nos levou a inferir que mesmo em setores compostos majoritariamente pelas classes média e alta, ocorria, naquele ano, a existência de famílias em condições de extrema pobreza. Isso demonstra que os tecidos urbanos da RGI de Araxá, em sua maioria absoluta, não possuíam uma homogeneidade em tais aspectos, a exceção de áreas com presença de condomínios fechados e demais construções de alta renda. Não obstante, mesmo todas as cidades apresentando certo grau de famílias sem renda, em sua maioria apresentaram taxas inferiores a 10%, sendo muitas delas inclusive situadas entre 0,1% e 1%.

Destacamos que as áreas urbanas que apresentaram situação setorial superior a 10% de domicílios sem rendimento *per capita* foram Araxá, Ibiá e Pedrinópolis. Em Araxá os três setores em pior situação se encontram localizados nos bairros Alvorada, Bom Jesus, Salomão Drumond. Pedrinópolis apresentou um setor, que se refere ao mesmo com níveis baixos de saneamento e condições de habitação, mostrando assim consonância entre as dimensões analisadas. Ibiá foi a cidade que apresentou maior discrepância nesse indicador, com setor situado no setor norte, no qual 11,3% dos domicílios apresentaram, naquele ano, situação de extrema pobreza. Esse setor se trata de um dos bairros mais antigos da cidade, ocupado tradicionalmente por parcela da população que trabalha no campo, com emprego sazonal nas lavouras, fato que pode ter contribuído para a taxa apresentada. Entretanto, a partir da observação em campo da paisagem urbana desse setor, verificamos uma melhora nesse indicador, visto que a maior parte dos domicílios possuem padrões médios de construção do tipo alvenaria, parte das famílias possuem moto ou carro, além de parte da área ser atualmente composta por conjunto habitacional recém-construído. Outros dois setores apresentaram taxas superiores a 5%, sendo esses compostos, em sua maioria, por habitações de interesse social.



Em relação a renda domiciliar *per capita* de até meio salário-mínimo, temos que a exceção de Tapira, todas as demais cidades apresentaram níveis acima de 25%. Ademais, em todas as áreas urbanas foi possível notar uma predominância de setores com taxas superiores a 10%. Ambas as constatações evidenciam que parte considerável das famílias se encontravam em 2010 em situação vulnerável, visto que, o valor de meio salário *per capita* e o referencial para diversos programas sociais, como bolsa família, bolsas de estudo, auxílios financeiros, entre outros.

A informação dos setores censitários com renda *per capita* domiciliar inferior a meio salário-mínimo foi um dos principais referenciais para a pesquisa de campo. Em todas as cidades foram verificados os setores que apresentaram resultados discrepantes. As figuras 170 a 179 apresentam parte da configuração da paisagem urbana nessas áreas de vulnerabilidade.

Em Araxá pudemos verificar que a população com renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário-mínimo se concentra, em sua maioria, em setores na região centro-norte da cidade, em bairros historicamente marcados por agrupamento das camadas da população em situação de pobreza e/ou vulneráveis a ela. Inclusive é nessa região da cidade que se localizam extensos conjuntos habitacionais com habitações de interesse social construídas após 2010 (figura 170), o que aponta um processo ativo de fragmentação social urbana. A figura 171 apresenta rua no bairro Bom Jesus, em que se pode notar que apesar de os domicílios ter um padrão de construção do tipo alvenaria, em sua maioria não possuem acabamento, além de muros e quintal delimitado. Ademais, parte do bairro não possui pavimentação, iluminação pública e, como vimos anteriormente, ausência de acesso universal ao saneamento básico.

Em Campos Altos verificamos também um processo de delimitação desse extrato da população em áreas dos setores norte e noroeste da cidade. A figura 172 apresenta rua no bairro Boa Esperança que, apesar da pavimentação, possui domicílios com os mesmos padrões baixos de construção encontrados em Araxá. Além disso, verificamos a ausência de calçadas, de iluminação pública e presença de lixo acumulado.

Em Ibiá as taxas mais elevadas correspondem aos bairros Maroca, Maroquinha e adjacências, com domicílios com baixos padrões de construção (figura 173). Também temos áreas nos bairros Nossa Senhora de Fátima e Risoleta Neves, localizados na região leste da cidade, formadas majoritariamente por habitações de interesse social (figura 174).





Figura 170 – Araxá: conjunto habitacional Pão-de-Açúcar.
Fonte: Souza (2020).



Figura 171 – Araxá: rua sem pavimentação no bairro Bom Jesus.
Fonte: Souza (2020).



Figura 172 – Campos Altos: rua no bairro Boa Esperança.
Fonte: Souza (2020).



Figura 173 – Ibiá: domicílio no bairro Maroca.
Fonte: Souza (2020).

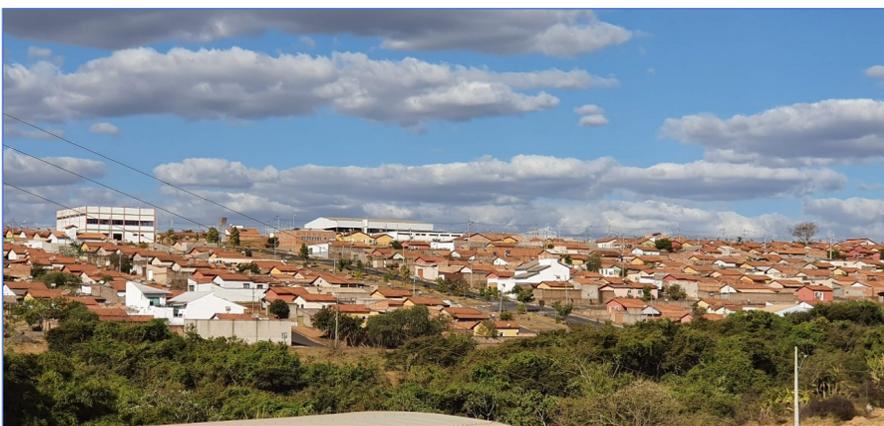


Figura 174 – Ibiá: conjunto habitacional Risoleta Neves.
Fonte: Souza (2020).



Figura 175 – Perdizes: domicílio improvisado no setor nordeste da cidade.
Fonte: Souza (2020).



Figura 176 – Perdizes: conjunto habitacional no setor nordeste da cidade.
Fonte: Souza (2020).



Figura 177 – Tapira: conjunto habitacional construído em 2002.
Fonte: Souza (2020).



Figura 178 – Santa Rosa da Serra: domicílio no setor sul da cidade.
Fonte: Souza (2020).



Figura 179 – Pratinha: domicílio no setor norte da cidade.
Fonte: Souza (2020).



Perdizes também apresentou duas áreas bem delimitadas de concentração da população de baixa renda, sendo a área a oeste composta por domicílios com baixo padrão de construção, inclusive com presença de domicílios improvisados, conforme pode ser visualizado na figura 175. Já na área leste e nordeste pudemos identificar a presença de conjuntos com habitações de interesse social (figura 176).

As demais cidades (Pedrinópolis, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira), apresentaram configuração parecida, com pouca diferenciação dos aspectos sociais entre os bairros e setores, mas com presença de conjuntos habitacionais antigos, como, por exemplo, em Tapira (figura 177), como também construídos após 2010, que poderão indicar, no próximo censo demográfico, tendência a concentração dessa faixa de renda em determinadas regiões das cidades. Ao longo da visita realizada em cada uma delas identificamos presença de domicílios com baixo padrão de construção espalhados em diferentes partes de suas áreas urbanas. Exemplos dessa paisagem urbana são apresentados nas figuras 178 e 179 em Santa Rosa da Serra e Pratinha. Cumpre destacar que em todas essas cidades, como também nas analisadas acima, foram encontrados domicílios com presença de sucata e materiais de reciclagem, que demonstram que parte da população consegue seu sustento a partir desses tipos de atividade.

As figuras 180 e 181 apresentam mais dois extratos da população, a saber: renda *per capita* domiciliar entre 1 e 2 salários-mínimos e renda *per capita* domiciliar entre 2 e 5 salários-mínimos. A escolha da primeira se deu devido a dados do IBGE (2017) que apontam que a maior parte dos trabalhadores formais do Brasil ganham entre um e dois salários-mínimos. A segunda foi escolhida por considerarmos que essa faixa de renda corresponde a uma parcela das famílias com acesso intermediário a renda e com maiores condições de acesso a serviços privados e a ao consumo, se comparado com os extratos anteriormente analisados.

Em relação às famílias com renda *per capita* entre 1 e 2 salários-mínimos, os dados do censo de 2010 apontam que as cidades de Araxá e Perdizes foram as que apresentaram maior concentração desse extrato da população em determinadas regiões. Em Araxá podemos verificar uma tendência de concentração nos setores urbanos na área sudeste da cidade, em bairros dotados de boa infraestrutura de serviços básicos e com residências com bons padrões de construção. Em Perdizes houve uma tendência de concentração nos setores ao sul da cidade, com condições parecidas as verificadas em Araxá.



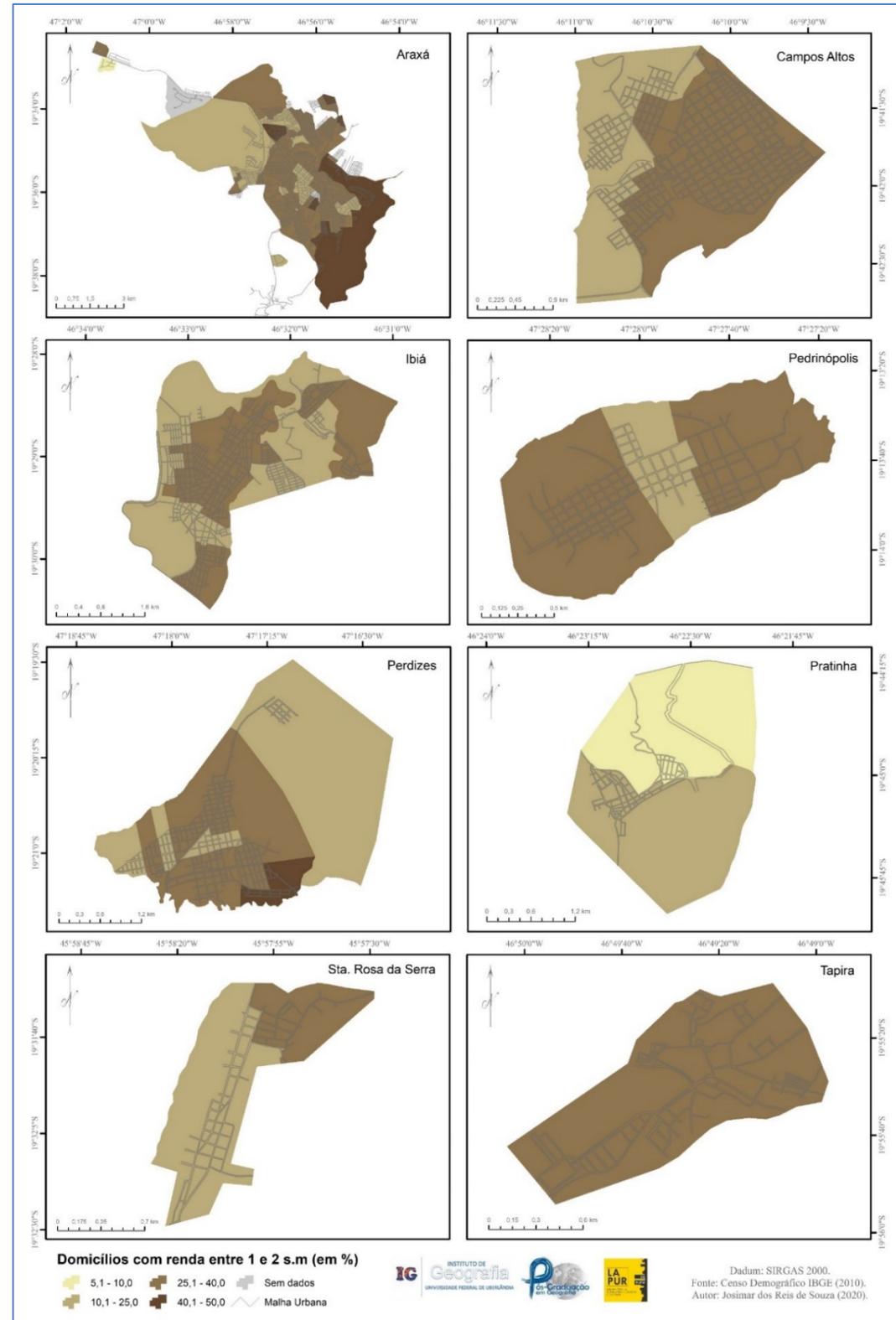


Figura 180 – RGI Araxá: porcentagem de domicílios com renda *per capita* entre 1 e 2 salários-mínimos em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).

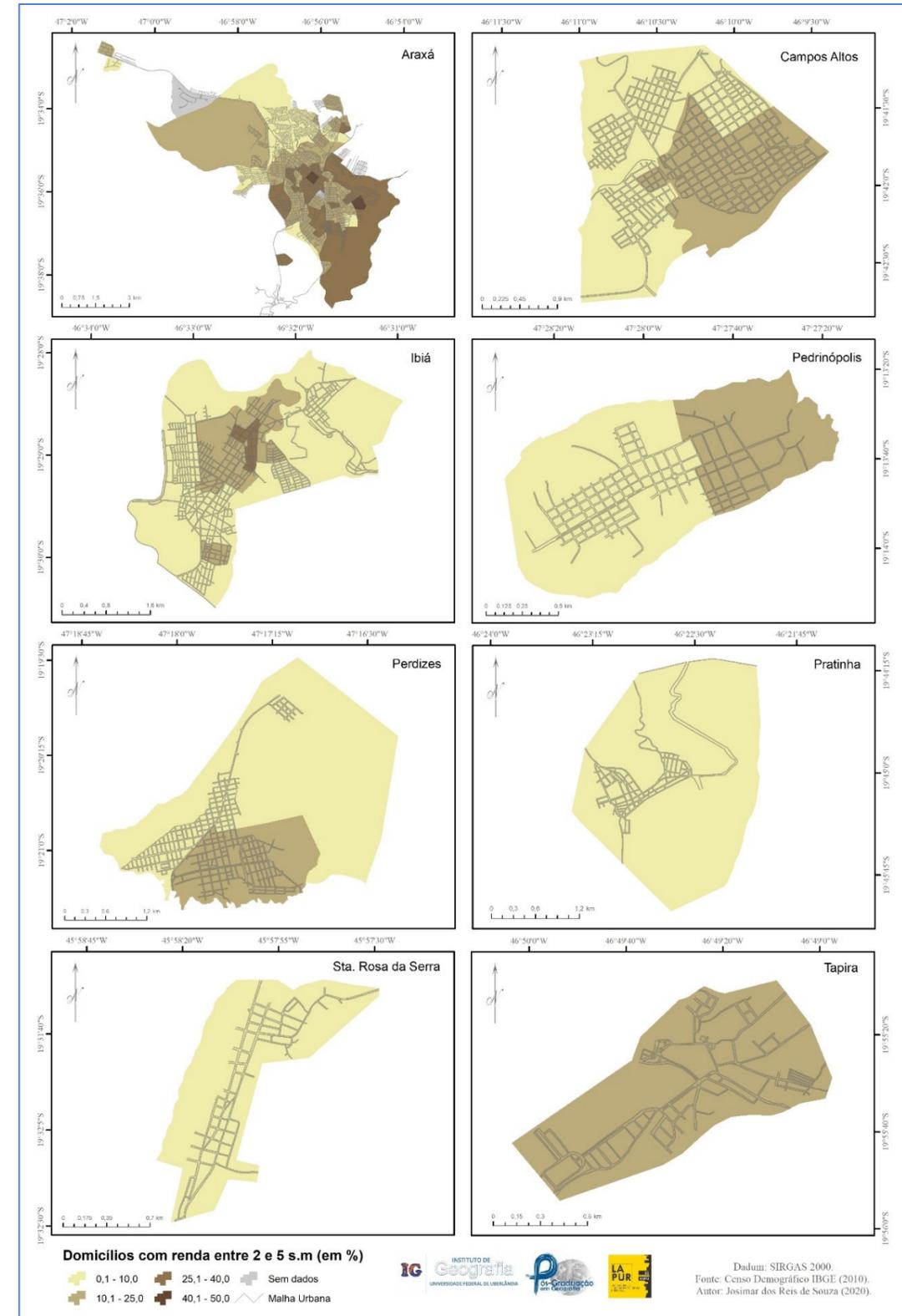


Figura 181 – RGI Araxá: porcentagem de domicílios com renda *per capita* entre 2 e 5 salários-mínimos em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).



As cidades de Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis e Santa Rosa da Serra apresentaram similaridade na configuração desse extrato da população em suas referidas áreas urbanas, com setores concentrando entre 25% e 40% dos domicílios nessa situação. Assim como as cidades anteriores, verificou-se os mesmos padrões de construção e acesso à infraestrutura básica.

Pratinha e Tapira foram as cidades que apresentaram singularidades no indicador analisado. A primeira foi a que apresentou os menores níveis de concentração do indicador em seus setores censitários, com taxas que variaram entre 9,5% a 22%, o que demonstra uma tendência de concentração dessa camada da população na parte sul da área urbana. A segunda, por sua vez, não apresentou variações significativas entre seus setores censitários, com taxas entre 33,2% e 35%, que aponta uma tendência de distribuição parecida da população com essa característica de renda por todas as áreas da cidade.

Em relação a porcentagem da população com renda *per capita* domiciliar entre 2 e 5 salários-mínimos, pudemos notar um aumento na tendência de concentração desse extrato da população em determinadas áreas da cidade. Nesse indicador as cidades de Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis e Perdizes foram as que apresentaram distinção nos resultados, enquanto as demais apresentaram similaridades de resultados em toda a sua malha urbana.

Em Araxá temos, a partir dos resultados, que esse extrato da população, assim como o analisado anteriormente, se encontrava concentrado nos setores ao sul e sudeste da cidade. Entretanto, é possível percebermos uma tendência evidente de concentração dessa faixa de renda também nos setores mais centrais da cidade, enquanto que nos setores mais ao norte, onde se localizam os bairros periféricos já mencionados, há um arrefecimento da taxa, o que mostra uma tendência evidente de aumento do processo de fragmentação social ao nível que se elevam os níveis de renda. Já nas cidades de Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis e Perdizes foi possível evidenciar, através dos resultados e do campo, a tendência da concentração dessa faixa de renda nas áreas centrais próximas as principais praças e avenidas e, no caso de Campos Altos e Ibiá, também em bairros próximos ao centro, bem localizados e dotados de infraestrutura.

Os extratos sociais com renda *per capita* domiciliar entre 5 e 10 salários-mínimos e acima de 10 salários-mínimos são apresentados nas figuras 182 e 183.



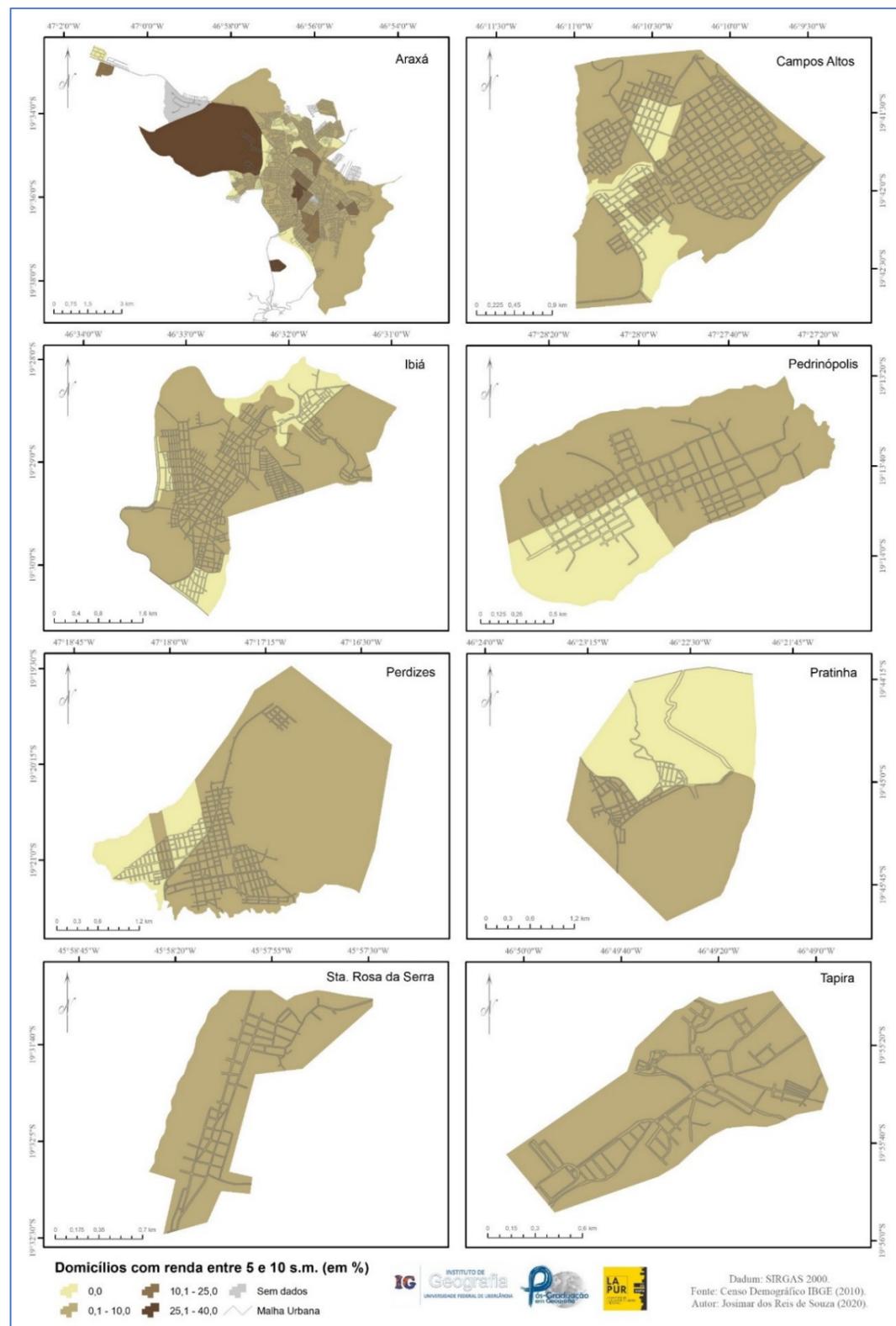


Figura 182 – RGI Araxá: porcentagem de domicílios com renda *per capita* entre 5 e 10 salários-mínimos em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).

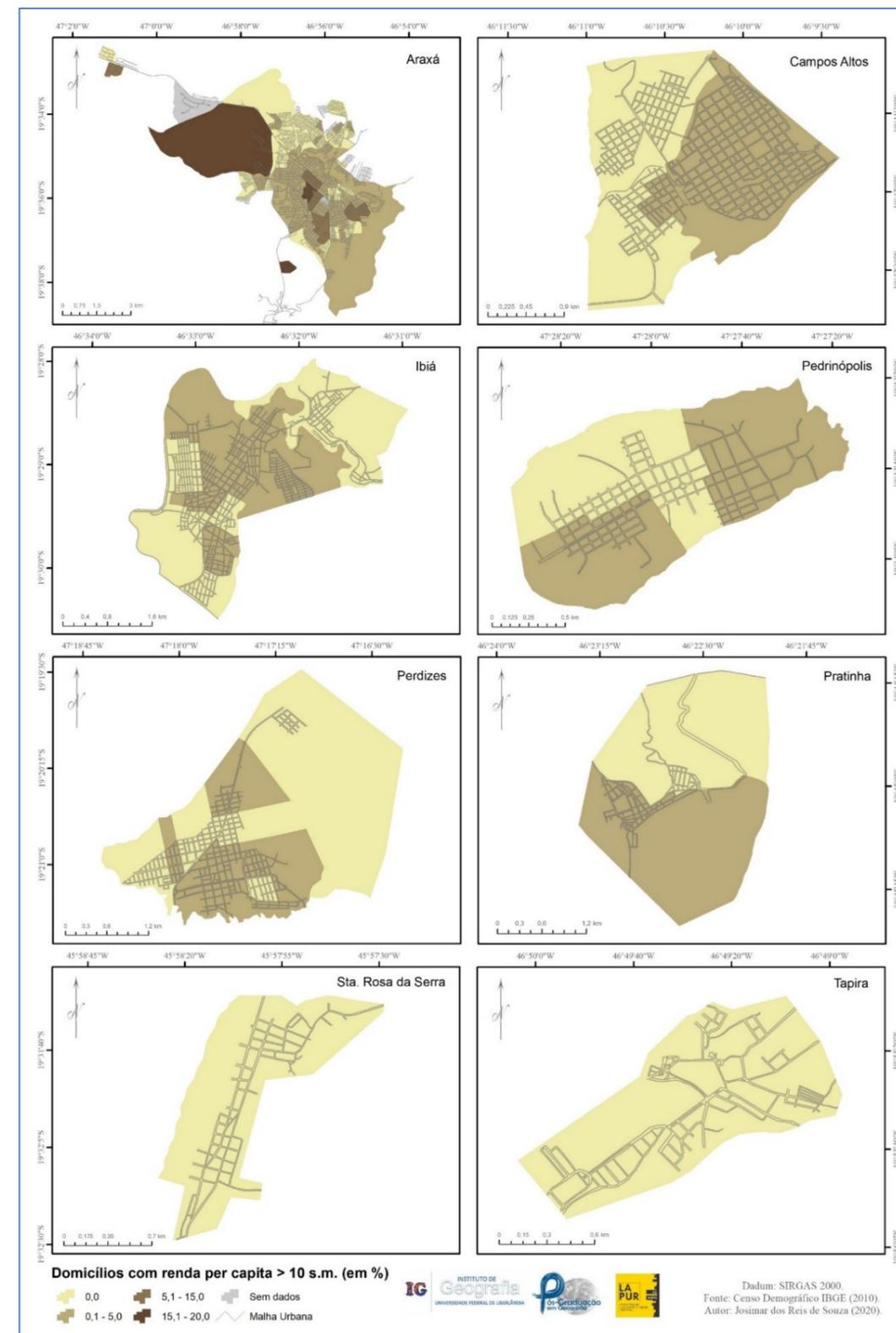


Figura 183 – RGI Araxá: porcentagem de domicílios com renda *per capita* acima de 10 salários-mínimos em 2010. Fonte: Souza (2020) com base em IBGE (2010).



Em relação a distribuição da renda *per capita* domiciliar entre 5 e 10 salários-mínimos, pudemos identificar, através do censo de 2010, três configurações distintas entre as cidades analisadas, a saber: Araxá, com tendência evidente de alta concentração de domicílios com essa faixa de renda em três áreas da cidade, com taxa superior a 25%, seguidas por setores localizados nas áreas mais centrais; Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes e Pratinha, com presença do indicador espalhado pela maior parte de suas áreas urbanas, com taxas variando entre 0,1% e 10%, mas com presença de setores com ausência dessa faixa de renda; e Santa Rosa da Serra e Tapira apresentando ausência de grande variação das taxas entre seus setores.

No que diz respeito a análise da renda do extrato mais alto, com renda *per capita* domiciliar superior a 10 salários-mínimos, pudemos identificar uma tendência de permanência dos recortes apresentados na faixa anterior, sobretudo em Araxá, mas com aumento, em todas as cidades, de áreas com ausência total dessa parcela da população, sendo esses setores, os que apresentaram os menores níveis de qualidade do saneamento, habitação e renda. Ademais, identificamos que em cidades como Santa Rosa da Serra e Tapira, houve, em 2010, uma ausência desses extratos de renda, o que possivelmente está relacionado a tendência das famílias mais ricas dessas cidades fixarem residência em cidades próximas que sejam mais dotadas de infraestrutura de serviços e mais opções de consumo e lazer⁴⁷.

Como forma de identificar como esses extratos da população se estabeleceram nas cidades buscamos, através da pesquisa de campo, visitar os setores censitários que apresentaram os maiores níveis de concentração de renda. A partir da visita identificamos quatro tendências da forma de se viver desses extratos da população, a saber: domicílios com médio e alto padrão de construção, localizados, sobretudo, nas principais avenidas em cidades, mas que não apresentam uma delimitação evidente de áreas ou bairros voltados, exclusivamente, a essa parcela da população; domicílios de médio e alto padrão, localizados em determinadas regiões, mas também sem uma delimitação de áreas ou bairros voltadas exclusivamente a esse nível de renda; conjunto de domicílios de médio e alto padrão de construção localizados em áreas bem delimitadas da cidade, compostas, sobretudo, por bairros direcionados a essa camada da população; e domicílios com médio e alto padrão localizados em condomínios fechados. As figuras 184 e 191 apresentam exemplos das três primeiras tendências mencionadas.

⁴⁷ As relações estabelecidas entre as cidades relacionada a renda foram analisadas no capítulo IV.





Figura 184 – Araxá: domicílio com alto padrão de construção em avenida na área central.
Fonte: Souza (2020).



Figura 185 – Campos Altos: domicílio com alto padrão de construção na praça central da cidade.
Fonte: Souza (2020).



Figura 186 – Ibiá: domicílio com alto padrão de construção em avenida na área central.
Fonte: Souza (2020).



Figura 187 – Pedrinópolis: domicílio com alto padrão de construção em avenida na área central.
Fonte: Souza (2020).



Figura 188 – Perdizes: domicílio com alto padrão de construção em avenida na área central.
Fonte: Souza (2020).



Figura 189 – Pratinha: domicílio com médio padrão de construção em avenida na área central.
Fonte: Souza (2020).



Figura 190 – Santa Rosa da Serra: domicílio com médio padrão de construção em avenida na área central.
Fonte: Souza (2020).



Figura 191 – Tapira: domicílios com médio padrão de construção em avenida na área central.
Fonte: Souza (2020).



Nas cidades de Araxá, Campos Altos e Ibiá (figuras 184 a 186) a paisagem urbana nos apontou a existência de áreas urbanas voltadas, exclusivamente, para os extratos mais altos de renda. São áreas localizadas nas regiões centrais dotadas de toda a infraestrutura necessária, com ruas e avenidas largas, com boas condições de pavimentação e sinalização. Ademais, verificamos a presença de praças em boas condições de revitalização e dotadas de equipamentos, além de comércios e serviços voltados a esse extrato da população, tais como restaurantes, confeitarias, cafeterias etc. Em Araxá destacamos os bairros Sagrada Família, Vila Universitária e partes do bairro centro, como exemplos dessa dinâmica. Em Campos Altos tal configuração se concentra nos bairros Campos Verdes 1 e 2, sendo evidente na paisagem uma parcela da população com alto poder aquisitivo, oriundo, sobretudo, da produção de café. Nessa cidade o conjunto de cerca de 200 casas com alto padrão de construção reunidos nos bairros mencionados chega a impressionar, visto que, estamos falando de uma cidade com pouco mais de 15 mil habitantes e com processo de fragmentação social mais evidente na paisagem do que em cidades como Ibiá, com população consideravelmente maior. Em Ibiá os bairros que concentram essa camada da população são Jardim, Solar e Jardim Universitário.

Acerca das cidades que não apresentam delimitação e agrupamento definido das famílias de média e alta renda, mas com presença desse extrato em alguns setores urbanos, temos como exemplo as cidades de Pedrinópolis, Perdizes e Pratinha (figuras 187 a 189). Nessas cidades verificamos a presença de domicílios de médio e alto padrão de construção localizados em avenidas, praças, mas também em bairros com contraste evidente de renda, como, por exemplo, em Pratinha, no qual o domicílio da figura 189 se encontra localizado em área periférica, próximo a domicílios com baixo padrão de construção, inclusive ao lado de terreno baldio com presença de acúmulo de lixo.

Nas cidades de Santa Rosa da Serra e Tapira não identificamos qualquer traço de fragmentação social do território, com presença, apenas, de domicílios com médio padrão de construção (figuras 190 e 191), o que pode estar relacionado com o resultado do censo de inexistência de famílias com renda *per capita* superior a 5 salários-mínimos. Tal fato pode estar relacionado, conforme mencionado anteriormente, a tendência das famílias de alta renda fixarem domicílio em cidades próximas maiores e mais bem equipadas. As figuras 192 a 197 demonstram exemplos da última tendência relacionada aos condomínios fechados.





Figura 192 – Araxá: condomínio horizontal fechado no setor noroeste.
Fonte: Souza (2020).



Figura 195 – Araxá: condomínio vertical 'Casa Blanca' na área central.
Fonte: Souza (2020).



Figura 193 – Araxá: condomínio horizontal fechado no setor sul.
Fonte: Souza (2020).



Figura 196 – Araxá: condomínio vertical 'Manhattan' no setor centro-sul.
Fonte: Souza (2020).



Figura 197 – Araxá: condomínio vertical em construção no setor centro-sul.
Fonte: Souza (2020).



Figura 194 – Ibiá: condomínio horizontal fechado em construção no bairro Solar.
Fonte: Souza (2020).



Através do campo realizado nas cidades da RGI de Araxá pudemos identificar uma tendência relacionada a existência de domicílios de médio e alto padrão de construção localizados em condomínios fechados, com destaque para Araxá e Ibiá que entre as cidades analisadas foram as únicas que apresentaram condomínios horizontais fechados. Já os condomínios verticais foram encontrados apenas em Araxá, resultado de uma tendência recente de verticalização urbana.

As figuras 192 e 193 apresentam os dois principais condomínios horizontais fechados de Araxá. Se trata de duas das três áreas da cidade que apresentaram no censo de 2010 concentração de renda *per capita* domiciliar superior a 10 salários-mínimos. O primeiro, chamado de Quintas do Lago, se encontra localizado no setor noroeste da cidade, ao lado do bairro Vila Universitária. É formado por conjunto de casas com alto padrão de construção com dois ou três pavimentos, com presença de jardins, piscinas, áreas de recreação e esporte. O segundo, chamado Barreirinho, se encontra localizado no setor sul da cidade próximo ao complexo hidrotermal do Barreiro. É composto por conjunto de casas e configuração parecida com do Quintas do Lago, mas com presença de construções mais antigas devido ao fato de ter sido o primeiro condomínio horizontal fechado de Araxá. A figura 194 apresenta o condomínio Jardim Europa que está em fase de construção no bairro Solar, em Ibiá. Voltado para as classes média e alta, se trata do primeiro condomínio horizontal fechado da RGI fora de Araxá. Tal processo demonstra uma tendência da Urbanização Contemporânea de replicação no espaço urbano de formas parecidas de morar, que visam, sobretudo, maior segurança e status social, ao nível que a cidade cresce e os processos socioespaciais se tornam mais complexos.

As figuras 195 a 197 demonstram um processo relativamente recente de condomínios verticais fechados em Araxá. Notamos, a partir do campo, a presença desde edifícios entre até dez andares, mais antigos, como o Casa Blanca (figura 195), com mais de dez anos de construção, voltado para as famílias com nível de renda médio, até a construção recente de edifícios com mais de 20 andares, como o Manhattan (figura 196), que figura como o edifício mais alto da cidade, voltado a uma parcela da população com alto poder aquisitivo.

As desigualdades de renda evidenciadas até aqui apontam para uma parcela da população que necessita de atenção especial, via assistência social. As figuras 198 e 199 apresenta essa vulnerabilidade, em nível municipal, na RGI de Araxá em 2000 e 2010.



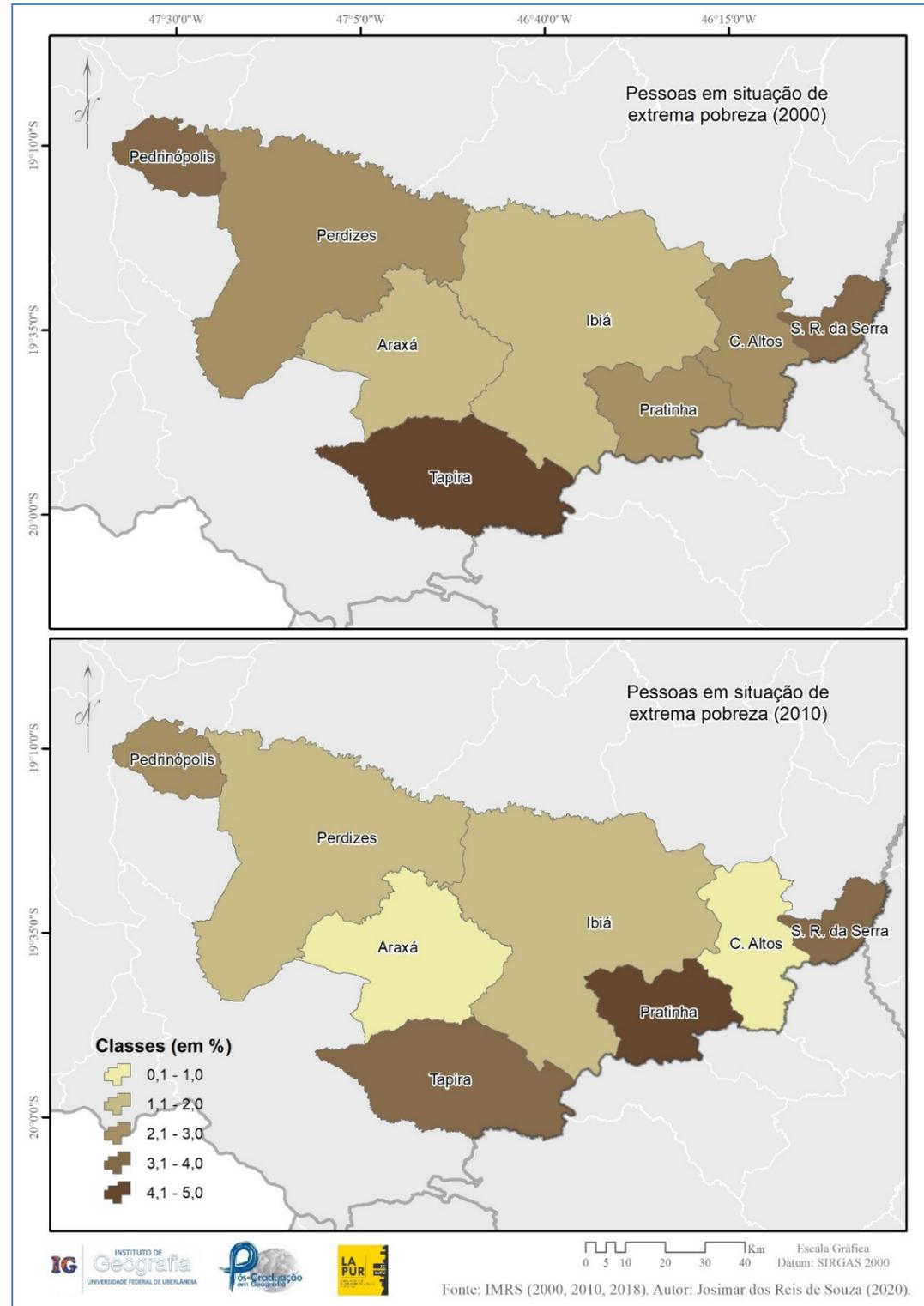


Figura 198 – RGI Araxá: porcentagem da população em situação de extrema pobreza. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010).

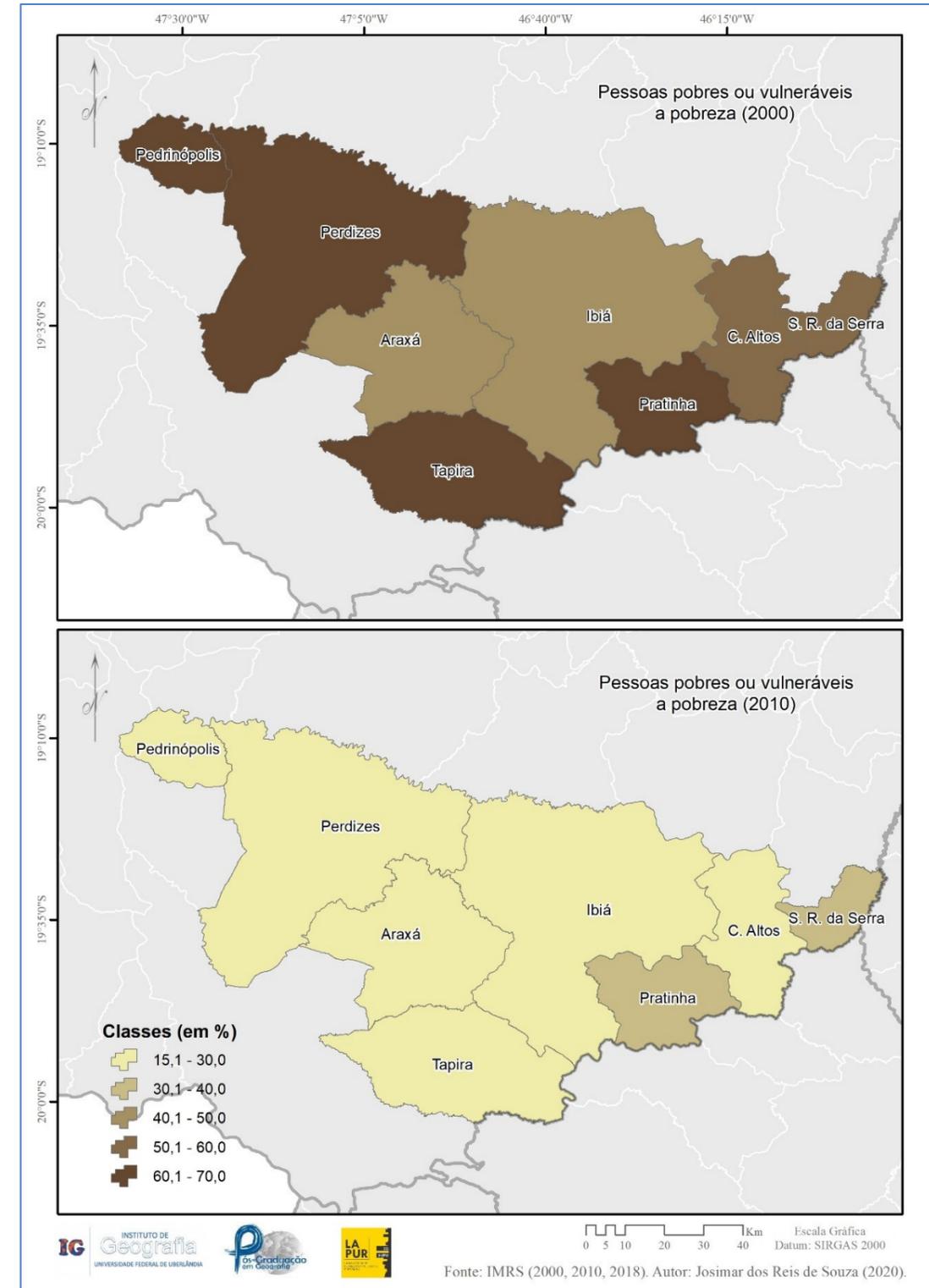


Figura 199 – RGI Araxá: porcentagem da população pobre ou vulnerável a pobreza. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010).



A análise da renda, realizada até aqui, apontou para um processo de desigualdades sociais, que guardadas as proporções de cada uma das cidades pesquisadas, se apresentou com certa similaridade no tecido urbano. Tais desigualdades podem ser transcritas a partir de dois processos econômicos principais, que são o motor financeiro na RGI de Araxá. O primeiro diz respeito a parcela da população que não se encontra inserida diretamente na dinâmica econômica da mineração em Araxá e Tapira, que diferentemente dos empregados das mineradoras que possuem média salarial elevada, se encontram empregados, sobretudo, nos setores de serviços e/ou em outras atividades que servem de alicerce, direto ou indireto, às atividades das mineradoras. O segundo processo acontece em todas as cidades, fruto das desigualdades sociais do agronegócio. Nele as camadas da população de baixa renda, com baixa escolaridade, trabalham nas atividades do campo ou, indiretamente, no setor de serviços que giram em torno da economia agropecuária local. A população de média e alta renda é composta, sobretudo, pela parcela da população com maior nível de escolaridade, que é detentora dos meios de produção agropecuária ou que se encontra melhor inserida nos cargos com melhor remuneração. O resultado direto dos processos elencados é a existência de uma parcela da população vivendo em situação de extrema pobreza, na pobreza ou vulnerável a pobreza.

Dados do IMRS apontaram avanços na assistência social e inserção de parte significativa das famílias em situação de extrema pobreza⁴⁸ à renda e, conseqüentemente, ao consumo. Em 2000 as taxas de pessoas vivendo em situação de pobreza na RGI variou entre 1,71%, em Ibiá, a 4,43%, em Tapira. Os demais municípios apresentaram valores intermediários. Já em 2010 verificou-se uma queda do indicador, a exceção de Pratinha, com destaque para Araxá e Campos Altos que apresentaram taxa inferior a 1%. Já em relação a porcentagem de pessoas em situação de pobreza⁴⁹ ou vulneráveis a pobreza⁵⁰ temos no intervalo analisado todos os municípios apresentaram queda considerável, o que significa melhoria dos níveis de renda da população. Entretanto, as pessoas nessa situação correspondiam ainda em uma parcela considerável da população. A evolução positiva do indicador tem como uma das motivações o aumento da cobertura do Programa Bolsa Família, como podemos visualizar na figura 200.

⁴⁸ A situação de extrema pobreza corresponde a quem vive mensalmente com $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (IBGE, 2010).

⁴⁹ A situação de pobreza corresponde a quem vive mensalmente com até $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo (IBGE, 2010).

⁵⁰ A situação de vulnerabilidade corresponde a quem vive mensalmente com até 1 salário-mínimo (IBGE, 2010).



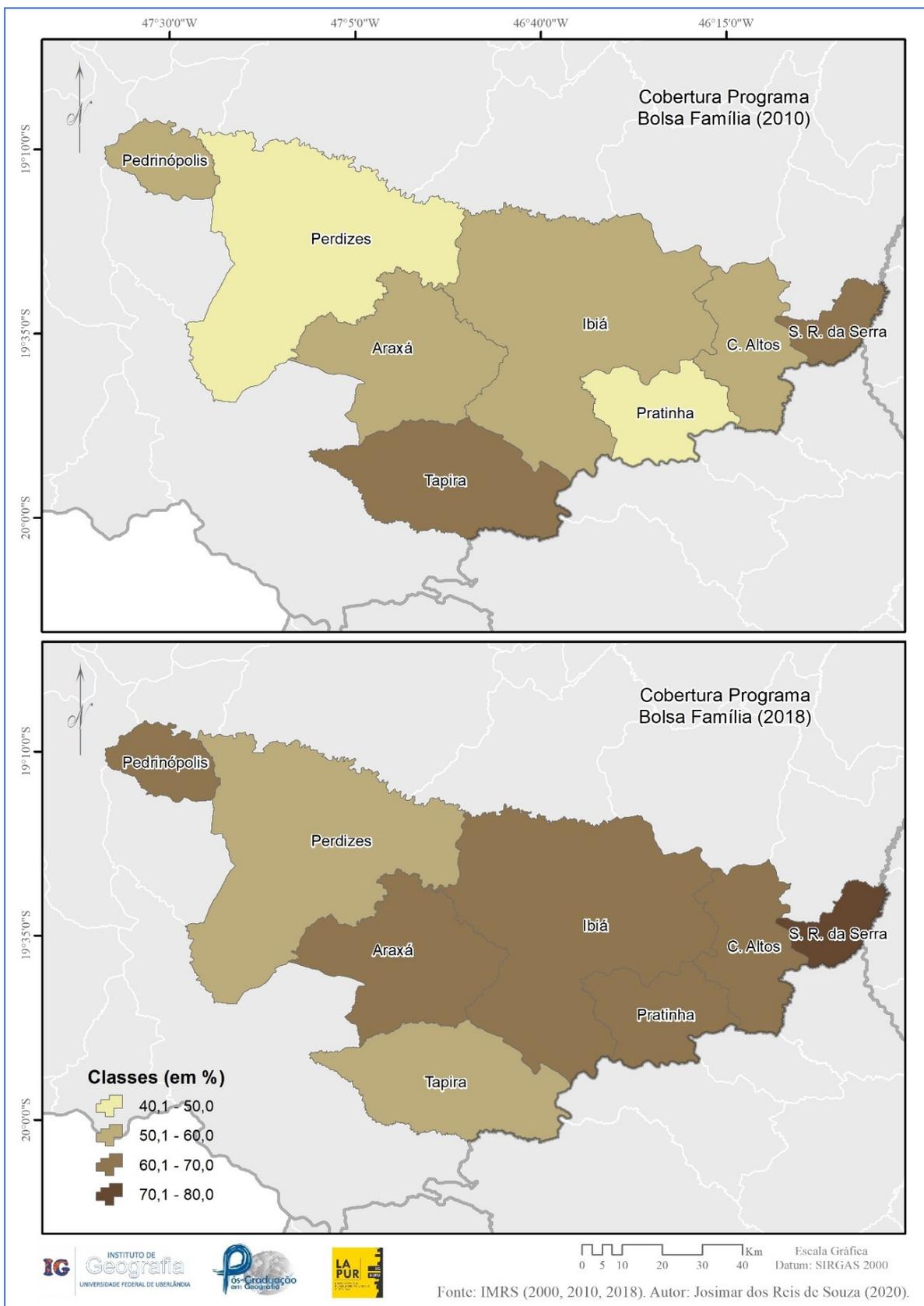


Figura 200 – RGI Araxá: porcentagem da cobertura do Bolsa Família.
Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2010; 2018).



O Bolsa Família consistiu em um programa criado em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionado através da lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Seu objetivo central foi combater à pobreza e à desigualdade social no Brasil através de complementação de renda às pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza. De acordo com dados de 2020 do governo federal cerca de 13,9 milhões de famílias são atualmente atendidas (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020). O referido programa, em conjunto com a estratégia dos governos de Lula e Dilma Rousseff de aumento salarial acima da inflação, ampliação do acesso aos ensinos técnico e superior da rede federal e investimentos em obras públicas para a geração de emprego, impulsionaram a economia brasileira e levaram a um aumento de renda da população. Fato que perdurou até meados de 2015 quando esse ciclo se findou e a economia brasileira passou (e ainda tem passado) por crise econômica, o que fez com que o referido programa ganhasse ainda maior importância por se tratar de única forma de sustento de parte considerável das famílias brasileiras.

Na RGI de Araxá temos que em 2010 todos os municípios tinham, entre a população em situação de extrema pobreza ou em situação de pobreza, beneficiários do Bolsa Família. Os municípios de Santa Rosa da Serra e Tapira foram os que apresentaram maior participação, com 62,4% e 62,7%, respectivamente, das famílias recebendo o auxílio do governo federal. Os municípios de Araxá, Campos Altos, Ibiá e Pedrinópolis apresentaram cobertura variando entre 50% e 60%, enquanto Perdizes e Pratinha apresentaram cobertura superior a 40%. Em relação a 2018, os dados apontaram um crescimento do programa na maior parte da RGI, com exceção de Tapira, que apresentou taxa de 58,5%. Naquele ano Santa Rosa da Serra foi o que apresentou maior aumento da cobertura, com 77,8% das famílias. Os municípios de Araxá, Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis e Pratinha apresentaram taxa entre 60% e 70% e Perdizes, assim como Tapira, taxa entre 50% e 60%.

O crescimento do programa se deu, por um lado, ao aperfeiçoamento da gestão realizada pela Caixa Econômica Federal, instituição pública responsável pelo deferimento dos pedidos e, por outro, pela crescente procura da população que se enquadrava nas regras vigentes. Em contraponto, evidenciamos a ausência da universalização do atendimento a todas as famílias em situação de extrema pobreza ou em situação de pobreza. Dois fatores principais se apresentam como possível justificativa para isso. O primeiro está relacionado às famílias em situação de pobreza, visto que, o programa contempla essa faixa da população apenas nos casos



em que na família existam crianças ou jovens até 17 anos. O segundo diz respeito a inconsistências ou irregularidades das informações fornecidas, como também a demora no processamento e deferimento do auxílio.

Além do Bolsa Família outro benefício se apresentou como responsável pela melhora do indicador de renda e, conseqüentemente melhora nos níveis de assistência social na RGI de Araxá – o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O referido benefício foi criado através da lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 e consistiu na concessão de um salário-mínimo às pessoas idosas, acima de 65 anos, que não possuíam aposentadoria ou outra fonte de renda, como também às pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, que se enquadrassem na faixa referente a situação de pobreza. As figuras 201 e 202 apresentam o número de beneficiários do BPC na RGI de Araxá nos anos de 2010 e 2018.

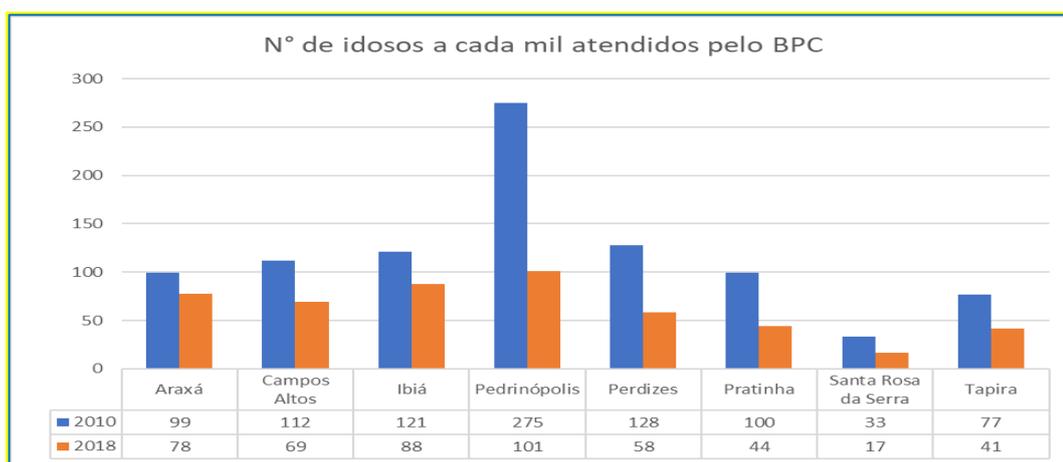


Figura 201 – RGI Araxá: número de idosos atendidos pelo PBC.
Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2010; 2018).

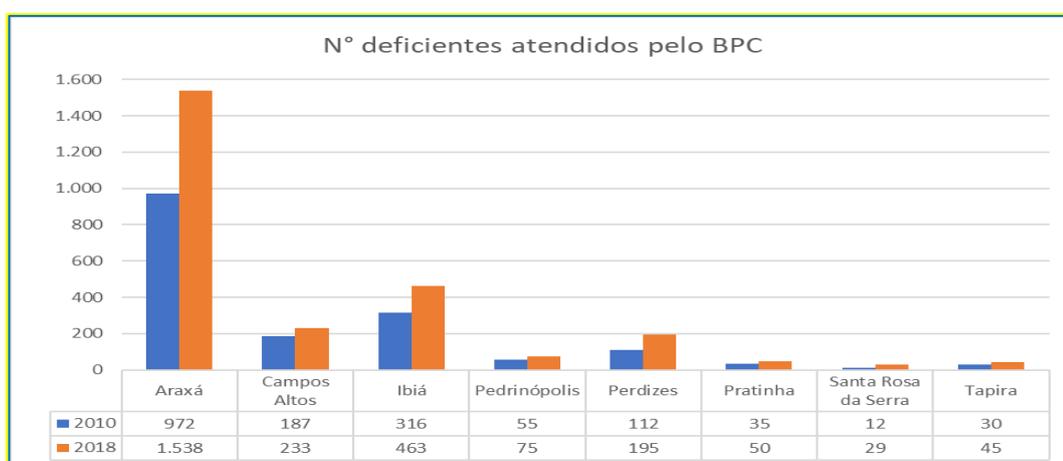


Figura 202 – RGI Araxá: número de deficientes atendidos pelo PBC.
Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2010; 2018).



Temos que entre 2010 e 2018 houve uma diminuição no número de idosos atendidos pelo BPC em todos os municípios da RGI de Araxá, com destaque para Pedrinópolis que em 2010 cerca de 250 a cada mil idosos recebiam um salário-mínimo do referido programa, enquanto em 2018 apenas 101 a cada mil idosos era beneficiário. A queda verificada em todos os municípios encontra resposta em dois processos. O primeiro diz respeito ao aumento da renda familiar que fez com que parte dos idosos não mais se enquadrassem aos requisitos. O segundo corresponde ao envelhecimento da população, conforme vimos na análise da dinâmica populacional no capítulo II, que trouxe incremento do total da população idosa, e consequentemente alteração na análise, visto que essa considera a taxa líquida de idosos.

Em relação ao número de deficientes atendidos pelo BPC, verificamos um aumento em todos os municípios da RGI de Araxá entre 2010 e 2018. Por se tratar de um dado bruto, visto que não temos a taxa líquida de deficientes (número total de deficientes) dos referidos anos, notamos que Araxá, por possuir maior população entre os municípios da RGI, foi a que apresentou o maior número de beneficiários em 2018, igual a 1.538 pessoas, seguida por Ibiá, Campos Altos e Perdizes, com 463, 233 e 195 beneficiários, respectivamente.

Os indicadores de assistência social aqui analisados, em conjunto com a verificação dos acontecimentos econômicos ocorridos em nível de Brasil entre 2000 e 2020 (momento presente), demonstraram, de maneira geral, uma melhora no atendimento das fatias da população que se encontravam em situação de extrema pobreza, em situação de pobreza, como também, àqueles em situação de vulnerabilidade à pobreza. Por outro lado, evidenciaram que, apesar da melhora, contingente importante da população ainda se encontra em situação de pobreza ou vulnerável a ela, fato que nos infere a necessidade de melhoria da distribuição de renda, via melhoria do acesso à educação de qualidade, ao emprego formal, à seguridade social, entre outros aspectos. Ademais, os resultados da assistência social apontaram haver necessidade do aperfeiçoamento dos benefícios do Bolsa Família e BPC, visando a revisão de critérios e inclusão de parcela da população que não se encontra salvaguardada pelo estado.

Assim como na análise do saneamento e habitação, a análise da renda, via indicadores e visita a campo, nos proporcionou o levantamento de questões, e respectivas áreas nas cidades, que necessitam de atenção do poder público para uma melhor eficácia e aperfeiçoamento das políticas públicas. Tais considerações constam no quadro 6.



Cidade	Indicador que necessita de melhoria	Áreas que necessitam de maior atenção	Melhorias necessárias (sugestões à gestão pública municipal)
Araxá	- Distribuição de renda - Renda dos pobres e vulneráveis - Assistência Social (Bolsa Família) - Assistência Social (BPC)	- Toda área urbana - Bairros Alvorada, Bom Jesus e Salomão Drumont - Toda área urbana - Toda área urbana	- Políticas públicas para inserção das parcelas mais vulneráveis à uma maior renda - Aperfeiçoamento da assistência social e inserção econômica via políticas públicas - Assistência às famílias que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas - Assistência às pessoas que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas
Campos Altos	- Distribuição de renda - Renda dos pobres e vulneráveis - Assistência Social (Bolsa Família) - Assistência Social (BPC)	- Toda área urbana - Bairros Boa Esperança, Lázaro Leite e Aparecida - Toda área urbana - Toda área urbana	- Políticas públicas para inserção das parcelas mais vulneráveis à uma melhor renda - Aperfeiçoamento da assistência social e inserção econômica via políticas públicas - Assistência às famílias que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas - Assistência às pessoas que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas
Ibiá	- Distribuição de renda - Renda dos pobres e vulneráveis - Assistência Social (Bolsa Família) - Assistência Social (BPC)	- Toda área urbana - Bairros S. Dimas, Maroca, Maroquinha e Risoleta - Toda área urbana - Toda área urbana	- Políticas públicas para inserção das parcelas mais vulneráveis à uma melhor renda - Aperfeiçoamento da assistência social e inserção econômica via políticas públicas - Assistência às famílias que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas - Assistência às pessoas que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas
Pedrinópolis	- Distribuição de renda - Renda dos pobres e vulneráveis - Assistência Social (Bolsa Família) - Assistência Social (BPC)	- Toda área urbana - Setor central - Toda área urbana - Toda área urbana	- Políticas públicas para inserção das parcelas mais vulneráveis à uma melhor renda - Aperfeiçoamento da assistência social e inserção econômica via políticas públicas - Assistência às famílias que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas - Assistência às pessoas que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas
Perdizes	- Distribuição de renda - Renda dos pobres e vulneráveis - Assistência Social (Bolsa Família) - Assistência Social (BPC)	- Toda área urbana - Setores leste, nordeste e oeste - Toda área urbana - Toda área urbana	- Políticas públicas para inserção das parcelas mais vulneráveis à uma melhor renda - Aperfeiçoamento da assistência social e inserção econômica via políticas públicas - Assistência às famílias que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas - Assistência às pessoas que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas
Pratinha	- Distribuição de renda - Renda dos pobres e vulneráveis - Assistência Social (Bolsa Família) - Assistência Social (BPC)	- Toda área urbana - Setor norte - Toda área urbana - Toda área urbana	- Políticas públicas para inserção das parcelas mais vulneráveis à uma melhor renda - Aperfeiçoamento da assistência social e inserção econômica via políticas públicas - Assistência às famílias que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas - Assistência às pessoas que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas
Sta. R. da Serra	- Distribuição de renda - Renda dos pobres e vulneráveis - Assistência Social (Bolsa Família) - Assistência Social (BPC)	- Toda área urbana - Setor centro-sul - Toda área urbana - Toda área urbana	- Políticas públicas para inserção das parcelas mais vulneráveis à uma melhor renda - Aperfeiçoamento da assistência social e inserção econômica via políticas públicas - Assistência às famílias que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas - Assistência às pessoas que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas
Tapira	- Distribuição de renda - Renda dos pobres e vulneráveis - Assistência Social (Bolsa Família) - Assistência Social (BPC)	- Toda área urbana - Toda área urbana - Toda área urbana - Toda área urbana	- Políticas públicas para inserção das parcelas mais vulneráveis à uma melhor renda - Aperfeiçoamento da assistência social e inserção econômica via políticas públicas - Assistência às famílias que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas - Assistência às pessoas que fazem jus mas ainda não foram beneficiadas

Quadro 6 – RGI Araxá: indicadores de renda e assistência social que necessitam de melhoria em 2020.

Fonte: Souza (2020).



3.3 As condições de saúde

A qualidade de vida da população tem, entre as dimensões possíveis de averiguação, a saúde como importante elemento de análise. Essa afirmativa se baseia na constatação de que é partir da saúde da população e das boas condições de acesso aos serviços de saúde que uma cidade conquista o desenvolvimento pleno de seus habitantes. Assim, defendemos que, um bom estado de saúde (oriundo de boas condições de saneamento, habitação, renda, controle de vetores de doenças, entre outros) e, em caso de enfermidades, um acesso de qualidade ao sistema de saúde, traz benefícios tanto para a população como também para a gestão pública. Portanto, a análise de indicadores da saúde corroboram, sobremaneira, no entendimento da situação dos municípios/cidades e proporciona apontamentos para o aperfeiçoamento do sistema municipal de saúde, gerando assim, se implementados pela gestão pública, maiores níveis de qualidade de vida.

Cumprido destacar que as condições de saúde se inter-relacionam com os demais aspectos analisados nessa pesquisa via dois processos principais. O primeiro está relacionado a saúde do indivíduo que é resultado dos seus hábitos pessoais e a sua propensão ao desenvolvimento de doenças, que possui relação com o meio no qual se encontra inserido, ou seja, sua cidade, bairro e habitação. Assim, as condições de habitação, os níveis de saneamento básico, a existência de fontes de vetores de doenças (como esgoto a céu aberto e acúmulo de lixo), são responsáveis diretos pela situação de saúde nas cidades. O segundo processo encontra resposta nos níveis de renda da população, que a depender da situação financeira familiar, em caso de enfermidade, possui acesso ou não aos serviços de saúde privados.

Para a análise da saúde foram escolhidos os seguintes indicadores⁵¹: porcentagem da população atendida pela estratégia de saúde da família; porcentagem da população coberta por planos privados de saúde; taxa de óbitos por causas mal definidas; taxa de internações por condições sensíveis à atenção básica; taxa de internações por doenças de veiculação hídrica; e taxa de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.

A tabela 18 apresenta a configuração atual das infraestruturas de saúde nos municípios da RGI de Araxá, de acordo com dados de 2020 do Ministério da Saúde.

⁵¹ O uso de indicadores de saúde apenas em nível municipal se deu pela ausência da disponibilização de dados em nível intraurbano, no censo demográfico de 2010, que fossem pertinentes à referida análise.



Tipo de Estabelecimento	Araxá		Ibiá		Perdizes		C. Altos		Pedrinópolis		Sta. R. da Serra		Pratinha		Tapira	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro de saúde/Unidade Básica de Saúde - UBS	17	-	7	-	5	-	5	-	1	-	2	-	1	-	1	-
Clínica especializada/Ambulatório	6	19	2	1	2	2	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Consultório	6	337	5	54	5	6	-	7	2	-	1	3	-	-	-	-
Cooperativa	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital geral	2	2	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policlínica	2	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto de saúde	1	-	1	-	4	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Pronto atendimento	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço de atenção domiciliar isolado	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	3	18	1	4	-	3	1	2	-	-	1	-	-	2	-	-
Unidades mista	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-
Unidade de vigilância em saúde	1	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade móvel terrestre	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	43	382	21	59	19	11	10	12	5	0	5	3	2	2	2	0

Tabela 18 – RGI Araxá: equipamentos públicos e privados de saúde.
Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Saúde (2020).



Temos que em 2020 a RGI de Araxá possuía 576 equipamentos de saúde, sendo que desses 107 correspondem aos serviços públicos de saúde e 469 aos serviços privados⁵². Os números totais por município apontam para uma tendência evidente de maior oferta de serviços em municípios com maior porte populacional, com Araxá compondo a maior parte rede pública de saúde, além de concentrar 81,4% das infraestruturas de saúde privada. Os municípios de Ibiá, Perdizes e Campos Altos apresentaram quantidade e diversificação média dos serviços e os demais municípios apresentaram apenas infraestruturas essenciais à atenção básica da saúde.

Acerca da atenção básica à saúde, por ser a principal porta de entrada ao serviço público de saúde e principal meio de controle de enfermidades, todos os municípios contavam, no referido ano, com infraestruturas voltadas a prevenção de doenças, com destaque para as Unidades Básicas de Saúde (UBS), localizadas nas áreas urbanas das sedes dos municípios, como também, os postos de saúde, localizados nos distritos e/ou na zona rural. Em Araxá e Ibiá além das UBSs e postos de saúde o sistema público de saúde contavam ainda com unidades especializadas, compostas por policlínicas e unidade de pronto atendimento (UPA). Essas servem de suporte para os hospitais públicos absorvendo parte dos atendimentos que não necessitam de internação ou intervenções cirúrgicas de média e alta complexidade. As figuras 203 a 208 apresentam algumas das principais infraestruturas de atenção básica à saúde na RGI.

Em relação aos hospitais, pudemos verificar que apenas Araxá, Campos Altos, Ibiá e Perdizes possuíam hospitais públicos no referido ano, sendo que, enquanto o primeiro município possuía infraestrutura para atendimento de média e alta complexidade, os demais apresentavam infraestrutura para baixa e média complexidade. Os demais municípios possuíam apenas unidades mistas de saúde, que servem como pronto socorro e encaminhamento dos pacientes para os hospitais da região. Em relação aos hospitais particulares, apenas Araxá contava com esse tipo de infraestrutura, com dois hospitais particulares. Entretanto, em municípios como Campos Altos, Ibiá e Perdizes, apesar da inexistência de hospitais particulares o atendimento mais especializado, a depender da complexidade dos casos, é realizado em clínicas especializadas ou mesmo utilizando, através de aluguel, a infraestrutura dos centros cirúrgicos e quartos dos hospitais públicos.

⁵² Nesse momento optamos em realizar uma análise inicial da infraestrutura da saúde. A análise dos equipamentos de saúde de média e alta complexidade, especialidades médicas, pessoal ocupado na saúde, regionalização da saúde, entre outros elementos que compõem a dimensão da saúde, foram analisados no capítulo IV por se tratar de dados importantes para análise das relações estabelecidas entre as cidades.





Figura 203 – Araxá: Unidade de Pronto Atendimento (UPA).
Fonte: Souza (2020).



Figura 204 – Araxá: Policlínica especializada no atendimento à criança.
Fonte: Souza (2020).



Figura 205 – Campos Altos: PSF com maior cobertura da área urbana.
Fonte: Souza (2020).



Figura 206 – Ibiá: PSF com maior cobertura da área urbana.
Fonte: Souza (2020).



Figura 207 – Perdizes: PSF com maior cobertura da área urbana.
Fonte: Souza (2020).



Figura 208 – Pratinha: PSF com maior cobertura da área urbana.
Fonte: Souza (2020).



As figuras 203 e 204 apresentam os dois principais equipamentos voltados para a atenção básica à saúde em Araxá – a UPA, voltada para o atendimento de emergências, consultas, ambulatório e procedimentos de baixa complexidade; e o Centro de Atendimento à Criança (CAC), que funciona como policlínica voltada para a saúde das crianças como também de gestantes. Já as figuras 205 a 208 apresentam as unidades principais unidades dos PSF das cidades de Campos Altos, Ibiá, Perdizes e Pratinha. Se trata daqueles que possuem maior abrangência urbana tanto em área, como também, em quantidade de pessoas atendidas.

As UPAs, policlínicas, PSFs e demais equipamentos de saúde pública são os responsáveis pela gestão e implementação de ações da Estratégia de Saúde da Família (ESF), programa criado pelo governo federal em 1990, através da lei nº 8.080, de 19 de setembro 1990, e implementada em 1994. De acordo com o Ministério da Saúde (2020) a criação do ESF buscou promover a qualidade de vida através da intervenção nos fatores que colocam a saúde em risco, ou seja, intervir na prevenção de doenças. A partir dessa ação, tanto nas infraestruturas mencionadas como também através dos agentes de saúde, o ESF tem funcionado como a porta de entrada ao Sistema Único de Saúde (SUS). O resultado dessa estratégia, desde sua implementação em nível nacional, foi o aumento da solução dos problemas de saúde ainda na atenção básica, sem a necessidade de intervenção de média e alta complexidade, acarretando assim um desafogamento de hospitais e demais infraestruturas voltadas a essa finalidade.

A figura 209 apresenta a evolução da cobertura da ESF na RGI de Araxá entre 2000 e 2018. No primeiro ano analisado verificamos que apenas Santa Rosa da Serra não havia aderido ao programa. Já os municípios de Araxá, Campos Altos, Perdizes e Tapira apresentaram cobertura inferior a metade da população, que variou entre 2,1% em Araxá e 48,8% em Perdizes. Pratinha, Pedrinópolis e Ibiá foram os que apresentaram maior participação, com 100%, 94,1% e 90,1, respectivamente. Em 2010 a maior parte dos municípios apresentaram evolução considerável, a exceção de Ibiá que apresentou taxa 10% menor que no primeiro ano analisado. Destacamos entre elas Araxá, que apesar da evolução verificada ainda apresentou cobertura inferior a metade da população, igual a 35,6%. Já Santa Rosa da Serra apresentou evolução positiva, atingindo naquele ano 100% de cobertura. Os dados mais atuais, de 2018, apresentaram que a exceção de Pratinha, com ligeira queda, os demais municípios tiveram aumento da cobertura, mas apenas Santa Rosa da Serra e Perdizes apresentaram cobertura universal.



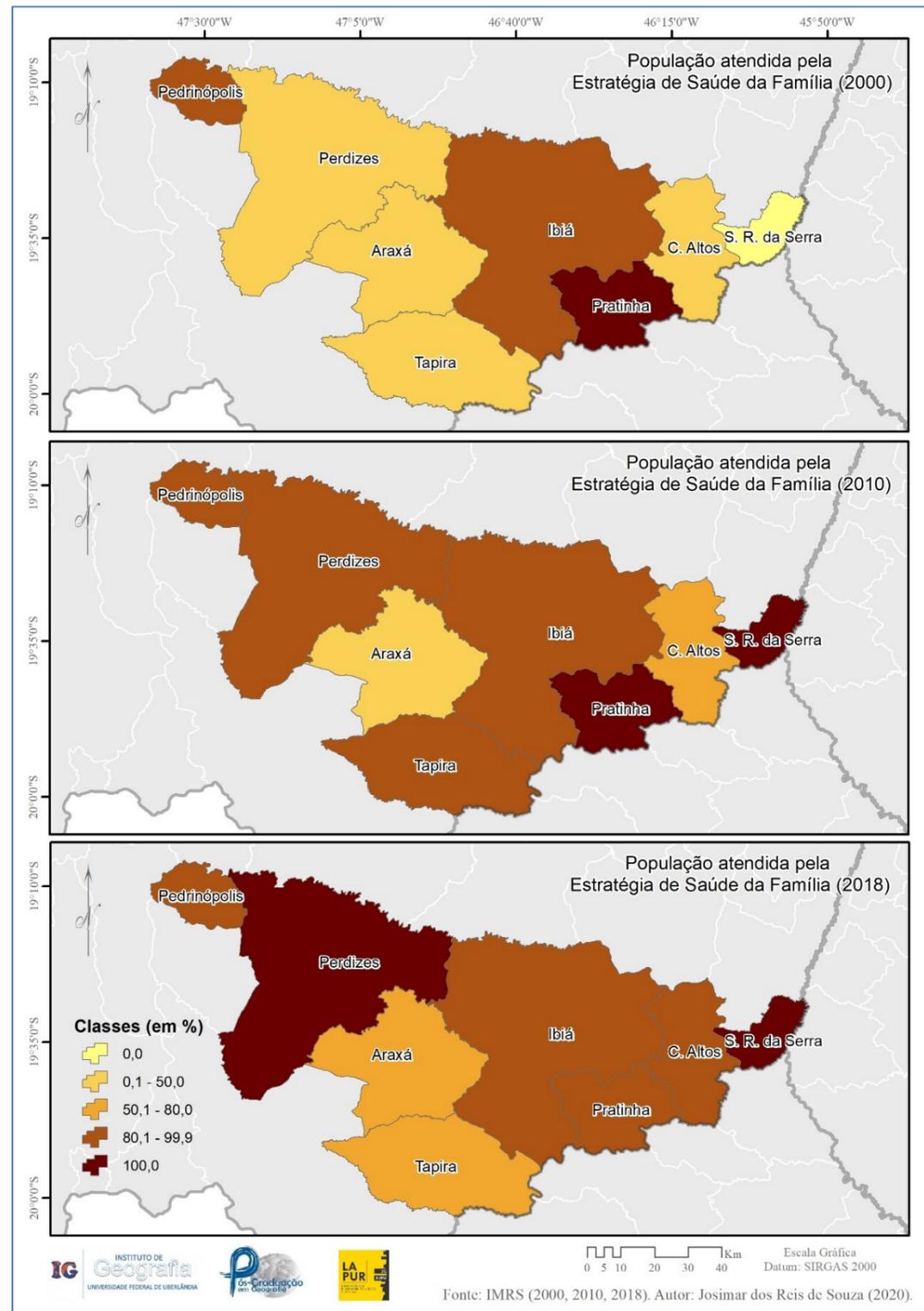


Figura 209 – RGI Araxá: população atendida pela Estratégia de Saúde da Família.
 Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010; 2018).

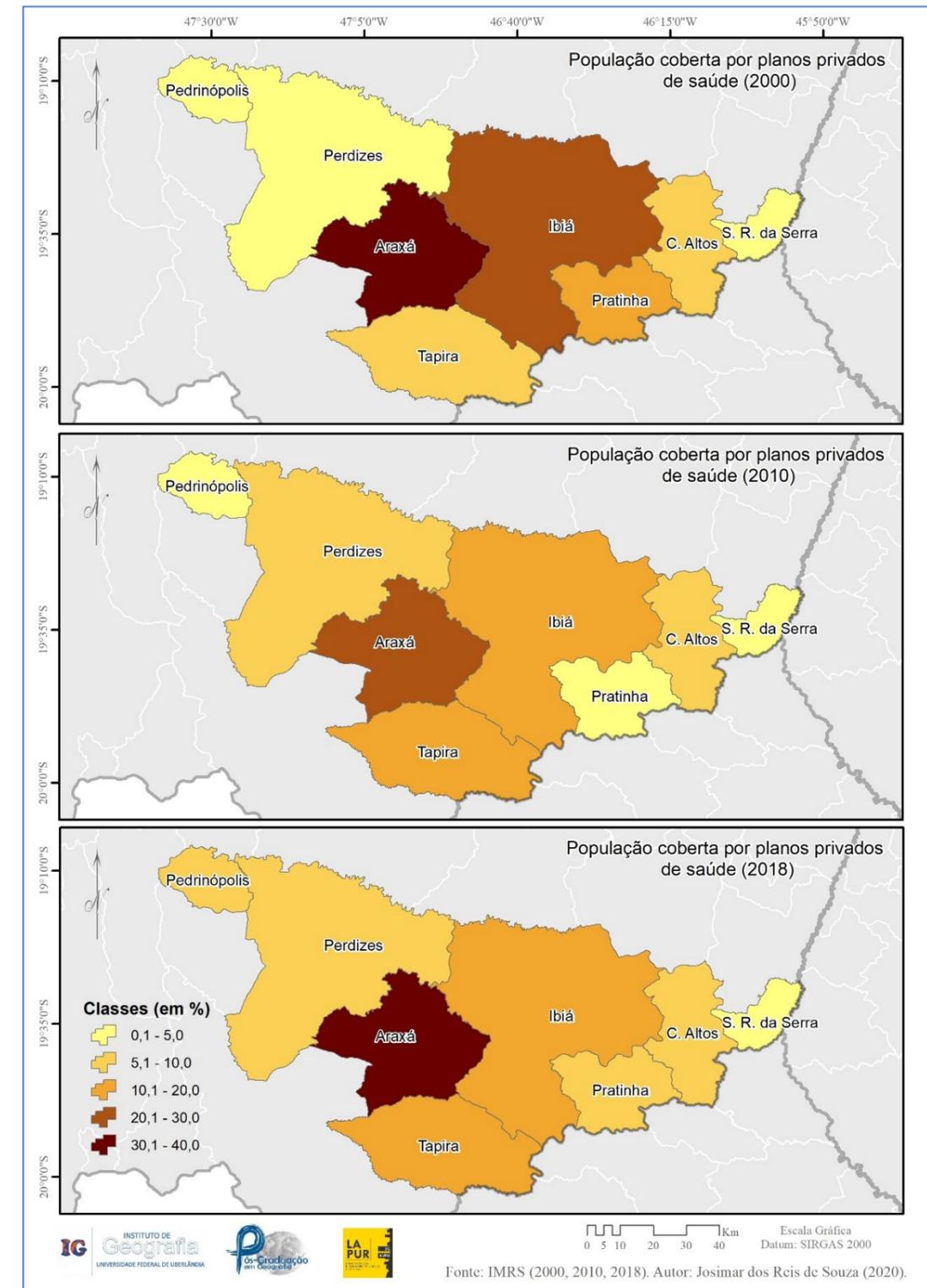


Figura 210 – RGI Araxá: população coberta por planos privados de saúde.
 Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010; 2018).



Os dados da implementação e cobertura da ESF entre 2000 e 2018 na RGI de Araxá apontaram para uma evolução positiva do indicador ao passo que maior parte da população passou a ter acesso aos subprogramas de apoio a prevenção de doenças, como diabetes, hipertensão, tabagismo, cobertura vacinal, entre outros. Essa evolução seguramente evitou a necessidade de internações ou outros procedimentos oriundos da enfermidade, fazendo com que atualmente o programa seja de suma importância para a população. Entretanto, a ausência de cobertura universal da população é um fator a se destacar, visto que, em municípios, como Araxá e Tapira, as taxas ainda se encontram aquém das necessidades da população. Entendemos que a ausência de cobertura total da ESF possui relação com dois processos principais. O primeiro está relacionado a grande extensão territorial de parte dos municípios da RGI, o que dificulta o deslocamento das famílias que vivem na zona rural até as infraestruturas de saúde, como também, a visita de agentes de saúde. O segundo está relacionado à parcela da população que possui serviço de saúde suplementar, via planos privados de saúde, e que por esse motivo não utilizam os serviços públicos de atenção básica. Acerca desse processo a figura 210 apresenta a evolução da parcela da população coberta por planos de saúde.

Temos que em 2000 apenas os municípios de Araxá e Ibiá possuíam cobertura acima de 20% da população. Campos Altos, Pratinha e Tapira apresentaram cobertura entre 5% e 10% e os demais, cobertura inferior a 5%. Em 2010 pudemos notar duas tendências distintas, por um lado municípios como Araxá, Ibiá e Pratinha apresentaram queda na cobertura, e por outro, os demais municípios apresentaram ligeira alta no indicador. Os dados mais recentes, de 2018, evidenciaram o aumento no número de pessoas que aderiram a planos privados de saúde, com destaque para o considerável avanço na cobertura em Araxá, com taxa de 32,6%. Tal aumento verificado nos possibilita inferir que cada vez a população tem buscado os serviços privados de saúde, em parte pela qualidade do atendimento e, em parte, pela maior rapidez, se comparado a saúde pública, no agendamento de consultas, cirurgias, entre outros.

Nos coube também, além da análise inicial da atenção básica e da cobertura da saúde suplementar, averiguar a situação do atendimento, em nível municipal, dos hospitais e demais equipamentos públicos que recebem, sobretudo, enfermidades de média e alta complexidade. As figuras 211 e 212 nos apresentam dois indicadores que nos auxiliaram nessa análise. São eles: óbitos por causas mal definidas e internações por condições sensíveis à saúde básica.



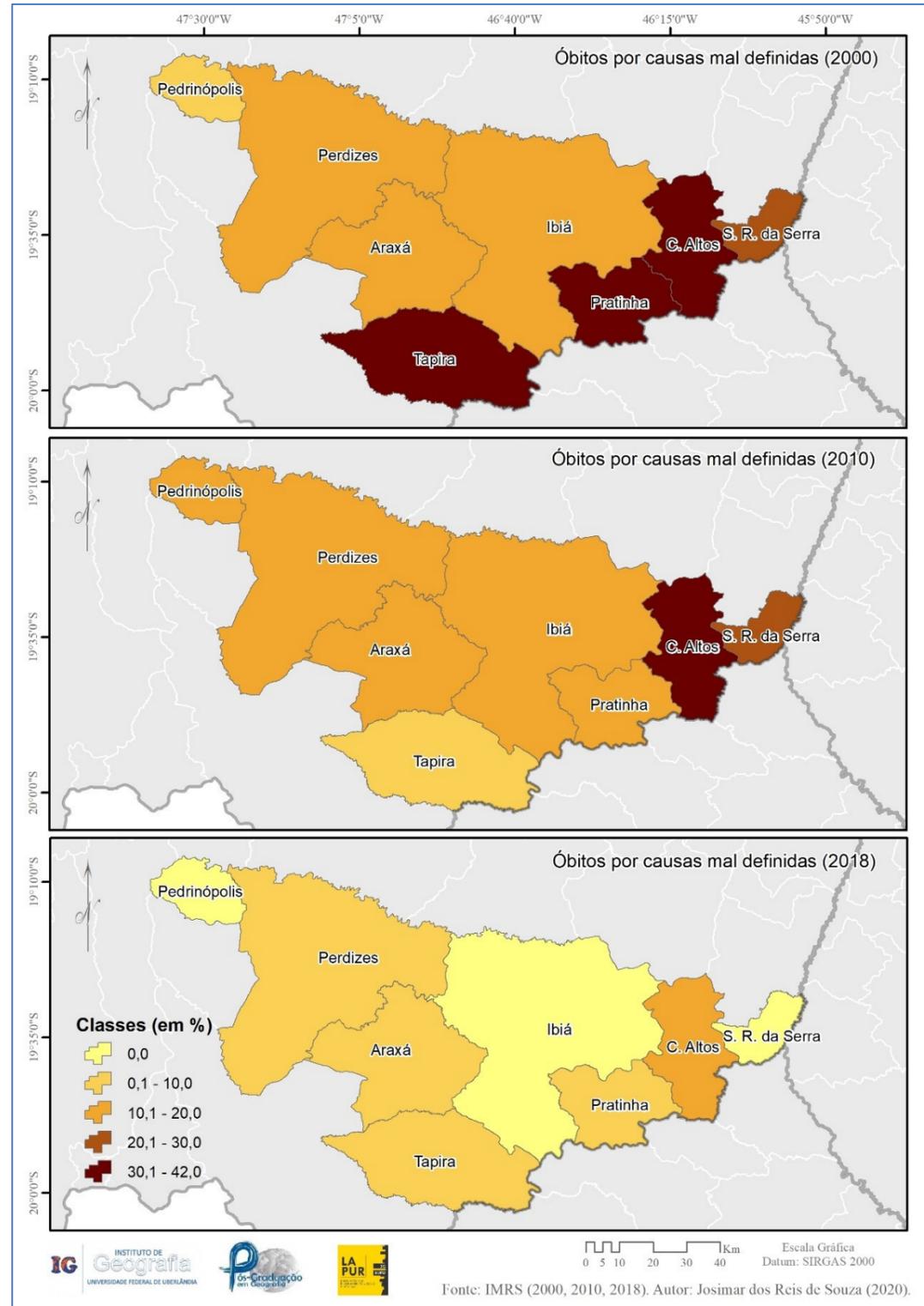


Figura 211 – RGI Araxá: óbitos por causas mal definidas.
 Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010; 2018).

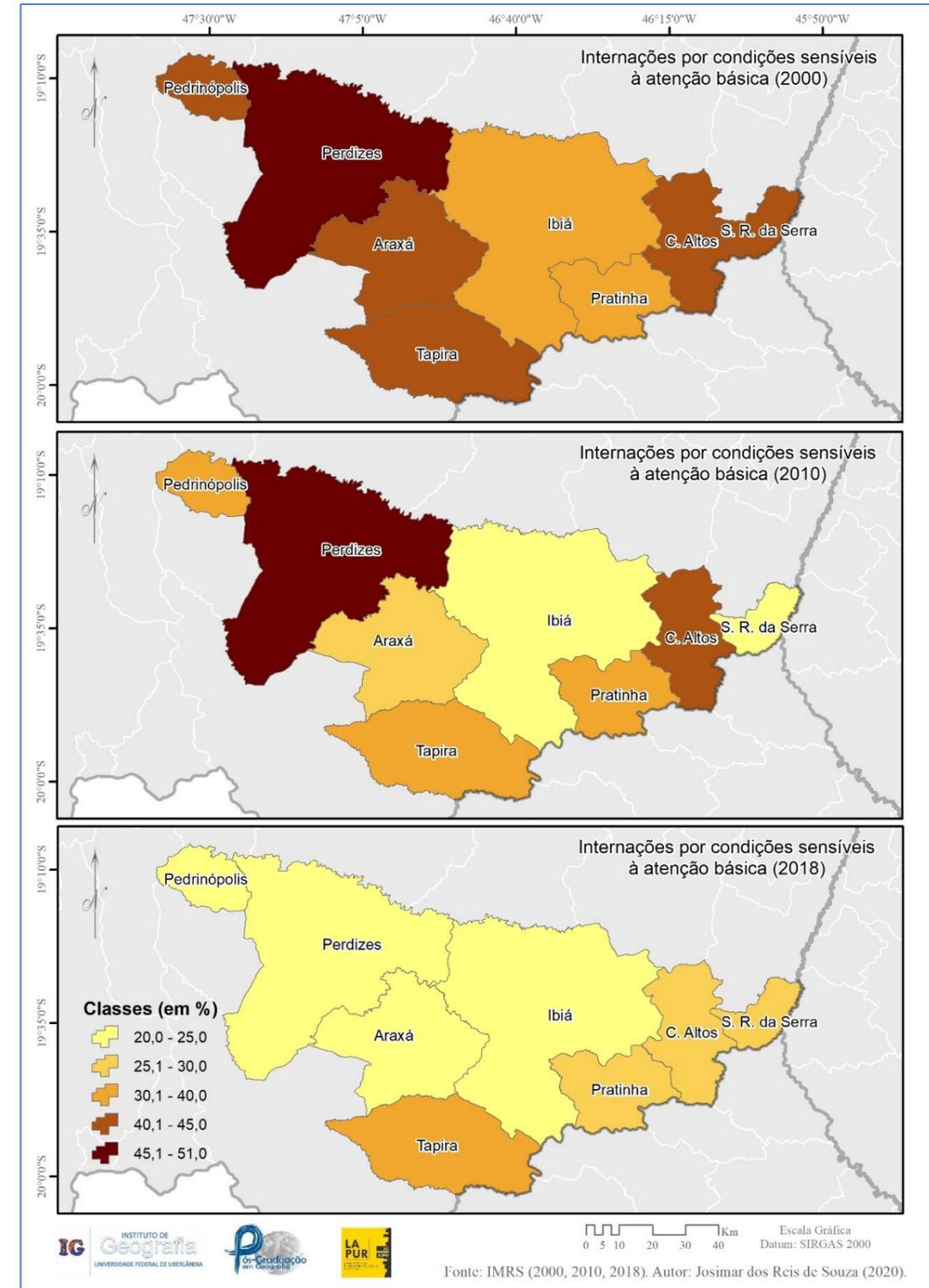


Figura 212 – RGI Araxá: internações por condições sensíveis à atenção básica.
 Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010; 2018).



O indicador porcentagem de óbitos por causas mal definidas corresponde às mortes que apresentaram sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos ou de laboratório, mas que não tiveram sua causa determinada. Já o indicador da porcentagem de internações por condições sensíveis à atenção básica diz respeito às doenças que poderiam ter sido prevenidas, através da ESF, evitando assim a sua evolução à enfermidade e, conseqüentemente, sua internação (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). O primeiro indicador pode ser considerado importante instrumento para a análise da qualidade do atendimento realizado aos enfermos, visto que, quanto maior for o registro desses indicadores, menor é a eficiência e/ou nível de capacitação da equipe ou menor é nível de diagnóstico, devido às deficiências na infraestrutura física, laboratorial, ausência de equipamentos, entre outros. O segundo indicador nos aponta possíveis ineficiências no acesso ao atendimento primário ou desempenho ineficaz da ESF.

Na RGI de Araxá verificamos que em 2000 os municípios de Campos Altos, Pratinha, Tapira e Santa Rosa da Serra apresentaram resultados elevados de óbitos por causas mal definidas, que variou de 41,1%, em Tapira, a 23%, em Santa Rosa da Serra, o que demonstrou possíveis deficiências na infraestrutura e equipe existentes. Os demais municípios, apesar de apresentarem taxas inferiores a 20%, também tiveram considerável número do indicador se comparado com as médias de outras cidades de Minas Gerais. Os dados de 2010 e 2018 apontaram para considerável queda do indicador, o que significou evolução positiva dos serviços de saúde. Nos dados mais recentes de 2018, Campos Altos apresentou taxa de 13,5%, o que exige atenção do poder público no aperfeiçoamento do diagnóstico, equipe e infraestrutura, e Ibiá, Pedrinópolis e Santa Rosa da Serra apresentaram ausência de óbitos por causas mal definidas, o que infere numa melhora significativa na diagnose.

Em relação a porcentagem de internações por condições sensíveis à atenção básica, temos que em 2000 as taxas se encontravam consideravelmente altas em todos os municípios, acima de 25%, com destaque para Perdizes que no referido ano apresentou taxa igual a 50,8%. Tal constatação demonstra que naquele ano parte significativa das doenças relacionadas a saúde básica evoluíam a enfermidades e necessidade de internação. Em 2010, a exceção de Perdizes e Campos Altos, que mantiveram taxas elevadas, houve uma melhora do indicador nos demais municípios. Já em 2018 foi possível notar melhora expressiva no indicador em todos os municípios da RGI o que indica o aperfeiçoamento da ESF. As figuras 213 e 214 apontam mais dois indicadores de internação relacionados a doenças de veiculação hídrica e saneamento.



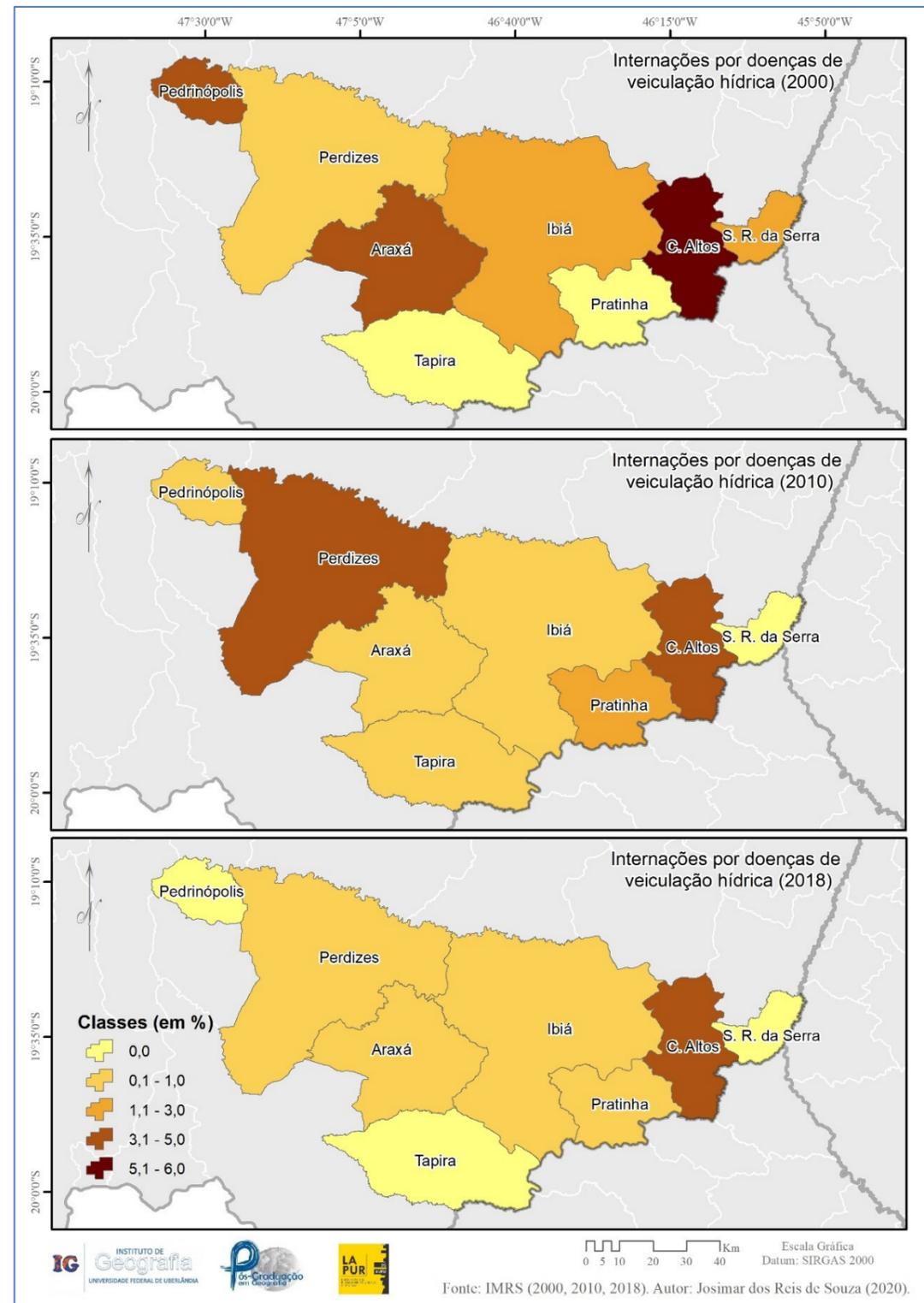


Figura 213 – RGI Araxá: internações por doenças de veiculação hídrica. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010; 2018).

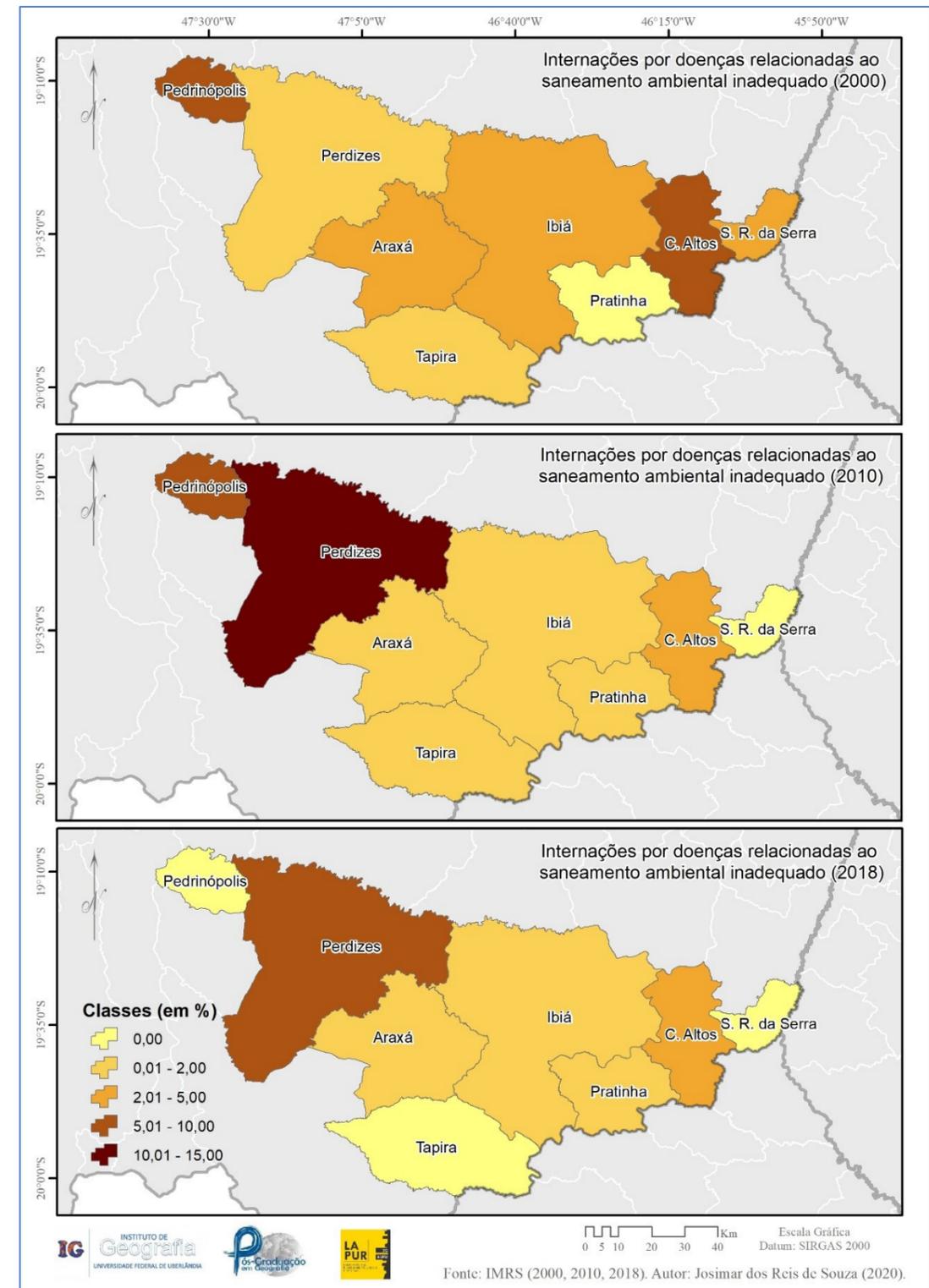


Figura 214 – RGI Araxá: internações por doenças relacionadas ao saneamento inadequado. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010; 2018).



As internações por doenças relacionadas a veiculação hídrica e saneamento ambiental inadequado nos aponta para uma relação evidente entre a primeira dimensão analisada, como também uma relação com os níveis de renda da população, visto que, a distribuição dos níveis de renda na área urbana, na maior parte dos casos, acompanha a configuração das áreas mais bem equipadas com infraestruturas básicas à população. Esse indicador nos aponta para doenças relacionadas, sobretudo, as intoxicações pela ingestão de água não tratada, como também, por doenças relacionadas a transmissões que se reproduzem na água, como a dengue por exemplo. Da mesma forma o indicador internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado nos auxilia em tal análise, mas com a diferença que se refere, sobretudo, a ineficácia do atendimento adequado.

Em 2000 Campos Altos foi o município que apresentou a maior taxa de internação por doenças de veiculação hídrica, com 5,7% do total de internações. Já Pratinha e Tapira apresentaram ausência de internações por esse tipo de doença. Os demais municípios apresentaram taxas variando entre 0,7%, em Perdizes e 4,9% em Pedrinópolis. No ano de 2010 enquanto a maioria dos municípios apresentaram diminuição das taxas, o que significou melhora no indicador, Perdizes, Pratinha e Tapira tiveram piora nos resultados, com destaque para os dois últimos que diferentemente do ano anterior (analisado) passaram a apresentar casos de internações por acesso inadequado a água. Os dados mais recentes, de 2018, apontaram uma melhora significativa do indicador na RGI de Araxá, na qual os municípios de Pedrinópolis, Santa Rosa da Serra e Tapira apresentaram ausência de internações e, a exceção de Campos Altos que manteve a taxa de 2010, os demais municípios apresentaram menos de 1% das internações relacionadas a doenças de veiculação hídrica. Já a análise do indicador de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado nos apresentou uma configuração relativamente parecida com a análise realizada acima. De 2000 a 2010 verificamos uma melhora do indicador, a exceção de Perdizes e Pratinha, sendo que a primeira apresentou alta taxa de internação, superior a 14,8%. Já em relação a 2018, a exceção de Campos Altos que apresentou leve aumento, os demais municípios tiveram melhora significativa no indicador.

O quadro 7, assim como nas dimensões anteriores, aponta as principais questões por nós levantadas através da análise, que mesmo com a melhora significativa verificada entre 2000 e 2018, sobretudo na ESF, necessita ainda de atenção das instituições públicas de saúde.



Cidade	Indicador que necessita de melhoria	Áreas que necessitam de maior atenção	Melhorias necessárias (sugestões à gestão pública municipal)
Araxá	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Saúde da Família - Óbitos por causas mal definidas - Internações sensíveis à atenção básica - Internações por doenças de veic. hídrica - Internações por saneamento inadequado 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a cobertura da ESF e universalizar o programa de agentes de saúde - Aperfeiçoamento da equipe e melhoria da infraestrutura de diagnose - Estratégias para maior alcance ainda na fase de prevenção e controle das doenças - Análise da qualidade da água e programas de controle de vetores de doenças - Melhoria na infraestrutura de esgotamento sanitário e de esgoto a céu aberto
Campos Altos	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Saúde da Família - Óbitos por causas mal definidas - Internações sensíveis à atenção básica - Internações por doenças de veic. hídrica - Internações por saneamento inadequado 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a cobertura da ESF e universalizar o programa de agentes de saúde - Aperfeiçoamento da equipe e melhoria da infraestrutura de diagnose - Estratégias para maior alcance ainda na fase de prevenção e controle das doenças - Análise da qualidade da água e programas de controle de vetores de doenças - Melhoria na infraestrutura de esgotamento sanitário e de esgoto a céu aberto
Ibiá	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Saúde da Família - Internações sensíveis à atenção básica - Internações por doenças de veic. hídrica - Internações por saneamento inadequado 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Todo município - Todo município - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a cobertura da ESF e universalizar o programa de agentes de saúde - Estratégias para maior alcance ainda na fase de prevenção e controle das doenças - Análise da qualidade da água e programas de controle de vetores de doenças - Melhoria na infraestrutura de esgotamento sanitário e de esgoto a céu aberto
Pedrinópolis	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Saúde da Família - Internações sensíveis à atenção básica 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a cobertura da ESF e universalizar o programa de agentes de saúde - Estratégias para maior alcance ainda na fase de prevenção e controle das doenças
Perdizes	<ul style="list-style-type: none"> - Óbitos por causas mal definidas - Internações sensíveis à atenção básica - Internações por doenças de veic. hídrica - Internações por saneamento inadequado 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Todo município - Todo município - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoamento da equipe e melhoria da infraestrutura de diagnose - Estratégias para maior alcance ainda na fase de prevenção e controle das doenças - Análise da qualidade da água e programas de controle de vetores de doenças - Melhoria na infraestrutura de esgotamento sanitário e de esgoto a céu aberto
Pratinha	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Saúde da Família - Óbitos por causas mal definidas - Internações sensíveis à atenção básica - Internações por doenças de veic. hídrica - Internações por saneamento inadequado 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a cobertura da ESF e universalizar o programa de agentes de saúde - Aperfeiçoamento da equipe e melhoria da infraestrutura de diagnose - Estratégias para maior alcance ainda na fase de prevenção e controle das doenças - Análise da qualidade da água e programas de controle de vetores de doenças - Melhoria na infraestrutura de esgotamento sanitário e de esgoto a céu aberto
Sta. R. da Serra	<ul style="list-style-type: none"> - Internações sensíveis à atenção básica 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias para maior alcance ainda na fase de prevenção e controle das doenças
Tapira	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Saúde da Família - Óbitos por causas mal definidas - Internações sensíveis à atenção básica 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Todo município - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a cobertura da ESF e universalizar o programa de agentes de saúde - Aperfeiçoamento da equipe e melhoria da infraestrutura de diagnose - Estratégias para maior alcance ainda na fase de prevenção e controle das doenças

Quadro 7 – RGI Araxá: indicadores de saúde que necessitam de melhoria em 2020.

Fonte: Souza (2020).



3.4 Os níveis de Educação

Os indicadores de educação são de suma importância para o reconhecimento da situação dessa dimensão que possui estreita relação com as demais analisadas. Entendemos que os níveis de educação, o acesso à educação e a qualidade da educação são três elementos chaves para o desenvolvimento social dos indivíduos, visto que, influenciam diretamente nos níveis de renda, nas oportunidades de trabalho, no acesso ao consumo, entre outros elementos que compõem a nossa análise acerca da qualidade de vida. Ademais, destacamos o papel da educação na formação pessoal e coletiva, pois acreditamos que é a partir dela que podemos construir e cobrar, enquanto sociedade, um país com maior justiça social e com maior possibilidade de inclusão de todas as camadas da população.

Para a análise da dimensão educação foram escolhidos os seguintes indicadores⁵³: taxa de alfabetização; porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo; porcentagem de pessoas com 18 anos ou mais com ensino médio completo; porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo⁵⁴; frequência líquida no ensino fundamental; e frequência líquida no ensino médio.

A tabela 19 apresenta as infraestruturas da educação básica existentes, com base nos resultados do censo escolar realizado pela Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Em relação a educação infantil temos que na RGI de Araxá, em 2020, havia 76 escolas municipais distribuídas em todos os municípios e 16 escolas privadas, sendo que 12 dessas se localizavam em Araxá, três em Ibiá e uma em Campos Altos. No ensino fundamental havia, no referido ano, 39 escolas municipais, 27 estaduais e 14 privadas, sendo que essas também se encontravam presentes apenas em Araxá, Campos Altos e Ibiá. Já em relação ao ensino médio havia 16 escolas estaduais, oito privadas (cinco em Araxá, duas em Ibiá e uma em Campos Altos), uma municipal e uma federal. As figuras 215 a 224 apresentam alguns exemplos dessas infraestruturas de educação que foram identificadas durante a pesquisa de campo.

⁵³ Assim como a dimensão saúde, os indicadores de educação foram analisados em nível municipal, a exceção da taxa de alfabetização, visto que o censo demográfico de 2010 não apresentou outros resultados dessa dimensão em nível intraurbano.

⁵⁴ A análise da educação referente ao ensino superior foi aprofundada no capítulo IV pois se refere também às relações estabelecidas entre as cidades da RGI de Araxá.



Município	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	Municipal	Estadual	Federal	Privada	Municipal	Estadual	Federal	Privada	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Araxá	34	-	-	12	15	14	-	10	-	6	1	5
Campos Altos	8	-	-	1	3	3	-	1	-	1	-	1
Ibiá	15	-	-	3	12	3	-	3	1	2	-	2
Pedrinópolis	2	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-
Perdizes	9	-	-	-	3	4	-	-	-	3	-	-
Pratinha	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-
Sta. R. da Serra	4	-	-	-	2	1	-	-	-	1	-	-
Tapira	3	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-
Total	76	0	0	16	39	27	0	14	1	16	1	8

Tabela 19 – RGI Araxá: equipamentos públicos e privados de educação.
 Fonte: Souza (2020) com base em Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2020).





Figura 215 – Araxá: Centro Municipal de Educação Dom Pixote.
Fonte: Souza (2020).



Figura 216 – Araxá: Colégio Dom Bosco.
Fonte: Souza (2020).



Figura 217 – Campos Altos: Centro Municipal de Educação Olavo L. Silva.
Fonte: Souza (2020).



Figura 218 – Ibiá: Escola Estadual São José.
Fonte: Souza (2020).



Figura 219 – Ibiá: Colégio Nova Dimensão.
Fonte: Souza (2020).



Figura 220 – Pedrinópolis: Escola Estadual Prof. Leão C. Almeida.
Fonte: Souza (2020).



Figura 221 – Perdizes: Escola Estadual João Balker.
Fonte: Souza (2020).



Figura 222 – Pratinha: Centro Municipal de Educação Neusa O. Reis.
Fonte: Souza (2020).



Figura 223 – Santa Rosa da Serra: Escola Municipal Coronel Sebastião F. Boa.
Fonte: Souza (2020).



Figura 224 – Tapira: Escola Municipal Alvinha A. Rezende.
Fonte: Souza (2020).



Os dados das infraestruturas públicas de educação apontaram para uma predominância da educação infantil sob responsabilidade da gestão pública municipal. Essa se subdivide em dois equipamentos principais: os centros municipais de educação infantil (CEMEIs) e as escolas municipais. As figuras 215, 217 e 222 apresentam exemplos de CEMEIs em Araxá, Campos Altos e Pratinha. Em campo notamos que esse tipo de infraestrutura são em sua maioria compostas por construções recentes em áreas de expansão urbana. As figuras 223 e 224 são exemplos de infraestruturas que correspondem a escolas municipais em Santa Rosa da Serra e Tapira, que possuem padrão de construção mais antigo se comparadas aos CEMEIs.

Em relação ao ensino fundamental, temos que em 2020 essa modalidade de ensino possuía uma gestão compartilhada, sendo parte municipal e parte estadual. Já o ensino médio, em sua maioria, se encontrava sob gestão do governo estadual, a exceção de Ibiá, com uma escola municipal localizada na sede do distrito de Argenita e Araxá, com uma escola da rede federal de ensino médio integrado ao ensino técnico. As figuras 218, 220 e 221 são exemplos de escolas estaduais em Ibiá, Pedrinópolis e Perdizes. Pudemos notar, através do campo, que as infraestruturas sob gestão estadual possuem padrão de construção mais antigo e nível de conservação menor se comparado com as infraestruturas municipais de educação.

Em relação a educação via instituições privadas de ensino destacamos que Araxá, devido ao porte populacional, foi a que apresentou a maior concentração nos três níveis de ensino analisados. Ademais, Ibiá e Campos Altos apresentaram instituições de ensino privadas, com destaque para tradicionais colégios ligados, em sua origem, a instituições religiosas. As figuras 216 e 219 apresentam dois exemplos de importantes instituições privadas de ensino, localizadas em Araxá e Ibiá, respectivamente.

O IBGE (2010) aponta a taxa de alfabetização⁵⁵ como indicador primaz da análise da educação, fato com que faz com que essa seja uma das perguntas mais importantes realizada durante o censo demográfico. É certo que a alfabetização é primordial nos dias de hoje, visto que, dificilmente uma pessoa se insere no mercado formal de trabalho sem saber ler, escrever e contar números. Os resultados da alfabetização na RGI de Araxá, em nível municipal e intraurbano são apresentados nas figuras 225 e 226.

⁵⁵ Consideramos, com base no IBGE (2010), que a pessoa alfabetizada é aquela, com 10 anos ou mais, capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.



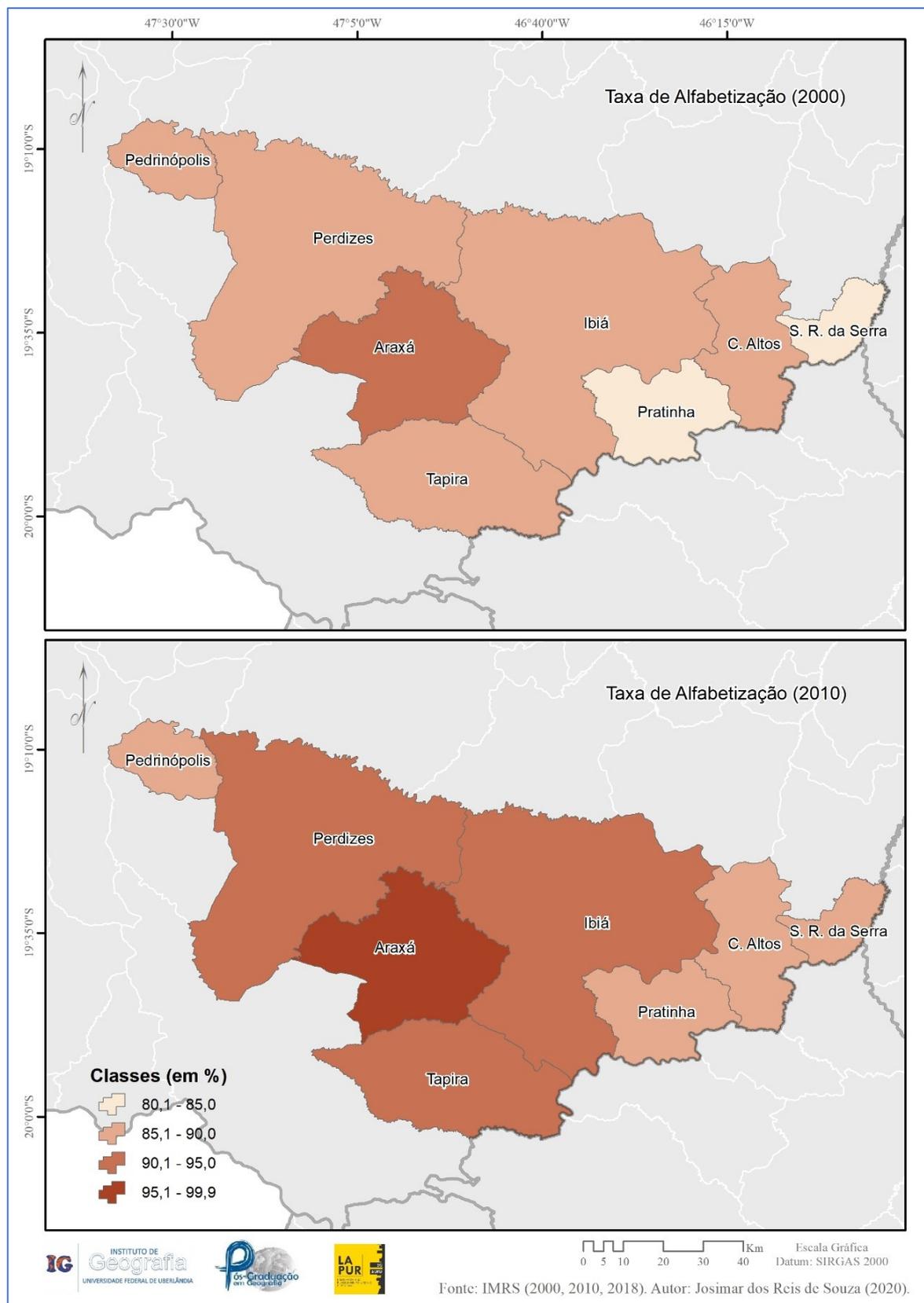


Figura 225 – RGI Araxá: taxa de alfabetização em nível municipal.
Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010).





Figura 226 – RGI Araxá: taxa de alfabetização em nível intraurbano. Fonte: Souza (2020) com em base IBGE (2010).



Temos que, em nível municipal, entre os anos de 2000 e 2010 houve evolução positiva do indicador em todos os municípios. No primeiro ano analisado apenas Araxá apareceu com taxa de alfabetização superior a 90%, os demais variaram entre 80,6% em Santa Rosa da Serra e 89,2% em Ibiá. Já no ano de 2010 os municípios de Araxá, Ibiá, Perdizes e Tapira apresentaram taxa superior a 90% e os municípios de Campos Altos, Pedrinópolis, Pratinha e Santa Rosa da Serra apresentaram valores acima dos 86%. Tal resultado demonstra uma melhora nos níveis de alfabetização, retrato dos esforços realizados para a diminuição do analfabetismo, com a ampliação da rede de ensino e a implementação de programas de incentivo a educação, tais como de merenda escolar, material escolar, material didático, entre outros. Ademais, entre os incentivos à educação podemos destacar o Bolsa Família que tem como um dos critérios para o pagamento a frequência escolar das crianças e adolescentes.

Em 2010 nenhum dos municípios da RGI de Araxá apresentou universalização na alfabetização. Na análise da taxa de alfabetização em nível intraurbano pudemos verificar que os resultados da alfabetização em nível municipal não ocorrem de maneira homogênea nas cidades, com taxas que variando, por exemplo, entre 70,1% a 99,9% dentro de um mesmo perímetro urbano. Destacamos Araxá, Ibiá e Perdizes como aquelas que apresentaram maior discrepância de valores. Em Araxá as maiores taxas de alfabetização se concentraram nos setores centrais da cidade e no condomínio fechado Barreirinho, no setor sul. Em Ibiá as maiores taxas se concentraram nos bairros Jardim, Solar e Vila Universitária. Já em Perdizes o maior valor foi encontrado no bairro Centro. Nas três cidades os maiores valores coincidem com as mesmas áreas com indicadores positivos já analisados. As demais cidades apresentaram variação entre diferentes áreas da cidade, a exceção de Santa Rosa da Serra, entre 72,2% em setor norte de Pratinha, a 94,8% em setor sudeste de Campos Altos. Em todas as cidades as maiores taxas se concentraram em áreas com maior renda, mais bem servidas pelas infraestruturas básicas, que concentram a parcela da população das classes média e alta.

Para além da taxa de alfabetização, outro elemento que consideramos importante na nossa análise foi a composição dos níveis de formação da população, visto que, tal indicador possui total relação com acesso à renda e aos demais aspectos já analisados. Em relação a formação escolar básica as figuras 227 e 228 apresentam a evolução da porcentagem da população que possuíam ensino fundamental e médio completo. Já em relação a formação universitária a figura 229 apresenta a população com ensino superior completo.



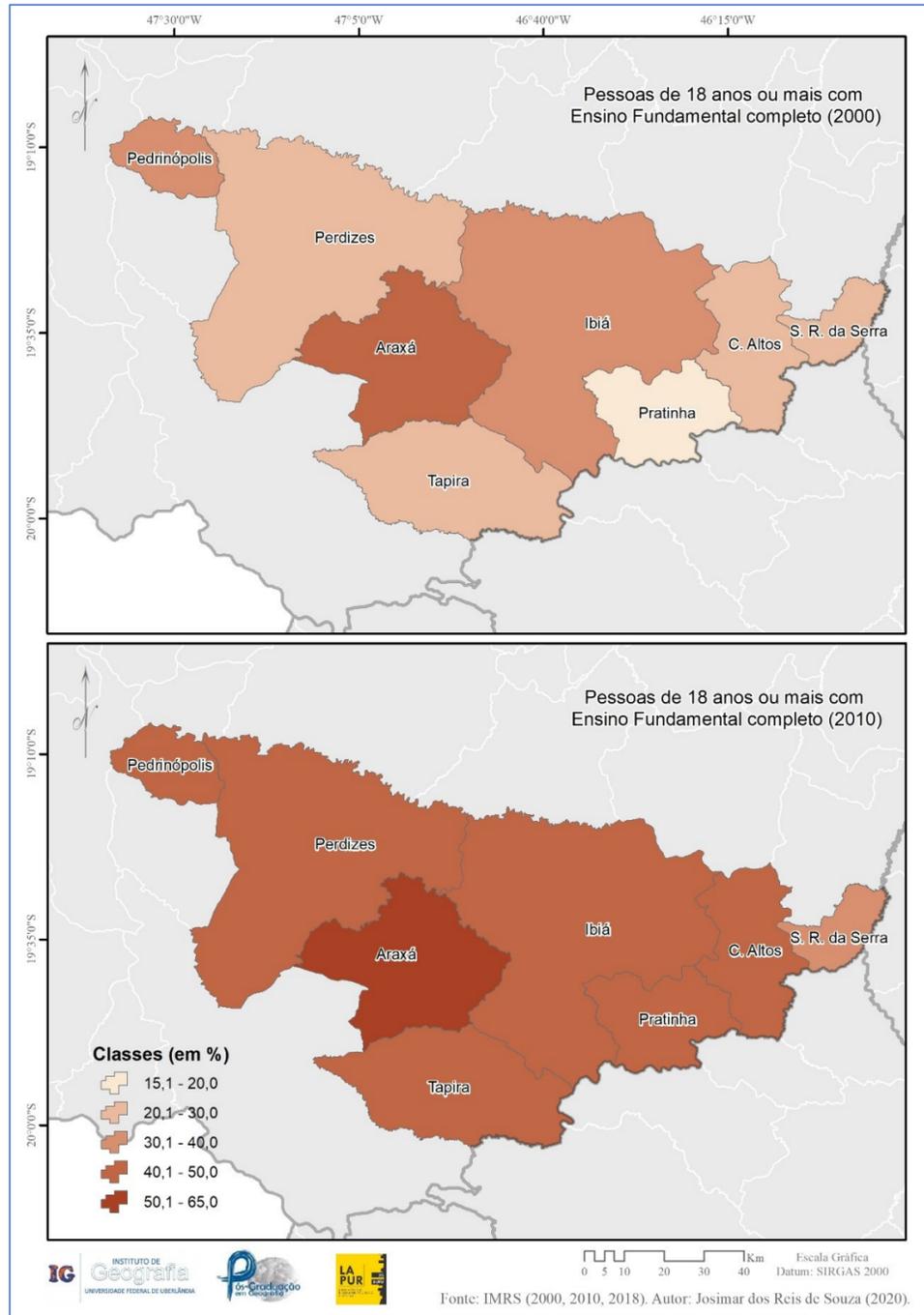


Figura 227 – RGI Araxá: porcentagem da população maior de 18 anos com ensino fundamental completo. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010).

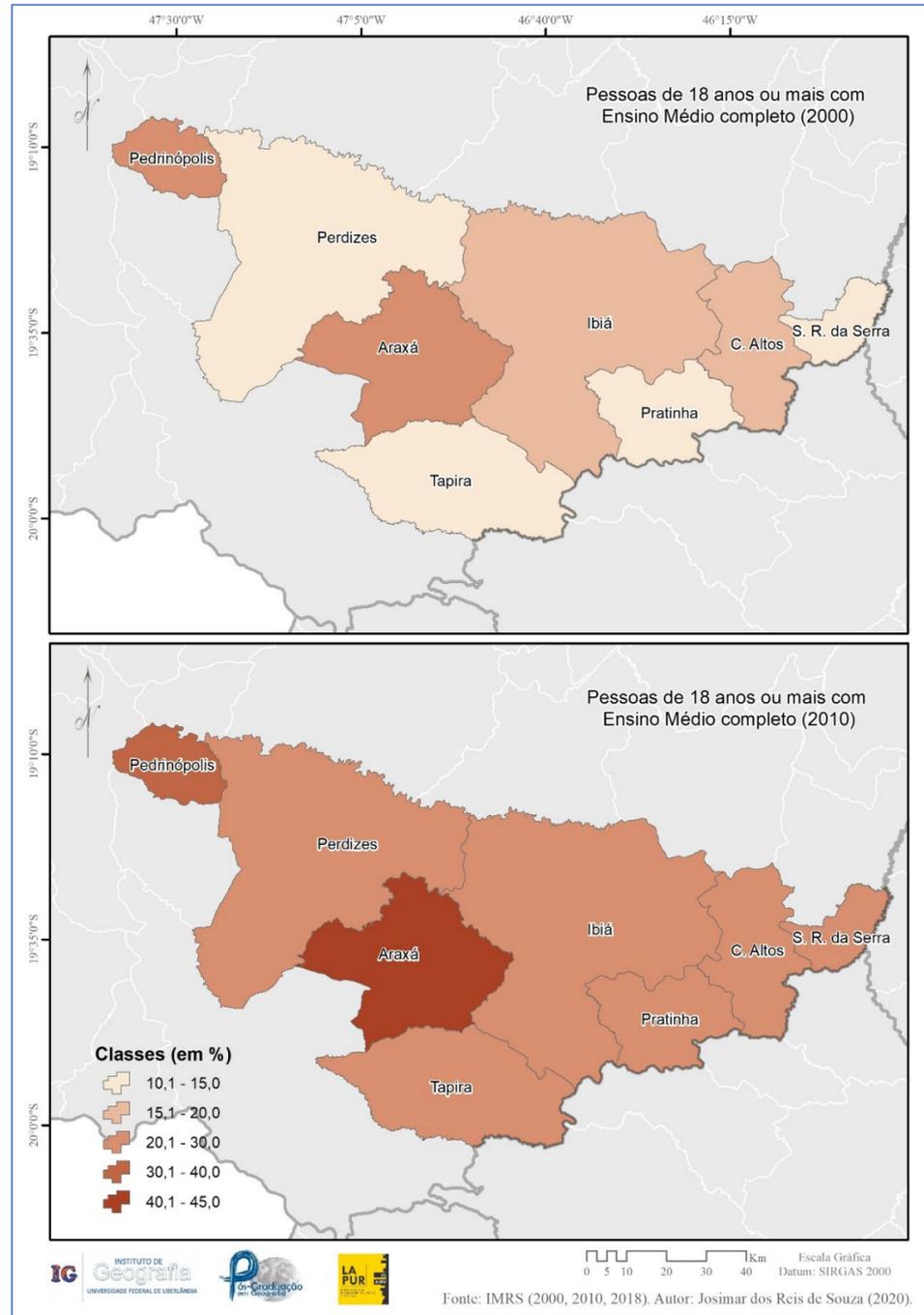


Figura 228 – RGI Araxá: porcentagem da população maior de 18 anos com ensino médio completo. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010).

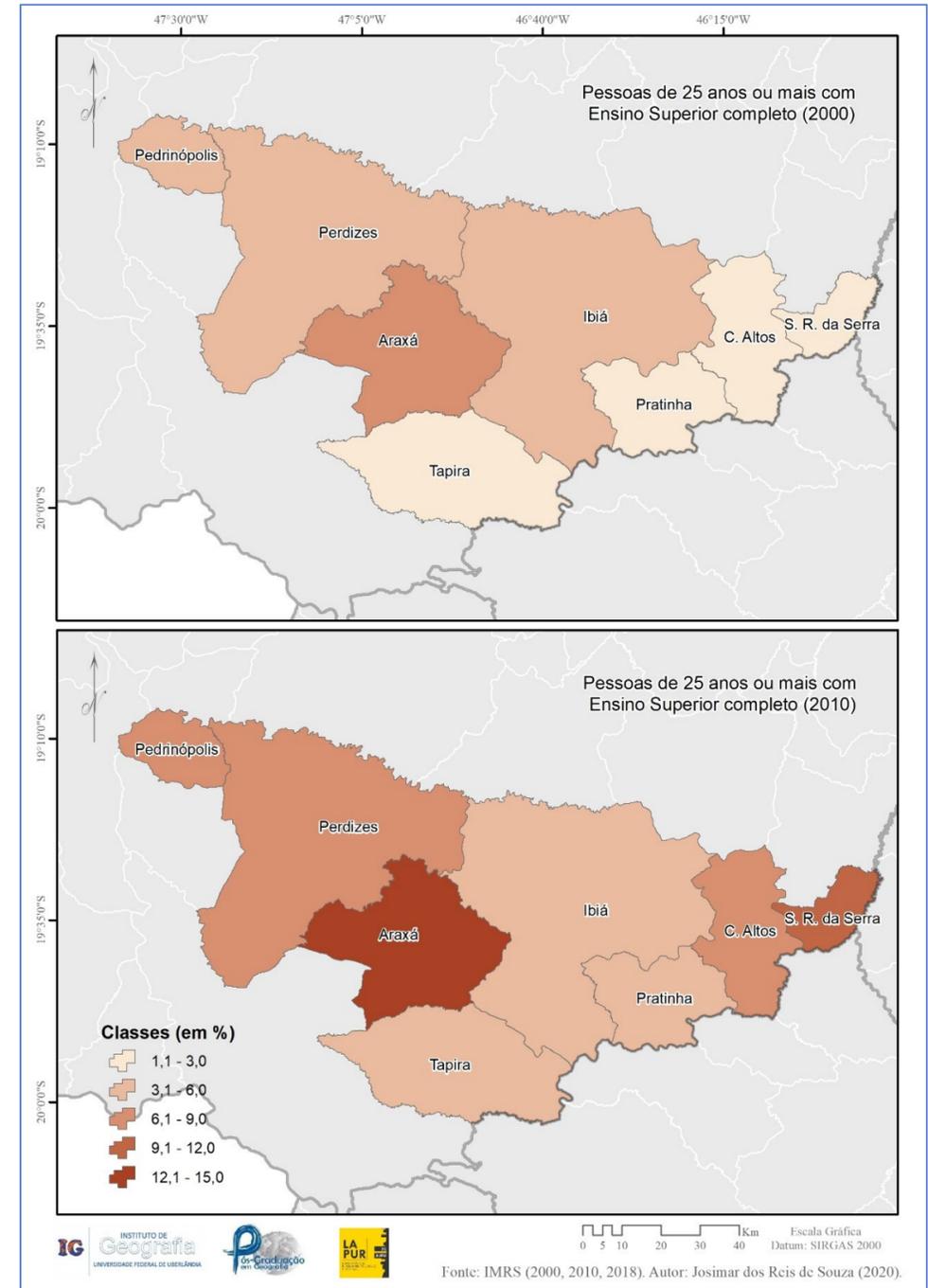


Figura 229 – RGI Araxá: porcentagem da população maior de 25 anos com ensino superior completo. Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010).



A figura 227 apresenta a porcentagem da população de maior idade que possuía ensino fundamental completo nos anos 2000 e 2010. No primeiro ano analisado pudemos verificar que nenhum dos municípios da RGI de Araxá apresentou taxa superior à metade da população adulta, sendo que Araxá foi o que teve maior resultado, com taxa de 46,6%. Os municípios de Ibiá e Pedrinópolis apresentaram resultado variando entre 30% e 40% e os municípios de Campos Altos, Perdizes, Santa Rosa da Serra e Tapira tiveram variação de 20 % a 30%. Pratinha foi o município que apresentou menor valor com apenas 18% da população adulta com ensino fundamental completo. Em relação ao ano de 2010 temos que todos os municípios apresentaram melhoria expressiva no indicador, sendo Araxá o único que apresentou resultado superior a metade da população adulta, com 62,7%. A maioria dos municípios, a exceção de Santa Rosa da Serra com taxa de 38,9%, apresentou taxa superior a 40%. Os dados da RGI de Araxá acompanham a tendência nacional recente, na qual de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio (PNAD) do IBGE, em 2019 apenas 46,6% da população brasileira possuía ensino fundamental completo. Entendemos que a melhoria do indicador é fruto das políticas voltadas à melhoria da educação básica, como também pelo fortalecimento do programa de Ensino de Jovens e Adultos (EJA)⁵⁶, que possibilitou a milhares de pessoas a conclusão dos ensinos fundamental e médio em menor tempo. Entretanto, entendemos que mesmo com a melhoria alcançada em dez anos o desafio ainda é grande, visto que, cerca da metade da população possui baixo nível de formação, o que interfere na sua inserção no mercado de trabalho, nos baixos salários e, por consequência, na qualidade de vida.

Se os resultados do ensino fundamental não são promissores, os dados do ensino médio (figura 228) mostram uma situação ainda pior. Em 2000 apenas os municípios de Araxá e Pedrinópolis apresentaram taxa superior a 30% da população adulta com ensino médio completo. Os municípios de Campos Altos e Ibiá apresentaram taxa entre 15% e 20% e os demais municípios apresentaram taxa inferior a 15%, com destaque para Pratinha com apenas 10,1% da sua população adulta com ensino médio completo. Os dados de 2010, assim como os do ensino fundamental, apresentaram melhoria em todos os municípios analisados, fruto das

⁵⁶ O programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino criada pelo governo federal em 1996 através da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. É voltada para as pessoas que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Esse programa permite que o aluno conclua os ensinos básico, fundamental e médio em menor tempo, possibilitando assim que tenha melhores oportunidades no mercado de trabalho (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).



mesmas estratégias e políticas de educação abordadas anteriormente. Nesse ano Araxá foi o município que apresentou maior evolução no indicador, com taxa igual a 43,5%. Pedrinópolis apresentou a segunda maior taxa, 32,1%, e os demais municípios apresentaram taxa que variou entre 20% e 30%. Os dados da RGI de Araxá, e os resultados do PNAD 2019, que apontou que no Brasil apenas 27,4% da população adulta possuía ensino médio completo, demonstra o extenso caminho que a educação básica ainda precisa percorrer para se tornar universal.

Em relação a população com 25 anos ou mais com ensino superior⁵⁷ completo, temos que de 2000 a 2010 todos os municípios apresentaram evolução no indicador. Araxá foi o município que apresentou maior taxa nos dois anos, 7,8% em 2000 e 12,9% em 2010, o que pode ser explicado por ser nesse município que se concentram as principais instituições públicas e privadas de ensino superior. Entretanto, foi Santa Rosa da Serra que apresentou maior evolução no indicador, passando de 2,2% em 2000 para 9,2% da população de 25 anos ou mais com ensino superior completo. Os demais municípios apresentaram em 2010 taxa entre 3% e 7%. A evolução do indicador tem estreita relação com três políticas públicas adotadas na década de 2000. A primeira diz respeito ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁵⁸, que possibilitou a ampliação da oferta de cursos de graduação no país e a abertura de dois cursos de graduação em instituição de ensino federal de Araxá. A segunda é relacionada ao Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁵⁹, que possibilitou o ingresso de milhões de pessoas no ensino superior de instituições privadas em todo o país, através de bolsas de estudo. A terceira corresponde ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁶⁰, que beneficiou milhões de pessoas através do financiamento dos estudos com juros reduzidos e maior prazo para pagamento.

Em relação a frequência líquida nos ensinos fundamental e médio as figuras 230 e 231 apresentam a evolução do indicador entre 2000 e 2018 na RGI de Araxá.

⁵⁷ O ensino superior foi abordado com mais detalhes no capítulo IV na análise das relações do ensino superior estabelecidas entre as cidades.

⁵⁸ O REUNI foi instituído pelo governo federal através do decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de aumentar a oferta de vagas de graduação via investimentos em infraestrutura e contratação de pessoal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

⁵⁹ O PROUNI foi instituído através da lei federal nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com foco no ensino superior em instituições privadas de ensino superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

⁶⁰ O FIES foi instituído pela lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).



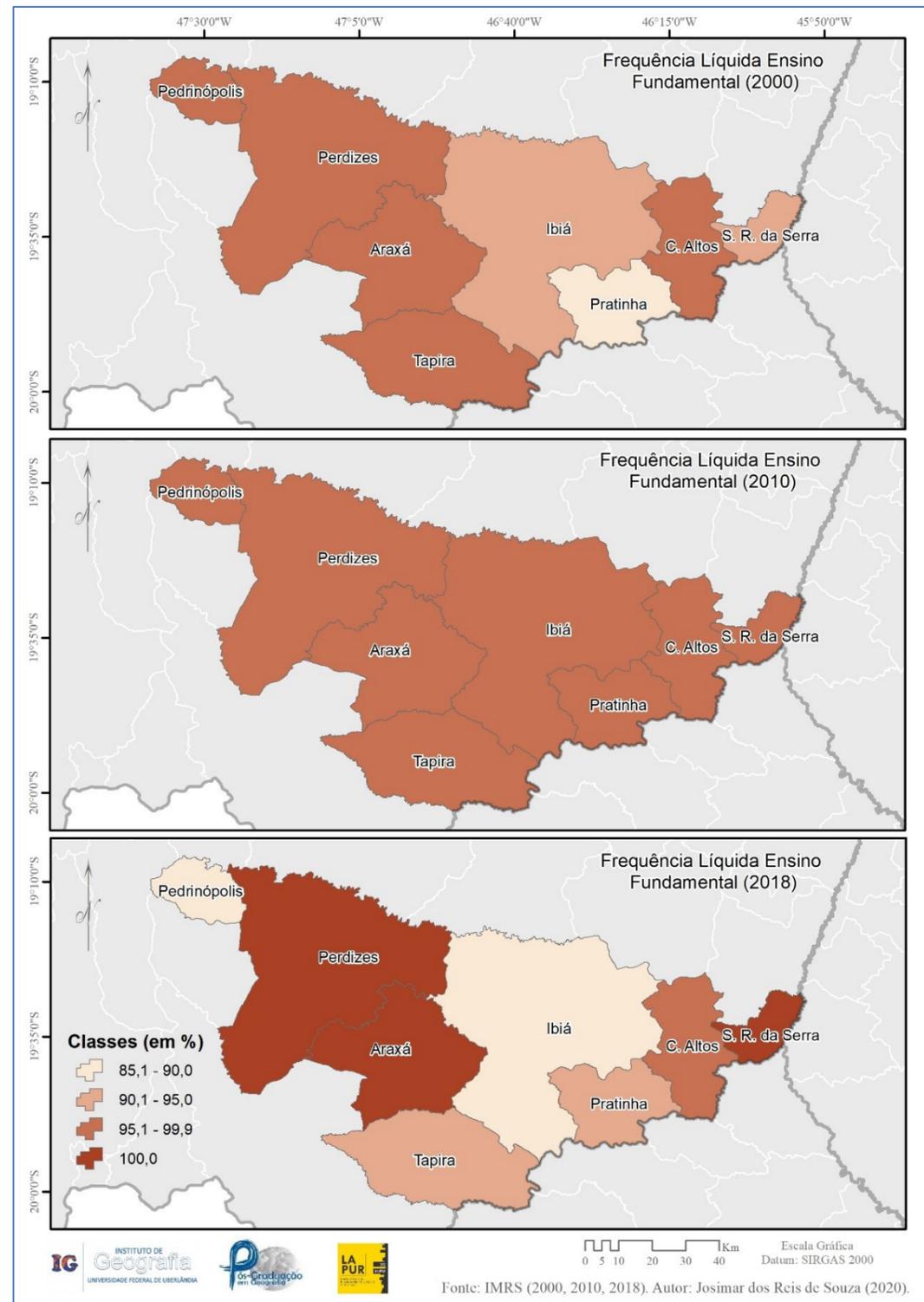


Figura 230 – RGI Araxá: frequência líquida no ensino fundamental.
 Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010; 2018).

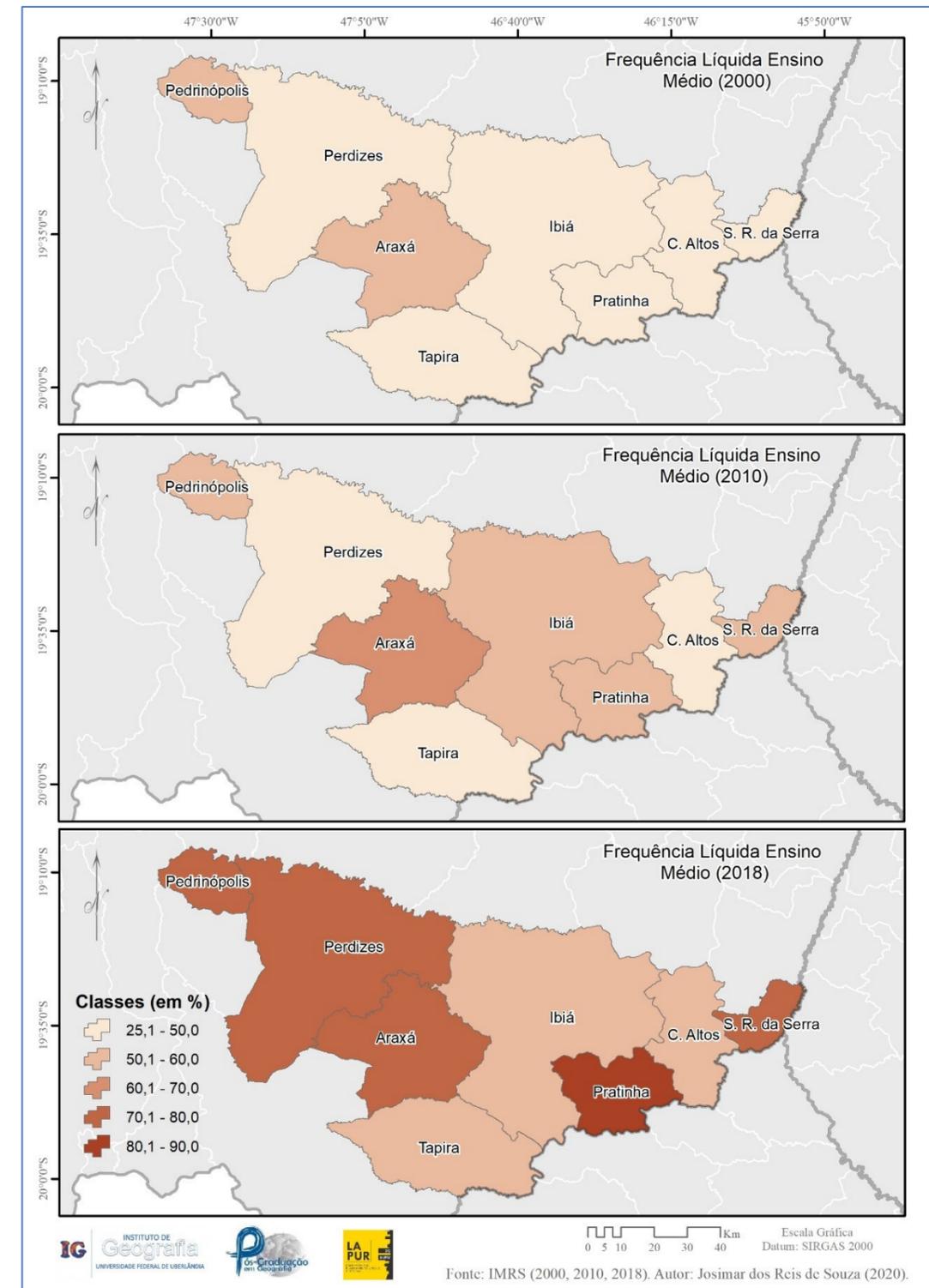


Figura 231 – RGI Araxá: frequência líquida no ensino médio.
 Fonte: Souza (2020) com base em IMRS (2000; 2010; 2018).



O indicador de frequência líquida é importante na nossa análise da dimensão educação pois apresenta a porcentagem de alunos com idade prevista para cursar o ensino fundamental e médio que de fato se encontravam frequentes. No ensino fundamental considera-se a porcentagem da população entre 10 e 14 anos que se encontrava frequente nas escolas e no ensino médio a porcentagem entre 15 e 17 anos frequente nas escolas (IBGE, 2018).

Os dados de frequência líquida ao ensino fundamental na RGI de Araxá apontaram que entre 2000 e 2010 todos os municípios apresentaram evolução positiva do indicador, sendo Pratinha o município que apresentou maiores avanços, de 89,2% no primeiro ano para 96,68% no segundo ano. Os resultados de 2018 apresentam duas dinâmicas distintas na área analisada, enquanto os municípios de Araxá, Perdizes e Santa Rosa da Serra alcançaram a universalização da frequência dos alunos no ensino fundamental, os municípios de Ibiá, Pedrinópolis Pratinha e Tapira apresentaram piora, o que demonstra um retrocesso no acesso e permanência dos alunos à educação básica. Já em relação a frequência líquida ao ensino médio temos que de maneira geral o alcance desse nível da educação é ainda menor que o ensino fundamental. Em 2000 apenas os municípios de Araxá e Pedrinópolis possuíam taxa superior a 50%, Em 2010 Araxá foi o único município a alcançar nível superior a 60% e Campos Altos, Perdizes e Tapira, apesar de apresentarem aumento das taxas em relação ao primeiro ano analisado, ainda possuíam valores inferiores a metade dessa faixa etária da população. Os dados mais recentes de 2018 apontaram que, à exceção de Ibiá com pequena queda verificada, os municípios da RGI de Araxá apresentaram considerável melhora no indicador, com destaque para Pratinha que passou de 51,1% em 2010 para 86,9% em 2018.

Apesar da evolução verificada nos indicadores de frequência líquida do fundamental e médio entre 2000 e 2018, pudemos notar que em parte significativa dos municípios analisados as taxas se encontram abaixo da ideal que é a universalidade da frequência. Tal constatação encontra respostas na crescente evasão escolar verificada pelo IBGE através dos PNADs e pelas secretarias estaduais de ensino, como também, ao atraso escolar, sendo esses dois grandes desafios para a educação. A partir dos indicadores de educação e da análise realizada levantamos as principais questões que, conforme quadro 8, necessitam de maior atenção das instituições de gestão pública, visando contribuir com a melhoria da educação.



Cidade	Indicador que necessita de melhoria	Áreas que necessitam de maior atenção	Melhorias necessárias (sugestões à gestão pública)
Araxá	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Alfabetização - Ensino fundamental completo - Ensino médio completo - Ensino superior completo - Frequência líquida ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Bairros Bom Jesus; Salomão Drumont e Tiradentes - Todo município - Todo município - Todo município - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar e expandir os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos - Criar programas específicos para as áreas com menores taxas de alfabetização - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Criação/aperfeiçoamento de programas e incentivos ao ingresso e permanência - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola
Campos Altos	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Alfabetização - Ensino fundamental completo - Ensino médio completo - Ensino superior completo - Frequência líquida ensino fundamental - Frequência líquida ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Setor norte - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar e expandir os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos - Criar programas específicos para as áreas com menores taxas de alfabetização - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Criação/aperfeiçoamento de programas e incentivos ao ingresso e permanência - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola
Ibiá	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Alfabetização - Ensino fundamental completo - Ensino médio completo - Ensino superior completo - Frequência líquida ensino fundamental - Frequência líquida ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Bairros Maroca e Maroquinha - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar e expandir os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos - Criar programas específicos para as áreas com menores taxas de alfabetização - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Criação/aperfeiçoamento de programas e incentivos ao ingresso e permanência - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola
Pedrinópolis	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Alfabetização - Ensino fundamental completo - Ensino médio completo - Ensino superior completo - Frequência líquida ensino fundamental - Frequência líquida ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Setor leste - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar e expandir os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos - Criar programas específicos para as áreas com menores taxas de alfabetização - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Criação/aperfeiçoamento de programas e incentivos ao ingresso e permanência - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola
Perdizes	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Alfabetização - Ensino fundamental completo - Ensino médio completo - Ensino superior completo - Frequência líquida ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Setores norte e oeste - Todo município - Todo município - Todo município - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar e expandir os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos - Criar programas específicos para as áreas com menores taxas de alfabetização - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Criação/aperfeiçoamento de programas e incentivos ao ingresso e permanência - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola
Pratinha	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Alfabetização - Ensino fundamental completo - Ensino médio completo - Ensino superior completo - Frequência líquida ensino fundamental - Frequência líquida ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Setor norte - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar e expandir os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos - Criar programas específicos para as áreas com menores taxas de alfabetização - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Criação/aperfeiçoamento de programas e incentivos ao ingresso e permanência - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola
Sta. R. da Serra	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Ensino fundamental completo - Ensino médio completo - Ensino superior completo - Frequência líquida ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar e expandir os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Criação/aperfeiçoamento de programas e incentivos ao ingresso e permanência - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola
Tapira	<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização - Alfabetização - Ensino fundamental completo - Ensino médio completo - Ensino superior completo - Frequência líquida ensino fundamental - Frequência líquida ensino médio 	<ul style="list-style-type: none"> - Todo município - Setor oeste - Todo município 	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar e expandir os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos - Criar programas específicos para as áreas com menores taxas de alfabetização - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Aperfeiçoar, expandir e aumentar a atratividade ao EJA; diminuir a evasão escolar - Criação/aperfeiçoamento de programas e incentivos ao ingresso e permanência - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola - Diminuição da evasão e atraso escolar; incetivos a permanência na escola

Quadro 8 – RGI Araxá: indicadores de educação que necessitam de melhoria em 2020.

Fonte: Souza (2020).



A análise de indicadores municipais e intraurbanos de qualidade de vida relacionados ao saneamento, habitação, renda, assistência social, saúde e educação, aqui realizados, nos possibilitou o reconhecimento necessário de dados mais básicos da RGI de Araxá. As análises demonstraram dinâmicas distintas e complexas existentes, principalmente, no interior das cidades, na qual diferentes situações socioeconômicas se sobrepõem e interagem no cotidiano. As disparidades de renda verificadas na RGI, a nosso ver, são o motor dos diferentes níveis de qualidade de vida, visto que, enquanto parte da população possui maior poder de compra e consumo, o que possibilita acesso a serviços privados de saúde, educação, entre outros; outra parte dos habitantes é totalmente dependente dos serviços oferecidos pelo poder público e têm um consumo baseado apenas nos itens mais necessários a sua sobrevivência.

Ademais, a partir da análise do saneamento e condições de habitação, identificamos que a renda é também fator motivador das diferenças na infraestrutura existente nas cidades. Em todas as áreas urbanas visitadas, guardadas as proporções dos portes populacionais e níveis de complexidade, nos ficou claro na paisagem a ocorrência de processos de segregação socioespacial. Por um lado pudemos identificar bairros com altos níveis de desenvolvimento social, com presenças de casas de médio e alto padrão de construção e dotados de toda a infraestrutura básica de saneamento, pavimentação, calçadas, entre outros elementos que contribuem para que essas áreas fossem aquelas com maiores níveis nos indicadores analisados. Por outro lado pudemos constatar a presença de processos de periferização urbana, com áreas bem definidas ocupadas por camadas mais vulneráveis da população, altamente dependente do estado, via programas sociais e serviços públicos. Essas áreas, não coincidentemente, foram as que apresentaram menores níveis de desenvolvimento nos indicadores, e conseqüentemente, menores níveis de qualidade de vida.

A análise de indicadores nos apontou, ainda, características marcantes da Urbanização Contemporânea global que se transcreveram, em maior ou menor grau, nas cidades da RGI de Araxá, principalmente aquelas relacionadas a novas formas de morar e as desigualdades sociais inerentes a dinâmica econômica, que no caso da região está relacionada as desigualdades sociais oriundas do agronegócio. Tais tendências e discrepâncias na qualidade de vida encontradas nos indicadores básicos analisados, possuem intrínseca conexão com as relações estabelecidas entre as cidades, foco da nossa análise no capítulo a seguir.



Capítulo IV

Qualidade de Vida a partir das relações estabelecidas na RGI de Araxá

“Araxá é a principal cidade aqui da nossa região. Sempre que precisamos de algo que não tem aqui em Pratinha damos um jeito de ir até lá. [...] Passou mal é quase certeza de ir parar na Santa Casa de Araxá. Mas se alguém tiver grávida ao invés de Araxá vai ganhar filho no Ibiá. [...] Aqui quando se forma ou vai parar nas lavouras ou vai fazer faculdade em Araxá.”

(Anônimo, 2020, 35 anos, balconista, residente em Pratinha, MG)

“Eu sou fã de Araxá. Eu, meu esposo e minha família vamos lá pelo menos duas vezes ao mês. O principal motivo são os preços. [...] Mas confesso também que já me acostumei com supermercado grande, quando entro em um mercadinho me dá até tristeza [risos]. Já que vamos lá para isso já nos acostumamos em resolver tudo por lá mesmo, desde ir ao banco até comprar roupas e calçados. Sempre tem mais promoções e opções de escolha nos estoques. [...] Sapato para o meu marido não acho em Ibiá. Roupas das crianças que acaba rápido no “batidão” de fazenda são compradas nas Pernambucanas. Eu amo aquela loja. Aliás gosto muito de tudo lá [Araxá].”

(Anônimo, 2020, 36 anos, produtora rural, residente em Ibiá, MG)

Conforme vimos no capítulo I o processo de Urbanização Contemporânea, como o conhecemos hoje, foi resultado de sucessão de eventos que ocorreram na história, com destaque para o processo de industrialização e para o fenômeno mais recente da era informacional.



Ambos foram responsáveis pela consolidação de um mundo globalizado no qual os fluxos assumiram principal papel na economia mundial. Esses por sua vez, ocorrem em diferentes escalas, tanto em nível internacional, principalmente pelo transporte de cargas e passageiros entre os países, mas também em nível nacional, através da interação entre regiões e local, através das relações mais imediatas entre as cidades, tanto por necessidades mais básicas, como saúde e educação, como também por aspirações pessoais, fruto dos desejos, do consumo, do lazer, entre outros aspectos da vida humana.

Ademais, a Urbanização Contemporânea foi responsável por introjetar nas sociedades novas fontes de desejo relacionadas às novas formas de viver e consumir nas cidades, que guardadas as proporções das áreas urbanas, se difundiu pelas cidades em todo o globo. Assim podemos identificar que novas formas de viver nas cidades, como por exemplo em condomínios fechados, são encontradas tanto em cidades que são centros de comando do capitalismo internacional, como Nova Iorque e São Paulo, como também em cidades médias e mais recentemente em pequenas cidades, como vimos anteriormente o exemplo da construção do primeiro condomínio fechado em Ibiá. Outros exemplos dessa dinâmica vimos também no capítulo I relacionados a difusão dos *shopping centers*, que também guardadas as proporções, se multiplicaram pelos territórios estando presente tanto em cidades altamente globalizadas, como Dubai, até em cidades de menor porte, como Araxá. Ademais, há também uma tendência verificada de recuperação e reestruturação de áreas antes degradadas com a construção de equipamentos modernos voltados sobretudo, a atração de turistas e investidores. Tal tendência é evidente em cidades de países desenvolvidos mundialmente conhecidas, como Barcelona e Paris, mas também tem ocorrido em cidades da América do Sul, África e Ásia, com destaque para o Rio de Janeiro, e mais uma vez guardadas as proporções, pode ser identificado também em cidades menores, como por exemplo Araxá que teve a revitalização da sua área central e construção de um teatro municipal com arquitetura contemporânea.

No Brasil o processo de urbanização seguiu essa tendência mundial, com crescimento acelerado das suas áreas urbanas e atualmente todas as suas cidades se encontram inseridas, em maior ou menor grau, na dinâmica dos fluxos da globalização. Assim, o território nacional participa das dinâmicas da sociedade em rede com intensa circulação de mercadorias, pessoas e também informação, sendo essa uma das características da Urbanização Contemporânea no Brasil apontadas por Alves (2013), conforme vimos no capítulo I, que nos foi primordial para o entendimento das relações existentes na RGI de Araxá, foco desse



capítulo. Além dessa característica mais duas apontadas pelo autor foram norteadoras dessa pesquisa – a especialização e a atuação de cidades menores em outras funções, fornecendo produtos e profissionais à produção agrícola; e a consolidação de uma crise urbana generalizada, com deterioração dos sistemas naturais e outros aspectos da vida humana. Ambas foram norteadoras porque enquanto a primeira nos aponta para o importante papel da RGI de Araxá no que cerne à questão agrícola, na qual se consolidou como importante região produtora do estado de Minas Gerais, conforme vimos no capítulo II; a segunda vem de encontro a análise da qualidade de vida a partir de indicadores básicos, apresentada no capítulo III, que nos mostrou que mesmo em pequenas cidades problemas urbanos relacionados a saneamento, habitação, renda, saúde e educação, atingem parcela significativa da população, fato que confirma a existência de uma crise urbana generalizada, claro que, salvaguardada as devidas proporções relacionadas ao porte populacional das cidades analisadas.

O fato é que o aumento dos fluxos pelo espaço gerou uma maior integração dos territórios e consolidou no Brasil uma estrutura interurbana na qual às cidades de maior porte se tornaram responsáveis pela oferta de diferentes produtos e serviços à população, desde os mais básicos e necessários, como saúde e educação, como também àqueles relacionados a satisfação e bem-estar. Ademais, os fluxos de informação, principalmente os que se dão através das redes sociais, têm cada vez mais atingido parcelas da população gerando novas descobertas de produtos, estabelecimentos, locais de visitação e lazer, entre outros, que fazem com que as pessoas também se desloquem no território em busca de consumir esses elementos, realizando assim seus desejos, sonhos e aspirações.

Defendemos, portanto, que os fluxos existentes entre cidades, via necessidades básicas ou pelo consumo, são fatores geradores de níveis qualidade de vida. Essa afirmação se baseia em duas principais linhas norteadoras de análise. A primeira se relaciona às necessidades primeiras da população, na qual a ausência de um serviço básico em determinada cidade leva o indivíduo buscar, vista sistemas público ou privado, atender sua necessidade em outra cidade, necessitando assim se deslocar, gastar dinheiro com transporte e alimentação, etc. A segunda linha está relacionada aos desejos, sobretudo, àqueles relacionados ao consumo, no qual as pessoas se deslocam entre as cidades na busca por satisfazer suas aspirações pessoais. Nos dois casos os níveis de renda são indicador essencial para definir a forma com que as pessoas lidam com suas necessidades e desejos. No primeiro um maior acesso à renda possibilita uma solução mais rápida ou menos desgastante, visto que, por exemplo na saúde o acesso a médicos



especialistas e procedimentos de média e alta complexidade são muito mais rápidos na iniciativa privada. No segundo o nível de renda é por si só indicador definidor, visto que, o consumo ocorre de acordo com o poder aquisitivo das pessoas.

A configuração desses fluxos no território brasileiro e a articulação existentes entre as cidades foram foco nas últimas décadas de estudos regionais capitaneados pelo IBGE, que culminaram na atual proposta de regionalização do país em regiões intermediárias e imediatas, que conforme vimos no capítulo II foram definidas também pelos fluxos da rede urbana regional. Assim, as interações entre cidades culminaram numa hierarquização urbana, na qual os maiores centros exercem influência regional em diferentes níveis, enquanto as menores cidades se tornam dependentes nos mais variados aspectos. O IBGE sistematizou esses fluxos através do REGIC, com resultados apresentados em 1993, 2007 e mais recentemente em 2018. Tais estudos têm possibilitado um maior reconhecimento no território brasileiro a partir das interações oriundas dos fluxos da globalização e da articulação entre as cidades. O resultado desse estudo na RGI de Araxá é apresentado no quadro 9 e nas figuras 232 e 233a.

Grande Metrópole Nacional	Capital Regional C	Centro Sub-Regional B	Centro Local
São Paulo	Uberaba	Araxá	Campos Altos
			Ibiá
			Perdizes
			Pratinha
			Santa Rosa da Serra
			Tapira
			Pedrinópolis

Quadro 9 – RGI Araxá: hierarquia urbana a partir dos fluxos existentes em 2018.
Fonte: Souza (2020) com base em REGIC (IBGE, 2018).



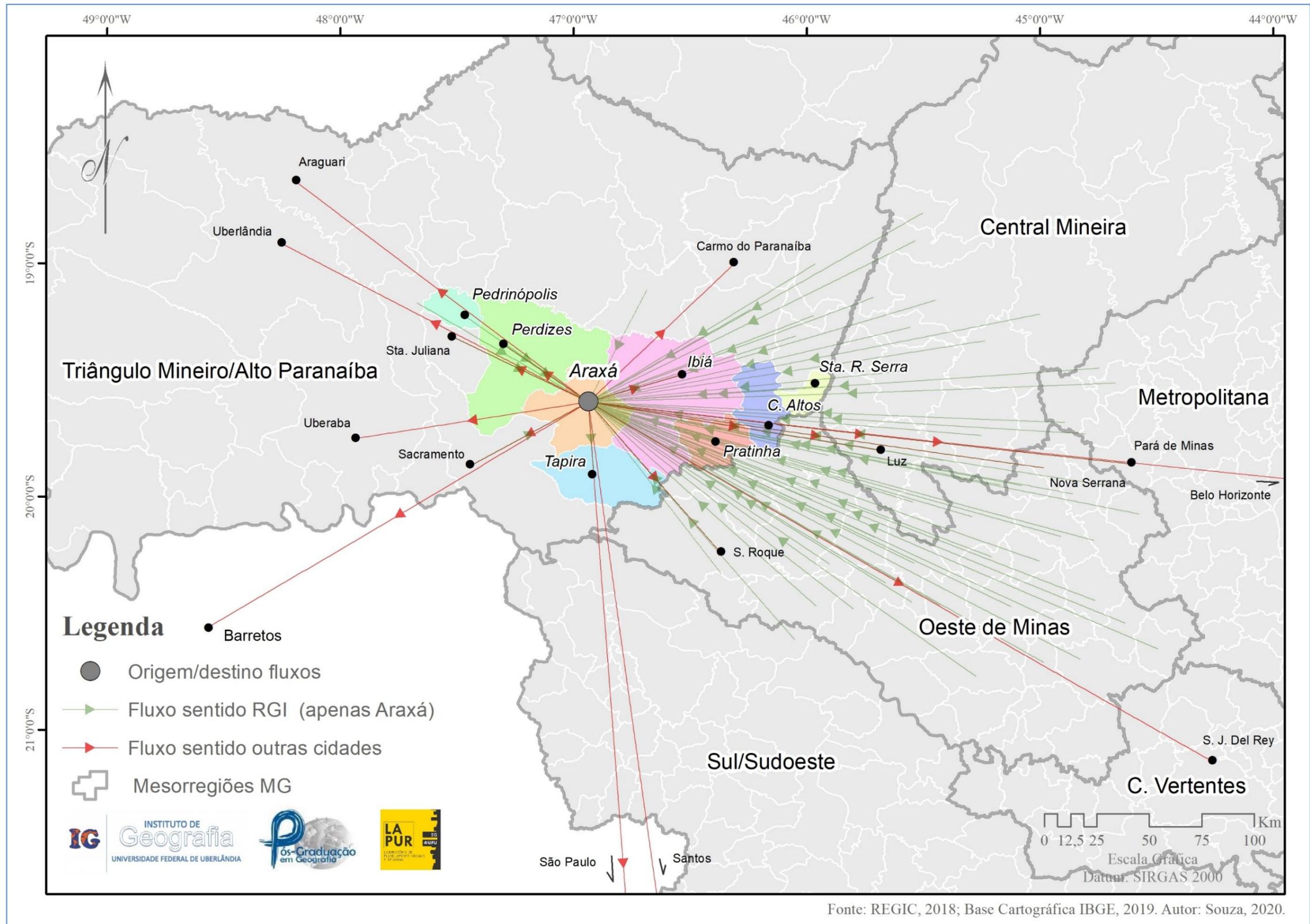


Figura 232 – RGI Araxá: fluxos existentes entre Araxá e outras cidades em 2018. Fonte: Souza (2020) com base em REGIC (IBGE, 2018).



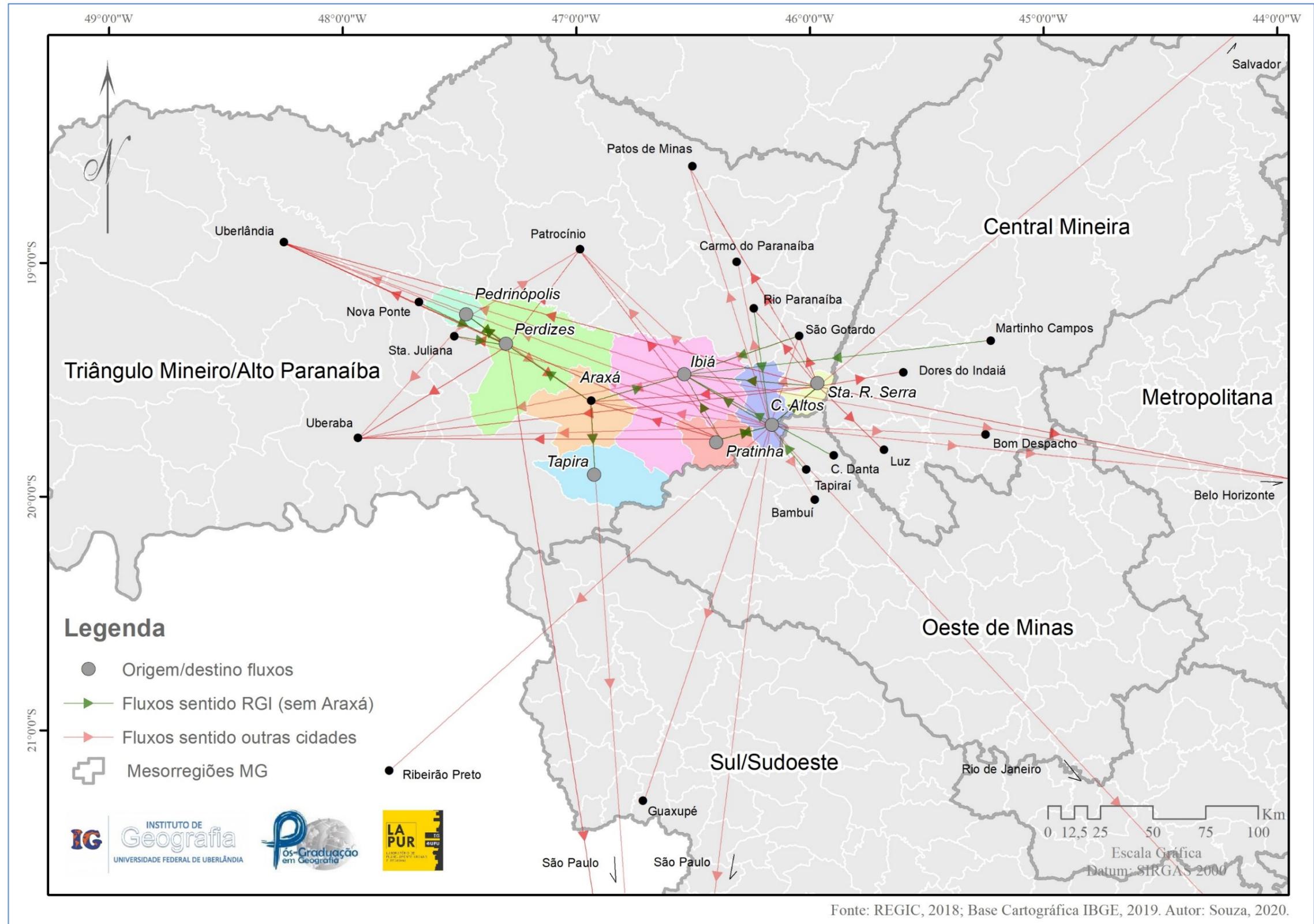


Figura 233a – RGI Araxá: fluxos existentes entre Campos Altos, Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Santa Rosa da Serra, Taira e outras cidades em 2018. Fonte: Souza (2020) com base em REGIC (2018).



O REGIC (IBGE, 2018) apontou que a RGI de Araxá se encontra inserida na rede urbana regional de Uberaba, que em conjunto com Uberlândia formam as duas capitais regionais existentes no TM/AP, possuindo ligação direta com São Paulo – grande metrópole nacional. Essa classificação aponta que ambas as cidades possuem capacidade de gestão imediatamente inferior à das metrópoles, com área de influência em âmbito regional, o que faz com que sejam importantes destinos para um considerável conjunto de atividade por parte de um grande número de municípios. Na rede urbana de Uberaba, composta por 16 cidades, apenas Araxá apresentou uma classificação intermediária como centro sub-regional, sendo as demais cidades classificadas como centro local. Tal classificação aponta que Araxá tem influência diretamente maior que Uberaba em parte da rede urbana, mas não em todas as atividades a não ser àquelas de menor complexidade ou nas que a cidade possua função bem definida. Já os centros locais, que inclui as demais cidades da RGI, possuem uma centralidade bastante reduzida normalmente não extrapolando os limites do seu próprio município.

O papel exercido por Araxá pode ser verificado a partir dos fluxos de origem e destino^{61 62} (figura 232), que se comparado com os fluxos das demais cidades da RGI (figura 233a), fica evidente a maior atração exercida sobretudo, em relação as demais cidades da própria RGI, como também das cidades das mesorregiões Central Mineira e Oeste de Minas. Em contraponto, Araxá apresentou ligações que nela se originaram com destino a outras cidades por diferentes motivos, tais como saúde e educação cujos principais destinos são Uberaba e Uberlândia, além de Barretos no que diz respeito ao tratamento de enfermidades relacionadas ao câncer; também devido ao escoamento de parte de sua produção, através principalmente de São Paulo, Santos e Belo Horizonte, além de São João Del Rey, destino da produção de nióbio para de lá ser transportado através da ferrovia para o porto de Vitória.

Em relação as demais cidades da RGI apesar de possuírem uma centralidade local, também apresentaram fluxo de origem e destino (figura 233a), com destaque para Campos Altos, que devido a produção de café tipo exportação, possui relação com diferentes cidades

⁶¹ Os fluxos de origem e destino foram identificados pelo REGIC (IBGE, 2018) baseados nos seguintes critérios: compra de vestuário e calçado; compra de móveis e eletrodomésticos; saúde de baixa e média complexidade; saúde de alta complexidade; ensino superior; atividades culturais; atividades esportivas; aeroporto; transporte de passageiros; insumos agrícolas; maquinários agrícolas; assistência técnica e destino da produção agropecuária. A intensidade desses critérios foi utilizada para a classificação em níveis hierárquicos.

⁶² Para nossa pesquisa consideramos todos os fluxos encontrados pelo REGIC (IBGE, 2018) e por esse motivo os fluxos presentes nas figuras 232 e 233a extrapolam os limites da rede urbana de Uberaba.



como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto, entre outras. De maneira geral na maior parte das cidades possuem mais fluxos de saída de pessoas e mercadorias do que de entrada, com destaque para os fluxos sentido Araxá, fato que mostra a dependência hierárquica existente. Entretanto, as cidades de Ibiá, Campos Altos e Perdizes também apresentaram fluxos de atração, fato que induz para certa centralidade, mesmo que em menor grau se levada em conta a configuração da rede urbana como um todo.

Entendemos que esses fluxos existentes na RGI de Araxá possuem estreita relação com a qualidade de vida da população, visto que, mesmo que as cidades analisadas possuam alguma relação entre si, o tamanho populacional e o nível de diversificação dos serviços e do consumo fez com que Araxá se tornasse o principal polo de atração de pessoas, sobretudo em três aspectos principais. O primeiro diz respeito às necessidades primeiras relacionadas a saúde e educação, visto que é Araxá que concentra a maior parte dos equipamentos públicos e privados de saúde e pessoal especializado, como também é onde se localizam as únicas instituições de ensino superior presencial. O segundo aspecto diz respeito aos equipamentos de administração pública que em sua maioria se encontram localizados em Araxá, fato que faz com que as pessoas tenham que se deslocar até a cidade para realizar perícias, solucionar inconsistências junto a receita federal, entre outros. O terceiro se relaciona a qualidade de vida através da satisfação pessoal via consumo, na qual por Araxá possuir uma rede maior e mais especializada de comércio e serviços, acabou se tornando o principal polo de compras da região, além de ser também importante destino para lazer e cultura, conforme vimos no capítulo II. Entretanto, cumpre destacarmos que apesar do papel central exercido por Araxá cidades como Campos Altos, Ibiá e Perdizes, devido ao seu porte populacional, também possuem dinâmicas de atração regional, mesmo que em menor escala, principalmente pelo comércio e consumo de primeira necessidade, como também pelo atendimento de saúde de baixa complexidade. Tais aspectos fazem com que essas cidades se tornem destino de parte da população dos municípios circunvizinhos.

É por entendermos que no contexto da Urbanização Contemporânea e da sociedade em rede, os fluxos estabelecidos entre cidades são também responsáveis por aproximar às pessoas das suas necessidades básicas e/ou satisfazer seus desejos e aspirações, que nesse capítulo buscamos analisar as relações estabelecidas pela saúde, educação e consumo na RGI de Araxá, de forma a identificar de que maneira o acesso a esses itens e serviços impacta na qualidade de vida das pessoas.



4.1 Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pela Saúde

“Os serviços de saúde constituem, a priori, um atributo intrínseco à vida urbana. Além da localização dos serviços de saúde, os aspectos ligados aos movimentos sociais, circulação de pessoas, mercadorias e informações devem ser considerados quando estamos abordando a relação cidade e região.”

(PEREIRA, 2007, p. 140)

Conforme vimos no capítulo III a saúde é um dos principais indicadores de qualidade de vida, visto que, impacta diretamente na vida humana. É através de boas condições de saúde, aliada a um acesso de qualidade aos equipamentos públicos e/ou privados, que os indivíduos são capazes de ter condições físicas e psicológicas para galgar também seus sonhos e aspirações. Nas cidades esse acesso está condicionado diretamente a existência ou não de infraestrutura, equipamentos, laboratórios e pessoal especializado. Depende também das condições de acesso, seja pelo atendimento via SUS ou, no caso das infraestruturas de saúde privados, das condições de renda da população. Ademais, o porte das cidades também se relaciona com esse indicador, visto que nas pequenas cidades há tendência de existir apenas equipamentos de saúde básica, sendo que em casos de enfermidades que necessitam de atendimento mais especializado os habitantes têm que recorrer a cidades maiores que possuem infraestrutura de média e alta complexidade, laboratórios, clínicas, hospitais particulares, além de um maior rol de especialidades médicas. Tal processo ocorre em maior ou menor grau em todas as regiões do país, contribuindo assim para na configuração de redes urbanas regionais a partir dos fluxos da saúde.

Na RGI de Araxá a configuração espacial do SUS e da rede privada de saúde não ocorre da mesma forma nas cidades. Entendemos que no caso da área estudada a distribuição dos equipamentos está relacionada a três características⁶³, a saber: o porte populacional das cidades; o nível de renda da população; e a intensidade das relações estabelecidas entre elas. A primeira está relacionada ao próprio processo de urbanização que conseqüentemente produziu uma maior diversificação dos serviços (incluindo os de saúde) ao nível que as cidades cresceram. A segunda se relaciona a capacidade da população de ter acesso aos serviços de saúde privada, via planos de saúde ou não, sendo essa capacidade de renda que condiciona a existência e ampliação da assistência privada nas cidades. A terceira se relaciona a configuração

⁶³ Analisamos essas características com mais detalhes ao longo desse capítulo.



da saúde pública e privada no território e as interações realizadas a partir das necessidades de locomoção da população por motivos de saúde.

Entendemos que os fluxos estabelecidos pela saúde na RGI de Araxá, frutos dessa configuração desigual de equipamentos no território, possuem relação direta com os níveis de qualidade de vida de parte da população que necessita se deslocar entre as cidades para poder realizar desde procedimentos básicos até consultas com especialistas, cirurgias, exames médicos, tratamentos diversos, entre outros. Tal constatação nos apontou para a necessidade de analisar a qualidade de vida para além dos indicadores analisados no capítulo anterior, com vistas a entender como essa configuração regional da saúde pública e privada impacta na vida das pessoas que necessitam buscar atendimento médico-hospitalar em outra cidade.

4.1.1 A configuração regional da saúde pública e privada

Quando tratamos da forma com que as infraestruturas de saúde se localizam e se articulam no território temos que considerar duas dinâmicas distintas. A primeira se relaciona a configuração regional da gestão pública da saúde. A segunda diz respeito a oferta de serviços privados de saúde, que conforme apontamos tem relação direta com o porte populacional e nível de renda da população. Analisaremos a seguir como ambas as dinâmicas se encontram inseridas no contexto regional da RGI de Araxá.

Em Minas Gerais a gestão pública da saúde se dá a partir da definição de macrorregiões e microrregiões da saúde, conforme o Plano Diretor de Regionalização da Saúde (PDRS), instrumento criado em 2011 pela Secretaria do Estado da Saúde de Minas Gerais com o objetivo de “[...] constituir um dos pilares para estruturação e descentralização dos sistemas de cogestão e organização dos serviços de saúde em redes, tendo em vista possibilitar o direcionamento equitativo da implementação das políticas públicas.” (PDRS, 2011, p. 19). O resultado da sua implementação e atualização nos anos posteriores foi a articulação do território mineiro em 14 macrorregiões e 89 microrregiões (PDRS, 2018), com sete dos oito municípios da RGI fazendo parte da macrorregião do Triângulo do Sul e compondo a microrregião de Araxá, conforme figura 233b. Em suma essa configuração corresponde aos níveis de resposta à saúde a depender da complexidade, ou seja, Araxá se torna a referência imediata em casos de atendimentos de média complexidade e Uberaba, por sua vez, referência em casos de alta complexidade. Ao estado cumpre gerir a distribuição dos recursos e solucionar os vazios espaciais da assistência hospitalar micro e macrorregional.



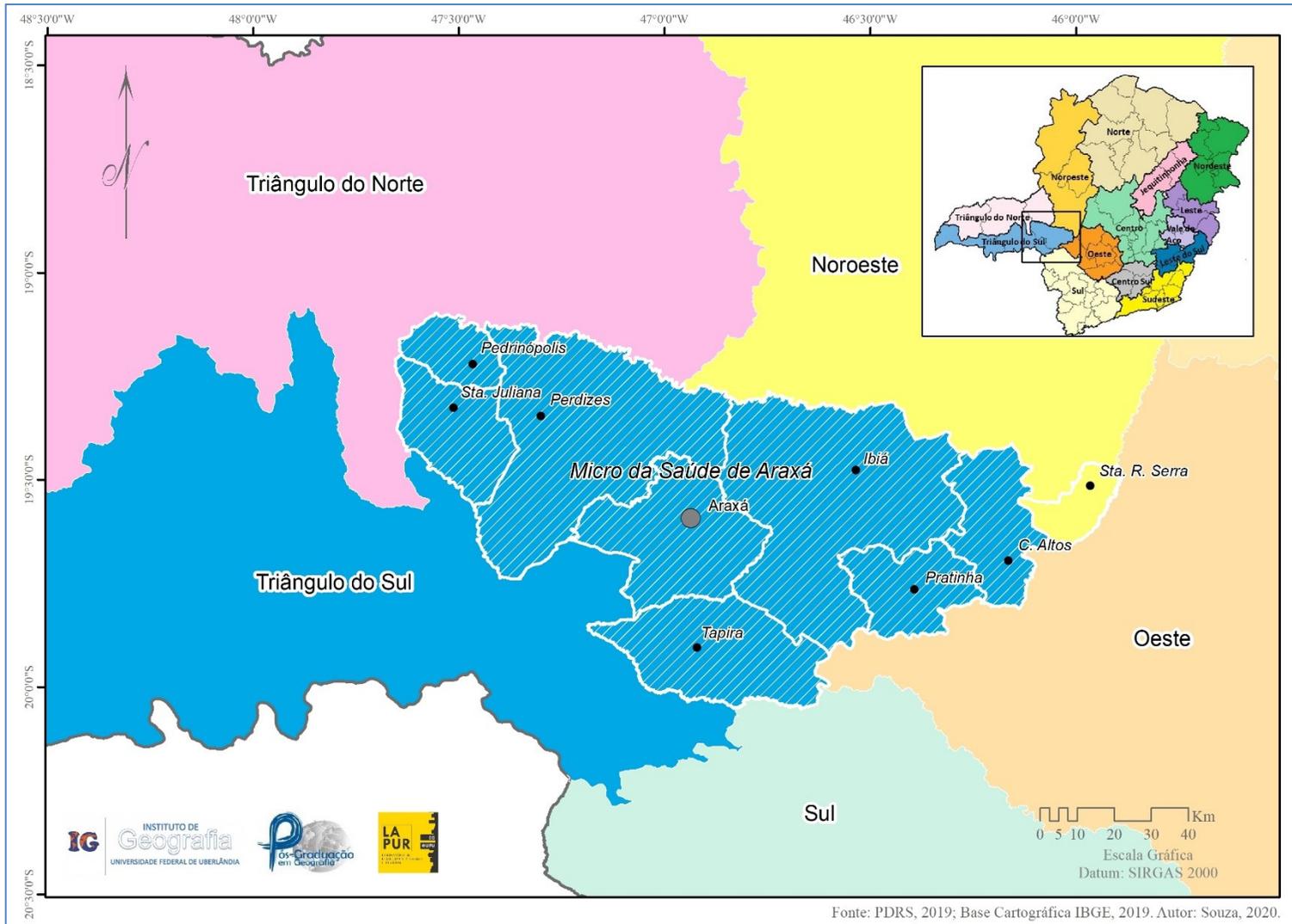


Figura 233b – Microrregião da Saúde de Araxá. Fonte: Souza (2020) com base em PDRS (2019).



A RGI de Araxá se encontra inserida em duas macrorregiões da saúde – Triângulo do Sul e Noroeste. Na primeira os municípios de Araxá, Campos Altos Ibiá, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha e Tapira compõem a microrregião da saúde de Araxá e apesar de ser classificado como fazendo parte da RGI de Uberaba o município de Santa Juliana também faz parte da micro. Já o município de Santa Rosa da Serra faz parte da microrregião da saúde de São Gotardo, que compõem a segunda macro apontada, tendo como principal polo de saúde a cidade de Patos de Minas. Os oito municípios da micro da saúde de Araxá possuem integração entre a sua rede de saúde médico-hospitalar com Araxá exercendo o papel de polo de assistência de média complexidade e a depender do município também polo de assistência de baixa complexidade. A tabela 20 aponta a rede hospitalar pública que faz parte da micro da saúde.

Município	Hospital	Natureza	% referência dentro da micro
Araxá	Santa Casa de Araxá	Filantropico	58,0 %
	Casa do Caminho	Filantropico	9,5 %
	Dom Bosco	Privado (contratado)	3,2 %
Campos Altos	Santa Casa de C. Altos	Filantropico	0,4 %
Ibiá	Santa Casa de Ibiá	Filantropico	1,8 %
Perdizes	Santa Casa de Perdizes	Filantropico	0,0 %
Santa Juliana	Santa Casa de Sta. Juliana	Filantropico	0,0 %

Tabela 20 – Micro da saúde de Araxá: rede hospitalar pública em 2018.
Fonte: Souza (2020) com base em PDRS (2018).

O PDRS (2018) apontou que apenas cinco entre os oito municípios da micro de Araxá possuem rede hospitalar, num total de sete estabelecimentos de saúde responsáveis pela saúde pública, com 423 leitos do SUS. A Santa Casa de Araxá é o principal deles servindo de referência para 58% dos casos que necessitam de atenção de média complexidade. Campos Altos e Ibiá apesar de terem uma assistência com foco na cobertura municipal são referências para a micro, principalmente nos casos de obstetrícia, em que os municípios que não possuem essa especialidade transferem suas gestantes para realizar o parto nesses hospitais. As figuras 234 a 239 apresentam a fachada dos hospitais da rede pública de saúde da micro de Araxá.





Figura 234 – Santa Casa de Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 235 – Hospital Casa do Caminho em Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 236 – Santa Casa de Campos Altos.
Fonte: Souza (2020).



Figura 237 – Santa Casa de Ibiá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 238 – Santa Casa Perdizes.
Fonte: Souza (2020).



Figura 239 – Santa Casa de Santa Juliana.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Juliana (2020).



Em relação aos demais municípios da micro da saúde de Araxá apesar de não possuírem rede hospitalar dispõem de centros de urgência e emergência que funcionam como porta de entrada ao SUS para os pacientes que necessitam de internação imediata. Nos casos em que haja a necessidade os pacientes são encaminhados principalmente para Araxá no caso de enfermidades de média complexidade ou para Uberaba nos casos de alta complexidade. Ademais, de acordo com o PDRS (2018) a Santa Casa de Ibiá atende pacientes de baixa complexidade oriundos dos municípios de Pratinha e Serra do Salitre, principalmente nos casos de parto normal ou cesariana, desde que as pacientes não tenham complicações durante a gestação; e Campos Altos atende pacientes de obstetrícia de Santa Rosa da Serra. Já Araxá além de atender os casos de média complexidade de toda a micro, atende também pacientes de baixa complexidade provenientes de Tapira e Pedrinópolis que necessitam de internação.

Em relação a rede privada de saúde a RGI de Araxá é composta por dois hospitais particulares – Hospital da Unimed Araxá e Dom Bosco, ambos localizados em Araxá. O hospital da Unimed Araxá é o principal da rede privada. Foi inaugurado em 2017 através de investimentos na ordem de 47 milhões de reais, o que demonstra a solidez dessa cooperativa de planos de saúde, que conforme vimos no capítulo anterior é responsável por atender cerca de 30% da população de Araxá que possui plano de saúde, além de parte da população das demais cidades da região. A infraestrutura conta com 100 leitos de internação e 10 leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), além de cinco salas de cirurgia, pronto socorro e centro de diagnóstico por imagem (UNIMED ARAXÁ, 2020). O hospital Dom Bosco é o hospital particular mais antigo da cidade, tendo sido inaugurado em 1963 e conforme mencionado anteriormente faz parte também da rede SUS, através de contrato de prestação de serviços. O hospital conta com 4 leitos de UTI e 60 leitos de internação (HOSPITAL DOM BOSCO, 2020).

Além da rede hospitalar particular, Araxá concentra ainda considerável quantidade de clínicas médicas de várias especialidades, como também laboratórios especializados em determinados tipos de exames, fato que faz com que a cidade seja polo de atração de pessoas que necessitam se consultar e realizar tratamentos/procedimentos médicos que inexistem em seus municípios de origem. Através da pesquisa de campo verificamos que além de Araxá apenas duas cidades possuem clínicas médicas com atendimento de especialistas, sendo uma em Ibiá e duas em Campos Altos. As figuras 240 a 245 apresentam as infraestruturas dos hospitais particulares em Araxá e as principais clínicas particulares em Araxá, Campos Altos e Ibiá.





Figura 240 – Hospital Unimed Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 241 – Hospital Dom Bosco.
Fonte: Souza (2020).



Figura 242 – Clínica em Araxá com várias especialidades.
Fonte: Souza (2020).



Figura 243 – Clínica em Araxá com várias especialidades.
Fonte: Souza (2020).



Figura 244 – Clínica em Perdizes com várias especialidades.
Fonte: Souza (2020).



Figura 245 – Clínica em Ibiá com várias especialidades.
Fonte: Souza (2020).



Em relação ao número de leitos temos que de acordo com dados atualizados pelo Ministério da Saúde (tabela 21) a RGI de Araxá possuía em julho de 2020 o total de 321 leitos hospitalares públicos e 168 privados. Além desses o número de leitos em unidades públicas de saúde correspondia a 23 e em clínicas particulares 80 leitos. Desses a maior parte se encontravam localizados em Araxá, o que correspondia a 71% dos leitos hospitalares públicos, 95% dos leitos hospitalares particulares e 100% dos leitos em clínicas particulares. Ademais, apenas Campos Altos, Ibiá e Perdizes apresentaram também leitos hospitalares, sendo que tanto os leitos públicos como os privados se encontram localizados nas santas casas. Os primeiros atendem a população que busca o tratamento via SUS e os segundos correspondem a leitos em apartamentos individuais que são reservados para o atendimento via planos de saúde e também para procedimentos particulares que utilizam a infraestrutura hospitalar através de aluguel. Já em relação as unidades públicas de saúde percebemos que a sua concentração se deu, com exceção de Perdizes, em municípios que não possuíam infraestrutura hospitalar, e que por esse motivo possuem estruturas de internação em unidades de atendimento de urgência e emergência, que conforme abordamos serve de porta de entrada ao sistema SUS e, em caso de necessidade, após triagem encaminham os pacientes principalmente para Araxá. Cumpre destacar ainda que apenas Araxá possuía leitos de UTI, sendo que dos leitos públicos 20 se encontravam em funcionamento na Santa Casa de Araxá e 7 no Hospital Casa do Caminho. Já em relação aos leitos privados 10 são do hospital da Unimed e 4 do hospital Dom Bosco.

Município	Leitos SUS			Leitos privados		
	Hospitais	UTI	Unid. de Saúde	Hospitais	UTI	Clínicas
Araxá	228	27	-	160	14	80
Campos Altos	35	-	-	3	-	-
Ibiá	37	-	-	3	-	-
Pedrinópolis	-	-	14	-	-	-
Perdizes	21	-	5	2	-	-
Pratinha	-	-	2	-	-	-
Sta. R. da Serra	-	-	1	-	-	-
Tapira	-	-	1	-	-	-
Total	321	27	23	168	14	80

Tabela 21 – Micro da saúde de Araxá: leitos rede hospitalar pública e privada em 2020.
Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Saúde (2020).

Para além das estruturas físicas da saúde a RGI apresentou também importante concentração de profissionais especialistas em Araxá, conforme quadro 10.



Araxá	Ibiá	Perdizes	C. Altos	Pedrinópolis	Sta. R. da Serra	Pratinha	Tapira
Acupunturista	Cirurgião Geral	Clínico Geral	Clínico Geral	Clínico Geral	Clínico Geral	Clínico Geral	Clínico Geral
Alergista/Imunologista	Clínico Geral	Dermatologista	Ginecologista/Obstetra	Pediatra	Pediatra		
Anatomopatologista	Dermatologista	Ginecologista/Obstetra	Pediatra	Saúde da Família			
Anestesiologista	Ginecologista/Obstetra	Pediatra	Saúde da Família				
Angiologista	Nutrologista	Radiologista					
Cardiologista	Ortopedista	Saúde da Família					
Citopatologista	Pediatra						
Cirurgião Gastro	Saúde da Família						
Cirurgião Geral							
Cirurgião Plástico							
Cirurgião Vascular							
Clínico Geral							
Coloproctologista							
Dermatologista							
Gastroenterologista							
Geriatra							
Ginecologista/Obstetra							
Infectologista							
Medicina intensiva							
Medicina preventiva							
Médico do trabalho							
Médico residente							
Médico urologista							
Nefrologista							
Neurocirurgião							
Neurologista							
Nutrologista							
Oftalmologista							
Ortopedista/Traumatologista							
Otorrinolaringologista							
Patologista clínico							
Pediatra							
Psiquiatra							
Radiologista							
Reumatologista							
Saúde da Família							

Quadro 10 - RGI de Araxá: especialidades médicas. Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Saúde (2020).



A diversidade de especializadas existentes na RGI apontadas pelo Ministério da Saúde (2020), nos apontou discrepâncias na distribuição desses profissionais entre os municípios, com forte concentração em Araxá, que contava com 36 especialidades médicas. Tal fato está relacionado principalmente ao porte populacional dos municípios, mas também a uma consolidação de Araxá como principal polo de saúde, polarizando os fluxos da população que necessita de atendimento médico mais especializado. Ibiá e Perdizes foram os municípios que apresentaram depois de Araxá maior diversificação de especialidades médicas, com oito e seis especialidades, respectivamente. Entre todos os municípios da RGI apenas Araxá, Ibiá e Perdizes que apresentaram especialistas em diferentes áreas da medicina, como nutrologia e dermatologia por exemplo. Já os demais municípios apresentam apenas especialidades básicas, tais como clínico geral, pediatra, ginecologista e saúde da família.

Em relação ao pessoal ocupado na saúde, incluindo os médicos especialistas, a tabela 22 e a figura 246 apresentam a evolução entre 2000 e 2018 da quantidade de profissionais ocupados em diferentes áreas da saúde. Temos que em relação a quantidade de médicos clínicos gerais e médicos não especialistas, que são considerados os profissionais adequados para o atendimento básico, o município de Araxá foi o que apresentou maior evolução, de 46 profissionais em 2000 para 92 em 2018, o que correspondeu a 72% do total na RGI. Ibiá foi o segundo município com maior número de profissionais, igual a 14 ou 11%. Apesar disso os dados apontaram que de 2000 a 2010 o município perdeu considerável número de profissionais não se recuperando ao patamar original em 2018. Os demais municípios apresentaram pequeno aumento ou manutenção do número de clínicos em relação ao ano de 2000.

Municípios	Nº Clínicos Gerais e médicos não especialistas			Nº Especialistas			Nº Enfermeiros			Nº Técnicos/auxiliares enfermagem		
	2000	2010	2018	2000	2010	2018	2000	2010	2018	2000	2010	2018
Araxá	46	49	92	65	84	157	27	47	138	182	312	363
Campos Altos	5	10	7	8	7	4	5	6	19	25	39	34
Ibiá	17	6	14	12	15	7	10	11	20	37	61	40
Pedrinópolis	2	3	2	1	0	2	2	2	4	8	15	13
Perdizes	2	2	6	3	8	6	3	9	24	25	47	36
Pratinha	1	1	2	1	1	0	1	3	4	4	9	11
Sta. R. da Serra	1	0	1	0	0	1	1	1	5	7	9	19
Tapira	1	0	3	0	0	0	1	2	6	7	12	16
Total	75	71	127	90	115	177	50	81	220	295	504	532

Tabela 22 – RGI de Araxá: pessoal ocupado na saúde.
Fonte: Souza (2020) com em base Ministério da Saúde (2000; 2010; 2018).



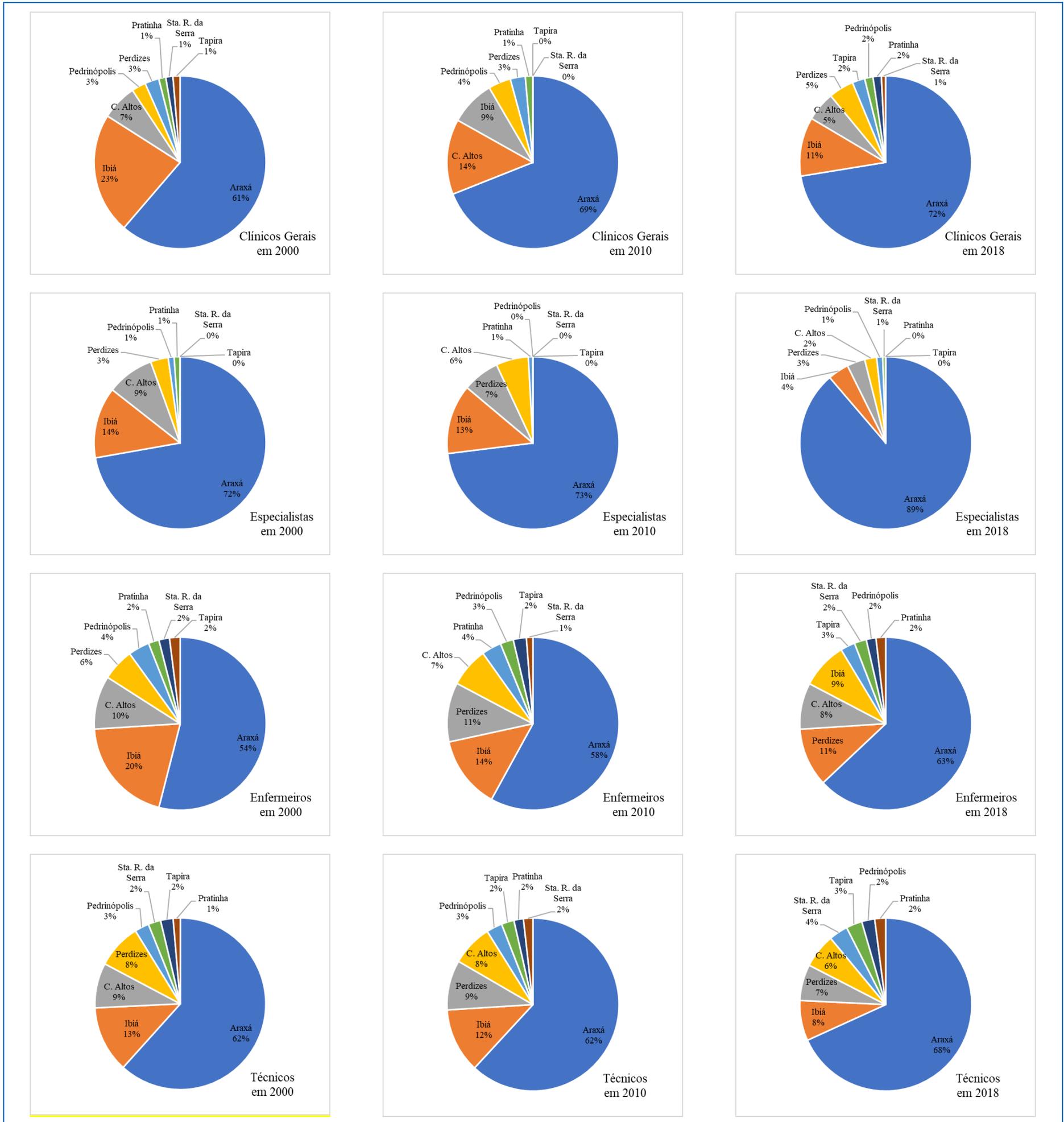


Figura 246 – RGI de Araxá: pessoal ocupado na saúde.
 Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Saúde (2000; 2010; 2018).



Em relação ao número de especialistas Araxá também foi o município com maior concentração e aumento de profissionais entre os anos analisados, sendo que em 2018 possuía 157 médicos em diversas especialidades, o que correspondeu a 89% dos profissionais da RGI. Em relação aos demais municípios duas tendências foram verificadas. A primeira correspondeu àqueles que perderam profissionais especializados, com Ibiá retrocedendo de doze para sete, Campos Altos de oito para quatro e Pratinha de um para zero. A segunda diz respeito aos municípios que tiveram pequeno acréscimo na quantidade de especialista – Pedrinópolis que passou de um para dois especialistas, Perdizes de três para seis especialistas e Santa Rosa da Serra que passou a contar com 1 médico especialista. Já Tapira apresentou em todos os anos ausência de especialistas, fato que pode estar relacionado a sua proximidade com Araxá e alta dependência dos serviços existentes nessa cidade, conforme explicitamos no capítulo III.

Acerca do número de profissionais da enfermagem Araxá apresentou evolução positiva tanto no número de enfermeiros, que saltou de 27 em 2000 para 138 em 2018, como também no número de auxiliares/técnicos em enfermagem, que passaram de 182 no primeiro ano para 363 no último analisado. Tal crescimento fez com que em 2018 Araxá concentrasse 63% do total de enfermeiros da RGI e 68% do total do pessoal ocupado nas funções técnicas da saúde. Os demais municípios apresentaram evolução positiva no número de profissionais da enfermagem, com destaque para Perdizes, Ibiá e Campos Altos que contaram respectivamente, no último ano analisado, com 11%, 9% e 8% do total de enfermeiros da RGI, assim como em relação aos técnicos participam com 7%, 8% e 6%, respectivamente. A maior distribuição do pessoal da enfermagem entre os municípios da RGI se comparado com a dos médicos, aponta para uma tendência do atendimento básico ser realizado principalmente por esses profissionais da saúde cabendo aos médicos, quando presentes nas unidades básicas de saúde, o atendimento em casos de maior necessidade e a orientação na execução das atividades realizadas pelas equipes de saúde.

Para além do quantitativo total dos profissionais da área de saúde por município da RGI de Araxá, verificamos a necessidade de analisar a sua proporção em relação ao tamanho populacional, visto que, por Araxá concentrar a maior parte da população da RGI e ser o polo de saúde, naturalmente é o município que apresenta maior concentração de equipamentos e pessoas ocupadas na área de saúde. Assim, tal análise possibilitou uma visão mais clara da



distribuição de profissionais por habitantes e, conseqüentemente, um retrato mais realista do aumento real do número de profissionais em relação ao contingente populacional.

A figura 247 apresenta a evolução entre 2000 e 2018 do número de habitantes por clínico geral e médico não especialista. Os resultados apontaram que enquanto os municípios de Araxá, Campos Altos, Perdizes, Pratinha e Tapira apresentaram queda no número de habitantes por médico, o que correspondeu a uma melhora na capacidade de atendimento; os municípios de Ibiá, Pedrinópolis e Santa Rosa da Serra tiveram expressivo aumento da demanda por profissional, o que correspondeu uma sobrecarga maior por clínico geral e médico não especialista. Entre os municípios analisados Pedrinópolis foi o que apresentou em 2018 o maior número de habitantes por médico, superior a 7,7 mil, o que o colocou em posição de atendimento consideravelmente inferior aos demais municípios da RGI. Já Perdizes foi o que apresentou a menor número de habitantes por médico, igual a 601, sendo o único abaixo de mil habitantes por profissional, que é a quantidade ideal recomendada pela OMS (2002).

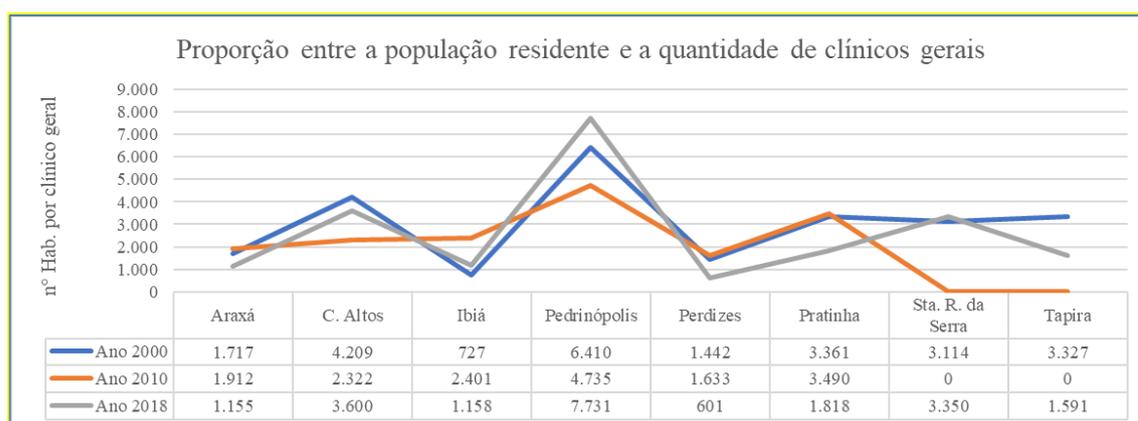


Figura 247 – RGI de Araxá: proporção entre habitantes e a quantidade de clínicos gerais e não especialistas. Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Saúde (2000; 2010; 2018) e IBGE (2000; 2010; 2018).

Em relação aos médicos especialistas (figura 248), temos que entre os anos de 2000 e 2018 os municípios de Araxá, Pedrinópolis, Perdizes e Santa Rosa da Serra apresentaram acréscimo no número desses profissionais por habitantes, com destaque para Santa Rosa da Serra que passou da ausência de médicos especialistas em 2000 para a existência de um especialista. Já os municípios de Campos Altos e Ibiá apresentaram um acréscimo da quantidade populacional por profissional, com destaque para Campos Altos que saltou de 2,6 mil habitantes por especialista em 2000 para 6,3 mil em 2018. Os municípios de Pratinha e Tapira foram os que apresentaram ausência de especialistas, com destaque para o primeiro que perdeu o único profissional que possuía nos anos anteriores.



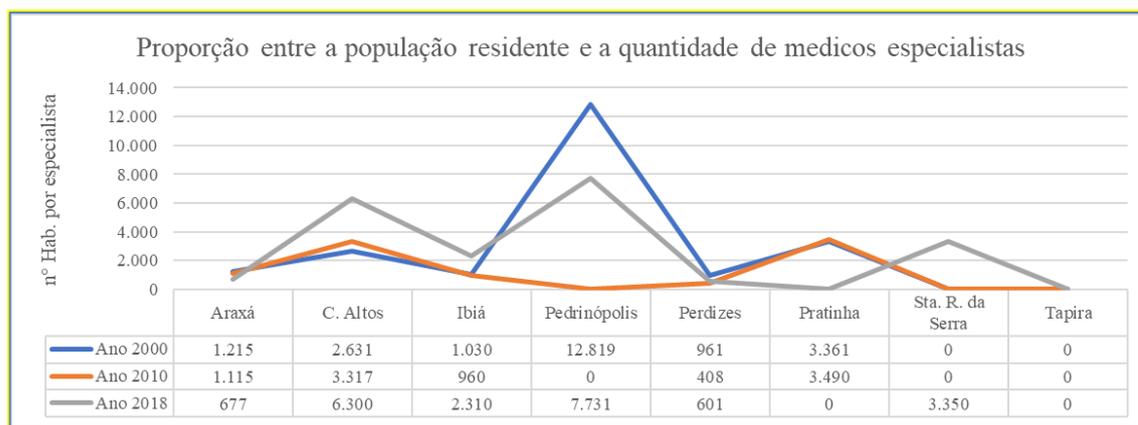


Figura 248 – RGI de Araxá: proporção entre habitantes e médicos especialistas.

Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Saúde (2000; 2010; 2018) e IBGE (2000; 2010; 2018).

Acerca da relação entre a quantidade da população e os profissionais enfermeiros (figuras 249) temos que todos os municípios apresentaram queda na demanda por profissional, com destaque para Perdizes que apresentou em 2018 o quantitativo de apenas 150 habitantes por enfermeiro, o que a nosso ver possibilita um melhor atendimento por parte desses profissionais. Entre os municípios da RGI apenas Pedrinópolis e Campos Altos apresentaram número de habitantes por enfermeiro superior a um mil, com 3,8 mil e 1,3 mil respectivamente, dado que os coloca acima da média nacional que é 1,1 mil habitantes por enfermeiro (IBGE, 2018).

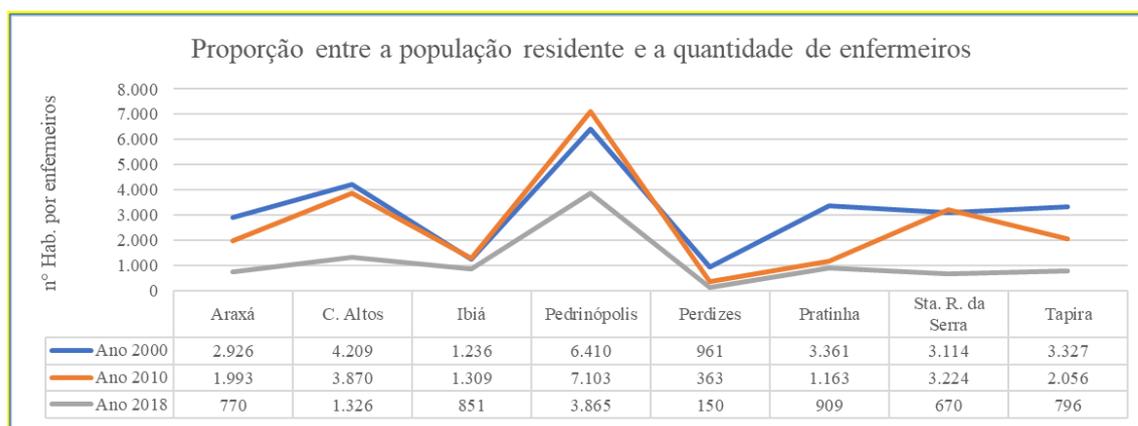


Figura 249 – RGI de Araxá: proporção entre habitantes a enfermeiros.

Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Saúde (2000; 2010; 2018) e IBGE (2000; 2010; 2018).

Já em relação a quantidade de habitantes por profissionais que atuam nas áreas técnicas da saúde (figura 250), a exceção de Ibiá que apresentou pequeno acréscimo no número de habitantes por profissionais, os demais municípios apresentaram melhora com expressiva diminuição das demandas por profissional. Esse aumento foi resultado de uma reorganização do sistema de saúde brasileiro e da legislação acerca da atuação desses profissionais, que



possibilitou o aumento da quantidade de procedimentos da saúde por eles exercidos. O resultado prático de tais mudanças foi o crescimento no número de profissionais técnicos da saúde em todo o país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

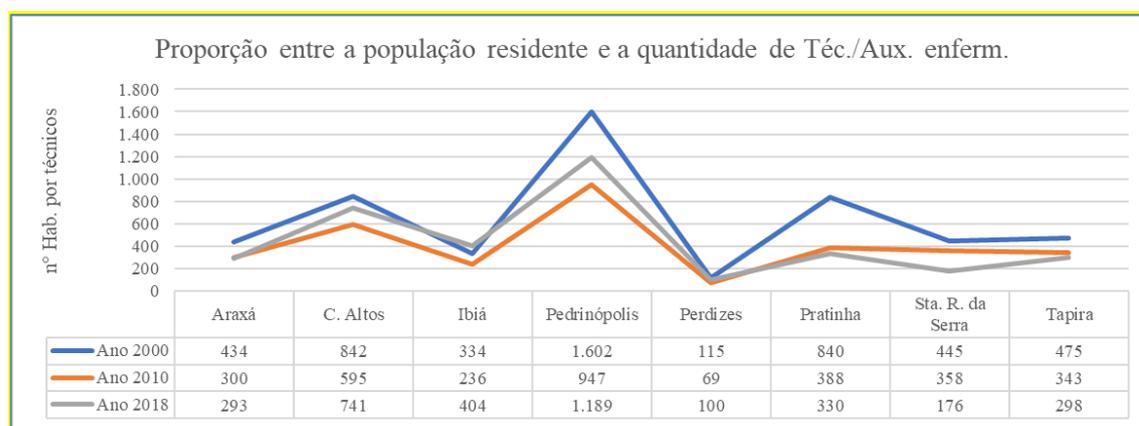


Figura 250 – RGI de Araxá: proporção entre habitantes a auxiliares/técnicos em enfermagem.
Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Saúde (2000; 2010; 2018) e IBGE (2000; 2010; 2018).

Os resultados da análise da proporção demonstraram que mesmo Araxá possuindo o papel centralizador da saúde e conseqüentemente, o maior número de profissionais, outros municípios da RGI apresentaram melhores condições de atendimento relacionado a saúde básica, com menor número de habitantes por profissional. Entretanto, tal análise muda se considerarmos que Araxá além de possuir o maior número de profissionais é aquele que tem uma maior diversidade de especialidades médicas e de pessoal atuando nas áreas técnicas, o que faz com que em casos de atendimento de média e alta complexidade seja o polo centralizador dos fluxos da saúde.

Reconhecemos através da configuração da saúde na RGI o estabelecimento de relações entre seus municípios e cidades. A figura 251 apresenta a síntese dessas interações através dos fluxos de saúde verificados pelo REGIC (IBGE, 2018). Em suma, conforme verificamos na regionalização da saúde, Araxá tem o principal papel nos casos de média complexidade e Uberada naqueles de média e alta complexidade. Pela saúde se figurar como uma das principais dimensões da qualidade de vida, nos tornou evidente inferir que nos fluxos apresentados na RGI de Araxá ocorrem processos que interferem nos níveis de qualidade de vida de parte da população que necessita se deslocar em busca de tratamento/prevenção das enfermidades. Tal afirmação é fruto da análise que realizamos no subitem a seguir.



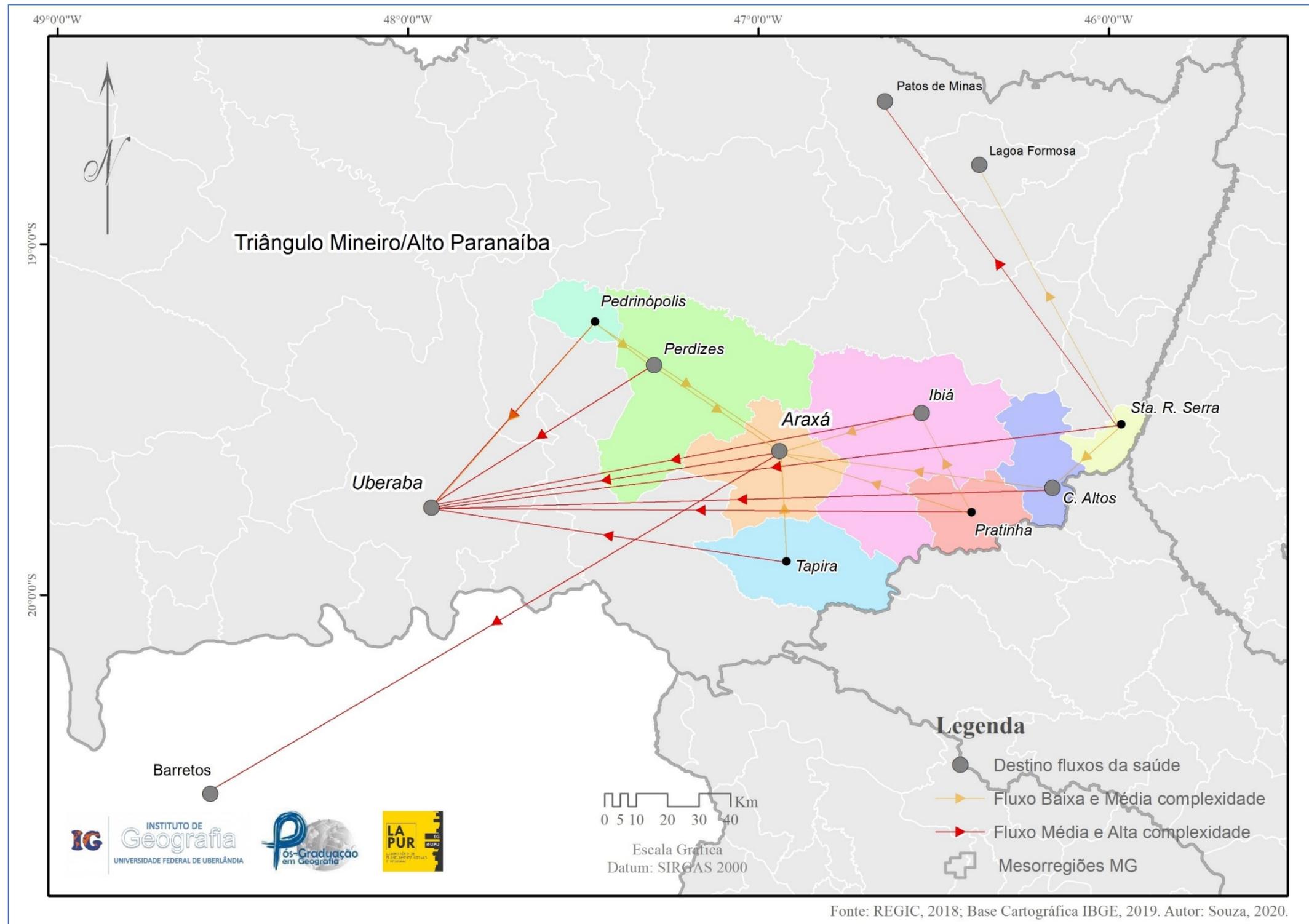


Figura 251 – RGI Araxá: fluxos de baixa, média e alta complexidade na saúde em 2018. Fonte: Souza (2020) com base em REGIC (IBGE, 2018).



4.1.2. Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pela saúde

Conforme apontamos até aqui a análise da saúde é de primordial importância nos estudos da qualidade de vida. Buscamos agora avançar nessa análise ao considerarmos que as relações estabelecidas entre as cidades da RGI pelas necessidades da saúde são geradoras de diferentes níveis de vida. Tais diferenças possuem relação principalmente com a estruturação do sistema de saúde pública em nível municipal e a resolubilidade das enfermidades sem a necessidade de se locomover a outras cidades. Também tem relação com os níveis de renda e o acesso por parte da população a rede privada de atendimento e sua existência ou não nas cidades, fato que também gera a necessidade de deslocamento. Ademais, no caso de necessidade de locomoção tanto para atendimento em estruturas de saúde pública ou privada, acreditamos que a periodicidade das viagens, a distância a ser percorrida, as condições do transporte, o nível de conservação das vias, as condições de alimentação, entre outros, também são fatores definidores de qualidade de vida da população em busca de tratamento médico. É sobre essa perspectiva de análise que realizamos junto a população da RGI pesquisa através de questionários e entrevistas, com vistas a identificar as principais questões que permeiam às necessidades da saúde e, conseqüentemente, o fluxo entre as cidades.

Cumpramos destacar que quando apontamos níveis de resolubilidade estamos nos referindo ao sucesso do atendimento pelas unidades hospitalares da RGI que compõem a micro da saúde de Araxá. As tabelas 23 e 24 apresentam os níveis de resolubilidade dos hospitais públicos da RGI em 2018 conforme o PDRS. Na primeira tabela são apresentados a proporção da resolubilidade dos casos de média complexidade relacionados a clínica obstétrica, médica e pediátrica e a variados tipos de cirurgia. Vimos anteriormente que a regionalização da saúde na área estudada tem Araxá como a principal cidade de destino para os casos de média complexidade. Tal constatação é evidenciada por Araxá concentrar a maior porcentagem de resolubilidade na maioria das áreas de atendimento, com seus hospitais apresentando níveis superiores a 50%, com destaque para a Casa do Caminho que apresentou resolubilidade superior a 90% nos casos de tratamento com cuidados prolongados e em tratamentos clínicos; e para a Santa Casa de Araxá que apresentou níveis 100% de resolubilidade no caso de cirurgias orofaciais e níveis mais elevados em diversos outros atendimentos. Os demais hospitais públicos da RGI apresentaram níveis em sua maioria inferiores a 25%, sendo a Santa Casa de Ibiá a única com nível de resolubilidade superior a 50% nos casos de tratamento de doenças de pele.



Resolubilidade em 2018 da atenção secundária (média complexidade em porcentagem)

Hospitais/Procedimentos ⁶⁴	CLÍNICA OBSTÉTRICA - Tratamento Gestação/Parto/Puerpério	CLÍNICA OBSTÉTRICA - Tratamento Afecções Período Neonatal	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Ouvido/apófise/mastoide/via aérea	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Tratamento Doenças Cardiovasculares	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Doenças Infeciosas/Parasitária	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Transtornos Mentais/Comportamentais	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Doenças Sistema Nervoso Central/Periférico	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Doenças Sangue/Órgãos Hemáticos	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Doenças Sistema Osteomuscular	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Trat. Pacientes com Cuidados Prolongado	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Trat. Doenças Aparelho Digestivo	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Trat. Doenças Aparelho Geniturinário	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Trat. Doenças Pele/Tecido Subcutâneo	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Tratamento em Oncologia	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Tratamento em Nefrologia	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Tratamento Lesões/Envenenamento	MÉDICA/PEDIÁTRICA EM HOSPITAL - Tratamentos Clínicos	CIRÚRGICA - Cirurgia Obstétrica	CIRÚRGICA - Cirurgia de Tórax	CIRÚRGICA - Cirurgia da Mama	CIRÚRGICA - Cirurgia Gastroenterologia	CIRÚRGICA - Cirurgia Endocrinológica	CIRÚRGICA - Cirurgias Múltiplas	CIRÚRGICA - Cirurgia Plástica e Reparadora	CIRÚRGICA - Cirurgia Ginecológica	CIRÚRGICA - Cirurgia Otorrinolaringológica	CIRÚRGICA - Cirurgia do Sistema Osteomuscular	CIRÚRGICA - Cirurgia Orofacial	CIRÚRGICA - Cirurgia Urológica	CIRÚRGICA - Cirurgia Vascular	CIRÚRGICA - Cirurgia de Urgência
Santa Casa de Araxá		11,3	14,9	32,2	30,8	6,7	26,6	13,3	16,7		15,7	19,4		12,4	55,8	8,8		69,4	35,0	14,3	50,1	18,2	38,1	27,0	42,4	65,5	54,3	100,0	48,9	49,1	32,4
Hospital Casa do Caminho			23,1	24,7			18,5	37,2		98,8	23,8	46,3	50,1	1,8	9,6	17,6	100,0			50,1	9,4		11,9	5,4			7,0				0,9
Hospital Dom Bosco																															
Santa Casa de Campos Altos	7,1	15,5	9,6	2,9			0,9				5,8	4,5		1,8	10,6	22,5		7,2		11,9	7,3			16,2	8,8		0,2		13,5	32,8	
Santa Casa de Ibiá		4,2	5,5	1,1	15,4		0,9	2,7			4,7	3,7	50,2		1,9	1,0		7,0	1,7		10,7		7,1	8,1	22,6				2,3	1,7	
Santa Casa de Perdizes		2,4	30,8	1,1			9,5		8,3					25,0	0,7			6,6													

Tabela 23 – RGI de Araxá: resolubilidade de atenção secundária (média complexidade) em 2018. Fonte: Souza (2020) com base em PDRS (2018).

Resolubilidade em 2018 da atenção terciária (alta complexidade em porcentagem)

Hospitais/Procedimentos	CLÍNICA OBSTÉTRICA - Gestante de Alto Risco (GAR)	MÉDICA/PEDIÁTRICA -Ouvido/apófise/mastoide/v. aérea	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Tratamento Doenças Cardiovasculares	MÉDICA/PEDIÁTRICA – Doenças Sistema Nervoso Central/Periférico	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Tratamento HIV/AIDS	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Tratamento Malformação Congênita	MÉDICA/PEDIÁTRICA - Tratamento em Oncologia	CIRÚRGICA - Cirurgia Oncológica	CIRÚRGICA - Cirurgia de Tórax	CIRÚRGICA - Cirurgia da Mama	CIRÚRGICA - Cirurgia Gastroenterologia	CIRÚRGICA - Cirurgia Oftalmológica	CIRÚRGICA - Cirurgia Endocrinológica	CIRÚRGICA - Cirurgias Múltiplas	CIRÚRGICA - Cirurgia Plástica e Reparadora	CIRÚRGICA - Cirurgia Ginecológica	CIRÚRGICA - Cirurgia Neurológica	CIRÚRGICA - Cirurgia Otorrinolaringológica	CIRÚRGICA - Cirurgia do Sistema Osteomuscular	CIRÚRGICA - Cirurgia Orofacial	CIRÚRGICA - Cirurgia Urológica	CIRÚRGICA - Cirurgia Cardiovascular	CIRÚRGICA - Cirurgia Vascular	CIRÚRGICA - Cirurgia Intervencionista	CIRÚRGICA - Cirurgia Endovascular.	CIRÚRGICA - Eletrofisiologia	CIRÚRGICA - Transplantes
Santa Casa de Araxá				2,69		2,70								14,65			1,86		4,49		1,91		2,50				
Hospital Casa do Caminho				0,54										1,07			0,62		4,94								
Hospital Dom Bosco																											
Santa Casa de Campos Altos																											
Santa Casa de Ibiá																											
Santa Casa de Perdizes																											

Tabela 24 – RGI de Araxá: resolubilidade de atenção terciária (alta complexidade) em 2018. Fonte: Souza (2020) com base em PDRS (2018).

⁶⁴ Legenda: Vermelho = inferior a 25%; Laranja = entre 25% e 50%; Azul = entre 50% a 75%; Verde = superior a 75%.



Em relação a resolubilidade nos casos de alta complexidade podemos perceber que são poucos os casos de tratamento dentro da RGI sem a necessidade de deslocamento dos pacientes para outras cidades, principalmente para Uberaba. Nos casos de alta complexidade Araxá apresentou baixos níveis de resolubilidade, sempre inferior a 15%. Ademais, os níveis apresentados de resolubilidade tanto de média como de alta complexidade demonstram uma forte interação entre os equipamentos de saúde pública em nível regional e conseqüentemente a existência de deslocamentos entre eles. Destarte, conforme os dados apontados sobre resolubilidade de média complexidade, mesmo Araxá sendo o principal polo da saúde da RGI, a depender do tratamento/enfermidade também necessita recorrer a outros polos, o que demonstra a alta dependência da micro da saúde com a macro do Triângulo do Sul e com outros hospitais especializados fora da macro.

A tabela 25 apresenta a quantidade de atendimentos realizados pelas duas principais cidades receptoras de pacientes dos municípios analisados – Araxá e Uberaba. Esses dizem respeito a consultas, exames, internações, cirurgias e outros tratamentos realizados na rede hospitalar pública. De acordo com o SUS (2019) a rede hospitalar de Araxá foi responsável por 55,1 mil atendimentos de parte da população oriunda dos demais municípios da RGI e a rede hospitalar pública de Uberaba realizou 59.738 atendimentos, nesse caso incluindo àqueles advindos também de Araxá. Os dados apresentaram também 13.851 atendimentos que foram realizados em municípios fora da micro da saúde de Araxá, que em sua maioria correspondem ao tratamento de câncer, que tem como referência o Hospital do Câncer de Barretos, como também atendimentos realizados em Uberlândia, Belo Horizonte, Ribeiro Preto e outras cidades.

Municípios (origem)	Municípios (destino)		
	Araxá	Uberaba	Outros
Araxá	-	22.756	4.843
Campos Altos	12.245	4.854	1.641
Ibiá	16.543	7.548	2.214
Pedrinópolis	2.424	1.678	889
Perdizes	15.758	8.523	1.809
Pratinha	2.987	1.212	678
Santa Rosa da Serra	1.945	1.233	743
Tapira	3.245	1.934	1.034
Total	55.147	49.738	13.851

Tabela 25 – RGI de Araxá: origem e destino dos atendimentos de saúde em 2019.
Fonte: Souza (2020) com base em PDRS (2018).



Nos questionários aplicados nos municípios da RGI perguntamos aos respondentes que não possuíam plano de saúde ou condições para pagar tratamento na rede privada se eles e/ou suas famílias já tiveram a necessidade de se deslocar para outras cidades para o atendimento de saúde relacionado a enfermidades leves, consultas de rotina ou para a realização de exames laboratoriais. A figura 252 apresenta os percentuais de resposta.

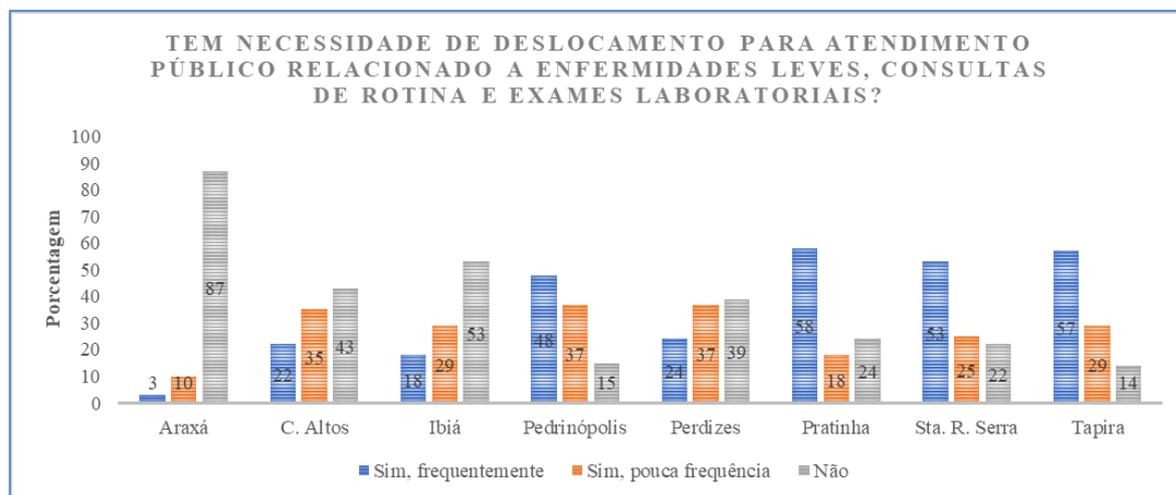


Figura 252 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do atendimento público de baixa complexidade. Fonte: Souza (2020).

Os resultados dessa pergunta apontaram três tendências principais. A primeira diz respeito a Araxá como único município que apresentou alta incidência de respostas negativas, igual a 87%, fato que corrobora com a análise realizada até aqui na qual apontou que a sua rede hospitalar possui infraestrutura com capacidade de absorver e tratar a maior parte das enfermidades de baixa complexidade. A segunda tendência apontou Ibiá, Campos Altos e Perdizes como municípios capazes de absorver em sua rede hospitalar a maior parte dos pacientes com enfermidades leves, com destaque para Ibiá que de acordo com 53% dos respondentes conseguiu suprir as necessidades de saúde nos casos de baixa complexidade. Entretanto, esses mesmos municípios apresentaram incidência considerável de respostas relacionadas a necessidade de realizar deslocamentos mesmo que com pouca frequência, o que demonstra a capacidade limitada de atendimento de baixa complexidade, que a depender dos casos levou a necessidade de transferir os pacientes ou agendar procedimentos em outras cidades. Já a terceira tendência demonstrou que os respondentes de Pedrinópolis, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira em sua maioria necessitaram se deslocar com frequência a outras cidades, o que demonstra evidente dependência da rede hospitalar pública localizada em outras cidades da micro ou da macro.



Realizamos a mesma pergunta aos respondentes que assinalaram possuir plano de saúde ou condições para pagar a rede privada de saúde, como consta na figura 253. Entre os respondentes dos municípios da RGI, a exceção de Araxá, a maioria apontou que frequentemente necessita se deslocar a outras cidades para realização de procedimentos na rede privada relacionados a baixa complexidade. Entre eles Ibiá, Perdizes e Campos Altos, com 31%, 23% e 19% respectivamente, foram os únicos que apresentaram nível considerável de respostas negativas, o que demonstra que a depender do procedimento esses municípios possuem capacidade de atendimento via rede privada. Já Araxá por possuir a maior rede particular de saúde entre os municípios analisados apresentou resultado que demonstra que nos casos de baixa complexidade a sua rede de assistência médico-hospitalar consegue suprir a maior parte das demandas.

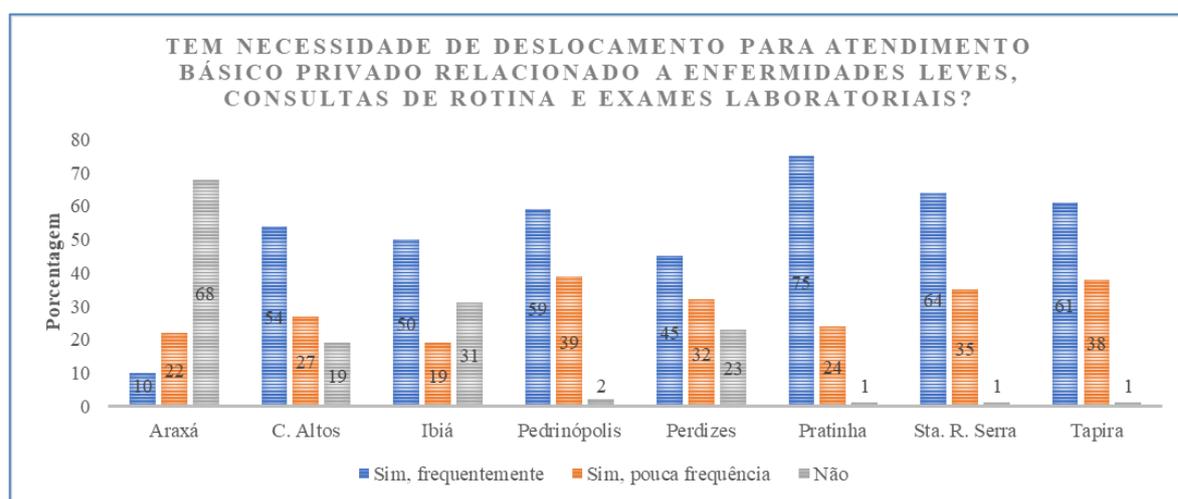


Figura 253 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do atendimento privado de baixa complexidade. Fonte: Souza (2020).

A partir das respostas positivas relacionadas a necessidade de se deslocar para realizar procedimentos de saúde em outras cidades, perguntamos quais eram os principais destinos (figura 254), de forma a evidenciar as interações de saúde existentes na RGI de Araxá. Entre os respondentes de Araxá que afirmaram já ter necessitado se deslocar, a rede hospitalar de Uberaba correspondeu ao destino de 92% deles e 8% afirmaram ter se deslocado para outras cidades, tais como Barretos e Uberlândia. Os demais municípios, a exceção de Santa Rosa da Serra, apresentaram respostas que apontaram Araxá como principal destino. Os respondentes de Pedrinópolis, Pratinha e Santa Rosa da Serra apontaram também deslocamentos para outras cidades da RGI – Perdizes, Ibiá e Campos Altos, o que confirma parte da nossa análise que demonstrou que a rede hospitalar dessas cidades também absorve parte dos pacientes de



municípios circunvizinhos. Já Santa Rosa da Serra por fazer parte de outra macro da saúde – Noroeste, apresentou respostas que apontaram Lagoa Formosa e Patos de Minas como principais cidades de destino, sendo essas os polos de sua micro e macro da saúde, respectivamente.

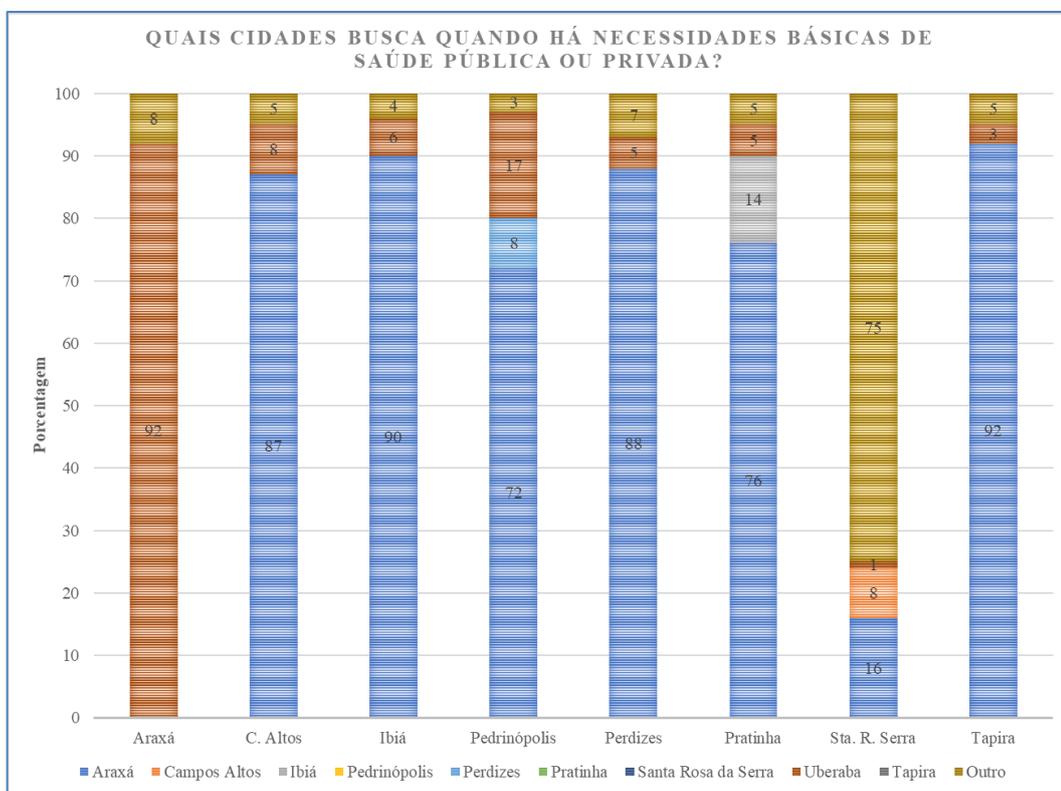


Figura 254 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca dos destinos em casos de baixa complexidade. Fonte: Souza (2020).

Para entender a dinâmica das interações existentes relacionadas aos procedimentos de média e alta complexidade na rede hospitalar pública perguntamos sobre a necessidade de se deslocar por motivo de doenças graves, para realização de cirurgia, internação ou realização de exames laboratoriais mais complexos (figura 255). Os resultados da pesquisa apontaram que a maior parte dos respondentes e/ou seus familiares já necessitaram se deslocar por motivos de média e alta complexidade. Cumpre destacar que parte dos respondentes dos municípios de Araxá, Campos Altos, Ibiá e Perdizes apontaram também para uma não necessidade de deslocamento, o que demonstra que sua rede hospitalar pública possui capacidade de conter o desenvolvimento de parte das doenças graves ou realizar cirurgias e exames mais complexos, com destaque para Araxá que é a cidade com maior capacidade de resolubilidade de atendimentos de média e alta complexidade na área de estudo, mas que depende também de Uberaba para os atendimentos mais complexos. Já os respondentes dos demais municípios



apontaram que em todos os casos houve a necessidade de buscar atendimento público em outras cidades, o que demonstra a alta dependência para com a rede de atendimento da micro e macro.

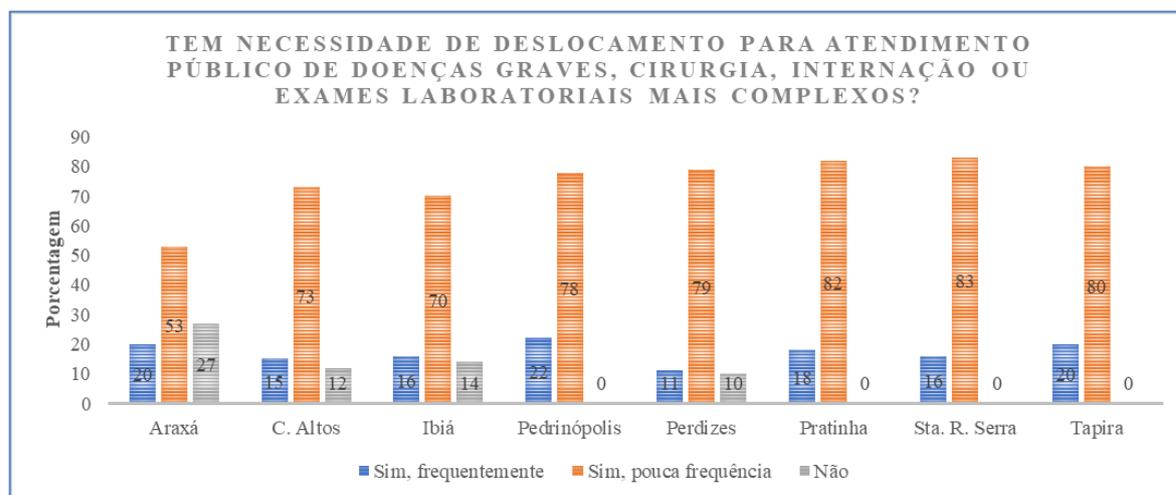


Figura 255 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do atendimento público de média/alta complexidade. Fonte: Souza (2020).

Em relação a necessidade de deslocamento para atendimento particular por motivo de doença grave, realização de cirurgia, internação ou exames laboratoriais mais complexos (figura 256), os respondentes apontaram que, a exceção daqueles que vivem em Araxá, na maior parte dos casos é necessário realizar o deslocamento, mesmo que com pouca frequência. Entre eles apenas Ibiá e Perdizes apresentaram respostas negativas, o que aponta para a existência de atendimento particular nessas cidades, que conforme vimos anteriormente ambas possuem clínicas privadas que realizam procedimentos de baixa e média complexidade. Já Araxá por possuir hospitais e clínicas particulares foi o que apresentou a maior negativa na resposta.

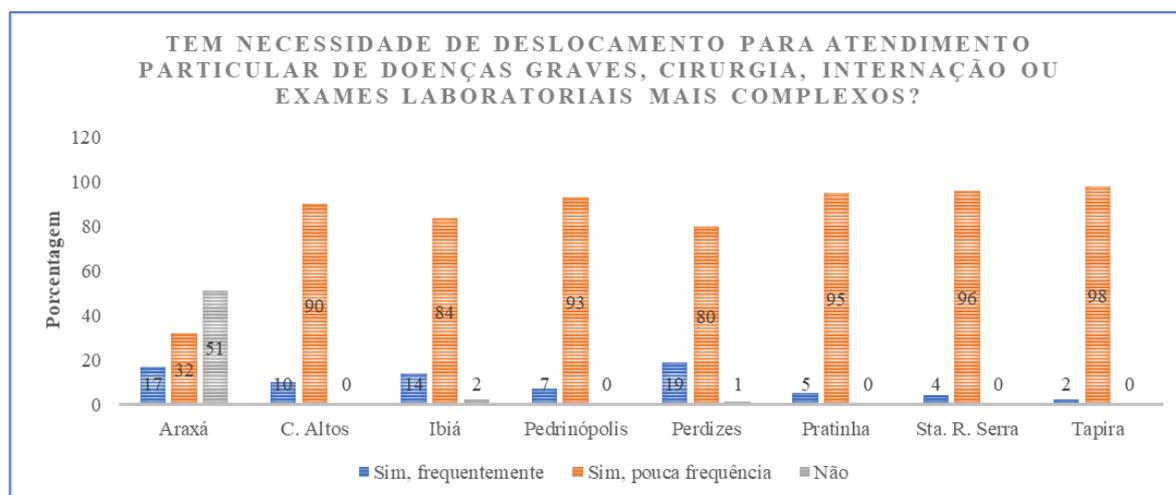


Figura 256 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do atendimento privado de média/alta complexidade. Fonte: Souza (2020).



Acerca dos destinos de deslocamento para realização de procedimentos de média e alta complexidade (figura 257) os a maioria dos respondentes apontaram a rede hospitalar pública e privada de Uberaba como principal destino. Já Santa Rosa da Serra apontou o polo da sua macro da saúde – Patos de Minas, entretanto 5% de seus respondentes apontaram Uberaba como destino para os casos de alta complexidade. Ademais, todos os municípios da RGI apontaram Araxá como destino principalmente nos casos de média complexidade que, conforme vimos na análise da resolubilidade, sua rede hospitalar é a com maior capacidade de absorção casos que necessitam de atenção secundária. Entre os respondentes que apontaram outros destinos fora da macro, destacamos a incidência no aparecimento do nome do Hospital do Câncer de Barretos e do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia.

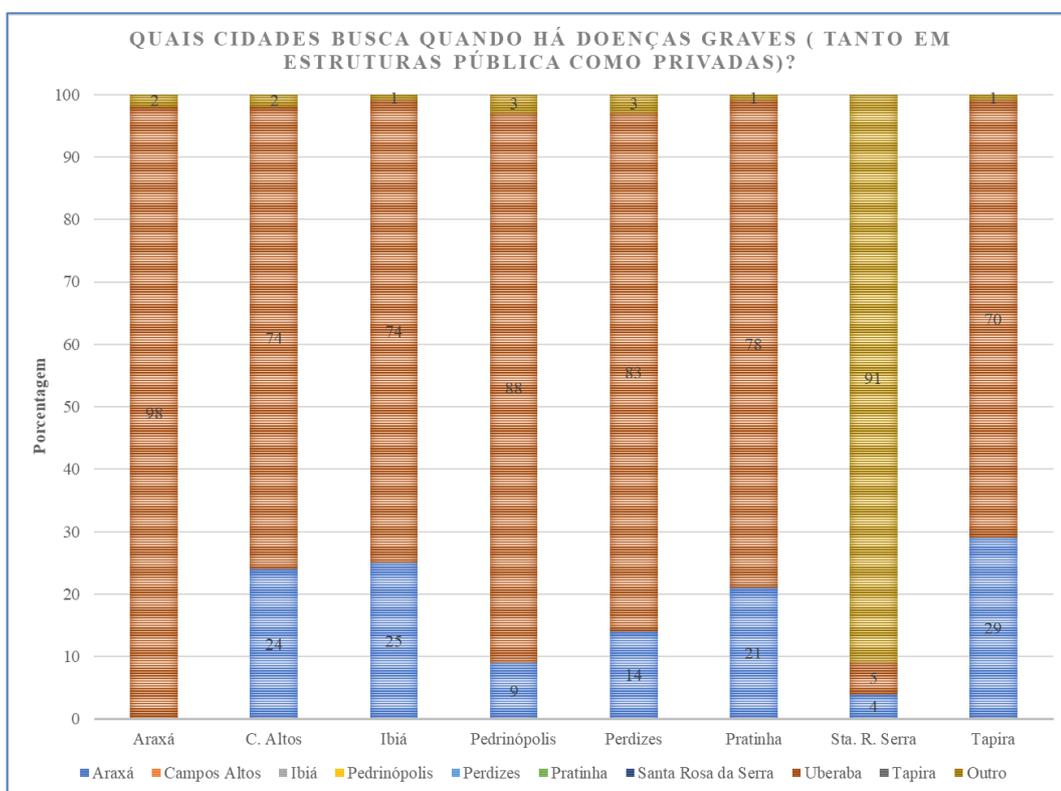


Figura 257 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca dos destinos em casos de média e alta complexidade. Fonte: Souza (2020).

A primeira parte do questionário relacionado a dimensão da saúde serviu para a confirmação de que Araxá é o principal polo de atenção secundária da RGI e Uberaba o principal polo de atenção terciária. Para relacionar esses deslocamentos a qualidade de vida incluímos pergunta no questionário com vistas a evidenciar as dificuldades enfrentadas pela parcela da população que precisa se deslocar por motivo de saúde. A figura 258 aponta a incidência de respostas.



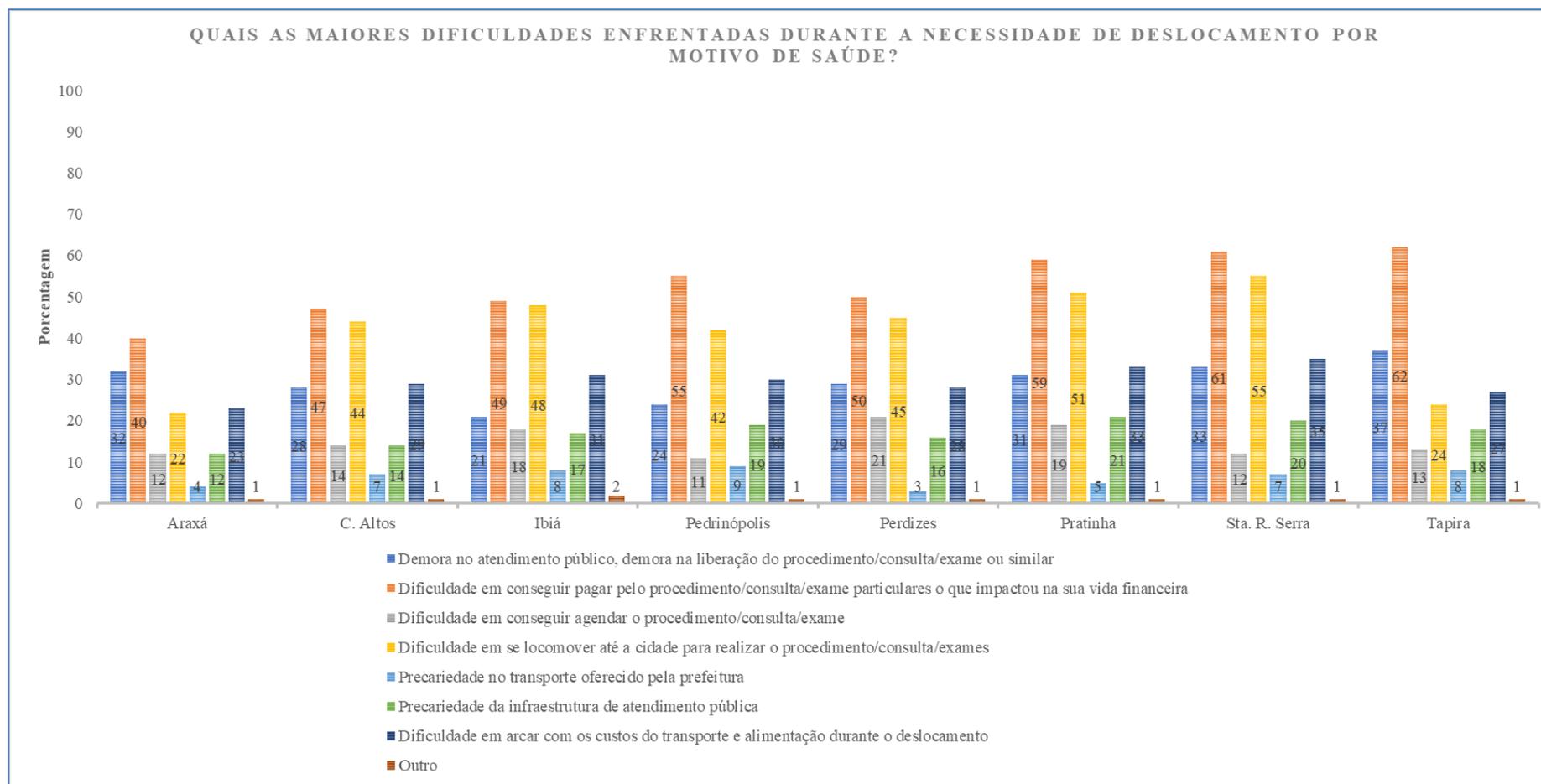


Figura 258 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca das dificuldades enfrentadas pela necessidade de deslocamento por motivo de saúde.

Fonte: Souza (2020).



Entre o rol de respostas disponíveis para serem assinaladas três se destacaram em praticamente todos os municípios. São elas: existência de dificuldade em conseguir pagar pelo procedimento/consulta/exame na rede particular o que impactou na vida financeira; dificuldade em se locomover para a cidade para realizar o procedimento/consulta/exame; e demora no atendimento público e/ou demora na liberação dos procedimentos. A primeira resposta apareceu com incidência superior a 40% em todos os municípios da RGI, com destaque para Tapira e Santa Rosa da Serra com valores superiores a 60%. A segunda apareceu com nível superior a 40% em quase todos os municípios, a exceção de Araxá e Tapira devido ao primeiro possuir rede mais consolidada e o segundo ser bem próximo ao primeiro. Já a terceira, que está altamente relacionada com as demais, apresentou incidência superior a 25%.

Para entender melhor a alta incidência de determinadas respostas acrescentamos ao questionário pergunta aberta na qual o respondente podia partilhar as experiências que teve relacionadas ao sistema de saúde em seu município e/ou aos deslocamentos realizados por motivo de saúde. Acerca do impacto financeiro ao ter que buscar atendimento na rede privada vários respondentes apontaram a demora ou inexistência de determinado procedimento na rede pública e/ou particular em suas cidades, conforme exemplos:

“Eu precisei me deslocar até Araxá mais de cinco vezes para realizar tomografia e outros exames em uma clínica particular porque aqui na minha cidade [Campos Altos] não temos aparelho para realizar esses exames e eu tinha urgência. Também já fiz cirurgia para retirar um cisto no Hospital Dom Bosco porque a previsão de atendimento pelo SUS demoraria uma eternidade. [...] Precisei ficar sem pagar as parcelas do carro por 4 meses por causa disso.”

(Anônimo, 2020, 46 anos, farmacêutico, residente em Campos Altos, MG)

“Pago plano de saúde da Unimed pois sei que se precisar de um atendimento de urgência posso contar com o hospital em Araxá. Já perdi parentes e conhecidos em fila de espera por cirurgia ou transferência para outras cidades e isso me traumatizou. [...] Prefiro deixar de usar o dinheiro para outras coisas e ter um bom plano de saúde pra mim e minhas filhas. [...] Poderia ter um hospital privado aqui na minha cidade para que não precisasse sempre ter que pegar estrada.”

(Anônimo, 2020, 37 anos, mecânico, residente em Ibiá, MG)

Os dois relatos nos apontaram o uso do sistema particular de saúde por camadas da população que deixam de usar o dinheiro para outras necessidades em prol de atender as demandas mais imediatas de sua saúde ou dos seus familiares. Parte disso está relacionado a demora na liberação do procedimento pelo SUS aliado a urgência de solução da enfermidade,



mas também parte da consideração por parte dos indivíduos que o sistema privado possui melhor qualidade de atendimento do que o público. Tal urgência e inexistência do atendimento público ou particular nas cidades da RGI fazem com que os deslocamentos ocorram e no caso do atendimento privado Araxá aparece como sendo o principal destino. Acerca de dificuldade em se deslocar, os respondentes apontaram a alta frequência da necessidade de viagens como o principal problema enfrentado. O trecho abaixo apresenta uma das experiências enfrentadas por pacientes que necessitam realizar hemodiálise semanalmente em Araxá.

“Faço tratamento de hemodiálise a 5 anos. Sempre ouvi promessas de que os aparelhos um dia seriam instalados aqui e meu martírio acabaria. [...] Tenho que ir até Araxá toda terça e sexta e são os 80 km mais demorados da minha vida. Nos primeiros anos o veículo que levava a gente era muito ruim, mas agora graças a Deus temos um micro-ônibus com ar-condicionado. [...] Até fiz amizade com meus companheiros de hemodiálise. Passamos tanto tempo juntos na estrada que já viramos família.”

(Anônimo, 2020, 53 anos, aposentado, residente em Ibiá, MG)

O exemplo é apenas um dos vários relatos de pessoas que precisam se deslocar várias vezes ao ano para fazer tratamento e/ou prevenção de enfermidades. As dificuldades encontradas perpassam a limitação física, pois alguns respondentes apontaram ser cadeirantes ou possuir mobilidade reduzida, às condições dos veículos e a má conservação das estradas. Ademais, para parte significativa dos respondentes normalmente o dia do procedimento/consulta é um “dia perdido”, visto que, quando utilizam os transportes municipais ficam o dia todo fora de casa.

Ainda em relação a questão das dificuldades encontradas outros três itens também apareceram com incidência de resposta considerável – dificuldade com arcar com os custos do transporte e alimentação durante o deslocamento; precariedade da infraestrutura de atendimento pública; e dificuldade em conseguir agendar o procedimento. O primeiro apareceu com incidência de resposta superior a 20% e atingiu 35% em Santa Rosa da Serra. Já o segundo e terceiro variaram entre 12% a 21%. O respondente abaixo as sintetizou ao afirmar que:

“Tenho que ir até Uberaba quase todo mês para tratamento no coração e tenho que acordar as 3 da manhã para pegar o ônibus da prefeitura que leva os pacientes. Tem dia que chego em casa só as 8 da noite. Se deixo de ir em uma consulta é muito difícil conseguir outra data porque lá recebe pacientes de várias cidades. [...] Já teve vez que só tinha o dinheiro para o marmiteix do almoço e fiquei com fome até chegar à noite em casa. [...] E lá em Uberaba a gente passa o dia na calçada porque nem cadeira pra se sentar tem.”

(Anônimo, 2020, 39 anos, pensionista, residente em Perdizes, MG)



Outros relatos de respondentes apontaram para dificuldades financeiras para lanche ou almoço e que na maioria dos casos contam com a solidariedade dos demais pacientes para poder enfrentar os deslocamentos necessários para o atendimento. Também há relatos acerca da precariedade dos hospitais, principalmente das Santa Casas que se localizam em imóveis antigos e que por isso possuem instalações muitas vezes inadequadas ao atendimento. Por fim, parte dos respondentes apontaram que para não necessitar passar o dia todo por conta do deslocamento através do veículo das prefeituras utilizam o transporte rodoviário, solicitam carona a familiares e amigos ou utilizam táxi para o deslocamento.

Sobre as dificuldades apresentadas cumpre ainda destacarmos a incidência das respostas acerca da precariedade no transporte oferecido pelas prefeituras. Os resultados apontaram variação entre 3% em Perdizes e 8% em Ibiá e Tapira, o que demonstrou que de maneira geral os transportes municipais de saúde apresentam boas condições. Entretanto destacamos dois relatos:

“No ano passado [2019] sofri acidente com a ambulância da prefeitura quando acompanhava minha mãe para uma operação em Araxá. O veículo perdeu o freio e bateu na traseira de um caminhão. Por sorte não sofremos nada mas o motorista me disse que o acidente aconteceu devido a um problema recorrente que precisava ter sido solucionado a muito tempo.”

(Anônimo, 2020, 23 anos, estudante, residente em Ibiá, MG)

“O micro-ônibus que leva os pacientes para Uberaba já estragou várias vezes no caminho. Já aconteceu de ficarmos horas esperando um mecânico e chegar em casa depois da meia-noite. [...] É um veículo antigo e sem ar-condicionado. No calor é muito difícil”.

(Anônimo, 2020, 39 anos, balconista, residente em Sta. Rosa da Serra, MG)

Os exemplos apontaram a necessidade de melhoria do transporte de pacientes em parte dos municípios de forma a minimizar os impactos do desgaste cotidiano dos deslocamentos. Soma-se a isso a necessidade de melhoria das estradas e sinalização viária, fatores apontados por parte dos respondentes. Ademais, alguns respondentes apontaram também como dificuldades o descaso do poder público em melhorar o atendimento, a decadência de infraestruturas de saúde e a necessidade contratação de pessoal qualificado.

A partir da questão acerca das dificuldades existentes nos deslocamentos por motivo de saúde questionamos aos respondentes quais seriam as alternativas que se fossem implementadas melhorariam as condições dos deslocamentos. A incidência das respostas constam na figura 259.



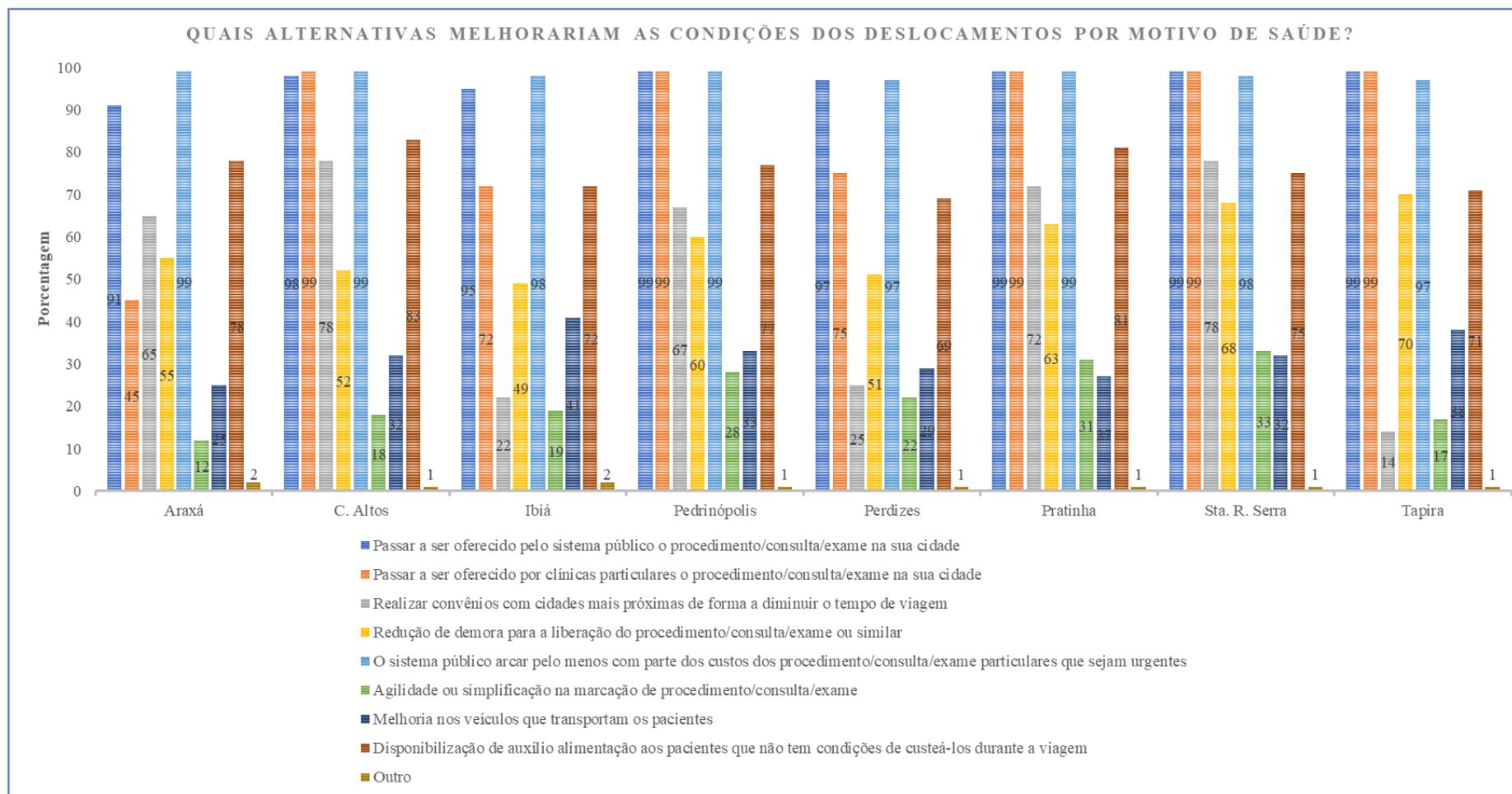


Figura 259 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca das alternativas que melhorariam as condições de deslocamento por motivo de saúde.

Fonte: Souza (2020).



Entre as alternativas que melhorariam as condições dos deslocamentos por motivo de saúde os respondentes destacaram quatro como sendo as principais: a possibilidade do procedimento ser oferecido na rede pública de saúde na própria cidade o que diminuiria a necessidade dos deslocamentos; a possibilidade do procedimento ser oferecido pela rede privada na própria cidade; o sistema público arcar com, pelo menos, parte dos custos do atendimento de urgência na rede privada; e a disponibilidade de auxílio-alimentação aos pacientes que não têm condições de custeá-los durante a viagem. Em todos os municípios as respostas atingiram incidência superior a 70%.

Acerca da possibilidade de o atendimento ser oferecido pela rede pública municipal de saúde, com incidência superior a 90%, acreditamos que a depender do procedimento tal alternativa se tornar inviável, isso nos casos que exige pessoal especializado ou infraestrutura de alta complexidade. Entretanto, em casos que demandam deslocamentos cotidianos, como no exemplo do paciente que necessita se deslocar para realizar hemodiálise, um esforço da gestão pública em implementar certos tipos de atendimento facilitaria a vida de parte da população e geraria assim melhores condições de acesso aos atendimentos necessários. Ademais, conforme apontado por parte dos respondentes a instalação das infraestruturas de média complexidade em cidades mais próximas que já possuem uma rede hospitalar mais consolidada, como Ibiá e Perdizes por exemplo, diminuiria as distâncias e serem percorridas e agilizariam o atendimento, sobretudo nos casos mais graves, o que vem de encontro a uma das respostas apontadas de maneira significativa pelos respondentes, que se trata da realização de convênios com cidades mais próximas, mesmo fora da micro e macro da saúde, de forma a diminuir o tempo de viagem, que teve incidência de resposta acima de 65% em cinco dos oito municípios da RGI, a exceção de Ibiá, Perdizes e Tapira, que por terem Araxá como destino relativamente próximo, apontaram níveis inferiores a 25%.

No caso da disponibilização dos atendimentos pela rede privada a exceção de Araxá, que já possui infraestrutura particular, e de Ibiá e Perdizes, que possuem clínicas particulares, os demais municípios apontaram incidência de resposta superior a 95%, inclusive com alta incidência também entre os respondentes com renda familiar inferior a 2 salários-mínimos, faixa de renda que a nosso ver, a depender do procedimento, não possui condições para arcar financeiramente com o atendimento particular ou, no caso de extrema necessidade, o faria impactando a saúde financeira familiar. Um exemplo do desejo por parte da população pela implantação de infraestruturas privadas de saúde é apontado a seguir:



“Várias vezes me ligaram da Unimed oferecendo plano de saúde. Se aqui [em Pratinha] tivesse atendimento médico deles e eu pudesse fazer os exames sem ter que ir em Araxá ou Ibiá eu faria o plano. [...] Apesar que em caso de extrema necessidade seria bom ter o plano de saúde.”

(Anônimo, 2020, 31 anos, agrônomo, residente em Pratinha, MG)

As respostas que envolveram a possibilidade da gestão pública auxiliar financeiramente os pacientes, seja arcando com parte dos custos do atendimento privado nos casos de urgência no qual não é possível esperar a liberação do procedimento pelo SUS ou auxílio financeiro para a alimentação dos pacientes, vêm de encontro as dificuldades apontadas pelos respondentes na questão anterior. Entendemos serem alternativas plausíveis visto que, enquanto a primeira desafogaria o sistema público no que se refere as altas demandas, tais como internação em UTI, exames laboratoriais mais complexos, entre outros, a segunda seria uma resposta direta a uma dificuldade inerente às camadas da população em situação de maior vulnerabilidade. Portanto, uma gestão pública mais eficaz nos casos que necessariamente precisam de urgência no atendimento e das famílias que realmente necessitariam do auxílio financeiro seria primordial para uma diminuição dos problemas relacionados aos deslocamentos por motivo de saúde.

Outro item amplamente apontado pelos respondentes foi a redução no tempo de espera para a liberação dos procedimentos/exames/consultas na rede pública de saúde. Tal constatação possui base na estruturação regional da saúde, que conforme vimos na RGI centra os casos de média e alta complexidade em apenas duas cidades, que se tornaram responsáveis pelo atendimento de um grande número de pacientes, fazendo com que o tempo de espera para realização do procedimento seja um empecilho à saúde e fator gerador da procura pelo atendimento na rede privada. A possibilidade mencionada acima vem de encontro com outra apontada no questionário que se refere a agilidade e simplificação na marcação de procedimentos/consultas/exames, que em todos os municípios teve incidência de resposta superior a 10%. Acerca dessa questão um respondente apontou que:

“Nasci com uma doença crônica nos olhos e precisei fazer transplante de córnea. Fiquei 6 anos na fila de espera do hospital das clínicas de Uberaba, porque conseguir doador é muito complicado. [...] Algum tempo depois fiquei sabendo que a fila pela rede privada durava em média 1 ano e meio. Fiquei incrédula ao saber a discrepância existente entre o sistema público e privado. [...] Com ajuda de campanhas da minha cidade feitas pelo Rotary Club, consegui fazer a cirurgia particular em Belo Horizonte, senão estava na fila de transplante até hoje”

(Anônimo, 2020, 38 anos, dona de casa, residente em Ibiá, MG)



Temos ainda uma resposta que nos apontou uma questão fundamental para a melhoria dos deslocamentos por motivo de saúde, que diz respeito a necessidade de melhoria dos veículos que transportam os pacientes, no qual todos os municípios apresentaram incidência de resposta acima de 25%, com destaque para Ibiá com incidência superior a 40%. Conforme mencionamos anteriormente problemas de manutenção e utilização de veículos antigos são os principais problemas relacionados ao transporte de pacientes. Sabemos que o deslocamento por motivo de saúde por si só são desgastantes tanto psicologicamente como fisicamente, principalmente nos casos de pacientes com mobilidade reduzida ou em tratamento de doenças graves. Boas condições de transporte são, portanto, essenciais para melhorar minimamente a qualidade de vida desses pacientes.

Temos ainda que parte dos respondentes apontaram no item “outros” a necessidade de melhoria das rodovias e da sinalização de trânsito, que em parte dos comentários foram apontados como um dos principais motivos do desgaste dos veículos e de acidentes de trânsito, colocando a vida dos pacientes em risco ou aumentando o tempo de viagem. Ademais, alguns respondentes apontaram a necessidade de melhoria na infraestrutura das salas de espera para receber os pacientes e seus acompanhantes que passam horas aguardando o atendimento e/ou esperando o atendimento dos demais pacientes para retornar aos seus municípios. Nesses casos alguns municípios já oferecem casas de apoio, como em exemplos citados pelos respondentes em Uberaba e Barretos, que servem como espaço para descanso, alimentação ou até mesmo para pernoites de pacientes e acompanhantes, sendo a nosso ver uma boa intervenção por parte da gestão pública.

A partir dos resultados do questionário aplicados sistematizamos entrevistas voltadas nesse momento a profissionais ligados à saúde, de forma a entender como seria possível sanar os principais problemas relacionados aos deslocamentos por motivo de saúde e a viabilidade de implementação das soluções apontadas pelos respondentes. Assim, mostramos a incidência das respostas para um médico que trabalha na rede hospitalar municipal de Campos Altos, para uma técnica em enfermagem que atua no hospital da Unimed Araxá e para assessor do secretário municipal da saúde de Ibiá. A partir da análise solicitamos apontamentos por parte dos entrevistados acerca dos problemas e possíveis soluções identificados pelos respondentes, como também outras sugestões possíveis para a melhoria da qualidade de vida nos deslocamentos por motivo de saúde. Os principais trechos da entrevista e a nossa análise dessa etapa da pesquisa se encontra a seguir.



O médico entrevistado é especialista em traumatologia e em saúde da família, tem 48 anos e atua na rede pública de Campos Altos a 20 anos. Possui experiência também na política tendo sido secretário da saúde na década de 1990, o que o gabaritou para nos auxiliar num melhor entendimento da incidência de respostas do questionário. Após o entrevistado analisar os gráficos da pesquisa (figuras anteriormente analisadas) perguntamos quais as suas considerações acerca das dificuldades enfrentadas durante a necessidade de deslocamento por motivo de saúde e as soluções possíveis de serem implementadas. Também perguntamos como poderia relacionar a situação da saúde com a qualidade de vida. A resposta clara e incisiva apontou que:

“[...] Ter saúde é ter qualidade de vida! Sem saúde não somos nada. Mas temos que entender que o SUS é um sistema muito complexo. Isso porque é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo. Eu defendo o SUS com unhas e dentes pois eu sei da importância dele principalmente para os pobres. [...] Claro que problemas existem e são muitos. Mas seria impossível colocar toda a rede e infraestrutura em todas as cidades, por isso o sistema é integrado de forma que os pacientes graves sejam encaminhados para outras cidades. Essa é a forma que dá certo. Mas reconheço as dificuldades apontadas na sua pesquisa, porque essas são as reclamações recorrentes dos meus pacientes e de meus colegas de trabalho. [...] De fato a depender do quadro clínico o atendimento e transferência para tratamento em hospitais de outras cidades demora e por isso que grande parte da população não consegue esperar e as vezes até sem necessidade corre e faz o atendimento na rede privada. [...] Os apontamentos sobre as dificuldades e demora no atendimento são verdadeiros e a precariedade do transporte e infraestrutura são problemas possíveis de serem resolvidos, falta apenas boa vontade do poder público. [...] Assinalo ainda que cerca de 80% dos meus pacientes que precisam ser transferidos vão para Araxá. A santa casa de lá é ótima.”

(Anônimo, 2020, 48 anos, médico, residente em Campos Altos, MG)

O médico em sua fala nos apontou para o reconhecimento por parte dos profissionais dos problemas existentes na saúde e explicitou que parte desses problemas podem ser solucionados, principalmente àqueles relacionados a precariedade das infraestruturas e do transporte. Frisou também a importância do SUS principalmente para os pacientes que não têm condições de pagar pelo atendimento privado. Inclusive em um momento da entrevista mencionou que parte significativa dos pacientes que buscam a rede privada após darem entrada no SUS não apresentam quadro de urgência e poderiam esperar para o atendimento público, mas que devido ao medo da doença ou impaciência acabam recorrendo a rede privada. Acerca das possíveis soluções o médico apontou que parte delas têm sido implementadas ao longo dos últimos anos, sobretudo no aumento do número de médicos especialistas nos hospitais municipais das cidades menores, fato confirmado pelos dados do Ministério da saúde que



analisamos no subitem anterior que demonstraram a tendência de crescimento no número de profissionais da saúde. O médico pontou também a importância de uma maior articulação entre as redes municipais de forma a minimizar a necessidade de tantas transferências para Araxá, sendo que a depender dos profissionais e infraestruturas existentes em outras cidades mais próximas, como Campos Altos e Ibiá por exemplo, os casos poderiam ser solucionado mais rapidamente e sem tantos desgastes para os pacientes.

Realizamos a mesma pergunta para uma técnica de enfermagem, com idade de 32 anos, que trabalha a dois anos no hospital da Unimed Araxá. Ela nos apontou que o hospital de fato recebe muitos pacientes dessas cidades, principalmente Ibiá, Perdizes e Tapira, e que muitos deles reclamam da rede pública de saúde sendo esse é o principal motivo de buscar atendimento privado. Além disso, o público com mais dinheiro tem preconceito com o atendimento do SUS e gasta “*rios de dinheiro*”, conforme a sua fala, com atendimentos amplamente facilitados na rede pública, como vacinas por exemplo. Destacamos o seguinte trecho de sua fala:

“[...] Já atendi pacientes de famílias ricas de Araxá e região mas também já auxiliei pacientes de famílias mais simples. Esses sempre deixam claro o esforço que estão realizando para poder pagar as despesas do hospital, como deixar de pagar suas contas. Outros contam com ajuda e solidariedade. Inclusive nesse contexto atual de pandemia já vi famílias fazerem empréstimos exorbitantes para poder pagar os leitos de UTI. É muito complicado lidar com tudo isso pois sabemos que no fundo essas pessoas teriam bom atendimento pelo SUS.”

(Anônimo, 2020, 32 anos, téc. em enfermagem, residente em C. Altos, MG)

A fala da entrevistada veio de encontro a incidência de respostas relacionadas ao deslocamento para atendimento particular no qual parte dos respondentes apontaram que buscam a rede privada principalmente nos casos de urgência, o que de maneira geral compromete a questão financeira familiar. Ademais, o medo e desespero ao enfrentar doenças graves, como o COVID-19, fazem com que àquelas famílias que possuem condições de fazer empréstimos ou que tem capacidade financeira, mesmo que limitada, para arcar com os custos da internação busquem o atendimento privado.

Apresentamos ainda o resultado do questionário e realizamos a mesma pergunta para um assessor da Secretaria Municipal de Saúde de Ibiá, com idade de 28 anos. Sua análise priorizou à logística municipal de transporte dos pacientes e as ações que têm sido realizadas



para minimizar os impactos dos deslocamentos na saúde física e psicológica dos pacientes. Acerca do transporte de pacientes e investimentos em infraestrutura o entrevistado apontou que:

“[...] Nos últimos anos as prefeituras têm realizado esforços para a melhoria no transporte de pacientes. Se essa pesquisa tivesse sido feita a cinco ou dez anos atrás você veria que a incidência de reclamação do transporte seria muito maior. [...] Atualmente todos os dias enviamos um ônibus cheio de pacientes para realizar tratamento em Uberaba, um micro-ônibus par Araxá, ambulâncias ou vans para Barretos, além de nos casos de emergência ambulâncias para qualquer hospital que haja vaga disponível dentro ou fora da macro da saúde. Todos os veículos são novos ou seminovos, pois recebemos recentemente recursos para a aquisição de veículos. Mas claro que em caso de manutenção de alguns deles pegamos os mais antigos e colocamos na estrada. [...] Sobre a infraestrutura municipal de saúde temos recebido verbas de emenda parlamentar que nos possibilitou comprar novos equipamentos para a Santa Casa, como novos leitos, raio-x, estufa de esterilização, mobiliário e materiais de insumo.”

(Anônimo, 2020, 28 anos, assessor municipal, residente em Ibiá, MG)

A realidade apontada pelo entrevistado se refere ao seu campo de atuação que é Ibiá, o que nos impossibilitou afirmar se essa melhora é recorrente em todos os municípios da RGI. Entretanto, os dados de transporte apontados pelo entrevistado demonstrou o considerável quantitativo de pacientes do município que necessitam se deslocar por motivo de saúde. Ademais, o entrevistado apontou que parte da melhoria na infraestrutura tem sido alcançada através de parcerias com parlamentares, o que tem possibilitado a troca de equipamentos.

Os apontamentos dos respondentes, a incidência de respostas no questionário e a visão de diferentes profissionais ligados à saúde, nos possibilitou compreender as relações estabelecidas pela saúde na RGI de Araxá. Isto posto, podemos afirmar ser primordial e urgente a melhoria no atendimento dos pacientes que necessitam se deslocar, seja através de infraestruturas de apoio e transporte mais adequados, como também através de aporte financeiro para alimentação adequada e para ajudar nos custos de tratamento na rede privada, entre outros aspectos que minimizem o desgaste do deslocamento e com isso melhore minimamente a qualidade de vida daqueles que necessitam de atenção à saúde em outros municípios.

Não obstante, conforme apontado pelos profissionais da área da saúde, reconhecemos a inviabilidade de parte dos apontamentos do questionário, visto que o atendimento médico-hospitalar público se estrutura em rede e parte dos municípios não possuem capacidade financeira para implementar infraestruturas mais complexas. Entretanto, entendemos que uma reestruturação do atendimento de média complexidade, aumentando por



exemplo a capacidade e rol de atendimentos e especialidades médicas em municípios que já possuem rede hospitalar, possibilitaria diminuição dos deslocamentos e uma melhora significativa na qualidade de vida dos pacientes.

A análise da qualidade de vida através das relações estabelecidas pela saúde evidenciou o atendimento público estruturado em rede, com Araxá e Uberaba exercendo o papel de polos de média e alta complexidade, respectivamente. Ademais, verificamos a existência de uma rede privada de saúde consolidada em Araxá, inclusive com a existência de hospitais particulares, e uma rede ainda em formação em Ibiá e Perdizes, formada principalmente por clínicas que possuem atendimento das principais especialidades médicas, inclusive contando com profissionais de Araxá e outros municípios, que se deslocam para realizar o atendimento. Tal configuração está diretamente relacionada a uma das características da Urbanização Contemporânea, abordadas por Alves (2013) e explicitadas no capítulo I, que é a de uma tendência de especialização das cidades em determinadas funções, assumindo papel de polos regionais e de centralizadoras de diferentes fluxos, oriundos das mais diversas necessidades, como no caso ora abordado dos fluxos oriundos das necessidades de saúde. Visando entender também outra importante necessidade concatenada à qualidade de vida, que possui relação com essas funções assumidas por determinada cidade na rede urbana regional, analisamos também às necessidades de deslocamento motivados pela educação, cujos resultados constam a seguir.

4.2 Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pela Educação

Conforme afirmamos no capítulo anterior, a nosso ver a educação é das dinâmicas primordiais para o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos indivíduos, sendo os ensinos superior e técnico essenciais nesse processo, visto que os níveis de formação estão diretamente relacionados a renda e demais aspectos que permeiam a qualidade de vida. Assim, entender as relações existentes na RGI oriundas dos deslocamentos motivados pela educação e conseqüentemente, as interferências dessa necessidade nos níveis de vida da parcela da população que busca em outras cidades uma melhor formação profissional é, assim como a análise da saúde, essencial para a compreensão da qualidade de vida no contexto regional.

Cumpre adiantarmos que o sistema de educação superior e de ensino técnico, tanto público como privado, se configurou na RGI de Araxá a partir das demandas da população, mas sobretudo seguiu a lógica de uma centralização em sua maior cidade, que assumiu a função de polo educacional para toda a área de estudo e também para outros municípios de Minas Gerais.



Essa centralização exerce papel de atração de parte da população, sobretudo os mais jovens, que vivem em municípios com ausência ou incipiente rede educacional pós-formação básica. Isto posto, afirmamos que nas relações estabelecidas pela educação entre município/cidades às dificuldades postas assumem papel de geradora de diferentes situações que influenciam na qualidade de vida. É buscando dissecar como tal dinâmica ocorre que realizamos essa análise.

4.2.1 A configuração do ensino superior/técnico público e privado

Para a análise da configuração do ensino superior/técnico na RGI de Araxá nos foi necessário considerar quatro estruturas de educação, a saber: as instituições de ensino privadas com cursos presenciais; as instituições de ensino privadas com cursos à distância; as instituições públicas; e as instituições ligadas a iniciativa privada mas que oferta cursos gratuitos. Ademais, entre as instituições por nós identificadas visamos priorizar àquelas que durante a pesquisa apresentaram maior evidência de atração de fluxos oriundos de outros municípios. Em todo caso por se tratar de rede de ensino altamente concentrada, sabemos que Araxá por ser a maior cidade entre as analisadas, é aquela que concentra a maior parte das instituições de ensino superior e técnico. Além dela apenas Ibiá, segunda maior cidade, apresentou tais instituições.

O quadro 11 apresenta a relação das instituições de ensino superior existentes na RGI, com base nos dados do Ministério da Educação (2020). Já o quadro 12 apresenta as principais instituições de ensino técnico identificadas a partir da pesquisa de campo realizada nas áreas urbanas da área de estudo. Em relação ao ensino superior os dados apontaram que apenas Araxá possuía instituições com a oferta de curso presencial – o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e o Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ), sendo a primeira instituição pública da rede federal e a última privada.

Em relação as instituições que ofertam Ensino à Distância (EAD) temos na RGI o total de 12 universidades privadas localizadas em Araxá e uma localizada em Ibiá (UNIARAXÁ), com infraestruturas físicas para o atendimento dos alunos e para a realização de atividades presenciais nos casos dos cursos que requer parte da carga horária em loco. Ademais, uma instituição pública ofertava cursos EAD com polo em Araxá, que se trata da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a qual oferta cursos a partir de parcerias com as universidades federais. De acordo com dados do Ministério da Educação (2020) nos últimos cinco anos foram ofertados cursos de sete instituições, sendo que parte desses possuem ingresso anual e outros são ofertados com menor frequência.



Município	Privada	Tipo de ensino	Pública	Tipo de ensino
Araxá	Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ)	Presencial e EAD	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)	Presencial
	Universidade de Uberaba (UNIUBE)	EAD		
	Universidade de Franca (UNIFRAN)	EAD		
	Universidade Cesumar (UNICESUMAR)	EAD		
	Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR)	EAD		
	Universidade Paulista (UNIP)	EAD		
	Centro Universitário Dom Bosco (UNIDOMBOSCO)	EAD	Universidade Aberta do Brasil (UAB) [Composta por 5 instituições federais]	EAD
	Centro Universitário de Lins (UNILINS)	EAD		
	Faculdade de Gestão Woli (FGW)	EAD		
	Centro Universitário Favip (FAVIP)	EAD		
	Centro Universitário Estácio (UNESTACIO)	EAD		
	Centro Universitário Internacional (UNINTER)	EAD		
	Centro Universitário SENAC (SENACSP)	EAD		
Ibiá	Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ)	EAD	-	

Quadro 11 – RGI de Araxá: instituições de ensino superior públicas e privadas em 2020. Fonte: Souza (2020) com base em Ministério da Educação (2020).

Município	Privada	Tipo de ensino	Pública ou privada com cursos gratuitos	Tipo de ensino
Araxá	Escola Técnica Santa Edwiges	Presencial	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)	Presencial
	Centro de Formação Profissional Júlio Dario	Presencial e EAD		
	Politécnica cursos	Presencial e EAD	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	Presencial
	Microlins cursos profissionalizantes	Presencial e EAD		
	BIT Araxá – educação profissional	Presencial e EAD	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Presencial
	Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR)	EAD		
	Centro Universitário de Lins (UNILINS)	EAD	Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte (SENAT)	Presencial
	Faculdade do Comércio de São Paulo (FACSP)	EAD		
Ibiá	-		Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Polo Ibiá	Presencial

Quadro 12 – RGI de Araxá: principais instituições de ensino técnico públicas e privadas em 2020. Fonte: Souza (2020) com base em Instituições de ensino (2020).



Acerca da educação relacionada ao ensino técnico temos a presença em Araxá de oito instituições principais, sendo que delas cinco ofertavam cursos presenciais e três oferecem cursos à distância. Apenas uma instituição pública ofertava cursos técnicos – o CEFET-MG, mas outras três apesar de fazerem parte da iniciativa privada ofertavam cursos técnicos de forma gratuita. São elas: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte (SENAT). Além de Araxá apenas Ibiá contava com instituição de ensino técnico – o Centro Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), que tem como sede Uberaba mas possui polo presencial na cidade.

Entre as instituições de ensino superior/técnico mencionadas optamos em analisar com mais detalhes as principais, com destaque para a UNIARAXÁ, que é a principal instituição superior e o CEFET-MG, principal centro federal presente na RGI, que possui tanto cursos superiores como técnicos. Essas duas instituições são destinos de fluxos de estudantes da região que buscam formação profissional principalmente em Araxá. As figuras 260 a 269 apresentam as principais infraestruturas físicas das instituições de ensino superior e técnico da RGI.

A UNIARAXÁ (figura 260) foi criada na década de 1960 a partir da articulação das autoridades locais, produtores rurais e profissionais liberais que tinham como grande preocupação o grande êxodo dos jovens da cidade para outras regiões em busca de cursos superiores. Dessa motivação foi criada em 1972 a Fundação Cultural de Araxá, através de lei municipal nº 1.199, de 8 de janeiro de 1972, como entidade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A primeira faculdade a se instalar foi a de Filosofia, Ciências e Artes em agosto de 1973, com o funcionamento dos cursos de letras, pedagogia e estudos sociais. Nas décadas seguintes novos cursos foram sendo abertos e atualmente a instituição conta com cursos de graduação e pós-graduação, presencial e EAD ofertados em Araxá e em polos existentes em 59 cidades do norte, nordeste e sudeste, incluindo Ibiá (figura 261) única cidade da RGI a possuir polo da referida instituição que funciona em edifício compartilhado com colégio particular da cidade (UNIARAXÁ, 2020).

O campus Araxá do CEFET-MG (figura 262) foi fundado em 1992, através da portaria nº 215, de 4 de fevereiro de 1992, e faz parte de uma instituição centenária que teve início no ano de 1909 em Belo Horizonte. O campus surgiu como anseio da comunidade local, principalmente dos empresários de ter na cidade uma escola de ensino técnico gratuito.



Inicialmente três cursos técnicos foram ofertados – eletrônica, mecânica e mineração, ambos voltados para a indústria existente na região, principalmente a relacionada a mineração. Em 2006 foi implantado o curso técnico em edificações e o primeiro curso superior – Engenharia de Automação Industrial. Já em 2010 foi implantado o curso de Engenharia de Minas e em 2019 o primeiro mestrado da instituição fora de sua sede em Belo Horizonte – o mestrado profissional em Engenharia de Minas (CEFET-MG, 2020).

Três outras instituições de ensino superior se destacaram tanto pela infraestrutura como pela oferta de cursos. São elas: Universidade de Uberaba (UNIUBE), Universidade de Franca (UNIFRAN) e Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), apresentadas nas figuras 263 a 265, respectivamente. A primeira foi criada em 1940 com sede em Uberaba e a partir da década de 1990 ampliou sua rede EAD em todo o país (UNIUBE, 2020). A segunda foi criada em 1970 com sede em Franca no interior do estado de São Paulo e desde 2013 faz parte da rede de ensino EAD Cruzeiro do Sul Virtual, sendo o polo de Araxá implantado nesse mesmo ano (UNIFRAN, 2020). Já a terceira instituição foi fundada em 1972 em Londrina no Paraná e desde os anos 2000 buscou ampliar sua rede EAD e conta atualmente com mais de 780 polos em todas as regiões do país (UNOPAR, 2020).

Em relação ao ensino técnico além do CEFET-MG outra instituição federal possui polo presencial na RGI – o IFTM presente em Ibiá (figura 266). A instituição teve origem na década de 1950 em Uberaba, mas se transformou em instituto federal apenas em 2008 quando se juntou a Escola Agrotécnica de Uberlândia, através da lei nº 11.982, de 28 de dezembro de 2008. Atualmente o IFTM possui polos/campi em nove cidades do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (IFTM, 2020).

Sobre as demais instituições de ensino técnico destacamos as instituições SENAI (figura 267) e SENAC (figura 268) que fazem parte da Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (FIEMG). Essas são instituições de ensino com financiamento privado mas que são voltadas para a formação profissional gratuita de jovens e adultos a partir das demandas das empresas existentes na região. Nelas os alunos passam por processo seletivo e ganham auxílio financeiro como incentivo a sua formação e em muitos casos, após a conclusão do curso, conseguem se inserir no mercado de trabalho (FIEMG, 2020). Apontamos ainda o Centro de Formação Profissional Júlio Dário (figura 269) como a principal instituição de ensino técnico privado, tanto pela quantidade de cursos ofertadas como também pela infraestrutura instalada.





Figura 260 – UNIRAXÁ: campus São Geraldo.
Fonte: Souza (2020).



Figura 261 – UNIRAXÁ: polo Ibiá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 262 – CEFET-MG: campus Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 263 – UNIUBE: polo Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 264 – UNIFRAN: polo Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 265 – UNOPAR: polo Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 266 – IFTM: polo Ibiá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 267 – SENAI: unidade Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 268 – SENAC: unidade Araxá.
Fonte: Souza (2020).



Figura 269 – Centro de Formação Profissional Júlio Dário.
Fonte: Souza (2020).



Cumpramos também a UAB, que funciona no edifício do SENAI e se constitui atualmente pela oferta de cursos das seguintes instituições: Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); e Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). A UAB é em síntese um programa que tem como objetivo apoiar instituições públicas de ensino superior no oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação EAD. Trata-se, portanto, de importante instrumento de interiorização da educação superior pública (MEC, 2020).

A tabela 26 apresenta a quantidade de cursos ofertados pelas instituições de ensino superior e dos cursos técnicos oferecidos pelas principais instituições presentes na RGI de Araxá, com base no sistema de credenciamento de cursos superiores do MEC (2020) e através de pesquisa nos sites das instituições. Em relação ao ensino superior público temos que apenas o CEFET-MG de Araxá oferta ensino presencial, sendo responsável pelo oferecimento de dois cursos de graduação, com ingresso de 80 discentes semestralmente, e uma pós-graduação, com ingresso de em média 20 discentes por ano (CEFET-MG, 2020). Já as universidades que compõem a UAB ofertam 13 cursos de graduação à distância, sendo a maior parte deles compostos por licenciaturas e cursos das ciências humanas e sociais aplicadas (UAB, 2020). Acerca do ensino superior em instituições privadas a UNIARAXÁ se destaca como sendo a principal universidade da RGI e a única que oferta cursos presenciais no total de 21 cursos de graduação e sete cursos de pós-graduação, que inclui cursos nas áreas da saúde, engenharias, licenciaturas e sociais aplicadas. Além disso a instituição oferta 19 cursos EAD de diversas áreas com polo existente também em Ibiá para a realização de aulas semipresenciais, avaliações, entre outras etapas dos cursos (UNIARAXÁ, 2020). Ademais, outras 12 instituições privadas ofertam cursos via EAD, que contam com aulas semipresenciais nos polos existentes em Araxá. Assim, temos que em Araxá o ensino superior público oferta 15 cursos de graduação e uma pós-graduação e o privado oferta 545 graduações e 92 pós-graduações o que mostra como a cidade se consolidou como polo regional de educação.

Em se tratando do ensino técnico temos que o CEFET-MG é a única instituição pública presente em Araxá. O centro oferta gratuitamente quatro cursos com 128 vagas na modalidade integrada, nos quais os alunos fazem o ensino médio concomitante com a formação técnica, além de 144 vagas para cursar apenas os cursos técnicos (CEFET-MG, 2020). Na RGI além de Araxá apenas Ibiá possui instituição pública de ensino técnico – polo do IFTM, que



oferece três cursos técnicos presenciais –informática, eletrotécnica e contabilidade, com o total de 90 vagas anuais (IFTM, 2020).

Município	Tipo de instituição	Instituição	Tipo de curso	Cursos técnicos	Cursos graduação	Cursos pós-graduação
Araxá	Ensino Superior Público	CEFET-MG	Presencial	-	2	1
		UFTM (UAB)	EAD	-	5	-
		UFU (UAB)		-	4	-
		UFJF (UAB)		-	2	-
		UFOP (UAB)		-	1	-
		IFTM (UAB)		-	1	-
		Subtotal	-	15	1	
	Ensino Superior Privado	UNIARAXÁ	Presencial	-	21	7
			EAD	-	19	14
		UNOPAR	EAD	-	94	21
		UNIFRAN		-	71	12
		UNIUBE		-	68	11
		UNINTER		-	65	7
		UNICESUMAR		-	47	5
		UNIP		-	44	3
		UNIDOMBOSCO		-	34	3
		UNIESTACIO		-	25	1
		UNILINS		-	21	3
		SENACSP		-	18	3
		FAPIV		-	14	1
		FGW		-	4	1
	Subtotal	-		545	92	
	Ensino Técnico Público/Privado gratuito	CEFET-MG	Presencial	4	-	-
		SENAC		3	-	-
		SENAI		30	-	-
		SENAT		2	-	-
		Subtotal	39	-	-	
Ensino Técnico Privado	JULIO DARIO	Presencial	18	-	-	
	MICROLINS	Presencial e EAD	15	-	-	
	BIT		14	-	-	
	UNOPAR	EAD	9	-	-	
	UNILINS		7	-	-	
	FACSP		5	-	-	
Subtotal	68	-	-			
Ibiá	Ensino Superior Privado	UNIARAXÁ	EAD	-	19	-
		Subtotal	-	19	-	
	Ensino Técnico Público	IFTM	Presencial	3	-	-
Subtotal	3	-	-			
Total				110	579	93

Tabela 26 – RGI de Araxá: cursos por instituições de ensino superior e técnico. Fonte: Souza (2020) com base em MEC (2020) e Instituições de ensino (2020).



Temos ainda outras três instituições de vinculação privada que oferecem cursos gratuitos – SENAC, SENAI e SENAT, que oferecem o total de 35 cursos (FIEMG, 2020). Já as principais instituições privadas ofertam 68 cursos técnicos, entre presencias e EAD, com destaque para o Centro de Formação Júlio Dario que oferece 18 cursos presenciais (JÚLIO DARIO, 2020). No total as instituições de ensino presentes na RGI oferecem 110 cursos técnicos, 579 graduações e 93 pós-graduações, localizados nas duas cidades mencionadas.

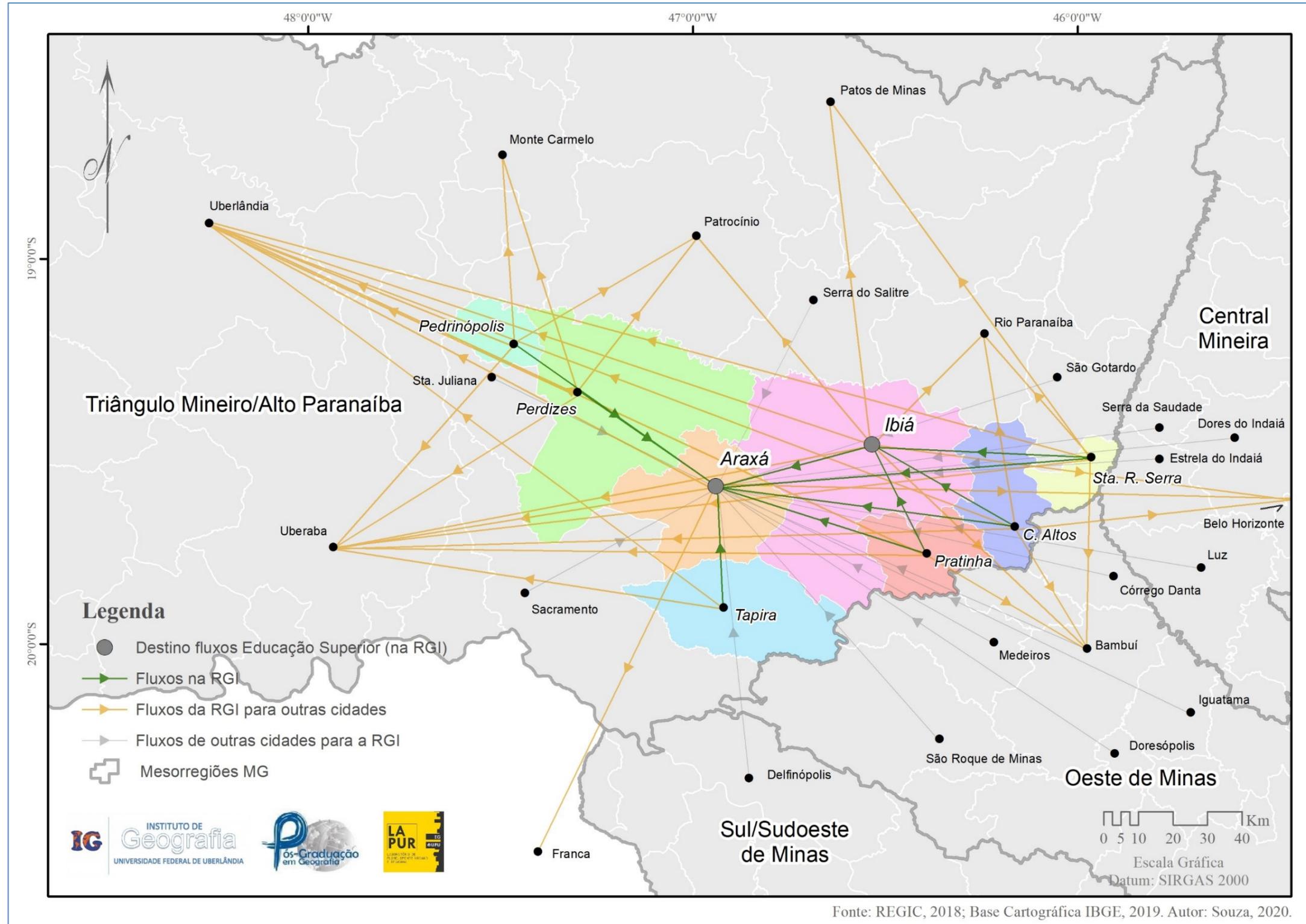
A forte centralidade exercida por Araxá quando se trata da educação faz com que a parte da população da RGI, sobretudo os jovens, busque formação técnica e superior na nessa cidade. Dados da Associação dos Estudantes do Planalto de Araxá (AEPA), que constam na tabela 27, apontaram que em 2017 cerca de 1.350 alunos se deslocavam para Araxá diariamente, semanalmente ou mensalmente (a depender da estrutura curricular dos cursos e modalidade de ensino) por motivo de estudo, além de 332 para Uberaba, 207 para Uberlândia e 213 para outras cidades. Tal associação foi formada com o intuito de auxiliar os estudantes através de confecção de identidade estudantil, articulação de convênios municipais, negociação de contratos de transporte, entre outros (AEPA, 2017). Tais dados apontaram para a existência de importantes fluxos ocorrendo dentro da RGI, também entre a RGI e os principais polos de educação do TM/AP – Uberlândia e Uberaba, além de deslocamentos para outras cidades com presença de instituições de ensino superior – Bambuí, Franca, Patos de Minas, Rio Paranaíba, etc.

Municípios (origem)	Destino			
	Araxá	Uberlândia	Uberaba	Outros
Araxá	-	23	167	35
Campos Altos	82	12	18	39
Ibiá	497	21	36	46
Pedrinópolis	49	42	21	17
Perdizes	385	81	42	18
Pratinha	28	8	11	12
Santa Rosa da Serra	19	2	5	35
Tapira	295	18	32	11
Total	1.355	207	332	213

Tabela 27 – RGI de Araxá: quantidade de estudantes que se deslocam entre cidades por motivo de estudo.
Fonte: Souza (2020) com base em AEPA (2017).

Os fluxos gerados pelo ensino superior também foram fruto de análise do REGIC (IBGE, 2018) conforme figura 270, com destaque para os fluxos existentes dentro da RGI, os que se originam na RGI com sentido a outras cidades, além dos fluxos de outros municípios com destino a RGI.





Fonte: REGIC, 2018; Base Cartográfica IBGE, 2019. Autor: Souza, 2020.

Figura 270 – RGI Araxá: fluxos do ensino superior em 2018. Fonte: Souza (2020) com base em REGIC (IBGE, 2018).



A sistematização realizada pelo IBGE (2018) apontou para uma forte centralização exercida por Uberlândia e Uberaba, visto que além de serem as maiores cidades da mesorregião é nelas que se encontram localizadas duas importantes instituições de ensino superior – UFTM e UFU, além de outras grandes universidades particulares. Dentro da RGI a cidade de Araxá apareceu como o principal polo de destino de alunos oriundos dos outros sete municípios da área estudada e também de vários outros municípios dentro e fora da mesorregião. Além de Araxá a cidade de Ibiá também apareceu como destino para estudantes de Campos Altos, Pratinha e Santa Rosa da Serra, que está relacionado a existência do polo EAD da UNIARAXÁ. O estudo apontou ainda outras cidades que são destino dos fluxos da educação, nas quais destacamos: Bambuí, que possui importante campus do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG); Monte Carmelo, que conta com campus da UFU; Patos de Minas, que possui campus da UFU além de importantes instituições particulares; Rio Paranaíba, que possui campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV); Belo Horizonte, com a presença da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e outras importantes instituições privadas; e Franca e Patrocínio, que contam com a presença de faculdades privadas.

A partir da constatação da existência de fluxos na RGI relacionados a educação, inferimos que os deslocamentos gerados por tais necessidades, assim como no caso da saúde, interferem na qualidade de vida das pessoas. Dessa forma buscamos analisar também as condições desses deslocamentos de forma a evidenciar as dificuldades enfrentadas e as melhorias necessárias para a diminuição do impactos relacionados às necessidades de educação.

4.2.2. Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pela educação

No capítulo I vimos que entre as características da Urbanização Contemporânea apontadas por Alves (2013), a especialização e as novas funções exercidas pelas cidades passaram a ter papel fundamental no fornecimento de profissionais à produção avançada, o que significa dizer que ao nível que o processo de urbanização e o incremento de novas tecnologias e meios de produção aconteceu, novas demandas no mercado de trabalho surgiram, o que levou ao aumento significativo do número de instituições de ensino técnico e superior e, conseqüentemente, nos níveis de formação da população brasileira. À vista disso, pelas exigências do mercado de trabalho e pela busca por melhores remunerações as pessoas, com destaque para os jovens, se viram pressionadas/motivadas a buscar seu desenvolvimento



profissional através de cursos técnicos, graduações, especializações, pós-graduações, entre outros. O resultado desse processo foi o aumento nos fluxos da educação em nível nacional, com a consolidação de polos regionais de educação. Em decorrência dessa configuração espacial parte da população residente em municípios com ausência de ensino técnico e superior ou com incipiente rede estabelecida, tiveram que buscar o desenvolvimento profissional em cidades próximas (através de deslocamentos cotidianos) ou distantes (se deslocando ou fixando residência em outras cidades), fato que a nosso ver gera dificuldades e impacta diretamente nos níveis de vida desses estudantes e de suas famílias.

Na RGI de Araxá tal constatação não é diferente. Assim, através de questionário aplicados nos oito municípios e realização de entrevistas, buscamos entender como os deslocamentos por motivo de educação influenciam na qualidade de vida dessa parcela da população, que motivada pela busca de melhor formação, inserção no mercado de trabalho e melhor remuneração, enfrenta deslocamentos cotidianos para estudar. A primeira pergunta do questionário relacionado a dimensão educação buscou identificar às necessidades de deslocamento cotidiano (diário, semanal, ou mensal) para outra cidade para cursar faculdade, cursos técnico, pós-graduação, entre outros. Tal resultado conta na figura 271. Temos que entre os municípios analisados todos apresentaram respondentes que informaram que já tiveram necessidade de se deslocar e/ou algum membro de suas famílias por motivo de educação. A exceção de Araxá os demais municípios apresentaram incidência de resposta acima de 85%. Conforme mencionamos anteriormente Ibiá é o único município que possui polo EAD de graduação e polo de ensino técnico, o que pode estar relacionado com a menor incidência de respostas nesse município em relação aos demais, igual a 85%.

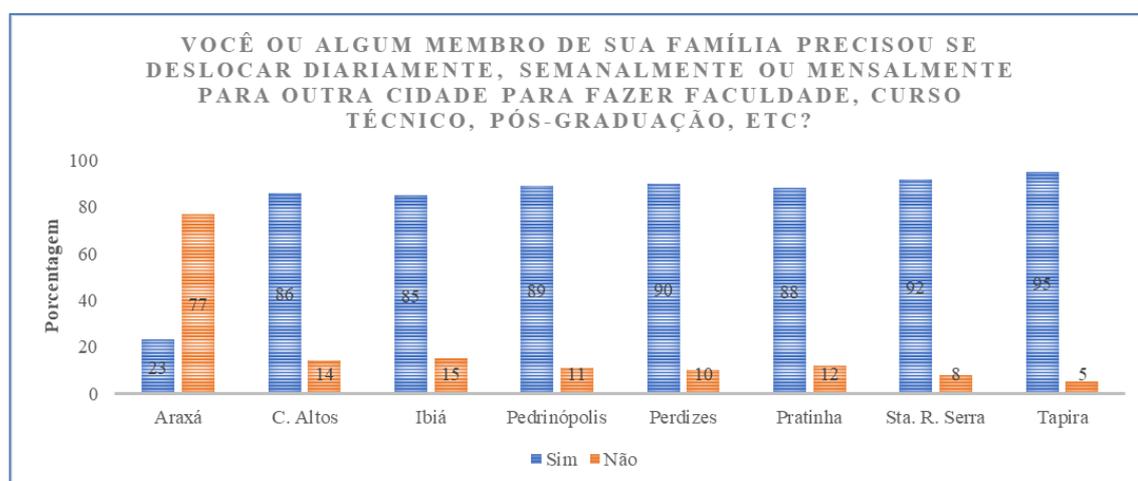


Figura 271 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca de deslocamento cotidiano por motivo de estudo. Fonte: Souza (2020).



Por outro lado Tapira foi o município que apontou maior incidência de respostas, igual a 95%, fato possivelmente relacionado a sua maior proximidade com Araxá se comparado aos demais municípios da RGI. Araxá por sua vez, apresentou 23% de resposta positiva, o que significa dizer que a maior parte dos respondentes ou seus familiares que cursaram ensino superior e/ou técnico, o fizeram sem necessidade de se deslocar, o que demonstra que a estrutura de ensino instalada na cidade supre parte considerável das demandas de educação técnica e superior.

Considerando que a configuração espacial da educação pós-formação básica possui tendência em se concentrar nos principais centros urbanos, sabemos que parte da população que busca formação, principalmente superior, necessita não apenas se deslocar para outras cidades mas sim fixar residência por motivo de estudo. Essa necessidade se dá por variados fatores, nos quais podemos destacar: a inexistência de instituições públicas próximas ao município de origem, no qual os deslocamentos cotidianos não são possíveis ou adequados; a existência de determinados cursos em apenas algumas cidades, como, por exemplo, medicina, engenharias, direito e etc., o que leva os vocacionados dessas áreas a morar em outras cidades; a existência de cursos que demandam dedicação por tempo integral, principalmente àqueles que tem aulas em mais de um período do dia; e o próprio interesse do estudante em viver em cidades maiores que a sua, tendo a educação um papel de atração nesse processo. Por reconhecer a existência de tais dinâmicas que geram fluxos perguntamos no questionário se os respondentes e/ou seus familiares tiveram experiências relacionadas a necessidade de fixação de residência em outra cidade por motivo de estudo. A incidência das respostas se encontra na figura 272.

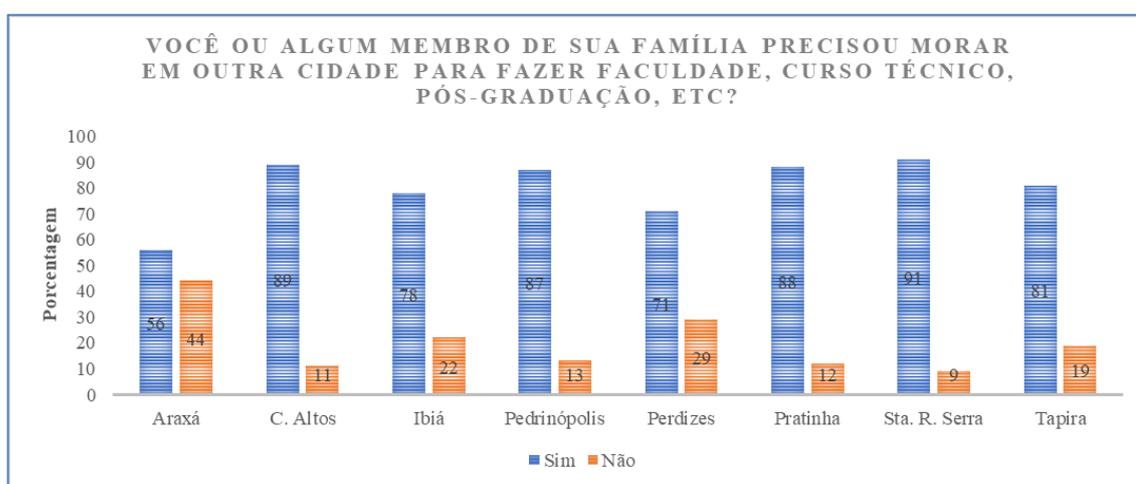


Figura 272 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca de fixar residência por motivo de estudo. Fonte: Souza (2020).



Na RGI apenas Araxá apresentou taxa de incidência de respostas inferior a 60%, o que reforçou nossa afirmação de que o ensino superior e técnico instalado nessa cidade tem absorvido parte considerável da demanda existente. Os demais municípios da RGI apresentaram incidência que variou de 71% em Perdizes a 91% em Santa Rosa da Serra, o que demonstrou a forte presença dessa dinâmica de deslocamentos na área estudada.

Perguntamos também quais eram as cidades de destino tanto para os deslocamentos cotidianos como também para fixação de residência, de forma a verificar os fluxos da educação existentes tanto dentro da RGI como também entre ela e os principais polos de educação. As figuras 273 e 274 apontam o resultado dessa questão. A figura 273 apresenta o resultado das cidades que são destinos de deslocamentos cotidianos. Os respondentes de Araxá apontaram Uberaba como principal destino, com taxa de 29%, seguido por Uberlândia com 15% e Franca com 12%. Temos que as duas primeiras cidades apontadas, por se tratar dos principais polos de educação da mesorregião, possuem forte centralidade o que faz com que atraiam fluxos cotidianos de estudantes. A última cidade por possuir importante instituição privada também exerce atração de parte da população que busca cursos superiores. Dados da AEPA (2017) apontaram que diariamente cinco ônibus com estudantes realizavam o trajeto de aproximadamente 120 km entre Araxá de Uberaba, assim como um micro-ônibus com seguia para Uberlândia, se deslocando por cerca de 180 km, o que demonstra o grande contingente de estudantes se deslocamento em busca de formação profissional.

Os demais municípios da RGI apresentaram incidência de resposta que destacou o papel exercido por Araxá como polo regional de ensino. As taxas variaram entre 39% em Santa Rosa da Serra, que se trata do município mais distante de Araxá, a 89% em Tapira, município mais próximo. As cidades de Uberaba e Uberlândia apareceram também como importante destino de educação, com fluxos oriundos principalmente de Pedrinópolis, Perdizes e Tapira, fato relacionado a proximidade existente entre esses municípios/cidades. Já Ibiá, Pratinha e Santa Rosa da Serra por serem municípios mais distantes apresentaram resultados mais baixos, que na maioria dos casos estão relacionados a realização de cursos de especialização, pós-graduação, entre outros, que necessitam de número menor de deslocamentos. Nesses municípios apareceram ainda incidência considerável de respostas relacionadas a outras cidades – Bambuí, Patos de Minas, Patrocínio e Rio Paranaíba, que se trata de cidades próximas com presença de instituições públicas e privadas de ensino superior.



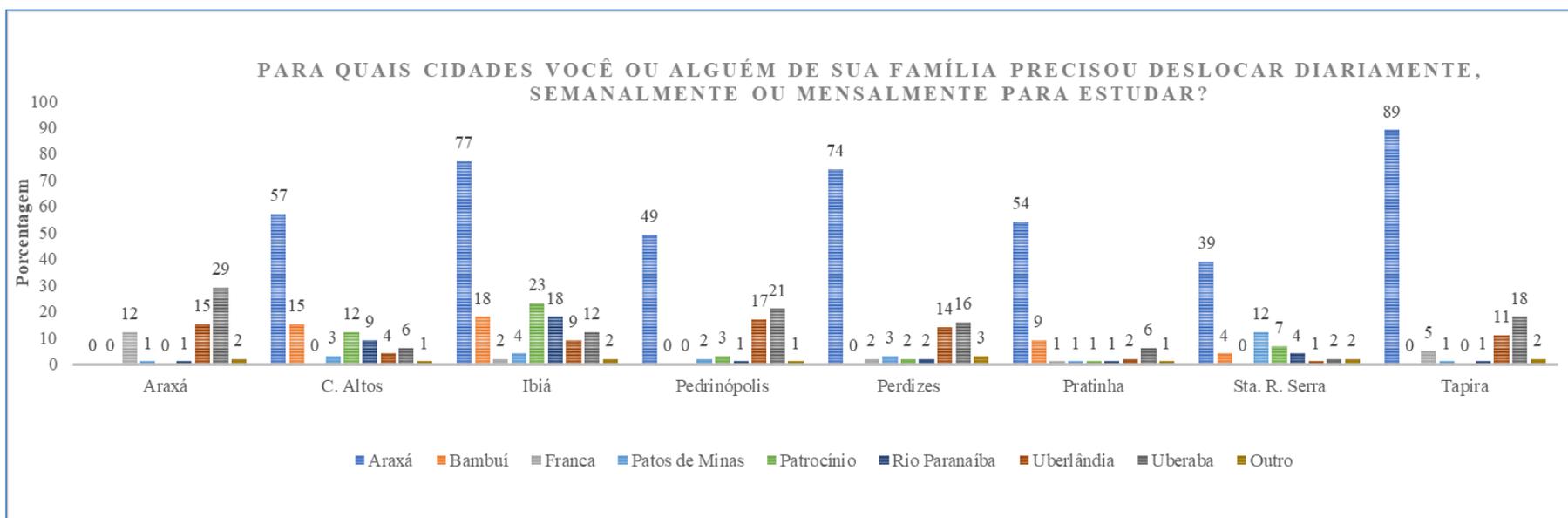


Figura 273 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca das cidades que são destino por motivo de educação. Fonte: Souza (2020).

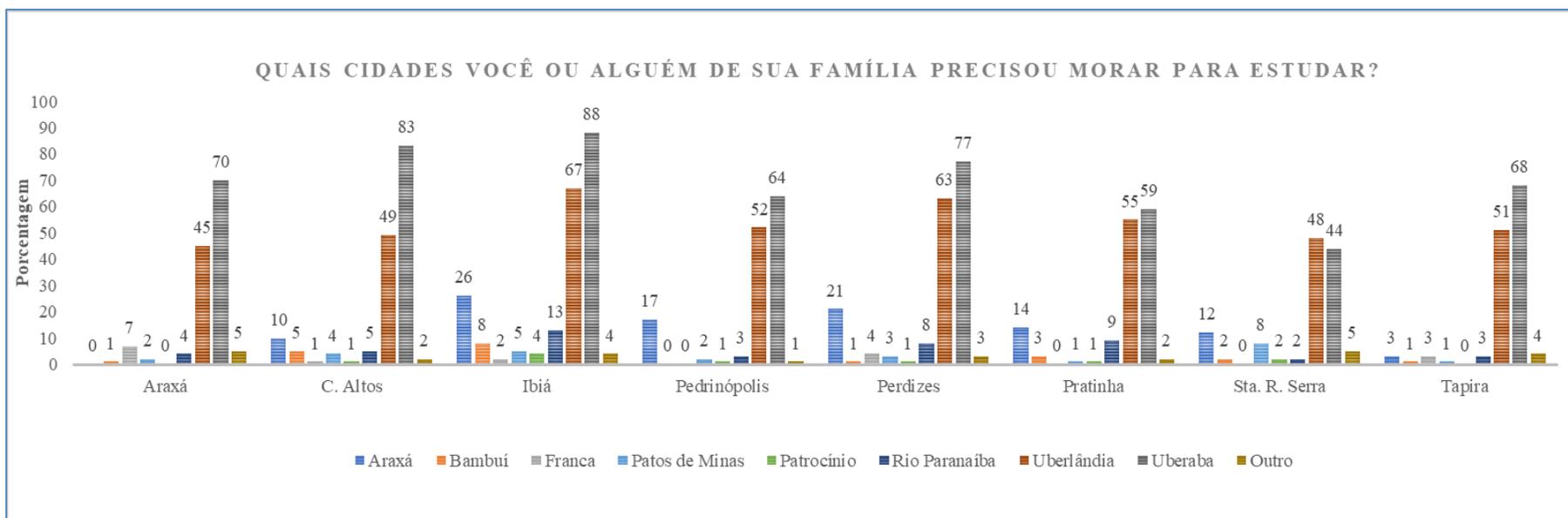


Figura 274 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca das cidades que são destino de residência por motivo de educação. Fonte: Souza (2020).



Os resultados da figura 274 apontaram que para os respondentes às principais cidades de destino com fixação de residência para estudar são Uberaba e Uberlândia, com destaque para a incidência de respostas relacionadas às duas principais instituições de ensino dessas cidades – UFTM e UFU. Ademais, apontaram Araxá como terceiro principal destino, a exceção de Tapira que possivelmente devido à proximidade não apresenta tal necessidade. Nesse caso os respondentes apontaram entre os motivos para fixação de residência em Araxá a realização de cursos integrais, a realização de estágios, a satisfação em viver na cidade, entre outros. As demais cidades apontadas como destino foram àquelas com existência de instituições públicas e privadas, com destaque Rio Paranaíba, Patos de Minas e Franca.

Assim como realizamos com a análise da saúde, buscamos também identificar as dificuldades encontradas pelas parcelas da população que necessita se deslocar por motivo de estudo e também apontar alternativas para a minimização dos problemas recorrentes. A figura 275 apresenta a incidência de respostas relacionadas as dificuldades encontradas durante a necessidade de deslocamento por motivo de educação. Temos que a maior parte dos respondentes apontaram o cansaço devido a tempo de viagem como uma das principais dificuldades, com taxa de resposta que variou de 72% em Tapira a 95% em Pedrinópolis. Um dos respondentes, acerca do cansaço vivenciado ao se deslocar para fazer faculdade em Araxá, apontou que:

“Trabalho o dia todo em uma empresa de transportes. paro todos os dias às 17 horas, corro em casa para tomar banho e comer e às 18 horas pego o ônibus da associação dos estudantes para Araxá onde faço direito. Chego em casa só meia-noite e durmo menos de 5 horas por noite por causa disso. [...] tem dias que me sinto tão mal que preciso tomar até energético para ficar acordado, porque o desgaste físico e emocional é muito grande. [...] Isso me atrapalha muito pois sei que meu aprendizado é comprometido.

(Anônimo, 2020, 22 anos, fiscal de pátio, residente em Ibiá, MG)

Conforme o exemplo e de outros apontados pelos respondentes percebemos que a necessidade do deslocamento por estudos gera impactos físicos e psicológicos nos estudantes, influenciando também os seus níveis de aproveitamento e aprendizado. Parte significativa daqueles que mencionaram situações relacionadas ao cansaço apontaram que trabalham e estudam e aproveitam o trajeto para descansar. Ademais, a incidência de comentários relacionados aos motivos que levam essa parcela da população a se deslocar indicaram a busca por melhores empregos e salários, sendo esse o fator motivante para o enfrentamento cotidiano de viagens por motivo de estudo.



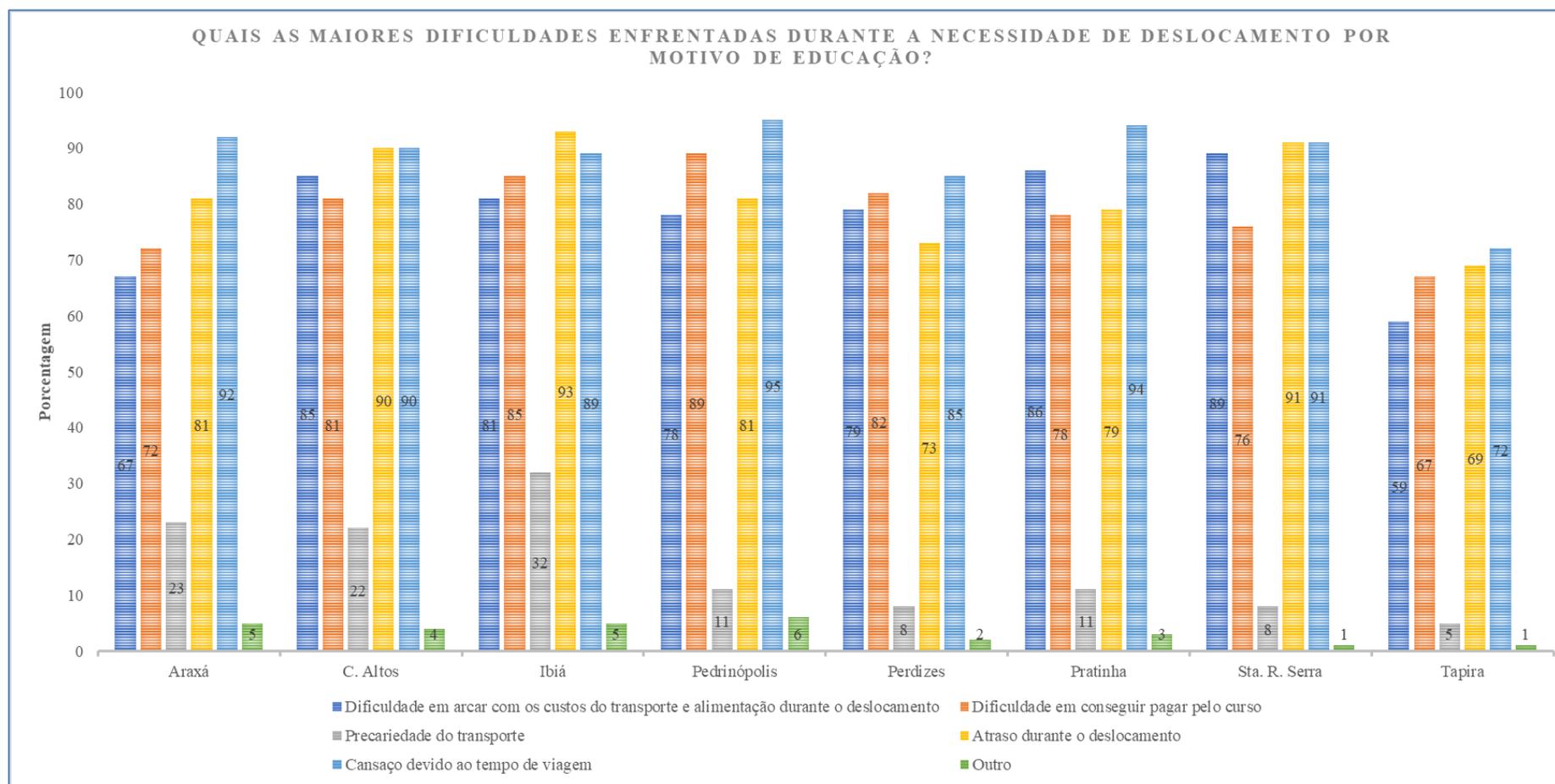


Figura 275 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca das dificuldades enfrentadas por motivo de deslocamento para estudar.
Fonte: Souza (2020).



Outro problema amplamente apontado no questionário são os atrasos no deslocamento, com taxa de resposta que variou de 69% em Tapira a 93% em Ibiá. Tais atrasos estão relacionados principalmente aos problemas nos veículos, às condições das rodovias e aos acidentes. O impacto principal nesses casos, apontados pelos respondentes está relacionado aos atrasados para chegar nas aulas e, conseqüentemente, perder avaliações, atividades, seminário, etc. Ademais, tal problema também é responsável pelo aumento do cansaço e diminuição do rendimento dos alunos. Dois respondentes acerca dessa dificuldade mencionaram que:

“Muitas vezes cheguei atrasado em sala de aula. Normalmente os atrasos são de no máximo quinze minutos, causados pelas obras de manutenção na BR-202, que por ser privatizada acontecem quase que semanalmente. Mas já aconteceu de eu perder provas por isso.”

(Anônimo, 2020, 27 anos, estudante, residente em Campos Altos, MG)

“Os veículos da prefeitura que levam a gente estragam com frequência. Já cheguei em casa as 3 da manhã. Tivemos que esperar por horas o prefeito mandar outro ônibus pra buscar a gente no meio da estrada.”

(Anônimo, 2020, 31 anos, técnico em radiografia, residente em Ibiá, MG)

Dois problemas relacionados aos impactos financeiros foram indicados pelos respondentes – a dificuldade em conseguir pagar os cursos nas instituições privadas, que teve taxa de incidência de resposta que variou de 67% em Tapira a 85% em Ibiá; e a dificuldade em arcar com os custos do transporte e alimentação durante o deslocamento, com taxa que variou de 59% em Tapira a 89% em Santa Rosa da Serra. O primeiro problema está relacionado aos estudantes que cursam seus estudos em instituições privadas e que não possuem bolsa ou apenas bolsa parcial, o que impacta diretamente na saúde financeira, visto que a depender do curso e/ou da renda familiar as mensalidades se são altamente onerosas. O segundo problema está relacionado principalmente às famílias de baixa renda, que mesmo entre os estudantes que possuem bolsa parcial ou integral, os custos de transporte e alimentação são onerosos. Um dos respondentes comentou acerca dessa dificuldade:

“Sou bolsista do PROUNI por ser de família pobre. Mesmo tendo bolsa integral é uma luta conseguir manter os meus estudos. Os custos do transporte são muito altos e anualmente sobem ainda mais [...] Já fiquei com fome na faculdade por não ter dinheiro para comer.”

(Anônimo, 2020, 25 anos, atendente, residente em Perdizes, MG)

Os respondentes apontaram ainda dificuldades relacionadas a precariedade do transporte, sobretudo àquele que é disponibilizado pelas prefeituras municipais através de convênios e descontos, com taxa de respostas que variou de 5% em Tapira a 32% em Ibiá. Já



entre os respondentes que apontaram outras dificuldades houve a incidência de menções relacionadas principalmente à dificuldade no aprendizado devido a uma formação básica deficitária, na qual alguns apontaram condições insatisfatórias dos ensinos fundamental e médio em suas respectivas cidades. Também houve a menção das más condições das rodovias e da grande incidência de acidentes.

Frente aos problemas elencados pelos respondentes buscamos verificar alternativas que possibilitariam a melhoria nas condições dos deslocamento por motivo de educação (figura 276). O resultado da questão apontou quatro alternativas principais, a saber: cursos de graduação, técnicos e outros passarem a ser oferecidos nas cidades do município de origem dos respondentes ou em cidades mais próximas; a disponibilização de auxílios alimentação e/ou transporte aos estudantes que não tem condições de custeá-los; disponibilização de bolsas aos estudantes que não tem condições de arcar com os estudos; e melhoria nos veículos que transportam os estudantes.

Em relação a possibilidade de oferta de cursos nos mesmos municípios de origem dos respondentes ou em cidades mais próximas a incidência de respostas variou de 32% em Araxá a 99% em Pratinha, com os demais municípios apresentando taxas superiores a 88%. Tal incidência apontou por um lado, a existência de considerável demanda de novos cursos por parte dos respondentes da maior parte dos municípios e por outro, a baixa taxa verificada em Araxá demonstrando que os cursos ofertados nessa cidade satisfazem parte considerável da demanda dos respondentes. Entretanto, sabemos que a instalação de cursos são onerosos sendo esse um dos motivos da concentração de instituições de ensino em cidades de maior porte populacional e conseqüentemente com maior demanda. Mas a instalação de polos descentralizados das instituições já existentes em outras cidades, como por exemplo o polo EAD da UNIARAXÁ existente em Ibiá, a nosso ver é uma alternativa possível que levaria a redução do tempo de deslocamento de parte dos estudantes que cursam cursos semipresenciais.

A segunda maior incidência de respostas está relacionada a parcela dos respondentes que identificaram a necessidade de bolsas de estudo voltadas aos estudantes que não têm condições de arcar com as mensalidades, com taxa superior a 90% em todos os municípios da RGI. Sabemos que tal demanda se relaciona com programas de bolsas já existentes, entretanto o alto índice de respostas nos apontou para a existência de dificuldade de acesso a certos programas, como o PROUNI por exemplo.



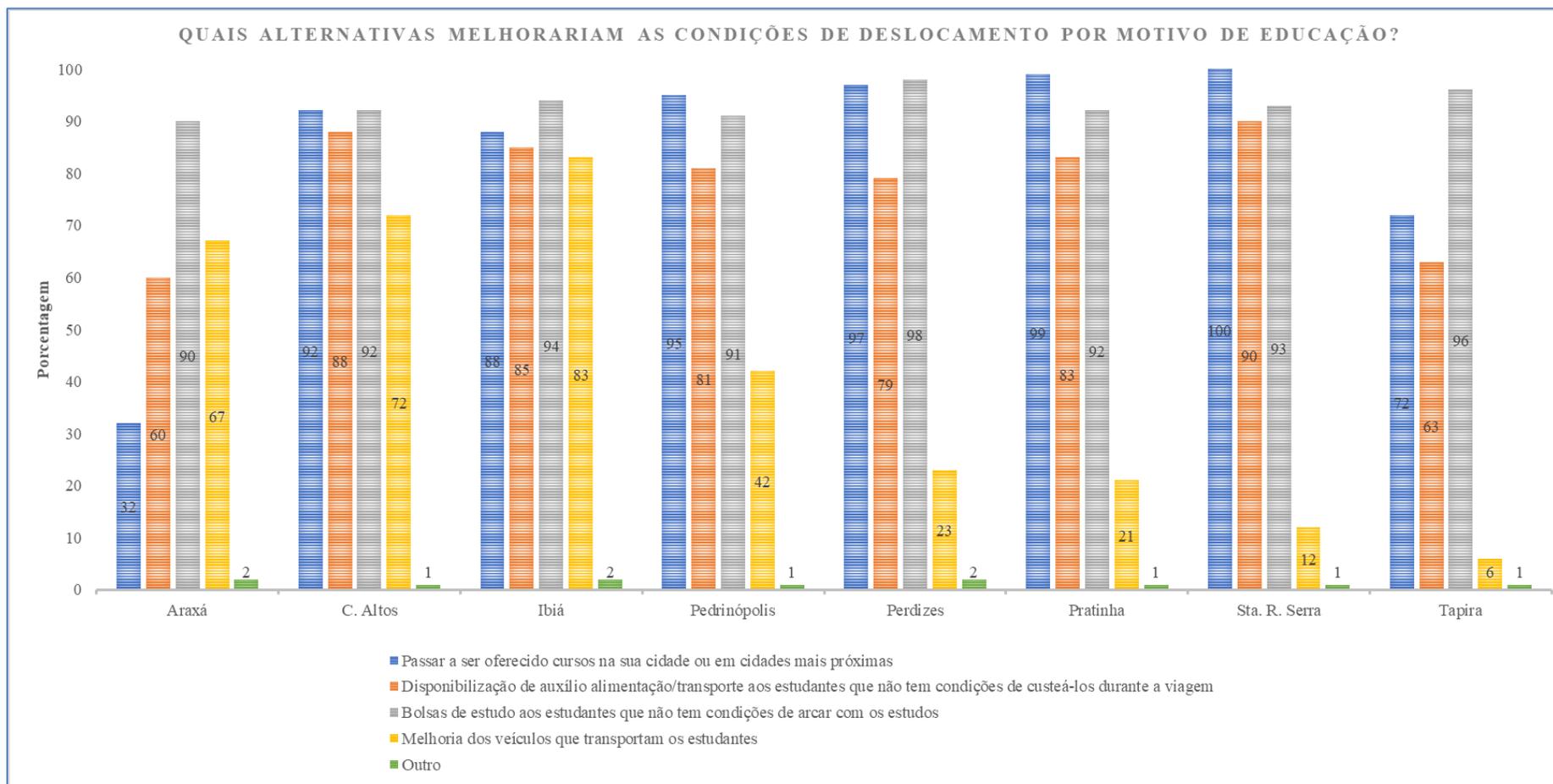


Figura 276 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca das alternativas que melhorariam os deslocamentos por motivo de estudo.

Fonte: Souza (2020).



Alguns respondentes nos auxiliaram no entendimento das dificuldades existentes em acessar os programas governamentais de bolsas de estudo. Destacamos abaixo o relato de dois deles, que apontaram a baixa oferta de vagas do PROUNI na região e a dificuldade em ter acesso ao FIES, ambos explicados no capítulo anterior no subitem dos indicadores de educação.

“Sempre ouvi falar do PROUNI como uma importante forma de conseguir fazer faculdade. No ano de 2018 fiz o ENEM por conta disso. Só que quando fui tentar a bolsa descobri que a UNIARAXÁ não participa do programa. Fiquei extremamente chateado pois queria Direito e a única instituição que tem esse curso é ela. [...] O jeito foi fazer outro curso por EAD pois tenho dois filhos e não posso mudar de cidade.”

(Anônimo, 2020, 26 anos, autônomo, residente em Araxá, MG)

“Tentei FIES duas vezes mas meu cadastro foi recusado. É muito mais burocrático do que a gente imagina. [...] Hoje faço um curso que não gosto mas é o que consigo pagar.”

(Anônimo, 2020, 33 anos, Téc. Segurança no Trabalho, residente em Ibiá, MG)

De fato, de acordo com consulta realizada no site da UNIARAXÁ (2020), a instituição não participa do PROUNI, tendo seu programa próprio de bolsas de estudo. Como se trata da principal instituição privada de ensino presencial e EAD entendemos que a sua não participação no principal programa social de ensino superior no país impacta a vida dos estudantes que necessitam de bolsa para poder estudar, o que levou, de acordo as respostas verificadas no questionário, parte dos respondentes a buscar outras instituições da região, como o Centro Universitário do Cerrado (UNICERP) em Patrocínio, a UNIFRAN em Franca, às instituições privadas existentes em Uberlândia e Uberaba ou realizar cursos via EAD. Acerca do FIES sabemos que para sua implementação várias são as exigências e requisitos que fazem com que parte da população não consiga acessar tal programa. Uma alternativa relacionada a essa questão, apontada por um dos respondentes de Ibiá, é a possibilidade de realização de convênios entre as prefeituras municipais e as instituições de ensino, que conforme mencionado por ele (e verificado por nós) existe desde 2017 entre a Prefeitura Municipal de Ibiá (PMI) e a UNIARAXÁ que possibilita o desconto de 40% de desconto nas mensalidades aos estudantes oriundos desse município (PMI, 2020).

Às condições de renda dos estudantes também permeou a incidência elevada de respostas relacionadas a alternativa de disponibilização de auxílio-alimentação e/ou transporte aos estudantes que não possuem condições de custeá-los durante a viagem, que variou de 60%



em Araxá a 88% em Campos Altos. Os respondentes apontaram que alguns convênios municipais já existem, como em Campos Altos, Ibiá, Perdizes e Pratinha por exemplo, mas que se limitam em descontos no valor do transporte ou disponibilização de veículos da prefeitura no qual os estudantes arcam com o valor do combustível e diária do motorista. Acreditamos que novos convênios e incentivos municipais seriam alternativas que amenizariam tal problema. Ademais, a instalação de cantinas com preços populares e descontos em restaurantes/lanchonetes próximos à instituição foram alternativas também apontadas pelos respondentes. A questão do transporte de alunos realizada principalmente pelas prefeituras está relacionada com a melhoria dos veículos que transportam os estudantes que, conforme apontamos na análise das dificuldades, impactam na qualidade de vida dessa parcela da população. Essa alternativa apareceu com alta variação entre os respondentes, de 6% em Tapira a 83% em Ibiá, o que demonstra que a qualidade do serviço de transporte ofertado não é adequada em parte dos municípios da RGI.

A partir do resultado do questionário escolhemos três profissionais da área de educação para entrevistar – uma diretora de escola pública de ensino médio, um professor de instituição de ensino superior privada e uma professora de instituição pública de ensino técnico, com o objetivo de verificar como os problemas relacionados aos deslocamentos por motivo de estudo impactam na qualidade de vida dos alunos oriundos de outros municípios. Nas três entrevistas apresentamos os resultados do questionário e perguntamos como os problemas elencados pelos respondentes atrapalham o rendimento dos alunos e de que forma as alternativas apresentadas melhorariam a qualidade da formação dos estudantes.

A professora da rede estadual de ensino médio entrevistada tem 54 anos e é educadora a 28 anos, dos quais em 12 atuou como diretora em uma das escolas públicas de Ibiá. Após analisar o resultado da pesquisa explicitou a sua preocupação com parte dos alunos que terminam o ensino médio e não tem condições financeiras e tampouco estímulo familiar para dar continuidade aos estudos. Apontou também que os estudantes que terminam o ensino médio nas escolas públicas têm maior dificuldade em ingressar nos cursos de graduação em instituições federais, pois a concorrência é grande e o ensino público é deficitário. Ademais, apenas uma pequena parcela consegue bolsa de estudo ou possui condições financeiras para pagar faculdade ou mudar para outras cidades para se graduar em instituições públicas. Além disso a ausência ou limitada oferta de cursos presenciais nas cidades menores é também um desestímulo a busca pela formação técnica e superior.



“Em todos esses anos de trabalho vi muitos alunos com muito potencial terminar o ensino médio e não dar continuidade aos estudos. [...] Me lembro de quando a Universidade de Franca realizou projetos em Ibiá que levava vários ônibus de alunos do ensino médio para a sua feira de ciência. Muitos voltavam de lá apaixonados pela instituição mas devido as mensalidades caríssimas o sonho de muitos não se consolidou. [...] A falta de dinheiro e a ausência de cursos superiores em Ibiá são os principais responsáveis por desperdiçar mentes brilhantes.”

(Anônimo, 2020, 54 anos, professora da rede estadual, residente em Ibiá, MG)

A professora mencionou que parte dos alunos vêm de contextos familiares diversos e que devido a Ibiá ter muito emprego no campo os alunos são estimulados a terminar o ensino médio e ir trabalhar. Por isso além das alternativas apontadas, que na opinião da entrevistada são muito importantes e válidas, há também a necessidade de acompanhamento psicológico e pedagógico por parte da prefeitura e do estado para auxiliar os alunos na descoberta de suas vocações e orientá-los quanto às possibilidades de bolsas e outros auxílios existentes.

Entrevistamos também um professor, 37 anos de idade, que leciona disciplinas da área de administração em instituição superior privada em Araxá. Ele nos relatou que atualmente possui cerca de 22 alunos de graduação oriundos de outros municípios da região que se deslocam diariamente e oito alunos que se deslocam nos finais de semana para fazer pós-graduação. A seu ver o maior impacto dos problemas elencados pelos respondentes é o cansaço, visto que já vivenciou situações em suas aulas de ter que acordar alunos que estavam dormindo, inclusive em horários de atividades avaliativas, o que impacta diretamente o rendimento desses discentes. Entretanto, apontou que a maioria absoluta dos estudantes oriundos de outros municípios são muito mais envolvidos com o curso, fato que está relacionado aos maiores desafios enfrentados por eles para poder se formar. Acerca das dificuldades financeiras enfrentadas pelos alunos compartilhou que:

“Uma vez uma aluna desmaiou durante uma aula. Aqui na instituição temos serviço de enfermaria e acionamos o atendimento. Após o término da aula, às 22 horas, fui até a sala de enfermagem para saber o que tinha acontecido. A enfermeira me informou que a aluna estava desde as 17 horas sem comer porque não tinha o dinheiro para jantar ou comprar lanche e que por isso passou mal. Isso me deixou impactado. [...] Passei a ajudar essa aluna e algumas vezes paguei lanche para ela. Depois de um tempo consegui uma bolsa de iniciação científica através de um projeto e chamei essa aluna para fazer parte da pesquisa. [...] Hoje ela faz doutorado em Belo Horizonte e sou grato por ter ajudado quem de fato merece ser ajudado.”

(Anônimo, 2020, 37 anos, professor universitário, residente em Araxá, MG)



Para o entrevistado a alternativa de disponibilização de auxílio-alimentação tanto por parte das prefeituras como por parte da gestão universitária é essencial para amenizar as dificuldades enfrentadas por esses alunos que passam horas fora de suas casas. Inclusive apontou que há um esforço dos conselhos da instituição na qual trabalha em captar recursos destinados a essa parcela da comunidade universitária.

Conversamos também com uma professora da rede federa de ensino técnico, 46 anos, que nos últimos 20 anos é educadora em Araxá tendo participado de vários projetos de extensão voltados aos alunos do ensino médio nas cidades de Araxá, Ibiá e Perdizes. Ela nos explicou que tais ações visaram principalmente a orientação vocacional e estímulo a formação técnica. Tal experiência fez com que a entrevistada vivenciasse de perto várias dificuldades apontadas pelos estudantes, sobretudo àquelas relacionadas a renda familiar e a dificuldade em arcar com as despesas do curso, transporte e alimentação. Como a instituição em que trabalha possui verba destinada a assistência estudantil, através de bolsas e auxílios, em vários casos pôde estimular os alunos a realizarem o vestibular e ingressar nos cursos técnicos.

“Nesses quase dez anos de projetos realizados em conjunto com as escolas estaduais de Araxá, Ibiá e Perdizes, conseguimos atender cerca de dois mil alunos, através de oficinas vocacionais, atividades pedagógicas e de orientação. Muitos alunos, principalmente das cidades menores, não sabem que existem bolsas de estudo, que o PROUNI é uma grande possibilidade de ingresso no ensino superior e que as universidades e institutos federais têm recursos destinados a assistência estudantil. É para isso que serve os projetos que desenvolvemos, para dar oportunidades.”

(Anônimo, 2020, 46 anos, professora da rede técnica federal, residente em Araxá, MG)

Ao final da entrevista a professora concluiu que a orientação vocacional e o estímulo a continuidade dos estudos são alternativas importantes, pois muitos alunos terminam o ensino médio e não buscam melhor desenvolvimento profissional devido ao desestímulo e a desorientação acerca dos caminhos necessários para ingressar no ensino técnico e superior. Para ela é papel das instituições públicas e privadas desenvolverem projetos de extensão voltados a essas necessidades que se encontram presentes sobretudo nas escolas públicas.

Assim como na análise da saúde esta etapa da pesquisa possibilitou um maior entendimento das relações estabelecidas motivadas pela educação. Ademais, a constatação de da existência de fluxos na RGI motivados pela educação reforça a nossa afirmação da necessidade de verificar os problemas existentes e buscar soluções para as questões relacionadas a qualidade de vida imputadas pelas necessidades de deslocamento.



4.3 Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pelo consumo

“[...] é a partir do olhar de cada indivíduo, de acordo com suas experiências e história de vida, que o significado da expressão “qualidade de vida” ganha forma e é construído. [...] Assim o mundo conceitual da expressão “qualidade de vida” é enorme e a tentativa de compreender os seus caminhos na contemporaneidade está aberta às diversas leituras da sociedade.”

Freitas; Barcelos (2012, p. 172)

Vimos até aqui que os estudos que permeiam a qualidade de vida tendem a focar em indicadores e análises que possuem perspectiva voltada principalmente para as necessidades básicas, o que a nosso ver é de extrema importância, visto que parcelas importantes da população, no Brasil e no mundo, se encontram ainda aquém de padrões mínimos de renda, saúde, saneamento, etc., estando desamparadas em uma série de fatores que influenciam diretamente nos níveis de vida. Entretanto, no contexto contemporâneo marcado pelo papel assumido pelas cidades e pelos fluxos no território, cumpre analisarmos também a qualidade de vida a partir de dimensões que mostrem a satisfação do indivíduo a partir do alcance de suas aspirações, que são delineadas durante sua vida pelas experiências adquiridas. Para atrelar tal constatação com o estudo ora proposto, escolhemos às relações de consumo como dimensão de análise, pois acreditamos que nas cidades de hoje os padrões de consumo são responsáveis por parte considerável da vida urbana, sendo que esse fenômeno tem marcado e orientado cada vez mais às aspirações humanas relacionadas ao bem-estar.

O bem-estar pode ser entendido como sendo o ponto almejado pelo indivíduos que os levem a avaliar suas vidas em termos positivos. De acordo com Diener (1984) o termo está relacionado aos níveis de satisfação de vida e ao que o indivíduo identifica como sendo uma vida feliz. Entendemos que tal experiência emocional de busca pela satisfação pessoal é condiciona *a priori* pela vontade dos indivíduos, mas que na sociedade marcada pelo consumo é condicionada também pelos agentes econômicos, pelos fluxos de informação e na última década pelas redes sociais. Tais processos acarretam interesses diversos que são almejados e alcançados a partir dos níveis de renda, emprego e da capacidade de realização, fatores que nos mostram a evidente relação entre os indicadores no capítulo anterior, sobretudo os socioeconômicos, e a qualidade de vida a partir da sensação pessoal de bem. Ademais, acreditamos que na sociedade em rede às relações de consumo oriundas das aspirações individuais e coletivas geram fluxos regionais, sendo que o próprio papel e função assumido por determinada cidade na rede urbana regional faz com que se torne polo de atração dessa



parcela da população que busca satisfazer suas necessidades relacionadas, sobretudo, ao consumo.

As relações de consumo podem ser entendidas como “o conjunto de processos socioculturais nos quais se realiza a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 1999, p. 77). De acordo com Mancebo *et al.* (2002), pela importância que o tema assumiu na sociedade atual, tem sido tema de análise e debates desde o século XIX, com destaque para a teoria crítica de Marx acerca do fetiche da mercadoria (MARX, 1867). Alguns estudiosos ao longo do século seguinte contribuíram sobremaneira com a temática, nos quais destacamos Baudrillard (1968), que em sua análise apontou que todo objeto possui um valor simbólico, além do valor de uso e do valor de troca, moldado pela realidade em que vivemos, estruturada pela informação e pela tecnologia, sendo que tal dimensão simbólica fez com a função do objetivo passasse a não ser o mais importante, mas sim a convenção funcional por ele assumida através das estratégias do mercado, como publicidade por exemplo.

Bauman (2001), na obra *Modernidade Líquida* aponta que na contemporaneidade passamos a uma organização social baseada puramente no consumo, na qual as pessoas precisam se remodelar continuamente para não ficarem obsoletas. Assim, compramos não mais para satisfazer as necessidades primeiras, mas também para fixarmos nosso lugar na sociedade, nos sentirmos cidadãos e para conquistarmos a autoestima e felicidade. Vivemos, portanto, em uma sociedade de consumo, na qual o autor aponta que:

“Não se pode escapar do consumo: faz parte do seu metabolismo! O problema não é consumir, é o desejo insaciável de continuar consumindo. Desde o paleolítico os humanos perseguem a felicidade, pois os desejos são infinitos, e assim as relações humanas são sequestradas por essa mania de apropriar-se do máximo possível de coisas. [...] Qualquer busca existencial, e principalmente a busca da dignidade, da autoestima e da felicidade, perpassa pelo consumo” (Idem, *Ibidem*, p. 37).

Assim, o caráter simbólico assumido pelos produtos apontados por Baudrillard (1968) e a organização social pautada no consumo evidenciado por Bauman (2001), apontam para relações de toda ordem que, no contexto da sociedade em redes, imprimem sobre o território fluxos e interações, principalmente de mercadorias e pessoas, gerados por esse desejo em consumir e apropriar-se da maior quantidade possível de produtos e coisas. Carlos (2010) aponta que a intensidade desses processos “revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço” (CARLOS, 2016, p. 53), no qual os espaços produzidos enquanto



mercadorias se relacionam com os circuitos do comércio e serviços e estabelecem processos relacionados ao consumo, fenômeno esse que ocorre, sobretudo, nos espaços urbanos.

Sabemos que cidades com maior porte populacional tendem a possuir maior rede de comércios e serviços, se consolidando como polo de atração para pessoas oriundas de cidades/municípios menores. Tal condição também fez parte como elemento de análise do REGIC (IBGE, 2018) no qual a configuração dos fluxos de comércio e serviços na RGI de Araxá são apresentados na figura 277. Os dados do referido estudo apontaram Araxá como senda a cidade que possui maior rede de atividades de comércio e serviços, o que gera fluxos diários de pessoas oriundas dos demais municípios da RGI como também de outros municípios do TM/AP. Entre os principais produtos e serviços presentes em Araxá que foram apontados como itens motivadores dos fluxos destacamos as compras de vestuário, calçados, móveis, eletrodomésticos, automóveis, autopeças e serviços de manutenção.

Outras três cidades apareceram no estudo como destino de fluxos do comércio e serviços – Ibiá, Campos Altos e Perdizes. Ibiá atraiu fluxos oriundos de Campos Altos, Córrego Danta e Pratinha, principalmente devido sua rede de comércio e serviços voltada para insumos, produtos agrícolas e assistência técnica, visto que conforme explicitamos no capítulo II esse município é um dos principais produtores agrícolas do estado de Minas Gerais. Campos Altos e Perdizes além do comércio e serviços relacionados ao setor agrícola atraíram também fluxos de cidades menores próximas por motivo de compra de vestuário e calçados, sendo que a primeira recebeu demandas oriundas de Pedrinópolis e Santa Juliana e a segunda de Pratinha e Santa Rosa da Serra.

Em relação aos fluxos da RGI para outras cidades temos Uberaba e Uberlândia como principais destinos na mesorregião além de outras cidades, como Patos de Minas e Patrocínio. Foram identificados também fluxos grandes cidades como São Paulo e Belo Horizonte, sendo a maior parte desses fluxos relacionados a compra de insumos, equipamentos e maquinários agrícolas. Destacamos os fluxos originados em Campos Altos para diversas cidades fora da mesorregião do TM/AP e também do estado de Minas Gerais, com destaque para Bom Despacho, São João Del Rei e Franca, relacionados principalmente a busca nessas cidades por assistência técnica especializada e equipamentos voltados para a produção de café, que conforme apontamos no capítulo II é importante produto que fez com que Campos Altos se consolidasse como um dos principais produtores de café tipo exportação do país.



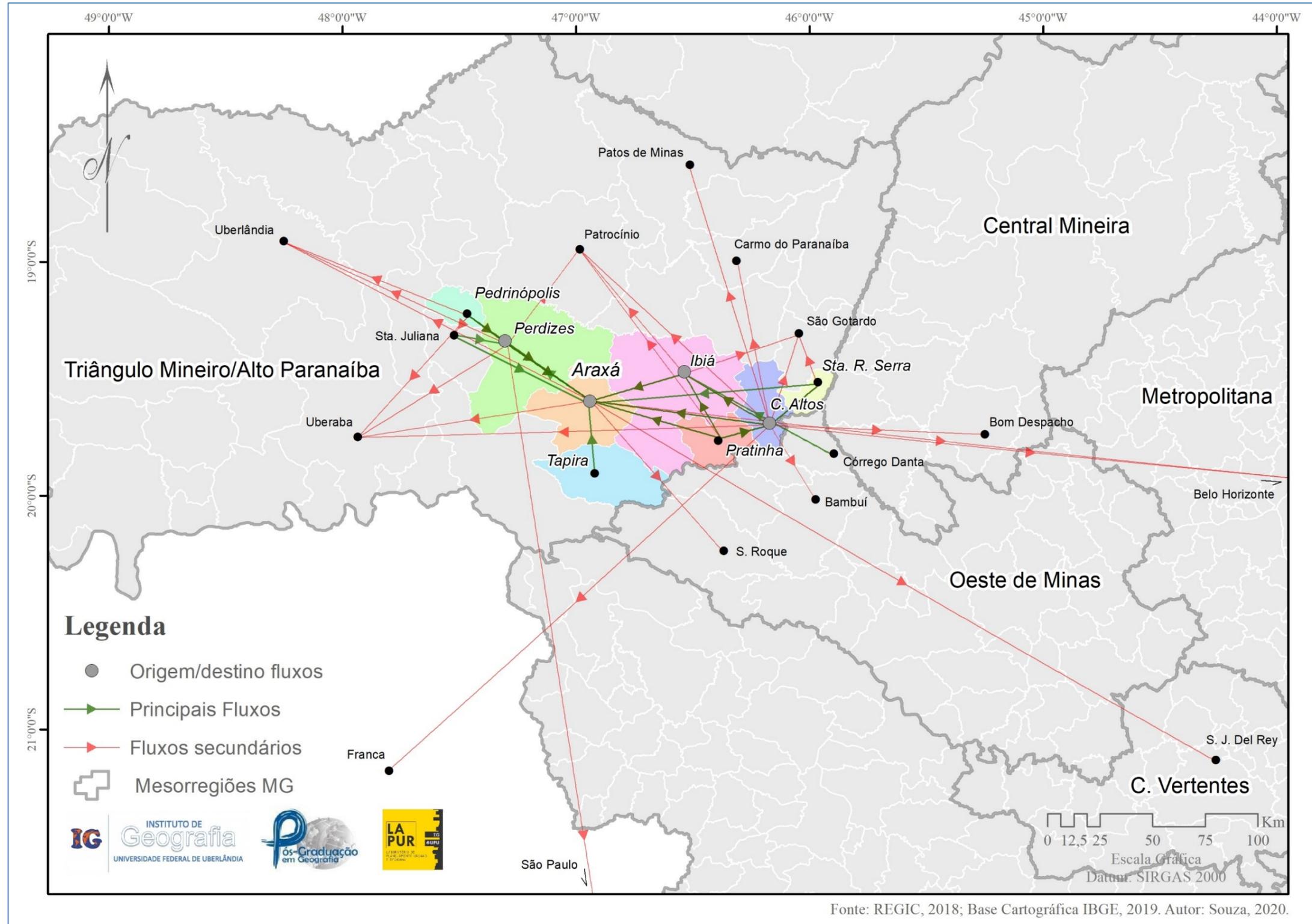


Figura 277 – RGI Araxá: fluxos relacionados ao comércio e serviços em 2018. Fonte: Souza (2020) com base em REGIC (IBGE, 2018).



Visando avançar na análise da qualidade de vida em um contexto contemporâneo marcado pelos fluxos, pelo intenso consumo e pelas relações estabelecidas em nível regional, nesse subitem buscamos verificar as relações de consumo existentes na RGI de Araxá de forma a entender como a disponibilidade ou ausência de determinados tipos de comércios e serviços nas cidades interferem na forma com que parte da população se sente em relação as suas satisfações pessoais e ao seu bem-estar. Além disso visamos identificar também como se estabelecem os fluxos entre municípios/cidades oriundos das relações de consumo de forma a entender como parte da população que possui poder aquisitivo para tal, satisfaz suas aspirações e desejos em âmbito regional.

4.3.1 A configuração das atividades comerciais e dos serviços

Temos que na contemporaneidade o consumo se estabelece principalmente a partir dos comércios e serviços fixados em sua maioria nas áreas urbanas, sendo esses constituídos tanto por empresas individuais como também por redes de lojas e de estabelecimentos. Ademais, o fenômeno das redes digitais trouxe inovações consolidando também um sistema de consumo baseado na oferta de produtos e serviços pela *internet* no qual os consumidores recebem os itens adquiridos diretamente em sua casa via correio ou através de empresas de transporte de mercadorias. Tal comercio digital tem orientado às novas tendências do padrão de consumo das famílias sobretudo através da utilização das redes sociais. Assim, para entender a dinâmica relacionada ao consumo na RGI de Araxá buscamos aqui analisar a atual configuração das atividades comerciais e dos serviços existentes nas áreas urbanas. Para isso realizamos pesquisa de campo de forma a identificar os estabelecimentos de comércio/serviços e também realizamos levantamento dos tipos existentes através de catálogos telefônicos. O quadro 13 e as figuras 278 a 291 apresentam os principais aspectos levantados durante essa etapa da pesquisa.

Constatamos que configuração do comércio e serviços na RGI possui três conjuntos de cidades com dinâmicas distintas, a saber: Araxá composta por uma área central consolidada com várias ruas e avenidas comerciais e ampla diversidade de estabelecimentos, a depender do tipo de produto/serviço, inclusive com presença de “calçadões” comerciais, como mostra a figura 278; Campos Altos (figura 282), Ibiá (figura 283 e 284) e Perdizes (figura 287) com presença de, pelo menos, uma rua comercial consolidada, composta por média e baixa diversidade de estabelecimentos; e as demais cidades com presença de poucos estabelecimentos



dispersos sem a existência de ruas ou centros comerciais delineados, conforme as figuras 286, 289, 290 e 291 que mostram as principais áreas de comércios e serviços encontradas nessas cidades durante a realização do campo.

Principais tipos de estabelecimentos		Araxá	C. Altos	Ibiá	Pedrin.	Perdizes	Pratinha	Sta. R. Serra	Tapira
Comércio	Supermercados	X	X	X	X	X	X	X	X
	Atacadista	X				X			
	Comérc. em rede	X	X	X		X	X	X	X
	Sacolão	X		X		X			
	Farmácias	X	X	X	X	X	X	X	X
	Móveis	X	X	X		X	X	X	X
	Eletrodomésticos	X	X	X		X	X	X	X
	Informática	X	X	X		X			
	Roupas	X	X	X	X	X	X	X	X
	Calçados	X	X	X	X	X	X	X	X
	Autopeças	X	X	X		X			
	Concessionárias	X							
	Venda veículos	X		X		X			
	Máquinas agric.	X	X	X		X			
	Insumos agric.	X	X	X		X			
	Mat. construção	X	X	X		X			
	Restaurantes	X	X	X	X	X	X	X	X
	Lanches	X	X	X	X	X	X	X	X
	Casas Noturnas	X							
	Bares <i>gourmet</i>	X		X		X			
Culin. <i>gourmet</i>	X	X	X		X				
Serviços	Academias	X	X	X	X	X	X	X	X
	Bancos	X	X	X	X	X	X	X	X
	Casa lotérica	X	X	X	X	X	X	X	X
	Advocacia	X	X	X	X	X	X	X	X
	Eletromecânicas	X	X	X		X	X		X
	Clínica estética	X		X		X			
	Barbearia	X	X	X		X			
	Manutenção	X	X	X		X			
	Hotel/Pousada	X	X	X	X	X	X	X	X
	Locação equip.	X	X	X		X			
	Aluguel veíc.	X	X	X		X			
	Assistência téc.	X	X	X		X			
	Escola idiomas	X	X	X		X			
	Seguradoras	X							
	Contabilidade	X	X	X		X			
	Imobiliária	X		X					
	Marcenaria	X	X	X		X			
Pet Shop	X	X	X		X				

Quadro 13 - RGI de Araxá: principais tipos de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Fonte: Souza (2020) com base em Guiatel (2019).





Figura 278 – Araxá: “calçadão” na área central.
Fonte: Souza (2020).



Figura 279 – Araxá: avenida Imbiara.
Fonte: Souza (2020).



Figura 280 – Araxá: Concessionárias Chevrolet, Fiat, Honda.
Fonte: Souza (2020).



Figura 281 – Araxá: Mart Minas Atacadista.
Fonte: Souza (2020).



Figura 282 – Campos Altos: centro comercial.
Fonte: Souza (2020).



Figura 283 – Ibiá: avenida José Cambraia.
Fonte: Autoria própria.



Figura 284 – Ibiá: centro comercial.
Fonte: Souza (2020).



Figura 285 – Ibiá: rede Zema.
Fonte: Souza (2020).



Figura 286 – Pedrinópolis: principal rua comercial.
Fonte: Souza (2020).



Figura 287 – Perdizes: rua comercial.
Fonte: Souza (2020).



Figura 288 – Perdizes: Comercial Perdigueira.
Fonte: Souza (2020).



Figura 289 – Pratinha: principais comércios/serviços.
Fonte: Souza (2020).



Figura 290 – Santa Rosa da Serra: principais comércios/serviços.
Fonte: Souza (2020).



Figura 291 – Tapira: principais comércios/serviços.
Fonte: Souza (2020).



A configuração das atividades de comércio e serviços na RGI apontou Araxá como sendo a principal cidade dotada de maior variedade de estabelecimentos, fato que está relacionado ao seu maior porte populacional. Durante o campo foi constatada cerca de 32 ruas/avenidas comerciais, em sua maioria localizadas na área central da cidade, com destaque para a Rua Presidente Olegário Maciel onde se localiza o “calçadão” com uso exclusivo de pedestres no qual se encontram lojas de móveis, eletrodomésticos, bancos, roupas, calçados e redes comerciais diversas. Também apontamos duas principais avenidas – Imbiara (figura 279) e João Paulo II, sendo que a primeira concentra a maior parte dos comércios relacionados ao consumo noturno – bares, restaurantes, pizzarias, hamburguerias, etc.; e a segunda concentra a maior parte dos comércios/serviços relacionados a manutenção em geral, a eletromecânica e a venda de produtos e insumos agrícolas. Destacamos ainda que a cidade além de contar com todos os tipos de estabelecimentos apontados no quadro 13 é a única que possui presença de número considerável de estabelecimentos ligados a importantes redes nacionais e internacionais, como, por exemplo, concessionárias de veículos e motos, com unidades das redes Chevrolet, Fiat, Honda, Volkswagen (figura 280), além de contar com unidade de uma importante rede atacadista – grupo Mart Minas Atacadista (figura 281).

Campos Altos, Ibiá e Perdizes apresentaram dinâmicas similares em relação a composição dos estabelecimentos de comércio e serviços, que acompanharam a tendência de quanto maior a população urbana maior é a quantidade e variedade de comércio/serviços. Campos Altos apresentou uma rede de comércio consolidada, concentrada em cerca de seis ruas/avenidas, com destaque para a rua Getúlio Portela (figura 282), na qual se encontram os bancos, as redes de lojas de eletrodomésticos (Eletrosom, Eletrozema e Magazine Luiza), lojas de produtos agropecuários, entre outros. Ibiá foi a segunda cidade da RGI com maior dinamismo, com centro comercial consolidado formado por cerca de 10 ruas/avenidas cujos estabelecimentos se concentram, sobretudo, na avenida José Cambraia (figura 283) e rua 20 (figura 284), com destaque para a presença de lojas em espaços com grandes metragens, como por exemplo a rede Zema (figura 285) que possui nessa cidade a maior unidade em tamanho entre os municípios analisados, a exceção de Araxá. Além disso a cidade apresentou também outros estabelecimentos que fazem parte de importantes redes de comércio/serviços, tais como: eletrodomésticos (Eletrosom, Magazine Luiza e Kamel Magazine), Supermercados (Barbosão e Silveira Supermercados), produtos agropecuários (Cargill Agrícola e Terrena Agronegócios), Boticário, Cacau Show, entre outros. Já Perdizes além de apresentar comércios/serviços de



maneira similar as outras duas cidades concentrados em cerca de sete ruas/avenidas, foi a única cidade além de Araxá a apresentar comércio atacadista com uma unidade do Comercial Perdigueira (figura 288).

As demais cidades da área de estudo – Pedrinópolis, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira, por apresentarem pequeno tamanho populacional, possuem pouca diversidade no setor de comércio e serviços, com presença apenas de atividades relacionadas ao consumo de primeira necessidade – pequenos supermercados, farmácias, casas lotéricas e poucos bancos (sendo um em Pedrinópolis, dois em Pratinha, um em Santa Rosa da Serra e um em Tapira). Ademais, nessas cidades há praticamente ausência de estabelecimentos em rede, contando apenas com a presença do grupo Zema (Eletrozema e postos Zema) que devido a ser uma empresa originária de Araxá possui forte presença na região. Tal configuração faz com que essas cidades sejam aquelas que mais dependam dos centros maiores na busca pela satisfação de suas necessidades e aspirações, conforme apontado pelo REGIC (IBGE, 2018), no qual Pedrinópolis possuía no referido ano relações de comércio/serviços principalmente com Araxá e Perdizes; Pratinha com Araxá, Campos Altos e Ibiá; Santa Rosa da Serra com Araxá e Campos Altos; e Tapira com Araxá.

Por termos tratado nessa pesquisa da análise do comércio e serviços relacionados ao consumo buscamos identificar também a configuração do que optamos chamar de consumo-lazer, relacionado principalmente aos estabelecimentos que na contemporaneidade se apresentam como fontes de atração de pessoas para atividades de recreação, no qual destacamos os *shopping centers*, *fast food*, bares e restaurantes *gourmet*, casas noturnas, cinemas, teatros, entre outros. Entendemos que a presença desses tipos de estabelecimentos em determinadas cidades corroboram para sua consolidação como polos de atração de pessoas que buscam nelas a realização de seus desejos e aspirações. Durante a realização da pesquisa de campo pudemos identificar a presença dos seguimentos apontados em três das oito cidades da RGI – Araxá, Ibiá e Perdizes, justamente as maiores cidades em porte populacional, cujos principais estabelecimentos encontrados constam nas figuras 292 a 299. É evidente que a maior parte dos estabelecimentos se encontram localizados em Araxá, devido ao seu tamanho e também às estratégias empresariais atuais que têm visado a expansão de lojas em cidades acima de 100 mil habitantes (IBGE, 2018). É nela que se encontra localizado o único *shopping center* da RGI – *Boulevard Garden* (figura 292), que foi inaugurado em 2015 e conta com 32 lojas de vários seguimentos, além de cinema (figura 293) e praça de alimentação (BOULEVARD, 2020).





Figura 292 – Araxá: Boulevard Garden.
Fonte: Souza (2020).



Figura 293 – Araxá: cinema no Boulevard Garden.
Fonte: Boulevard Garden (2020).



Figura 294 – Araxá: fast food no Boulevard Garden.
Fonte: Boulevard Garden (2020).



Figura 295 – Araxá: Pátio Imbiara Center.
Fonte: Souza (2020).



Figura 296 – Araxá: Chateaubriand restaurante.
Fonte: Chateaubriand (2020).



Figura 297 – Araxá: Casa noturna com shows ao vivo.
Fonte: Valley Music (2019).



Figura 298 – Ibiá: Santi Cozinha Italiana.
Fonte: Souza (2020).



Figura 299 – Perdizes: barbearia e hamburgueria artesanal.
Fonte: Souza (2020).



Figuras 300 a 302 – RGI Araxá: Páginas do Instagram de estabelecimentos em Araxá e Ibiá.
Fonte: Instagram (2020).



Conforme vimos no capítulo I os *shoppings centers* se reproduziram pelas cidades no mundo e no Brasil com infraestruturas semelhantes, com presença de lojas, espaços de lazer, praças de alimentação, etc. No *Boulevard Garden* tais aspectos estão presentes, sendo que na sua praça de alimentação se encontram localizadas também as principais redes de *fast food* existentes na RGI – Burguer King (figura 294) e Bob's. Ademais, Araxá conta ainda com a presença de outras redes de *fast food* espalhadas pelas cidade tais como: Subway, Chiquinho Sorvetes, Brazeiro Hamburgueria, entre outros. Além do *shopping* verificamos também a existência de estabelecimentos denominados pátios, com destaque para o Pátio Imbiara Center (figura 295). Esses se configuram como estruturas que têm se difundido pelas cidades brasileiras, que contam com a presença de conjunto de lojas em espaços menores que os *shoppings centers* mas com características semelhantes.

Em relação aos estabelecimentos voltados para ao consumo-lazer noturno identificamos a presença de espaços *gourmet*⁶⁵ principalmente em Araxá. Tais locais são voltados para o consumo e lazer e seguem uma tendência que tem se expandido nas cidades da busca pela satisfação dos desejos e aspirações a partir de espaços destinados a alimentação e entretenimento, normalmente com decoração diferenciada, pratos e *drinks* especiais, comida artesanal, música ao vivo, entre outros aspectos que os diferenciam dos estabelecimentos tradicionalmente conhecidos. Em Araxá destacamos a presença de restaurantes, bares, choperias, cervejarias, *pubs*, casas noturnas, etc., focados nessa temática, sendo muito deles voltados para a população com maior poder aquisitivo, como por exemplo o restaurante Chateaubriand (figura 296), especializado em cortes finos de carnes e em cervejas artesanais. Também em Araxá foram encontrados 18 bares no estilo apontado e duas casas noturnas sendo o Valley Music (figura 297) a principal delas. Percebemos em campo que a tendência apontada já se encontra inserida, guardadas as proporções, também em Ibiá e Perdizes, sendo que na primeira cidade constatamos a presença de, pelo menos, quatro estabelecimentos, sendo dois deles bares – Garage Pub e Galpão Bier; e dois restaurantes, com destaque para o restaurante Santi Cozinha Italiana (figura 298), que possui fachada e decoração que remete ao interior da Itália. Ademais, verificamos a presença de barbearias modernas, que é também uma tendência recente relacionada ao consumo, além de hamburguerias com foco na alimentação artesanal, sendo que os dois tipos de estabelecimentos aqui apontados foram identificados em Ibiá mas

⁶⁵ Optamos em intitular esses seguimentos como *gourmet* para diferenciá-los de estabelecimentos que não possuem vinculação direta com essa nova tendência de consumo, como, por exemplo, bares tradicionais.



também em Perdizes (figura 299). As figuras 300 a 302 apresentam um dos exemplos de como esses estabelecimentos *gourmet* têm se consolidado a partir da publicidade em redes sociais. Nas figuras aparecem dois exemplos em Araxá – Manu Forneria e Café Docê Cafeteria Scotch Bar; e um em Ibiá – Santi Cozinha Italiana. Essas estratégias de *marketing* são veiculadas na *internet*, sobretudo através das redes sociais, por meio de pacotes de impulsionamento que geram publicações patrocinadas nos *feed* de notícias como também nos *stories*, que a depender dos interesses dos estabelecimentos conseguem atingir tanto os usuários da mesma cidade, como também usuários de determinada região, estado ou país (INSTAGRAM, 2020).

As características do comércio e serviços na RGI apontaram para uma concentração maior de estabelecimentos em Araxá, uma capacidade intermediária de suprir às necessidades de consumo da população em Campos Altos, Ibiá e Perdizes e apenas uma capacidade relacionada ao consumo de itens mais básicos nas demais cidades. Tais características indicam que para se consumir determinado produto ou serviço há, na maior parte dos casos, necessidade de deslocamentos entre municípios/cidades por parte dos indivíduos. Destacamos ainda que na dinâmica analisada os fluxos de informação têm assumido cada vez mais o papel de difusor do consumo visto que, por exemplo, é comum entre usuários de plataformas digitais que se encontrem em municípios circunvizinhos de Araxá recebam ou visualizem em suas redes sociais propagandas com promoções, divulgação de *shows*, descontos em ingressos e outros produtos relacionados a estabelecimentos localizados nessa cidade, o que gera nos indivíduos a vontade de se deslocar para consumir tais itens⁶⁶. Tal constatação corrobora com o entendimento de como as ações no contexto da sociedade em rede têm influenciado nos aspectos da vida humana, entre eles o consumo e a forma com a qual o indivíduo satisfaz suas necessidades e seus desejos. É acerca de relacionar a dinâmica ora apresentada com a qualidade de vida que nos debruçamos na análise a seguir, na busca por entender como as relações existentes entre o comércio, os serviços, o consumo e o consumo-lazer interferem na forma como os indivíduos se sentem em relação a sua satisfação pessoal e o seu bem-estar.

4.3.2 Qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pelo consumo

Para a análise da qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pelo consumo incluímos no questionário aplicado nos municípios da RGI questões relacionadas aos principais

⁶⁶ Tal informação foi baseada na experiência do próprio pesquisador que é natural de Ibiá, reside atualmente em Araxá e tem família nas cidades de Campos Altos, Ibiá e Pratinha.



destinos procurados pelos respondentes nos casos de necessidades de deslocamento para fazer compras, utilizar serviços e para atividades de lazer relacionadas ao consumo (consumo-lazer). Os resultados dessa etapa da pesquisa foram articulados com os comentários realizados pelos respondentes em uma questão aberta na qual tiveram liberdade de expor suas experiências relacionadas ao consumo.

A figura 303 apresenta o resultado da questão que abordou a existência de necessidade de deslocamento para outras cidades para a realização de compras ou para a utilização de serviços. A incidência de respostas apontou para a existência de três tendências principais na RGI. A primeira está relacionada aos respondentes dos municípios de Pedrinópolis, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira, na qual a maior parte afirmou necessitar frequentemente se deslocar por tal motivo. Tais dados vêm ao encontro dos aspectos relacionados no subitem anterior que demonstrou a pequena rede de comércio/serviços existentes nas áreas urbanas desses municípios, fator que faz com que parcela da população tenha que recorrer a outras cidades. A segunda tendência diz respeito a Campos Altos, Ibiá e Perdizes que apresentou também necessidade de deslocamento mas com indicação de pouca frequência pela maior parte dos questionários e muita frequência por outra parcela importante dos respondentes. Esse resultado está relacionado a existência de uma rede de comércio/serviços intermediária com a presença de estabelecimentos que suprem as demandas mais essenciais do consumo e também demandas oriundas do consumo-lazer, como por exemplo os estabelecimentos *gourmet*. A terceira tendência correspondeu a Araxá que foi o único município entre os analisados com forte incidência de resposta negativa, igual a 65%, que conforme vimos anteriormente se deve a sua maior rede de comércio e serviços.

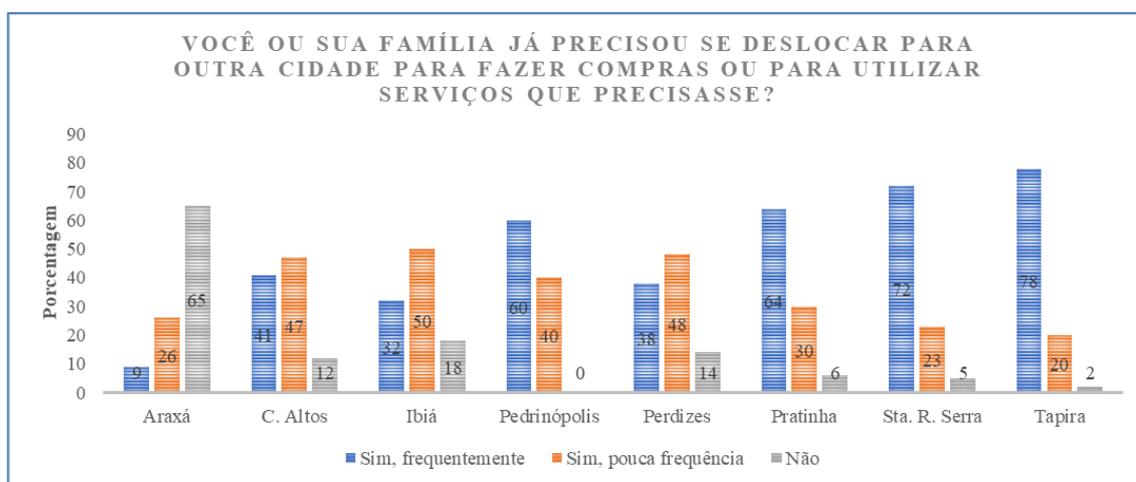


Figura 303 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca de deslocamento por motivo de consumo.
Fonte: Souza (2020).



Realizamos também pergunta similar relacionada aos deslocamentos realizados para atividades de consumo-lazer. Nessa questão apontamos alguns exemplos – bares, restaurantes, *shoppings*, *fast-foods*, cinema, casas noturnas, festas, entretenimento, etc., com o objetivo de auxiliar os respondentes na interpretação da questão. A incidência de respostas constam na figura 304. Em todos os municípios os respondentes apontaram que já realizaram deslocamentos relacionados ao consumo enquanto atividade de lazer, mas em sua maioria com pouca frequência. Os municípios com menor população – Pedrinópolis, Pratinha, Santa Rosa da Serra e Tapira apresentaram as maiores incidências de resposta relacionada a uma maior frequência de deslocamentos, fato relacionado a uma menor existência de opções de consumo-lazer se comparado com os municípios com maior porte populacional que conforme apontamos, possuem uma maior rede de comércio/serviços voltados ao consumo relacionado ao lazer. Temos ainda a constatação de que Araxá, por possuir maior diversidade de estabelecimentos voltados para o consumo-lazer, teve menor incidência de respostas nessa questão, com apenas 12% dos respondentes apontando que alta frequência de deslocamentos e 31% informando que não realizaram viagens para fins de consumo enquanto lazer..

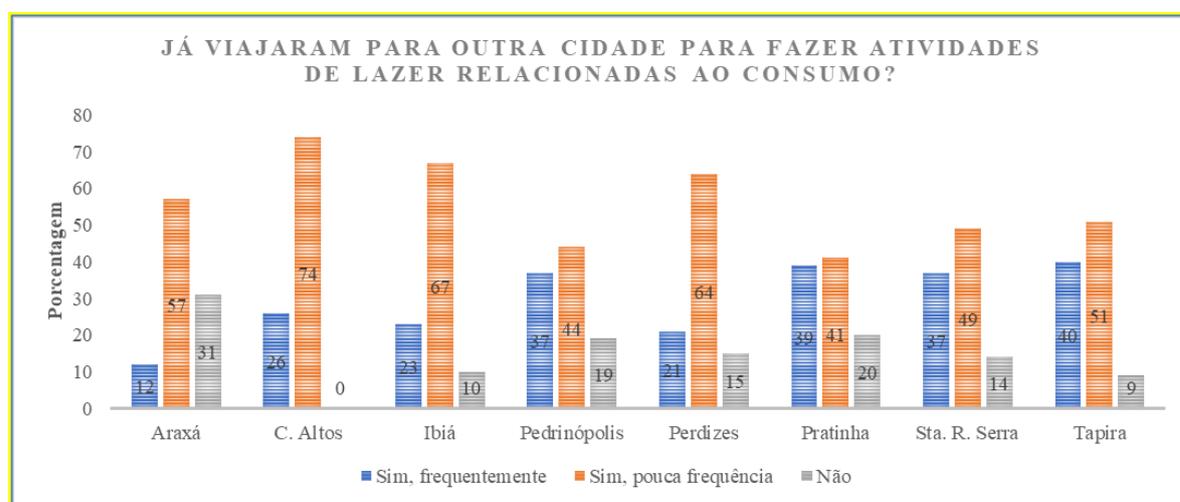


Figura 304 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca de deslocamento relacionado ao consumo-lazer. Fonte: Souza (2020).

Como forma de identificar os fluxos existentes na RGI oriundos das necessidades relacionadas ao consumo perguntamos para quais cidades os respondentes já viajaram para realizar compras ou para utilizar serviços. Os resultados constam na figura 305. Temos que os respondentes dos municípios da RGI apontaram Araxá como principal cidade de destino, com destaque para Tapira com incidência de respostas superior a 94%, o que demonstra a intensidade das relações estabelecidas, fato já constatado nas análises anteriores. Em relação a



Ibiá temos que 43% dos respondentes de Pratinha e 17% dos respondentes de Campos Altos a apontaram como destino, resultado explicado por essa cidade possuir a segunda maior rede de comércios/serviços da RGI. Já a cidade de Perdizes apareceu como sendo destino de 26% dos respondentes de Pedrinópolis, o que está relacionado a proximidade entre os municípios e também a rede de comércio/serviços nela existentes. Cumpre destacarmos que apenas Santa Rosa da Serra apresentou incidência divergente comparada aos outros municípios, visto que apenas 33% dos respondentes apontaram Araxá como destino, 21% apontaram Campos Altos e 31% apontaram outros destinos. Tal fato encontra explicação na distância entre os municípios no qual Santa Rosa da Serra é o mais distante de Araxá, mas também está relacionado a forte influência que Patos de Minas exerce sobre essa cidade, fato verificado tanto na análise da regionalização da saúde como também nos demais dados do REGIC (IBGE, 2018). Cumpre ainda elencarmos que parte dos respondentes apontaram outros também destinos cujas às cidades de Uberaba e Uberlândia, por serem as maiores da mesorregião e possuírem vasta rede de comércios/serviços, foram as mais mencionadas.

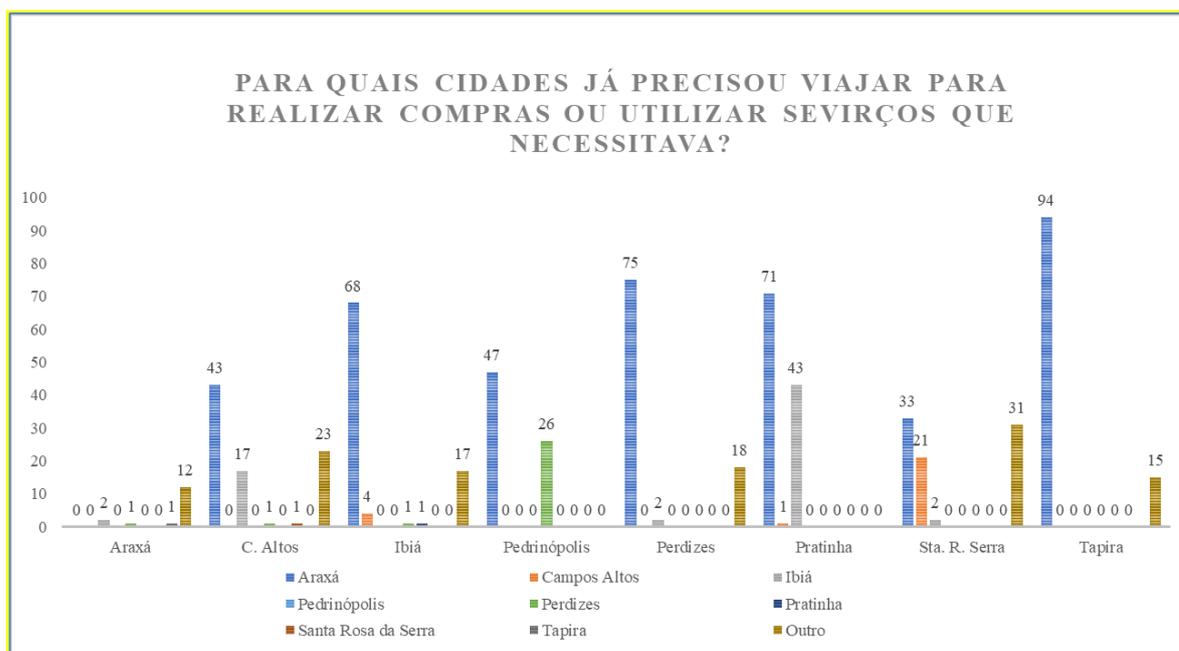


Figura 305 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do destino relacionado a necessidade de consumo. Fonte: Souza (2020).

Realizamos a mesma pergunta mas relacionada aos destinos dos respondentes para a realização de atividades de consumo-lazer. Conforme resultados apontados na figura 306 a maior parte dos respondentes destacaram novamente Araxá como principal destino, com ênfase para Tapira que apresentou incidência superior a 86%. As tendências elencadas anteriormente



referentes as cidades de Campos Altos, Ibiá e Perdizes também se repetiram, sendo essas destinos de consumo-lazer dos municípios circunvizinhos menores. Uma tendência importante verificada foi a incidência de respostas apontando Campos Altos como destino de atividades de consumo-lazer, inclusive de respondentes oriundos de Araxá. Inferimos que tal resultado encontra respostas na existência de um santuário religioso nessa cidade que é considerado o segundo maior do país dedicado a Nossa Senhora Aparecida. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Campos Altos (PMCA, 2019) no mês de outubro as festividades a padroeira do país atraem público de toda a região para as missas e para as compras nas chamadas “barraquinhas”, participação em leilões, shows, etc.

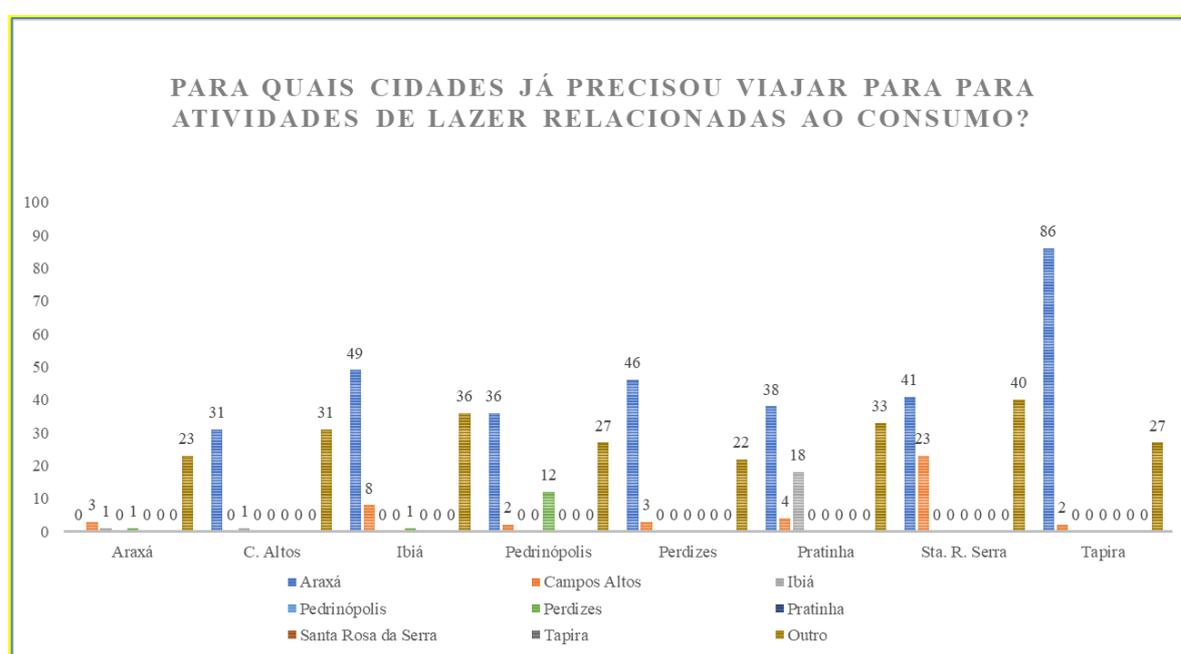


Figura 306 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca do destino relacionado ao consumo-lazer. Fonte: Souza (2020).

Almejando verificar de que forma os deslocamentos entre municípios e cidades motivados pelo consumo se inter-relacionam com a percepção de qualidade de vida por parte dos respondentes perguntamos quais os principais motivos que os levaram a realização de viagens para fazer compras ou utilizar serviços em outras cidades. A incidência de respostas constam na figura 307. Cumpre destacarmos que apontamos cinco opções principais e deixamos uma opção “outros” em aberto para os respondentes explicitarem as situações e experiências por eles vivenciadas. Ademais, como forma de melhor delinear nossa análise uma questão aberta também compôs essa etapa do questionário, na qual os respondentes puderam escrever acerca das motivações que os levaram a realizar viagens motivadas pelo consumo.



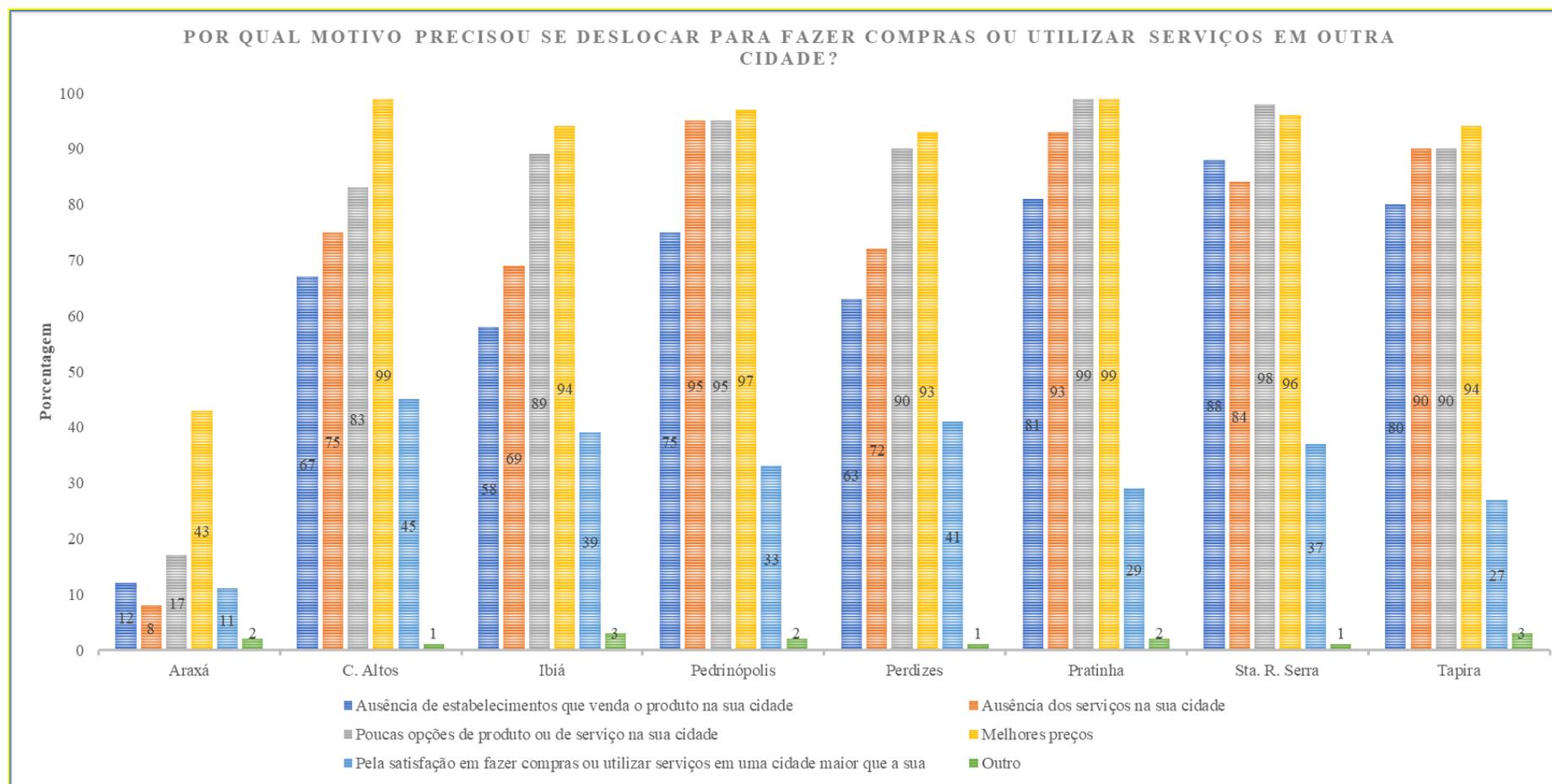


Figura 307 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca dos motivos que geraram deslocamentos relacionados ao consumo.
Fonte: Souza (2020).



Acerca da motivação de deslocamentos oriundos do consumo a maior parte dos respondentes afirmou que o principal motivo dos deslocamentos ocorreu devido aos melhores preços praticados em outras cidades em relação ao comércio/serviços existentes em suas cidades. Tal incidência de respostas foi superior a 90% em sete dos oito municípios analisados, com exceção de Araxá com 43%, cujo resultado está relacionado a buscar de certos tipos de produtos/serviços em estabelecimentos tanto de Araxá, como também em cidades maiores, como Uberaba e Uberlândia. Ocorre que normalmente a tendência de preços segue a dinâmica de mercado e da livre concorrência. Sabemos que a existência de apenas um ou de poucos estabelecimentos de determinado tipo de produto/serviço tende a estabelecer uma menor concorrência e conseqüentemente preços mais elevados. Por outro lado em municípios/cidades que possuem várias lojas de um mesmo tipo de produto/serviço a concorrência é maior e há uma tendência dos preços serem menores. Acerca disso um dos respondentes apontou que:

“Até uns três anos atrás tínhamos apenas uma autoescola na cidade. A única que tinha era conhecida como máfia da [nome suprimido], pois os preços eram absurdos e as aulas eram ruins. Muita gente foi tirar a carteira em Araxá, pois os preços eram menores e os instrutores mais bem preparados. [...] Foi só chegar outra autoescola aqui que as coisas mudaram. Hoje pagamos muito menos do que antes.”

(Anônimo, 2020, 34 anos, professor, residente em Ibiá, MG)

Conforme explicitado pelo respondente a chegada de concorrência em sua cidade melhorou a oferta do serviço e também os preços, o que levou a uma diminuição dos deslocamentos por esse motivo e também passou a atrair pessoas de outras cidades para tirar carteira em Ibiá. Outras experiências relacionadas ao abuso de preços foram mencionadas pelos respondentes que por esse motivo buscam outras cidades visando os menores preços nela praticados. Tais constatações estão relacionadas a outro item também presente com alta incidência de respostas – o de poucas opções de produtos/serviços na cidade dos respondentes, com taxa superior a 80%, a exceção de Araxá, com 17%.

Dois itens que se inter-relacionam também apareceram com frequência nas respostas – ausência de estabelecimentos que venda o produto e ausência dos serviços na cidade dos respondentes, com incidência superior a 55% e 65%, respectivamente, em sete dos oito municípios, a exceção evidente de Araxá por ser a cidade maior dotada de estabelecimentos de comércios/serviços. Tal resultado nos apontou para uma questão importante – a existência de um limiar entre necessidade básica e aspiração individual, visto que partindo da constatação de que nesse caso não existem estabelecimentos dos respectivos produtos/serviços nas cidades de



origem dos respondentes, o deslocamento, a depender da motivação, é uma necessidade básica e não apenas a busca satisfação pessoal. Nesse ponto nos foi necessário relacionar tal taxa a média de renda familiar que os respondentes apontaram na parte inicial do questionário. Os resultados apontaram que a maior parte dos respondentes que assinalaram as duas respostas aqui mencionadas possuem renda familiar entre um e dois salários-mínimos. Considerando que a nosso ver tal faixa de renda faz com que essas famílias possuam limitações em seus padrões de consumo, podemos inferir que parte dos deslocamentos realizados pelos respondentes ocorreram principalmente pela real necessidade de aquisição de produtos/serviços não disponíveis em sua cidade. Dois respondentes corroboraram com esse entendimento:

“Quando não encontramos o que precisamos aqui sempre damos um jeito. Muitas vezes pedi para alguém que estava indo lá [em Araxá] comprar peças de fogão pra mim, pois o custo pra ir até lá já não compensaria o valor que cobro pra realizar o serviço.”

(Anônimo, 2020, 60 anos, manutentor de fogões, residente em Ibiá, MG)

“Já peguei carona no trevo da minha cidade para poder ir ao Ministério do Trabalho em Araxá.”

(Anônimo, 2020, 29 anos, atendente, residente em Tapira, MG)

Houve ainda incidência considerável de respostas relacionada a satisfação dos respondentes em fazer compras ou utilizar serviços em cidades maiores, que variou de 11% em Araxá a 41% em Perdizes. Tal item no questionário nos permitiu entender a estreita relação entre comércio/serviços com a maneira com que os indivíduos entendem o consumo como forma de satisfazer seus sonhos, desejos e aspirações. Nesse contexto acreditamos que as próprias áreas urbanas, dotadas de maior variedade de estabelecimentos, se tornam atraentes ao consumo, fazendo com que os sujeitos se sintam realizados em consumir na cidade e consumir também à cidade. Destacamos ainda os respondentes que apontaram outros motivos para se deslocar, cujas respostas se associaram a situações de atendimento de má qualidade realizado pelos estabelecimentos em suas cidades, a menor variedade de opções de lojas e a vontade de consumir em estabelecimentos maiores, como hipermercados e comércios atacadista.

Em busca ainda de concatenarmos os deslocamentos por motivo de consumo com a análise da qualidade de vida a partir das relações estabelecidas entre municípios/cidades na RGI, perguntamos aos respondentes os principais motivos de viagens realizadas para atividades de consumo-lazer. A incidência das respostas constam na figura 308.



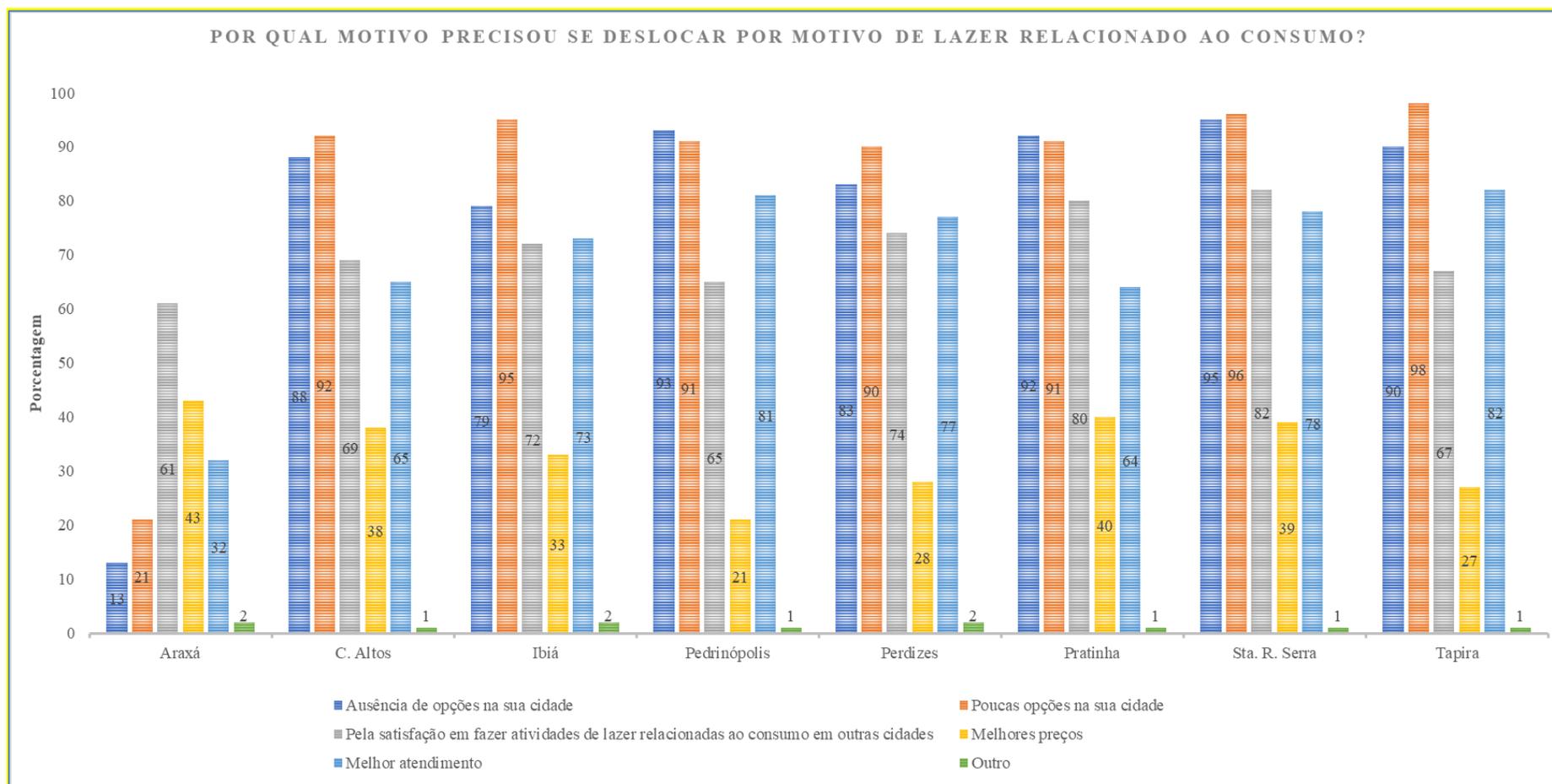


Figura 308 – RGI de Araxá: incidência de resposta acerca dos motivos que geraram deslocamentos ao consumo-lazer.
Fonte: Souza (2020).



Temos que a maior parte dos respondentes afirmaram já ter se deslocado motivados pelo consumo-lazer cuja a opção no questionário relacionada a existência de poucas opções de estabelecimentos com esse foco em suas cidades de origem foi o maior fator de estímulo dos fluxos, sendo que a exceção de Araxá a incidência de resposta superou 90% nos demais municípios. A mesma tendência foi apresentada também na opção de resposta relacionada a motivação oriunda da percepção dos indivíduos de que em suas cidades há ausência de opções de consumo-lazer. Acerca dessa tendência um dos respondentes apontou que:

“Não temos quase nenhuma opção de lugares para sair. Chega nos finais de semana a cidade morre. Todos os jovens vão para bares e baladas em Araxá ou para chácaras na zona rural. É o que temos de opção.”

(Anônimo, 2020, 23 anos, estudante, residente em Tapira, MG)

Verificamos a partir das experiências manifestadas por alguns dos respondentes que em suas interpretações de mundo o consumo-lazer está relacionado a imagem de cidade por eles idealizada. Assim, os estabelecimentos locais, como bares, restaurantes e lanchonetes, a *priori* não são interpretados por eles como sendo espaços de consumo-lazer, mas sim de uso cotidiano. Assim, se deslocar a outras cidades e sair do ambiente urbano no qual estão acostumados a interagir, são por si só formas geradoras de lazer bem-estar.

A constatação verificada acima é reforçada pela quantidade considerável de respostas relacionadas a deslocamentos motivados pela satisfação em fazer atividades de lazer relacionadas ao consumo em outras cidades, com incidência superior a 60% em todos os municípios da RGI, incluindo Araxá que nesse item do questionário teve incidência igual a 61%, o único que superou metade dos respondentes desse município. Esse elemento da pesquisa nos apresentou um aspecto importante – o da forma com que os indivíduos analisam o espaço em que vivem e às possibilidades existentes em nível regional para satisfazer suas necessidades e aspirações. Como forma de exemplificar tal constatação apresentamos abaixo a experiência de um respondente que devido às limitações de sua renda familiar (inferior a três salários-mínimos) realiza atividades relacionadas ao consumo-lazer em cidades próximas.

“Meu sonho é conhecer a praia. Mas como não tenho condições financeiras de levar minha esposa e meus filhos acaba que a gente faz passeios na região. Já fomos no Barreiro, no Horizonte Perdido, na Gruta dos Palhares e no shopping em Uberlândia. A verdade é que foi tudo muito legal.”

(Anônimo, 2020, 29 anos, vendedor, residente em Ibiá, MG)



Conforme foi explicitado pelo respondente a realização de passeios de um ou dois dias pela região é a forma de lazer possível para sua família. Outros respondentes apontaram experiências similares, com destaque para àquelas apontadas por alguns respondentes com idade inferior a 30 anos, cuja síntese girou em torno de que Araxá é a única cidade da região que tem vida noturna, fator motivador por deslocamentos realizados aos fins de semana para frequentar principalmente bares e casas noturnas. As informações prestadas por parte dos respondentes corroboraram para a nossa afirmação nessa pesquisa de que Araxá além de ser polo de atração por motivo de saúde, educação e consumo, conforme analisamos até aqui, é também polo de atração de atividades relacionadas ao consumo-lazer. Tal constatação foi reiterada pelos próprios respondentes oriundos de Araxá cujas incidências de respostas foram, em sua maioria, as menores da RGI, o que nos revelou uma parte considerável de respondentes residentes nesse município que consideram que a cidade de Araxá possui opções de consumo-lazer que satisfazem parte significativa de suas necessidades.

Outros dois elementos tiveram incidência considerável – a busca por melhores preços e melhor atendimento. Fato que assim como os deslocamentos para compras e serviços analisado anteriormente, serviu também motivação para os deslocamentos relacionados ao consumo-lazer. Parte dos relatos apontaram críticas ao atendimento em estabelecimentos nas cidades de origem, como também mencionaram exemplos relacionados principalmente às infraestruturas e ambientes inadequados, que levam a uma desmotivação em consumir em suas cidades de origem, como aponta um dos respondentes:

“Prefiro guardar meu precioso dinheiro para sair com minha namorada uma ou duas vezes por mês em Araxá ou Uberaba do que gastar em um boteco qualquer na minha cidade.”

(Anônimo, 2020, 27 anos, auxiliar administrativo, residente em Perdizes, MG)

Em relação aos respondentes que apontaram outros motivos destacamos alguns comentários relacionados ao desejo de conhecer novos lugares, de passear em cidades maiores e mais bonitas, de ir ao *shopping* e ao cinema, de comer *fast food*, fazer compras em comércios maiores e mais conhecidos, participar de festivais, entre outros. Tais apontamentos vão de encontro ao que já afirmamos relacionados a tendência contemporânea associada ao desejo de consumir na cidade e também de consumir a própria cidade, dotada dessas infraestruturas e espaços de consumo-lazer. As figuras 309 a 304 são exemplos evidentes dessa tendência em Araxá, principal destino de consumo da RGI.





Figura 309 – Araxá: revitalização área central e teatro municipal.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araxá (2020).



Figura 310 – Araxá: teatro municipal.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araxá (2020).



Figura 311 – Araxá: Parque Municipal do Cristo.
Fonte: Souza (2020).

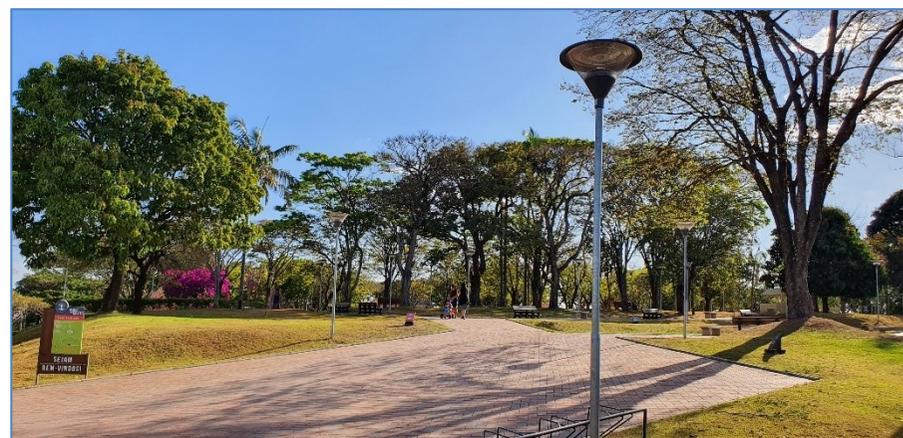


Figura 312 – Araxá: área interna do Parque Municipal do Cristo.
Fonte: Souza (2020).



Figura 313 – Araxá: Encontro Nacional de Carros Antigos.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araxá (2019).



Figura 314 – Araxá: Festival Internacional do Queijo.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araxá (2019).



Conforme visto no capítulo I nos dedicamos em apresentar uma tendência marcante das cidades contemporâneas relacionadas à valorização urbana, sobretudo, através da recuperação e revitalização de áreas da cidade e busca pela atração de eventos, que servem principalmente para patrocinar a imagem das cidades dando maior visibilidade e atraindo turistas e investidores. Mencionamos exemplos desse fenômeno, como às construções em Dubai e a revitalização da área do porto no Rio de Janeiro, por esses se tratar dos casos mais recentes e emblemáticos em nível mundial e nacional. Entretanto, guardadas as devidas proporções, acreditamos que esse fenômeno tem se intensificado também em cidades menores e julgamos que tal tendência tem ocorrido na RGI relacionada às recentes obras realizadas na área urbana de Araxá e o crescente número de eventos e festivais de abrangência nacional e internacional que têm ocorrido nessa cidade ao longo dos últimos anos.

A principal obra de revitalização identificada em Araxá foi a construção do teatro municipal e modernização da área da praça Coronel Adolfo até a praça da Igreja Matriz de São Domingos (figuras 309 e 310). De acordo com informações da Fundação Cultural Calmon Barreto (2020), instituição que administra as instalações atualmente, o teatro foi inaugurado em 2012 como resultado de um projeto que visou à valorização arquitetônica e urbanística da área central de Araxá. O projeto assinado pelo arquiteto Gustavo Penna possui arquitetura contemporânea e buscou evidenciar símbolos da cidade, como por exemplo a fonte existente sob o teto para homenagear as conhecidas águas medicinais da estância hidrotermal do Barreiro. A revitalização e construção do teatro fizeram com Araxá ingressasse na rota nacional do teatro e passasse a receber cada vez mais festivais e eventos, consolidando tal área como o segundo cartão-postal da cidade, atrás apenas da emblemática Estância Hidromineral do Barreiro.

Em continuidade ao processo de revitalização de áreas da cidade, em 2017 a Prefeitura Municipal de Araxá através de parceria com a CBMM realizou a obra de revitalização do Parque Municipal do Cristo (figuras 311 e 312). Orçado em 3,2 milhões de reais o projeto teve como objetivo trazer novamente a referida área ao rol de opções de turismo e lazer urbano. De acordo com informações da Secretaria de Meio Ambiente de Araxá (SMAA, 2019) desde sua reinauguração o parque recebeu turistas de todas às regiões do país, principalmente em datas com intenso fluxo de participantes das feiras e festivais que ocorrem na cidade.



Conforme apresentado no capítulo II Araxá figura entre as principais cidades do estado promotora e receptora de eventos culturais, esportivos, festivais, feiras, etc. No levantamento por nós realizado no capítulo II contaram a ocorrência de cerca de 21 eventos, sendo muitos deles de abrangência nacional, como por exemplo o Encontro Nacional de Carros Antigos (figura 313) que de acordo com a Prefeitura Municipal de Araxá é o maior evento do ramo na América Latina; e o Festival Internacional do Queijo (figura 314) de onde saíram queijos premiados internacionalmente (PMA, 2020). Outros importantes eventos também contribuem sobremaneira com a imagem de Araxá como cidade dos festivais, tais como: a feira literária, o festival internacional de gastronomia e a copa do mundo de *mountain bike*, entre outros. Tal diagnóstico da existência desse fenômeno contemporâneo em Araxá nos levou a concluir que a imagem construída pela cidade, através de investimentos em obras e promoção de eventos, corroborou para o incremento de fluxos relacionados ao consumo, ao consumo relacionado ao lazer e ao sentimento de bem-estar por parte dos indivíduos que buscam na cidade a satisfação de suas necessidades e aspirações.

Como forma de aprofundar na análise dessas relações estabelecidas fruto da atração exercida por Araxá relacionada ao consumo e da própria imagem que os habitantes dos demais municípios têm em relação a cidade, realizamos também duas entrevistas. A primeira se trata de um profissional do ramo do *marketing* e a segunda uma dona de casa na qual tínhamos conhecimento prévio que mesmo residindo na zona rural de um dos municípios da RGI preferia sempre realizar suas compras em Araxá. O profissional de *marketing*, 45 anos, residente em Araxá nos informou que atua a 15 anos como professor em uma instituição de ensino superior de Araxá e que antes disso já prestou consultoria em prefeituras. Apresentamos a ele o resultado do questionário acerca dos deslocamentos por motivo de consumo e consumo-lazer e pedimos sua análise. O entrevistado evidenciou que o fato de Araxá ser a maior cidade da região naturalmente a faz ser também a maior detentora de estabelecimentos de comércios, serviços e de atividades relacionadas ao consumo-lazer. Acrescentou que isso não ocorreu por acaso, mas sim pela própria história da cidade e sua posição de importante destino turístico do interior de Minas Gerais. Perguntamos também se ele identificava relação existente entre o consumo-lazer e às obras que ocorreram em Araxá na última década, na qual enfatizamos a revitalização da área central, a construção do teatro e a recuperação das instalações do parque. A fala do entrevistado apontou a existência de objetivos claros por parte da administração pública e das elites locais em tornar a cidade cada vez mais atraente aos fluxos de turismo e consumo:



“As belas áreas compostas por estruturas modernas hoje existentes em Araxá não foram pensadas de forma desarticulada. Trata-se de um projeto do governo local e também da elite araxaense. Como exemplo cito a recente revitalização do parque do Cristo. Foi o atual prefeito que o construiu ainda na década de 1980. Agora o prefeito novamente eleito buscou dar continuidade ao projeto de melhoria das áreas públicas da cidade. O objetivo central de tudo isso é atrair mais pessoas a região central da cidade e girar a economia dos estabelecimentos ali concentrados. Não é por acaso que justamente ao lado do teatro municipal se encontra o calçadão de Araxá com dezenas de lojas. Tudo isso foi meticulosamente pensado e articulado, inclusive com a participação de profissionais do marketing. [...] Acrescento ainda como motivo desses recentes projetos de modernização a relação da cidade com o Barreiro por si só é um importante ponto turístico e para incrementar a atração turística a cidade os demais espaços têm que estar à altura daquele hotel monumental. [...] Em nenhuma outra cidade do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, inclusive em maiores como Uberaba e Uberlândia, vemos tal empenho em construir uma imagem tão de cidade.”

(Anônimo, 2020, 45 anos, professor de marketing, residente em Araxá, MG)

A segunda entrevistada, 36 anos de idade, é produtora rural e reside na zona rural de Ibiá e foi escolhida por representar um conjunto de habitantes da RGI, que conforme evidenciado no questionário, possuem estreita relação de consumo com Araxá. Apresentamos a entrevistada o resultado do questionário e perguntamos entre quais aspectos elencados pelos respondentes ela mais se identifica. A sua resposta foi praticamente automática “*todos*”:

“Eu sou fã de Araxá. Eu [...] e minha família vamos lá pelo menos duas vezes ao mês. O principal motivo são os preços. Fazemos compras só no Mart Minas pois como fazemos também o almoço para os funcionários sai bem mais em conta. Mas confesso também que já me acostumei com supermercado grande, quando entro em um mercadinho me dá até tristeza (risos). Já que vamos lá para isso já nos acostumamos em resolver tudo por lá mesmo, desde ir ao banco até comprar roupas e calçados. Sempre tem mais promoção e opções de escolha nos estoques. [...] Sapato para o meu marido não acho em Ibiá. Roupas das crianças que acaba rápido no “batidão” de fazenda são compradas nas Pernambucanas. [...] Aliás gosto muito de tudo lá.”

(Anônimo, 2020, 36 anos, produtora rural, residente em Ibiá, MG)

A fala da entrevistada apontou principalmente a sua preferência por Araxá para realização de compras, mas também nos possibilitou constatar a existência de uma relação entre o consumo na cidade e também o consumo da própria cidade, na qual a entrevistada enxerga a cidade como fonte de satisfação pessoal e bem-estar. Percebendo tal constatação perguntamos a ela o que acha da cidade de Araxá e como poderia relacionar sua resposta com as palavras “lazer”, “bem-estar” e “qualidade de vida”:

“Se eu pudesse mudava para Araxá. Quero que meus filhos estudem lá. Tem tudo que eu preciso. Sempre que vamos lá ficamos o dia todo, parte do dia



fazendo compras e pagando contas. Mas no meio disso tudo aproveitamos para tomar um sorvete, tomar açaí, ir ao cinema, aliás a primeira vez que vi um filme naquela tela grande foi no shopping da avenida Imbiara. É uma cidade que tem lazer, lugares bonitos para passear o que é muito bom. [...] Mas claro que tem os pós e os contras. A vida na roça e em Ibiá é mais tranquila. Mas um movimento de vez em quando é bom para o bem-estar.”

(Anônimo, 2020, 36 anos, produtora rural, residente em Ibiá, MG)

Vimos que a entrevistada apontou suas preferências de consumo relacionadas ao lazer, sendo para ela Araxá sinônimo de bem-estar e qualidade de vida. Tais considerações da entrevistada permearam também as experiências partilhadas pelos respondentes no questionário, o que nos leva a inferir que nas relações estabelecidas pelo consumo na área de estudo existe uma imagem construída de Araxá que desperta atração em nível regional. Assim, concluímos que as relações de consumo estabelecidas na RGI são geradoras de qualidade de vida via satisfação das necessidades, mas também via satisfação de desejos e aspirações do indivíduos, sobretudo daqueles com renda familiar mais elevada, que possuem maior condição de consumir produtos/serviços e atividades de lazer. Por conseguinte, reiteramos a constatação de que além de consumirem nas cidades os indivíduos consomem também às cidades.

A análise da qualidade de vida a partir das relações estabelecidas pela saúde, educação e consumo possibilitou avanços no entendimento de que as cidades de hoje, marcadas pelas transformações do passado e pelos fenômenos mais recentes relacionados a Urbanização Contemporânea, edificaram interações espaciais em nível regional, não sendo possível, portanto, analisá-las apenas através de indicadores municipais e intraurbanos. A estruturação urbano-regional dos serviços de saúde, dos estabelecimentos de educação, das atividades comerciais e dos serviços são apenas exemplos da consolidação de centralidades urbanas organizadas no território de acordo com funções e especializações orientadas pelas demandas da sociedade. Tal configuração gerou e continua a gerar fluxos cotidianos tanto por necessidades básicas como também por motivações associadas aos interesses dos indivíduos relacionados a busca por satisfações, desejos, aspirações pessoais e bem-estar, sendo, portanto, fluxos geradores de qualidade de vida. Destarte, a nosso ver os estudos de qualidade de vida com a utilização de indicadores continuam a ser importantes principalmente para a correção de distorções existentes no espaço intraurbano, mas no contexto urbano-regional, marcado pelos fluxos e relações estabelecidas entre municípios/cidades, consideramos ser extremamente necessário avanços nos estudos de qualidade de vida que considerem também às novas dinâmicas da contemporaneidade.



“Para não concluir”: **Considerações e possibilidades de pesquisa**

Consideramos inicialmente que a pesquisa por nós desenvolvida e apresentada ao longo dessas páginas foi antes de mais nada um esforço intelectual na busca por avanços que acreditamos ser necessários nos estudos relacionados a qualidade de vida. Tal empenho se deu, sobretudo, por entendermos que na sociedade do século XXI, marcada pela intensidade das redes, fluxos e relações estabelecidas, os aspectos relacionados aos níveis de vida também tem alterado o cotidiano das pessoas, nos quais nossa abordagem se centrou principalmente nas dinâmicas regionais da educação, saúde, comércio, serviços e consumo-lazer. À vista disso, nos dedicamos em construir uma análise que levasse em consideração a principal ferramenta utilizada nesses estudos – o uso de indicadores, que julgamos ser extremamente necessários para o reconhecimento dos níveis de vida das diferentes parcelas da população que coabitam os espaços urbanos, mas que também buscasse desenvolver novas formas de interpretar a realidade



urbana, considerando outras perspectivas, nas quais evidenciamos nessa pesquisa os fluxos e deslocamentos decorrentes das necessidades básicas e da busca pela satisfação das aspirações relacionadas ao bem-estar. Assim, sem deixar para trás a evolução dos estudos já existentes e consolidados, nos quais nos dedicamos parte da pesquisa em analisar os indicadores municipais e intraurbanos, realizamos também uma análise que considerou o nível regional e os fenômenos recentes para avançar na temática da qualidade de vida de forma a possibilitar um retrato mais fidedigno da realidade humana, marcada pelas interações e fluxos.

Consideramos também que este estudo buscou contribuir para um melhor reconhecimento da área analisada – a RGI de Araxá. Durante a fase de levantamento bibliográfico verificamos a existência de raros estudos acerca da parte leste da mesorregião, onde se localizam os municípios que formam o Alto Paranaíba, sendo que a maioria das publicações histórico-geográficas se centraram em analisar aspectos mais relacionados às dinâmicas que levaram a configuração das duas principais cidades do oeste mineiro – Uberaba e Uberlândia e suas adjacências, o que evidentemente está relacionado às instituições universitárias que nelas se localizam, nas quais seus pesquisadores ao longo das últimas décadas se dedicaram em contribuir, sobretudo, com essa porção do território. Assim, nos dedicamos na construção de um capítulo com objetivo de realizar uma caracterização, que explanamos ao longo do capítulo II, o que entendemos ser o “berço” histórico do TM/AP. Dessa forma, a construção por nós realizada relacionada a formação socioespacial, a fragmentação territorial, as centralidades e a análise das dinâmicas recentes, além de propiciar dados que ampararam o objetivo central da pesquisa, se tornaram importante produto que buscaremos levar ao conhecimento da comunidade em geral para que os habitantes dessa área possam conhecer um pouco mais da origem e importância histórica da região e também se compreender as dinâmicas, socioeconômicas, físicas, populacionais, etc.

Ademais, ao olharmos hoje (06/11/2020 às 18 horas e 29 minutos) para todas as páginas, análises, interpretações, deduções, explicações e críticas por nós realizadas durante esse estudo reconhecemos algumas limitações na pesquisa, mas enxergamos que o ramo de estudo por nós enveredado foi a abertura de novas possibilidades de pesquisas futuras. Acreditamos ser possível construir ambientes urbanos mais saudáveis, sustentáveis, inteligentes, felizes, prazerosos, etc., através da análise da qualidade de vida e a proposição de intervenções positivas nas cidades. Mas porque não, no contexto da sociedade em rede, pensarmos também em construirmos ambientes urbano-regionais melhores? Tal questão é um



desafio posto e por nós incorporado, na qual reconhecemos que o estudo ora realizado foi uma “frente” para estudos futuros que irão requerer empenho e esforço ainda maior para entender a complexidade das relações estabelecidas na contemporaneidade, na sociedade em rede.

Cumpre reiteramos a motivação inicial desse estudo – a origem do pesquisador, questão que foi fundamental não só para manter o interesse pessoal pelas análises que estavam sendo realizadas, mas também para o entendimento da realidade através de um olhar “visto por dentro”, no qual o “eu-pesquisador” em muitos momentos se tornou também o “eu-pesquisado”. Explicamos: o pesquisador que ora vos fala nasceu em 1988 na pequena cidade de Ibiá. Durante sua infância e juventude não conheceu nada mais do seu próprio bairro e as experiências do seu cotidiano. Por ser fruto de uma família cujas origens paternas tinham forte ligação com as ferrovias (viveu até os doze anos a beira de uma linha de “trem de ferro” e seu avô foi maquinista) e a origem materna com o campo, nesse período começou a formar uma concepção na qual já entendia a importância do município de Ibiá como entroncamento ferroviário (mesmo sem sequer saber o que significava esse termo na época) e também importante produtor agropecuário. Assim, o seu orgulho era saber que morava na “Capital Nacional do Leite”, como àquela pequena cidade era conhecida. Ali pelos seus 10 anos conheceu o que para ele era a “capital” da região (Araxá) e ficou “apaixonado” por sua beleza, pelo Grande Hotel do Barreiro, pelos prédios que viu pela primeira vez, pelas lojas, pelo centro movimentado, ou seja, pela vida urbana. O seu sonho era morar, estudar e “fazer a vida” em Araxá e a vida lhe propiciou isso mas de uma forma diferente. No ano de 2005 conseguiu ser aprovado em um processo seletivo no CEFET-MG, campus Araxá, no qual ingressou no curso técnico em eletrônica. Nessa fase pôde ter maior contato com a cidade, fazer amigos e vivenciar experiências novas. Acabou não concluindo o curso, pois não era sua vocação. Nos anos seguintes foi morar em uma cidade muito maior – Uberlândia, para cumprir a sua vocação e se tornar geógrafo, mestre e em via de se tornar doutor. E por força do destino em 2018 foi aprovado em um concurso para docente justamente no CEFET-MG em Araxá. Esse resumo de vida explica a forte relação estabelecida entre o pesquisador e o habitante de Araxá/Ibiá, que a nosso ver foi o “motor” para que esse estudo estivesse hoje concluído.

Diante das considerações de pesquisa e também de vida, acreditamos ser necessário elencar nesse momento identificar as dificuldades enfrentadas ao longo desses anos de pesquisa, tanto àquelas relacionadas ao conteúdo de fato como também às de cunho pessoal, acadêmico e profissional. Constatamos ao longo do processo de definição das dimensões a serem



analisadas e escolha dos indicadores que a limitação na existência e/ou divulgação de dados oficiais talvez seja a maior dificuldade enfrentada pelos estudiosos que realizam análises relacionadas ao espaço intra e interurbanos. Tal limitação pode ser subdividida em dois itens principais, a saber: o intervalo expressivo entre a realização das pesquisas e a ausência/inexistência de determinados dados.

Sabemos que no Brasil a principal instituição de pesquisa é o IBGE, no qual nos estudos urbanos os censos demográficos têm papel fundamental na divulgação de dados acerca das dinâmicas da população e no reconhecimento de variados aspectos existentes nas cidades, fato que fez com que utilizássemos tais dados ao longo da pesquisa. Entretanto, devido às rápidas transformações, sobretudo nas cidades, a frequência de realização dos censos se tornaram em parte um empecilho para o desenvolvimento desse estudo, visto que, os dados mais recentes são do ano de 2010. Tal dificuldade foi por nós enfrentada por entendermos que mesmo havendo um recorte de tempo considerável entre o último censo e a realização desse estudo não poderíamos deixar de utilizar a principal fonte de informação acerca das cidades brasileiras, até porque seria praticamente impossível desenvolver uma análise de indicadores sem dados em nível detalhado. Destarte, como forma de superar ou, pelo menos, minimizar tal dificuldade realizamos pesquisa de campo na qual percorremos todas as áreas das cidades, inclusive nos casos das cidades menores visitamos todas as ruas/bairros, de forma a confrontar os dados de dez anos atrás com a realidade recente.

Durante a aquisição dos dados para a pesquisa encontramos dificuldades também relacionada a indisponibilidade de dados em nível intraurbano que a nosso ver teriam acrescentado maior nível de detalhe nas análises realizadas, com destaque para dados de saúde e educação. Verificamos que nos últimos censos demográficos realizados pelo IBGE – de 2000 e 2010, não foram levantados dados diretamente relacionados a saúde e poucos foram os referentes a educação. Por tal configuração do questionário do censo e pela ausência de questões que seriam importantes, se tornou limitada a nossa análise de indicadores de saúde e educação em nível intraurbano. A estratégia por nós utilizada para superar tal dificuldade foi utilizar dados em nível municipal que reconhecemos não ser o recorte ideal para analisar a realidade das cidades, mas que devido a maior parte da população da RGI viver em áreas urbanas nos auxiliou, em conjunto com a interpretação das paisagens urbanas verificadas durante as visitas de campo, no estudo proposto. Destarte, acreditamos ser necessário que instituições oficiais de levantamento e divulgação de dados, como o IBGE, DATASUS, etc., acrescentem em seus



levantamentos questões relacionadas a saúde e educação, que possibilitem a identificação das discrepâncias existentes na escala intraurbana. Elencamos algumas questões que, a nosso ver, poderiam compor tais pesquisas:

- a. Saúde: tipos de enfermidades crônicas existentes na família; cobertura do atendimento da ESF; cobertura do atendimento realizado por médicos especialistas; tempo de espera para procedimentos de saúde; população atendida por planos privados de saúde; população que não possui planos privados de saúde mas que recorre a procedimentos de saúde na rede privada; óbitos na família por causas mal definidas; internações relacionadas a condições sensíveis à atenção básica; e internações relacionadas ao saneamento ambiental inadequado;
- b. Educação: população com ensino fundamental incompleto/completo; população com ensino médio incompleto/completo; população com ensino técnico incompleto/completo; população com ensino superior incompleto/completo; população com especialização incompleta/completa; população com pós-graduação completa; incompleta; população com formação em cursos profissionalizantes; evasão escolar; frequência escolar; e distorção série-idade.

Acerca das dificuldades pessoais, acadêmicas e profissionais destacamos o contexto atual como a principal delas – a pandemia do COVID-19. As mudanças ocorridas do possível “novo normal” fizeram com esse estudo alterasse algumas das etapas metodológicas, sobretudo o período de realização de pesquisa de campo, que estava previsto para o primeiro semestre de 2020, mas acabou ocorrendo apenas no mês de julho do referido ano. Também a mudança no formato de aplicação dos questionários, que a nosso ver teria tido maior aproveitamento se tivesse ocorrido de maneira presencial, visto que poderíamos auxiliar os respondentes na interpretação dos enunciados e estimulá-los a detalhar melhor suas experiências nas questões abertas; além de ter alcançado pessoas com outras faixas de renda. Entretanto, a realização do questionário *online* se tornou positiva ao passo que alcançamos número maior de participantes, fato no qual as redes sociais foram essenciais. Já sobre as dificuldades pessoais destacamos a vida profissional deste pesquisador, que nos dois primeiros anos de doutorado e nessa etapa final da pesquisa necessitou dividir seu tempo entre horas de pesquisa e de trabalho. Entretanto, o período de afastamento de um ano e quatro meses concedido pelo CEFET-MG foi primordial para a conclusão da pesquisa.



Apontadas as considerações e dificuldades, queremos ainda deixar como contribuição para esse estudo alguns apontamentos acerca de possibilidades de pesquisas futuras por nós identificadas, visto que, conforme evidenciamos ao longo do processo de construção desse trabalho são, a nosso ver, complexas e interessantes e que, por isso, podem se tornar objeto de estudo de outros pesquisadores. Destarte, acreditamos que em parte delas iremos ainda nos debruçar de forma a buscar contribuir com os estudos urbanos, urbano-regionais e de qualidade de vida:

- i. Compreender a qualidade de vida em nível regional, à luz das características da Urbanização Contemporânea relacionadas ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e da especialização, assim como a atuação de cidades médias e pequenas nesse processo;
- ii. Construir metodologia e/ou índices através da definição de indicadores de qualidade que possam retratar os níveis de vida, a partir de uma análise que considere às dinâmicas regionais;
- iii. Analisar a qualidade de vida a partir das relações estabelecidas em nível regional utilizando também outras dimensões, tais como: serviços de administração pública (Ministério do Trabalho, Previdência Social, Receita Federal, etc.), turismo, festas religiosas, exposições agropecuárias, feiras, eventos, entre outros;
- iv. Desenvolver estudos focados na proposição de ações, implementação de políticas públicas e intervenções relacionadas ao planejamento, que considere uma perspectiva de qualidade de vida em nível regional, visando assim contribuir com eficácia dos serviços públicos e da gestão pública e privada, a partir de uma visão integrada entre os municípios.
- v. Compreender de que maneira a imagem construída pelas cidades, através das intervenções urbanas (restauração, revitalização, requalificação, etc.), leva ao estabelecimento de interações, redes e fluxos entre os municípios.

Sabemos que o caminho a ser percorrido é longo, a realidade vivenciada nas cidades é complexa, mas acreditamos que novos estudos são necessários para buscarmos o desenvolvimento social de maneira integrada. Assim, perante a dinamicidade desses processos, esse estudo, antes de mais nada, foi uma contribuição nesse sentido.



Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Dados da arrecadação do CFEM.** Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em: novembro de 2018.

ALMEIDA, A. O. Saúde, população e diversidade. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ano 18, n. 262, 2017. p. 7.

ALVES, H. V. **Urbanização Contemporânea: Uma contribuição para o estudo das cidades.** 2013. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos de cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. E. (Org.). **Cidades Médias: espaço em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69-87.

ARAÚJO, A. S.; BARROS, J. X.; QUEIROZ, A. P. Segregação Urbana: Abordagem dos Índices Sociais Globais e Locais. **Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. especial, 2018. p. 1-14.



ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Org.) **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Editora Popular, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS CAFEICULTORES DE CAMPOS ALTOS (ACCA). **Informações sobre a produção de café**. Campos Altos: ACCA, 2019. Disponível em: <http://www.cafecamposaltos.com.br/>. Acesso em: agosto de 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO PLANALTO DE ARAXÁ (AEPA). **Relatório de Gestão**. Araxá: AEPA, 2017.

BAUDRILLARD, J. **O sistema de Objetos**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BESSA, K. C. F. O. A gênese do urbano no triângulo mineiro: os núcleos de povoamento e a rede de arraiais do século XIX. **Brazilian Geographical Journal**, v. 4, n. 2, 2013. p. 509-528.

_____. **Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia: o lugar na era das redes**. 2001. 333 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001.

BIBLIOTECA NACIONAL ESPANHOLA (BNE). **Projeto de expansão de Barcelona**. Madrid: BNE, 2018. Disponível em: <http://www.bne.es/es/inicio/index.html>. Acesso em: outubro de 2018.

BOTELHO, A. **O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação socioespacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2005. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH – Universidade de São Paulo, 2005.

BOULEVARD GARDEN SHOPPING. **História e infraestrutura**. Araxá: Boulevard, 2020. Disponível em: <http://www.shoppingboulevardgarden.com.br/>. Acesso em: junho de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Brasília: Diário Oficial da União, 1943.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Institui a nova constituição de 1988. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.

_____. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.



_____. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o estatuto do idoso. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

_____. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

_____. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.

_____. Ministério das Cidades. **Manual de Urbanismo.** Brasília: MC, 2013.

_____. Ministério da Cidadania. **Relatório do Bolsa Família.** Brasília: MCI, 2018.

_____. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relatório anual da situação do emprego.** Brasília: MTE, 2018.

_____. Ministério da Educação. **Dados da Educação.** Brasília: MEC, 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Dados saúde – série histórica 2000-2020.** Brasília: MS, 2020.

BRAVO, M. T.; VERA, S. F. Consideraciones metodológicas: una operalización del cocepto de calidad de vida. **Revista Geográfica Venezuelana**, v. 34, 1993. p. 1-10.

BURCHARDT, T.; GRAND, J.; PIACHAUD, D. Social Exclusion in Britain 1991-1995. **Social Policy and Administration**, n. 33, v. 3, 1999. p. 227-244. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9515.00148>.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, 2000. p. 63-77. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100007>.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARLOS, A. F. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: _____. (Org.). **Crise urbana.** São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Da “organização” à “produção do espaço no movimento do pensamento geográfico”. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano.** Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2016. p. 53-74.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS (CEFET-MG). **História e infraestrutura.** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2020. Disponível em: <https://www.cefetmg.br/>. Acesso em: fevereiro de 2020.



CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

COELLO, D. A.; BICALHO, P. S. S. Caiapós do Sul: a história de um povo indígena de Goiás. **Revista Espacios**, v. 37, n. 17, 2016. p. 7-17.

COMPANHIA BRASILEIRA DE MINERAÇÃO E METALURGIA (CBMM). **Dados da empresa e da produção mineral**. Araxá: CBMM, 2019. Disponível em: <https://cbmm.com/pt/>. Acesso em: agosto de 2020.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. **Trajетórias Geográficas**. Processos Espaciais e a Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Território**, ano 7, n. 11, 2003, s.n.

_____. Construindo o Conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, M. E. B. E. (Org.). **Cidades Médias: espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 25-35.

_____. **Estudos sobre rede urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 332 p.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Ed. Contexto, 2016. p. 41-51.

COSTA DA SILVA, G. J.; SOUZA, E. C.; MARTINS, H. E. P. Produção agropecuária em municípios de Minas Gerais (1996-2006): padrões de distribuição, especialização e associação espacial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, 2012. p. 333-349. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000200008>.

COSTA, E. M. Cidades Saudáveis, Saúde e sustentabilidade: dos conceitos às orientações de política na União Europeia. LIMA, S. C.; COSTA, E. M. (Orgs.). **Construindo Cidades Saudáveis**. Uberlândia: Assis Editora, 2013. p. 45-64.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE – Eletrônica**, v. 1, n. 2, 2002. p. 1-12.

DIENER, E. Subjective Well-Being. **Psychological Bulletin**, v. 95, 1984. p. 542-575. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.95.3.542>.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO). **Relatório do transporte aéreo**. Brasília: INFRAERO, 2019. Disponível em: <http://www4.infraero.gov.br/>. Acesso em: agosto de 2019.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Londres: s.i., 1845.

ESCHWEGE, W. L. V. **Brasil novo mundo**. Belo Horizonte: FJP, 1996.



ESTADO DE MINAS. **Cresce o cultivo de trigo nas fazendas de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/2375>. Acesso em: novembro de 2020.

FAIRCLOUGH, N. **New Labour, New Language?** London: Routledge, 2000.

FARQUHAR, M. Definitions of quality of life: a taxonomy. **Journal of Advanced Nursing**, v.22, n.3, 1995. p. 502-528. DOI: <https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.1995.22030502.x>.

FAVA, V. L. **Urbanização, Custo de Vida e Pobreza no Brasil**. São Paulo: USP, 1984.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). **Informação sobre a rede de ensino técnico**. Belo Horizonte: FIEMG, 2020.

FERNANDES, C. L. L. F. **A inserção de Minas na economia nacional: uma análise de insumo-produto inter-regional**. 200 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Economia e planejamento em Minas Gerais nos anos de 1960 e 1970. **RG&T**, v. 8, n. 1, 2007. p. 11-39.

FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA (FCA). **Infraestrutura ferroviária**. São Paulo: FCA, 2020. Disponível em: <https://www.vli-logistica.com.br/conheca-a-vli/ferrovias/ferrovia-centro-atlantica-fca/>. Acesso em: julho de 2020.

FESTIVAL LITERÁRIO DE ARAXÁ (FLIARAXA). **História sobre o evento**. Araxá: Fliaraxa, 2019. Disponível em: <https://fliaraxa.com.br/>. Acesso em: outubro de 2019.

FONTES, V. **Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho**. São Paulo: Niepmarx, 2017.

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FRANÇA, M. **O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais**. 1984. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

FREITAS, R. F.; BARCELOS, D. M. N. O consumo da representação da qualidade de vida. **Revista Famecos**, v. 19, n. 1, 2012. p. 168-188. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2012.1.11346>.

FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO (FCCB). **Acervo histórico de Araxá**. Araxá: FCCB, 2020. Disponível em: <http://fundacaocalmonbarreto.mg.gov.br/>. Acesso em: agosto de 2020.



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/>. Acesso em: maio de 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) de 2000, 2010 e 2018**. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas>. Acesso em: agosto de 2019.

_____. **Informações do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)**. Belo Horizonte: FJP, 2019.

_____. **Panorama da economia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: FJP, 2019.

G1. **PIB de Perdizes fica com 3º lugar no ranking do agronegócio de MG**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/01/>. Acesso em: novembro de 2019.

_____. **Produtor de café de Campos Altos é considerado o terceiro melhor do país**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/04/>. Acesso em: novembro de 2019.

GENOVEZ, P. **Território e desigualdade: Análise Espacial intra-urbana no estudo da dinâmica exclusão/inclusão social no espaço urbano em São José dos Campos – SP**. 2002. 189 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos, 2002.

GIRALDIN, O. **Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

GLOBALIZATION AND WORLD CITIES (GAWC). **The World according to GAWC**. Leicestershire: GAWC, 2010.

GLUSZEVICZ, A. C; MARTINS, S. F. Conceito de Centralidade Urbana: estudo no município de Pelotas, RS. In: II Simpósio de Estudos Urbanos, 2013, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão, PR: UFPR, 2013. p. 1-17.

GOLDSTEIN, G.; KICHBUSCH, I. Una ciudad sana es una ciudad mejor. **Salud Pública**, v. 49, n. 1, 1996. p. 4-6.

GOOGLE EARTH. **Imagens de satélite da área de estudo**. Nova Iorque: Google, 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/>. Acesso em: agosto de 2020.

GRAZIA, G.; QUEIROZ, L. L. **O desafio da sustentabilidade urbana**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001.

GRUPO ZEMA. **História e dados da empresa**. Araxá: Zema, 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/earth/>. Acesso em: maio de 2020.



GUIATEL. **Catálogo Telefônico da regional de Araxá**. Belo Horizonte: Guiatel, 2019.

GUIMARÃES, E. N. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: Edufu, 2010. 254 p.

GUIMARÃES, M. G. Para tirar as cidades do pronto-socorro. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ano 18, n. 262, 2017, p. 18-25.

HALLEROD, B. Deprivation and Poverty: A Comparative Analysis of Sweden and Great. **Acta Sociologica**, n. 39, 1996. p. 141-168. DOI: <https://doi.org/10.1177/000169939603900202>.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HERCULANO, S. C. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. In: HERCULANO, S. C. (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Eduff, 2000. p. 234-257.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

_____. **Estudo da região de influência de cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Dados socioeconômicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970-2010.

_____. **Censos demográficos – séries históricas 1972-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Divisão urbano-regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Gestão do território**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Censos agropecuários – série histórica 1975-2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Estudo da região de influência de cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. **Estimativa populacional do ano de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO TRIÂNGULO MINEIRO (IFTM). **História da instituição e dados**. Uberaba: IFTM, 2020. Disponível em: <https://iftm.edu.br/>. Acesso em: julho de 2020.



INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA DO MÉXICO (INSPM). **Informações, dados e metodologias de pesquisa**. Cidade do México: INSPM, 2019. Disponível em: <https://www.insp.mx/>. Acesso em: agosto de 2019.

JACOBS, J. **Morte e Vidra de Grandes Cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

LABONDE, R.; HADI, A.; KAUFFMANN, X. E. **Indicators of Social Exclusion and Inclusion: A Critical and Comparative Analysis of the Literature**. Ottawa: Universidade de Ottawa, 2011.

LALONDE, M. **A New Perspective on the Health of Canadians**. Toronto: Governo do Canadá, 1974. 77 p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE MOS, J. J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil: Radiografia de um país assimetricamente pobre**. Fortaleza: BNB, 2008.

LIMA, S. C. A construção de Cidades Saudáveis a partir de estratégias de promoção da saúde. LIMA, S. C.; COSTA, E. M. (Orgs.). **Construindo Cidades Saudáveis**. Uberlândia: Assis Editora, 2013. p. 13-44.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Pulo: Martins fontes, 1981.

LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750 – 1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005. 358 p. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788570785169>.

_____. **Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação socioespacial capitalista na segunda metade do século XIX**. 2007. 306 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOURO, A.; COSTA, N. M.; COSTA, E. M. A cidade saudável no planejamento municipal: exemplos de atuação na área metropolitana de Lisboa, Portugal. In: SOARES, B. R.; COSTA, N. M.; LIMA, S. C.; COSTA, E. M. (Orgs.). **Construindo Cidades Saudáveis**. Uberlândia: Assis Editora, 2017. p. 35-72.

LUZ, E. M. M. Paisagens de uma região em transformação: o Sertão da Farinha Podre. In: **Museus e Paisagens Culturais**. São Paulo: APD, 2016.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Martins Fontes, 1982.

MACHADO, A. F. S., SILVA, M. M. C.; LEMOS, J. J. S. INDICADORES DE EXCLUSÃO SOCIAL E MITIGAÇÃO DE POBREZA NO CEARÁ. In: Encontro de Economia do Ceará em Debate, 5., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, Ceará, 2009.



MANCEBO, D; OLIVEIRA, D. M.; FONSECA; J. G. T.; SILVA, L. V. Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 2, 2002. p. 325-332. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200013>.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Ed. Paulus, 2009.

MARTINS, T. J. **Quilombo do Campo Grande: História de Minas Que se Devolve ao Povo**. Contagem: Ed. Santa Clara, 2008.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. 31 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MASTERS, J.; WICKSTROM, T. Defining and Measuring Poverty: Challenges and Opportunities. **Center for Community Futures**, n. 10, 2004.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. L; PESSÔA, V. L. S. (Org.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa**. Assis Editora: Uberlândia, 2009. p. 279-292.

MATOS, R. Por uma Regionalização da Minas Oitocentista. **Revista Geografias**, v. 1, n. 3, 2016. p. 114-136.

MELAZZO, E. S. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio**. A agenda das políticas públicas em disputa. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2006.

MENDES, R. **Cidades Saudáveis no Brasil e os Processos Participativos: Os Casos de Jundiá e Maceió**. 2000. 232 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, 2004; p. 139-148. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v10i0.3102>.

MEREGE, L. C. O desafio da sustentabilidade no terceiro setor: o caso das ONG/Aids. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Aids e sustentabilidade: sobre as ações das organizações da sociedade civil brasileira**. Brasília: Coordenação Nacional de DST, 2001.

MICHALOS, A. C.; ZUMBO, B. D.; HUBLEY, A. M. Health and the Quality of Life. **Social Indicators Research**, v. 51, n. 3, 2000. p. 245-286.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Saúde. **Plano Diretor de Regionalização da saúde (PDRS)**. Belo Horizonte: PDRS, 2011.



_____. Secretaria do Estado da Saúde. **Plano Diretor de Regionalização da saúde (PDRS) – séries históricas 2011-2018**. Belo Horizonte: PDRS, 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Estabelecimentos escolares**. Belo Horizonte, 2020.

MORI, R. Uma questão de terras: Índios e Geralistas no Sertão da Farinha Podre – Séculos XVIII e XIX. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v. 7, n. 1, 2017. p. 88-112. DOI: <https://doi.org/10.14393/crisoc-v7n1-2017-88-112>.

MOSAIC FERTILIZANTES. **Dados da empresa e da produção mineral**. Araxá: Mosaic, 2020. Disponível em: <http://www.mosaicco.com.br/>. Acesso em: maio de 2020.

MUMFORD, L. **The city in history**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUÑOZ, F. **Urbanización**: paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

MUSEU BRITÂNICO. **Paisagens urbanas pós revolução industrial**. Londres: MNB, 2019. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/>. Acesso em: agosto de 2019.

MUSEU DE NOVA IORQUE. **Propagandas do American Way of Life**. Nova Iorque: MNI, 2019. Disponível em: <https://www.novayork.net/museus>. Acesso em: novembro de 2019.

MUSEU DO LOUVRE. **Projeto de reforma urbana de Paris**. Paris: Louvre, 2019. Disponível em: <https://www.louvre.fr/>. Acesso em: novembro de 2019.

MUSEU FERROVIÁRIO DE IBIÁ. **Acervo histórico da ferrovia**. Ibiá: MFI, 2020.

NAHAS, M. I. P. **Bases teóricas metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intraurbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte**. 2002. 373 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

_____. Indicadores Intraurbanos com instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, C. C. S; KEINERT, T. M. M. (Orgs.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2009. p. 123-153.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: Midiograf, 2003.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION (NASA). **Imagens de satélite noturnas**. Washington: NASA, 2000.

NUSSBAUM, M. **The Quality of life**. Oxford: Clarendon Press, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1093/0198287976.001.0001>.



OLIVEIRA, H. C. M. **Urbanização e cidades: análises da microrregião de Ituiutaba (MG)**. 2013. 431 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

OLIVEIRA, R. C. **Sociedade plural e pluralismo cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Tempo brasileiro, 1982.

OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 146 p. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788579820014>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 21**. Rio de Janeiro: ONU, 1992.

_____. **World urbanization prospects**. 2009 Revision. Nova Iorque: ONU, 2010. 47 p.

_____. **Estado das cidades da América Latina e Caribe**. Nova Iorque: ONU, 2016.

_____. **Relatório ONU Habitat**. Nova Iorque: ONU, 2016.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Nova Iorque: ONU, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Twenty steps for developing a Healthy Cities project**. 3. ed. Genebra: OMS, 2002. 61 p.

PALMERIO, M. **Chapadão do Bugre**. São Paulo: José Olympio Editora, 1973.

PARK, R. **On social control and collective behavior**. Paperback: Chicago, 1967.

PEREIRA, A. M. **Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, A. M.; FRANÇA, I. S.; LEITE, M. E.; SILVA, I. C. C. Centralidade Regional e novos arranjos territoriais na cidade de Montes Claros. In: VI Congresso de Desenvolvimento Social, 2018, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: Unimontes, 2018. p. 1-8.

PEREIRA, M. G., FIGUEIREDO, A. P., FINCHAM, F. D. Anxiety, depression, traumatic stress and quality of life in colorectal cancer: A study with Portuguese patients and their partners. **European Journal of Oncology Nursing**, v. 16, n. 3, 2012. p. 227-232. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ejon.2011.06.006>.

PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **Campo-Território**, v. 9, n. 18, 2014. p. 1-22.

PREFEITURA DE LOS ANGELES (PLA). **Informações da rede viária**. Los Angeles: PLA, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ. Secretaria do Meio Ambiente. **Relatório do Parque Municipal do Cristo**. Araxá: SMMA, 2019.



_____. **Projetos de revitalização e informações sobre festivais.** Araxá: PMA, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PMBH). **Informações do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU-BH).** Belo Horizonte: PMBH, 2015.

_____. **Resultados do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU-BH).** Belo Horizonte: PMBH, 2016. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-qualidade-de-vida-urbana>. Acesso em: novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS. **História sobre o Santuário de Nossa Senhora da Aparecida.** Campos Altos: PMCA, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ. **Relatório dos convênios estudantis.** Ibiá: PMI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA. **Infraestrutura de saúde.** Santa Juliana: PMSJ, 2020.

REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS (RPMS). **Informações, dados e metodologia de pesquisa.** Lisboa: RPMS, 2019. Disponível em: <http://redemunicipiossaudaveis.com/index.php/pt>. Acesso em: agosto de 2019.

REDE TAUÁ. **História e infraestrutura da Estância Hidromineral do Barreiro.** Araxá: Tauá, 2020. Disponível em: <https://tauaresorts.com.br/araxa/>. Acesso em: fevereiro de 2020.

REED, D.; SHENG, F. **Macroeconomic policies: poverty and environment.** Washington: World Fund of Nature, 1997.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2006.

RENEWICK, R.; BROWN, I. The center for health promotion's conceptual approach to quality of life. In: RENEWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Orgs.). **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications.** Thousand Oaks: Sage, 1996. p.75-86.

RIBEIRO, J. C. **Índice composto de qualidade de vida urbana - Aspectos de Configuração Espacial, Socioeconômicos e Ambientais Urbanos.** 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RIBEIRO, L. C.; ALBUQUERQUE, E. M. O papel da periferia na atual transição para uma nova fase do capitalismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 10, n. 17, 2015. p. 166-186.

ROCHA, S. **Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

ROSA, E. **Sertão da Farinha Podre – Romance histórico dos primórdios.** São Paulo: PAED, 2013.



SALGADO, J. A. **Desigualdade Social**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, ano 3, n. 4, 1998. p. 39-53.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, v. 2, n. 3, 1986. p. 297-342.

SANTOS, L. D.; MARTINS, I. A Qualidade de Vida Urbana – O caso da cidade do Porto. **Working Papers da FEP**, n. 116, 2002. p. 1-25.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 1996. 260 p.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Edusp, 2001. 476 p.

SANTOS, R. M. O. B. **Cartografia da formação territorial de Araxá – Minas Gerais – do sertão Kayapó ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Heranças historiográficas e bases da gênese no território de conflito**. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2018.

SASSEN, SASKIA. **The global city**: New York, London, Tokyo. New Jersey: Princenton University Press, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1515/9781400847488>.

SCHMIDT, S.; POWER, M.; BULLINGER, M.; NOSIKOV, A. The conceptual relationship between health indicators and quality of life: results from the cross-cultural analysis of the EUROHIS fi eld study. **Clinical Psychology & Psychotherapy**, v. 2, n. 1, 2005. p.28-49. DOI: <https://doi.org/10.1002/cpp.432>.

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SILVA, R. C. N.; MACÊDO, C. S. **A urbanização brasileira**. João Pessoa: UFPB, 2009.

SIMÕES, R.; AMARAL, P. V. Interiorização e Novas Centralidades Urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. **Revista Economia**, Brasília, v. 12, n. 3, 2011. p. 553-579.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1972.



SOARES, B. R. **Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações no Triângulo Mineiro**. 1995. 366 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

SOUZA, J. R. **Trilhando por Cidades Saudáveis: contribuição metodológica de índice e aplicação em Uberlândia, MG**. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

_____. Em busca de novas metodologias para cidades saudáveis: análise de indicadores de educação em Uberlândia, Minas Gerais. In: SOARES, B. R.; SOUZA, J. R.; TEIXEIRA, M. E. S.; SOUZA, T. S. (Orgs.). **Estudos Urbanos Contemporâneos**. Ituiutaba: Barlavento, 2020. p. 163-180.

SOUZA, J. R.; SOARES, B. R. A utilização de Indicadores como suporte à gestão das Políticas Públicas no Brasil. In: Colóquio Ibérico de Geografia, 14., 2014, Guimarães. **Anais...** Guimarães, Portugal: Departamento de Geografia, Universidade do Minho, 2014. p. 774-780.

_____. Urbanização contemporânea e qualidade de vida para Cidades Inteligentes: um debate a partir dos indicadores do IMRS na Microrregião de Araxá, Minas Gerais. In: Ingrid Aparecida Gomes. (Org.). **A produção do conhecimento geográfico**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2018. p. 169-180.

_____. Qualidade de vida em Minas Gerais: análise a partir de indicadores do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 8, 2020. p. 14-27. DOI: <https://doi.org/10.17271/2318847275420202255>.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TEIXEIRA, M. O.; ANDRADE, H. R; COELHO, E. D. (Org.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos químicos, 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades Médias da Amazônia Oriental. Das Novas Centralidades à Fragmentação do Território. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, 2011. p. 135-151. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p135>.

UNIMED ARAXÁ. **Infraestrutura da rede particular de saúde**. Araxá: Unimed, 2020. Disponível em: <https://www.unimed.coop.br/web/araxa>. Acesso em: maio de 2020.

UNIVERSIDADE DE FRANCA (UNIFRAN). **História da instituição e dados**. Franca: UNIFRAN, 2020. Disponível em: <https://www.unifran.edu.br/>. Acesso em: julho de 2020.

UNIVERSIDADE DE UBERABA (UNIUBE). **História da instituição e dados**. Uberaba: UNIUBE, 2020. Disponível em: <https://www.uniube.br/>. Acesso em: julho de 2020.



UNIVERSIDADE DO PLANALDO DE ARAXÁ (UNIARAXA). **História da instituição e dados**. Araxá: UNIARAXÁ, 2020. Disponível em: <https://site.uniaraxa.edu.br/>. Acesso em: julho de 2020.

UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ (UNOPAR). **História da instituição e dados**. Maringá: UNOPAR, 2020. Disponível em: <https://www.unopar.com.br/>. Acesso em: julho de 2020.

VASCONCELOS, D. **História Média das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A Cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-37.

VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VÁZQUEZ, C. G. **Ciudad hojaldre**: Visiones urbanas del siglo XXI. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

VENCO, S. Situação de *quasi*-uberização dos docentes paulistas. **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, 2018. p. 94-104. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2018v17n1.41167>.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VITTE, C. C. S. A Qualidade de Vida Urbana e sua Dimensão Subjetiva: uma contribuição ao debate sobre Políticas Públicas e Sobre a Cidade. In: VITTE, C. C. KEINERT, T. M. M. (Orgs.). **Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 89-109.

VLI LOGÍSTICA. **Dados dos corredores ferroviários logísticos**. Belo Horizonte: VLI, 2020. Disponível em: <https://www.vli.com.br/>. Acesso em: agosto de 2020.

WESTPHAL, M. F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, 2000. p. 39-51. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100005>.

YITZHAKI, S. Relative deprivation and the Gini coefficient. **Quarterly Journal of Economics**, n. 93, 1979. p. 321-324. DOI: <https://doi.org/10.2307/1883197>.

ZANDONARDI, J. C. Um “novo urbano” ou urbanização da sociedade? Reflexões diante do processo de Urbanização Contemporânea no Brasil e a ascensão das cidades médias. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 37, 2015. p. 104-122.



QUESTIONÁRIO DA PESQUISA (aplicado via online nos oito municípios da RGI)

Você está respondendo um questionário que faz parte da pesquisa de doutorado em Geografia (UFU) do jovem ibiense Josimar dos Reis de Souza. Essa pesquisa tem como objetivo entender como a saúde, educação e consumo interferem na sua qualidade de vida. Pedimos que responda com atenção pois os resultados poderão servir como base para a proposição de melhorias junto a prefeitura e câmara municipal de sua cidade. Desde já muito obrigado!!!!

1. Qual cidade/município que você mora?

Araxá Campos Altos Ibiá Pedrinópolis Perdizes Pratinha Sta. Rosa da Serra Tapira

2. Qual sua idade? [___]

3. Você trabalha atualmente? Sim Não

3.1 Com que você trabalha? Indústria Comércio Serviços Ativ. Agrícolas Mineração Outro

4. Qual o seu grau de escolaridade? Fundamental incompleto Fundamenta completo Médio incompleto Médio completo Técnico incompleto Técnico completo Superior incompleto Superior completo Pós-graduação

5. Na sua casa qual a renda total da sua família? (A renda total é a somatória dos ganhos da sua família)

Até 1 salário-mínimo De 1 a 2 salários-mínimos De 2 a 5 salários-mínimos Mais de 5 salários-mínimos

Dimensão Saúde

6. Em relação as necessidades de atendimento em caso de enfermidades leves, consultas de rotina ou realização de exames laboratoriais você e sua família precisam se deslocar a outras cidades?

Sim, com frequência Sim, mas com pouca frequência Não

6.1. Em caso afirmativo para quais cidades viaja para realizar esse atendimento? (você pode marcar mais de uma alternativa).

Araxá Campos Altos Ibiá Pedrinópolis Perdizes Pratinha Sta. Rosa da Serra Uberaba Tapira

Outra. Qual? [_____]

7. Em relação a doenças mais graves, cirurgia, necessidade de internação ou de realizar exames laboratoriais mais complexos você e sua família precisam se deslocar a outras cidades?

Sim, com frequência Sim, mas com pouca frequência Não

7.1. Em caso afirmativo para quais cidades viaja para realizar esse atendimento? (você pode marcar mais de uma alternativa).

Araxá Campos Altos Ibiá Pedrinópolis Perdizes Pratinha Sta. Rosa da Serra Uberaba Tapira

Outra. Qual? [_____]

8. Quando você ou sua família precisaram se deslocar para outras cidades qual foram as maiores dificuldades que precisaram enfrentar? (você pode marcar mais de uma alternativa).

Demora no atendimento público, demora na liberação do procedimento/consulta/exame ou similar

Dificuldade em conseguir pagar pelos procedimento/consultas/exames particulares o que impactou na sua vida financeira

Dificuldade em conseguir agendar o procedimento/consulta/exame

Dificuldade em se locomover até a cidade para realizar o procedimento/consulta/exames

Precariedade no transporte oferecido pela prefeitura

Precariedade da infraestrutura de atendimento pública

Dificuldade em arcar com os custos do transporte e alimentação durante o deslocamento

Outro. Qual: [_____]

9. Quais alternativas melhorariam sua vida no caso de necessitar utilizar serviços de saúde que no momento não existem na sua cidade? (você pode marcar mais de uma alternativa)

Passar a ser oferecido pelo sistema público o procedimento/consulta/exame na sua cidade

Passar a ser oferecido por clínicas particulares o procedimento/consulta/exame na sua cidade

Realizar convênios com cidades mais próximas de forma a diminuir o tempo de viagem

Redução de demora para a liberação do procedimento/consulta/exame ou similar

O sistema público arcar pelo menos com parte dos custos dos procedimento/consulta/exame particulares que sejam urgentes

Agilidade ou simplificação na marcação de procedimento/consulta/exame

Melhoria nos veículos que transportam os pacientes

Disponibilização de auxílio-alimentação aos pacientes que não tem condições de custeá-los durante a viagem

Outro. Qual: [_____]

10. Escreva como você se sente em relação a saúde na sua cidade e sobre experiências que teve ao ter que se deslocar a outras cidades para tratamento de saúde. [Até 300 caracteres]

Dimensão Educação

11. Você ou algum membro de sua família já precisou morar em outra cidade para fazer faculdade ou algum outro tipo de curso (técnico, especialização, pós-graduação, etc.)? Sim Não

11.1. Em caso afirmativo quais são essas cidades? (você pode marcar mais de uma alternativa).

Araxá Bambuí Franca Patrocínio Patos de Minas Rio Paranaíba Uberlândia Uberaba Outra. Qual? [___]

12. Você ou algum membro de sua família já precisou se deslocar diariamente, semanalmente ou mensalmente a outra cidade para fazer faculdade ou algum outro tipo de curso (técnico, pós-graduação, etc)? Sim Não

12.1. Em caso afirmativo quais são essas cidades? (você pode marcar mais de uma alternativa).

Araxá Bambuí Franca Patrocínio Rio Paranaíba Uberlândia Uberaba Outra. Qual? [_____]

13. Nos casos que você ou sua família precisaram se deslocar para outra cidade por motivo de ensino quais foram as maiores dificuldades que precisaram enfrentar?

Dificuldade em arcar com os custos do transporte e alimentação durante o deslocamento

Dificuldade em conseguir pagar pelo curso

Precariedade do transporte

Atraso durante o deslocamento

Cansaço devido ao tempo de viagem

Outro. Qual: [_____]

14. Quais alternativas melhorariam as condições de deslocamento por motivo de educação. (você pode marcar mais de uma alternativa).

Passar a ser oferecido cursos na sua cidade ou em cidades mais próximas

Disponibilização de auxílio-alimentação/transporte aos estudantes que não tem condições de custeá-los durante a viagem

Bolsas de estudo aos estudantes que não tem condições de arcar com os estudos

Melhoria dos veículos que transportam os estudantes

Outro. Qual: [_____]

15. Escreva como você se sente em relação a educação na sua cidade e sobre experiências que teve ao ter que se deslocar a outras cidades para fazer faculdade, curso técnico, especialização, pós-graduação, etc. [Até 300 caracteres]

Dimensão Consumo

16. Você ou alguém da sua casa já precisou se deslocar para outra cidade para fazer algum tipo de compra ou em busca de algum serviço que precisasse?

Sim, com frequência Sim, mas com pouca frequência Não

16.1. Em caso afirmativo para quais cidades viajou? (você pode marcar mais de uma alternativa).

Araxá Campos Altos Ibiá Pedrinópolis Perdizes Pratinha Sta. Rosa da Serra Tapira Outra. Qual? [_____]

17. Por qual motivo precisou se deslocar para fazer compras ou utilizar serviços em outra cidade?

Ausência de estabelecimentos que venda o produto na sua cidade

Ausência dos serviços na sua cidade

Poucas opções de produto ou de serviço na sua cidade

Melhores preços

Pela satisfação em fazer compras ou utilizar serviços em uma cidade maior que a sua

Outro. Qual: [_____]

18. Você e sua família já viajaram para outra cidade para fazer atividades de lazer relacionadas ao consumo em estabelecimentos? (ex.: bares, restaurantes, shoppings, fast-food, cinema, casas noturnas, festas, entretenimento, etc.).

Sim, com frequência Sim, mas com pouca frequência Não

18.1. Em caso afirmativo para quais cidades viajou? (você pode marcar mais de uma alternativa).

Araxá Campos Altos Ibiá Pedrinópolis Perdizes Pratinha Sta. Rosa da Serra Uberaba Uberlândia

Tapira Outra. Qual? [_____]

19. Por qual motivo precisou se deslocar por motivo de lazer relacionado ao consumo?

Ausência de opções na sua cidade

Poucas opções na sua cidade

Pela satisfação em fazer atividades de lazer relacionadas ao consumo em outras cidades

Melhores preços

Melhor atendimento

Outro. Qual: [_____]

20. Escreva como você se sente em relação aos comércios e serviços existentes em sua cidade e sobre as experiências que você ou sua família tiveram relacionadas ao deslocamento para consumir produtos e serviços em outras cidades tanto relacionados as necessidades básicas como também ao lazer [Até 300 caracteres]



ENTREVISTA (realizada com profissionais relacionados às dimensões analisadas no capítulo IV)

Informação: A entrevista semiestruturada foi realizada com três profissionais da área de saúde, três profissionais da área de educação e dois profissionais que atuam na área de comércio e *marketing*, respectivamente. A partir da resposta das quatro primeiras perguntas estruturadas relacionadas abaixo, realizamos perguntas diversas de forma a clarear a forma com que o entrevistado analisou os resultados do questionário (ANEXO 1).

1. Qual a sua idade e cidade em que mora?

2. Em qual área você atua? Conte-nos as experiências por você adquiridas em relação ao seu campo de trabalho. Qual as relações que tem com outra cidade por motivos diversos?

3. Te apresentamos os resultados do questionário acerca dos deslocamentos por motivo de saúde/educação/consumo. Leve o tempo que precisar para poder analisar com calma os gráficos gerados.

4. Baseado na sua experiência e no resultado dos questionários que lhe apresentamos como você pode relacionar a situação da qualidade de vida com os deslocamentos na região de Araxá.

5. Perguntas livres formuladas a partir da fala do entrevistado.

Anexo 2 – Entrevista realizada com profissionais que atuam na RGI de Araxá.
Fonte: Autoria própria.





*“O início da sabedoria é a admissão
da própria ignorância.
Assim todo meu saber consiste
em saber que nada sei”
Sócrates*